



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

**NOVAS EXPRESSÕES DE CENTRALIDADE E (RE)PRODUÇÃO
DO ESPAÇO URBANO EM CIDADES MÉDIAS:**

O Jequitibá Plaza Shopping em Itabuna-BA

GILBERTO ALVES DE OLIVEIRA JÚNIOR

Brasília – DF
2008

GILBERTO ALVES DE OLIVEIRA JÚNIOR

**NOVAS EXPRESSÕES DE CENTRALIDADE E (RE)PRODUÇÃO
DO ESPAÇO URBANO EM CIDADES MÉDIAS:**

O Jequitibá Plaza Shopping em Itabuna-BA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade de Brasília-UnB, como parte dos requisitos para a obtenção do grau de Mestre em Geografia.

Linha de pesquisa: “Urbanização, Ambiente e Território”.

Orientadora: Prof^a Dra. Nelba Azevedo Penna.

Brasília – DF
2008

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

**NOVAS EXPRESSÕES DE CENTRALIDADE E (RE)PRODUÇÃO
DO ESPAÇO URBANO EM CIDADES MÉDIAS:**

O Jequitibá Plaza Shopping em Itabuna-BA

GILBERTO ALVES DE OLIVEIRA JÚNIOR

Orientadora: Profa. Dra. Nelba Azevedo Penna

COMISSÃO EXAMINADORA:

Profa. Dra. Nelba Azevedo Penna - Presidente
Universidade de Brasília – UnB
Departamento de Geografia – GEA

Profa. Dra. Beatriz Ribeiro Soares - Examinadora externa
Universidade Federal de Uberlândia – UFU
Instituto de Geografia – IG

Prof. Dr. Neio Lucio de Oliveira Campos - Examinador interno
Universidade de Brasília – UnB
Departamento de Geografia – GEA

Profa. Dra. Lúcia Cony Cidade - Examinadora suplente
Universidade de Brasília – UnB
Departamento de Geografia – GEA

Dissertação aprovada com louvor em 07 de maio de 2008.

FICHA CATALOGRÁFICA

OLIVEIRA JR., GILBERTO ALVES DE

Novas expressões de centralidade e (re)produção do espaço urbano em cidades médias: o Jequitibá Plaza Shopping em Itabuna-BA, 383 p., 297 mm, (UnB-IH-GEA, Mestrado, Geografia, 2008).

Dissertação de Mestrado – Universidade de Brasília. Departamento de Geografia.

1. Cidades médias

2. Centralidade

3. Estruturação urbana

4. Shopping Centers

5. Itabuna-BA

I. UnB-IH-GEA

II. Título (série)

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

Oliveira Jr., Gilberto Alves de. **Novas expressões de centralidade e (re)produção do espaço urbano em cidades médias: o Jequitibá Plaza Shopping em Itabuna-BA.** (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade de Brasília, 2008. 383 p.

CESSÃO DE DIREITOS

NOME DO AUTOR: Gilberto Alves de Oliveira Júnior.

TÍTULO DA DISSERTAÇÃO: “Novas expressões de centralidade e (re)produção do espaço urbano em cidades médias: o Jequitibá Plaza Shopping em Itabuna-BA”.

GRAU/ANO: Mestre/2008.

É concedida à Universidade de Brasília permissão para reproduzir cópias desta dissertação e emprestar ou vender tais cópias somente para propósitos acadêmicos e científicos. O autor reserva outros direitos de publicação e nenhuma parte desta dissertação de mestrado pode ser reproduzida sem a autorização por escrito do autor.

Gilberto Alves de Oliveira Júnior

*Para Igor,
meu filho.*

*Nada é impossível mudar
Desconfiai do mais trivial,
na aparência singelo.
E examinai, sobretudo, o que parece habitual.
Suplicamos expressamente:
não aceiteis o que é de hábito como coisa natural,
pois em tempo de desordem sangrenta,
de confusão organizada,
de arbitrariedade consciente,
de humanidade desumanizada,
nada deve parecer natural
nada deve parecer impossível de mudar.*

Bertold Brecht

Agradecimentos

O contato possibilitado por meio da leitura de dissertações e teses no percurso da nossa pesquisa foi relevante por, para além dos aportes teóricos e metodológicos, nos apresentarem algumas dificuldades engendradas na importante (e indispensável) tarefa de agradecer àqueles que direta ou indiretamente contribuíram decisivamente para a realização da dissertação.

Essas contribuições decorrem em variadas perspectivas, seja nos processos e aspectos concernentes à sua concepção, às críticas e sugestões, aos elementos operacionais de execução, ou mesmo no incessante apoio e motivação ao nosso crescimento profissional e pessoal empreendido mais especificamente nos praticamente 25 meses dedicados ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade de Brasília, assim como a compreensão pela nossa ausência no referido período.

No entanto, as dificuldades em agradecer muito provavelmente constituem-se permeadas pelo processo de finalização da redação do trabalho acadêmico, no qual o autor defronta-se com o isolamento que, por seu turno, termina por reverberar suas angústias e limites, conferindo a impressão de execução de um trabalho solitário, que em verdade congrega auxílios múltiplos expressos em diferentes momentos, intensidades e contextos de âmbito social e profissional.

Por outro lado, a redação dos agradecimentos ao final da realização do trabalho nos impõe os limites imprecisos da memória, incidindo no provável esquecimento momentâneo de algumas pessoas não contempladas nominalmente nos agradecimentos abaixo, mas que foram importantes em determinados aspectos no decorrer do curso de mestrado e do desenvolvimento dessa dissertação.

Nesta direção, cumpre agradecer à Profa. Nelba Azevedo Penna, primeiramente pelo aceite da tarefa de orientar nosso trabalho, assim como a dedicação despendida em nosso benefício, na qual sempre se pautou de forma respeitosa, atenciosa e crítica para conceder um direcionamento consistente (e vários desafios) às nossas questões e inquietudes geográficas,

sempre objetivando nos propiciar um coerente crescimento profissional e intelectual, embora embebido pelas nossas limitações.

Ao Prof. Jânio Santos, que transcendeu a temporalidade restrita pela ocasião das orientações durante nossa graduação, se demonstrando continuamente disponível para nos auxiliar com profícuas indicações e sugestões profissionais e outras que não se limitam ao âmbito acadêmico, cabendo, portanto, nossos agradecimentos essencialmente ao amigo.

À Profa. Beatriz Ribeiro Soares pelos diálogos durante o II CIMDEPE em Uberlândia, no qual prestativamente nos concedeu alguns textos e indicações bibliográficas concernentes à temática das cidades médias. Agradeço principalmente pelo aceite em participar do nosso exame de qualificação, e pela minuciosa leitura que suscitou relevantes sugestões e críticas ao desenvolvimento da dissertação, assim como à Profa. Lúcia Cony Cidade, a quem também agradeço pelos debates possibilitados no decorrer da disciplina “Fundamentos de gestão do território”.

Ao Prof. Neio Campos pelas saudosas recordações da Bahia e da baianidade, além de todo o respeito, atenção e auxílio nesse período do curso de mestrado, essencialmente na disciplina “Seminários de dissertação”, na qual nos concedeu inúmeros incentivos e sugestões para o aperfeiçoamento da nossa pesquisa. Agradeço também pelos momentos lúdicos no “Pôr do Sol” e “Acarajé da Rosa”, que rompem as possíveis amarras inerentes ao ambiente restrito e cotidiano da UnB.

À Samara, Nilson, Eunice, Ramon, Viviane, Rômulo e Ted, que me acolheram carinhosamente no período da seleção do mestrado e nos meus primeiros momentos em Brasília, contribuindo decisivamente para a nossa permanência nesses e em outros momentos. Agradeço também à Adeane, que me auxiliou no primeiro percurso pelas “catacumbas” da geografia na ala norte do ICC.

Aos colegas e amigos do grupo “Utopos” pelos incansáveis debates e leituras com objetivo de consolidar uma linha crítica na geografia da UnB, mas também pelas risadas, solidariedade e companheirismo que impossibilitaram a ausência de excelentes momentos e nos conduziram a uma melhor adaptação em Brasília e, quem sabe, a posteriores saudades dessa cidade. Agradeço a Ananda, Igor, Júlia, Karla, Leda e Rosângela, por tudo. Mais

particularmente gostaria de agradecer à Ananda pela amizade, o convívio na Colina, os almoços, papos... e à Rosângela pela ajuda mútua, pelo compartilhamento das aflições e realizações, e principalmente pela amizade forte e sincera.

Aos colegas de turma no mestrado, dos quais agradeço, pela maior proximidade e amizade, especialmente: Miriam, Marcus, Juares, Fany, Diderot e ao Sandro, grande amigo.

Aos companheiros e companheiras que saíram da comodidade dos seus lares para residir no Bloco K da Colina e perseguir seus sonhos, assim como por fazerem da Colina um lugar extremamente receptivo, solidário, além de culturalmente rico e diverso. Agradeço principalmente: Andrezêra, Adnilton, Fernando, Glauber, Caetano, Bambino, Syon, Gauchinho, Vicente, Lorena, Rodrigo, David, Filé e Frô. Agradeço também ao Marcelo e à Raimunda, pelo inestimável auxílio.

Aos companheiros da APG-UnB, e principalmente àquelas lembranças graciosas e eternas da viagem para Belo Horizonte. Robson, César, Dhenise, Kátia e Rosângela, meus agradecimentos.

À Raquelzinha pelos inúmeros auxílios de última hora no departamento, e muito mais pela grande amizade fora deste, à Natália, pelas preciosas traduções e ao Rafa, grande amigo. Agradeço também ao Jorge, Érico e Mardely, funcionários do Departamento de Geografia, pela atenção e soluções prestativas às nossas necessidades.

Aos professores do Departamento de Geografia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia pela relevância na nossa formação, e aos colegas e amigos da graduação, principalmente: Carley, Jânio(s), Suzane, Renato, Rômulo, Val, Socrão, Duda, Dayse, Robertinha, Lala, Lívia, Léo, Warley, Pedon e David.

Aos companheiros e companheiras do movimento estudantil da geografia na Bahia e no Nordeste, em especial: Léa, Juliano Pikachu, Cadu, Léo, Maria da Paz, Daniel, Dany, Teco e Anilma, na Bahia, com a lembrança dos COBEGEOs sempre marcantes; Denise (quanto tempo!) e Cinthya Léa em Sergipe.

Aos companheiros e companheiras de alojamento durante o I ENAPET e o II CIMDEPE, ambos em Uberlândia.

Aos entrevistados que me auxiliaram decisivamente no decorrer da pesquisa de base empírica, gentilmente cedendo tempo e atenção para responder às nossas questões. Agradeço a: Walter Silva, Wanderlei Rodrigues, Vanclay Nascimento, Flávio Barreto, Carlos Leahy, Manoel Lopes, Jairo Araújo, Ari Mariano Filho, Gilmar Alves Trindade, Gesa Cardoso e João Andrade.

Aos que gentilmente responderam aos nossos questionários no Jequitibá Plaza Shopping, e especialmente à Marcilene e Mileide pelo auxílio e dedicação na aplicação dos mesmos.

À administração do Jequitibá Plaza Shopping pelos dados e informações disponibilizados e pela autorização quanto à aplicação dos questionários no interior do empreendimento. Gostaria de agradecer especialmente à Mara Suzi, sem a qual grande parte dessas realizações não seria possível, e à Kaliane por todo o auxílio prestado.

À Evaldo Borges, pelas preciosas conversas e pelas fotos do período de construção do Jequitibá Plaza Shopping.

À Marcel Leal, presidente e editor do Jornal A Região, pela disponibilidade de consulta ao acervo do jornal, assim como a Edson e Léo pelo auxílio operacional. Da mesma forma, agradeço à Ivone, do Jornal Agora.

À Eliane Viana, da Secretaria de Saúde de Itabuna, pelos dados e informações acerca da pactuação do município.

À Luis Marques, arquiteto e diretor de Planos, Projetos e Planejamento Urbano da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente de Itabuna, pelos dados e informações cedidos.

À Eliane Almeida, da administração do edifício Artumiro Fontes, pela disponibilidade em nos acompanhar na realização dos registros fotográficos efetuados no edifício.

À Abílio, Wesley e Capitão Gilson, da Secretaria de Transporte e Trânsito de Itabuna, pelos dados e informações.

À Roberta Nascimento, pelos dados da Faculdade de Tecnologia e Ciência, à Josefina

Castro, pelos dados da Faculdades do Sul, e à Iris Pereira, pelos dados da Universidade Estadual de Santa Cruz.

À Carol Hamil, da TV Itabuna, pela entrevista e possibilidade de divulgação do nosso trabalho.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior pela concessão da bolsa de estudos, indispensável para nossa pesquisa, assim como para nossas condições materiais de existência. Da mesma forma, agradeço ao programa de assistência estudantil da Universidade de Brasília, que foi fundamental para a nossa permanência em Brasília, principalmente por propiciar nossa residência na Colina.

Por fim, agradeço aos que possuem papel decisivo na minha vida, minha formação, minhas ações, aos quais as palavras pouco podem dizer ou mensurar a relevância. Agradeço aos meus familiares pelo apoio incondicional em todos os momentos, pelos ensinamentos, o respeito e o compromisso, além da compreensão pelas minhas constantes ausências nesse período. Agradeço à Gilberto, meu pai, Esther, minha mãe, e Mônica, minha irmã. Agradeço também à Patrícia por todo o companheirismo, incentivo, carinho, respeito e amor dispensado a mim, e à Jaci, principalmente por cuidar tão bem dela. Agradeço especialmente ao meu filho, Igor, por sorrir, me abraçar e brincar, apesar da ausência que um dia espero ser compreendida, e à Rosângela, principalmente por cuidar dele de forma tão carinhosa e responsável. Agradeço ainda aos demais familiares, os quais não caberiam citar os nomes pelo mais que provável esquecimento de alguns, e aos que praticamente são da família, essencialmente meu afilado Nicolás, os compadres Wisk e Pel, além de Newton e Daniel.

Gostaria, nessa singela forma de mencionar alguns nomes e fatos, expressar a todos meus mais sinceros agradecimentos.

* * *

Resumo

OLIVEIRA JR., Gilberto. Novas expressões de centralidade e (re)produção do espaço urbano em cidades médias: o Jequitibá Plaza Shopping em Itabuna-BA.

A presente dissertação resulta da realização de um esforço reflexivo acerca das cidades médias. Esse esforço pautou-se na busca em apreender, partindo da teoria espacial, a premência de possíveis modificações no que tange à relevância contemporânea das cidades médias enquanto resultado e condição — para o atendimento e consumo — das novas formas contemporâneas de reprodução e acumulação do capital. Nesta direção, depreende-se que as novas formas de reprodução do capital vêm sendo suscitadas essencialmente pela imposição de novos processos econômicos no território, esses engendrados historicamente a partir dos processos de reestruturação produtiva e acumulação flexível, dos quais decorrem rupturas e permanências interescares que, embora não apreensíveis no âmbito estrito de uma escala espacial, possuem maior expressão concreta na escala intra-urbana. Objetivando proceder ao cumprimento das reflexões acerca das cidades médias, o problema acerca do qual se conduziram os debates encontrou-se centrado essencialmente a partir das modificações decorrentes da dinâmica econômica e os resultados provenientes desta que são impostos às cidades médias, convocadas a prover a materialização de interesses e racionalidades hegemônicas. Esse processo econômico se realiza pela materialização no espaço de formas verticais de reprodução do capital, conduzidas pela justaposição de escalas espaciais que se interpenetram para a realização dos interesses econômicos de grandes grupos investidores. Esses grupos, nesta perspectiva, passam a diversificar suas estratégias locais na medida em que outras categorias de cidade, para além das metrópoles, potencializam a realização dos seus interesses. Ao potencializar os interesses de reprodução e acumulação do capital por meio de processos espaciais e sociais que se coadunam, se aperfeiçoa a reprodução capitalista do espaço, congregando um debate entre a estruturação e a produção do espaço sob a luz da crítica à ampliação do mundo da mercadoria e à revalorização da terra urbana que aprofunda a fragmentação do espaço. Desta forma, a centralidade, e suas formas de expressão no espaço urbano, constituíram-se objeto das reflexões deste trabalho, na medida em que a centralidade, elemento essencial na capacidade de agregar, de realizar a política, a apropriação, foi e continua a ser subjugada aos interesses do capital e travestida em elemento de negação da sua própria realização. E mais, de opressão às potencialidades humanas e às formas transgressoras de apropriação do espaço que tendem a subverter os interesses do capital. Enquanto recorte espacial, os debates se desenvolveram acerca da cidade de Itabuna-BA, na qual debruçamos essencialmente sobre o Jequitibá Plaza Shopping e a expressão de centralidade do mesmo.

Palavras-chave: Cidades médias; Novas expressões de centralidade; Reestruturação do espaço urbano; Itabuna-BA; Jequitibá Plaza Shopping.

Resumen

OLIVEIRA JR., Gilberto. Nuevas expresiones de centralidad y reproducción del espacio urbano en ciudades medias: el Jequitibá Plaza Shopping en Itabuna-BA.

La presente disertación resulta de la realización de un esfuerzo reflexivo acerca de las ciudades medias. Este esfuerzo se basa en la búsqueda en aprehender, partiendo de la teoría espacial, la premiosidad de posibles cambios a respecto de la relevancia contemporánea de las ciudades medias en cuanto resultado y condición – para la atención y consumación – de las nuevas formas contemporáneas de reproducción y acumulación del capital. En este sentido, se entiende que las nuevas formas de reproducción del capital vienen siendo causadas por la imposición de nuevos procesos económicos en el territorio, esas formaciones históricamente a partir de los procesos de reestructuración productiva y acumulación flexible, de los cuales resultan rupturas y permanencias interescales que, aunque no aprehensibles en el ámbito estricto de una escala espacial, poseen mayor expresión concreta en la escala intraurbana. Objetivando proceder al cumplimiento de las reflexiones acerca de las ciudades medias, el problema acerca del cual se condujeron los debates se encontró centrado esencialmente a partir de las modificaciones venidas de la dinámica económica y de los resultados procedentes de éstas que son impuestos a las ciudades medias, solicitados para proveer la materialización de intereses y racionalidades hegemónicas. Ese proceso económico se realiza por la materialización en el espacio de formas verticales de reproducción del capital, conducidas por la yuxtaposición de escalas espaciales que se interpenetran para la realización de los intereses económicos de grandes grupos inversionistas. Esos grupos, en esta perspectiva, pasan a diversificar sus estrategias locacionales en la medida en que otras categorías de ciudad, para allá de las metrópolis, potencializan la realización de sus intereses. Al potencializar los intereses de reproducción e acumulación del capital por medio de procesos espaciales y sociales que se concilian, se perfecciona la reproducción capitalista del espacio, congregando un debate entre la estructuración y la producción del espacio bajo la luz de la crítica a la ampliación del mundo de la mercancía y a la revaloración de la tierra urbana que profundiza la fragmentación del espacio. De esta manera, la centralidad, y sus formas de expresión en el espacio urbano, se constituyeron objeto de las reflexiones de este trabajo, en la medida en que la centralidad, elemento esencial en la capacidad de agregar, de realizar la política, la apropiación, fue y continúa a ser subyugada a los intereses del capital disfrazada en elemento de negación de su propia realización. Y más, de opresión a las potencialidades humanas y a las formas transgresoras de apropiación del espacio que tienden a subvertir los intereses del capital. En cuanto recorte espacial, los debates se desarrollaron acerca de la ciudad de Itabuna-BA, en la cual nos inclinamos esencialmente sobre el Jequitibá Plaza Shopping y la expresión de centralidad del mismo.

Palabras clave: Ciudades medias; Nuevas expresiones de centralidad; Reestructuración del espacio urbano; Itabuna-BA; Jequitibá Plaza Shopping.

Résumé

OLIVEIRA Jr., Gilberto. Nouvelles expressions de centralité et (re) production de l'espace urbain dans villes moyennes: le Jequitibá Plaza Shopping à Itabuna – BA.

La présente dissertation résulte de la réalisation d'un effort réflexif à propos de villes moyennes. Cet effort-là concerne à la recherche en apprendre, partant de la théorie spatiale, l'urgence de possibles modifications en ce qui se concerne à l'importance contemporaine des villes moyennes comme résultat et condition – pour l'accueil et consommation – de nouvelles formes contemporaines de reproduction et d'accumulation du capital. Dans cette direction, on infère que les nouvelles formes de reproduction du capital sont suscitées essentiellement pour l'imposition de nouveaux procès économiques au territoire, ceux-là qui sont produits historiquement à partir des procès de restructuration productive et accumulation flexible, desquels découlent des ruptures et des permanences interescaleurs qui, malgré la non-appréhension au cadre strict d'une échelle spatiale, ont plus d'expression concrète à l'échelle intra-urbaine. Avec l'objectif de procéder à l'accomplissement des réflexions à propos des villes moyennes, le problème à propos duquel se sont conduits les débats s'est trouvé concentré essentiellement à partir des modifications qui résultent de la dynamique économique et les résultats provenant de celle-là qui sont imposés aux villes moyennes, convoquées à se munir de la matérialisation d'intérêts et rationalités hégémoniques. Ce procès économique se réalise pour la matérialisation à l'espace des formes verticales de reproduction du capital, conduites par la juxtaposition des échelles spatiales qui s'interpénètrent pour la réalisation des intérêts économiques de grands groupes investisseurs. Ces groupes-là, dans cette perspective passe à diversifier leurs stratégies des endroits à mesure que d'autres catégories de ville, au-delà des métropoles potencialise la réalisation de ses intérêts. En potencialisant les intérêts de reproduction capitaliste de l'espace, ajoutant un débat entre la structuration et la production de l'espace sur les yeux de la critique à l'agrandissement du monde de la marchandise et la revalorisation de la terre urbaine qui aggrave la fragmentation de l'espace. De cette forme là, la centralité, et ses manières d'expression à l'espace urbain, se sont constitués objet des réflexions de ce travail, à la mesure que la centralité, l'élément essentiel à la capacité de ajouter, de réaliser la politique, l'appropriation, a été et continue à être subjugué aux intérêts du capital et travestie en élément de négation de sa propre réalisation. Et plus, d'oppression aux potencialités humaines et aux formes transgressives de l'appropriation de l'espace qui tendent à subvertir les intérêts du capital. Comme le découpage spatial, les débats se sont réalisés sur la ville de Itabuna-BA, dont nous se sont penchés essentiellement sur le Jequitibá Plaza Shopping et l'expression de sa centralité.

Mots-clé: Villes moyennes; Nouvelles expressions de centralité; Restructuration de l'espace urbain; Itabuna-BA; Jequitibá Plaza Shopping.

Lista de figuras

| | |
|--|-----|
| Figura 1. Fluxograma da metodologia | 48 |
| Figura 2. Zoneamento e bairros de Itabuna..... | 187 |
| Figura 3. Mancha urbana de Itabuna, 1910-2000..... | 191 |
| Figura 4. Média de renda e anos de estudo por setor censitário em Itabuna, 2000..... | 198 |
| Figura 5. Realidade social nas periferias em Itabuna..... | 200 |
| Figura 6. Cultivo de subsistência e criação de animais para subsistência e troca solidária nas periferias em Itabuna..... | 202 |
| Figura 7. Atividades comerciais no trecho final da Avenida Cinqüentenário, Itabuna, 2007..... | 207 |
| Figura 8. Uso do solo no trecho inicial da Avenida Cinqüentenário, Itabuna, 2007..... | 211 |
| Figura 9. Utilização os espaços na Praça Camacan, Itabuna, 2007..... | 213 |
| Figura 10. Vias paralelas ao trecho inicial da Avenida Cinqüentenário, Itabuna, 2007 | 214 |
| Figura 11. Má conservação dos andares superiores nos prédios e sobrados na Avenida Cinqüentenário, Itabuna, 2007 | 216 |
| Figura 12. Vias paralelas ao trecho de maior intensidade de fluxos da Avenida Cinqüentenário, Itabuna, 2007 | 217 |
| Figura 13. Situação dos trabalhadores informais na Av. Cinqüentenário, 2007 | 220 |
| Figura 14. Áreas de desdobramento do centro com concentração de atividades comerciais, Itabuna, 2007 | 222 |
| Figura 15. Atividades comerciais presentes no subcentro São Caetano, Itabuna, 2007 | 232 |
| Figura 16. Qualidade do ambiente e condições de trabalho na feira do São Caetano, Itabuna, 2007..... | 236 |
| Figura 17. Primeira reforma da Avenida Paulino Vieira | 271 |
| Figura 18. Andamento do projeto de revitalização da Praça Camacan, 2008..... | 276 |
| Figura 19. Exemplo das características de construções no bairro Góes Calmon | 285 |
| Figura 20. Planta do edificio Palazzo Imperiale, Jardim Vitória, Itabuna | 295 |
| Figura 21. Exemplo de novos edificios residenciais no bairro Jardim Vitória, 2007 | 296 |
| Figura 22. Bairro Banco Raso, 2007..... | 304 |
| Figura 23. Imóveis e terrenos ociosos no bairro Jardim Vitória, 2007 | 306 |
| Figura 24. Área de construção do Teatro Municipal e Centro de Convenções, 2007..... | 307 |
| Figura 25. Lazer-consumo estimulado no interior do JPS | 312 |
| Figura 26. As vitrines enquanto elementos de sedução e indução ao consumo de mercadorias no JPS, 2007..... | 324 |

Lista de fotos

| | |
|---|-----|
| Foto 1. Precarização e vulnerabilidade da vida nas periferias de baixa renda em Itabuna | 156 |
| Foto 2. Faixa comemorando a instalação da Prefeitura Municipal no Bairro São Caetano, 1999..... | 234 |
| Foto 3. Vista parcial da terra urbana disponível para novos produtos imobiliários e especulação no entorno do JPS, 2000 | 258 |
| Foto 4. Andamento do projeto de “Shopping a céu aberto” da Av. Paulino Vieira, 2008..... | 275 |
| Foto 5. Tarik Fontes Plaza Hotel, 2007 | 290 |
| Foto 6. Ausência de infra-estrutura básica nas proximidades do Jequitibá Plaza Shopping, 2007 | 298 |
| Foto 7. Percurso das linhas de transporte coletivo na Av. Aziz Maron e as modificações na paisagem do entorno do JPS, 2007 | 332 |
| Foto 8. Ampliação horizontal do Jequitibá Plaza Shopping para a instalação das Lojas Marisa, novembro de 2007..... | 344 |

Lista de gráficos

| | |
|--|-----|
| Gráfico 1. Localização dos Shopping Centers no Brasil – 1976-2007 | 98 |
| Gráfico 2. Perfil do consumidor de Shopping Centers no Brasil, 2006 | 103 |
| Gráfico 3. População urbana e rural nos municípios de Itabuna e Ilhéus, 1970-2007 | 165 |
| Gráfico 4. Distribuição do emprego formal por setor em Itabuna, 2007..... | 166 |
| Gráfico 5. Município de residência dos estudantes de graduação da Universidade Estadual de Santa Cruz-UESC, 2007 | 178 |
| Gráfico 6. Município de residência dos estudantes de graduação das instituições de ensino particulares de Itabuna, 2007 | 180 |
| Gráfico 7. Expectativa da população em relação ao JPS..... | 254 |
| Gráfico 8. Dias de preferência para frequência no JPS de acordo com amostragem por aplicação de questionários, 2007 | 315 |
| Gráfico 9. Horário de preferência para frequência no JPS de acordo com amostragem por aplicação de questionários, 2007 | 316 |
| Gráfico 10. Faixa etária dos freqüentadores do JPS de acordo com amostragem por aplicação de questionários, 2007 | 318 |
| Gráfico 11. Nível de escolaridade dos freqüentadores do JPS de acordo com amostragem por aplicação de questionários, 2007 | 326 |
| Gráfico 12. Nível de rendimento dos freqüentadores do JPS de acordo com amostragem por aplicação de questionários, 2007 | 327 |
| Gráfico 13. Cidade de residência dos freqüentadores do JPS de acordo com amostragem por aplicação de questionários, 2007 | 333 |
| Gráfico 14. Crescimento anual do fluxo de consumidores potenciais no JPS, 2001 a 2007..... | 345 |

Lista de quadros e tabelas

| | |
|--|-----|
| Quadro 1. Síntese dos procedimentos metodológicos..... | 41 |
| Quadro 2. Relação dos entrevistados na pesquisa de base empírica..... | 46 |
| Quadro 3. Relação dos cursos superiores oferecidos nas instituições privadas de ensino de Itabuna, 2008 | 179 |
| Quadro 4. Principal motivo elencado pela amostra para a frequência no JPS, 2007 | 321 |
| Quadro 5. Linhas de transporte coletivo que atendem ao JPS, 2007 | 330 |
| Quadro 6. Principais grupos com atividades no ramo de Shopping Centers no Brasil..... | 347 |
| Quadro 7. Shopping Centers administrados pela Aliansce | 350 |
| | |
| Tabela 1. População urbana e rural no Brasil, 1940-2007..... | 141 |
| Tabela 2. População nas 10 maiores cidades do Brasil, 1960-1980..... | 143 |
| Tabela 3. Evolução demográfica de Itabuna e municípios limítrofes, 1980-2007 | 154 |
| Tabela 4. Número de empresas por setor nos municípios de Itabuna e Ilhéus, 2005 | 168 |
| Tabela 5. Número de empresas por setor nos municípios de Itabuna e Ilhéus, 2007 | 169 |

Lista de mapas

| | |
|--|-----|
| Mapa 1. Distribuição dos Shopping Centers no Brasil, 2008..... | 99 |
| Mapa 2. Expansão urbana no Brasil, 1534-1930..... | 140 |
| Mapa 3. Itabuna, Microrregião Ilhéus-Itabuna, Bahia, 2008..... | 152 |
| Mapa 4. Itabuna na malha rodoviária do estado da Bahia, 2008..... | 153 |
| Mapa 5. Regionalização da saúde no estado da Bahia, 2007 | 172 |
| Mapa 6. Municípios que utilizam serviços de saúde ofertados em Itabuna, 2006 | 174 |
| Mapa 7. Área de abrangência de Itabuna pelos serviços de comunicação, 2008..... | 175 |
| Mapa 8. Disposição dos equipamentos de transporte interurbano na cidade de Itabuna, 2008 | 182 |
| Mapa 9. Elementos da formação da cidade de Itabuna | 189 |
| Mapa 10. Pontes da cidade de Itabuna | 192 |
| Mapa 11. Área urbana de Itabuna, 2008 | 195 |
| Mapa 12. Elementos para a compreensão da formação do centro tradicional de Itabuna..... | 204 |
| Mapa 13. Trechos da Avenida Cinquentenário e diferenças na dinâmica do centro tradicional de Itabuna | 209 |
| Mapa 14. Evolução do centro tradicional de Itabuna | 223 |
| Mapa 15. Subcentro São Caetano, Itabuna, 2008..... | 231 |
| Mapa 16. Jequitibá Plaza Shopping, Itabuna, 2008..... | 240 |
| Mapa 17. Bairros com maior valorização em Itabuna, 2007..... | 284 |
| Mapa 18. Vazios urbanos no bairro Jardim Vitória no período de construção do JPS, 1998 | 288 |
| Mapa 19. Principais produtos imobiliários no bairro Jardim Vitória após a inauguração do JPS | 291 |
| Mapa 20. Diminuição dos vazios urbanos no bairro Jardim Vitória após a inauguração do JPS | 302 |

Lista de siglas e abreviaturas

| | |
|------------------|--|
| ABL | Área Bruta Locável |
| ABRASCE | Associação Brasileira de Shopping Centers |
| ALOSC | Associação dos Lojistas do São Caetano |
| ABEP | Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa |
| CDL | Câmara de Dirigentes Lojistas |
| CEDOC | Centro de Documentação e Memória Regional |
| CONDER | Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia |
| IBGE | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística |
| JPS | Jequitibá Plaza Shopping |
| PDU | Plano Diretor Urbano |
| PMI | Prefeitura Municipal de Itabuna |
| SC | Shopping Center |
| SEDUMA | Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente |
| SESAB | Secretaria de Saúde do Estado da Bahia |
| SEI | Secretaria de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia |
| SINTRATEC | Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Têxteis e Calçadistas do Sul e Extremo Sul da Bahia |
| UESC | Universidade Estadual de Santa Cruz |
| UIA | União Internacional dos Arquitetos |
| UNESCO | Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura |

Apresentação

O processo de construção da presente dissertação se constituiu permeado pela trajetória acadêmica que trilhamos. Desta forma, a mesma se consolida enquanto produto de momentos indissociáveis que certamente se iniciam com antecedência à concepção inicial da pergunta de partida que estrutura a dissertação e, por conseguinte, o próprio processo da sua construção e nosso ingresso no curso de mestrado deste programa de pós-graduação.

Neste sentido, a concepção inicial da dissertação efetuou-se incorporando essencialmente a colaboração direta e indireta de colegas e professores do nosso período de graduação em Geografia na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Dentre estes, merece destaque o Prof. Jânio Santos, que nos convidou no final do ano de 2004 a ingressar no grupo de pesquisa “Espaço Urbano em Metamorfose”.

A partir deste contato inicial, o Prof. Jânio Santos orientou a pesquisa monográfica que realizamos no decorrer da graduação, além de ter sido um grande incentivador do prosseguimento dos nossos estudos fazendo, inclusive, despertar nosso interesse em ingressar em um curso de mestrado e contribuindo decisivamente para a formulação das idéias que constituíram a concepção inicial do projeto de pesquisa que apresentamos enquanto requisito à participação no processo de seleção.

Esta concepção inicial do projeto de pesquisa foi gestada por inquietações provenientes quando do término da nossa monografia de graduação, em dezembro de 2005. Na referida monografia procuramos analisar a (re)produção do espaço urbano a partir das relações de trabalho no setor terciário no centro da cidade de Itabuna, e que suscitou por ocasião da sua conclusão algumas perspectivas e questões que consideramos relevantes para o desenvolvimento de novas pesquisas. Neste intento, formulamos uma pergunta de partida substanciada por algumas das questões levantadas ao final da monografia, as quais objetivamos desenvolver no processo de investigação que culminou na redação da presente dissertação.

No Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade de Brasília-UnB, as

disciplinas cursadas propiciaram profícuos debates com professores e colegas que terminaram por contribuir grandiosamente com o amadurecimento da temática e das questões da pesquisa. Além disso, conversas e debates com colegas em ambientes da universidade externos à sala de aula, assim como em encontros, congressos, simpósios e fóruns de debates de âmbito acadêmico e político, foram de fundamental relevância por contribuir no processo de formulação do problema pesquisado e na nossa formação.

Dentre as disciplinas, foram de grande importância os debates com as Profas. Marília Luisa Peluso, na disciplina “Teoria da Geografia”, e Lúcia Cony Cidade, na disciplina “Fundamentos da Gestão do Território”. Contudo, pela própria dinâmica e ementa da disciplina “Seminários de Dissertação”, um debate mais intenso acerca do nosso projeto de pesquisa pôde ser realizado com o Prof. Neio Campos, com prosseguimento na disciplina “Estudos Individuais”, na qual foram realizados inúmeros debates com o professor e colegas fundamentados na teoria espacial do geógrafo Milton Santos.

A disciplina “Sociologia do Trabalho”, do programa de pós-graduação em Sociologia, foi de grande relevância para nossa formação por proporcionar um exame e debate crítico e interdisciplinar das principais questões relativas às presentes transformações no mundo do trabalho, identificando a emergência das novas formas de conflitos, lutas e desigualdades nas sociedades contemporâneas, assim como impacto das transformações do mundo do trabalho sobre o desenvolvimento social e econômico e sobre a produção social do espaço. A partir desta disciplina e do contato com o Prof. Sadi Dal Rosso, ingressamos no Grupo de Estudos e Pesquisas do Trabalho (GEPT/SOL/UnB), no qual houve prosseguimento dos debates com professores e colegas.

Neste ponto, cumpre também destacar os intensos debates promovidos no grupo “Utopos”, grupo de estudos formado essencialmente por estudantes da linha de pesquisa “Urbanização, ambiente e território” do mestrado em geografia, no qual seus integrantes procuravam realizar a leitura e debate de autores pertinentes ao entendimento dos conteúdos da urbanização contemporânea de forma crítica.

A participação, no final do ano de 2006, do II Simpósio Internacional sobre Cidades Médias, na Universidade Federal de Uberlândia (UFU), foi importante pelo amplo debate com pós-graduandos de diversas universidades do país que realizam pesquisas com temas e

problemas próximos, além dos debates realizados nas palestras com os professores Beatriz Ribeiro Soares, Maria Encarnação Beltrão Sposito, Flávio Villaça, Roberto Lobato Corrêa, Maria Laura Silveira, dentre outros.

No decorrer do ano de 2007, foram relevantes as participações no VII Encontro Nacional da ANPEGE, na Universidade Federal Fluminense (UFF) — essencialmente pelos debates com professores e estudantes no grupo de trabalho “Urbanização da sociedade” —, e no X Simpósio Nacional de Geografia Urbana, na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), no qual pudemos receber contribuições de colegas e professores.

Contudo, neste período da nossa trajetória acadêmica, as contribuições mais pertinentes à pesquisa surgiram especialmente dos profícuos diálogos realizados no Laboratório de Análises Territoriais (LATER/GEA/UnB), em momentos de orientação com a Profa. Nelba Azevedo Penna.

Além desses momentos, foram de extrema relevância pessoal e profissional os períodos de realização do nosso estágio docente na disciplina “Introdução à Ciência Geográfica” e de organização local do Workshop “Desigualdades Sócioespaciais: Uma Visão Geográfica”, ambos no segundo semestre letivo de 2006. Em 2007, destacamos os trabalhos de campo desenvolvidos em parceria com a Profa. Denise Labrea da UFU e com professores da Universidade do Porto (UP), além da participação na mesa “Gestão Urbana: conflitos e consensos” durante a VII Semana de Extensão da UnB.

Em todos esses momentos, debatemos com a Profa. Nelba a temática da pesquisa e procuramos desenvolvê-la a partir das suas substanciais críticas, indicações, sugestões e seriedade profissional, que procuramos seguir na medida das nossas limitações.

* * *

SUMÁRIO

| | |
|-------------------------------------|-------|
| Agradecimentos..... | vi |
| Resumo..... | xi |
| Resumen..... | xii |
| Résumé..... | xiii |
| Lista de figuras..... | xiv |
| Lista de fotos..... | xv |
| Lista de gráficos..... | xvi |
| Lista de quadros e tabelas..... | xvii |
| Lista de mapas..... | xviii |
| Lista de siglas e abreviaturas..... | xix |
| Apresentação..... | xx |

PARTE I

| | |
|---|-----------|
| 1. Introdução..... | 2 |
| 1.1. Do tema ao problema: primeiras aproximações..... | 7 |
| 1.2. Estrutura e organização da pesquisa..... | 23 |
| 2. Metodologia..... | 26 |
| 2.1. O método de investigação..... | 29 |
| 2.2. Os procedimentos metodológicos..... | 33 |
| 2.2.1. Primeira etapa - Estruturação do arcabouço teórico-metodológico e pesquisa bibliográfica, cartográfica e documental..... | 35 |
| 2.2.2. Segunda etapa - Pesquisa de base empírica..... | 42 |
| 2.2.3. Terceira etapa - Sistematização e análise dos dados e informações..... | 47 |
| 2.2.4. Dificuldades, problemas e limites na realização dos procedimentos: algumas considerações..... | 50 |

PARTE II

| | |
|---|-----------|
| 3. Novas expressões de centralidade e (re)produção do espaço urbano..... | 55 |
| 3.1. Apontamentos acerca da (re)produção do espaço..... | 55 |
| 3.2. A cidade e a (re)produção do espaço urbano..... | 65 |
| 3.3. Centro, centralidade e (re)estruturação do espaço urbano..... | 68 |

| | |
|--|-----|
| 4. O Shopping Center como nova expressão de centralidade | 82 |
| 4.1. Shopping Centers: aspectos da racionalidade técnica desses empreendimentos | 84 |
| 4.2. Shopping Centers no Brasil: impactos na redefinição da centralidade no aprofundamento do estranhamento da vida cotidiana..... | 97 |
| 5. Cidades médias e urbanização contemporânea | 116 |
| 5.1. Cidades médias e investigação científica recente | 118 |
| 5.2. Contradições nas adequações das cidades médias ao processo de mundialização do capital..... | 127 |
| 5.3. Cidades médias e urbanização no Brasil..... | 138 |
| PARTE III | |
| 6. Expansão e estruturação urbana em Itabuna | 151 |
| 6.1. Itabuna: a centralidade da cidade..... | 163 |
| 6.2. Histórico da ocupação da cidade e estruturação intra-urbana..... | 186 |
| 6.3. Formação do centro tradicional da cidade de Itabuna..... | 204 |
| 6.4. Descentralização e recentralização no espaço intra-urbano em Itabuna | 227 |
| 7. O Jequitibá Plaza Shopping e a redefinição da centralidade em Itabuna | 238 |
| 7.1. Os agentes sociais envolvidos e seus discursos para a imposição das (novas) racionalidades hegemônicas no espaço: a construção do consenso | 248 |
| 7.2. As respostas do centro tradicional na redefinição do velho | 264 |
| 7.3. Novos produtos imobiliários e revalorização da terra urbana no entorno do JPS..... | 281 |
| 7.4. As rupturas cotidianas e as escalas de centralidade do JPS | 310 |
| 7.5. As expansões da concentração: um debate acerca das novas estratégias e possibilidades para o JPS..... | 336 |
| 8. Considerações finais | 355 |
| 8.1. Das últimas palavras aos novos começos para o debate do tema | 367 |
| Referências bibliográficas | 369 |
| Apêndices | 384 |

| | |
|---|------------|
| Modelo de questionário (Público freqüentador do Jequitibá Plaza Shopping) | 385 |
| Roteiro de entrevista (Administração do Jequitibá Plaza Shopping) | 386 |
| Roteiro de entrevista (Presidente da Câmara dos Dirigentes Lojistas de Itabuna) | 387 |
| Roteiro de entrevista (Presidente do Sindicato dos Comerciantes de Itabuna) | 388 |
| Roteiro de entrevista (Secretário de Indústria e Comércio, PMI) | 389 |
| Roteiro de entrevista (Engenheiro responsável, WA Engenharia) | 390 |
| Roteiro de entrevista (Corretores imobiliários) | 391 |
| Roteiro de entrevista (Presidente da Associação dos Lojistas do São Caetano) | 392 |
| Anexos | 393 |
| Lei 1324 – Uso e ocupação do solo – Alteração 2006 | 394 |
| Textos publicados no site da Prefeitura Municipal de Itabuna | 401 |



PARTE

- I -

1. Introdução, 2

1.1. Do tema ao problema: primeiras aproximações, 7

1.2. Estrutura e organização da pesquisa, 23

2. Metodologia, 226

2.1. O método de investigação, 29

2.2. Os procedimentos metodológicos, 33

2.2.1. Primeira etapa, 35

2.2.2. Segunda etapa, 42

2.2.3. Terceira etapa, 47

2.2.4. Dificuldades, problemas e limites na execução dos procedimentos, 50



Capítulo

1

Introdução

* * *

Não basta que o pensamento tenda a realizar-se, é também preciso que a realidade tenda a tornar-se pensamento.

Karl Marx, 1976, p. 58

Analisar a (re)produção e a (re)estruturação do espaço urbano é, antes de qualquer coisa, resultado da premência do estudo da cidade, visto o papel de expressão que esta assume nos dias atuais. A cidade engendra problemáticas para as quais as análises adquirem cada vez mais complexidade e notoriedade, e isso porque a cidade acentua sua própria relevância na reprodução das estruturas sociais e espaciais e na produção, circulação, realização e acumulação do capital, constituindo um ciclo.

Esse ciclo do capital demanda cada vez mais uma quantidade menor de tempo para realizar-se. Entretanto, como contradição, tal alteração no tempo social de produção não se expressa efetivamente na concretização de uma sociedade de pleno emprego, ou mesmo em um tempo livre maior composto de plenitude e substanciando uma vida dotada de sentido¹, mas sim como uma maior expropriação do tempo livre e em um processo de intensificação da exploração do trabalho — que se efetua, e gera reflexos nos trabalhadores, não apenas fisicamente, mas mental e emocionalmente, pela investida do capital nas dimensões cognitivas, afetivas, comportamentais, dentre outras².

Essas questões terminam por expor, além disso, o processo em que o tempo livre é subsumido e subjugado tanto pelo tempo de trabalho intensificado e precarizado quanto pelo tempo de consumo, fato que reforça ainda mais o esvaziamento da vida pela expropriação dos seus sentidos tanto dentro quanto fora do trabalho.

Nesta direção, esse esvaziamento que se dilata é constituído no/pelo aprofundamento das contradições da sociedade capitalista contemporânea, que tendem, portanto, a “elevar” o estranhamento e extenuar o homem não apenas no próprio ato de sua constituição — embora sob a égide do capital o trabalho seja simultaneamente atividade e fator de afirmação e negação da potencialidade humana, posto que ao mesmo tempo em que o trabalho pode libertar ele aprisiona, na medida em que o processo de trabalho é alienante³. Assim, o aprofundamento das contradições, no momento atual, extrapola o processo de trabalho, agregando, corroendo e corrompendo demais momentos do cotidiano social ao sentido da reprodução e acumulação do capital, embora o trabalho reafirme sua centralidade na produção

¹ Estes novos “momentos” de alienação e estranhamento tanto dentro quanto fora do trabalho são abordados por vários autores, a exemplo de Antunes (1999) e Alves (1999), que se preocupam em desvelar e compreender as contradições subjacentes ao discurso de melhoria da vida e de desenvolvimento social pela inovação tecnológica nos processos de trabalho e de produção e em outros momentos do cotidiano social.

² Neste sentido, a investida do capital em outras dimensões humanas no processo de trabalho ocorre de forma que se intensifique a alienação, em certa medida divergindo do que se acreditava quando no sistema taylorista/fordista as atividades mecânicas eram alvo de candentes críticas por reduzirem o homem a uma atividade repetitiva semelhante à da máquina.

³ Nesta direção o trabalho não pode ser encarado estritamente como realização do ser social, mesmo porque, “como resultante da forma do trabalho na sociedade capitalista tem-se a desrealização do ser social” (ANTUNES, 2003, p. 126), em um processo no qual o trabalho, para além de criar mercadorias, cria a si próprio e ao homem enquanto mercadoria.

do *valor*, enquanto extração de *sobre-trabalho*.

O capital, para a sua realização, impõe um processo de aprofundamento da submissão do homem à produção e realização do valor, caracterizando uma ruptura, embora frágil, na outrora divisão rígida entre o tempo de trabalho e o tempo livre, constituindo duas esferas cotidianas definidas. Essas esferas, contudo, passam a se tornar isoladamente incomensuráveis, tamanha sua flexibilidade — imposta essencialmente a partir dos processos de reestruturação produtiva e acumulação flexível —, indefinindo os momentos do cotidiano, da mesma forma como expressam a ofensiva do capital nos momentos de não-trabalho, a relevância destes para a dinâmica econômica e a territorialização desta dinâmica.

Desta forma, depreende-se que o homem encontra-se subjugado às imposições da dinâmica econômica não estritamente por deparar-se em uma situação que exija a venda do seu trabalho(-mercadoria) enquanto condição de apropriação de parte da produção social para si. Em outros termos, considera-se que no momento presente o homem é cooptado a realizar o processo de ampliação do mundo da mercadoria também por meio da reificação do seu tempo livre, que se realiza, portanto, estranhado, como tempo de consumo travestido em lazer subvertido.

As contradições imanentes ao momento atual — substanciadas pelas profundas transformações que se encontram em curso desde o final da década de 1970, essas de âmbito econômico, científico, técnico, político, espacial, dentre outros —, também se expressam pelo elevado (e sem precedentes) crescimento do desemprego estrutural e o aumento do número de trabalhadores na informalidade ou em regime de trabalho desregulamentado como resultado (e condição) do processo⁴.

Esses movimentos reforçam a ofensiva da normatização do mercado sobre os Estados e os direitos adquiridos através das lutas dos trabalhadores — resultando em desproteção

⁴ Segundo dados da Organização Internacional do Trabalho-OIT, a estrutura do emprego urbano na América Latina e Caribe é formada por empregos formais e informais de proporção praticamente iguais, com 51,5% de empregos formais e 48,5% de empregos informais. Quanto à taxa de desemprego, observando apenas países da América Latina, a média encontra-se em 9,3%, atingindo 18,9% nas camadas sociais mais pobres, sendo também maior entre as mulheres. No Brasil, a taxa de desemprego nas camadas sociais mais pobres é de 25,2%, com média de 10,9% (ORGANIZACIÓN INTERNACIONAL DEL TRABAJO, 2006).

social —, além de expor o decréscimo do número de trabalhadores empregados como uma condição (e contradição) de reprodução do sistema econômico quando o processo produtivo apresenta transformações de âmbito qualitativo que conseguem extrair mais valor de um número progressivamente menor de trabalhadores, intensificando e precarizando o trabalho humano e, por conseguinte, o próprio homem.

Tais questões, impendentes ao entendimento dos processos contemporâneos, fazem incidir o ônus da crise do capital sobre a classe-que-vive-da-venda-do-trabalho, e materializam-se no espaço, dentre outras formas, na formação de bolsões de pobreza e periferias de baixa renda nas cidades. Isso denota uma relação imbricada do capital enquanto sistema de metabolismo social⁵ — subvertendo e recriando constantemente a seu favor o sistema de mediação social — com o processo de produção e estruturação do espaço, com maior expressividade no espaço urbano.

Assim, frente a essas e outras transformações, depreende-se que as cidades compreendem os espaços que vêm concentrando e, portanto, expressando com maior evidência, sobretudo materialmente, o conjunto de problemas e conflitos gerados e mantidos no bojo do processo de reprodução da sociedade. Esse processo, por encontrar-se historicamente constrangido pela acumulação do capital, tem seus conflitos engendrados pelas próprias contradições do sistema metabólico social do capital, embora estas contradições sejam veladas na aparência como independentes das entranhas do sistema produtivo, ou seja, como supra-históricas. Desta forma, cabe à investigação científica compreender os processos nos quais a cidade se insere e os que são por ela impelidos ou reproduzidos.

Nesta perspectiva, a crescente intensificação do processo de urbanização em escala mundial, desencadeado no decorrer de todo o século XX e início do século XXI, e sua relevância para o processo de reprodução e acumulação do capital, revelam a cidade enquanto produto e condição da reprodução da sociedade contemporânea. Por conseguinte, a urbanização — e a cidade — tem sido alvo constante de investigação científica sob os mais diversos ângulos do processo e a partir de diferentes perspectivas analíticas, teóricas e

⁵ Ver Antunes (1999), especialmente o Capítulo 1, intitulado “O sistema de metabolismo social do capital e seu sistema de mediações”.

epistemológicas.

Tal fato vem expressar, dentre outras questões, o interesse de pesquisadores que se dedicam às temáticas compreendidas na complexidade da cidade e do urbano e nas suas amplas possibilidades de análise e apreensão. Tais possibilidades desencadeiam modos de leituras e iluminação diferenciados destas realidades — tanto em âmbito conceitual quanto no trato metodológico com o empírico —, principalmente porque estes pesquisadores possuem vínculos mais ou menos estreitados com órgãos governamentais, movimentos sociais, perspectivas teórico-ideológicas, dentre outros. Isso resulta em pesquisas que tendam a construir-se subentendendo interesses de deturpação ou dissecação da realidade, isto em maior ou menor intensidade.

De qualquer forma, tem-se observado que é crescente a relevância dos estudos que versam acerca das mais diversas questões impelidas pela urbanização da sociedade. Essas questões têm sido constantemente objetivadas através da análise de diversos estudiosos do vasto campo das ciências humanas e sociais e de outros campos de pesquisa interdisciplinares, a exemplo do planejamento urbano e regional, gestão e ordenamento do território, desenvolvimento sustentável, dentre outros.

Dentre estas ciências, nota-se que a Geografia pode proporcionar uma apreensão diferenciada da realidade urbana, posto que sua análise se constrói pautada e aderindo em si elementos e processos sociais e espaciais que se conjugam no movimento incessante de (re)produção do espaço urbano, construindo a apreensão da cidade enquanto “uma totalidade articulada de processos sociais e espaciais” (PENNA, 2000, p. 19).

Nesta direção, a perspectiva da produção do espaço apresenta-se como relevante para a própria apreensão do movimento da sociedade — que se define (ao constituir-se) como uma totalidade⁶ —, posto que esta perspectiva que não se furta de apreender e sublinhar as contradições, mediações, conflitos e interesses que se revelam e se ocultam permeando os processos sociais que incidem na produção do espaço e as condicionantes do espaço frente aos processos sociais.

⁶ Esta categoria será tratada com maior profundidade no item “O método de investigação” no Capítulo 2, página 28, primeira parte desta dissertação.

Os estudos empreendidos por geógrafos que se debruçam em analisar a cidade e o urbano tendem a diferenciar-se por serem embasados em determinadas características das cidades, que tangem, dentre outras questões, pelo tamanho ou porte destas (físico e demográfico), sua complexidade funcional intra e interurbana (implicando na própria relevância da cidade na rede urbana), pela sua estruturação inter e intra-urbana e a capacidade das cidades em aperfeiçoar a reprodução do espaço à acumulação do capital.

Estes aspectos, quando indissociados em âmbito teórico e conceitual, substanciam um ponto de partida teórico e metodológico para diferenciar cidades pequenas, médias e grandes, conferindo uma significativa contribuição para a própria definição destas.

1.1. Do tema ao problema: primeiras aproximações

O processo de urbanização, que se aprofundou consubstanciado por demais processos sociais e econômicos cujas maiores expressividades desencadeiam-se no decorrer do século XX, portou consigo rupturas interiorizadas em permanências latentes que, por seu turno, incidem nos processos de produção e estruturação do espaço urbano. Estas rupturas e permanências são apreensíveis quando se considera tanto a escala intraurbana quanto a escala interurbana — esta última em âmbito regional, nacional ou mundial —, embora devam ser pensadas pautadas em uma estratégia de apreensão de mediação entre as escalas, constituindo um pensamento interescalar sobre os processos sociais e espaciais na cidade.

O referido aprofundamento do processo de urbanização apresenta como expressiva característica, uma elevada concentração populacional por um pequeno número de cidades em diferentes países do mundo. Essa concentração de população encontra-se aliada, igualmente, a demais formas de concentração, a exemplo da concentração econômica, cultural, de infraestrutura, informação, poder de articulação, assim como dos problemas e conflitos latentes à reprodução da totalidade social estrangida pelo capital.

Esses problemas e conflitos são constituídos, se expressam e se velam em diferentes ordens complexamente inter-relacionadas entre si: econômica, social, política, ambiental, dentre outras, que se demonstram em questões relevantes como habitação, saneamento, segurança, cidadania, acessibilidade, renda, lazer, segregação.

A partir disso, justifica-se, por um lado, a existência de um notório número de análises acerca da cidade que se concentram em apreender o processo de metropolização, devido essencialmente à própria escala privilegiada de análise dos processos de reprodução e urbanização da sociedade e acumulação do capital.

Por outro lado, diversos estudos recentes têm apontado aspectos de outras categorias de cidades pautados na própria relevância da concentração de população em grandes áreas urbanas que, dentre outros problemas sociais, espaciais e ambientais, tece no território uma rede urbana considerada desequilibrada.

Dentre os enfoques recentes acerca das cidades médias/intermédias que se encontram exatamente na gestão e planejamento territorial, parte-se da concepção de possibilidade de constituição de redes urbanas consideradas mais equilibradas. Para tanto, essa perspectiva se assenta nas cidades médias, e no seu papel de intermediação, situando essa categoria de cidades em evidência nos mais diversos países do mundo, especialmente nos países que em determinadas metodologias encontram-se avaliados enquanto subdesenvolvidos ou em desenvolvimento.

Isso porque, nos países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento encontram-se atualmente 15 das 20 cidades com população superior a 10 milhões de habitantes no mundo residindo em áreas consideradas urbanas (UNITED NATIONS, 2006), fato que expressa a macrocefalia e o desequilíbrio da rede urbana nos países subdesenvolvidos.

O crescente número de estudos acerca da temática das cidades médias nas últimas décadas, que denotam uma relevante preocupação com a sua (in)definição, por um lado, aponta para a “fragilidade” teórica que historicamente embeveceu a construção do seu conceito e classificações, demasiado imprecisos. Por outro lado, aponta para uma mudança quanto aos papéis e, portanto, quanto à própria relevância das cidades médias na rede urbana e

para a incidência, nesses espaços, de fenômenos sócioespaciais que outrora se encontravam restritos às metrópoles.

Alguns estudos recentes vêm demonstrando que estes fenômenos têm servido para modificar, inclusive, a dinâmica do processo de estruturação das cidades médias. Entretanto, estes fenômenos não podem ser considerados — por uma simplória analogia desmedida — idênticos aos das grandes cidades, o que pressupõe a necessidade de concepção de um instrumental analítico-conceitual específico para as cidades médias/intermédias. Neste sentido, esse instrumental deve estar comprometido em procurar compreender essa categoria de cidades na totalidade do movimento contemporâneo de urbanização da sociedade e acumulação do capital.

Nesta direção, nota-se que os estudos sobre cidades médias devem não apenas constar de elementos estritamente empíricos devido essencialmente à sua indefinição conceitual. Isso termina por implicar que uma das relevâncias destes estudos, no plano acadêmico, seja a de contribuir (direta ou indiretamente) para o desenvolvimento da sua definição, ou de não se furtar em discutir seu conceito, que se encontra atualmente sob expressivo, profícuo e candente debate.

Tradicionalmente as cidades médias têm sido definidas essencialmente de acordo com o porte demográfico destas cidades, conformando números que inevitavelmente sofrem modificações ao longo do tempo e adequações quanto às escalas espaciais. Evidentemente que ao se considerar uma determinada quantidade de habitantes se torna mais provável que as cidades venham a desempenhar determinadas funções características de cidades médias, e assim exerçam uma polarização sobre a sua hinterlândia, demonstrando capacidade de tecer redes em territórios mais ou menos contíguos.

De qualquer forma, é inegável que a prescrição e anuência de um aporte estritamente quantitativo quanto a demografia para defini-las é insatisfatório, sem consistência, bem como não é determinante, embora possua sua relevância, devendo a demografia ser congregada a demais variáveis e fatores, tanto de âmbito quantitativo quanto qualitativo.

O histórico de classificação estritamente demográfico constitui uma espécie de

“tradição quantitativa”. Essa, por seu turno, evidencia que é extensa a diversidade entre as cidades médias, e esta diversidade se apresenta como característica fundamental desta categoria de cidades. Isso termina por conduzir à constatação da utilização de critérios diferentes para a definição do quantitativo demográfico, que tendem a variar de acordo com as escolhas de cada pesquisador quanto ao que este considera ou estabelece como relevante ou irrelevante na construção de uma definição de cidade média, ou simplesmente em determinada classificação ou levantamento de cidades médias para fins de planejamento, políticas públicas, dentre outros.

Decerto, a escolha dessas e de demais variáveis possui sobre si um peso político, ideológico, dentre outros. E, nesta direção, iluminam o processo de urbanização e a realidade concreta das cidades médias diferencialmente, velando ou desvelando problemas e conflitos, supervalorizando ou desprezando soluções e estratégias.

As diferentes variáveis que embasam as definições de cidades médias e eclodem em perspectivas que apresentam determinadas divergências, em certo sentido, expressam uma consistente dificuldade de congregar e sintetizar a evidente amplitude da heterogeneidade que compreende a realidade das cidades médias. A tal fato se agrega que as cidades médias são incorporadas de maior complexidade de síntese conceitual quanto menor a escala de análise, em um movimento analítico no qual se evidencia ainda mais as disparidades existentes entre as cidades consideradas médias. Em outras palavras, nota-se que é crescente a dificuldade na definição de cidades médias quando parte-se de um nível de escala local ou microrregional para a mundial, passando por todas as escalas que se possam considerar entre essas duas extremidades.

As nuances e imbricações espaço-temporais (de)compostas e recompostas pela desigualdade e diferenciações inerentes no/do processo de (re)produção social do espaço condicionam, assim como também (re)arranjam os papéis e a relevância das cidades médias na rede urbana em diferentes escalas, nas quais se articulam e se interpenetram questões políticas, econômicas, culturais, dentre outras.

Assim, embora se considerando que as diferentes temporalidades se conjugam no tempo presente no mesmo espaço, estas temporalidades se articulam desigualmente

resultando em espaços diferenciados e fragmentados, implícitos ao movimento de reprodução social. Este movimento congrega conteúdos novos em embate com velhos, modificando e sendo modificados pelo perpétuo rearranjo (econômico-social) no/do espaço, o que significa que variáveis estatísticas rígidas encontram cidades médias diversas em uma escala temporal, quando comparadas as décadas de 50, 70 e a atual, por exemplo.

Disso se depreende que, por um lado, uma das contextualizações para a definição das cidades médias é a temporal e, por outro lado, as cidades médias se apresentam médias quando permeadas pelos contextos e conteúdos do processo de urbanização. Nestes, portanto, devem ser apreendidas e desveladas de forma que sejam pensadas interpenetradas ao movimento dos processos sociais, econômicos e espaciais contemporâneos. As cidades médias, nesta direção, não se constituem inertes enquanto médias e definidas por atributos fixados temporalmente, não sendo apreendidas de forma dissociada ao processo de reprodução da sociedade e do capital, de forma dissociada da realidade social em incessante e inconstante movimento.

Estudos recentes, a exemplo dos realizados por Bellet Sanfelú; Llop Torné (2004) e Castello Branco (2006), dentre outros, apontam para outros aspectos e/ou variáveis de âmbito qualitativo e quantitativo que subsidiam com maior propriedade uma definição e classificação ou tipologia de cidades médias.

Castello Branco (2006), ao realizar uma análise acerca das cidades médias no Brasil, aponta para o crescimento da importância que essa categoria de cidades vem adquirindo nas últimas décadas no país, fato que se expressa tanto no crescimento do número de cidades médias quanto no incremento populacional expresso nessas cidades.

Objetivando contribuir com a definição de cidades médias, Castello Branco (2006) conclui que embora o tamanho demográfico deva ser considerado no processo de investigação, deve-se ressaltar que tanto a localização dessas cidades quanto o sistema de transportes em que as cidades médias encontram-se inseridas têm enorme peso no tamanho da população. Ressalta ainda a importância do tamanho econômico e do grau de urbanização, além da qualidade de vida urbana, mas atribui como essência das cidades médias a centralidade.

Neste sentido, a autora reforça que é preciso considerar que a não inclusão das cidades que se encontram inseridas em regiões metropolitanas ou polarizadas por capitais de estados ou províncias na classificação de cidades médias se deve ao fato de que as cidades em tal situação certamente não possuiriam as condições necessárias para polarizar sua hinterlândia e exercer as funções de centralidade e intermediação com outras escalas, tomadas como ponto de partida para a definição de cidades médias.

De acordo com as análises de Sposito (2006b), depreende-se que a centralidade compreende um princípio de proximidade que resulta na estruturação das cidades médias como área ou região. Embora, no momento atual, a proximidade, que condiciona a estruturação da cidade em área ou região — e expressam a centralidade da cidade —, não pode ser o único ou principal aspecto da definição desta categoria de cidades, na medida em que essas se encontram atualmente inseridas nas possibilidades oriundas pela conectividade. Isso implica na inserção das cidades médias em redes de articulações de diferentes escalas espaciais que não necessariamente necessitem de continuidades territoriais, o que significa que paralelamente ao seu papel regional, as cidades médias exercem novos papéis. Desta forma, cumpre compreender como e porque no momento atual os papéis das cidades médias se modificam e se redefinem.

Assim, a partir do final da década de 1970, com a crise de acumulação do capital implicando nos processos de reestruturação produtiva e acumulação flexível, as cidades médias revestem-se de novos atributos que cada vez mais se apresentam como não mensuráveis sob os critérios quantitativos rígidos que historicamente consubstanciam a definição (e classificação) dessa categoria de cidades.

E, neste sentido, as redefinições atuais dos papéis das cidades médias se embebem de ordens e racionalidades globais e locais que se entrecruzam e se interpenetram visceralmente. Esse movimento atribui então novos papéis aos territórios não-metropolitanos frente ao processo de mundialização do capital, dentre os quais se destacam as cidades médias, por apresentarem os requisitos necessários às novas necessidades de alocação do capital que se desconcentra espacialmente das regiões metropolitanas, a exemplo da localização privilegiada na rede de transporte e a qualificação da mão-de-obra.

Nesta direção, e em função desses novos momentos e processos inseridos na dinâmica da produção social do espaço, se criam novas expressões de centralidade na escala intra-urbana. Essas podem ser expressas a partir o crescimento horizontal do tecido urbano por meio da constituição de subcentros, por meio de desdobramentos do centro, ou pela saturação dos centros tradicionais para as necessidades impelidas pelas novas formas contemporâneas de reprodução e acumulação do capital, além da imposição de (novos) tempos hegemônicos. Ou seja, as alterações na dinâmica econômica condicionam que a cidade possua novas expressões de centralidade porque as tradicionais não são mais funcionais à reprodução e acumulação do capital, bem como ao acolhimento de novos capitais que se desconcentram espacialmente para os espaços que economicamente apresentam-se como mais propícios e rentáveis — embora em muitas cidades o centro tradicional se insira em um movimento de revitalização para o atendimento dos interesses do capital.

Além disso, as novas centralidades expressam o intuito de fragmentar a cidade em lugares cada vez mais definidos pelas estratégias dos agentes imobiliários — estratégias estas que se definem pela mediação do mercado capitalista e imputam ao espaço a condição de mercadoria. Assim, são criados e inseridos novos artefatos que favorecem e aperfeiçoam a reprodução capitalista do espaço: o espaço como produto social constrangido pela acumulação do capital enquanto sistema metabólico social.

Essas novas expressões de centralidade também sugerem um processo de valorização do espaço urbano, na medida em que a atração exercida por estas áreas implica em alterações no preço e acesso à terra urbana, principalmente no entorno imediato a estas novas centralidades, propiciadas essencialmente pelas externalidades que são internalizadas por elites locais e se configuram, posteriormente, em novas externalidades, desta vez internalizadas pela centralidade.

Sob esta perspectiva é que nas cidades médias, neste novo momento do processo de urbanização, observa-se, dentre as inúmeras características que se destacam a partir da década de 1970, que é recorrente em diferentes pesquisas recentes a relevância do desenvolvimento da tendência à insurgência de atividades e equipamentos comerciais e de serviços territorialmente descentralizados, ou seja, que se localizam territorialmente em áreas

exteriores ao centro principal ou tradicional das cidades.

Estudos recentes, a exemplo dos realizados por Sposito (1991, 1998a, 2001), Silva (2001b, 2003), Silva e Sposito (2003), Soares (2003) e Montessoro (2001), vêm demonstrando que estes equipamentos que insurgem territorialmente descentralizados são capazes de gerar e manter fluxos que, ao se estabelecerem e se intensificarem, consolidam a criação de uma nova expressão de centralidade, o que redefine a própria noção de centralidade no espaço urbano.

De acordo com Sposito (2001), o fenômeno da descentralização produz especificamente duas dinâmicas econômico-territoriais que se conjugam e se coadunam, expressando, para além da descentralização territorial de determinados equipamentos comerciais e de serviços, a recentralização e reconcentração dessas atividades.

Nessas dinâmicas, uma característica relevante levantada pela autora, diz respeito ao fato de que a redefinição da centralidade não se manifesta — e, portanto, não pode ser analisada e apreendida — estritamente no plano da localização das atividades comerciais e de serviços. Neste sentido, aponta-se que os estudos que se dedicam à natureza dessa temática devem essencialmente se pautar nas diversas relações decorrentes entre essa localização territorialmente descentralizada e os fluxos que ela gera e que a sustentam. Esse seria um primeiro momento de apreensão de novas expressões de centralidade, através da indispensável articulação entre o que se encontra fixo e o que está em movimento no território.

De acordo com Sposito (1991, 1998a, 2001), Silva, W. (2001b, 2003), Silva e Sposito (2003), Soares (2003), Montessoro (2001) e Ruiz (2004), dentre outros autores, essas novas expressões de centralidade, ao se fixarem e se consolidarem gerando e mantendo fluxos diversos, apresentam uma ruptura no processo de estruturação das cidades monocêntricas, desencadeando um processo de reestruturação do espaço urbano a partir da poli(multi)centralidade.

Essa ruptura, que se constitui ao instituir um processo de reestruturação do espaço urbano, consiste na concentração de atividades comerciais e de serviços em áreas externas às

do centro tradicional ou principal das cidades, sendo esse processo observado como de consistente relevância pelos estudos recentes.

Isso vem a ocorrer porque, na medida em que se consolida esta mudança nos usos do espaço urbano, nas diferentes articulações entre os usos, nas suas disposições no tecido urbano e nos fluxos anteriormente existentes em decorrência dos novos fluxos que se impõem e se desenvolvem, torna-se possível verificar a incidência de novas expressões de centralidade no espaço urbano em cidades médias.

Neste sentido, esse processo propicia o debate e a apreensão da (re)estruturação do espaço urbano a partir da poli(multi)centralidade, que se expressa divergindo da estrutura urbana outrora com forte predominância nas cidades médias, ou seja, a monocêntrica. A reestruturação implica, ao mesmo tempo em que é implicada, em fenômenos que complexificam os processos sócioespaciais no urbano e na cidade, e isto os tornam relevantes de forma que estes devam ser desvelados através de estudos geográficos que se concentrem em explicá-los, apontando não apenas como este processo se desenvolve mas, essencialmente, porque se desenvolve, retirando do pensamento sobre o real as amarras de uma causalidade formal e esterilizante.

A poli(multi)centralidade como fenômeno desencadeador do processo de reestruturação do espaço urbano em cidades médias (nas quais percebe-se uma tendência de descentralização territorial das atividades comerciais e de serviços e recentralização, principalmente de fluxos, nessas áreas), proporciona novas relações na dinâmica do processo de (re)produção do espaço. Sem dúvida, é uma problemática recente que suscita nos estudos aferidos pela ciência geográfica e se faz emergente pela sua relevância para a análise da cidade e dos novos conteúdos do processo de urbanização contemporânea.

Observa-se que o fenômeno da poli(multi)centralidade em cidades médias ainda carece de atenção, sobretudo, no caso brasileiro, na Região Nordeste. Nota-se, contudo, em outras regiões do país — principalmente nos estados de São Paulo, Minas Gerais e Paraná —, que é crescente a produção acadêmica sobre o tema através de monografias, dissertações, teses e artigos científicos que, indubitavelmente, contribuem para o desenvolvimento e aprofundamento analítico da problemática.

Assim, de acordo com o que foi elencado, apresenta-se a temática desta pesquisa, que compreende a análise dos novos processos sociais e espaciais que transformam os papéis das cidades médias, redefinindo-os. Essa redefinição de papéis, por sua vez, será analisada a partir das mudanças ocorridas na dinâmica intra-urbana, tendo como ponto de partida o movimento econômico que subsume as cidades médias pelas prementes necessidades da reprodução e acumulação do capital no atual momento histórico.

Esse movimento econômico delinea um problema, na medida em que impele nas cidades médias a criação de novas expressões de centralidade e artefatos mais profícuos à imposição de tempos hegemônicos, ou seja, mais profícuos ao novo contexto da dinâmica econômica. Esse contexto, ao redefinir os papéis das cidades médias, revela na dinâmica intra-urbana destas cidades as mudanças resultantes do embate entre o que existe e o que se impõe, embate que vela e desvela as contradições do movimento do mundo nos lugares.

Desta forma, a problemática desta pesquisa pode ser sintetizada na seguinte questão: qual a relação entre a poli(multi)centralidade e o processo de (re)estruturação do espaço urbano em cidades médias com a redefinição dos papéis destas cidades frente ao processo de mundialização do capital?

Para o desenvolvimento analítico desta questão, parte-se da hipótese de que, nas cidades médias, as novas áreas centrais são criadas para estas cidades se adequarem e “atenderem” às mudanças decorrentes da dinâmica econômica a partir da mundialização do capital. Tal fato denota, nestas cidades, um processo de redefinição dos seus papéis, bem como revela, na maioria dos casos, a não funcionalidade e/ou incapacidade dos centros tradicionais em receber e “atender” às necessidades contemporâneas da reprodução e acumulação do capital. Ou seja, são os novos papéis determinados às cidades médias no processo de mundialização do capital que impelem nestas cidades a necessidade de criar novas áreas centrais, tornando as cidades médias atrativas à localização de novos artefatos ou equipamentos comerciais e de serviços pautados em novos fluxos, materiais e imateriais, de capital e mercadorias que reproduzem novos signos, idéias, valores, contradições, discursos, dentre outros.

As cidades médias apresentam-se então como espaços privilegiados para o

atendimento dessas necessidades de reprodução do capital no momento em que ocorre um processo de descentralização espacial do capital produtivo ou do terciário. Isso porque essas cidades, além de situarem-se em localizações relevantes, possuem requisitos importantes quanto às redes de transporte e comunicação e exercem uma centralidade em nível interurbano sobre determinada contigüidade territorial, atraindo, portanto, consumidores, o que faz com que estes novos investimentos sejam rentáveis economicamente. Estes investimentos, ao se instalarem, reforçam a própria centralidade que estas cidades já exerciam, fato que inclusive otimiza a reprodução dos novos valores decorrentes da imposição do tempo hegemônico em outros espaços territorialmente descentralizados na rede urbana.

Neste sentido, a presente pesquisa possui como objetivo geral: analisar os processos de (re)produção e (re)estruturação do espaço urbano em cidades médias a partir da criação de novas expressões de centralidade. Essas se consolidam redefinindo os papéis desta categoria de cidades frente a um novo contexto de reprodução e acumulação do capital, o que revela a possibilidade de análise dos processos sociais e espaciais na cidade a partir da relação entre as novas expressões de centralidade e a redefinição dos papéis das cidades médias.

Com este intento, a pesquisa delimita um recorte espacial a ser observado frente à perspectiva de análise elencada após a compreensão desses novos processos sociais e espaciais. Nesta direção, procurou-se desvelar os referidos processos decorrentes das novas expressões de centralidade através da sua possível incidência na cidade de Itabuna, e nesta cidade, a partir da instalação do Jequitibá Plaza Shopping. Essa delimitação, para além da relação de proximidade constituída por termos residido em Itabuna, apresenta-se pautada na construção de um olhar científico e geográfico dos problemas urbanos do lugar a partir das categorias da geografia.

Assim, entendendo que o recorte espacial busca apreender “nos lugares as lógicas reveladoras dos interesses estratégicos mundiais, associados ou não aos interesses locais” (PENNA, 2003, p. 38), esse recorte espacial nos interessa enquanto possibilidade de observação e análise do contexto geral. Ou seja, no seu contexto empírico, a proposta de pesquisa debruça-se sobre o espaço e a dinâmica interna da cidade de Itabuna, buscando

apreender como esta realidade específica se insere no contexto de debates sobre cidades médias/intermédias a partir da poli(multi)centralidade e da (re)estruturação do espaço urbano da/na cidade.

Para esta finalidade foram identificadas as áreas centrais (o centro tradicional e a nova expressão de centralidade) no histórico do processo de estruturação do espaço urbano em Itabuna, buscando discutir a temática relacionando-a com o movimento contemporâneo do capital. Neste intento, enquanto artefato imbricado ao novo contexto, o Jequitibá Plaza Shopping, inaugurado no ano 2000, restabelece outra importante centralidade, cuja relevância da sua implantação revela-se na transformação dos processos de (re)estruturação e (re)produção do espaço urbano na cidade de Itabuna.

Sob esta perspectiva, a implantação e consolidação do Jequitibá Plaza Shopping (re)define uma nova expressão de centralidade no espaço intra-urbano em Itabuna, reafirmando seu papel de intermediação e centralidade na rede urbana e ao mesmo tempo reestruturando o espaço intra-urbano. Essa reestruturação acompanha-se de implicações no processo de (re)produção do espaço urbano, na medida em que atende à imposição de um novo contexto de reprodução e acumulação do capital.

Nesta direção, o Jequitibá Plaza Shopping — como uma afirmação da emergência da poli(multi)centralidade na cidade —, e suas implicações, apresenta-se como um excelente recorte para substanciar a análise e apreensão da estruturação/reestruturação e produção/reprodução do espaço da cidade.

Nota-se então o Jequitibá Plaza Shopping como um elemento reestruturador/recentralizador do/no espaço urbano em Itabuna e desencadeador de novos fenômenos e processos espaciais e sociais. Portanto, torna-se indispensável estabelecer uma leitura geográfica dos mesmos que pense o espaço como produto social, por conseguinte, as relações sociais como produtoras do espaço; relações que não podem ser dissociadas do processo histórico ao qual está subordinada a sua produção. O espaço é produto, condição e meio da materialização destas relações (CARLOS, 1994).

Compreendendo que o Jequitibá Plaza Shopping consolida uma nova expressão

centralidade, pode-se assim analisar a sua instalação articulada com uma ruptura entre o processo de estruturação monocêntrico e a nova expressão de centralidade. Essa última desencadeia um processo de reestruturação das dinâmicas das relações que produzem o espaço urbano em Itabuna através da consolidação do shopping enquanto centralidade no referido espaço, poli(multi)centralizando-o.

Tendo em vista que o shopping reestrutura o espaço urbano na cidade na medida em que os investimentos que o propiciam decorrem também de uma reestruturação em âmbito interurbano e, portanto, interescalar, a proposta de pesquisa fundamenta-se pela crescente relevância do papel que as cidades médias vêm adquirindo nas últimas décadas para a reestruturação urbana e regional do território brasileiro, fato que se deve, principalmente, ao desempenho produtivo desta categoria de cidades para a economia, em termos de reprodução e acumulação do capital.

A partir da construção da análise geográfica acerca do recorte espacial supracitado, a pesquisa possui os seguintes objetivos específicos:

- (1) Identificar e apresentar elementos que permitam analisar em que medida Itabuna pode ser pensada enquanto cidade média;
- (2) Verificar e analisar a relevância e a ação dos agentes do poder público e da iniciativa privada na implantação do Jequitibá Plaza Shopping em Itabuna;
- (3) Analisar a influência do Jequitibá Plaza Shopping na revalorização do espaço urbano no entorno à sua área de instalação;
- (4) Identificar e analisar os padrões e as necessidades de consumo geradas pelo conteúdo da nova área central em Itabuna e a relação dessas necessidades e da nova centralidade com o aprofundamento do estranhamento da vida cotidiana na cidade.

Por se consolidarem essencialmente substanciadas pelas atividades comerciais e de serviços, as novas expressões de centralidade constituem-se de equipamentos que geram e mantêm padrões e necessidades de consumo que respondem ao conteúdo do novo contexto da reprodução do capital, estruturada através de fluxos de natureza material e imaterial. Essas

necessidades de consumo, por subjugarem ainda mais o tempo livre à ampliação do mundo da mercadoria e as mediações das relações sociais ao valor de troca, expressam também o crescente distanciamento entre o indivíduo e a produção humano-genérica consciente, resultando no aprofundamento do estranhamento da vida cotidiana na cidade.

Neste sentido, ao reforçar e consolidar uma ruptura tênue que não se define claramente entre o tempo de trabalho e o tempo livre, subjugam outros momentos cotidianos à reprodução e acumulação do capital, ou seja, à produção e realização do valor. Isso se consolida ao mesmo tempo em que se intensifica e precariza o trabalho em um processo produtivo com profundas alterações de âmbito qualitativo. Tais fatos impulsionam um processo de esvaziamento de sentido do homem enquanto ser social — tendendo a não realizar-se senão no sentido da realização da mercadoria —, tanto dentro quanto fora do trabalho, principalmente pelos novos fluxos imateriais.

Esses fluxos, ao se estabelecerem e se intensificarem no sistema de mediação social, terminam por não permitir observar separadamente os momentos cotidianos, assim como dificultam a própria apreensão da intensidade das suas expropriações para o homem e reapropriações pelo capital.

Portanto, as novas expressões de centralidade apresentam-se como movimentos da dinâmica espacial relevantes ao debate acerca da ofensiva do capital sobre os momentos de “não-trabalho”, que, cada vez mais, apresentam-se como funcionais ao capital no processo da sua expropriação devido à premência do tempo livre à reprodução do sistema produtivo enquanto tempo de consumo ou de lazer subvertido. Ou seja, as novas expressões de centralidade revelam as presentes imposições do tempo hegemônico ao tempo livre enquanto condição de reprodução do capital.

A criação de novas expressões de centralidade evidencia também a questão do planejamento e da gestão urbana e o peso dos agentes envolvidos. Isso devido ao fato que a análise das novas centralidades implica em compreender as formas de articulação e o papel exercido pela ação dos agentes do poder público local e de setores da iniciativa privada em impelir e direcionar o processo de reestruturação do espaço urbano da cidade, revelando os interesses destes agentes.

Isso ocorre porque o processo de reestruturação caracterizado principalmente pela centralidade múltipla e polinucleada — poli(multi)nucleada —, na qual as centralidades são incorporadas de formas desiguais no que tange à sua acessibilidade⁷, são, portanto, espaços de “uso” (e de conflito entre propriedade e uso, apropriação), apropriação e realização de padrões de consumo de segmentos sociais urbanos distintos e em certa medida com uma maior homogeneidade *interna*, o que pressupõe que as novas expressões de centralidade atendem a interesses de determinados grupos sociais em detrimento de outros.

Nesta direção, o estudo do desenvolvimento econômico das cidades médias brasileiras tem revelado, por um lado, uma configuração espacial que denota maior equilíbrio e estabilidade, possibilitando o fortalecimento de vínculos inter e intra-urbanos que se complexificam. Por outro lado, esse processo não se realiza sem o embate e as expressões materiais das contradições e limites apresentados pelas preferências locacionais dos setores dominantes da economia e dos padrões de mobilidade do capital e da mão-de-obra. Desta forma, muitas das cidades médias tendem a assumir o papel de agentes da modernidade dentro da economia local e regional, assim como passam a localizar e (re)produzir os bolsões de pobreza e periferias de baixa renda.

Com essa preocupação, muitos estudos de geografia urbana têm surgido procurando explicar as transformações recentes por que passam as cidades médias com intuito de embasar as ações das políticas urbanas e do planejamento urbano, os quais, de acordo com vários autores, não têm se fundamentado adequadamente com as reais necessidades das diversas classes sociais urbanas.

Assim, apresenta-se como de fundamental importância o estudo dessas transformações — que impelem uma nova orientação tanto para o crescimento urbano quanto para a formulação e aplicação de políticas espaciais urbanas — para a compreensão dos novos processos geradores de fluxos de capital, mercadorias, pessoas, dentre outros, que estão assentados em novas formas de comércio e dos serviços urbanos modernos, ou em outras

⁷ Cumpre observar que nesta pesquisa não consideramos a acessibilidade apenas sob o aspecto da qualidade das vias de circulação e facilidade do deslocamento para esta nova área central, mas também sob o aspecto de uma acessibilidade “intangível”, que não se revela imediatamente, mas que implica que determinados segmentos sociais tenham ou não acesso a estes novos equipamentos.

palavras, em novas formas de reprodução e acumulação do capital que impelem a necessidade de criação de novas centralidades.

Nesta direção, a presente pesquisa justifica-se, no plano acadêmico, considerando-se que este estudo contribuirá, especialmente para a geografia urbana, no que tange ao debate teórico e metodológico acerca do processo de estruturação-desestruturação-reestruturação do espaço (intra-)urbano a partir da constituição de novas expressões de centralidade em cidades médias brasileiras.

Por outro lado, no plano social, primeiramente, não se deve perder de vista que a produção do conhecimento científico não é mediada, e menos ainda consubstanciada, pela neutralidade. Neste sentido, é imprescindível que no processo de realização de uma pesquisa o aprofundamento pretendido de todas as questões acadêmicas esteja expressando a sua indissociabilidade com as questões sociais que lhe são subjacentes e que constituem a sua “natureza”.

É nesta direção que se compreende como a relevância social desta pesquisa o fato da mesma estar pautada sobre o objetivo essencial de que a investigação empírica da realidade concreta incida sobre os processos sociais que se realizam no espaço urbano e os fenômenos que neste se materializam. Isso implica em, para além de caracterizar esses processos, desvelar suas contradições de modo a expressar em que medida os fenômenos (e a representação dos fenômenos) revelam e/ou ocultam sua essência, para assim clarificar, na conclusão da pesquisa, a conexão existente entre o fenômeno estudado e sua essência.

Desta forma, é fundamental proceder de modo a entender e explicar os conflitos e interesses que emergem e/ou encontram-se submersos nas questões acadêmicas levantadas, na medida em que se acredita que a constituição de novas expressões de centralidade no espaço urbano está recheada pela articulação de processos sociais e espaciais que se interpenetram e, portanto, não são verdadeiramente compreendidos isoladamente.

No seu percurso de desenvolvimento, a pesquisa utilizou enquanto recorte espacial a cidade de Itabuna, definida como cidade média localizada ao sul do estado da Bahia, sobre a qual, a construção de um pré-conhecimento, construído a partir de observações não

estruturadas, apontou para a relevância em se apreciar e analisar a problemática que envolve a criação de uma nova expressão de centralidade — o Jequitibá Plaza Shopping.

A análise dos processos e contradições que se desencadeiam a partir de uma nova expressão de centralidade socialmente segmentada e que carrega em si dimensões de centralidade múltipla, complexa, cambiante, etc., é um fato que termina por implicar na gestação de um processo de aprofundamento da fragmentação e segregação sócioespacial, e traz à tona questões sociais de grande relevância.

Essas questões, por sua natureza, não necessariamente se restringem apenas ao nível local e podem servir para, conjugadas às questões teóricas e metodológicas, iluminar estes processos em outras realidades empíricas, contribuindo para o desenvolvimento de novos conhecimentos a respeito do tema.

Neste sentido, acredita-se que a partir de estudos acerca desta temática, abrem-se amplas e novas perspectivas para a análise do urbano, a partir das demandas impelidas pela crescente complexidade incorporada aos processos sociais e espaciais na cidade na atualidade, possibilitando novas e diversas leituras desta realidade.

1.2. Estrutura e organização da pesquisa

A presente pesquisa encontra-se estruturada e redigida em três partes e sete capítulos, além das considerações finais. A primeira parte é composta por dois capítulos e apresenta primeiramente os aspectos introdutórios da pesquisa, no presente capítulo, e, posteriormente, um debate teórico acerca da metodologia, conjuntamente com o detalhamento dos procedimentos metodológicos que elencamos para o desenvolvimento dos objetivos do trabalho e os limites e dificuldades na execução dos procedimentos, no segundo capítulo.

A segunda parte concentra debates teóricos divididos em três capítulos, o terceiro, quarto e quinto da dissertação. No terceiro capítulo é desenvolvido um debate a partir dos

conceitos-chave da pesquisa e de conceitos e categorias gerais da geografia, adentrando o debate acerca da estrutura e estruturação urbana. Neste sentido, serão tratados com destaque a cidade e os processos de (re)produção e (re)estruturação do espaço urbano, paisagem urbana, centro e centralidade, cotidiano e práticas sociais, dentre outros conceitos que são fundamentais ao debate proposto.

O quarto capítulo consiste no debate acerca da especificidade do Shopping Center enquanto centralidade no espaço urbano e sua articulação com o processo de reestruturação do espaço urbano e redefinição da centralidade na/da cidade. Além disso, procura abordar as relações do shopping com espaço e tempo, consumo, tempo livre, lazer, entretenimento, reificação, coisificação das relações sociais, bem como realizar a construção de um debate pautado em aspectos concernentes à racionalidade técnica desses artefatos.

O quinto capítulo consta de uma construção de revisão bibliográfica e referencial teórico, realizados de forma a apreender a temática das cidades médias/intermédias através da sua indissociabilidade com o movimento de reprodução da sociedade atual e com as novas necessidades sociais e espaciais para a reprodução, circulação e acumulação do capital. São apresentadas e discutidas inicialmente as conceituações de cidades médias utilizadas ao longo do tempo e as novas perspectivas que se encontram em profícuo debate pelos pesquisadores que se dedicam à temática.

A partir disso, propõe-se o debate do caso particular das cidades médias brasileiras e a relação dessa categoria de cidades com o processo de mundialização do capital. Neste ponto, discute-se a imposição de uma redefinição dos papéis das cidades médias resultando em novas contradições nas adequações destas cidades para a reprodução e acumulação do capital frente à mundialização.

A terceira parte divide-se em dois capítulos que adentram o nosso recorte espacial, além das considerações finais do trabalho. O capítulo seis apresenta inicialmente um breve histórico do município de Itabuna, além de caracterizá-lo na categoria de cidade média. Por esse histórico será realizado um debate acerca do processo de estruturação do espaço urbano em Itabuna para que se iluminem as condições nas quais o processo de reestruturação se faz premente ao debate a partir da criação e consolidação de uma nova expressão de centralidade,

o Jequitibá Plaza Shopping, rompendo com a estrutura monocêntrica da cidade.

Nesta direção, o debate que se segue no sétimo capítulo é concentrado em torno da implantação do Jequitibá Plaza Shopping em Itabuna, tendo o desenvolvimento deste capítulo consubstanciado por análise e interpretação dos dados e informações obtidas pela pesquisa de base empírica, apresentando os resultados quanto ao recorte analítico que propomos nesta pesquisa.

As demais análises oriundas da pesquisa de base empírica também são desenvolvidas neste capítulo, no qual o debate acerca da redefinição da centralidade e reestruturação do espaço urbano em cidades médias debruça-se especificamente sobre nosso recorte espacial, abordando a revalorização do solo urbano e as perspectivas do setor imobiliário no entorno do shopping, os agentes sociais envolvidos na implantação do shopping e seus discursos, os segmentos sociais que freqüentam as diferentes expressões de centralidade na cidade, dentre outras questões.

Por fim, nas considerações finais abordaremos detalhadamente, e com maior criticidade, a hipótese inicial a partir dos resultados obtidos. Desta forma, de acordo com a pertinência das análises e dos resultados alcançados ao fim do percurso de desenvolvimento da pesquisa, serão apontados os limites encontrados no decorrer da pesquisa e as perspectivas e questões suscitadas por ocasião da sua conclusão.

Nesta direção, nossas últimas palavras se pretendem apresentar novos começos, novas perspectivas não desenvolvidas pelos limites encontrados por ora, mas que denotam demasiada relação e relevância para com a temática desenvolvida no corpo do presente texto a partir do debate das contradições candentes na problemática das novas expressões de centralidade em cidades médias.

* * *

Capítulo

2

Metodologia

* * *

O conhecimento da verdadeira objetividade de um fenômeno, o conhecimento do seu caráter histórico e conhecimento da sua função real na totalidade social formam, pois, um ato indiviso de conhecimento.

György Lukács, 1974, p. 29

A metodologia proposta ao processo de desenvolvimento desta pesquisa compartimenta-se em duas vertentes, compreendendo por um lado o método de investigação e em outro o método de aplicação⁸ que, contudo, não são passíveis de serem dissociados, apesar

⁸ A divisão nestes termos é apresentada por Moraes; Costa (1993), particularmente o Capítulo 3,

das suas especificidades que terminam por apontar para a necessidade desta demarcação e da clareza em pensá-la e expressá-la no processo de pesquisa.

Sobre a necessidade e *natureza* desta “divisão”, Demo (1980, p. 12) adverte, ao discutir mais especificamente o caso das ciências humanas e sociais, que:

metodologia distingue-se em nosso meio de métodos e técnicas, por estar em jogo no segundo caso o trato da realidade empírica, enquanto no primeiro existe a intenção da discussão problematizante, a começar pela recusa em aceitar que a realidade social se reduza à face empírica.

Corroborando com a relevância desta advertência, Marconi; Lakatos (2001) argumentam favoravelmente quanto à necessidade de explicitar esta divisão existente entre o que denominam método de abordagem e o método de procedimento, sendo que enquanto o primeiro se caracteriza por uma abordagem mais ampla que compreende um nível de abstração mais elevado acerca dos fenômenos da natureza e da sociedade, o segundo compreende os procedimentos e atitudes concretas em relação ao fenômeno em questão, sendo limitado a um domínio particular.

Nesta direção, as autoras concluem que o método de abordagem e o método de procedimento situam-se “em níveis claramente distintos, no que se refere à sua inspiração filosófica, ao seu grau de abstração, à sua finalidade mais ou menos explicativa, à sua ação nas etapas mais ou menos concretas de investigação e ao momento em que se situam” (MARCONI; LAKATOS, 2001, p. 106).

Esta mesma observação é realizada por GIL (1995), embora apresentando a divisão dos métodos sob uma denominação diferente, pois os classifica em métodos gerais e métodos específicos. Entretanto, apresenta seus significados de forma similar, já que para o autor os métodos gerais são aqueles que estabelecem uma base lógica para a investigação (método

intitulado “O ponto de partida: o método”. Na presente pesquisa, utilizaremos a denominação “procedimentos metodológicos” em substituição ao termo “método de aplicação” proposto pelo autor, bem como aos demais termos similares que são propostos por outros autores que corroboram com a pertinência desta divisão.

hipotético-dedutivo, dialético, fenomenológico, etc.), enquanto os métodos específicos servem para determinar quais são os procedimentos e técnicas que se adéquam da melhor forma à pesquisa e que, portanto, serão utilizadas no processo de investigação científica no que se refere à sua maior concretude.

Abordando outro questionamento relevante acerca da metodologia e da utilização do termo nos trabalhos científicos, Dal Rosso (2006) aponta que há uma imprecisão em termos conceituais representada pelo emprego do termo metodologia e que isto termina por desconsiderar a existência de duas vertentes no que tange a questão da metodologia, apesar de que estas vertentes são indissociáveis. Tal imprecisão faz com que o termo metodologia seja empregado exclusivamente como sinônimo de uma destas vertentes em detrimento da outra. Nesta direção, o autor adverte que:

ao invés de restringir-se ao âmbito da filosofia do método ou do discurso sobre o método, como a etimologia do termo o exige, metodologia é abusivamente empregada para significar apenas o plano de tratamento empírico, como se fosse possível separar argumentos empíricos de seus pressupostos teóricos básicos (DAL ROSSO, 2006, p. 23-24).

Desta forma, pensamos que a realização desta observação inicial apresenta-se relevante no sentido de destacar o processo de estruturação da metodologia da pesquisa e em evidenciar que esta demarcação proposta não se constrói, de forma alguma, de maneira incongruente e/ou fortuita, e desta depende-se que os procedimentos metodológicos não podem ser dissociados do método de investigação, mas que, entretanto, dele deve ser distinguido com clareza.

2.1. O método de investigação

O método de investigação sobre o qual se erige uma pesquisa diz respeito aos preceitos filosóficos do pesquisador, instaurando-se essencialmente na interpretação — basicamente definida pelo nível e perspectivas condizentes com sua apreensão — que o mesmo conduz e induz face aos problemas que incidem sobre a realidade com a qual se defronta. Indissociavelmente a este processo, a realidade também é defrontada com concepções teóricas e ideológicas que são constantemente (re)construídas subjacentes aos preceitos filosóficos do pesquisador. Neste sentido, a apreensão da realidade se constrói resultante do método de investigação que se emprega no/para o seu processo de interpretação.

No decorrer do processo de constituição e consolidação das ciências, vários são os métodos de interpretação que se estabeleceram e que, em diferentes ou distintas medidas, sofreram, e ainda sofrem rupturas e permanências históricas que conjugadas constituem os métodos que se empregam na elaboração e desenvolvimento de pesquisas nas mais diversas áreas do conhecimento. Isto torna necessário “conceber a ciência como fenômeno social e por isso sempre relativo à formação social em que foi gerada” (DEMO, 1980, p. 11), posto que o contrário resultaria numa dissociação meramente ilusória que compreende, grosso modo, a ideologia⁹.

Na presente pesquisa procura-se objetivar e apreender os processos constituintes do espaço geográfico sob a luz de uma perspectiva dialética, que se apresenta enquanto um fundamento observado como de substancial relevância para a pesquisa no campo das ciências humanas e sociais.

Considera-se, portanto, o espaço geográfico apreensível enquanto totalidade concreta, bem como uma dimensão de apreensão do movimento da totalidade social. Nesta direção, cumpre apontar que a totalidade concreta supera e escapa ao que é apenas imediatamente

⁹ De acordo com Chauí (2001, p. 13), “um dos traços marcantes da ideologia consiste, justamente, em tomar as idéias como independentes da realidade histórica e social, quando na verdade é essa realidade que torna compreensíveis as idéias elaboradas e a capacidade ou não que elas possuem para explicar a realidade que as provocou”.

dado e observado, à dimensão meramente tangível da realidade, que é, por excelência, indubitavelmente imprecisa e mascaradora (dissimuladora), pois que não faz alusão ao seu conteúdo em (in)constante movimento e à essência desse conteúdo e movimento, contraditórios e conflituosos, reproduzidos sob a égide do capital como modo de produção hegemônico na sociedade contemporânea.

Esta categoria, a totalidade concreta, emerge da constatação de que o todo é constituído ao constituir-se por partes complexamente inter-relacionadas que se dissipam de uma verdadeira apreensão caso não sejam devidamente conjugadas e compreendidas como conjunto, unidade ou síntese. Portanto, é resultado de um esforço de abstração — como instrumento metodológico e analítico — que objetiva purgar o tangível da pleora do vazio e reconstituir sua concretude através de momentos de abstração e concreção que fatalmente se interpenetram, posto que ambos constituem-se por mútua compenetração e elucidação.

Nesta direção, implica em certa medida em distanciar-se (momentaneamente) do que a realidade — através da sua aparência imediata — “revela”, e reconstruí-la como um verdadeiro concreto, (con)substanciado pelos conflitos, mediações, contradições e interesses que se encontram na sua essência, embora ocultos no fenômeno pelas condições históricas.

Contudo, deve-se esclarecer que qualquer que seja a ocultação que o fenômeno imponha à essência, esta ocultação não pode jamais ser absoluta (KOSÍK, 1976). Neste caso fenômeno e essência estariam dissociados quando na verdade são/estão visceralmente imbricados. Seria, inclusive, impossível conceber um movimento que objetivasse apreender a essência do real se a manifestação do fenômeno nada tivesse a ver com a essência. Assim, a questão que se coloca em evidência compreende que na pseudocontreticidade a manifestação fenomênica se apresenta como única verdade, desaparecendo a unicidade do fenômeno e da essência, e desta forma afastando e subvertendo a apreensão do real.

Fenômeno e essência só são diferentes porque são idênticos sob certo aspecto (LÉFÈBVRE, 1983). O fenômeno — assim como também a essência —, neste sentido, seria uma qualidade natural da própria realidade e das coisas que a constituem, ou seja, uma dimensão não suprimível, tanto insuperável quanto necessária da realidade. Porém, cumpre destacar que social e historicamente há uma representação dos fenômenos, e é justamente a

“representação da coisa [que] não constitui uma qualidade natural da coisa e da realidade: [a representação] é a projeção, na consciência do sujeito, de determinadas condições históricas petrificadas” (KOSÍK, 1976, p. 19, grifo do autor).

Esta representação compreende o mundo fetichizado da aparência, do imediato, e nesta direção se apresenta constituída a partir de um falseamento das contradições e dos conflitos imanentes à reprodução da totalidade social sob os constrangimentos históricos do presente. Isso porque enquanto representação “a realidade não é expressa exactamente como é mas sim como uma realidade diferente. [...] O real chega a ser fenoménico mas a ideia¹⁰ só tem como conteúdo esse fenómeno” (MARX, [s.d.], p. 11, 14), de forma que a representação oculta a essência sob uma falsa evidência.

Neste sentido, deve-se compreender que “o *homem* não é um ser abstracto escondido algures fora do mundo. O homem é o *mundo dos homens*, o Estado, a sociedade. Este Estado, esta sociedade, [produzem uma] *consciência invertida do mundo*, porque eles próprios são um mundo invertido” (MARX, 1976, p. 46, grifos do autor). E é por esta razão que Kosík (1976) propõe a destruição da pseudoconcreticidade¹¹ enquanto processo de apreensão da realidade concreta. Ou, em outros termos, segundo a importante observação realizada por Léfèbvre (1983), é apenas nesse processo (movimento) que o pensamento humano enfim cria as condições necessárias para então retornar à conquista do conteúdo do real, desta vez compreendido e analisado, e não apenas simples e naturalmente recebido, sofrido ou contemplado. Assim, conforme afirma Lukács (1974, p. 29), “o conhecimento da verdadeira objetividade de um fenómeno, o conhecimento do seu carácter histórico e conhecimento da sua função real na totalidade social formam, pois, um ato indiviso de conhecimento”.

O imediato — ou pseudoconcreto como apresenta Kosík (1976) — entenece as contradições e os conflitos, expressando uma ideologia condescendente com a manutenção da ordem, a ideologia de uma classe dominante. Eis porque a totalidade concreta é, conforme

¹⁰ Esta ideia de que trata Marx ([s.d.], p. 11) “tem como existência não uma realidade desenvolvida nela mesma mas sim o empiricismo vulgar. [...] A ideia é subjectivada”, ou seja, a ideia é uma apreensão subjectivada do fenómeno que possui como conteúdo apenas o fenómeno posto que ignora a essência, significando desta forma uma representação deste fenómeno nos termos em que tratamos aqui.

¹¹ Ver Kosík (1976), especialmente no tópico “O mundo da pseudoconcreticidade e a sua destruição”, na primeira parte do livro.

afirma Lukács (1974), a categoria fundamental da realidade, pois cria as bases necessárias para estabelecer uma verdadeira crítica da realidade e assim pensar a sua transformação. É a totalidade concreta que nos permite transcender o observado imediatamente, onde se incluem as diversas formas como o espaço se organiza, o seu (re)arranjo, que não fazem referência concreta às relações que o produziram, nele se estruturaram e se reproduzem, reproduzindo os processos sociais compreendidos no movimento da totalidade social e das suas estruturas.

Afinal, o espaço geográfico despojado da sua essência — da sociedade, sua história (e os tempos que se consubstanciam desigualmente no espaço), seus conflitos e contradições —, pois subjugado às aparências, ao imediato, ao pseudoconcreto, conduz à apreensão de uma realidade estérea e etérea, recheada de “vazios” inexpressivos, porém inebriantes. Ou seja, “vazios” repletos de conteúdo ideológico, que isolados culminam em um discurso conservador, de manutenção da ordem dominante. E isto traz à tona a advertência de Moreira (1987, p. 145), quando o autor enfoca em um discurso veemente que “a questão central de um saber é a do caráter de sua *praxis*. Se a produção e prática desse saber não visar a permanente transformação das estruturas vigentes, servirá ao fim oposto”.

Assim, a objetivação conceitual de espaço geográfico se dá rigorosamente relacionada com o método proposto para dissecá-lo e, em seguida, reconstituir sua totalidade para, em verdade, apreendê-la. De acordo com Santos, M. (1992, 1996, 1997a), a totalidade implica ao espaço a necessidade analítica de separá-lo em partes¹² através de categorias metodológicas que auxiliam a desvendá-lo e a paralelamente reconstituí-lo enquanto totalidade — devendo esta ser constantemente refeita —, sendo o espaço, desta forma, também um exercício, um constante esforço de abstração.

Em outras palavras, a totalidade enquanto movimento inconstante e incessante de vir-a-ser, movimento dialético que a reconstrói, pois ao mesmo tempo a destrói e a constrói, e este movimento constitui a sua construção. Portanto, a totalidade nunca é completa, finalizada, jamais esterilizada sob o signo da imutabilidade: a totalidade é sempre, e ao mesmo tempo, imanente e inconclusa, isso porque a totalidade “é uma realidade fugaz, que

¹² Esta necessidade é apontada por Santos, M. (1996, p. 95), quando o autor afirma que “pensar a totalidade, sem pensar a sua cisão é como se a esvaziássemos de movimento”.

está sempre se desfazendo para voltar a se fazer. [Daí a necessidade de] categorias analíticas que permitam rever o todo como realidade e como processo, como uma situação e como movimento” (SANTOS, M., 1996, p. 94, 63).

De um ponto de vista metodológico, [cabe] a indagação de como *nasce* a totalidade e *quais são as fontes internas do seu desenvolvimento e movimento*. A totalidade não é um todo já pronto que se recheia com um conteúdo, com as qualidades das partes ou com suas relações; a própria totalidade é que se concretiza e esta *concretização não é apenas criação no conteúdo mas também criação do todo* (KOSÍK, 1976, p. 59, grifos do autor).

Isso implica ao pensamento científico, que se constrói na apreensão do movimento do real, dissolver as criações fetichizadas do mundo reificado — a naturalidade subvertida (Kosík, 1976) — para alcançar a sua essência e então retornar, compreendendo assim também a forma de manifestação desta, o fenômeno. De forma resumida, depreende-se que “captar o fenômeno de determinada coisa significa indagar e descrever como a coisa em si se manifesta naquele fenômeno, e como ao mesmo tempo nele se esconde. Compreender o fenômeno é atingir a essência” (KOSÍK, 1976, p. 16).

Desta forma, pautando-se sob a luz de uma perspectiva dialética, a apreensão do movimento da realidade espacial não pode se abster da compreensão de totalidade, posto que nesta perspectiva “nenhum enfoque que deixe de lado a noção de totalidade permitirá uma correta noção de realidade” (SANTOS, M., 1988, p. 135).

2.2. Os procedimentos metodológicos

Os procedimentos metodológicos¹³, conforme mencionado anteriormente, são

¹³ Para uma observação geral da estruturação das etapas dos procedimentos metodológicos da pesquisa e dos seus resultados esperados, elaboramos uma síntese dos mesmos que pode ser visualizada no

compostos por, além dos procedimentos, dos recursos e das técnicas de pesquisa empregadas ao equacionamento dos problemas operacionais e de execução suscitados na/pela pesquisa, e constituem-se, portanto, nos passos necessários e rigorosamente estabelecidos para o desenvolvimento dos objetivos da pesquisa.

Além disso, devem também apontar para os resultados provenientes da execução dos referidos procedimentos e sua relevância na construção das etapas da pesquisa no que constitui sua dimensão mais “prática”. Em outros termos, são os procedimentos relacionados com o trato das questões mais direcionadas ao recorte espacial da pesquisa, pretendendo alcançar os objetivos propostos. Contudo, também agregam um encadeamento de todas as etapas da pesquisa.

De forma resumida, os procedimentos consistem numa minuciosa descrição acerca dos “princípios fundamentais a pôr em prática em qualquer trabalho de investigação, [compreendendo com rigor os caminhos] concebidos para estarem mais adaptados aos fenômenos ou domínios estudados” (QUIVY; CAMPENHOUDT, 1998, p. 20).

Nesta perspectiva, e para o desenvolvimento da presente pesquisa, os procedimentos metodológicos elencados para a construção e desenvolvimento do debate sobre o problema e a hipótese inicial, delimitados a partir da temática e do fenômeno estudado, encontram-se divididos essencialmente em três etapas, que serão desenvolvidas com maior detalhes a seguir:

(1) a primeira etapa consta da estruturação do arcabouço teórico-metodológico e da realização de pesquisa bibliográfica, cartográfica e documental;

(2) a segunda constitui da elaboração e aplicação dos instrumentos e procedimentos a serem utilizados na pesquisa de base empírica;

(3) a terceira etapa compreende a tabulação, organização, interpretação e reflexões a partir dos dados e informações obtidos, objetivando o desenvolvimento de elementos de conclusão do trabalho. Esta etapa será realizada concomitantemente ao processo de redação

final dos resultados da dissertação.

Decerto que muitos dos procedimentos realizados no decorrer da pesquisa se interpenetram ou se completam, de forma que as etapas constituem um importante guia nos passos percorridos no desenvolvimento desta, recebendo a divisão essencialmente pela natureza dos procedimentos. Não significa, portanto, que as etapas não se entrecruzem ou que o desenvolvimento de determinado procedimento em uma etapa não substancie outro na mesma ou em outra etapa.

2.2.1. Primeira etapa – Estruturação do arcabouço teórico-metodológico e pesquisa bibliográfica, cartográfica e documental

No decorrer da execução da primeira etapa, inicialmente fez-se necessário a utilização de técnicas de documentação indireta¹⁴, tanto a fontes primárias quanto secundárias, objetivando a construção de levantamentos de âmbito teórico, metodológico, cartográfico e documental.

Os referidos levantamentos consistiram primeiramente na seleção e organização das fontes secundárias, dizendo respeito à leitura, fichamento, análise e reflexões acerca de artigos, livros, dissertações, teses e relatórios selecionados a partir de pesquisas publicados por diversos pesquisadores do meio acadêmico — ou também por algumas instituições, órgãos e entidades públicas, privadas e não governamentais. Essa seleção pautou-se em publicações que versam acerca da temática e desenvolvam análises consubstanciadas em problemáticas relacionadas às cidades médias no movimento contemporâneo de urbanização da sociedade e reprodução do capital.

O desenvolvimento deste procedimento possui extrema relevância, na medida em que

¹⁴ De acordo com Marconi; Lakatos (2001), as técnicas de documentação indireta se dividem em técnicas de pesquisa de fontes primárias e de fontes secundárias. A pesquisa de fonte primária consiste na obtenção e utilização de dados que ainda não receberam análise, ao passo que a pesquisa de fonte secundária se estabelece a partir da leitura e crítica acerca de análises realizadas de dados existentes.

permite o conhecimento e análise crítica dos problemas e perspectivas desenvolvidos e em desenvolvimento por pesquisadores que possuem na temática o foco das suas investigações. Tal procedimento é relevante na medida em que nos possibilita situar a formulação e desenvolvimento de um problema e de objetivos que permitam uma pequena contribuição ao debate, e não mera repetência. Portanto, justifica-se a realização desse procedimento na etapa inicial da pesquisa, muito embora a pesquisa bibliográfica se interpenetre indubitavelmente aos demais momentos de concepção e desenvolvimento do trabalho.

Para a efetivação do levantamento bibliográfico foi realizada uma pesquisa em bibliotecas públicas, em periódicos e relatórios de pesquisas disponíveis gratuitamente na internet e em publicações de alguns órgãos, entidades e grupos de pesquisa. Dentre os últimos, merecem destaque as publicações de pesquisadores atrelados à União Internacional de Arquitetos (UIA) através do programa “Cidades Intermédias e Urbanização Mundial”¹⁵ (CIMES) — vinculado à Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) —, as do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas-IPEA que conta com algumas publicações de relatórios de pesquisa sobre o tema, e de publicações de alguns autores que compõem a Rede de Pesquisadores sobre Cidades Médias (ReCiMe).

Deste primeiro passo desenvolveu-se inicialmente uma revisão bibliográfica acerca dos conceitos e definições de cidades médias empregadas ao longo do Século XX e que estão no centro do debate neste limiar do Século XXI, compreendendo discussões de autores que trabalham com a temática tanto no Brasil como em outros países, a exemplo de Portugal, Espanha, França, Chile, Argentina, México.

A partir desta revisão bibliográfica foi desenvolvida uma análise e reflexões críticas acerca das contradições e adequações das cidades médias ao processo de mundialização do capital. O principal objetivo, portanto, se constituiu em discutir as redefinições recentes destas cidades no sentido de atendimento às necessidades contemporâneas de reprodução e acumulação do capital. A finalização desse passo teve como resultado fundamental a concepção da problemática, hipótese e objetivos da pesquisa, bem como da redação do quinto

¹⁵ Esse programa congrega pesquisadores de diversos países do mundo, compreendendo o desenvolvimento de pesquisa sobre 78 cidades. Maiores informações acerca do programa podem ser obtidos no site < <http://www.paeria.es/cimes/index.htm>>. Consultado em 04/02/2008.

capítulo desta dissertação.

Ainda sobre a pesquisa bibliográfica, porém sob outra vertente, houve outro passo relevante que consistiu, por um lado, na construção de um arcabouço para o aprofundamento do referencial teórico-metodológico e, por outro, para uma precisa caracterização do processo histórico que desencadeia a emergência da problemática em questão com viés mais específico no recorte espacial concebido na presente pesquisa.

Neste passo foram desenvolvidos criticamente os elementos que balizam e subsidiam a discussão e análise proposta pela pesquisa, com ênfase nas relações socialmente estabelecidas que impliquem diretamente na produção, reprodução, apropriação e uso do espaço urbano a partir da sua estruturação-desestruturação-reestruturação, considerando-se essencialmente os processos de descentralização e recentralização. Isso implicou, portanto, em passar pela revisão e reflexão acerca de conceitos e categorias essenciais na análise geográfica, além de trazer à tona a discussão sobre os Shopping Centers e do consumo na/da cidade, lazer, tempo livre, estranhamento da vida cotidiana, dentre outras questões.

O desenvolvimento desse passo procedeu quanto ao seu aspecto operacional de forma idêntica ao anterior, estabelecendo a necessidade da construção de debates com autores de outras ciências ou áreas, a exemplo de sociólogos, administradores, historiadores, filósofos. A finalização teve como resultados a redação do terceiro e quarto capítulos desta dissertação, bem como da obtenção de subsídios para os debates realizados no sétimo capítulo.

A consulta e análise das fontes primárias a partir dos documentos e publicações de órgãos públicos foram divididos em dois “sub-passos”. O primeiro consta de uma pesquisa tanto quantitativa quanto qualitativa direcionada a contextualizar a cidade de Itabuna-BA na categoria de cidade média. Neste sentido, realizou-se consulta a base de dados SIDRA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)¹⁶, além de outras bases como a da Secretaria de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI)¹⁷, da Secretaria de Saúde do Estado da Bahia (SESAB)¹⁸, do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA)¹⁹, da

¹⁶ Disponível em < <http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Consulta em 04/02/2008.

¹⁷ Disponível em <<http://www.sei.ba.gov.br>>. Consulta em 04/02/2008.

¹⁸ Disponível em <<http://www.saude.ba.gov.br>>. Consulta em 04/02/2008.

Prefeitura Municipal de Itabuna em algumas de suas secretarias e da Câmara de Vereadores de Itabuna, dentre outras.

As secretarias municipais estabelecidas para a obtenção de dados e informações foram:

- Secretaria Municipal de Saúde, na qual foi possível obter dados referentes à Programação de Pactuação Integrada (PPI). Essa define os municípios que se utilizam de serviços de saúde dispostos em Itabuna, dados relevantes para a compreensão da centralidade da cidade na rede urbana, passível de ser expresso espacialmente em mapas que apresentem a área de influência de Itabuna no setor de saúde e podem ser confrontados com o Plano Diretor de Regionalização estabelecido pela Secretaria Estadual de Saúde;

- Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, na qual obtivemos dados e informações referentes à legislação de uso do solo do município e suas alterações recentes, além do Plano Diretor Urbano elaborado em 2000, de informações acerca da sua reformulação que se encontra atualmente em andamento e de bases georreferenciadas para a elaboração de mapas na escala intra-urbana.

Outros dados e informações relevantes foram obtidos:

- no Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED)²⁰, referentes ao número de empregos por setor e atividade econômica, permitindo analisar o desempenho dos principais setores e atividades econômicas do município;

- na Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), Faculdade de Tecnologia e Ciência (FTC) e Faculdades do Sul (FACSUL), referentes ao número total de alunos matriculados e à cidade de residência dos mesmos, permitindo estabelecer a relevância do município para a região no setor de educação;

- nos meios de comunicação, essencialmente os jornais e emissoras de televisão, referentes aos municípios de abrangências desses veículos, objetivando estabelecer a

¹⁹ Disponível em <<http://www.ipeadata.gov.br>> (consulta em 04/02/2008).

²⁰ Disponível em <<http://www.caged.gov.br>> (consulta em 04/02/2008).

centralidade de Itabuna na rede de comunicação.

O objetivo deste passo foi caracterizar Itabuna como cidade média a partir do seu tamanho físico e demográfico, da sua população urbana e rural, sua densidade demográfica, sua área de influência, sua rede de serviços (água, esgoto, energia elétrica, etc.), sua rede de transportes e comunicação, seu nível de equipamentos urbanos (universidades, hospitais, comércio, serviços, etc.), sua polarização na pactuação dos serviços de saúde²¹, sua atividade econômica principal, a estrutura do emprego por setor econômico, sua infra-estrutura de habitação, além de catalogar os projetos mais relevantes desenvolvidos nos últimos anos assim como os que estão em desenvolvimento.

Estas variáveis elencadas serviram de subsídio para análise do papel de intermediação e de centralidade regional exercido pela cidade de Itabuna, que foi desenvolvido no decorrer do sexto capítulo, como um dos seus fragmentos.

O segundo sub-passo correspondeu à consulta a documentos relacionados à instalação e modificações implicadas pelo Jequitibá Plaza Shopping. A consulta foi realizada nos arquivos da Prefeitura Municipal e Câmara de Vereadores de Itabuna, bem como em notícias e artigos publicados através mídia impressa de circulação local no período que compreende desde a instalação do shopping ao final de 2007 — observando as mudanças infra-estruturais na área para o atendimento das novas demandas, além da origem dos recursos investidos, a expectativa da população local, o discurso dos agentes envolvidos diretamente na implantação do equipamento, dentre outras questões — e na revista da Associação Brasileira de Shopping Centers (ABRASCE), constituindo um momento indispensável no procedimento de aquisição de subsídios para o desenvolvimento da pesquisa de base empírica e discussão da hipótese da pesquisa.

Em relação à consulta de notícias e artigos publicados na mídia impressa de circulação

²¹ Será analisada a pactuação tanto nos aspectos da atenção básica (saúde da criança, adolescente, idoso, etc.) como nos procedimentos de média e alta complexidade (tomografia, ressonância magnética, acompanhamento de câncer, etc.) segundo critérios do Ministério da Saúde e da Secretaria Estadual de Saúde-SESAB. Isso porque a incidência de pactuação de procedimentos, principalmente de alta complexidade, apontam para a relevância da centralidade da cidade quanto aos fluxos e serviços relacionados à saúde.

local, foram consultados os jornais “A Região” e “Agora”, os dois jornais que possuem a maior circulação no município e na região. Nestes jornais foram observadas as notícias e artigos publicados no período de 1998 a 2007, sendo que o período foi definido considerando-se o anúncio da construção do Jequitibá Plaza Shopping em junho de 1998, a inauguração do mesmo em maio de 2000, as posteriores modificações no empreendimento e seus impactos na produção do espaço urbano em Itabuna. Esse procedimento também foi relevante para a obtenção de dados e informações acerca da valorização da terra urbana em Itabuna e as modificações decorrentes da implantação do shopping e os discursos empreendidos.

É preciso compreender, de acordo com Vieira (2002, p. 148), nesse processo de análise dos discursos que, “na concepção crítica, o sujeito não é apenas um agente do processo, mas um sujeito que é construído e que constrói os processos discursivos com base em seu caráter de ator ideológico”. Portanto, objetiva explicitar o que subjaz latente e oculto ao discurso e, nesta direção, não se concebe imediatamente percebido, considerando-se natural. Cumpre, na análise crítica do discurso, “[identificar] as estruturas e as relações de poder que circundam e que motivam o texto no intuito de desnaturalizar as práticas discursivas e textuais de determinada sociedade” (VIEIRA, 2002, p. 153).

Para uma discussão acerca da estruturação do espaço urbano em Itabuna foi realizado um breve histórico que obteve maiores subsídios através de consulta a livros que discutam a história do município, encontrados no acervo do Arquivo Público Municipal e em bibliotecas do município e de universidades locais, bem como no acervo do Centro de Documentação e Memória Regional (CEDOC)²², vinculado à UESC, com sede na rodovia Ilhéus-Itabuna.

Outra consulta importante foi realizada na Secretaria de Transporte e Trânsito do município para obtenção de dados acerca das rotas (e das modificações nestas) e do fluxo de transporte coletivo que atendem a área do shopping, de acordo com os dias da semana, os horários e os terminais de partida.

²² No CEDOC também foi realizada pesquisa iconográfica, essencialmente de elementos históricos do centro tradicional de Itabuna.

Quadro 1: SÍNTESE DOS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

| 1ª Etapa - Estruturação do arcabouço teórico-metodológico | |
|--|--|
| Procedimentos realizados | Resultados esperados |
| Realizar revisão bibliográfica acerca da temática das cidades médias | <ul style="list-style-type: none"> • Consolidação das bases teórico-metodológicas e definição da base empírica; • Redação de referencial teórico acerca da poli(multi)centralidade e (re)estruturação do espaço urbano em cidades médias a partir da redefinição dos papéis destas cidades frente o processo de mundialização do capital; • Redação do projeto de pesquisa. |
| Formular a problemática de pesquisa e estabelecer a hipótese e os objetivos | |
| Consultar e analisar as fontes primárias e secundárias | |
| Realizar entrevistas exploratórias | |
| Adquirir shapes e fotografias aéreas da base empírica | |
| 2ª Etapa – Pesquisa de base empírica | |
| Procedimentos realizados | Resultados esperados |
| Aplicar questionários de pesquisa de opinião com amostragem do público frequentador do Jequitibá Plaza Shopping | <ul style="list-style-type: none"> • Estabelecer e mapear o perfil socioeconômico dos frequentadores do JPS e o padrão de consumo nesta área central; • Identificar e mapear os fluxos das áreas centrais de acordo com diferentes horários e dias da semana para inferir acerca da centralidade cambiante; • Debate acerca da escolha da localização do empreendimento; • Identificar a relação da iniciativa privada com o poder público municipal a partir dos discursos para a instalação do JPS; • Identificar a emergência de outras possíveis áreas centrais ou subcentrais; • Identificar e mapear os novos empreendimentos imobiliários no entorno do JPS pela confrontação com fotografias aéreas datadas de período anterior à sua instalação; • Debate acerca da construção do discurso de positividade oriundas da instalação do artefato no espaço urbano em Itabuna. |
| Realizar entrevistas: com a empresa responsável pela administração do JPS, corretores imobiliários, empresas da construção civil, secretários municipais, representantes do comércio local e de sindicatos ²³ | |
| Analisar os diferentes padrões de consumo das áreas centrais e da centralidade polinucleada | |
| Identificar os bairros e municípios dos quais se deslocam as pessoas que frequentam o <i>shopping</i> | |
| Verificar do tempo de instalação e a rotatividade das empresas no <i>shopping</i> | |
| Realizar observação sistemática nos bairros envolvidos ao <i>shopping</i> | |
| Realizar registro fotográfico dos elementos que compõe a paisagem urbana nas áreas centrais em Itabuna: formas espaciais, usos do solo, etc. | |
| Analisar o conteúdo veiculado por meio de notícias e artigos na mídia impressa de circulação local. | |
| | |
| 3ª Etapa – Sistematização e análise dos dados e informações | |
| Procedimentos realizados | Resultados esperados |
| Orientar e selecionar o material coletado de acordo com a sua pertinência para a pesquisa | <ul style="list-style-type: none"> • Construir uma base cartográfica digital espacializando as análises realizadas; • Realizar os objetivos da pesquisa e responder à hipótese inicial; • Estabelecer elementos de conclusão; • Redação final da dissertação. |
| Organizar os dados em tabelas, gráficos, quadros e registros fotográficos | |
| Analisar as informações obtidas e confrontá-las com os pressupostos teóricos e a hipótese inicial | |

²³ A relação completa das entrevistas realizadas encontra-se no Quadro 2, p. 46.

Em relação à base cartográfica, foram adquiridas junto à Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (CONDER), fotografias aéreas do município em escala 1:2000 datadas de dezembro de 1998, fato que nos permitiu desenvolver análises acerca das modificações na ocupação da área do entorno do shopping e de novos produtos imobiliários lançados após a sua inauguração.

Essas fotografias foram adquiridas georreferenciadas e, portanto, convenientes para a sistematização da base cartográfica e elaboração de mapas que expressem o processo de evolução do centro e da nova centralidade emergente em Itabuna, bem como suas localizações, infra-estruturas, fluxos, dentre outras questões.

Os *shapes* da malha urbana do município foram adquiridos junto à CADS Copiadora, empresa prestadora de serviços da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, e serviram para elaboração da base cartográfica em escala intra-urbana, juntamente com a base elaborada a partir das fotografias aéreas. Outros *shapes* foram adquiridos junto ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e foram utilizados na elaboração de mapas de localização e de outros que expressam a centralidade e intermediação da cidade na rede urbana regional.

A finalização dessa etapa resultou na obtenção de dados e informações que foram complementadas e confrontadas com a documentação direta obtida via questionários e entrevistas na execução da pesquisa de base empírica, servindo ao desenvolvimento e redação do sexto e sétimo capítulos desta dissertação.

2.2.2. Segunda etapa – Pesquisa de base empírica

A pesquisa de base empírica utilizou como principais instrumentos de coleta de dados das fontes primárias a aplicação de entrevistas e questionários de medidas de opinião²⁴, ambos

²⁴ Os modelos das entrevistas e questionários a serem aplicados encontram-se nos apêndices do trabalho.

estruturados, bem como registro fotográfico e observação sistemática. Esses instrumentos pautam-se na proposta de obtenção de subsídios da realidade específica capazes de auxiliar na elucidação das questões que envolvem a produção e a reestruturação do espaço urbano em Itabuna e da revalorização da terra urbana.

Desta forma, essa etapa é essencial para reafirmar a relevância do estudo do espaço a partir da reestruturação promovida pela consolidação de novas expressões de centralidade em cidades médias, particularmente na cidade de Itabuna, posto que se aplique mais especificamente a esse caso concreto — não deixando, contudo, de apresentar-se enquanto uma possibilidade de utilização dos procedimentos descritos em pesquisas desta temática desenvolvidas em demais recortes espaciais.

A concepção dos questionários de medidas de opinião possuiu como tipo de amostragem uma amostra não-probabilística baseada na acessibilidade²⁵ e estes mesclaram questões fechadas (itens sim-não, certo-errado, verdadeiro-falso), semi-abertas ou condicionadas, reduzindo ao máximo o uso de questões abertas pela dificuldade em mensurar a amplitude das respostas possíveis.

Com autorização da administração do Jequitibá Plaza Shopping (JPS) foram aplicados o total de 450 questionários em quatro dias²⁶, utilizando como espaço para amostra a praça de alimentação do shopping. A utilização deste espaço terminou permitindo uma maior receptividade do público, na medida em que os frequentadores da praça de alimentação normalmente dispõem de tempo suficiente tanto para ser informados da temática tratada na pesquisa quanto para responder o questionário. Esta receptividade seria provavelmente dificultada na abordagem do público em movimento em outros espaços do shopping, resultando em uma amostra menor.

Objetivando mensurar diferenças entre o público frequentador do shopping e suas respectivas opiniões, foram estabelecidos quatro dias da semana e três horários por dia para a

²⁵ De acordo com GIL (1995, p. 93), este tipo de amostragem não apresenta “fundamentação matemática ou estatística, dependendo unicamente de critérios do pesquisador”. Ainda segundo o autor, a acessibilidade diz respeito ao fato de que “o pesquisador seleciona os elementos a que tem acesso, admitindo que estes possam, de alguma forma, representar o universo” (GIL, 1995, p. 97).

²⁶ A frequência diária no JPS estimada pela administração é de 17.000 pessoas.

aplicação dos questionários. Os dias escolhidos foram terça, quarta, sexta e sábado, procurando obter dados referentes ao público freqüentador em diferentes dias da semana. Quanto aos horários, observando uma possível variação de público em curto espaço de tempo, foram aplicados questionários pela manhã (entre 11 e 12h), pela tarde (entre 16 e 17h) e pela noite (entre 19:30 e 20:30h) em todos os dias estabelecidos.

A utilização dos questionários se apresentou relevante na medida em que possibilitou identificar alguns dos indicadores indispensáveis para a obtenção dos nossos objetivos. Esses indicadores apontam para, dentre outras questões, o perfil socioeconômico dos consumidores das áreas centrais em Itabuna, permitindo também inferir quanto ao padrão de consumo que estas áreas geram e mantêm.

Os dados oriundos do questionário de medida de opinião também foram relevantes para elaboração de um mapa que expressa os locais dos quais as pessoas se deslocam para a nova área central, e se incluem também na discussão acerca da renda dos freqüentadores a partir do cruzamento desse indicador com os níveis de renda dos bairros da cidade. Além disso, abre uma possibilidade do debate acerca da centralidade complexa, para a qual seria relevante identificar essencialmente os fluxos intra-urbanos que a nova área central é capaz de gerar e manter, apontando elementos que permitam realizar inferências acerca dos fluxos interurbanos na área.

Um último mapa temático foi desenvolvido a partir das fotografias aéreas que, por serem datadas de dezembro de 1998 — período inicial da construção do empreendimento —, possibilitando o confronto com observações sistemáticas na área de estudo objetivando expressar espacialmente a existência de novos empreendimentos imobiliários construídos, que se encontram em estágio de construção ou de projetos imobiliários no entorno do shopping, bem como classificá-los.

Por indisponibilidade da presidência do grupo empreendedor responsável pela instalação do Jequitibá Plaza Shopping não foi possível realização de entrevista²⁷, que poderia enriquecer o trabalho com elementos relevantes para discussão. Contudo, foi realizada

²⁷ A relação das entrevistas realizadas e dos seus respectivos objetivos encontra-se no Quadro 2, p. 44.

entrevista estruturada através de pauta²⁸ com a empresa responsável pela administração do empreendimento, que nos forneceu indícios acerca dos motivos da escolha da localização do empreendimento, de informações sobre o entrecruzamento das diversas escalas de capital (local, estadual, regional, nacional, internacional) que se articulam para a consolidação do equipamento e informações que nos permitiram agregar os elementos ideológicos presentes no discurso destes agentes que foram confrontados com os demais dados obtidos a partir de uma reflexão crítica.

Além dessas questões, foram obtidas informações acerca do público freqüentador e consumidor, da constituição e alterações no *tendant mix*²⁹ do empreendimento, dos custos de manutenção das empresas e a rotatividade destas, bem como dos projetos e perspectivas de expansão do shopping, dentre outras questões.

O superintendente que esteve à frente da administração do shopping entre 2003 e 2006 também nos concedeu entrevista, na qual foram abordados questionamentos similares, tendo este, ademais, nos fornecido indícios acerca das motivações para a consulta e alteração da administração do empreendimento — que se encontra atualmente sob responsabilidade de uma empresa com atuação em diversos shoppings no país, com sociedade com empresas multinacionais do setor.

Os dados referentes ao público alvo, ao serem confrontados com os obtidos nos questionários de medida de opinião, ilustrarão com mais propriedade os padrões de consumo que, caso expressem diferenças consideráveis entre esses padrões com a realidade econômica de grande parte da população local, expressarão também a constituição de uma centralidade polinucleada, segmentada socialmente.

²⁸ As entrevistas através de pautas são estruturadas, apesar de possuir um grau de estruturação limitado por apontar apenas os pontos de interesse que o entrevistador explora no decorrer da entrevista e, desta forma, o entrevistado possui maior liberdade ao comentar acerca dos pontos sugeridos pelo entrevistador (GIL, 1995).

²⁹ *Tendant mix* é o termo utilizado para definir, grosso modo, a quantidade, tipo, tamanho e distribuição das empresas no interior do Shopping Center. Os aspectos concernentes à racionalidade dos shoppings serão discutidos com maior profundidade no Capítulo 4, mais especificamente no item “4.1. Shopping Centers: aspectos da racionalidade técnica desses empreendimentos”.

Quadro 2: RELAÇÃO DOS ENTREVISTADOS NA PESQUISA DE BASE EMPÍRICA

| Nome do entrevistado | Instituição/Função | Objetivos |
|---------------------------|---|---|
| Walter Silva | Corretor Imobiliário | Entrevistas cujas temáticas desenvolvidas foram os novos empreendimentos imobiliários em construção em Itabuna, bem como o histórico e as perspectivas do mercado imobiliário na cidade. |
| Wanderlei Rodrigues | Corretor Imobiliário | |
| Vanclay Xavier Nascimento | Engenheiro, WA Engenharia (Empresa de construção civil com relevante atuação no mercado imobiliário de Itabuna) | Compreensão e análise do histórico e relevância do setor de comércio em Itabuna, dos impactos do shopping e das atuais perspectivas do setor, bem como dos problemas enfrentados pelos trabalhadores. |
| Carlos Leahy | Presidente da Câmara de Dirigentes Lojistas de Itabuna | |
| Jairo Araújo | Presidente do Sindicato dos Comerciantes de Itabuna | |
| Manoel Lopes | Secretário Municipal de Indústria e Comércio | |
| Flávio Barreto | Presidente da Associação de Lojistas do São Caetano (Principal subcentro de Itabuna) | |
| Ari Mariano Filho | Superintendente do Jequitibá Plaza Shopping entre 2003 e 2006 | Compreensão e análise das motivações para implantação do Jequitibá Plaza Shopping, sua influência para a produção e reestruturação do espaço urbano em Itabuna, na valorização do espaço e na centralidade da/cidade. |
| Mara Suzi Rodrigues | Assessora de Comercialização do Jequitibá Plaza Shopping | |
| Gilmar Alves Trindade | Professor de Geografia Urbana da Universidade Estadual de Santa Cruz | Obtenção de dados e informações acerca do histórico do desenvolvimento urbano em Itabuna, das atuais perspectivas para a cidade. |
| Jesa Cardoso Santos | Vice-presidente do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Têxteis e Calçadistas do Sul e Extremo Sul da Bahia | Avaliação crítica da relevância das indústrias do setor para a geração de emprego e renda, e dos discursos dos grupos envolvidos na instalação destas. |

Acerca do crescimento de empreendimentos imobiliários no entorno do shopping e a valorização desta área, bem como do histórico do setor imobiliário no município e suas perspectivas, foram realizadas entrevistas com dois corretores imobiliários com expressiva

atuação no município, além da principal empresa de construção civil em atuação no município, com uma considerável quantidade de empreendimentos lançados no entorno do shopping após a sua inauguração.

Objetivando adquirir informações do poder público municipal quanto à instalação do shopping, incentivos concedidos e impactos para a cidade, foi realizada entrevista com o secretário municipal de Indústria e Comércio, na qual também foram abordados questionamentos acerca das perspectivas de desenvolvimento do setor e projetos do poder público municipal.

Sobre os impactos do shopping no comércio do centro tradicional e a importância das atividades de varejo para a centralidade da cidade foi realizada entrevista com o presidente da Câmara de Dirigentes Lojistas de Itabuna (CDL), bem como com o presidente do Sindicato dos Comerciários de Itabuna, na qual também foram abordados questionamentos referentes aos impactos do shopping sobre os trabalhadores do setor.

A descoberta da existência de uma associação de lojistas no principal subcentro da cidade nos motivou a realizar entrevista com o presidente da associação, no sentido de melhor contextualizar o subcentro no processo de estruturação do espaço urbano em Itabuna e debater as perspectivas de crescimento e desenvolvimento para esta área da cidade.

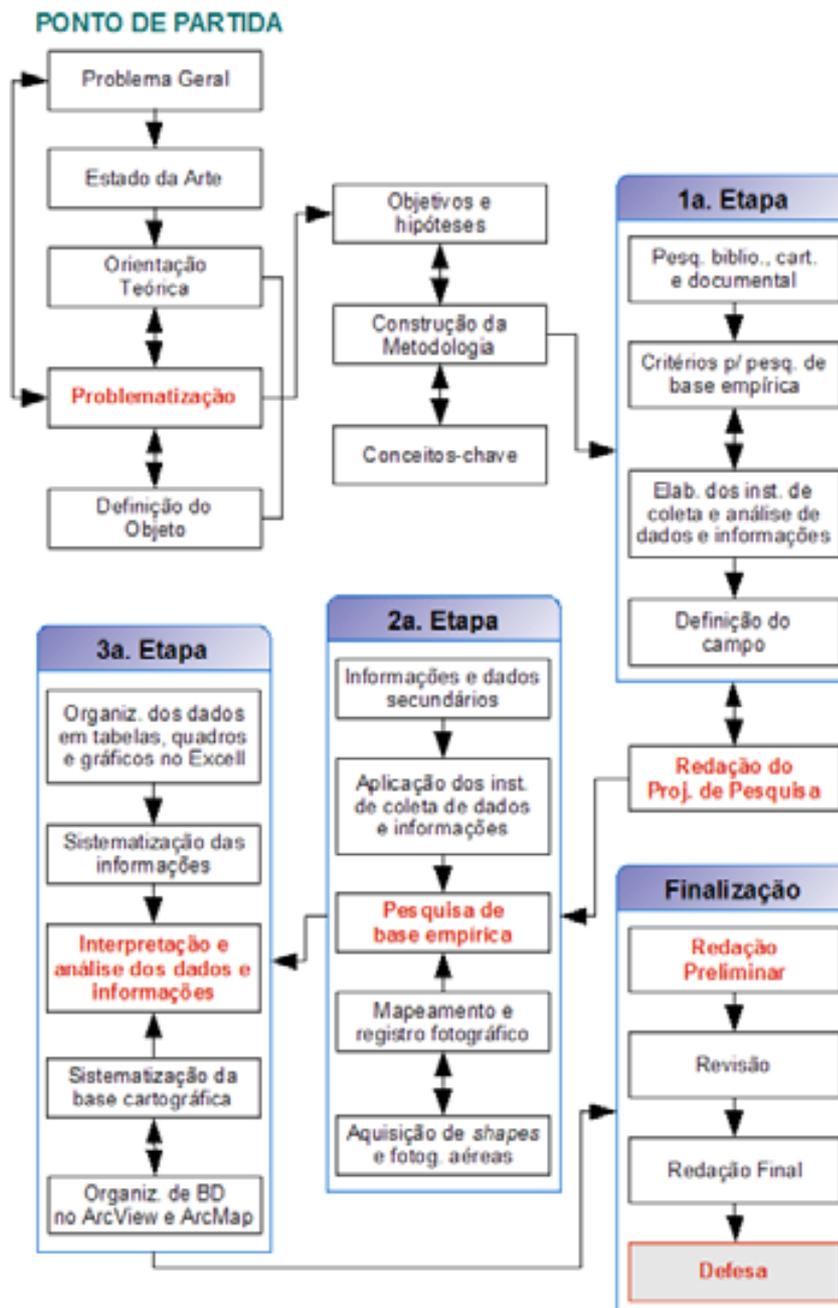
Os dados e informações obtidos foram cruzados e confrontados com os adquiridos inicialmente via pesquisa documental na primeira etapa da pesquisa, resultando na necessidade de um processo de análise e reflexão para a posterior redação do sexto e sétimo capítulo e das considerações finais da dissertação.

2.2.3. Terceira etapa – Sistematização e análise dos dados e informações

No desenvolvimento da terceira etapa, as informações e os dados obtidos via questionário foram inicialmente ordenados e tabulados, sendo organizados através da criação

de um banco de dados desenvolvido no Microsoft Access 2007. A organização em banco de dados foi de extrema relevância por possibilitar o cruzamento de dados de diferentes campos do questionário aplicado.

Figura 1: FLUXOGRAMA DA METODOLOGIA



Posteriormente os dados e informações foram exportados e organizados através de tabelas, gráficos e quadros. As informações obtidas via observação sistemática e os registros fotográficos foram relevantes para a sistematização da base cartográfica. Estes dados e informações agregados foram submetidos indissociavelmente à análise e confrontação teórica-metodológica, desenvolvida na primeira etapa, objetivando a efetiva identificação e expressão dos seus significados dentro dos propósitos da pesquisa.

Desta forma, esta etapa objetivou primordialmente selecionar, organizar e analisar o material coletado e estabelecer nossos elementos de conclusão. Estes elementos foram estruturados na redação preliminar, que, após revisão pela nossa orientadora, resultou na redação final da dissertação.

Este processo de sistematização possibilitou, concomitantemente à redação da dissertação, a elaboração de artigos científicos que foram apresentados em eventos da área de geografia urbana, arquitetura e áreas afins, congregando a obtenção de contribuições de outros pesquisadores que se dedicam a esta temática. Após a adequação destes artigos às contribuições, os mesmos foram revisados e submetidos a publicações em revistas científicas, possibilitando uma maior abrangência das nossas contribuições, inquietações e dificuldades encontradas.

Cabe observar que a sistematização e tabulação de dados através de tabelas, gráficos e quadros foi realizada no Microsoft Excell 2007, assim como as tabelas iniciais que serviram para organizar o banco de dados dos mapas temáticos da rede urbana de Itabuna, compreendendo sua intermediação e centralidade.

Estes mapas foram desenvolvidos a partir de *shapes* e dados coletados junto ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Secretaria de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), Secretaria Estadual de Saúde (SESAB), Secretaria Municipal de Saúde de Itabuna, Agência Nacional de Águas (ANA), Ministério dos Transportes, das Universidades particulares no município e da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), bem como dos meios de comunicação do município.

Os mapas temáticos em escala intra-urbana foram desenvolvidos a partir das

fotografias aéreas adquiridas na Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia-CONDER e de *shapes* obtidos junto à CADS Copiadora — empresa prestadora de serviços vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente do município de Itabuna — e substanciados com dados e informações coletados em campo.

Toda a base cartográfica desenvolvida na pesquisa foi elaborada em *softwares* específicos, tendo sido escolhidos pela adequação aos fins da pesquisa o ArcView 3.3 e ArcMap 9.0. Contudo, quanto ao acabamento final (*layout*), por conta de questões estéticas e otimização do trabalho, optou-se por realizar exclusivamente no ArcMap 9.0.

2.2.4. Dificuldades, problemas e limites para a realização dos procedimentos: alguns comentários

No desenvolvimento da pesquisa alguns procedimentos inicialmente previstos encontram problemas e dificuldades para a sua realização, muitas vezes impedindo a execução do procedimento, ou mesmo estabelecendo limites que não permitem a obtenção dos dados e informações pretendidos, ao menos da forma desejada, que melhor atenderiam aos propósitos da pesquisa.

Neste sentido, procuramos aqui ressaltar alguns obstáculos que foram encontrados para a execução de procedimentos, nos obrigando a adequá-los, inserindo novos passos, suprimindo outros, ou mesmo modificando-os frente às adversidades e possibilidades encontradas essencialmente na pesquisa de base empírica.

As maiores dificuldades dizem respeito à disponibilidade dos interlocutores para o agendamento de entrevistas, que se ampliaram com o pequeno tempo destinado para a realização da pesquisa de base empírica, fato que se expressa com maior notoriedade devido à impossibilidade de estar permanentemente em contato com os elementos do nosso recorte espacial, haja vista o distanciamento físico.

Esta dificuldade evidencia-se com a impossibilidade de realização de entrevista com o grupo empreendedor do JPS — embora solicitada quando dispúnhamos de um mês para agendamento —, que seria de estimada relevância para consubstanciar a análise do discurso envolto ao processo de implantação do shopping, bem como melhor desvendar elementos que se apresentam com maior expressividade na fase de construção do shopping, a exemplo dos incentivos do poder público, do processo de comercialização, dentre outras questões. Contudo, a possibilidade de realização de entrevista com a administração do JPS, respondida por profissionais que se encontram desde o período da sua inauguração, fez com que elementos relevantes da entrevista com o grupo empreendedor fossem abordados de forma satisfatória, atendendo aos nossos propósitos dentro das possibilidades dos entrevistados.

Ainda sobre o discurso envolto à implantação do shopping, nossas tentativas de agendar entrevista com o Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente não foram concretizadas, o que de certa forma limita nossos elementos para analisar o discurso do poder público municipal quanto aos impactos do JPS para a produção do espaço da/na cidade. Contudo, a secretaria nos encaminhou para a Secretaria de Indústria e Comércio, na qual tivemos a oportunidade de entrevistar o secretário municipal do setor.

A realização dos procedimentos que necessitavam da autorização da administração do JPS implicou em uma demanda de tempo acima do esperado, compreendendo metade do tempo destinado à pesquisa de base empírica — entre nossa solicitação e a realização dos procedimentos. Desta forma, tivemos que suprimir a pretensão inicial de realizar entrevistas com representantes das empresas instaladas no JPS, devido ao escasso tempo restante.

Esta supressão, no entanto, nos permitiu uma maior disponibilidade de tempo para a exploração de entrevistas e obtenção de dados e informações acerca do avanço do mercado imobiliário na terra urbana do entorno do JPS, de forma a atender com maior propriedade nossa análise desta questão.

A aplicação dos questionários com o público freqüentador e consumidor do JPS foi quantitativamente satisfatória. Entretanto, seria relevante a aplicação de questionários em outros espaços do shopping pela própria diversidade do público freqüentador. Tal abordagem, embora desejável, não foi possível pela não autorização da administração do shopping,

decerto para evitar incômodos ao público freqüentador e consumidor. Apesar disso, fomos bem recebidos e encaminhados pela gerência de marketing do shopping, que atendeu prontamente, dentro das suas possibilidades, às nossas expectativas e necessidades.

A pesquisa documental desenvolvida no período da pesquisa de base empírica também apresentou alguns obstáculos e limites, principalmente quanto à obtenção de dados e informações do poder público municipal, na medida em que inexistia um arquivo público adequado para a consulta apropriada e detalhada da legislação municipal. A título de exemplo, tivemos uma considerável dificuldade para obter o Plano Diretor Urbano (PDU) do município, elaborado em 2000, contudo sem entrar em vigor.

O PDU foi obtido em visita à Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, na qual o Diretor de Planos, Projetos e Planejamento nos disponibilizou, juntamente com a legislação de uso e ocupação do solo e suas recentes modificações. Entretanto, inexistia um exemplar do PDU no arquivo público ou em bibliotecas públicas do município, o que constitui um obstáculo no acesso ao documento público, tanto para o pesquisador quanto para os cidadãos.

No que tange aos instrumentos de coleta de dados primários, suprimimos a realização de uma metodologia de contagem volumétrica dos veículos em pontos pré-estabelecidos das áreas centrais, que objetivava constituir-se em um elemento para mensurar a centralidade cambiante, permitindo afirmar quais os horários do dia e os dias da semana em que as diferentes áreas centrais expressavam sua centralidade com maior intensidade. Contudo, tendo observado que a aplicação deste instrumento pouco acrescentaria à análise, na medida em que não é estritamente necessário para substanciar esta discussão, o mesmo se demonstrou de pouca relevância.

Na perspectiva da centralidade complexa, objetivando mensurar os fluxos inter-urbanos gerados e mantidos pela nova centralidade, a aplicação deste instrumento permitiria aferir quantitativamente o número de veículos particulares do público freqüentador com residência em Itabuna e em outros municípios. Nesta direção, a nova centralidade poderia inclusive estabelecer uma centralidade cambiante complexa, na medida em que determinados horários do dia ou dias da semana poderiam expressar uma maior intensidade da centralidade

para os fluxos interurbanos.

A aplicação dos questionários poderia permitir ainda a indicação de dados que expressassem através de um mapa temático se bairros próximos do shopping podem dele estar “distantes” (inacessíveis) do ponto de vista da desigualdade socioeconômica entre a população destes bairros, na medida em que o shopping pode gerar fluxos a partir de bairros mais distantes e a proximidade de alguns bairros pode expressar não necessariamente acessibilidade a esta centralidade, ou mesmo uma inacessibilidade. Contudo, a realização desse procedimento não foi possível haja vista a inexistência da delimitação exata dos bairros na cidade de Itabuna.

A breve e esparsa apresentação dos procedimentos metodológicos encontrados em muitas das pesquisas de pós-graduandos consultadas, nos expõem lacunas e nos imputam mais dificuldades para o desenvolvimento das pesquisas que procuram se utilizar de instrumentais outrora já testados por pesquisadores da temática, que nos referenciam, portanto, não apenas em âmbito teórico e em fontes bibliográficas. De qualquer forma, são inúmeras e incontestáveis as contribuições proporcionadas pela exposição dos caminhos percorridos e desvendados por pesquisas concluídas.

Quanto ao desenvolvimento da base cartográfica, embora a aplicação dos questionários tenha-se constituído em instrumental para identificação e mapeamento dos locais de residência dos freqüentadores do JPS, a inexistência da definição por parte do poder público municipal dos bairros e dos seus respectivos limites no tecido urbano implicou na impossibilidade da elaboração de uma contundente expressão dos nossos resultados nesta questão através da espacialização dos mesmos.

* * *



PARTE

- II -

3. *Novas expressões de centralidade e (re)produção do espaço urbano, 54*

3.1. *Apontamentos acerca da (re)produção do espaço, 54*

3.2. *A cidade e a (re)produção do espaço urbano, 64*

3.3. *Centro, centralidade e (re)estruturação do espaço urbano, 67*

4. *O Shopping Center como nova expressão de centralidade, 81*

4.1. *Shopping Centers: aspectos da racionalidade técnica desses empreendimentos, 83*

4.2. *Shopping Centers no Brasil: impactos na redefinição da centralidade no aprofundamento do estranhamento da vida cotidiana, 96*

5. *Cidades médias e urbanização contemporânea, 115*

5.1. *Cidades médias e investigação científica recente, 117*

5.2. *Contradições nas adequações das cidades médias ao processo de mundialização do capital, 126*

5.3. *Cidades médias e urbanização no Brasil, 137*



Capítulo

3

Poli(multi)centralidade e (re)produção do espaço urbano

* * *

É chegado o tempo em que uma nova Geografia pode ser criada, porque o homem começa, um pouco em toda parte, a reconhecer no espaço trabalhado por ele uma causa de tantos dos males que o afligem no mundo atual.

Milton Santos, 1978, p. 214

3.1. Apontamentos acerca da (re)produção do espaço

O espaço conjuga a si mesmo através de complexas relações com o tempo e com a sociedade. Nesta perspectiva, o espaço estabelece-se enquanto totalidade ao mesmo tempo em

que se fragmenta através de um desigual acúmulo de tempos em si, estruturados através da dinâmica da organização da reprodução social em uma perspectiva histórica — o que compreende uma mescla de tempos (suas continuidades e descontinuidades) no tempo presente, na sociedade e, por conseguinte, no espaço. Contudo, o que se fragmenta não é o espaço enquanto categoria, dimensão derivada da totalidade social, mas a materialização da reprodução social enquanto processo espacial expresso como realidade objetiva.

O tempo e a sociedade, portanto, são constituintes e essência do debate acerca do espaço dada a indissociabilidade analítica que constitui o objeto e a apreensão da complexidade da realidade espacial, na qual a sociedade e o tempo histórico por ela produzido conservam-se envoltos e insepultos na sua natureza e diacronia. Desta forma, revela-se a relevância da compreensão do espaço e do tempo como dimensões sociais e indissociáveis do real, que, contudo, conjugam a si mesmas diferencialmente ao mesmo tempo em que conjugam uma a outra.

Depreende-se, nesta direção, que o espaço é uma constante e inconstante produção social. Constante, pois toda produção resulta em (re)produção do espaço, bem como em reprodução social; e inconstante na medida em que revela a (des)continuidade dos processos sociais impelida pela desigualdade inexorável da reprodução social constrangida pelo capital, reprodução na qual a sociedade fragmenta a si mesma, implicando na fragmentação do espaço e do tempo, e expressando o ritmo de alteração das estruturas sociais, não necessariamente constantes entre si.

Portanto, o movimento e a produção social, consubstanciadas pela sua dinâmica, implicam ao espaço conjugar-se ao tempo para estabelecer-se enquanto realidade objetiva reveladora da materialização das relações situadas e fundadas na/pela sociedade, pois o espaço geográfico “é um espaço que, de acordo com a história que o homem produz, é também produzido” (SILVA, L., 2001, p. 17). Ou seja, o espaço é “uma criação humana e sua produção coincide com o próprio modo pelo qual os homens produzem sua existência e a si mesmos” (CARLOS, 1997, p. 32).

De qualquer forma, o tempo não é o mesmo no espaço porque o próprio espaço não é o mesmo nos espaços, *simplesmente*, e complexamente, porque a sociedade não é a mesma no

tempo e no espaço, nutrindo com tempos desiguais os espaços em que suas distintas e desiguais relações se materializam produzindo espaços desiguais, posto que subordinados à própria dinâmica inerente às estruturas sociais e à reprodução destas, e não subversiva a esta dinâmica.

O espaço e as particularidades compõem uma totalidade que deve ser decomposta e recomposta a partir de uma perspectiva histórica com ênfase na busca da apreensão de toda a complexidade com que a história se envolve visceralmente com a sociedade. Essa, por seu turno, se reproduz materializando vários momentos históricos no mesmo tempo presente de maneira desigual, atribuindo a estes espaços diferenças entre si. Afinal, pensar o espaço implica em pensar as diferenças espaciais, as particularidades que se encontram expostas ou subentendidas no espaço e as desigualdades que se produzem através da história e se (re)afirmam no espaço e no tempo presentes.

Nesta direção, é necessário compreender o sistema geral que estabelece o movimento da sociedade, seu tempo, bem como as contradições nas/das suas fragmentações no espaço que materializam, neste, desigualdades através de um movimento geral nas suas próprias particularidades desigualmente produzidas no contexto deste próprio movimento geral. Posto que, sendo a sociedade essência do espaço, este se entrega relativamente aos diferentes e desiguais processos que correspondem às aptidões singulares dos momentos históricos, carregando em si, e em distintos níveis de intensidade e complexidade, diferentes momentos históricos simultaneamente existindo e coexistindo em sua essência. Assim, o tempo só pode ser apreendido de forma meramente linear se compreendido fora do espaço, da própria realidade social.

O espaço é produto de processos sociais envoltos na estrutura da reprodução contraditória do capitalismo, da estrutura que fundamenta a organização da sociedade. Assim, constrangida essencialmente por esta estrutura, a sociedade se organiza para se reproduzir, produzindo espaço. Neste processo de (re)produção, afirma Santos, M. (1997), a sociedade manipula o espaço tendendo ao aprofundamento das diferenças de classes. Apreendido nesta perspectiva, como produto, a essência do espaço geográfico se desvenda no seu processo de (re)produção (SANTOS, M., 1978).

Considerando-se o espaço como uma instância social, torna-se uma necessidade indispensável à ciência geográfica conduzir uma correta apreensão da articulação de processos e das formas como o espaço reproduz a totalidade social e ao mesmo tempo se reproduz no interior desta. Isto é, entendendo o espaço sob a dimensão social enquanto construção histórica e permanente do homem através do trabalho, do cotidiano e das práticas sociais, determinados pelas relações sociais que incidem no processo de reprodução social. Vale ressaltar, portanto, que sob estas premissas o significado dessa relação entre homem e espaço que ocorre mediada pelo trabalho e o cotidiano é somente dada pelo todo, pela totalidade concreta.

Isso implica observar o espaço como uma instância essencial de apreensão da totalidade que abrange a sociedade, em relação indissociável com a economia, a política, a ideologia, e, em resumo, como uma categoria de apreensão do real que se constitui por um conjunto de relações complexas e dialéticas entre as demais categorias derivadas (região, lugar, território, paisagem, etc.).

Nesta direção, à análise da (re)produção do espaço geográfico devem estar contidas categorias metodológicas capazes de conjugar a sociedade e o tempo com o espaço, visto que este pressupõe uma realidade indivisível, dialética, resultado da produção da sociedade³⁰, que é balizada também pela potencialidade do seu nível técnico diferentemente distribuído no espaço. Este nível técnico está também imerso às propriedades estruturais que incidem na dinâmica produtiva social em um dado tempo no qual a sociedade se reproduz e conseqüentemente produz seu espaço, constantemente modificando-o, pois o espaço geográfico “é a síntese, sempre provisória, entre o conteúdo social e as formas espaciais” (SANTOS, M., 1996, p. 88).

Expressando também a materialidade do processo de trabalho, o espaço não é meramente um produto, porque “o processo de trabalho é também produto do espaço geográfico” (MOREIRA, 1981), o espaço é produto e acumulação desigual do trabalho do homem, mas também é meio e condição deste.

³⁰ De acordo com Santos (1979, p. 10), “a base mesma da explicação é a produção, isto é, o trabalho do homem para transformar, segundo leis historicamente determinadas, o espaço com o qual o grupo se defronta”.

É incisiva a noção que o trabalho que se desenvolve a partir das relações sociais nos dias atuais é realizado em função de um trabalho ocorrido no passado (o trabalho morto³¹), materializado por relações sociais repletas de contradições e conflitos, servindo como elemento importante para a reprodução destas, e, desta forma, não se pode falar em espaço neutro, já que “como resultado histórico, ele se impõe aos indivíduos” (SANTOS, M., 1978, p. 128, 137). Neste sentido, “a reprodução do espaço recria constantemente as condições gerais a partir das quais se realiza o processo de reprodução do capital, da vida humana, da sociedade como um todo” (CARLOS, 1997, p. 30).

Estas questões são iluminadas diferentemente pela perspectiva da produção do espaço através dos seus pressupostos teóricos e metodológicos dando novo sentido às mesmas categorias³² de análise do objeto da geografia, (re)colocando a geografia como uma ciência de extrema relevância para a apreensão da totalidade social.

Nesta perspectiva, analisar a produção do espaço constitui-se em um processo de não apenas perceber ou contemplar, mas de apreender a materialização das relações sociais e históricas no espaço, posto que apenas procedimentos analíticos que incidam pautados nestes preceitos se demonstram capazes de possibilitar a apreensão dos processos e das formas como a sociedade se organiza para reproduzir-se produzindo espaço. Materializa-se no espaço relações que são reproduzidas historicamente através da própria produção social. Essas relações, por sua vez, encontram-se dissimuladas e mascaradas pela aparência exposta na paisagem, cabendo a elucidação cabal da sua produção aos fatores não diretamente visíveis nela mesma, ou mesmo aos imediatamente invisíveis.

Considera-se, portanto, que para discutir os aspectos visíveis do espaço e suas localizações, ou mesmo seu (re)arranjo, é necessário desvelar o processo da produção destes. Ou seja, os aspectos visíveis e invisíveis do/no espaço são também indivisíveis, componentes de uma totalidade concreta, dialética, intrínseca ao processo de produção social. Partir simplesmente da organização para analisar e indicar elementos para explicar a realidade

³¹ “O trabalho morto são as diferentes formas sociais e espaciais que condicionam a realização objetiva da sociedade como um todo” (SANTOS, M., 1978, p. 175).

³² “As categorias sob um ângulo puramente nominal mudam de significação com a história mas, elas também constituem uma base permanente e, por isso mesmo, um guia permanente para a teorização” (SANTOS, M., 1978, p. 116-117).

espacial é nada mais que escamotear a sua verdadeira realidade e desconsiderar sua essência, pois a organização não consegue condensar a complexidade assumida pelo espaço geográfico, Por outro lado, a organização observada isoladamente se propõe a esconder, dissimular, ou mesmo exprimir intencionalmente nada mais que um simulacro da luta de classes, nutriz da produção espacial.

A geografia, através da análise dialética do espaço, serve para desvendar máscaras sociais, vale dizer, para desvendar as relações de classe que produzem esse arranjo. É nossa opinião que por detrás de todo arranjo espacial estão relações sociais, que nas condições históricas do presente são relações de classe (MOREIRA, 1982, p. 35).

Desta forma, não se deve abstrair ou ignorar na análise do espaço os sentidos políticos, históricos e ideológicos sob o qual o objeto se encontra envolto e estrangido no transcurso da história. Por outro lado, deve-se compreender também que historicamente as próprias categorias sofrem modificações que eleva ou diminui a importância para a análise promovida pelas ciências, pois a própria realidade também se encontra em permanente mudança, porém recheada de mediações e contradições não reveladas imediatamente, em outras palavras, ocultas. Como não poderia deixar de ser, isso se aplica no objeto da geografia, pois “o espaço não é ‘inocente’ já que serve à reprodução social, [e] como as outras instâncias sociais, tende a reproduzir-se, uma reprodução ampliada, que acentua os seus traços já dominantes” (SANTOS, M., 1978, p. 140).

O espaço é produto de uma coexistência de diferenças, desigualdades e interesses, é produto de conflitos. “A produção do espaço é desigual, na medida em que o espaço é fruto da produção social capitalista que se realiza e se reproduz desigualmente, [...] a partir da contradição entre sua produção socializada e apropriação individual” (CARLOS, 1994, p. 26, 22).

É produto, condição e meio³³ do trabalho e produção do homem — sendo dentro deste processo que o homem é entendido como sujeito do/no espaço — e deve servir à repetição do processo de produção, admitindo a reprodução dos *meios* que permitem ao homem continuar a existir e se reproduzir. Desse processo de produção também decorre a reprodução do processo de manutenção de uma massa de trabalhadores expropriados dos meios de produzir autonomamente, um processo que extrai — com uma peculiar violência naturalizada — mais-valia do trabalho do homem e a realiza em lucro para o capitalista através de um inconstante, porém ininterrupto, processo de valorização.

Essa reprodução é consubstanciada pela reprodução da exploração da classe trabalhadora no processo de valorização e acumulação do capital, embora participe da reprodução do espaço outras instâncias da vida do homem, pois o espaço é também condição e meio para a reprodução da vida. Nesta direção, cumpre observar conforme aponta Carlos (1999, p. 63-64), que:

a produção da vida não envolve apenas a reprodução de bens para satisfação das necessidades materiais, é também a produção da humanidade do homem — o que significa que é o espaço social na medida em que é realização do ser social ao longo do processo histórico.

A produção do espaço enquanto condição e resultado da produção social perpassa pelo entendimento de relações que envolvem diretamente o cotidiano social. Neste sentido, “a vida cotidiana não está ‘fora’ da história, mas no ‘centro’ do acontecer histórico: é a verdadeira ‘essência’ da substância social” (HELLER, 1972, p. 20). É nesta dimensão que a própria realidade parece manifestar-se em sua plenitude, quando então o cotidiano passa a ser parte fundamental da sociedade e da história, e assim se modifica, modificando as relações sociais (FALCÃO, 1989), ou mesmo modificado por elas. Isso indica a impossibilidade da exclusão da vida cotidiana no processo de produção do espaço e conseqüentemente na sua análise, pois

³³ É produto porque é construído através da (re)produção das relações sociais; condição porque é a partir do espaço que a sociedade realiza a sua produção e pode concebê-la; e é meio porque é nele que a sociedade produz e se reproduz (CARLOS, 1994).

o cotidiano é um elemento fundamental para a vida do homem, tanto para afirmação das suas potencialidades quanto para a negação das mesmas.

Da análise do cotidiano (e do lugar) emergem caminhos para o entendimento da reprodução do capital, do espaço e da vida. Desta forma, depreende-se que “falar de espaço social não é apenas uma questão lógica, mas essencialmente histórica. Envolve desvendar as múltiplas alienações e o cotidiano no lugar nos dá elementos” (DAMIANI, 2001, p. 165).

A produção do espaço se constitui a partir da materialização das relações sociais através da produção social; relações estas constrangidas e mediadas pelo capital. A materialização espacial destas relações e sua reprodução são, portanto, questões centrais na apreensão do espaço geográfico, compreendendo sua essência, posto que “as relações sociais e espaciais são dialeticamente inter-reativas, interdependentes; as relações sociais de produção são formadoras do espaço e contingentes do espaço” (SOJA, 1993, p. 103).

Neste sentido depreende-se que, nas condições atuais, sob condicionante constrangimento do capitalismo nos processos de reprodução social e na mediação das relações sociais, a produção do espaço:

se concretiza no trabalho alienado, materializado nas construções, nas edificações que nos cercam, no material de trabalho que a sociedade dispõe, [...] uma sociedade recheada de fetichismo e alienação, e assim é o espaço geográfico capitalista, que tem no homem geral ou coisificado em classes a sua essência (SILVA, L., 2001, p. 19, 23).

“O espaço, portanto, reúne homens tão fetichizados quanto a mercadoria que eles vêm produzir nele. Mercadoria eles próprios, sua alienação faz de cada homem um outro homem” (SANTOS, M., 1997, p. 22). O espaço é uma produção de homens alienados, estranhos a si mesmo e à sua produção. Assim, o espaço se reproduz, como os homens, também alienado, desconsiderado de seu caráter útil, no qual é também meio e condição para a reprodução da vida humana enquanto afirmação da potencialidade humana, enquanto apropriação da

produção — na qual se inclui o espaço — de forma subversiva à imperativa lógica do lucro capitalista. Contudo, ao possibilitar a ampliação do mundo da mercadoria, o espaço termina por ser uma mercadoria trabalhada (produzida) por outra mercadoria, o homem (SANTOS, M., 1997), cuja reprodução para este processo está inerente à própria reprodução do espaço. Isso porque “a alienação do trabalho reproduz-se a todas as instâncias da sociedade capitalista: aliena-se o homem da natureza, dos produtos, do saber, do poder e dos próprios homens” (MOREIRA, 1981, p. 78).

É através do trabalho humano, em consonância com os meios de produção, que são *criadas* as mercadorias do/no mundo do capital. A reprodução do espaço através do trabalho do homem, contudo, não ocorre sem *abstrair* do trabalhador e lhe negar a compreensão e apreensão da finalidade do seu trabalho e do produto deste, para assim viabilizar a criação de valores de troca, expressos em mercadorias, nas quais se vela a história social do produto e as contradições do processo de produção.

Portanto, o esvaziamento da vida e dos seus sentidos advém, em primeiro lugar, de um processo de produção que necessita deixar “de lado o caráter útil do trabalho, sua dimensão *concreta*, [restando-lhe] apenas ser dispêndio de força humana produtiva, física ou intelectual, socialmente determinada” (ANTUNES, 2003, p. 84, grifos do autor).

Desta forma, depreende-se que a dinâmica que estrutura a produção das formas e conteúdos presentes na realidade social, que concede a substância do espaço, se (re)produz no capitalismo enquanto simulacro do trabalho, enquanto estranhamento do produto do trabalho, pelo trabalhador; enquanto ocultação das próprias nuances sociais que a aparência promovida pela alienação não faz questão de aludir. Porém se desvelam na apreensão do espaço, este não como suporte ou como mero reflexo da sociedade, mas como condição, meio e produto do trabalho do homem.

Observa-se, assim, o espaço enquanto condição da efetivação do processo de reprodução do capital e como meio e produto deste, mas também enquanto possibilidade de uma apropriação subversiva à lógica do capital. O espaço então se reproduz aderindo em si as contradições e os conflitos que se encontram no âmago deste processo, social, no qual os interesses do capital e das classes sociais são divergentes. O processo de (re)produção confere

ao espaço uma dinâmica da produção como acumulação histórica, como continuidade, como relação dialética entre o espaço como meio e condição de/da produção e o espaço como produto desta (CARLOS, 1994).

Nesta direção, “o espaço é a matéria trabalhada *por excelência*: a mais representativa das objetivações da sociedade, pois acumula, no decurso do tempo, as marcas das práxis acumuladas” (SANTOS, M., 1997, p. 22), respondendo às alterações ocorridas na sociedade através da sua própria alteração (SANTOS, M., 1992).

Cabe à Geografia, através do desenvolvimento de perspectivas para o estudo do espaço, procurar apreender a realidade nas relações entre a sociedade, o trabalho e a natureza na produção, reprodução e apropriação dos lugares e territórios, dada a constatação da inexistência de uma produção espacial alheia à produção social.

3.2. A cidade e a (re)produção do espaço urbano

A produção espacial que se materializa de forma mais expressiva e profícua nas cidades, a produção do espaço urbano³⁴, observada na sociedade capitalista está aliada fundamentalmente aos seus processos econômicos de produção, circulação e consumo. A articulação entre esses processos e a sociedade e a interação entre a sociedade e o espaço, principalmente sobre a questão do cotidiano e do trabalho, suas divisões e a evidente especulação do capital sobre este. Essa especulação termina por determinar quais classes vão participar dos diferentes (des)níveis do processo de produção e também de consumo, visto que “a cidade aparece como materialidade, produto do processo de trabalho, da sua divisão técnica, mas também da divisão social” (CARLOS, 1997, p. 26).

A cidade é a expressão *concreta imediata* materializada nas formas que são produto de um conteúdo estabelecido pelas mediações e contradições das relações sociais em um

³⁴ Aqui compreendida como produção, reprodução das condições de se produzir, e apropriação do espaço pela sociedade.

processo que é exprimido materialmente no espaço. O urbano se define pelas relações sociais, os conteúdos que se materializam no espaço, (re)afirmando um modo de vida da sociedade. O espaço urbano é, portanto, a reconstituição do (verdadeiro) concreto pela abstração das relações que em verdade constituem a materialização das formas que identificam a cidade³⁵. Nota-se, desta forma, que há uma distinção entre a cidade e o urbano. A cidade é a “realidade presente, imediata, dado prático-sensível, arquitetônico. [...] Por outro lado[,] o ‘urbano’, [é a] realidade social composta de relações a serem concebidas, construídas ou reconstruídas pelo pensamento” (LÉFÈBVRE, 1991, p. 49).

Como a produção do espaço urbano ocorre a partir das relações admitidas dentro de um sistema fundamentado num processo desigual, a desigualdade se expressa no espaço enquanto resultante das contradições criadas no/próprio sistema. Assim, a cidade é “a própria sociedade em uma de suas dimensões, aquela mais aparente, materializada nas formas espaciais” (CÔRREA, 1989, p. 9).

A cidade consolida-se como centro de comando para a economia capitalista. Nela, o capital concentra os seus meios de produção, circulação e realização, subjugando o trabalho do homem e, por conseguinte, as relações sociais às suas necessidades de reprodução. Neste sentido, a cidade se produz pautada em espaços hierarquizados, segmentados, fragmentados e fraturados; o capital limita e diferencia a apropriação e uso do solo urbano, segrega classes e camadas sociais.

Por tudo isso, a cidade coaduna as melhores condições para o processo de reprodução do capital, e isto implica em conflitos que se refletem na própria reprodução da vida, no cotidiano da sociedade e das suas classes. Pois “o processo de produção da cidade [é] indissociável do processo de reprodução da sociedade — neste contexto a reprodução continuada da cidade se realiza enquanto aspecto fundamental da reprodução ininterrupta da

³⁵ O urbano, porém, instaura-se como um modo de vida que — neste processo em que mundializa-se enquanto tendência e então se reafirma como um eixo fundamental no entendimento da sociedade no atual contexto de reestruturação produtiva e globalização — extrapola os limites da cidade, tornando ainda mais complexa sua definição e apreensão, bem como a própria relação cidade-campo e colocando a problemática urbana no centro de análise das diversas ciências sociais. Assim, “o urbano não designa mais a cidade nem a vida na cidade, mas passa a designar a sociedade que constitui uma realidade que engloba e transcende a cidade e o lugar” (CARLOS, 2004, p. 49).

vida” (CARLOS, 2004, p. 19).

A cidade é, portanto, expressão da simultaneidade das contradições do capitalismo nos conflitos engendrados sob o invólucro da sua apropriação privada, e neste sentido é reproduzida (re)valorizando (e diferencialmente) os lugares, pois “o processo social de produção é espacialmente seletivo” (SANTOS, M., 1997, p. 41). Assim, a produção da cidade estabelece diferentes e desiguais possibilidades de apropriação (e uso) do espaço urbano, reproduzindo uma cidade desigual baseada na contradição existencial do capitalismo através dos conflitos de interesse entre suas classes. Neste processo as classes se organizam no espaço numa lógica de segmentação socioeconômica e neste sentido são segregadas, e se “separam”. Porém esta:

separação das classes é simultaneamente ilusório e extremamente real. É ilusória porque as classes figuram-se na mesma sociedade, no mesmo ‘todo’ que se sistematiza; aliás, há uma única fonte de riqueza social. E é real porque socialmente e na prática há uma separação de classes que como tal é mantida e vai até o conflito (LEFEBVRE, 1972, p. 36, grifos do autor).

O espaço é essencialmente contraditório, se constrói no movimento das contradições do processo de reprodução da totalidade social. Nesta direção, conforme apontou Santos, M. (1997), é um espaço que, para o processo produtivo, une os homens, e é um espaço que, por este mesmo processo, os separa.

O espaço urbano, portanto, é um produto apropriado desigualmente pelas diferentes classes e camadas sociais posto que sua apropriação ocorre em evidente concordância com seu consumo privado. A partir desse definem-se no espaço suas porções desiguais fisicamente e respectivos conteúdos, nos quais se evidencia a desigualdade e a divisão social e espacial do trabalho, revelando o espaço enquanto uma mercadoria nutrida de preço e especulação capitalista, objetivando-se inviabilizar ou anular o acesso a determinadas porções do espaço para camadas sociais que detém um poder de aquisição/apropriação menor.

Isso é incisivo no morar, na sua própria dimensão qualitativa, pois exclui determinadas camadas sociais de desfrutar de infra-estruturas e benefícios que são socialmente produzidos, e dos quais a cidade está repleta e ao mesmo tempo vazia, como saúde, educação, transportes, esgoto, água, energia elétrica, etc.

A paisagem urbana se constitui na expressão espacial mais aparente das contradições que se encontram na sociedade que engendra a sua produção³⁶. Não é, contudo, a realidade em si, ou mesmo sua própria resposta em si mesma, visto que esta é produto de um processo que não se encerra em si. A paisagem é um produto social e sua explicação se encontra no âmago da sociedade que a produz, na totalidade que compreende processos e estruturas não apreensíveis imediatamente. Neste sentido, embora não revelados na aparência, as contradições sociais constrangidas pelo desenvolvimento capitalista estão impressas na estrutura e na paisagem urbana.

Portanto, evidentemente, os aspectos históricos ocultos na aparência devem ser desvelados³⁷. Afinal, como bem afirma Carlos (1994, p. 44), o objetivo da análise da paisagem urbana é entender o seu processo de produção, sua substância e conteúdo a partir de relações sociais. Desta forma, analisar a paisagem como materialização de trabalho (morto) em consonância com as relações sociais que implicam na produção (trabalho vivo), evidencia a dinâmica de reprodução substanciada pelo trabalho do homem.

A paisagem urbana expressa também no espaço urbano (e o espaço urbano) o tempo social na materialidade da negação da negação, pois é composta sempre pelo embate de uma relação dialética entre um novo incompleto e inacabado, porém ininterrupto, superando um velho. O novo nega o velho ao redefini-lo e superá-lo, mas está condenado a ser também superado (negado) no contínuo movimento da sociedade.

De qualquer forma, esta superação não se processa de forma homogênea ou mesmo

³⁶ A paisagem é assim percebida como uma construção “persistentemente capitalista, com sua geografia histórica singular, [e] sua própria estruturação espaço-temporal particularizada” (SOJA, 1993, p. 192).

³⁷ “Há que rasgar o véu para atingir o conhecimento histórico. Porque as determinações não mediadas das formas fetichistas de objetividade tem justamente por função tornar evidentes os fenômenos da sociedade capitalista como essências supra-históricas” (LUKÁCS, 1974, p. 29).

sincrônica. Na paisagem, portanto, convivem técnicas que se materializam distintamente dotadas (e também datadas) em formas diferentemente datadas. Ou seja, há nela rupturas mas também permanências espaço-temporais, tanto nos seus aspectos físicos, na materialidade, como nas relações sociais que se reproduzem, tanto na essência quanto nos fenômenos. Disso depreende-se que o espaço urbano se encontra em mutação a partir de um processo no qual este próprio estado de mutação faz-se permanente. Em outras palavras, é necessário observar que “enquanto forma de manifestação do espaço urbano, [a paisagem] reproduz num momento vários momentos da história. [Nela] emergem os movimentos, a multiplicidade dos tempos que constituem o urbano’ (CARLOS, 1997, p. 24).

Neste sentido, as (in)constantes mudanças (transformações) nos objetos espaciais redefinem a dinâmica das relações sociais (sendo também os objetos redefinidos por estas) e implicam, portanto, que as concepções teóricas que objetivem apreendê-las sejam sempre revistas para atender e aferir a crescente demanda da complexidade da realidade. Como alertou Santos, M. (1978, p. 156), “a própria teoria tem que se adequar às condições atuais do mundo atual e representar uma relação entre o novo, e seu significado original e as coisas velhas com o seu significado novo”.

3.3. Centro, centralidade e reestruturação do espaço urbano

A cidade, em seu tecido urbano, se apresenta dividida através da produção de uma desigual disposição de fenômenos nas suas distintas parcelas, engendrando uma articulação interna que tende a se configurar de forma diferenciada e segmentada. Desta forma, estabelecem-se espaços na cidade que dispõem de uma maior concentração de atividades que concedem a estes espaços um maior poder de articulação. Assim, estes espaços exercem atração sobre as demais parcelas do tecido urbano e constituem uma centralidade urbana, que compreende também uma área capaz de gerar e manter fluxos (de pessoas, capitais, mercadorias etc), e não apenas concentrar determinados fixos.

Contudo, a concentração de equipamentos, atividades econômicas e serviços, é extremamente necessária para uma maior dinamização dos fluxos, sobretudo de mercadorias, objetivando que as trocas se realizem de forma mais profícua ao capital. Tal concentração, ao propiciar uma centralização urbana, termina por implicar “numa articulação diferenciada nos usos do solo, alterando a forma urbana e tornando-a segmentada” (SILVA, W., 2001a, p. 108) tanto social e econômica quanto espacialmente.

As questões que envolvem o centro e a centralidade intra-urbana têm sido debatidas por correntes teóricas que apresentam certas distinções entre si. Estas correntes pautam suas análises basicamente em dois conceitos que, embora aparentemente encontrem certa proximidade, trazem divergências importantes: o conceito de estrutura urbana e o de estruturação urbana.

No primeiro grupo de teóricos encontram-se os pesquisadores filiados à Escola Estruturalista de Chicago (também conhecida por Ecologia Urbana) e à Escola Francesa Clássica. Estas escolas, embora com algumas divergências da análise das estruturas urbanas, tendem a considerar:

o centro como algo fixo, preocupando-se com a forma e com a localização, procurando realizar uma minuciosa descrição das áreas em estudo, visando evidenciar o padrão de concentração, estabelecendo modelos que dêem conta de explicar a forma de espaço urbano (SILVA, W., 2001a, p. 108).

Ainda de acordo com Silva, W. (2001a), a principal divergência entre essas duas escolas encontra-se nas críticas formuladas pela Escola Francesa Clássica aos estudos de pesquisadores da Ecologia Urbana. As críticas decorriam da constatação de que os estudos da Ecologia Urbana se concentravam demasiadamente na formulação de modelos, em detrimento da realização de estudos sobre a gênese histórica e sobre as características físicas da área em análise.

O segundo grupo de teóricos é identificado por realizar um debate acerca da

centralidade intra-urbana a partir do conceito de estruturação urbana. Este conceito não se limita exclusivamente na descrição e interpretação das formas e equipamentos que se encontram fixos, mas compreende a relevância do debate acerca dos fluxos que se encontram em movimento no território. Assim, esta perspectiva analítica tende a considerar que “a centralidade deve ser entendida a partir dos fluxos que geram de pessoas, de automóveis, de capitais, de decisões, de informações e, sobretudo, de mercadorias” (SILVA, W., 2001a, p. 108).

Nesta direção, depreende-se que o estudo da centralidade urbana se consolida em íntima relação com a própria noção de estrutura e estruturação urbana, e das modificações e rupturas que se processam no tempo. Conceitos que inicialmente dizem respeito às diferentes disposições (arranjos) no uso e ocupação do solo urbano e as diversas articulações e interações entre estes, resultantes do próprio arranjo. Contudo, esta seria uma centralidade também em movimento, “um movimento dialético que a constrói e a destrói; que a cria ou a estilhaça” (LÉFÈBVRE, 1999, p. 110).

Corroborando com a necessidade de relacionar centralidade e estrutura(ção) urbana, Castells (1983) aponta que a centralidade constitui-se como elemento fundante das articulações entre os demais elementos que compõem a estrutura urbana, sendo, a centralidade, permeada por um conteúdo social, ao mesmo tempo em que se apresenta como um local geográfico. Assim, a centralidade expressaria, ao mesmo tempo, um conteúdo e uma forma, posto que se materializa em centros, desdobramentos do centro, sub-centros, dentre outras possibilidades da centralidade se materializar ao assumir formas espaciais na estrutura urbana.

De acordo com Castells (1983, p. 273), o centro representa, por um lado, “a espacialização do processo de divisão técnica e social do trabalho [...]. Por outro lado, podemos defini-lo como especialização geográfica de um certo tipo de unidades de consumo e de serviços”. Além disso, é necessário compreender que o centro não se define para sempre enquanto um local fixo na estrutura urbana, o que significa a existência de uma impossibilidade de “*assentar* o centro urbano, [revelando] que é necessário defini-lo com relação ao conjunto da estrutura urbana” (CASTELLS, 1983, p. 275).

Acerca da estruturação do espaço urbano, uma questão inicial que merece destaque, segundo observação de Castells (1983), é que compreender que o espaço urbano é estruturado implica em compreender que este espaço não se (re)organiza ao acaso, mas a partir de determinações e conflitos de interesses. A partir desta formulação pode-se depreender que a estruturação do espaço faz-se constituída do resultado (sempre inconcluso) dos embates sintetizados principalmente na organização econômica, social, política e os interesses dos grupos sociais dominantes, bem como na própria dialética empreendida e resultante de outro embate, este entre os fatores internos e externos à cidade.

Neste sentido, apreender o processo de estruturação implica em considerar as dinâmicas e funções das distintas parcelas do tecido urbano e a relevância e relação destas parcelas individualmente com o processo de reprodução do espaço urbano e na articulação das próprias parcelas. Na medida em que determinados fragmentos do espaço se constituem de maior poder político, econômico, social, e permitem, essencialmente associados aos interesses das elites, induzir o crescimento, os novos investimentos e a valorização da terra urbana, revelam a importância de uma estrutura urbana que atenda prontamente a realização dos interesses desses grupos, atrelando a estrutura à reprodução do espaço, que também deve estar pautada nestes interesses.

Para apreender o processo de estruturação urbana, portanto, é necessário realizar o esforço reflexivo de desvelar a profunda articulação existente entre os conteúdos individuais das distintas parcelas da estrutura com o processo de reprodução do espaço urbano, consubstanciada também com as rupturas e permanências que se expressam ao longo da história no próprio recorte temporal que compreende a estrutura. Desvelar, assim, os conflitos, as contradições que se materializam e se ocultam, impelindo a organização da cidade sempre associada a determinadas racionalidades e interesses em conflito.

Desta forma, não se encontrando alheia às contradições e conflitos do processo de reprodução social, a estruturação do espaço urbano se expressa permeada pela constante relevância do espaço para o aprofundamento da desigualdade entre as classes sociais. Para tanto, ocorre uma manipulação do espaço a partir de determinações na organização e arranjo dos seus conteúdos em parcelas definidas do tecido urbano, realizando um processo que

aponta enquanto tendência o aprofundamento das diferenças de classe.

Esse aprofundamento se revela na cidade, no âmbito da estrutura urbana, enquanto resultante da dialética de um campo de força envolto pelos conflitos que se constituem na disputa de acesso e de poder pela terra urbana, que por sua vez reafirma os conflitos sendo reproduzida e apropriada inexoravelmente a partir destes. Por se realizar essencialmente a partir dos interesses dos grupos sociais dominantes, a estrutura urbana se revela intimamente comprometida com estes. A partir dessas observações podemos depreender que “o centro urbano, como a cidade, é *produto*: por conseguinte, ele exprime as forças sociais em ação e a estrutura de sua dinâmica interna” (CASTELLS, 1983, p. 274).

Alguns autores, como Sposito (1991, 2004a), ao proporem a utilização da expressão *estruturacão*, enfatizam que esta possibilitaria a análise da estrutura como um processo, como uma contínua transformação na qual a estrutura contém e está contida na reprodução dos processos sociais. Neste sentido, cumpriria observar que a estrutura da cidade não é estática, pois que se encontra em constante movimento a partir do processo de (re)estruturacão. Assim, alia-se o processo à forma³⁸, e a estrutura deve ser entendida como um mero recorte temporal de um processo amplo e contínuo de permanente modificação das próprias estruturas, o processo de estruturacão. Nesta direção, a autora observa que:

o conceito de morfologia urbana não se referiria [apenas] a uma dada forma urbana (extensão e volume), tal como ela se apresenta configurada espacialmente, mas ao processo de sua gênese e desenvolvimento, segundo os quais podemos explicar essa morfologia e não apenas descrevê-la ou representá-la gráfica ou cartograficamente. Aceitando-se essa perspectiva, a morfologia urbana refere-se não apenas à forma, mas também aos conteúdos que orientam essa forma e são por ela redefinidos continuamente. (SPOSITO, 2004a, p. 66).

³⁸ De acordo com Sposito (1999, p. 86), “é apenas na relação entre o processo e a forma engendrada que podemos compreender como um dado arranjo sócio-espacial é, ao mesmo tempo, produto e produtor da realidade”.

Sposito (2004a) salienta, ainda, que se deve guardar a expressão reestruturação para os momentos nos quais se contemplam um amplo e profundo conjunto de mudanças na estrutura urbana, partindo da idéia de existência de uma ruptura com a dinâmica constituinte de uma estrutura anterior, passando o espaço urbano a se (re)produzir pautado nas modificações resultantes. Decerto, esse processo não significa a negação das intencionalidades e dos interesses com os quais a estrutura urbana encontrava-se comprometida em uma divisão técnica e social do espaço, servindo muitas vezes para reafirmá-los.

De qualquer forma, a reestruturação desencadeia-se de uma desestruturação, que marca um rompimento mesclado no interior de continuidades, compreendendo uma mudança significativa no processo de estruturação. Teríamos, assim, um processo contínuo de estruturação-desestruturação-reestruturação das estruturas urbanas.

Este processo de “estruturação das cidades tem que passar necessariamente pelo entendimento do papel do centro” (SPOSITO, 1991, p. 5), ou dos centros, das diferentes centralidades intra-urbanas. A convergência e divergência desencadeadas pelo centro permitem a esta parcela o papel principal na articulação das demais, assim como a concentração no centro, e os interesses e racionalidades que impelem esta concentração, determinam que a escassez se constitua nas demais parcelas do tecido urbano destituídas de centralidade capaz de produzir uma articulação com diferentes parcelas.

Portanto, ao concentrar o centro produz a escassez e, desta forma, cumpre ao centro também o papel importante de, a partir do seu conteúdo, atribuir valor à terra urbana e segregar o acesso e a sua apropriação, relegando aos grupos sociais de baixa renda o acesso às parcelas constituídas pela escassez e pelo baixo valor, revelando a luta pelo poder e pela apropriação dos principais pontos das cidades.

Quanto às contínuas modificações nas estruturas urbanas, é necessário considerar que as rupturas ocorridas no processo de estruturação compreendem uma articulação temporal e dialética entre o velho e a imposição do novo, tanto enquanto conteúdo social quanto como processo espacial, redefinindo ao mesmo tempo o velho e o prosseguimento do processo, constituindo um desequilíbrio que por seu turno constitui um reequilíbrio. De acordo com Santos, M. (1996, p. 227), as rupturas “podem ser consideradas um fator de desagregação, [ou

uma] desestruturação, se nos colocamos em relação ao passado, isto é, ao equilíbrio anterior. E de uma reestruturação, se vemos a coisa do ponto de vista que se está dando”.

Outro ponto relevante é compreender que a reestruturação que se expressa no espaço intra-urbano tem profunda relação com movimentos de reestruturação interurbana, o que Sposito (2004a, 2007) denomina de reestruturação da cidade e reestruturação urbana, respectivamente. Desta forma, a autora enfatiza que o movimento de estruturação interna das cidades é incapaz de responder a si mesmo quando desconexo do próprio movimento que implica na atribuição e modificação contínua dos papéis às cidades na rede urbana. Entretanto, isso não significa que estes processos não sejam distintos, embora também sejam complementares na apreensão do espaço intra-urbano.

Uma ruptura significativa com as estruturas urbanas observada com atenção por diversos estudiosos da geografia urbana como uma característica relevante relacionada com a intensificação do processo de urbanização decorrente durante o Século XX, consiste em um processo de descentralização territorial de equipamentos e atividades para espaços diversos ao que constitui o centro tradicional (principal) das cidades. Estes equipamentos e atividades, para além da descentralização têm-se mostrado capazes de gerar e manter fluxos de forma a desencadear um processo de recentralização, que embora transcenda a descentralização territorial, está conjugado a esta.

Neste sentido, diferentes estudos têm apontado como um caminho analítico pertinente que o processo de descentralização conjugado ao de (re)centralização — não mais restrito à dinâmica espacial das metrópoles — seja indissociavelmente debatido através da sua relação com o processo de estruturação-desestruturação-reestruturação do espaço urbano. Portanto, observa-se que a constituição de uma nova expressão de centralidade em uma cidade outrora centralizada em um único núcleo, redefine nesta a própria noção de centralidade, rompendo e ao mesmo tempo (re)constituindo um novo arranjo e novas formas de articulações e interações entre os diferentes lugares da cidade, que passa de monocêntrica a poli(multi)nucleada.

Desta forma, realiza-se uma alteração profunda e significativa tanto na dinâmica e no conteúdo de determinadas parcelas do tecido urbano, quanto no arranjo e nas relações entre as

distintas parcelas deste tecido. Em outras palavras, ocorre “uma tendência de descentralização e de uma conseqüente (re)centralização, expressando uma centralidade multicêntrica, que amplia a espacialização intra-urbana, distribuindo os fluxos e ampliando a diferenciação/segmentação urbana” (SILVA, 2001a, p. 111). A centralidade torna-se multicêntrica posto que mesmo com “a emergência de outros ‘centros’, o principal e cada um deles desempenha um papel de concentricidade” (SPOSITO, 1991, p. 6-7).

Portanto, depreende-se que não há somente uma mera alteração na localização de determinadas atividades que se encontravam no centro principal, ou uma dispersão dessas atividades por outras áreas da cidade, mas uma lógica locacional profícua à dinâmica econômica de determinadas atividades que expressam uma “concentração descentralizada” frente ao centro principal, expressando uma redefinição da centralidade intra-urbana, que se torna múltipla e plural, resultante “do que muda com relação ao que permanece, no plano territorial e no plano das representações que se constroem sobre o espaço urbano e suas áreas centrais” (SPOSITO, 2001, p. 238).

De acordo com Sposito (1998a), a relevância da análise da redefinição da centralidade intra-urbana pode ser sintetizada a partir de quatro dinâmicas que expressam um conjunto de mudanças sociais, econômicas e espaciais em curso. Estas mudanças se realizam impelindo uma contínua recomposição da estruturação intra-urbana conjugando rupturas e continuidades expressas através:

- (1) dos novos padrões de localização dos equipamentos comerciais e de serviços e seus impactos frente ao papel do centro principal;
- (2) das transformações econômicas expressas em formas flexíveis de produção que impõem fortes vínculos interurbanos na estruturação intra-urbana;
- (3) das novas dimensões da redefinição da centralidade intra-urbana, que embora não seja um processo novo, passa a ocorrer também nas cidades médias;
- (4) da redefinição do cotidiano frente ao crescimento da importância conferida ao lazer e ao tempo destinado ao consumo.

Nesta perspectiva, a autora procura reforçar a necessidade de utilização do conceito de (re)estruturação urbana em detrimento do conceito de estrutura urbana. Isso devido à capacidade analítica e de fundamentação crítica que o conceito de estruturação proporciona ao possibilitar respostas para questões cruciais que não se encontram restritas aos usos do solo e ao que está fixo no território, mas sobretudo aos fluxos gerados e mantidos pelo arranjo e rearranjo do que está localizado no território, bem como aos processos sociais gerados pelo (re)arranjo e aos quais este mesmo (re)arranjo responde.

Assim, Sposito (2001) afirma que embora o centro se revele por determinados atributos localizados ou fixados no território, a centralidade se desvela pelo que se movimenta no território. Ou seja, “a centralidade pode ou não ser fugaz, efêmera ou transitória, porque ela não se institui apenas pelo que está fixo no espaço, mas pelas mudanças ocorridas no decorrer do tempo, no uso, apropriação e sentido dados aos espaços e deles apreendidos” (SPOSITO, 2001, p. 239).

Portanto, não apenas a descentralização de determinadas atividades correspondem à criação e consolidação de novas expressões de centralidade na estrutura urbana. Estas são criadas essencialmente em decorrência dos diferentes fluxos que estas atividades geram e mantêm, e dos quais decorrem sua própria descentralização, que ao se estabelecerem e se intensificarem materializam formas espaciais denominadas de novas expressões de centralidade. Ou seja, conforme aponta Sposito (2001, p. 236), ocorre uma articulação de duas dinâmicas econômico-territoriais: “a descentralização territorial dos estabelecimentos comerciais e de serviços e a de recentralização dessas atividades”.

A expressão completa desse processo é a diversificação das expressões da centralidade intra-urbana e, ainda, da centralidade interurbana, visto que novas formas de comércio promovem novos fluxos entre cidades de diferentes portes, permitindo a emergência de uma **centralidade múltipla e complexa**, no lugar da centralidade principal e muitas vezes única, que marcava a estruturação interna das cidades até há algumas décadas (SPOSITO, 2001, p. 236, grifo da autora).

A crescente presença dessa dinâmica expressa na descentralização de atividades comerciais e de serviços caracterizada pela recentralização exercida por estas novas áreas no território das cidades, aponta para um processo de aumento e diversificação de áreas centrais. Tal alteração tem sido verificada também nas cidades médias, o que denota uma alteração nas formas contemporâneas de reprodução do capital adentrando a dinâmica espacial de outras categorias de cidades que não as metrópoles. Sposito (2001) observa que a freqüente incidência desse processo modificando a concepção de centro e centralidade frente à estruturação intra-urbana permite constatar a ocorrência de uma centralidade múltipla, exercida por diferentes e diversas áreas centrais.

Outra ocorrência de centralidade é derivada da própria multiplicidade temporal da expressão da centralidade dessas diferentes áreas centrais. Sendo o centro caracterizado, conforme já observado, pelo que se encontra fixo no território, mas a centralidade pelo que no território se movimenta, a centralidade se presta a modificações que ocorrem em variações temporais mais curtas e inconstantes.

Desta forma, constata-se que a centralidade pode ser redefinida continuamente em curtos intervalos de tempo, o que torna possível que a sua apreensão se realize a partir da noção de centralidade cambiante. Esta apreensão, de acordo com Sposito (2001), é resultante não apenas das relações decorrentes da articulação entre o que está fixo e o que está em movimento, mas das variações impressas e expressas nessa articulação no decorrer de determinados intervalos de tempo.

Estes intervalos podem, inclusive, ser de curto período, estabelecendo diferenças de fluxos nas diversas áreas centrais em diferentes horários de um mesmo dia ou entre diferentes dias da semana. Ou seja, a centralidade exercida por determinada área pode acentuar-se ou dissipar-se momentaneamente e em diferentes intensidades. A título de exemplo, o centro principal mantém sua maior intensidade de fluxos no horário do expediente bancário, porém estes fluxos tendem a se esvaír no final do expediente das atividades comerciais, às 18h, e nos finais de semana. Uma centralidade como o Shopping Center concentra sua maior intensidade de fluxos após o final do horário comercial e nos finais de semana.

Para além da centralidade múltipla, e paralelamente a esta, as cidades também passam

a responder à necessidade de uma centralidade polinucleada, que caracteriza uma centralidade diferenciada. Isso ocorre porque, como constatou Sposito (1991³⁹, 2001), as novas áreas centrais geram e mantêm um determinado padrão de consumo que implica uma “funcionalidade” e acessibilidade (não apenas tangível, ou seja, não apenas pelas facilidades propiciadas pelas suas vias de acesso) para determinados grupos e camadas sociais de elevado poder aquisitivo, que se sentem e são estimulados ao atendimento e realização dos padrões de consumo das novas centralidades.

Desta forma, as novas expressões de centralidade terminam por expressar centralidades socialmente segmentadas no interior das cidades, aprofundando a divisão técnica e social do espaço. Ou seja, a centralidade polinucleada se consolida ao atender determinados padrões de consumo que se atribuem estritamente aos segmentos sociais de níveis de poder aquisitivo cada vez mais homogêneo, o que se expressa tanto com a emergência de centralidades destinadas aos segmentos sociais de alto poder aquisitivo quanto com as que surgem para atender os segmentos que compreendem as camadas populares, de baixo poder aquisitivo. Assim, a centralidade polinucleada se constitui não apenas do ponto de vista funcional, mas, sobretudo, sócioespacial.

Outra forma de manifestação das novas centralidades é resultante do reforço da centralidade urbana através da articulação de duas escalas espaciais, o que implica, de acordo com Sposito (2001), numa centralidade complexa. Essa decorre da articulação entre a multiplicação da centralidade na escala intra-urbana com o reforço da centralidade exercida pelas cidades nas quais se apresenta a ocorrência de novas centralidades.

Neste sentido, a centralidade torna-se complexa gerando ao mesmo tempo um reforço e uma modificação na articulação dos fluxos entre a escala intra-urbana e interurbana, pois as novas centralidades compreendem uma lógica a partir da “escolha de localizações que possam

³⁹ Embora ainda sem atribuir esta denominação, Sposito (1991, p. 15) já havia destacado que “o centro tradicional e as outras expressões da centralidade [...] são as formas espaciais através das quais se manifestam momentos do processo de divisão técnica e social do trabalho [...] e simultaneamente manifestam o processo de seleção dos consumidores, através de especialização geográfica das atividades caracteristicamente centrais, expressas em novos pontos/áreas/eixos de centralidade ‘estratificados’ e ‘segregados’ socioeconomicamente”.

ser estratégicas de sorte a atrair mercados consumidores de mais de uma cidade” (SPOSITO, 1998a, p. 34).

Por isso, reforçam a centralidade da cidade ao mesmo tempo em que multiplicam a centralidade na cidade, o que aponta para a incidência de novas centralidades nas grandes ou médias cidades. Em outras palavras, a emergência de novas centralidades ao mesmo tempo em que constitui a multicentralidade em escala intraurbana atua de forma a reforçar a centralidade interurbana já exercida pela cidade, articulando ambas as escalas e os fluxos que são gerados.

Em Itabuna-BA, o processo de estruturação do espaço urbano constituiu-se historicamente com a convergência e concentração das principais atividades comerciais e de serviços — assim como os espaços de representação política-administrativa, do legislativo, do judiciário, de atividades de lazer, dentre outras — em uma única parcela do tecido urbano, caracterizando uma estruturação monocêntrica e multifuncional.

A partir da concentração que impeliu a consolidação do centro nesta parcela do tecido urbano, desenvolveram-se assentamentos nas intermediações do centro que se aproveitavam das externalidades positivas pela proximidade com o centro para constituírem-se em áreas de potencial valor imobiliário, cada vez mais destinadas aos grupos sociais de maior poder aquisitivo.

A expansão do tecido urbano propiciada pelo incremento populacional na cidade conduziu a um processo de adensamento populacional em áreas limítrofes aos bairros centrais, mas que passaram a se localizar em parcelas do tecido urbano que distavam consideravelmente do centro principal.

Desta forma, para o atendimento de demandas específicas do contingente populacional dessas áreas, algumas atividades comerciais e de serviços passaram a se localizar em pontos de convergência no interior dessas parcelas do tecido urbano, processo do qual emergiu a consolidação de subcentralidades na cidade. Estas subcentralidades possuíam maior ou menor expressividade, contudo, apenas em raras exceções, eram capazes de realizar uma convergência capaz de articular demais parcelas do tecido urbano além da restritamente na

qual essas atividades passaram a se localizar.

Para além dos subcentros caracterizados essencialmente pelo crescimento horizontal do tecido urbano com adensamento populacional em áreas distantes do centro, as novas centralidades se expressam normalmente materializadas a partir da consolidação de novas vias ou áreas comerciais e de determinados serviços especializados, ou da instalação de hipermercados que agregam outras atividades no seu entorno, e dos Shopping Centers.

Estas novas expressões de centralidade muitas vezes não se instituem pelo crescimento do tecido urbano, mas ao contrário, para direcionar esse crescimento e a valorização da terra urbana. Em Itabuna o processo de consolidação de uma nova expressão de centralidade se instaura com a instalação do Jequitibá Plaza Shopping, no ano 2000.

Nesta direção, e partindo da necessidade de análise deste recorte enquanto possibilidade de discussão do processo que avança sobre as cidades médias, o presente trabalho procura realizar um debate mais minucioso acerca dos Shopping Centers enquanto novas expressões de centralidade, seus impactos na reestruturação do espaço urbano e na vida cotidiana na cidade. A relevância dos shoppings na presente temática decorre, dentre outras questões, do fato de estes equipamentos possuírem:

(1) uma consistente multiplicidade funcional — embora inferior à apresentada pelo centro principal das cidades;

(2) serem um símbolo de distinção social quanto à própria capacidade de consumo dos seus frequentadores frente aos fluxos gerados pelo equipamento — expressando contundentemente uma centralidade polinucleada;

(3) introduzirem impactos concisos e degradantes na vida cotidiana na cidade, além de expressarem a articulação de capitais de diferentes escalas e de interesses de diferentes grupos capitalistas;

(4) e a própria ploriferação da sua instalação em cidades médias — e não mais apenas nas metrópoles e grandes cidades —, nas quais apresenta impactos relevantes no que concerne às atividades de lazer.

Portanto, os shoppings apresentam-se enquanto equipamentos que congregam amplas e profundas possibilidades para a construção de um debate relevante acerca das novas expressões de centralidades. Este debate, apesar de integrado à problemática das novas expressões de centralidade, se constitui de determinadas especificidades que serão tratadas com maior profundidade no capítulo que se segue.

* * *

Capítulo

4

O Shopping Center como nova expressão de centralidade

* * *

Espacialmente se apresentam como a linguagem da sedução materializada. Através de linguagens de sedução mostram-se como um produto social avançado, que impõe novos padrões de consumo, regras de convívio, inaugurando um novo tempo-espaço urbano.

Wilson Santos Jr., 1992, p. 61

O surgimento e proliferação dos equipamentos comerciais denominados de Shopping Centers ocorre inicialmente articulado à dinâmica de estruturação intra-urbana das cidades nos Estados Unidos, nas quais nota-se, ainda na primeira metade do século XX, o fenômeno

de surgimento e expansão dos subúrbios compostos de população de camadas de média e alta renda. Aliado a este fator, há também a popularização tanto do automóvel como meio de transporte de pessoas em ascensão quanto da geladeira e do *freezer*, eletrodomésticos que possibilitaram a realização de compras em maior quantidade por propiciarem formas mais adequadas de conservação.

Nesse contexto, o comércio varejista vê-se impelido ao atendimento de novos padrões locais dos equipamentos a partir das alterações na estrutura das cidades. O advento dos supermercados e lojas de departamento que procuravam aliar atividades comerciais com alguns serviços resultou desse novo padrão locacional da sociedade, assim como também a própria necessidade de grandes espaços para a instalação desses equipamentos, com amplos estacionamentos e facilidade de deslocamentos das vias de acesso que, salvo exceções, impossibilitavam a construção dos mesmos nos centros principais das cidades.

Posteriormente, houve a construção de equipamentos que conjugavam variados ramos e atividades comerciais aliado ao princípio do auto-serviço. De acordo com Padilha (2006), os primeiros equipamentos dessa natureza, denominados inicialmente de *shopping villages*, começaram a surgir ainda na primeira década do século XX nos Estados Unidos. O êxito destes empreendimentos nos Estados Unidos foi de consistente relevância, confirmada em estatísticas que calculam a existência de cerca de cem shopping centers ainda na década de 1950. Em 1960 esse número já era de 3.700, e entre 1960 e 1970 mais de oito mil novos shopping centers foram inaugurados.

No Brasil o primeiro shopping center a se instalar foi o Iguatemi, construído na cidade de São Paulo e inaugurado em 1966. Porém, no caso brasileiro, a expansão dos equipamentos dessa natureza só ocorre com certa expressividade a partir da década de 1980. Ainda assim, tal fato não significou uma descentralização territorial desses equipamentos na rede urbana nacional, mas uma concentração dos mesmos nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, nos quais se localizavam 20 dos 38 shopping centers em funcionamento na década de 1980 (PINTAUDI, 1987).

4.1. Shopping Centers: aspectos da racionalidade técnica destes empreendimentos

Conforme observado por Langoni (1984), os SCs se constituem enquanto uma das mais significativas revoluções tecnológicas quando considerado essencialmente pelo âmbito organizacional. Desta forma, depreende-se que o aspecto que realmente merece ressalva nos SCs, de forma específica, não é simplesmente a criação ou instalação de um novo equipamento no espaço urbano, mas sua estrutura organizacional e seus resultados, permitindo um incremento quantitativo e qualitativo para a reprodução do capital e ampliação do mundo da mercadoria, resultantes do que aparentemente é uma mera realocização de atividades econômicas conjugada com a concentração arquitetônica e territorial destas.

O que caracteriza o âmago da revolução tecnológica propiciada pelos SCs é a forma como ocorreu a estruturação e o agrupamento harmonioso de interesses na consolidação desse equipamento, agregando os interesses do grupo empreendedor do SC e das empresas nele instaladas. Esta estruturação terminou por estabelecer novas condições que permitissem uma “exploração adequada de economias de escala e a internalização de externalidades⁴⁰, especialmente aquelas relacionadas com os gastos em propaganda e promoção, [o que cria] as pré-condições para a otimização do *marketing* a um nível nunca antes imaginado” (LANGONI, 1984, p. 56-57).

Nesta direção, cumpre observar que o principal aspecto a ser considerado na distinção do SC consiste na relação contratual que se estabelece entre o grupo empreendedor do SC e as empresas nele alocadas, ultrapassando um conceito de racionalidade convencional do mercado imobiliário baseado na simples venda ou aluguel de imóveis, de forma a que se desenvolva uma relação direta e permanente constituída entre a rentabilidade do grupo empreendedor do SC e a rentabilidade das empresas alocadas no mesmo.

⁴⁰ Externalidades são consideradas efeitos externos sobre terceiros gerados por atividades das empresas que impõem benefícios ou prejuízos a outras. Nos casos de benefícios considera-se externalidades positivas.

“Paradoxalmente, portanto, o que há, de fato, de inovador nos shopping centers é a relação contratual que assegura a participação dos investidores no faturamento (e, portanto, nos lucros) das atividades que ali se desenvolvem” (LANGONI, 1984, p. 57). Assim fica estabelecida uma interpenetração inexorável entre os interesses do grupo empreendedor e das empresas instaladas no SC.

A partir dessa relação contratual os shopping centers puderam, então, combinar em doses adequadas as vantagens da coordenação a nível de planejamento estratégico e a visão global do mercado, com todos os ganhos associados a uma operação descentralizada em que a competição é estimulada de forma coerente, e não predatória. (LANGONI, 1984, p. 57).

O processo de estruturação desse novo conceito de relação contratual promovida pelos SCs decorre da aplicação de uma racionalidade extremamente rígida que consubstancia um complexo planejamento. Importa observar que essa racionalidade rígida se encontra subjacente a todas as fases necessárias para a implantação do equipamento, moldando e direcionando todos os momentos do desenvolvimento do SC, compreendendo, portanto, não apenas os estudos preliminares como também as avaliações e o conjunto de ajustes e modificações realizados após o início do seu funcionamento.

Em um primeiro momento, o planejamento do SC insurge fundamentando, por um lado, na procura pela obtenção da máxima redução dos custos de implantação e operação e, por outro, na realização de uma pesquisa de mercado para substanciar a racional disposição das lojas no interior do SC e os gêneros de atividade econômica das empresas, bem como a quantidade e o porte das mesmas. Neste momento prévio à construção do SC e comercialização dos seus espaços, estão incluídos alguns elementos que merecem destaque e reflexão, dentre eles:

(1) a escolha do terreno, levando em conta principalmente o fator localização, quanto à acessibilidade do público alvo, visibilidade do empreendimento, área disponível para construção, estacionamento e expansões, além da valorização da área do entorno do terreno e

um posicionamento estratégico na estrutura urbana capaz de produzir uma polarização de fluxos;

(2) os estudos de viabilidade econômica e financeira e a delimitação da área de influência do empreendimento, o que permite mensurar, dentre outros aspectos, o nível de renda, os hábitos e capacidade de consumo e quantidade de consumidores na área de influência, assim como a identificação das áreas e empresas concorrentes, o que permite realizar uma projeção do potencial do empreendimento e o estabelecimento de um público alvo inicial;

(3) o planejamento de utilização do terreno, escolha dos gêneros de atividades econômicas das empresas (objetivando a minimização dos riscos) e a determinação do tamanho físico, dos espaços para a alocação no interior do shopping, definição do tamanho e da área de estacionamento, das portas de entrada para o empreendimento e das formas de financiamento;

(4) concluídos os estudos preliminares e sendo atestada a viabilidade econômica do empreendimento, realizam-se o planejamento arquitetônico e paisagístico do SC, que procuram utilizar materiais de durabilidade e baixo custo de reposição (respeitando, contudo, critérios de qualidade pré-estabelecidos), além de induzir o consumidor a permanecer o maior tempo possível no interior do SC e criar um ambiente favorável ao consumo. A partir desse momento ocorrem os contatos comerciais com empresas que se enquadrem no contexto estabelecido pelo grupo empreendedor.

Observando atentamente esse processo inicial de planejamento do SC, evidencia-se a não participação das empresas que posteriormente irão se alocar neste espaço, que em um primeiro momento estão alheias às determinações que substanciam a racionalidade do empreendimento — alheias em sua especificidade, não genericamente. Isso porque é previamente definido o que se denomina de *tendant mix*, que resumidamente seria a racionalidade da distribuição das lojas e do tipo, tamanho e porte⁴¹ e quantidade das lojas

⁴¹ O tamanho das lojas em um SC está aliado essencialmente ao porte das empresas e à quantidade de consumidores potenciais que a loja é capaz de atrair. A partir dessa lógica, convencionou-se dividir as lojas em três categorias: lojas âncoras (ou lojas magnéticas), as lojas mais consagradas frente ao

alocadas para uma maximização do faturamento das lojas individualmente e do grupo empreendedor, definidas a partir de minuciosa pesquisa de mercado⁴². O *tentant mix*, portanto, é “uma criação da gerência científica para esses empreendimentos imobiliário-comerciais, tem em vista as ‘necessidades’ comerciais da área de influência do SC, ou as necessidades a serem criadas nessa área” (GAETA, 1992, p. 53).

Na racionalidade dos SCs também se insere a definição quanto ao tipo de shopping⁴³ a ser instalado que, de acordo com a Associação Brasileira de Shopping Centers – ABRASCE, possuem as seis divisões apresentadas a seguir:

- Shopping Regional: este tipo de shopping fornece mercadorias em geral (uma boa porcentagem de vestuário) e serviços completos e variados. Suas atrações principais são âncoras tradicionais, lojas de departamento de desconto ou hipermercados. Um shopping regional típico é geralmente fechado, com as lojas voltadas para um mall interno.

- Shopping Comunitário: o shopping comunitário geralmente oferece um sortimento amplo de vestuário e outras mercadorias. Entre as âncoras mais comuns estão os supermercados e lojas de departamentos de descontos. Entre os lojistas do shopping comunitário, algumas vezes encontram-se varejistas de "off-price"⁴⁴ vendendo itens como roupas, objetos e móveis para casa, brinquedos, artigos eletrônicos ou para esporte.

público alvo e que, portanto, atraem a maior quantidade de consumidores além de permitir o fluxo uniforme destes no interior do shopping; as “mini-âncoras” ou mega stores, lojas consagradas frente ao público alvo, mas de porte menor; e as lojas satélites, lojas menores que possuem pouca expressividade na atração dos consumidores.

⁴² A racionalidade da elaboração do *tentant mix* é tão relevante que, de acordo com especialistas em aspectos jurídicos de SC, alterações que acarretem em possíveis prejuízos a empresas individualmente são passíveis de indenização. Sobre este assunto consultar o artigo de Angelo Castelo Branco, publicado no jornal Gazeta Mercantil, Caderno A, p. 9, de 09/08/2004, também disponível em <<http://www.globalbrasil.com/unaa/imprensa/agosto/09clipping.html>> (consulta em 01/02/2008). Tradicionalmente as categorias de lojas que compõem o *tentant mix* são divididas em: alimentação, artigos domésticos, vestuário, serviços, lazer, conveniência e miscelânea.

⁴³ As definições apresentadas referentes aos tipos de Shopping Centers foram extraídas do site da ABRASCE <http://www.abrasce.com.br/ind_shopping/shopp_associados/tipo_shoppass.htm> (consulta em 05/02/2008).

⁴⁴ O varejo off-price oferece produtos, que foram comprados a preços inferiores aos preços normais de atacado, a preços inferiores aos de varejo. São, frequentemente, sobras de mercadorias, pontas de estoque e produtos com pequenos defeitos ou avarias.

- Shopping de Vizinhança: é projetado para fornecer conveniência na compra das necessidades do dia-a-dia dos consumidores. Tem como âncora um supermercado. A âncora tem o apoio de lojas oferecendo outros artigos de conveniência.

- Shopping Especializado: voltado para um mix específico de lojas de um determinado grupo de atividades, tais como moda, decoração, náutica, esportes ou automóveis.

- Outlet Center: consiste em sua maior parte de lojas de fabricantes vendendo suas próprias marcas com desconto, além de varejistas de "off-price".

- Festival Center: está quase sempre localizado em áreas turísticas e é basicamente voltado para atividades de lazer, com restaurantes, fast-food, cinemas e outras diversões.

A prerrogativa de um planejamento central exercido pelo grupo empreendedor, ou por uma empresa especializada em administração de SC por este grupo contratada, tendo como ponto de partida o sucesso econômico do grupo empreendedor — este baseado no sucesso de cada empresa em particular instalada no SC —, faz com que as empresas instaladas tenham a plena segurança de manutenção do *tenant mix* do empreendimento ou da possibilidade de alterações e adequações no *tenant mix* motivadas apenas por pesquisas de mercado que objetivam otimizar o desempenho do faturamento das empresas instaladas no SC frente ao potencial do mercado consumidor na escala de abrangência do SC, dado ao próprio interesse do grupo empreendedor no faturamento das mesmas.

Desta forma, depreende-se, conforme observou Pinto (1989, p. 5), que “o proprietário do shopping tem interesse no bom êxito dos negócios dos lojistas, pois participa de seu faturamento, permitindo, em contrapartida, uma competição benéfica e de equilíbrio entre os comerciantes”.

Isso difere consideravelmente da racionalidade ou do conceito convencional do mercado imobiliário, que estaria fundamentado em alugar ou vender os espaços disponíveis para qualquer empresa disposta a pagar o preço especulado no mercado. Desta forma, a racionalidade do planejamento do SC termina por estabelecer os perfis das atividades a serem instaladas, além de destinar um espaço e sua disposição no shopping determinado pelo grupo empreendedor, evitando uma quantidade considerada excessiva de empresas de determinada

atividade ou mesmo a criação de um monopólio interno, o que resultaria na falência das outras empresas e na conseqüente violação dos interesses do próprio grupo empreendedor. Ou seja, “o que está em jogo é muito mais do que uma simples transação imobiliária” (LANGONI, 1984, p. 58).

Considerando-se externamente, contudo, objetiva-se concentrar o maior volume de faturamento possível em detrimento das outras áreas centrais. Isso é extremamente relevante na medida em que mesmo entre as lojas de menor expressão há uma probabilidade de concretização de um desempenho diferenciado, otimizado, haja vista que pelo planejamento centralizado, estando no SC, essas lojas dispõem de pesquisas e mecanismos de mercado que individualmente no centro tradicional jamais teriam acesso, ou seja, de informações “privilegiadas” e estratégias de mercado mais decisivas.

Assim, o SC, “ao funcionar como verdadeira cooperativa de análise de mercado, viabiliza o acesso do pequeno comerciante a informações críticas cujo custo, na hipótese de financiamento isolado, seria proibitivo” (LANGONI, 1984, p. 59). Além disso, o autor aponta para a possibilidade engendrada pelo SC de participação das pequenas empresas em estratégias modernas e agressivas de *marketing* e divulgação, também inacessíveis para as empresas isoladas — ou ao menos de custo consideravelmente elevado —, senão através da “integração” propiciada pela administração centralizada do SC.

Nesta direção, o grupo empreendedor deve selecionar e organizar os gêneros de atividade econômica que nele se instalarão, bem como a sua disposição no interior do equipamento, a partir de uma racionalidade que propicie um fluxo homogêneo de pessoas por todo o SC, evitando ao máximo a criação de zonas ou áreas de baixo fluxo que possam afetar o desempenho das empresas, haja vista que o volume de vendas (o faturamento) de todas as empresas individualmente instaladas no shopping é de extremo interesse do empreendedor. Portanto, buscando maximizar seu faturamento, o grupo empreendedor gera uma externalidade positiva sobre os lojistas individualmente, que a internalizam corroborando com seus interesses individuais. Contudo, como observou Gaeta (1992, p. 51), “os lojistas têm sobre si uma racionalidade que transcende as iniciativas capitalistas particulares e que se sobrepõe a elas”.

Baseado nessas constatações acerca da racionalidade dos SCs, Pinto (1989, p. 5) aponta que é exatamente essa:

íntima integração oriunda da nova relação contratual, que existe entre o proprietário e empreendedor do imóvel e os lojistas, [que] permite não apenas a participação dos investidores nos lucros dos lojistas, mas também estabelece um prévio planejamento para exploração e análise de todo o mecanismo do mercado que foi minuciosamente estudado nesse sentido.

Para a concretização dos interesses dos capitalistas envolvidos no SC, Pinto (1989) e Langoni (1984) enfatizam a necessidade de o equipamento responder as necessidades e expectativas do público freqüentador e consumidor, atentando também para os interesses deste público. Desta forma o SC oferece vantagens não apenas para seus investidores e os lojistas, mas também para o consumidor. Dentre estas vantagens os autores destacam:

(1) a economia de tempo propiciada pela concentração de uma significativa diversidade de atividades comerciais e de serviços;

(2) a oferta de áreas de lazer, cinemas, restaurantes e divertimento infanto-juvenil;

(3) acessibilidade e facilidade para estacionamento de automóveis;

(4) amplo horário de funcionamento;

(5) ausência de poluição física, sonora e visual;

(6) a segurança propiciada pelo empreendimento.

Pinto (1989, p. 5) ainda afirma que “o conforto oferecido permite novamente que o ato de fazer compras seja também um prazer, que na maioria das vezes é compartilhado por toda a família. Considere-se, ainda, o fator de segurança contra os assaltos, tão freqüentes nas lojas situadas nas ruas”.

Corroborando com esta perspectiva, Underhill (2004, p. 53) completa apontando também que o shopping constitui-se em um refúgio que “nos protege não só das ruas perigosas das cidades, do frio, do vento e da chuva, como também de pedintes, vagabundos e adolescentes mal-intencionados”.

Os presentes autores, nesta direção, se ocupam de apresentar, essencialmente, um ideário contemplativo acerca dos SCs, objetivando estritamente sublimar determinados aspectos da artificialização do ambiente produzido pelos SCs que (re)afirmem a relevância dos “templos do consumo” para o resgate do que Pinto (1989) considera “o prazer da compra”. Deve-se considerar, contudo, as reais motivações e conseqüências desse resgate, principalmente para o cotidiano e as práticas sociais⁴⁵, além da valorização do espaço privado em detrimento do espaço público — criando também a idéia de refúgio como solução ao real enfrentamento dos problemas e mazelas sociais que se expressam materialmente de forma tão contundente nas cidades.

O SC recria um ambiente artificializado, capaz de induzir o consumo indiscriminado de mercadorias, posto que objetiva travestir a realização de um desejo subvertido em uma necessidade. Desta forma, utiliza-se de mecanismos estrategicamente delimitados em que a compra se transforma em um momento de prazer, e o prazer em um momento indispensável do ato da compra.

O SC, neste sentido, responde às atuais necessidades do capital quanto à esfera do consumo de mercadorias. O SC, portanto, constitui-se enquanto um espaço “cientificamente pensado e arranjado nos mínimos detalhes para o supremo ato da compra” (SANTOS JR., 1992, p. 63). Por outro lado, os centros tradicionais das cidades demonstram-se incapazes de (re)produzir essa atmosfera artificializada para o momento da compra, além de encontrarem-se envoltos aos problemas da “cidade real”, como poluição física, sonora e visual, problemas de tráfego, estacionamento, obstáculos para a circulação de pedestres, insegurança, contato com vendedores ambulantes, pedintes, dentre outros. O SC, contudo, se apropria destes aspectos para recriar uma “cidade ideal” para o seu público alvo, na qual esta atmosfera para o

⁴⁵ Estes aspectos serão abordados com maior profundidade no item 4.2., “Os Shopping Centers no Brasil e os impactos da redefinição da centralidade”.

momento da compra pode ser forjada e rigorosamente controlada, estimulada e analisada, tornando o momento da compra mais “rico e bonito”, desprovido das intempéries cotidianas da “cidade real”.

Depreende-se, portanto, que o atendimento aos interesses dos cidadãos-consumidores existe essencialmente enquanto artificialização de desejos — o que significa, em outras palavras, dos próprios interesses — para intensificarem e tornarem a realização dos interesses do empreendedor e dos lojistas mais profícuas. Portanto, as facilidades para o consumidor não devem ser completamente ignoradas, mas devidamente contextualizadas frente aos interesses dos grupos capitalistas.

“Os SC são apresentados como respostas artificiais às necessidade de fuga dos aspectos negativos das concentrações urbanas” (SANTOS JR., 1992, p. 64). Portanto, a estrutura da cidade produz no seu centro tradicional uma espécie de “externalidade negativa” para esta área, na medida em que essa externalidade é apropriada positivamente pelo SC, posto que este internaliza de forma positiva as externalidades da “cidade real” com a artificialização de uma “cidade ideal”: limpa, bonita e segura.

A constante exploração e massificação da idéia de segurança obtida nesses espaços apontam para a necessidade de que a “venda” desta idéia deva ser adequadamente analisada criticamente. Isso porque a violência nas cidades é tanto real quanto imaginária e espetacularizada, ou seja, extremada ou mesmo fabricada nos meios de comunicação para supervalorizar o espaço privado em detrimento do espaço público enquanto lugar privilegiado das relações sociais, do dispêndio do tempo livre e da realização de atividades lazer, além do consumo de mercadorias.

As diferenças entre a “cidade real” e a “cidade ideal”, artificializada nos ambientes produzidos pelos/nos SCs, também se expressam no condicionamento da forma de caminhar, o que significa a possibilidade de caminhadas diferentes na rua e nas alamedas do SC. Na rua a pressa denota os passos da imensa maioria das pessoas que pouco contemplam o seu redor, também preocupados com as “armadilhas” encontradas nas ruas, como meio-fios, buracos, o perigo ao atravessar as ruas, etc., fatores que implicam que o pedestre divida a sua atenção ao caminhar, não se concentrando estritamente nas mercadorias expostas nas lojas. No shopping,

a ausência desses e de outros obstáculos, bem como o próprio piso escorregadio, impõe a muitas pessoas a necessidade de caminhar devagar, sem necessidade de desviar o olhar da altura das vitrines, criando a possibilidade de uma maior contemplação das mercadorias que se encontram expostas nas vitrines das lojas. Afinal, é importante observar que:

no piso dos shoppings jamais haverá armadilhas, obstáculos ou surpresas desagradáveis — os regulamentos internos dos shoppings garantem isso, e os contratos com os lojistas assim o exigem. Portanto, olhar para baixo ao caminharmos por um shopping é absolutamente desnecessário. Não há nada para se ver ali, é uma questão de segurança (UNDERHILL, 2004, p. 61).

Nesta direção, é importante estabelecer uma certa discordância com a afirmação do autor, ou ao menos a necessidade de acrescentar, também, que existe essencialmente uma questão de otimizar a exposição e a venda das mercadorias, induzindo o consumo e a contemplação da mercadoria como promessa de realização da felicidade, não sendo meramente uma questão de segurança: “o ambiente do SC é montado para destacar a mercadoria. Busca o encantamento” (SANTOS JR., 1992, p. 73).

Ao mesmo tempo em que os SC procuram expressar uma cidade invertida, ideal, a partir do momento em que buscam reproduzir no seu interior a atmosfera de uma cidade limpa, esteticamente organizada, segura, etc., buscam também reproduzir símbolos e referências da cidade real — como as praças, ou mesmo travestindo um espaço privado em espaço público —, subvertendo-os estritamente às necessidades e interesses dos empreendedores imobiliários e dos lojistas, vendendo a imagem de propiciar atendimento às necessidades e interesses dos frequentadores e consumidores do SC. O próprio:

fechamento intramuros apresenta, numa perspectiva urbanística, uma difícil relação com a cidade (ou com o entorno), [mas] por outro lado é um dos aspectos que assegura aos SC apresentarem-se como verdadeiros contrapontos às deficiências de infra-estrutura das grandes cidades, veiculando, em nível promocional, uma espécie de "imagem invertida"

destas (FRÚGOLI JR, 1992, p. 76).

Para além das questões explicitadas, cumpre realizarmos algumas últimas observações acerca da racionalidade dos SCs, dentre elas a relevância desta racionalidade para o poder público. Isso ocorre na medida em que o grupo empreendedor do SC impõe mecanismos de fiscalização e obtenção de informações acerca do faturamento das atividades econômicas individualmente situadas no shopping, de forma que consiga mensurar um valor referente à locação dos espaços.

Desta forma, os mecanismos de fiscalização utilizados pelo grupo empreendedor do SC são de grande valia para o poder público, posto que também atuam de forma a minimizar as possibilidades dos empresários não declararem seu real faturamento. Assim, terminam por criar determinados impedimentos que impossibilitam os empresários em burlar os tributos devidos ao Estado. “Em outras palavras, como a rentabilidade do empreendimento é função do faturamento de cada empresa comercial, há necessidade de implantação de um mecanismo geral que controle e acompanhe a evolução de cada unidade, minimizando a evasão fiscal” (LANGONI, 1984, p. 68).

Para obter dados e informações com máxima precisão acerca do faturamento das empresas o grupo empreendedor dispõe de mecanismos de fiscalização do faturamento das lojas que são expressos no contrato estabelecido entre as partes, que estabelece também determinadas obrigações e proibições impostas pelo grupo empreendedor aos lojistas. Isso significa que o contrato estabelecido entre o empreendedor e as empresas individualmente consiste também em determinações na relação dos lojistas com a empresa administradora do empreendimento.

O não cumprimento das normas gerais estabelecidas nos contratos acarreta em punições, sejam elas multas ou mesmo a exclusão. Dentre as normas gerais normalmente utilizadas nos contratos encontram-se:

- obrigatoriedade de mencionar em qualquer publicidade o nome do SC;

- proibição de ultrapassar a capacidade de carga de luz e força prevista para a loja;
- proibição do lojista de interromper arbitrariamente o funcionamento de sua loja, bem como de variar o ramo de negócio;
- proibição de venda de produtos usados, realização de leilões, queimas de estoque ou qualquer espécie de venda que descaracterize ou afete o padrão de qualidade das atividades de comércio do SC;
- exigência de exposição à administração de documentos que a possibilitem de verificar o faturamento da loja.

Além desses aspectos, é importante ressaltar a existência de um aluguel que não é único, mas composto, no qual convivem duas formas de remuneração pela utilização dos espaços do SC: uma consiste em um preço fixo mínimo e outra é fundamentada em um preço variável estabelecido por um determinado percentual sobre o faturamento, cabendo ao grupo empreendedor utilizar a forma que expressar maior valor monetário.

A cobrança de um valor mínimo fixo consiste na possibilidade de faturamento baixo de algumas lojas. Assim, conforme observou Langoni (1984, p. 58), esta cobrança independente do faturamento “cria, naturalmente, as condições para que o comerciante menos eficiente deixe de participar do empreendimento e possa ser substituído por novos elementos mais competentes”.

De acordo com as observações desenvolvidas, e a partir das transformações impelidas pelas prementes necessidades em recriar espaços capazes de aperfeiçoar a reprodução e acumulação do capital, aponta-se o desenvolvimento de uma profunda relação entre a racionalidade do capital e a estruturação inter e intra-urbana, implicando também em modificações nesses processos.

Do âmago das modificações nesses processos, insurgem algumas questões que se derivam, por um lado, da descentralização e recentralização territorial de atividades comerciais e de serviços e, por outro, da imposição de uma nova racionalidade propiciada, ou ao menos inaugurada, pelos SCs. Assim, um processo de descentralização-recentralização e a

imposição de uma nova racionalidade se coadunam de forma a desenvolver diferentes impactos na redefinição da centralidade com a criação e consolidação de espaços mais profícuos aos vetores hegemônicos do capital.

Portanto, se conforme a afirmação de Castells (2000) — já desenvolvida nos debates do capítulo anterior —, dizer que a cidade é estruturada significa dizer que ela não se (re)organiza ao acaso, os SCs podem também ser analisados a partir das modificações desencadeadas pela capacidade desses equipamentos em promover uma ruptura na racionalidade de organização e reprodução espacial objetivando maximização de lucros e ampliação do mundo da mercadoria, redefinindo a centralidade intra-urbana.

Ao impor o novo termina por redefinir o velho e recriá-lo, assim como reafirma a racionalidade capitalista moderna tanto social quanto espacialmente. Essa imposição do novo se expressa com a realização de vetores de racionalidade hegemônica em determinados espaços na cidade e em outros não, criando ícones de modernidade e desenvolvimento ideologizado, tanto para os bolsões de população que usufruem desses espaços quanto para a maioria da população alheia a estes.

Isso significa que a imposição dos vetores hegemônicos ocorre em parcelas cada vez mais fragmentadas e definidas da cidade — comprometida com as necessidades de determinados grupos sociais, locais ou não — que, ao redefinir a centralidade, terminam também por apresentar impactos no cotidiano e nas práticas sociais indispensáveis para que essa racionalidade se realize, posto que objetivam limitar, ou mesmo anular as formas de apropriação do espaço subversivas à racionalidade hegemônica.

4.2. Os Shopping Centers no Brasil: impactos da redefinição da centralidade no aprofundamento do estranhamento da vida cotidiana

De acordo com Pintaudi⁴⁶ (apud PADILHA, 2006b, p. 68), os shopping centers “surgem no Brasil no momento em que as condições de desenvolvimento do capitalismo necessitam do monopólio do espaço, para reprodução contínua e ampliada do capital, porque é através do poder de mercado que são equacionados os problemas de acumulação do capital”.

A partir da década de 1980 com a proliferação de equipamentos dessa natureza no Brasil, os shopping centers passam por um processo de descentralização espacial, na medida em que começam a se instalar em elevado número em cidades no interior do país (*ver Gráfico 1*). De acordo com a Associação Brasileira de Shopping Centers (ABRASCE), em 1983 apenas 15% dos SCs se encontravam localizados em cidades do interior, já em 2007 esse número chegou a 45,4%. Contudo, nota-se que os estados de São Paulo e Rio de Janeiro ainda concentram mais de 45% do total de equipamentos instalados no país (*ver Mapa 1, p. 99*) e a região sudeste 55%. A região sul possui 20%, a nordeste 14%, a centro-oeste 9% e a região norte apenas 2% do total de SC⁴⁷.

Apesar de ser um fenômeno relativamente novo na realidade brasileira, a ABRASCE se orgulha de apresentar estatísticas que demonstram o faturamento dos shopping centers, que representam 18% do faturamento do varejo no país⁴⁸, excluídos os setores automotivos e os derivados do petróleo.

De acordo com a associação, a vitalidade da indústria de shopping centers no país aponta para sua relevante contribuição no que tange ao acréscimo da qualidade de vida da população, exaltando a expressividade desses equipamentos como pólos de entretenimento e

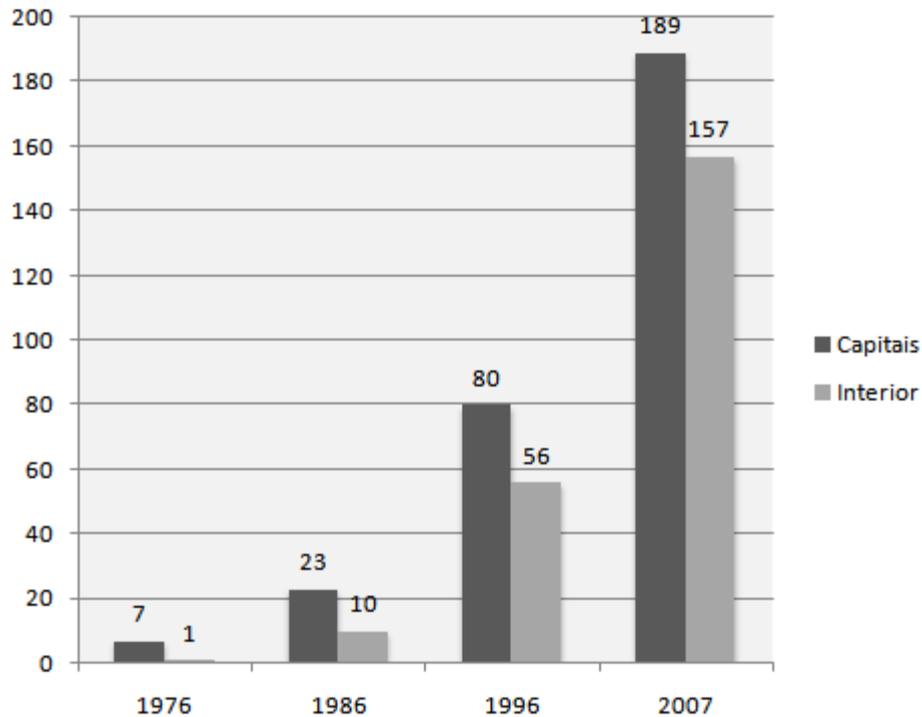
⁴⁶ PINTAUDI, Silvana Maria. O shopping center no Brasil: condições de surgimento e estratégias de localização. In: PINTAUDI, S. M; FRÚGOLI, H. (orgs.). **Shopping centers: espaço, cultura e modernidade nas cidades brasileiras**. São Paulo: Editora UNESP, 1992.

⁴⁷ Dados de 2008. Disponível em <http://www.abrasce.com.br/gr_numeros.htm>. Consultado em 15/02/2008.

⁴⁸ Dados de 2005. Disponível em <<http://ww.abrasce.com.br/apresentacaoIS.htm>>. Consultado em 04/02/2008.

pontos de encontro.

Gráfico 1: Localização dos Shopping Centers no Brasil – 1976-2007



Fonte: Associação Brasileira de Shopping Centers – ABRASCE.

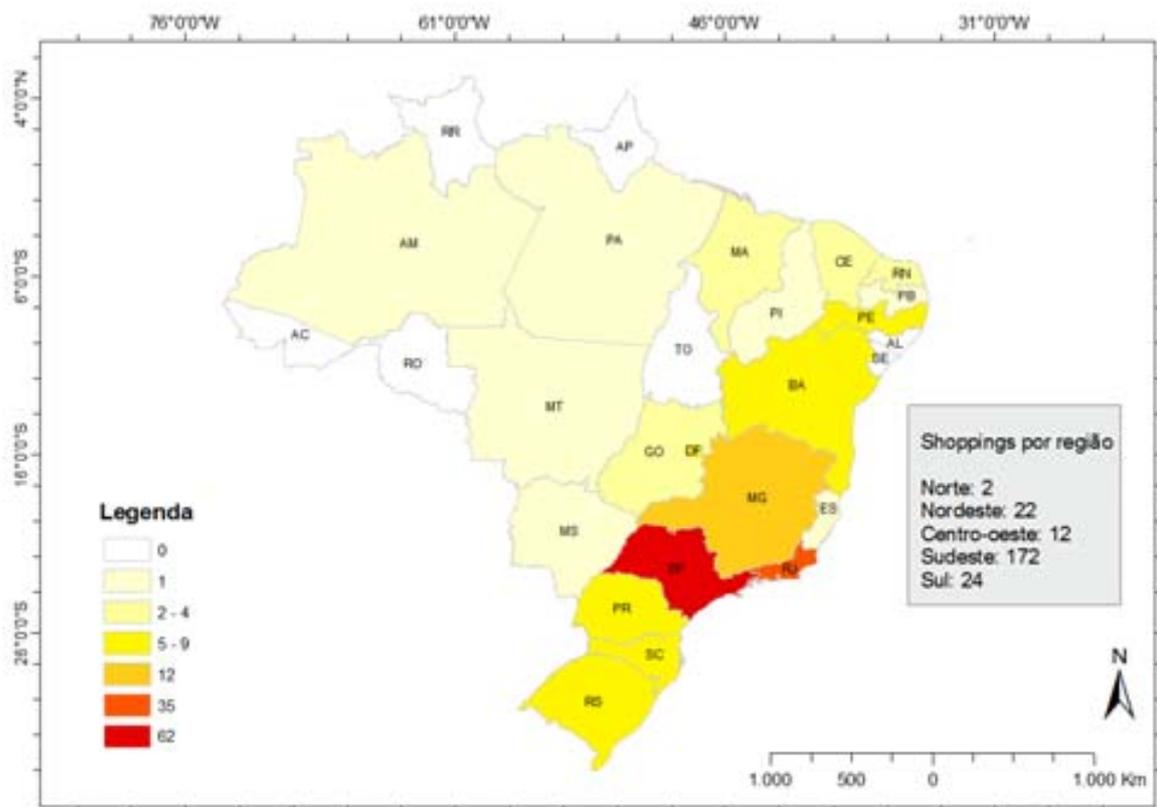
Organização: Gilberto Alves de Oliveira Júnior, 2008.

Tal fato expressa também, segundo a ABRASCE, a praticidade e segurança⁴⁹ encontrada por determinada parcela da população em usufruir da ampla gama de serviços hoje dispostas nos shopping centers, segurança esta contundentemente explorada e comparada com a dos comércios e serviços localizados em outros espaços — na cidade real —, classificados genericamente pela associação de espaços públicos. A geração de empregos e a “*expressiva*”

⁴⁹ Segundo os dados da ABRASCE, os custos com segurança nos shopping centers são, em média, da ordem de 30% do valor total do custo do condomínio.

integração com a comunidade nos locais de funcionamento dos shopping centers também são fatores exaltados pela ABRASCE, mas que devem ser adequadamente contextualizados.

Mapa 1: DISTRIBUIÇÃO DOS SHOPPING CENTERS NO BRASIL, 2008⁵⁰.



Fonte: Associação Brasileira de Shopping Centers – ABRASCE.

Elaboração: Gilberto Alves de Oliveira Júnior, 2008.

A evidente expansão do número de equipamentos dessa natureza no Brasil e o fato dos shopping centers agregarem cada vez mais atividades não apenas direcionadas ao comércio de mercadorias — mas diversos serviços (a exemplo de bancos, casas lotéricas, correios, postos

⁵⁰ Neste mapa encontram-se apenas os SC filiados à ABRASCE, existindo um número maior de SC nos estados, mas dos quais não dispomos de dados precisos.

de gasolina, etc.), além de entretenimento e lazer⁵¹ (jogos eletrônicos, praça de alimentação, apresentações musicais, exposições, etc.) —, se tornam questões cada vez mais relevantes para analisar o espaço não apenas do ponto de vista da localização destas atividades econômicas, mas das suas implicações no cotidiano social, na reprodução da vida e dos seus sentidos, seus significados.

É nesta direção que Padilha (2006b, p. 24) observou que o shopping têm-se tornado cada vez mais um local:

a) de busca da realização pessoal pela felicidade do consumo; b) de identificação — ou não — com os grupos sociais; c) de segregação mascarada pelo imperativo da segurança; d) de enfraquecimento da atuação dos seres sociais e de fortalecimento da atuação dos consumidores; e) de materialização dos sentimentos; f) de manipulação das consciências; g) de homogeneização dos gestos, dos pensamentos e dos desejos, e o mais grave, h) de ocupação quase integral do 'tempo livre' das pessoas (a televisão parece ser a concorrente mais forte).

Sob outro viés de análise observa-se também que os SCs se revelam no plano do imediato e aparente como espaços de existência “*supra-temporais*”, nos quais a noite e o dia não se revelam ou se confundem e o tempo parece não passar, servindo de indução ao consumo com a máxima permanência dos frequentadores. O shopping possui ainda mecanismos que possibilitam não aparentar seu envelhecimento, na medida em que no seu interior tudo sempre parece ser novo, de forma que os objetos e os materiais são substituídos antes que se perceba seu desgaste.

Há aqui uma espécie de contradição, pois ao mesmo tempo em que os SCs não “envelhecem”⁵², posto que o tempo parece neles não passar, eles produzem a ilusão de

⁵¹ Neste ponto cabe um específico destaque para os cinemas, devido ao fato de quase não mais existirem fora dos SCs.

⁵² O debate acerca do “envelhecimento” dos artefatos se constitui pautado na dinâmica interna e na representação social da aparência constantemente renovada dos SCs, o que não implica que o artefato possa ter a sua centralidade reduzida ou anulada.

envelhecimento das mercadorias e a necessidade de consumo descartável. Cria-se uma ilusão de envelhecimento provocada em grande parte pela produção incessante do novo e sua luxuosa exibição, impelindo a um consumo descartável e supérfluo. De acordo com Haug (1988, p. 176), esse falseamento do envelhecimento da mercadoria se promove através de uma técnica denominada de inovação estética, que ocorre “por meio da renovação periódica da aparência de uma mercadoria, [reduzindo] o tempo de duração na esfera do consumo dos objetos ainda em funcionamento do respectivo tipo de mercadoria”.

Por outro lado, também se pretendem “*supra-espaciais*”, na medida em que neste espaço se expressa uma ausência da realidade concreta que se realiza fora dele (mas que, também por isso, se realiza no SC), pois não há qualquer relação com a violência, as contradições, as diferenças que se realizam fora deste espaço — a não ser a própria relação de internalizar estas externalidades da cidade real de forma positiva.

Poderíamos afirmar, porém, que a maior relação entre a realidade concreta da cidade real e a realidade ilusória da cidade ideal artificializada nos SCs, é que ao aparentemente negar a cidade real, o SC a reafirma posto que se utiliza dos problemas, conflitos e mazelas da cidade real para promoção própria. Desta forma, a partir das externalidades negativas da cidade real, o SC utiliza-se de instrumental ideológico para travestir os seus próprios e únicos interesses em interesses dos cidadãos-consumidores.

Neste sentido, procura se consolidar enquanto um espaço sem nenhuma conexão aparente com o restante da cidade, esta embebida de contradições e conflitos aparentemente inexistentes no interior do SC. Este, então, procura redesenhar a cidade, suas relações, suas praças, suas ruas, extirpando-a dos seus conteúdos mais expressivos e significativos, além de seus odores e cores, revelando um espaço no qual a desigualdade inexistente, inexistindo os diferentes, expressando a aparência de uma “cidade ideal”, conforme abordamos no item anterior.

Para além do que foi elencado, cumpre observar que a instalação de um SC é um fator relevante na apreensão do processo de redefinição da centralidade intra-urbana, que além internalizar positivamente as externalidades negativas da cidade real, produz também externalidades que iniciam um processo de revalorização do entorno imediato à sua

localização. Situando-se, portanto, como um equipamento passível de conduzir a debates e reflexões acerca da produção de espaços específicos para o exercício de atividades hegemônicas e suas implicações nas relações, no cotidiano e nas práticas sociais.

É necessário observar que as relações sociais se realizam praticamente através do cotidiano das classes sociais e encontram-se, portanto, no contexto da sociedade atual, constrangidas pela extração e realização da mais-valia, e pela alienação e estranhamento a este processo, que compreende a reprodução simples da classe trabalhadora e a reprodução ampliada do capital.

O cotidiano, caracterizado pelo modo de vida urbano⁵³ que se engendra proficuamente nas cidades, encontra-se substanciado para a circulação e realização do capital a partir da transformação de certos espaços da cidade em vitrines que criam e recriam desejos e reafirmam o consumo indiscriminado de mercadorias, muitas vezes desnecessárias. Estas, reproduzidas enquanto fetiches, se incorporam às relações sociais de forma a mediar estas relações, e, neste sentido, transformam a prática social subjugando-a à lógica do capital. Assim, configuram uma subserviência — necessária ao capital — da realização das relações sociais ao consumo de mercadorias.

O shopping, neste sentido, apresenta-se como um espaço privilegiado de apreensão e debate destas questões. Mesmo porque o shopping é um “importante complexo comercial que pretende fabricar um ‘novo homem’, a fim de adaptá-lo à obsessão capitalista pelo lucro. E essa pretensão custa muito caro à cultura, à cidadania, à urbanidade, ao lazer e à subjetividade humana” (PADILHA, 2006b, p. 23).

Portanto, conforme aponta Falcão (1987, p. 19), “vista sob um certo ângulo, a vida cotidiana é em si o espaço modelado (pelo Estado e pela produção capitalista) para erigir o homem em robô: um robô capaz de consumismo dócil e voraz, de eficiência produtiva e que abdicou de sua condição de sujeito, cidadão”.

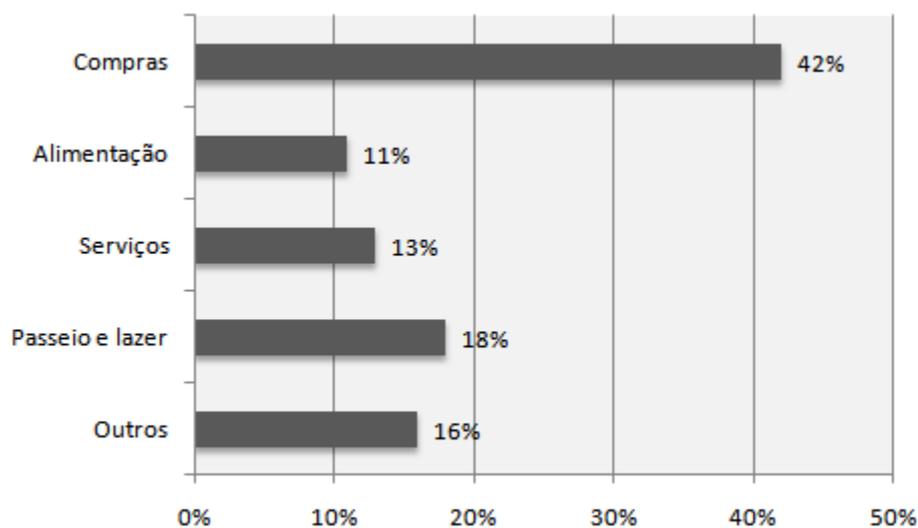
Objetivando fabricar este “novo homem”, a investida do capital ocorre no sentido de

⁵³ “O urbano é mais do que um modo de produzir, é também um modo de consumir, pensar, sentir, enfim, é um modo de vida” (CARLOS, 1997, p. 27).

travestir, dissimular e transformar o ato de consumir (e de se estranhar) em uma atividade de lazer e, ao mesmo tempo, fazer com que, conforme afirma Padilha (2006) a decisão de ir ao shopping center ultrapasse uma necessidade de comprar algo, como expressam dados da ABRASCE quanto às motivações do público freqüentador dos SCs (*ver Gráfico 2*), nos quais apenas 42% dos freqüentadores vão ao SC estritamente objetivando a realização de compras. Assim, nesse ambiente, o cidadão, então travestido de consumidor:

é totalmente imerso na lógica do capitalismo atual do super-consumo, que imprime um novo significado de coletividade, de socialização, agora forjadas pela intensa mercantilização e estetização, [tendo transformado] sobremaneira distintas parcelas do tecido e da vida urbana (BIENENSTEIN, 2002, p. 79).

Gráfico 2: Perfil do consumidor de Shopping Centers no Brasil, 2006



Fonte: Branco et al (2007)⁵⁴

⁵⁴ De acordo com dados da ABRASCE do ano de 2006.

Nesta direção, pode-se observar em um passeio pelas alamedas (as ruas forjadas no interior desses equipamentos) a existência de belas vitrines que exibem variadas mercadorias, vitrines que parecem querer fazer a promessa de trazer realização e felicidade aos seus compradores, quando estas, realização e felicidade, se separam do que é inato ao humano. Assim, a mercadoria se apresenta como um elemento mediador entre o homem e a sua realização, bem como a sua felicidade. Ambas encontram-se, desta forma, externas ao homem, ao processo de trabalho⁵⁵.

A mercadoria torna-se um fetiche, uma falsa promessa de felicidade. Instaura-se e corrompe o cotidiano pois que passa a mediar a prática das relações sociais, portanto a realização e a reprodução destas. Desta forma, conforme observou Haung (1988, p. 186), “o ideal da estética da mercadoria é precisamente o de fornecer um mínimo contínuo de valor de uso, associado, encoberto, mascarado, com um máximo de aparência atrativa, que deve entrar, se possível, coercitivamente nos desejos e ânsias das pessoas”.

Isso ocorre de forma mais incisiva na medida em que se acentua a transformação tempo livre em tempo de consumo através da criação de novos espaços que estão assentados e assentam novos fluxos de expressiva relevância para o movimento de realização do capital. Neste movimento, o ciclo do capital adentra cada vez mais a vida cotidiana, cada vez mais retirando as possibilidades de realização do homem em uma vida dotada de sentido.

É nesta perspectiva que, conforme a relevante observação Bienenstein (2002, p. 87), “o estudo do Shopping Center, muito mais do que simplesmente refletir sobre a dinâmica do comércio varejista que se concretiza através dele, abre novas possibilidades de estudo sobre as novas formas de dominação capitalista nas diversas esferas da vida cotidiana”.

O shopping, observado aqui enquanto uma nova expressão de centralidade profícua à reprodução de novos fluxos assentados nas próprias necessidades atuais de reprodução do capital, revela-se um híbrido. Não o consideramos assim apenas por este conjugar no seu interior atividades de comércio, serviços e lazer, como nos parece fazer Padilha (2006b), mas essencialmente por travestir o ato de consumir em uma atividade de lazer, constituindo o lazer

⁵⁵ A categoria trabalho é aqui utilizada enquanto afirmação da potencialidade humana e realização do ser social.

em lazer reificado, extirpando o tempo livre de sentido, e ao mesmo tempo redefinindo relações sociais a partir da imposição de tempos hegemônicos em novas espacialidades profícuas à sua reprodução.

O shopping revela-se um híbrido por ao mesmo tempo unir e separar consumo e lazer, na medida em que, para além do consumo transformado em lazer subvertido, o SC incorpora também atividades de lazer separadas do consumo, ao menos aparentemente. As atividades de lazer, por sua vez, objetivam induzir os freqüentadores ao consumo, posto que a tendência observada pelos administradores de SC é que se consuma mais quanto maior é o tempo dispensado no interior do SC. Portanto, as atividades não diretamente relacionadas às compras cumprem um papel essencial na permanência dos freqüentadores, como a praça de alimentação, por exemplo. É nesta direção que o SC nos parece se revelar um híbrido, travestindo consumo em lazer e utilizando-se de atividades de lazer para potencializar o consumo, e o faturamento. Portanto, ultrapassa a mera localização das atividades concentradas territorialmente e arquitetonicamente.

Desta forma, desenvolve-se uma perspectiva de análise que considere que o aprofundamento do estranhamento da vida cotidiana na cidade se consolida através do “consumo produtivo” do tempo livre e do tempo de lazer pelo capital, transformando-os em tempo de consumo. Esse “consumo produtivo” se desenvolve com maior notoriedade em espaços construídos para esta finalidade, sendo o Shopping Center um símbolo desse processo, que se realiza a partir de novas expressões de centralidade. Assim, como afirma Seabra (1996), o estranhamento se realiza enquanto fenômeno do mundo moderno a partir da própria industrialização do cotidiano, que faz esvair as particularidades, transformadas em estratégias mercadológicas.

Essas modificações ocorrem porque, a vida cotidiana, de acordo com Heller (1972), é consubstanciada pela coexistência do que é particular, individual, e do que é genérico ao ser humano. Pela possibilidade do cotidiano realizar-se enquanto atividade humano-genérica não consciente pelo indivíduo, o aprofundamento do estranhamento ocorre devido ao excessivo e crescente distanciamento entre produção humano-genérica e a participação consciente do indivíduo nessa produção.

Assim, o cotidiano reproduz-se constituído como simulacro da vida plena, consolidando o funcionamento do modo de produção (DAMIANI, 2001) e ampliação do mundo do valor de troca em detrimento do valor de uso, pois a atividade prática do indivíduo apenas pode elevar-se ao nível de *práxis* quando tornada atividade humano-genérica consciente. Isso faz com que “a vida cotidiana, de todas as esferas da realidade, [seja] aquela que *mais se presta à alienação*” (HELLER, 1972, p. 37, grifos da autora).

Tal fato expõe a premência do debate acerca da categoria trabalho, ponto crucial no entendimento do distanciamento da prática do indivíduo e a produção humano-genérica consciente, isso porque cumpre realizar o debate desta categoria historicamente caracterizada no capitalismo (com as peculiaridades deste sistema). Assim, as reflexões e análises da categoria trabalho não podem se abster de encarar o trabalho desagregado ao seu contexto. Ou seja, observar o trabalho apenas como meio da realização do homem enquanto homem e ser social ou simplesmente como ação humana (social) que promove transformações na natureza transformando o próprio homem.

Assim, embora transcenda o domínio do trabalho(-mercadoria), a categoria trabalho historicamente tende a se limitar a este domínio. Esta ponderação é extremamente relevante para que se impossibilite esvair da análise as características incorporadas ao trabalho que são inerentes ao capitalismo, que ao transfigurar e depreciar, termina por transformar o trabalho em apenas meio de subsistência do trabalhador e dos que dele dependem, desconsiderando o caráter útil do trabalho, sua dimensão concreta, para produzir valores de troca que partem quase que exclusivamente da dimensão abstrata do trabalho.

Nesta perspectiva, o trabalho, tanto para a geografia quanto pelas demais ciências sociais, não pode ser reduzido do seu contexto histórico e debatido enquanto elemento de centralidade na essência do homem, enquanto meio de realização do próprio homem (do ser social). Isso porque, quando historicizado no modo de produção capitalista, o trabalho assume características impostas por uma produção que não se estabelece enquanto finalidade do modo de produção.

Dizer que a produção não se estabelece enquanto finalidade equivale dizer que a produção encontra intencionalidade apenas como um meio de se obter lucro através da

extração de mais-valia do trabalho (mais especificamente do tempo de trabalho não pago ao trabalhador que vende a sua força de trabalho para obter parte do produto social para si e assim se reproduzir e reproduzir sua mercadoria para o processo de produção), num processo em que o trabalho é fragmentado para a produção e pela produção.

Nesta direção há também a fragmentação do homem, na medida em que este não se reconhece naquilo que produz mas se estranha, não se realizando no seu trabalho pois apenas o vende como uma mercadoria para garantir, conforme já observamos, sua subsistência e dos que dele dependem.

No contexto atual da dinâmica econômica, e para ampliar o abismo existente entre a participação consciente do indivíduo na produção humano-genérica, o capital, além de acentuar a precarização do processo de trabalho⁵⁶, se apropria cada vez mais dos momentos de não-trabalho de forma a subjugar o tempo livre à realização da lógica do capital, à ampliação do mundo da mercadoria.

Acerca desta perspectiva, contudo sob um ponto de vista um pouco mais restrito, Underhill (2004, p. 110) também observou que o:

aumento cada vez maior dos espaços de lazer nos shoppings é um indício de que eles são importantes do ponto de vista econômico. O raciocínio é simples: quando há mais diversão, mais tempo as pessoas passam dentro dos shoppings. [...] É fato comprovado que quanto maior o tempo que as pessoas passam no interior de um shopping, mais lojas elas visitam e mais elas gastam. Não se pode escapar da lógica desta fórmula. Todos os donos de shopping, no mundo inteiro, sabem disso.

Essa constatação aponta para a necessidade de reflexões acerca do processo de avanço e apropriação do tempo livre pelo capital e do aprofundamento qualitativo deste, contemplando outro aspecto relevante, mas baseado apenas nos aspectos que se encontram

⁵⁶ Utilizamos o termo “acentuar” para designar que não entendemos a precarização do trabalho como um fenômeno recente, mas a própria venda do trabalho designa um trabalho precário, desconexo da possibilidade de realização do homem.

restritos ao faturamento das empresas e do grupo empreendedor dos SCs.

Contudo, deve-se analisar criticamente que a desrealização do ser social tão inerente ao processo de trabalho constrangido pelo capital se amplia de forma a retirar as possibilidades de realização do homem enquanto algo para além da realização da mercadoria dos momentos de não-trabalho. Em outras palavras, a “realização” do homem ocorre, em verdade, enquanto sua própria negação, enquanto transformação do cidadão em consumidor, enquanto realização e ampliação do mundo da mercadoria.

Para conquistar, produzir o desejo subvertido de consumo, as mercadorias se “humanizam”, na medida em que são incorporadas de elementos de sedução propriamente humanos, apresentando beleza e encanto, o que significa que “as mercadorias tomam emprestado [a] linguagem estética da conquista amorosa humana” (Haung, 1988, p. 170-171).

Transformado exaustivamente pelos mecanismos do capital em consumidor, o vazio passa a preencher o homem, de tal forma que o alheio manifesta-se como possibilidade de pleno sentido e realização, fazendo com que seja no consumo que “homens e objetos se olham de frente, se nomeiam e se definem de maneira recíproca” (ROCHA, E., 1995, p. 68). O homem, portanto, ao se definir pelo objeto, pelo alheio, se torna mais vazio do que já está, e é degradado a coisa. No ato do consumo a partir desses preceitos, portanto, a aparente realização do prazer é em verdade a realização da ruína do homem, aprofundando sua desrealização.

O homem torna-se incapacitado de realizar uma vida dotada de sentido tanto dentro quanto fora do trabalho. Assim, como na constatação exposta na poesia de Eduardo Makaroff⁵⁷, desenvolve-se um movimento no cotidiano na cidade em que o homem é esquecido: “la capital te atrapó, te embriagó, en el triste ritual del olvido”.

Nesta direção, o próprio caráter compensatório do lazer no tempo livre, na medida em que objetiva compensar a expropriação das possibilidades de realização do homem no trabalho, tende a esvaír-se para uma mais consistente desrealização. Isso porque o tempo de trabalho é reconhecido pelo homem como um tempo vazio, sem sentido, no qual este não

⁵⁷ MAKAROFF, Eduardo. Celos. In: Gotan Project, **Lunático**. São Paulo: MCD, 2007.

consegue sentir qualquer prazer, não se reconhece, e que comprime o seu tempo livre, no qual o homem busca possibilidades de satisfação.

Ao buscar realizar formas de transformar o tempo de não-trabalho em “tempo útil”, o capital modifica qualitativamente o tempo livre, que, nesta perspectiva, deixa de ser também o tempo de mera recuperação da “força-de-trabalho” do homem para inserir-se numa dinâmica utilitarista cada vez mais fundamental à reprodução e acumulação do capital. Embora este aspecto encontre-se revestido sob a máscara de um tempo prazeroso que cada vez mais aparentaria ser capaz de substanciar uma maior qualidade de vida.

Assim, o shopping apresenta-se como uma nova expressão de centralidade capaz de gerar e manter um novo tipo de fluxo, expresso no consumo enquanto atividade de lazer, portanto, num lazer subvertido, caracterizado e caracterizando um processo de aprofundamento do estranhamento da vida cotidiana na cidade como imposição de tempos hegemônicos. Isso implica em pensar a vida cotidiana no lugar, como aponta Damiani (2001), tendo relação recíproca com o mundo.

As prementes necessidades de reprodução e acumulação do capital imputam a criação de falsas necessidades que se agregam e corrompem o cotidiano social, criando a ilusão de que essas necessidades verdadeiramente existem e, ao satisfazê-las, os shoppings aparentam satisfazer o interesse dos cidadãos-consumidores. Contudo, vela-se que o desejo subvertido realiza uma necessidade alheia, alienada, que ao invés de completar o homem, o esvazia. O consumo indiscriminado da mercadoria, e a conseqüente ampliação do mundo da mercadoria, transferem enquanto condição de realização do homem a mediatização da mercadoria e do seu consumo, realizando ao mesmo tempo a ilusão de realização e a sua verdadeira negação, ou em outros termos, a desrealização.

A mercadoria, ela mesma uma ilusão sobre o produto do trabalho do homem, ocultando sua própria origem enquanto condição fundamental da sua própria existência. Assim, a aquisição de um produto de trabalho humano é subvertido em aquisição de uma coisa, sem nenhuma relação com o trabalho humano. Isso implica, indubitavelmente, na alienação do homem em relação ao sentido e à verdadeira natureza do "objeto" do seu consumo. Tendo em vista que o consumo do "objeto" é o caminho para o suprimento dos

desejos do homem e da realização da sua felicidade, o homem realiza um desejo subvertido, uma vida vazia que se amplia pela própria ampliação do mundo da mercadoria. Em outras palavras, não há ampliação do mundo da mercadoria que não amplie também o esvaziamento da vida e dos seus sentidos, e aprofundem o estranhamento da vida cotidiana.

Neste processo, o capital tem na publicidade um importante instrumento ideológico para veicular seus interesses, criando a falsa percepção de que, como afirma Rocha, E. (1995, p. 66-67):

no domínio do consumo, o homem é 'rei', como diz a publicidade. No domínio da produção é 'escravo', como diz Marx. Daí que o discurso da publicidade é omitir sistematicamente os processos objetivos de produção e a história social do produto. Através dela o produto encontra o homem numa instância lúdica de um imaginário gratificante. Neste lugar se ausenta a sociedade real e suas contradições. [...] O produto calado em sua história social se transforma num objeto imerso em fábulas e imagens.

Tendo subvertidos e recriados seus desejos, o homem não se reconhece no produto do seu trabalho, mas na mercadoria do seu consumo. Evidente que este reconhecimento é ilusório e nocivo, remetendo não mais que ao vazio. E o próprio encontro com o vazio permite que os desejos sejam subvertidos e recriados continuamente, posto que a realização destes é além de narcotizada, efêmera: o efeito do torpor do consumo logo se dissipa e o homem se reencontra com o vazio. Contudo, a idéia do bem-estar proporcionado pelo consumo volta a dominar o homem.

O ideário promovido pela publicidade conduz à manipulação das consciências, que se expressa sutilmente, posto que a manipulação “é caracterizada pela condução da consciência e do comportamento das massas de forma não-terrorista, através de recursos lingüísticos e estéticos” (HAUNG, 1988, p. 164). Conforme observou Netto (1987, p. 85-86, grifos do autor), é assim que:

na idade avançada no monopólio, a organização capitalista da vida social preenche todos os espaços e penetra todos os interstícios da existência individual: a manipulação desborda a esfera da produção, domina a circulação e o consumo e articula uma indução comportamental que permeia a totalidade da existência dos agentes sociais particulares — é o inteiro cotidiano dos indivíduos que se torna *administrado*, um difuso terrorismo psicossocial se destila de todos os poros da vida e se instila em todas as manifestações anímicas e todas as instâncias que outrora o indivíduo podia reservar-se como áreas de autonomia (a constelação familiar, a organização doméstica, a fruição estética, o erotismo, a criação de imaginários, a gratuidade do ócio, etc.) convertem-se em limbos programáveis.

Ocorre também, nesse processo, uma ruptura no espaço-tempo cotidiano, posto que a vida cotidiana passa a ser cada vez mais determinada pelos ritmos e pelos ciclos impostos pela racionalidade capitalista moderna, que ao impor sua lógica termina por aniquilar as outras possibilidades de racionalidade para a vida cotidiana. A vida cotidiana encontra-se, portanto, cada vez mais programada com tempos e espaços definidos pelo capital, bem como a forma de apropriação destes.

Por reproduzir o falseamento do lazer para realizar a maximização do consumo e dos lucros, o SC faz com que a freqüência do público que se desloca para estes equipamentos com intenções para além das necessidades de consumo aparente a constituição de uma centralidade lúdica, propiciando também o encontro, as trocas no sentido mais amplo, não restritas ao valor de troca. A partir disso, alguns autores, a exemplo de Frúgoli Jr. (1992, p. 78) consideram a possibilidade de que:

uma “centralidade lúdica” sobrepõe-se à “centralidade do consumo”, sobretudo na esfera do lazer: especialmente aos fins de semana, os SC transformam-se em cenários, onde ocorrem encontros, paqueras, ócio, exibição, tédio, passeio, consumo simbólico. Tornam-se uma espécie de “praça interbairros” que organiza a convivência, nem sempre amena, de grupos e redes sociais, sobretudo de jovens, de diversos locais da cidade.

No entanto, os mesmos aspectos apontados pelo autor podem sugerir outra perspectiva

de análise, na qual e pela qual se pode depreender que para além de uma negação da centralidade lúdica, os shopping centers vêm se apropriando do lúdico para reproduzir artificialmente uma centralidade lúdica subvertida, na medida em que as reuniões entre as pessoas, as relações pessoais, os contatos entre os amigos, etc., vêm sendo incentivadas no interior dos shoppings com o único objetivo de subsumir cada vez mais as relações pessoais à realização do mundo da mercadoria. Assim, ao incentivar o lazer, o SC apenas o faz de forma utilitarista, vislumbrando sua transformação em consumo, em outras palavras, em faturamento e lucro.

Nada há de lúdico nesse aspecto, mesmo porque o incentivo ao lúdico subvertido é exclusivamente para constituir formas de programá-lo para que este se transforme em consumo. A centralidade lúdica, como afirma Léfêvre (1991, p. 132-133), “tem suas implicações: restituir o sentido da obra trazido pela arte e pela filosofia [...] pôr a apropriação acima do domínio”. No SC, ao contrário, a apropriação está subjugada ao domínio da racionalidade hegemônica.

Uma vez que os contatos pessoais e momentos estritamente vinculados ao lazer só fazem sentido ao empreendimento se transformados em consumo, há um incentivo explícito ou implícito ao consumo, o que significa a subversão ao atrelar ou mesmo identificar os momentos alegres e felizes, encontro entre amigos e familiares com o ato de consumir. Muito embora o lazer utilitarista instrumentalizado pelos empreendedores não signifique que os freqüentadores procurem um lazer instrumentalizado e normatizado com esse objetivo, mas a atmosfera forjada pelos SCs impedem um total discernimento do público freqüentador quanto à “programação” de desejos, atitudes, comportamentos, etc.

Desta forma, estas alterações no cotidiano e nas práticas sociais se expressam essencialmente subjugando com maior intensidade as dimensões do homem aos interesses da maximização do lucro capitalista. As prementes alterações impelidas pelas necessidades capitalistas terminam por significar cada vez mais o empobrecimento do homem e do espaço, revelando que:

cada vez mais o lazer e o flunar, o corpo e os passos são restritos a lugares vigiados, normatizados, privatizados. Esse fato é consequência da ‘vitória do valor de troca sobre o valor de uso’, isto é, o espaço se reproduz, no mundo moderno, alavancado pela tendência que o transforma em mercadoria — o que limitaria seu uso às formas de apropriação privada (CARLOS, 1999, p. 64).

O espaço privado, a partir das possibilidades insurgidas pela observação sistemática — em outros termos, as possibilidades de vigiar os hábitos e ações —, tende a apresentar condições mais adequadas para um minucioso estudo do comportamento dos frequentadores e consumidores, bem como para a introdução de mecanismos que controlem, programem e induzam os gostos, os gestos, os hábitos — para a ampliação do consumo.

Há também a possibilidade de vigiar e impedir que “pessoas estranhas” adentrem o ambiente harmônico do SC, de forma a impedir que a cidade real seja absorvida pelo equipamento extirpando suas características e qualidades. Assim, é necessário manter distante aquilo que é diferente e conflituoso, é necessário que a realidade se afaste do ambiente do SC para que no seu interior esta seja reconstruída enquanto realidade ideal.

Acerca deste aspecto, Padilha (2006a) constrói uma importante observação a partir de um artigo intitulado “Sem-teto ‘invade’ shopping no Rio em protesto” publicado no jornal O Estado de S. Paulo (5/8/2000), considerando a escolha do verbo “invadir” no título do artigo, significando entrar à força ou hostilmente num espaço que não lhe pertence.

De acordo com as considerações elencadas, portanto, depreende-se que a compreensão — com maior consistência e capacidade elucidativa — das modificações inseridas e das contradições aprofundadas por novas expressões de centralidade como o SC, se faz necessária a partir de um esforço reflexivo acerca da própria relevância do tempo de trabalho e tempo livre para o capital, bem como suas diferenças e alterações frente ao contexto e à dinâmica econômica nos dias atuais.

Um ponto que se ressalta para os geógrafos nesta discussão, comumente associada à reprodução do espaço na metrópole, é a crescente mobilidade e o avanço territorial das novas formas de reprodução e acumulação do capital, essencialmente para as cidades médias. A

partir da possibilidade de inserção de determinados equipamentos e racionalidades nestas cidades — assim como o próprio crescimento da relevância das cidades médias para a dinâmica econômica —, decorrem processos de embate entre o que existe e o que se impõe, revelando rupturas na dinâmica dos processos espaciais e sociais, tanto de âmbito intra-urbano quanto interurbano.

Estas rupturas, contudo, denotam outro embate, entre o interno e o externo, revelando a capacidade das cidades em responder às novas necessidades impostas pela dinâmica econômica. Nesta direção, conforme a afirmação de Sposito (1991), a própria estruturação intra-urbana é reveladora dos papéis desempenhados pelas cidades.

Além disso, é preciso observar que equipamentos de grande porte que conjugam em si tanto atividades comerciais quanto de serviços, entretenimento e lazer, como os Shopping Centers, ao se instalarem em cidades médias atuam de forma a reforçar o papel de polarização regional que já era exercido por essas cidades, posto que se apresentam como ícones da modernização, propiciando formas de consumo e lazer novas que outrora se restringiam às metrópoles e grandes cidades.

Em Itabuna-BA a insurgência de uma nova expressão de centralidade vinculada ao atendimento de necessidades estabelecidas por novas formas de reprodução e acumulação do capital, se consolida a partir do ano 2000 com a inauguração do Jequitibá Plaza Shopping. Esse artefato implica na incidência de processos econômico-territoriais que potencializam a ampliação do mundo da mercadoria — e a imposição de um mundo objectual com novas racionalidades técnicas hegemônicas — e, por seu turno, a degradação dos sentidos na reprodução da vida apontando para um processo de aprofundamento do estranhamento da vida cotidiana na cidade.

Os interesses dos grandes grupos investidores compelidos pelas novas formas de reprodução do capital que se inserem na cidade, contudo, se vinculam aos interesses das elites locais. Esses últimos se realizam de forma a aprofundar o processo de fragmentação do tecido urbano pelas externalidades diretas do artefato, que valorizam substancialmente a terra urbana disposta no seu entorno imediato e direcionam investimentos que homogeneízam o conteúdo das parcelas do tecido urbano contíguas ao empreendimento com novos produtos imobiliários

destinados aos segmentos de alto poder aquisitivo da cidade.

Em âmbito teórico, a relevância destas e de outras questões faz emergir das reflexões as dificuldades conceituais historicamente presentes no conceito de cidades médias, resultando em um candente debate recheado por nuances teóricas e ideológicas que procuramos sintetizar nas páginas que se seguem.

* * *

*Capítulo***5***Cidades médias e urbanização contemporânea*

* * *

O cano da pistola que as crianças mordem reflete todas as cores da paisagem da cidade, que é muito mais bonita e muito mais intensa do que no cartão postal.

Caetano Veloso⁵⁸

Historicamente identifica-se que o processo de construção do conceito de cidades médias, ou dos critérios de classificação destas cidades, tem procurado exprimir, implícita ou explicitamente, a existência de uma maior coesão social, econômica e ambiental substanciando a realidade desta categoria de cidades. Desta forma, as cidades médias

⁵⁸ VELOSO, Caetano. Fora da ordem. In: VELOSO, Caetano. **Circuladô**. Polygram, 1991.

possuiriam uma capacidade de promoção social e econômica conjugada a um menor índice ou expressão de conflitos e problemas diversos decorrentes do processo de urbanização, ou seja, um determinado equilíbrio entre seus habitantes e o suprimento das necessidades destes, implicando num certo padrão de funcionalidades, infra-estruturas e equipamentos que as distinguiriam das cidades pequenas e das grandes, porém agregando aspectos qualitativos de ambas que resultariam numa maior qualidade de vida⁵⁹.

Este ideário remete, à primeira vista, a um aporte quantitativo enquanto variável determinante do enquadramento destes territórios validando a si mesmo. Isto porque, têm-se como evidência comparativa acerca da realidade das cidades que, quanto maior for a população de determinada cidade, maior será a dificuldade de prover a esta população com as condições e intra-estruturas consideradas necessárias num determinado contexto sócio-econômico.

É neste sentido que, de acordo com o estudo de Costa (2002), surge — essencialmente a partir da perspectiva de urbanismo modernista e funcionalista, cuja maior expressão se encontra na obra do arquiteto francês Le Corbusier⁶⁰ — a concepção das cidades planejadas para um determinado número de habitantes, nas quais a dimensão física e demográfica estava associada ao seu equilíbrio e à sua governabilidade. No caso brasileiro um forte exemplo dessa concepção é o projeto do Plano Piloto de Brasília, cujo planejamento previa um determinado número máximo de habitantes.

A noção de equilíbrio fundamenta os dois grupos de pesquisas normalmente caracterizadas por procurar refletir sobre esta categoria de cidades. Num primeiro grupo encontram-se as pesquisas que centram-se na escala intra-urbana e o segundo grupo as que relacionam as cidades médias com a escala regional, inserindo-as frequentemente em políticas de planejamento e ordenamento territorial.

⁵⁹ Nesta direção, Amorim Filho; Serra (2001, p. 1) argumentam que as cidades médias são tratadas como aquelas que não são “nem tão pequenas, a ponto de limitar as possibilidades de crescimento econômico e intelectual de seus habitantes, e nem tão grandes, a ponto de onerar - e até pôr em risco - a vida da maioria de seus moradores”.

⁶⁰ Arquiteto cujo verdadeiro nome era Charles Édouard Jeanneret. Nasceu na Suíça no final do século XIX e viveu grande parte da sua vida na França. É considerado um dos mais importantes arquitetos da escola modernista.

E é no contexto deste segundo grupo que surge na França em meados da década de 1950 e 1960 a emergência de debates relacionados ao desenvolvimento regional pautados na minimização das distorções e desequilíbrios regionais. Nesta direção as cidades médias, entretanto ainda sem existência enquanto conceito neste período, destacam-se nas propostas dos planejadores que apresentam estas cidades como solução para as correções das distorções regionais na França (COSTA, 2002).

Nesta perspectiva o conceito de cidade média começa a ganhar corpo na medida em que é associado às políticas de desconcentração populacional e de atividades econômicas que terminaram por implicar no apoio e reforço a estas cidades como condição da efetivação desta possibilidade de se tecer uma rede urbana com maior equilíbrio.

Cumprir observar que a identificação e o próprio debate em torno das cidades que se enquadram nesta categoria desenvolveu-se a partir deste momento pautado em critérios estritamente quantitativos, estes centrados no tamanho físico e demográfico que, portanto, se sobrepunham e sintetizavam todas as dimensões destas cidades, possibilitando uma comparação opaca em relação às cidades pequenas e grandes.

Este processo de construção do conceito de cidade média traz à tona um grande número de questões que apontam para a não sustentação de um conceito que se estruture estritamente sobre uma base quantitativa e que vem sendo discutida e combatida com veemência, sobretudo nas pesquisas mais recentes acerca da temática que se apresentam sob diferentes perspectivas.

5.1. Cidades médias e investigação científica recente

O próprio termo ou adjetivo “média” atribuído a esta categoria de cidades subjaz um entendimento de quantificação sob o qual subsumiu-se seu processo de conceituação apesar de todas as implicações e imprecisões que se mantiveram latentes e que eclodiram sobretudo num momento de possibilidades de novos e diversos papéis que se foram atribuídos às

idades médias no/pelo movimento contemporâneo da urbanização e da acumulação do capital com procedência, apesar das suas especificidades e intensidades, nas mais diversas regiões e países do mundo.

Este critério quantitativo tem-se demonstrado em certa medida como relevante, porém é inoperante sob diversos aspectos, devendo sofrer algumas ponderações e ser conjugado a outros critérios para uma apreensão mais consistente da realidade das cidades médias. Decerto que a dimensão física e demográfica das cidades confere indícios acerca da complexidade funcional intra e interurbana exercida pelos núcleos urbanos, contudo este fator não é determinante e, sobretudo, é insuficiente.

A insuficiência quantitativa pode ser abordada em diversas perspectivas, sobretudo quando considerada a dimensão temporal de forma absoluta, assim como os (des)níveis de desenvolvimento na comparação de diferentes países, seus graus de urbanização, dentre outras questões.

Acerca da dimensão temporal merece destaque o fato de que a dimensão física e demográfica que constitui hoje as cidades com aproximadamente 200.000 habitantes, por exemplo, é em diversos pontos distinta das cidades com o mesmo número de habitantes nas décadas de 1980, 1970 ou 1960. Isto por diversas questões que, contudo, estão compreendidas dentro do crescente movimento de urbanização em nível mundial que além de elevar o número de cidades, eleva também o tamanho das cidades já existentes, bem como redefine constantemente a própria relação e funções que as cidades desempenham em nível regional, nacional e mundial. Neste sentido, como primeiro ponto de ponderação, o critério quantitativo apenas agrega substância na definição e classificação das cidades médias quando devidamente contextualizado temporalmente, o que implica numa flexibilização e impossibilidade de demarcação de um conceito definitivo, mas sim datado.

Outro problema referente ao critério quantitativo é a complexa heterogeneidade econômica e social entre os países classificados como desenvolvidos e os subdesenvolvidos ou em desenvolvimento. As diferenças são apreensíveis até mesmo entre países de mesma classificação quanto ao grau de desenvolvimento, sobretudo no caso dos países em desenvolvimento, nos quais a heterogeneidade na comparação entre eles é bem considerável,

assim como na análise interna de cada país. Isto implica uma contextualização das diferentes realidades dos países e regiões quanto a questões econômicas e sociais como fundamental, para além do critério quantitativo.

A título de exemplo, Costa (2002), ao analisar o caso das cidades médias europeias, aponta para a diversidade da densidade populacional entre os países e da própria distribuição da população entre as metrópoles e grandes cidades e as cidades médias e pequenas. De acordo com a autora, na Alemanha as cidades médias de maior expressão têm cerca de 1/5 da dimensão das grandes cidades, enquanto que na Grécia esta diferença é de cerca de 33 vezes. Isto faz com que os sistemas urbanos e regionais sejam bastante diferentes entre os países e que, portanto, a própria funcionalidade das cidades com determinado número de habitantes seja diverso tanto a nível intra-urbano quanto na rede urbana.

Outro ponto relevante levantado pela autora é a diversidade de população absoluta entre os países e por conseguinte o próprio número de cidades com determinado índice demográfico. Tal fato faz com que em Portugal o critério quantitativo de classificação das cidades médias mais contextualizado a sua realidade seja referente a cidades com população entre 20.000 e 100.000 habitantes e na Alemanha entre 150.000 e 600.000, demonstrando que o critério quantitativo implica sua aplicação em nível nacional ou regional, devidamente contextualizado. Entretanto, mesmo isso não o exime de distorções ou incoerências.

De acordo com critérios exclusivamente quantitativos a definição de cidade média é permeada de questões problemáticas que se evidenciam, sobretudo, na comparação de um processo temporal entre diferentes décadas ou entre diferentes países e muitas vezes na realidade do mesmo país devido a não possibilidade de uma correta apreensão da complexidade do processo de urbanização.

Isto porque, como observamos, os critérios quantitativos são essencialmente absolutos e desprezam a própria possibilidade de existência de diferentes realidades, por conseguinte ignorando os possíveis diferentes sentidos e significados em diferentes contextos nacionais ou intra-nacionais.

A partir do final da década de 1970 com a crise de acumulação do capital

reestruturando seu processo produtivo trazendo implicações ao processo de urbanização, as cidades médias revestem-se de novos atributos que cada vez mais apresentam-se como não mensuráveis sob critérios quantitativos rígidos e isto tem relação com os interesses e as próprias estratégias locacionais do capital quanto ao acirramento da concorrência e a necessidade de manutenção do padrão de acumulação alcançado em décadas anteriores, sobretudo após a segunda guerra mundial.

Nesta direção, no decorrer da década de 1980 e 1990 há um uso crescente do adjetivo “intermédia” para classificar esta categoria de cidades (COSTA, 2002; LLOP TORNÉ; BELLET SANFÉLIU, 1999). Este interesse e emergência da denominação e da busca de novos critérios não estritamente quantitativos decorrem essencialmente do fato de que a mundialização do capital impõe necessidades de reprodução que (re)criam papéis aos territórios não-metropolitanos em nível mundial, implicando na premência de dirimir aspectos inconclusos acerca destes territórios frente à ofensiva do capital sobre estes..

Apesar disso, as observações atuais acerca da especificidade e relevância de um esforço reflexivo sobre as cidades médias tem sido relacionado exhaustivamente a um discurso de que esta categoria de cidades pode representar um fator de reequilíbrio e de melhorias do processo de urbanização historicamente desequilibrado, como é o caso das análises de Llop Torné; Bellet Sanféliu (1999), Bellet Sanféliu; Llop Torné (2004) e Costa (2002), que se pautam na idéia e nas políticas de urbanização sustentável e territorialmente equilibrada como contraponto à concentração populacional e aos problemas engendrados por este/neste processo. Isto fica expresso, de forma resumida, na afirmação de Costa (2002), no momento em que a autora defende que paralelamente à questão da definição da cidade média, coloca-se a questão do seu contributo para as políticas de desenvolvimento regional.

De qualquer forma, o debate acerca do uso do adjetivo “média” ou “intermédia” traz ao centro do debate critérios outros que em certa medida afastam-se da tradição quantitativa de conceituação e definição desta categoria de cidades. Os critérios estritamente quantitativos mais pretendiam, ou ao menos conseguiram discretamente classificar⁶¹ as cidades médias

⁶¹ Isto pela enorme dificuldade em delimitar contextos e realidades muito distintas por critérios insuficientes para expressá-las, contudo capazes de ocultá-las.

visando interesses diversos e implementação de políticas públicas e de planejamento urbano e regional, sob pretexto de um processo de descentralização de funções e serviços e desconcentração populacional pela elevada densidade nos grandes centros urbanos e os desequilíbrios diversos que esta concentração provocava com relação às demais cidades.

De acordo as análises desenvolvidas por Bellet Sanfeliu; Llop Torné (2004) e Llop Torné; Bellet Sanfeliu (1999) o adjetivo “intermédia” demonstra-se mais “adequado” à utilização para o debate acerca desta categoria de cidades, na medida em que expressa mais apropriadamente o caráter de transição e mediação do que é intermédio ou intermediário, situado e mediando entre os extremos (próximo e distante, pequeno e grande) através do desenvolvimento de funções que mediam escalas complexas e diversas.

Acerca desta denominação, desenvolve-se um embate entre a utilização do termo ou adjetivo de cidade média ou cidade intermédia. Segundo Bellet Sanfeliu; Llop Torné (2004) o uso do adjetivo intermédia começou a ser efetivado com considerável aceitação no meio acadêmico no decorrer da década de 1980. Os autores consideram que esse adjetivo dilata o significado da denominação que ele substitui, na medida em que cidade média tem relação direta com critérios quantitativos excessivamente rígidos e estáticos, que serviram, e ainda servem, para tornar oculta a função principal desempenhada por este tipo de cidades: a da intermediação entre os espaços locais e os espaços regionais, nacionais e, em alguns casos, inclusive globais.

Outra questão relevante na definição de cidades médias/intermédias é que por se encontrarem entre dois extremos (pequenos núcleos urbanos e grandes aglomerações urbanas) são definidas como uma espécie de “conceituação negativa”: cidades médias/intermédias são aquelas que nem são grandes nem são pequenas, o que mais uma vez traz ao centro do debate o problema quantitativo, que, como dito, tem sua relevância embora necessite ser devidamente contextualizado.

Para Bellet Santelíu; Llop Torné (2004), as cidades intermédias se convertem em centro de serviços e equipamentos (mais ou menos básicos) de que se servem tanto os habitantes do mesmo núcleo urbano como aqueles que residem em sua área de influência, sendo centros de serviços que interagem com amplas áreas territoriais, sendo estas mais ou

menos imediatas. Para isso, desenvolvem funções de distribuição e intermediação, sendo dotadas de uma série de infra-estruturas coletivas, com destaque para a comunicação e o transporte.

Segundo os autores, a cidade intermédia realiza articulações que a metrópole é incapaz de realizar com determinadas escalas, sobretudo a escala local. Assim, os critérios quantitativos pouco podem contribuir para expressar a vocação principal destas cidades, interpretada como a intermediação por serem “una ciudad-espacio de transición entre los territorios de lo concreto (la escala local/regional) y el carácter etéreo e fugaz de lo global” (BELLET SANFÉLIU; LLOP TORNÉ, 2004, p. 572).

Esta proposta em debate implica em atribuir às cidades intermédias uma maior complexidade de articulação das escalas e, nesta direção, evidencia a relevância do papel de mediação entre os extremos exercido por estas cidades. De tal colocação também se depreende que as cidades intermédias possuem, contudo não como regra, um vínculo ou uma relação mais estreita e intensa com a sua hinterlândia no que tange a fluxos de pessoas, mercadorias, lazer, empregos, dentre outros, bem como a respeito de questões sociais e culturais, o que assegura a estas cidades uma articulação privilegiada com as escalas local e regional.

Sobre estas questões, Bellet Sanféliu; Llop Torné (2004, p. 578) apontam que as cidades intermédias apresentam “un ambiente social y cultural muy propio y que reflejan el contexto territorial en el que se insieren, a diferencia de las grandes metrópolis que son consideradas ciudades con menor personalidad o con identidades más difusas”.

Contudo, convém ressaltar que esta maior articulação não significa que a relação ou vínculo seja/esteja consolidada com ausência de constrangimentos e conflitos, pois esta articulação não pode estabelecer-se sem que esteja permeada por contradições e relações de dependência sob diversos aspectos e em diferentes intensidades e formas de expressão. Assim, estas contradições ocorrem não apenas em países denominados de subdesenvolvidos, como sugerem Llop Torné; Bellet Sanféliu (1999).

De qualquer forma, interessa ressaltar que as cidades intermédias desempenham

funções de distribuição e intermediação constituindo-se em centros de determinados serviços (saúde, lazer, comércio, empregos, etc.) e equipamentos que estas cidades provêm não apenas para os habitantes que nela residem, mas também para os núcleos urbanos e rurais que são por ela polarizados e consolidam sua área de influência. Além destas questões, merecem destaque as infra-estruturas de transportes e comunicações.

Nesta direção, sob basicamente esta compreensão do papel e relevância desta categoria de cidades, Bellet Sanféliu; Llop Torné (2004) interpretam que a substituição do adjetivo “média” por “intermédia” apresenta-se como expressão de um movimento analítico no sentido de dilatar os significados implícitos e desdobrados historicamente pelo adjetivo anteriormente utilizado. Além disso, congrega a importância e emergência do debate em torno de novos critérios que possam substanciar uma definição mais apropriada para as cidades intermédias no atual contexto de urbanização no movimento de mundialização de processos sociais, econômicos, espaciais.

A utilização do adjetivo intermédia serviria de forma a introduzir ao debate três novas dimensões ocultas no adjetivo média, de acordo com a síntese elaborada por Bellet Sanféliu; Llop Torné (2004, p. 571):

- Añade la idea de que el potencial e importancia de la ciudad no depende tanto de su talla demográfica como del modo en que esta se articula con el resto de elementos del sistema: la capacidad de crear relaciones y tejer una red, así como las características de las mismas.
- Da valor e introduce aspectos más dinámicos y estratégicos incorporando nuevas posibilidades para la autoafirmación, el reforzamiento de la ciudad-región y la apertura/consolidación a otros niveles: regional, nacional e, incluso, internacional.
- Supone la substitución del sentido estático y notablemente jerarquizado que ortogaban las teorías más clásicas al concepto de 'sistema urbano' por una nueva idea más abierta, dinámica e interactiva (apud DEMATTEI, 1991⁶²).

⁶² DEMMATEIS, G. Sistemi locali nucleari e sistemi a rette: un contributo geografico all'interpretazione delle dinamiche urbane. In: BERTUGLIA, C. S.; LA BELA, A. **I sistemi urbani**. Milano: Franco Angeli, 1991.

Outra característica levantada pelos autores diz respeito ao fato de que as cidades intermédias configuram-se como cidades mais tranqüilas, e desta forma a realidade do cotidiano destas cidades, em certa medida, tendem a contrastar com a própria imagem provocada pelos ritmos frenéticos constituintes da realidade e cotidiano das metrópoles. Esta imagem dos ritmos, inclusive, é normalmente associada à cidade genericamente, quando na verdade a maior parte da população urbana mundial encontra-se localizada em cidades pequenas e médias⁶³.

Esta característica assume outra perspectiva para o debate, provavelmente até mais relevante, que constitui a associação dos ritmos cotidianos das cidades intermédias à uma estrutura intra-urbana mais equilibrada propiciando, dentre outras questões, uma maior qualidade de vida quando comparada às metrópoles e grandes cidades conjugada com serviços e equipamentos mais ou menos complexos que antes encontravam-se restritos nas metrópoles.

Isto, em certa medida, suscita variadas estratégias de promoção e *marketing* urbano na medida em que os administradores e gestores urbanos ou mesmo setores empreendedores como o mercado imobiliário se apropriam deste discurso de qualidade de vida muitas vezes sob a anuência de dados quantitativos e indicadores sociais ou da publicação de listas ou *rankings* de qualidade de vida urbana. Neste sentido, “las ciudades medias/intermedias se consideran más seguras, más tranquilas, con mejores *ratios* de equipamientos y servicios por habitante, menos contaminadas, con menos congestión de tránsito, etc.” (BELLET SANFÉLIU; LLOP TORNÉ, 2004, p. 575).

Outro ponto relevante situa-se na argumentação de que as cidades intermédias são mais facilmente administráveis e controláveis, possuindo como característica uma maior participação cidadã no governo e gestão da cidade (LLOP TORNÉ; BELLET SANFÉLIU, 1999). Contudo, deve-se levar em consideração que nas cidades intermédias a história e a força reivindicatória dos movimentos sociais populares no sentido de impelir debates e

⁶³ Isto considerando-se genericamente apenas o dado quantitativo relativo ao número de cidades e ao número de habitantes destas.

fomentar e materializar políticas públicas é menor⁶⁴, e desta forma os interesses das elites locais tendem a suprimir com maior facilidade os interesses coletivos consolidando a imposição de um discurso conservador, o que contrapõe o discurso de participação cidadã e gestão coletiva destas cidades.

Cumprido observar que, a despeito da primazia da intermediação enquanto papel fundamental a ser exercido pelas cidades intermédias, Castello Branco (2006) aponta para a centralidade como elemento principal a ser levado em conta no momento de definição e classificação destas cidades.

Para a autora, a centralidade é a principal característica das cidades médias, posto que é na essência deste conceito que “se apóia o seu poder de articulação entre os diferentes níveis de centros urbanos, a sua atuação como centro de ofertas de bens e serviços para sua área de influência, e como nó de diferentes tipos de rede” (CASTELLO BRANCO, 2006, p. 250).

Neste sentido, a partir da análise de Castello Branco (2006), não é possível considerar nesta categoria as cidades localizadas em regiões metropolitanas, fato que em certa medida vai de encontro à abordagem que Llop Torné; Bellet Sanféliu (1999) e Bellet Sanféliu; Llop Torné (2004) realizam a respeito destas cidades. Isto porque, ao considerar e atribuir a intermediação como principal papel das cidades médias e mesmo condição de definição destas, deve-se obrigatoriamente considerar as cidades localizadas em regiões metropolitanas, na medida em que estas também possuiriam papel de intermediação entre diferentes escalas espaciais sem, contudo, exercer plenamente a função de centralidade na sua hinterlândia, além de serem, elas mesmas, exaustivamente polarizadas pela metrópole.

Castello Branco (2006) ainda retoma a questão da qualidade de vida urbana como complemento relevante para a definição de cidades médias, devido ao fato desta característica levar em consideração questões como a oferta de infra-estrutura, segurança e a facilidade de deslocamento, questões que se encontram subentendidas na noção de equilíbrio atribuída a esta categoria de cidades.

⁶⁴ Esta questão é desenvolvida com maior profundidade por GUIMARÃES; VIEIRA; NUNES (2005), ao tratar as cidades médias como territórios da exclusão.

Entretanto, tomando como base o conceito de centralidade, depreende-se que a maior articulação com os territórios mais imediatos, sua hinterlândia, se deve ao fato de que as cidades intermédias são capazes de exercer uma maior centralidade sobre os territórios locais do que as metrópoles, e assim apresentam-se como espaços de articulação dos territórios locais a outras escalas espaciais. A centralidade seria então um momento essencial de apreensão do papel das cidades médias para então compreender as suas articulações no contexto regional, nacional e global.

De qualquer forma, o que se tem verificado atualmente, é que tanto a centralidade quanto a intermediação entre escala local e global sofreram modificações em diferentes intensidades no contexto do processo contemporâneo de reestruturação econômica do capitalismo em nível mundial, que também atribui novos papéis às cidades médias no processo de reprodução e acumulação do capital. Este contexto em certa medida as redefine e, por conseguinte, abre novas perspectivas para analisar esta categoria de cidades.

Além disso, é necessário analisar criticamente em que medida a divisão que se propõe ao debate entre a utilização do termo cidade média ou cidade intermédia não é apenas pautado em um ponto de vista meramente semântico, mas sim compreende a existência de duas vertentes com determinadas distinções no que tange ao processo científico de permear o fenômeno de modo a apreender sua essência e revelar seu papel no processo de urbanização contemporâneo. No contexto desses debates, de acordo com a insurgência de critérios qualitativos, a construção conceitual das cidades médias/intermédias adquire novos contornos e horizontes.

5.2. Contradições e enquadramentos das cidades médias ao processo de mundialização do capital

Antes de qualquer coisa, ressaltamos que não é atribuição ou interesse deste trabalho uma discussão aprofundada de forma a delinear com rigor e precisão as diferenças conceituais

que permeiam a utilização dos termos globalização ou mundialização para caracterizar os processos sociais, políticos, econômicos e espaciais que tem-se desenvolvido em nível mundial sobretudo a partir do final da década de 1970 com a reestruturação produtiva do capitalismo. Entretanto, ao optar por um dos termos em debate, cumpre apontar algumas questões que sintetizam nossa escolha.

Nesta direção, nossa abordagem constitui-se fundamentada na compreensão da globalização enquanto fenômeno engendrado por uma nova etapa do desenvolvimento do capitalismo, fenômeno este fundamentalmente sócio-histórico e, portanto, nas condições atuais, repleto de contradições e processos complexos de âmbito econômico, político, espacial, dentre outros.

De acordo com Alves (2001), a globalização se apresenta como um processo contemporâneo composto por três dimensões indissociáveis que compreendem uma totalidade histórico-social intrinsecamente contraditória. Estas três dimensões propostas pelo autor, seriam (1) a globalização como ideologia, (2) a globalização como mundialização do capital e (3) a globalização como processo civilizatório humano-genérico.

As dimensões da globalização são contraditórias entre si, tendo em vista que [...] a *ideologia* (e a *política*) da globalização tende a “ocultar” e legitimar a lógica desigual e excludente da *mundialização do capital* e a *mundialização do capital* tende a impulsionar, em si, o *processo civilizatório humano-genérico*, isto é, o desenvolvimento das forças produtivas humanas, que são limitadas (ou obstaculizadas) — pelo próprio conteúdo da mundialização (ser a mundialização do *capital*) (ALVES, 2001, p. 73-74, grifos do autor).

A dimensão ideológica da globalização diz respeito ao que o autor denomina de “operação ideológica” (ALVES, 2001, p. 31), compreendendo tendenciosamente às formas de ocultar a natureza histórica e política subjacente ao processo de mundialização do capital. Desta forma, a dimensão ideológica têm servido para disseminar (e cristalizar) a idéia de globalização como um processo “natural” e inevitável, ao qual devemos não questionar mas nos adaptar. Assim, a globalização se apresenta engendrando e é engendrada por um processo

homogêneo e homogeneizador que, por sua vez, conduz ao progresso econômico e social e ao bem-estar universal, além da consolidação da democracia em escala mundial e à progressiva desaparecimento do Estado-nação.

Nesta direção, esta dimensão é a que constrói uma idéia de globalização subtraída da totalidade histórico-social que conduz o processo num direcionamento contrário à homogeneização, posto que sob os pressupostos, conflitos e contradições do capital prementes na reprodução da totalidade social o processo é, ao contrário, “desigual e combinado, seletivo e excludente, [tendendo] a acentuar a desigualdade, a exploração e a exclusão universal” (ALVES, 2001, p. 31). Assim, é nesta dimensão que se encaixariam os termos “aldeia global”, “cultura global”, dentre outros.

Ainda neste ponto, é fundamental destacar também que o discurso envolto à noção de progressiva desaparecimento do Estado oculta a desregulamentação das relações de trabalho em escala mundial, bem como a espoliação de direitos sociais historicamente adquiridos servindo à mundialização do capital. Tal fato traz à luz a contradição entre a criação do denominado Estado mínimo, no que tange às necessidades dos trabalhadores e massas populares, ao mesmo tempo em que ocorre a criação de um Estado máximo, direcionado ao atendimento dos interesses de reprodução e acumulação do capital financeiro global. Há, neste sentido uma compreensão, nesta dimensão, do discurso predominantemente neoliberalista.

Acerca da dimensão do processo de globalização denominada de mundialização do capital, é inevitável realizar um destaque essencial à forma adjetivar a mundialização como “do capital”, posto que se o que ocorre é uma mundialização do capital, este processo encontra-se embebido de significações decorrentes do próprio processo de reprodução e acumulação do capital que se redimensiona ao transformar sua dinâmica econômica, social e, inclusive, espacial.

Isto evidencia que a utilização do termo “globalização’ oculta algo, isto é, o seu próprio caráter seletivo, sua própria natureza de mundialização *do capital*” (ALVES, 2001, p. 79). Nesta direção, depreende-se que a mundialização do capital é o verdadeiro significado histórico da globalização ou que a globalização, antes de qualquer coisa, é a mundialização do capital, embora muitas vezes tal noção seja suprimida sob diferentes pretextos para a

construção de um discurso ideológico da globalização.

Desta forma, o debate em torno da globalização a constitui como uma temática explorada em diversas perspectivas, portanto expressivamente controversa e candente, sobretudo por ser um tema primaz no processo de compreensão do movimento da totalidade social na atualidade e, por conseguinte, dos processos de urbanização e de reprodução do espaço urbano.

As rupturas impelidas pela crise capitalista contemporânea — que Alves (1999) denominou de uma descontinuidade posta no interior de uma continuidade plena e perversa⁶⁵, pela permanência e aprofundamento das contradições e dos “mecanismos” de ocultá-las —, vem a instaurar enquanto tendência que as próprias vicissitudes desta etapa do desenvolvimento capitalista que incidem na natureza dos processos de reprodução e acumulação do capital se estendam mais *verozmente* para a sociabilidade. Nesta direção a sociabilidade é metamorfoseada, posto que é desta forma que o capital cria e recria a sociabilidade na modernidade, fazendo com que as contradições do processo de acumulação do capital permeiem as relações sociais, de modo que estas são/estão constrangidas pelo capital.

Assim, é preciso apreender o capital, e seu movimento, para além da dimensão da economia — embora esta seja de extrema relevância —, haja vista que “o *capital* é, antes de tudo, uma *relação social* de produção (e reprodução) da vida material, complexa e articulada, voltada para a valorização do valor (ou seja, a *acumulação perpétua de riqueza abstrata*)” (ALVES, 2001, p. 55, grifos do autor).

Neste sentido, para compreender e analisar com maior clareza esse processo é necessário escapar da tentação de analisar as mudanças atuais apenas sob a sua dimensão produtiva, que estariam estritamente vinculadas com o movimento de reestruturação provocado pela crescente e contínua substituição dos processos tayloristas/fordistas pela denominada acumulação flexível.

⁶⁵ Isto porque, de acordo com Alves (2001, p. 47), a crise do capitalismo engendrada em meados da década de 1970 tendeu a constituir uma dinâmica qualitativamente nova de produção capitalista. Contudo, esta encontra-se subjacente a uma continuidade plena da lógica de expansão do capital, não rompendo em momento algum com esta.

Por isso, é essencial apreender a indissociabilidade da mundialização do capital com a terceira dimensão da globalização, analisando a globalização, também, como um processo civilizatório humano-genérico, entendendo o capital, como observa Alves (2001, p. 94), “como agente histórico da modernização universal”.

Esta dimensão através da indissociabilidade visceral com a mundialização do capital caracteriza-se, dentre outras questões, pela tendência deste processo “criar necessidades sociais completamente novas, [...] tanto por sua origem, quanto por seu conteúdo” (ALVES, 2001, p. 101). Estas necessidades estão atreladas ao crescimento e desenvolvimento do mundo objetual ampliado enquanto processo de objetivação do ser humano-genérico através do trabalho que, por ser processo de valorização do capital, ao (re)criar novos objetos (mundo objetual) tende, de acordo com Alves (2001, p. 113), “a impor a homens e mulheres novas condições de sociabilidade”.

Portanto, a mundialização do capital é o “eixo central” do processo denominado por globalização, sob o qual fundamenta-se uma ideologia que extirpa do real sua totalidade histórico-social justificando práticas políticas e econômicas, e do qual decorre um processo civilizatório humano-genérico com severas implicações, sobretudo no trabalho, nas práticas sociais e no cotidiano.

Acerca do âmbito espacial deste processo, Llop Torné; Bellet Sanféliu (1999), observam que a mundialização do capital se territorializa tecendo redes globais que se configuram a partir das denominadas cidades globais e das principais metrópoles mundiais e nacionais. Isto se deve ao fato de que estas cidades controlam as funções superiores e de direção do sistema, ou seja, os principais fluxos de informação e capital.

Nesta direção, os sistemas territoriais urbanos no processo de globalização caracterizam-se essencialmente por uma acentuada polarização pois não se desenvolve de forma equilibrada no território, fato que tende a penalizar as cidades médias. Apesar de que, como sugerem os autores, por outro lado, abrem-se oportunidades a estas cidades de resituarem-se na rede global, essencialmente porque no contexto da globalização o tamanho das cidades teria uma importância pequena, dependendo do posicionamento geográfico das cidades e das possibilidades de conexão em redes e fluxos.

Llop Torné; Bellet Sanféliu (1999) se dispõem a percorrer um debate em torno do desenvolvimento sustentável das cidades intermédias como forma de inserção destas cidades nas redes e fluxos globais. De acordo com os autores, a inserção das cidades intermédias nestas redes depende, primordialmente, de uma mudança na forma de gestão destas cidades, posto que classificam como pontos essenciais, dentre outros, as estratégias de especialização competitiva e a capacidade de adaptação às inovações pensando estrategicamente em atuar sobre o local mas pensando no global.

Corroborando com esta perspectiva, Costa (2002) afirma que no sistema global as cidades médias, bem como o restante dos territórios não metropolitanos, enfrentam grandes desafios para se afirmarem e se integrem ao sistema. Tais desafios encontram-se subjacentes e inerentes à capacidade que estas cidades possuem de internacionalização e integração nas redes econômicas de natureza global e local.

Sob outra vertente analítica acerca da inserção desta categoria de cidades ao processo de mundialização do capital, Sposito (2006b) considera que as modificações econômicas atuais apresentam uma dimensão privilegiada para a análise dos novos papéis desempenhados pelas cidades médias, e que têm contribuído decisivamente no que tange as alterações recentes nestas cidades.

Para a autora, o princípio da proximidade — considerando-se o tempo necessário aos deslocamentos e não apenas a distância — é importante na apreensão das cidades médias, por serem estas espaços que se estruturam como área ou região. Contudo, no período atual a proximidade, mesmo relevante, se coaduna necessariamente à ampla gama de possibilidades oriundas da conectividade. Tal fato se deve essencialmente ao crescimento das telecomunicações que relativiza o “peso ou necessidade de deslocamentos materiais para realizar uma parte das funções necessárias à vida de uma sociedade, em seu sentido econômico, político, cultural e social” (SPOSITO, 2006b, p. 3).

Isto significa, dentre outras questões, que a inserção dos espaços em redes de articulações de diferentes escalas espaciais faz com que o espaço de relações das cidades médias não necessite necessariamente de continuidades territoriais. A partir disso, Sposito (2006b) aponta que a compreensão da redefinição dos papéis das cidades médias frente à

mundialização do capital deve considerar a conectividade e as relações de duas naturezas de fluxos articuladas entre si: os fluxos materiais e imateriais, e os de transportes e telecomunicações.

[Nesta direção,] é provável que, paralelamente à manutenção dos papéis regionais das cidades médias, de elos entre as cidades maiores e menores, a partir de fluxos de natureza hierárquica, tenham se estabelecido novos papéis, desenhados por fluxos de outros tipos, orientados por dinâmicas de complementariedade ou de concorrência entre cidades da mesma rede ou de redes urbanas diferentes (SPOSITO, 2006b, p. 6).

Assim, por seu caráter e natureza espaço-temporal, a mundialização do capital promove uma intensificação frenética que se expressa, dentre outras formas, na justaposição, entrecruzamento e articulação de escalas espaciais na escala intra-urbana que multiplica e complexifica a conjugação entre o tempo e o espaço, evidenciando a necessidade de complementariedade de diferentes escalas para a apreensão das especificidades do espaço intra-urbano, cuja análise deve revelar e se apropriar das contradições que se acentuam e, ao mesmo tempo, se ocultam no processo de produção do espaço.

Neste sentido, a unidade espaço-temporal é consubstanciada por novas e velhas contradições (ou contradições redimensionadas e aprofundadas) que se (re)articulam continuamente no movimento da totalidade social, na qual ambas as dimensões do real (espaço e tempo) conjugam a si mesmas com maior complexidade, o que intensifica a complexidade quando estas dimensões se conjugam para revelar sua unidade, posto que espaço e tempo são/estão visceralmente imbricadas. Em outras palavras, o espaço conjuga a si mesmo assim como o tempo conjuga a si mesmo, e quando a articulação para revelar a unidade de cada uma dessas dimensões isoladamente se torna mais complexa, intensifica-se a complexidade quando as dimensões se conjugam (o espaço conjugando o tempo) revelando a unidade do real dentro do movimento inerente ao processo de (re)produção da totalidade social.

Por isso a análise das cidades médias orientada exclusivamente na/pela escala intra-urbana ou mesmo em áreas de contigüidade territorial destas cidades, pode aferir verdades incompletas ou mescladas em equívocos. No lugar se realizam relações distanciadas que o lugar consegue ocultar ou não. Neste sentido as escalas espaciais se interpenetram, intercalando assim escalas temporais com maior complexidade na medida em que os fragmentos temporais que constituem a unidade do lugar são decompostos e recompostos aderindo múltiplas escalas temporais espacialmente distantes mas justapostas no local e a ele articulado, articulando a reprodução e a acumulação do capital.

Acerca dos principais processos contemporâneos, neste contexto de natureza espaço-temporal, que redefinem os papéis das cidades médias, Sposito (2006b) aponta para serem os mais significativos os processos que se enquadram em duas vertentes: concentração e centralização econômica e a melhoria e diversificação dos sistemas de transportes e telecomunicações.

Para a autora, esta primeira vertente de processos caracterizada pela concentração e centralização econômica constitui-se pela emergência de novos meios técnicos e informacionais que vem possibilitando novas estratégias e lógicas de atuação das empresas de diferentes portes. Nesta direção:

a análise desses processos interessa na medida em que tanto a concentração como a centralização econômicas requerem e propiciam (des)concentração espacial e/ou centralização espacial dos capitais, o que implica novas estratégias por parte de empresas, grupos econômicos ou conglomerados (SPOSITO, 2006b, p. 8).

Isto se verifica, a título de exemplo, com a desconcentração espacial de variados ramos de atividades produtivas das metrópoles para cidades de médio porte. Este processo, se por um lado altera ou amplia os papéis urbanos das cidades médias caracterizando a desconcentração espacial, por outro lado amplia também os papéis da metrópole, pois gera uma (re)centralização dos capitais no que tange à localização dos centros de comando, o que

implica essencialmente na centralização do capital financeiro (SPOSITO, 2006b). Disso depreende-se que no momento atual “a lógica do capital industrial é redefinida, produz-se um deslocamento, no espaço, dos estabelecimentos industriais sem que essa desconcentração traga, consigo a descentralização do capital” (CARLOS, 2005, p. 30).

No caso brasileiro, de acordo com Botelho (2002), na década de 1970 a região metropolitana de São Paulo chegou a participar com 44% da produção industrial do país. Contudo, entre a década de 1970 e 1990, a participação do interior paulista na produção industrial estadual subiu de 25% para 47%.

Ao analisar as indústrias automobilísticas, o autor confirma que a desconcentração também se expressa na localização das novas indústrias e dos novos investimentos do setor em cidades de porte médio, havendo uma desconcentração também para outros estados e regiões da federação. Exemplos desse processo são os casos da General Motors em Gravataí-RS, da Audi/Volkswagen e Renault em São José dos Pinhais-PR, da Mitsubichi em Catalão-GO, da Ford em Camaçari-BA, dentre outros exemplos que expressam uma mudança ou diversificação na escolha de localização dos investimentos do setor industrial no país a partir da década de 1980.

A outra vertente analisada por Sposito (2006b) compreende as modificações que se acentuaram a partir da década de 1980 quanto à considerável melhoria e a própria diversificação dos sistemas de transportes e comunicações, que trouxeram implicações no que tange a diminuição de custos com circulação, tanto de mercadorias e informações como de pessoas.

A essas alterações acrescentem-se as possibilidades abertas pela existência de novos tipos de mídia que favorecem a difusão de imagens e de valores que ampliam o consumo e estimulam a expansão territorial de capitais, empresas, grupos e conglomerados, da escala regional, passando pela nacional e chegando à internacional. (SPOSITO, 2006b, p. 10).

Deste processo, a autora aponta para a tendência que se instaura com a diminuição dos custos com circulação de mercadorias na constituição dos preços finais, propiciando uma maior mobilidade territorial de equipamentos direcionados ao consumo, e não apenas de setores produtivos. Contudo, como há necessidade de uma determinada densidade de consumidores para que certa localidade seja interessante para investimentos dos capitais que se desconcentram, as cidades médias apresentam-se como espaços privilegiados de alocação destes investimentos, dos quais decorre o fortalecimento do papel destas cidades no que tange ao oferecimento de funções, bens e serviços aos moradores da sua hinterlândia e de áreas rurais ou urbanas mais ou menos distantes. Assim, este processo implica no reforço ao papel das cidades médias como espaços de consumo locais e regionais, reforçando a centralidade e intermediação destas cidades.

Um outro aspecto abordado pela autora, diz respeito às modificações do período atual na modernização do setor agropecuário, ocorrendo uma dupla relação espaço-temporal. Isto porque, ao mesmo tempo que o setor exige relações espaciais marcadas pela contigüidade e sob domínio de uma cidade média, por outro lado exige também relações de sobreposição e articulação com outras escalas espaciais não definidas pela contigüidade, resultantes sobretudo das modernas formas de comunicação.

Contudo, por último, Sposito (2006b) propõe uma compreensão das cidades médias que relacione essencialmente duas das vertentes analíticas supracitadas — os processos decorrentes da concentração e centralização econômica conjugados com a melhoria e diversificação dos sistemas de transportes e telecomunicações. Isto implica em considerar as (novas) formas contemporâneas com que as atividades econômicas dos diversos ramos comerciais e de serviços vêm se organizando espacialmente “como parte de um processo de concentração econômica que se acompanha de desconcentração espacial” (SPOSITO, 2006b, p. 12), bem como as formas de competitividade que se desenvolvem entre as cidades de porte médio para se apresentarem mais rentáveis e propícias para receberem os investimentos que se desconcentram espacialmente.

Desta forma, com a insurgência destes investimentos, modifica-se a dinâmica de produção e estruturação do espaço intra-urbano das cidades médias, bem como também a

forma como estas cidades se relacionam e interagem com a sua hinterlândia, com outras cidades médias e com as metrópoles.

Tal abordagem difere, ao menos em certa medida, da realizada por Costa (2002), posto que a autora ao compreender que a função de intermediação das cidades médias no contexto da mundialização do capital depende da sua capacidade relacional e da sua interatividade com os espaços regional, nacional e global, aponta para o fato de que este novo contexto exige necessariamente quadros de desenvolvimento sustentável.

Entretanto, existem também outras discordâncias quanto à proposta de coesão econômica e social aliada à sustentabilidade como fundamental aos objetivos de desenvolvimento das cidades médias, e neste sentido, como já foram colocadas, as análises desenvolvidas por Llop Torné; Bellet Sanféliu (1999) apontam para a necessidade do empresariamento das cidades médias para a inserção destas nas novas redes e fluxos que se tecem no período atual.

De qualquer forma, a partir dos debates elencados, depreende-se que as cidades médias têm se apresentado enquanto atrativas às novas formas de reprodução e acumulação do capital, desencadeadas pelas modificações qualitativas concretizadas na dinâmica do sistema econômico a partir do final da década de 1970, sintetizadas no processo de mundialização do capital.

Nesta direção, a referida atratividade denota que estas cidades têm possibilitado o aperfeiçoamento do espaço para o processo de reprodução do capital, implicando no estabelecimento de imposições no/ao território de novas formas verticalizadas de maximização dos lucros e faturamentos de grandes grupos investidores, terminando por incidir na concretização de novas estratégias do capital em âmbito inter e intra-urbano.

A partir dessas questões que apontam para a latência de (novas) contradições, procuramos realizar um esforço reflexivo objetivando a compreensão da diferença das abordagens quanto à temática das cidades médias frente ao processo de mundialização do capital e o sentido ideológico que se encontram implícitos às mesmas.

Assim, cumpre o direcionamento de questões acerca dos modelos de gestão do espaço

urbano e a relevância para a reprodução e acumulação do capital no contexto atual, fazendo uma crítica que possibilite a apreensão de como os processos econômicos incidem na produção do espaço urbano em cidades médias — e na sua relação com cidades de menor ou igual porte e com as metrópoles —, assim como também o porquê, pois a defesa veemente destes modelos termina por ocultar como e porque estes processos realmente ocorrem, esvaziando de conteúdo um debate mais relevante.

Portanto, deve-se compreender não apenas como as cidades médias são subsumidas ao processo de mundialização do capital, ou apresentar modelos para que estas cidades sejam subsumidas de forma mais profícua ao processo subjugando ao anonimato outras questões que permeiam o contexto, mas debater e questionar as contradições subjacentes a este processo e seus resultados quanto à adequação destas cidades à ampliação do mundo da mercadoria na mundialização do capital.

5.3. Cidades médias e urbanização no Brasil

Após as observações tecidas anteriormente, faz-se necessário uma breve apresentação de como estes debates acerca das cidades médias encontram-se especificamente no contexto do processo de urbanização do Brasil.

O processo de urbanização no Brasil é observado com maior nitidez sobretudo no Século XX, a partir das mudanças decorrentes da ocupação territorial no país, essencialmente pela integração nacional dos mercados consumidores e do mercado de trabalho. Contudo, é notório que até a década de 1950 a população brasileira era predominantemente rural⁶⁶, quando se inicia a intensificação dos adensamentos das aglomerações urbanas num processo

⁶⁶ De acordo com nossa pesquisa documental de fonte primária realizada junto à base de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE na internet, não encontramos uma discriminação dos Censos Demográficos anteriores ao de 1940 que mensurasse a distribuição da população brasileira residentes em aglomerações urbanas ou zonas rurais. De qualquer forma, consideramos que os dados que expressam a evolução da população a partir de 1950 são suficientes para embasar tal afirmativa.

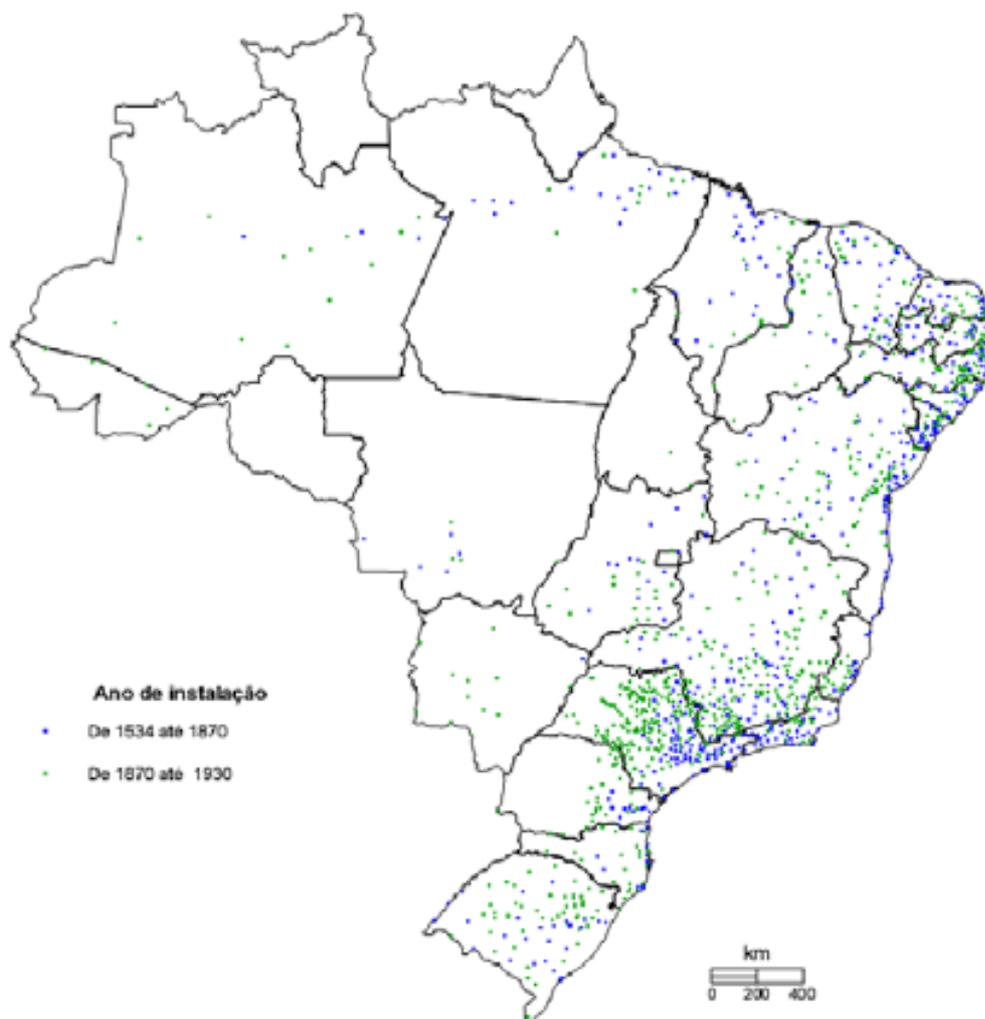
que articula mudanças tanto quantitativas quanto qualitativas.

A estrutura da rede urbana brasileira expressava até então uma escassa articulação entre as regiões do país, com baixa densidade de rede de transportes e comunicações. Somado a este aspecto, havia a inserção do Brasil na Divisão Internacional do Trabalho enquanto país essencialmente exportador de produtos agrícolas, fato que provocava um adensamento urbano em poucos pontos do território nacional, sobretudo no litoral, em cidades que centralizavam a distribuição da produção agrícola através dos seus portos para os mercados consumidores, centralizando também a própria recepção e distribuição dos produtos que eram importados. Nesse contexto, a densidade da ocupação no interior do território nacional era ínfima, com a existência de poucas cidades ou mesmo de áreas de produção agrícola (*ver Mapa 2*).

Nesta direção, observa-se que após a década de 1950 ocorre no Brasil uma fase de intenso crescimento urbano (*ver Tabela 1*) que impulsionaram mudanças na configuração da rede urbana e na consolidação dos principais núcleos urbanos. Em 1940, quando ocorre o primeiro Censo Demográfico no Brasil que procura mensurar a população residente em aglomerações urbanas em todo o território nacional, há a identificação de apenas dez cidades com mais de 100.000 (cem mil) habitantes. Destas, apenas duas possuíam mais de 1.000.000 (um milhão) de habitantes, ambas na região sudeste do Brasil⁶⁷ (IBGE, 1950).

O impulso econômico e o estímulo à industrialização que se configuram após a Segunda Guerra Mundial, impelem um crescimento de algumas cidades do país e um incremento razoável no índice de urbanização do Brasil, algo em torno de 5% entre 1940 e 1950. Observa-se também que até meados da década de 1940 era extremamente baixa a integração nacional, com nível pequeno de trocas e fluxos inter-regionais, que se baseavam, conforme já mencionado, destinadas à exportação de produtos primários, consolidando núcleos urbanos em áreas com determinada infra-estrutura de circulação, como portos, ferrovias e rodovias (REIS FILHO, 1996b).

⁶⁷ Considerando-se a divisão territorial do Brasil nos dias atuais.

Mapa 2: EXPANSÃO URBANA NO BRASIL – 1534-1930.

Fonte: EGLER (2002)⁶⁸

Com o início do processo de industrialização no Brasil, sobretudo a partir do final da década de 1940, emerge a necessidade de consolidação da articulação entre as diferentes regiões do país, principalmente para a constituição de um mercado interno. Neste período as iniciativas às instalações de indústrias se restringiam essencialmente ao poder público em setores produtivos de bens de produção e bens de consumo duráveis, denominadas indústrias

⁶⁸ EGLER, Cláudio. Subsídios à caracterização e tendências da rede urbana no Brasil. Disponível em: <<http://www.laget.igeo.ufrj.br/egler/pdf/Redeur.pdf>>, acesso em 18/02/2008.

de base.

Tabela 1: POPULAÇÃO URBANA E RURAL NO BRASIL, 1940-2007.

| | URBANA | | RURAL | | TOTAL |
|------|-------------|-------|------------|-------|-------------|
| | Número | % | Número | % | |
| 1940 | 12.880.182 | 31,24 | 28.356.133 | 68,76 | 41.236.315 |
| 1950 | 18.782.891 | 36,16 | 33.161.506 | 63,84 | 51.944.397 |
| 1960 | 32.004.817 | 45,08 | 38.987.526 | 54,92 | 70.992.343 |
| 1970 | 52.904.744 | 55,92 | 41.603.839 | 44,08 | 94.508.583 |
| 1980 | 82.013.375 | 67,57 | 39.137.198 | 32,43 | 121.150.573 |
| 1991 | 110.990.990 | 75,59 | 35.834.485 | 24,41 | 146.825.475 |
| 2001 | 142.100.000 | 83,9 | 27.270.000 | 16,1 | 169.370.000 |
| 2007 | 152.711.000 | 84,2 | 31.677.000 | 15,8 | 184.389.000 |

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE, 2007.

Durante o governo do presidente Juscelino Kubistchek (1945-1950) ocorre uma abertura para novos investimentos estrangeiros no país e a conseqüente inserção do grande capital internacional. Concomitantemente a estes investimentos privados ocorreram a execução de obras no setor de transportes, como a pavimentação da Rio-Bahia e da São Paulo-Porto Alegre.

Outro ponto importante no período é a transferência da capital federal do Rio de Janeiro para Brasília, e a conclusão de rodovias que ligam o Distrito Federal com todas as regiões do país, articulando os centros industriais instalados na região sudeste com outros mercados consumidores, principalmente as regiões norte e centro-oeste, que até então se encontravam pouco integradas com o restante do país.

Neste sentido, a partir da premente necessidade de “formação de um mercado

consumidor unificado, de proporções nacionais, [há também] a unificação do mercado para a força de trabalho, provocando a formação de correntes migratórias inter-regionais e sobretudo do meio rural para o urbano” (REIS FILHO, 1996b, p. 15).

Assim, nesse momento, configura-se um contexto que substancia um movimento de adensamento das áreas urbanas, essencialmente São Paulo e Rio de Janeiro, as cidades que recebiam a instalação da maior parte das indústrias⁶⁹, ou outras grandes cidades como Recife, Salvador, Belo Horizonte e Porto Alegre. Há, portanto, uma urbanização acelerada conjugada a uma concentração de população crescente em poucas cidades.

Esse contexto também se caracteriza pelo crescente processo de mecanização da produção agrícola e conseqüente êxodo das áreas rurais, expresso pelo decréscimo na população rural e incremento na população urbana praticamente equivalentes⁷⁰.

O perfil de urbanização brasileira nas últimas décadas acompanhou as mudanças em termos de modernização do equipamento e dos processos produtivos e de desenvolvimento: as mudanças foram concentradas em umas poucas regiões e uns poucos núcleos (acentuando as desigualdades inter-regionais), enquanto a quase totalidade do território repetiu com poucas diferenças os padrões precedentes, crescendo por extensão ou apresentando níveis modestos de concentração. Mesmo nas áreas transformadas, a modernização foi limitada a determinados setores e classes sociais (acentuando-se as desigualdades sociais) (REIS FILHO, 1996b, p. 17).

Essa concentração perpetuou-se nos anos seguintes, chegando-se ao ponto de, em 1980, nove regiões metropolitanas no Brasil representarem 29% da população total do país, e 42% da sua população urbana. No período que compreende 1970-1980, dos 29 milhões de novos habitantes urbanos do país, 10,7 milhões se fixaram nas nove regiões metropolitanas (REIS FILHO, 1996b).

⁶⁹ Os municípios de São Paulo e Rio de Janeiro, com as maiores populações do país, são os grandes exemplos deste período. Em 1940 possuíam, respectivamente, 1.326.261 e 1.764.141 habitantes, saltando para 3.825.351 e 3.307.163 em 1960 (IBGE, 1965).

⁷⁰ Este movimento migratório é observado com maior clareza entre a década de 1960 e 1970. Ver Tabela 1, p. 67.

Nesse contexto, quando é comparada a evolução da população nas dez maiores cidades do Brasil (*ver Tabela 2*), a concentração populacional também se expressa pela discrepância entre as duas maiores cidades do país e as demais. Em 1980, a população de São Paulo, maior cidade do país, era quase cinco vezes maior que a população de Salvador, terceira maior cidade, e dez vezes maior que Goiânia, a nona maior cidade. Excetuando-se o Rio de Janeiro, segunda maior cidade, a população somada de todas as oito cidades entre as dez maiores do país (totalizando 7.852.453 habitantes) era pouco superior à população de São Paulo (7.033.529 habitantes). Se comparadas as regiões metropolitanas, em 1985, São Paulo, a maior do país com 12.000.000 de habitantes, era doze vezes maior que Belém, a nona região metropolitana com 1.000.000 de habitantes. Em outras palavras, “concentração e superpovoamento urbano foi ao que se assistiu no Brasil dos anos 50 e 60 como resultado da crescente migração para as cidades” (STEINBERGER; BRUNA, 2001, p. 36).

Tabela 2: POPULAÇÃO NAS 10 MAIORES CIDADES DO BRASIL, 1960-1980.

| 1960 | | 1970 | | 1980 | |
|----------------|-----------|----------------|-----------|----------------|-----------|
| Rio de Janeiro | 3.307.163 | São Paulo | 5.241.232 | São Paulo | 7.033.529 |
| São Paulo | 3.164.804 | Rio de Janeiro | 4.315.746 | Rio de Janeiro | 5.093.232 |
| Recife | 788.569 | Belo Horizonte | 1.126.368 | Salvador | 1.496.276 |
| Belo Horizonte | 642.912 | Recife | 1.070.078 | Belo Horizonte | 1.184.483 |
| Salvador | 630.878 | Salvador | 1.017.591 | Recife | 1.108.883 |
| Porto Alegre | 617.629 | Porto Alegre | 887.338 | Porto Alegre | 1.108.883 |
| Belém | 359.988 | Belém | 572.654 | Curitiba | 843.733 |
| Fortaleza | 354.942 | Fortaleza | 592.933 | Belém | 758.117 |
| Curitiba | 344.560 | Curitiba | 497.626 | Goiânia | 703.263 |
| Santos | 262.048 | Santo André | 417.275 | Fortaleza | 648.815 |

Fonte: Reis Filho (1996b, p. 27).

A crescente concentração econômica, de investimentos, de população, aliadas à

crecente desigualdade entre as regiões do país e o próprio aprofundamento da desigualdade social mesmo nas regiões com alto crescimento econômico, trazem à tona a problemática da modernização nos países subdesenvolvidos. Esta modernização expressa diferenças profundas frente aos países desenvolvidos, ao conjugar crescimento econômico com crescimento da pobreza, extrema concentração populacional e desigualdade inter-regional.

É neste contexto que, na década de 1970, inicia-se uma preocupação em estabelecer um maior equilíbrio interurbano e urbano-regional, reduzindo as desigualdades inter-regionais e interrompendo o crescente fluxo migratório para as grandes cidades e regiões metropolitanas com o desenvolvimento de novos postos de trabalho e outros setores econômicos em cidades que pudessem atender determinadas demandas locais estabelecendo intermediação entre os pequenos aglomerados urbanos e zonas rurais com as grandes cidades. Essa preocupação expressa-se mais claramente no desenvolvimento de políticas urbanas que procuravam apoiar o desenvolvimento e fortalecimento de uma outra categoria de cidades no Brasil, as cidades médias (AMORIM FILHO; SERRA, 2001).

Neste período, em alguns países da Europa, principalmente na França, foram desenvolvidos e executados alguns planos de descentralização territorial da população e desconcentração econômica dos maiores aglomerados urbanos procurando tecer uma rede urbana mais equilibrada através do fortalecimento das cidades médias.

Desta forma, como assinalam Amorim Filho; Serra (2001), a causa remota da preocupação com as cidades médias na década de 70 no Brasil, encontra-se no período imediato do pós-segunda-guerra, na Europa, quando se manifesta a necessidade de uma nova forma de planificação: o *aménagement du territoire*. A prática do planejamento urbano-regional já existia na Inglaterra desde o começo do século XX, contudo, essa forma de intervenção da sociedade sobre o território em que vive assume proporções novas na Europa, no período de reconstrução, sobretudo na França, país no qual uma única cidade possuía uma excessiva centralidade. Nesta direção, o *aménagement du territoire* procura uma distribuição mais equilibrada das atividades, das riquezas e dos homens sobre o espaço nacional e regional.

Surge então na França a idéia de uma política de criação e fortalecimento de

“metrópoles de equilíbrio”, objetivando proporcionar uma maior harmonia entre as diversas regiões que formam o território francês. Para uma integração mais adequada entre as metrópoles de equilíbrio e o espaço regional a elas ligado, era necessário que um certo número de cidades pudesse exercer a função de intermediação entre as metrópoles de equilíbrio, as pequenas cidades e o mundo rural. Desse modo, uma política para as cidades médias se apresentou como uma consequência do aprofundamento da orientação de descentralização e de procura de maior equilíbrio (AMORIM FILHO; SERRA, 2001).

A experiência francesa mostrou uma alternativa para aqueles países e regiões nos quais os problemas de desequilíbrio urbano-regional e interurbano se apresentam mais agudos. [Apresenta-se então a] tese da reversão da polarização: a metropolização seria um fenômeno comum ao estágio de consolidação da estrutura produtiva dos países em desenvolvimento. Contudo, o próprio desenvolvimento econômico desses países daria início a um mecanismo automático de desconcentração das atividades econômicas em direção às cidades de porte médio (AMORIM FILHO; SERRA, 2001, p. 7).

No caso do Brasil, neste contexto, Steinberger; Bruna (2001) identificam que, embora sem propostas expressas, já existia a intenção de formulação de uma política urbana nacional no país desde a década de 1960 presentes nos planos nacionais redigidos na época. De acordo com as autoras, estes planos apontavam para uma preocupação com a redistribuição espacial e equidade, além de relacionar a temática urbana com a regional, ou seja, estava presente o pensamento de que uma política urbana não consiste apenas na problemática interna das cidades.

[Com esta preocupação,] em fins de 1973, foi contratada, pela Secretaria de Planejamento da Presidência da República (Seplan/PR), a elaboração de um documento sobre Política Nacional de Desenvolvimento Urbano. Frequentemente, destaca-se que ele foi fundamental porque: a) agregou e sistematizou, pioneiramente, os vários temas que envolvem uma política urbana, até então abordados de uma maneira fragmentada; e b) serviu de

base à formulação das políticas urbanas nacionais dos anos 70 e 80. (STEINBERGER; BRUNA, 2001, p. 40-41).

“A consequência prática dessa proposta de valorização da política de desenvolvimento do sistema urbano, em detrimento da política intra-urbana, seria a priorização de programas governamentais de dotação de infra-estrutura nas cidades médias nacionais” (AMORIM FILHO; SERRA, 2001, p. 12), o que ocorre efetivamente a partir da formulação do II Plano Nacional de Desenvolvimento.

Contudo, o Governo Federal pretendia manter o ritmo de crescimento que o país atingiu no período conhecido como milagre econômico, associando a manutenção desse ritmo de crescimento com determinados benefícios e impulso ao desenvolvimento em todas as regiões do país. Steinberger; Bruna (2001) afirmam, neste sentido, que a função da política urbana era compensatória e corretiva, uma vez que a intenção era corrigir os efeitos nocivos provocados pelo modelo de crescimento em vigor, que possuía características centralizadoras, concentradoras e excludentes.

De qualquer forma, as autoras reconhecem a existência de uma contradição entre os discursos das políticas formuladas no mesmo plano de governo. Posto que, embora a política urbana estivesse centrada num ideário de desconcentração territorial de atividades, equipamentos e população, a política econômica objetivava um novo patamar de substituição de importações, possuindo um caráter extremamente reconcentrador em termos espaciais⁷¹.

Após esta política urbana, outra foi formulada para o período 1980-85, como subsídio ao III Plano Nacional de Desenvolvimento, embora posteriormente não incorporada ao mesmo. Apesar de dar prosseguimento às formulações da política anterior, seguindo a mesma linha e fazendo referências ao ordenamento territorial, houve uma maior ênfase na dinâmica intra-urbana. Outra diferença foi a indicação de dois programas estratégicos, entre eles o de

⁷¹ “No texto oficial do II PND é explicitado o risco de uma descentralização, qual seja, a de prejudicar a taxa de crescimento global, caso o desvio de recursos fosse excessivo, se houvesse pulverização de iniciativas ou se programas novos assumissem caráter de economias de subsistência” (AMORIM FILHO; SERRA, 2001, p. 15).

Cidades de Porte Médio. Este programa esteve em vigor por aproximadamente 10 anos, passando por três fases: a primeira comandada pelo governo brasileiro, uma segunda mista da primeira com a implantação de uma nova versão do programa organizado pelo Banco Mundial, e a terceira que ficou restrita a esta nova versão. Acerca da eficácia do programa, Steinberger e Bruna (2001, p. 59) concluem que este:

teve uma eficácia desprezível, dado que os resultados obtidos ficaram muito aquém das expectativas. Seu impacto regional foi praticamente nulo porque ficou descolado das modificações interurbanas pretendidas. Não foi possível estimular o desenvolvimento das potencialidades regionais e nem locais, embora as ações do programa tenham tido um impacto pontual nas condições de vida urbana e, portanto, essencialmente localizadas. Esse tipo de atuação, restritas às áreas intra-urbanas, sem se dirigir a áreas regionais mais amplas, não possibilitou alterações significativas no contexto econômico e social, como objetivado.

A partir da década de 1980, houve um enfraquecimento geral da formulação e execução de políticas estatais de caráter regional (AMORIM FILHO; SERRA, 2001). Tal fato resulta na própria ausência de um discurso oficial do governo federal acerca de uma política urbana nacional, mesmo que algumas propostas tenham sido inseridas em planos nacionais a partir desta década (STEINBERGER; BRUNA, 2001).

Nestas duas últimas décadas, o processo de urbanização no Brasil continuou a desenvolver-se de forma acelerada conjugada com a expressiva heterogeneidade entre as regiões do país ou mesmo no interior destas regiões. Estudos recentes demonstram que neste período merecem destaque, dentre outras questões, a interiorização do fenômeno urbano e o crescimento das cidades médias tanto em número quanto em população. Tais fatos reforçam a relevância das reflexões acerca desta categoria de cidades nos dias atuais (BESSA, 2005; CASTELLO BRANCO, 2006; FRANÇA, 2007; MOTTA; AJARA, 2001; SOARES, B., 1999, 2005; SPOSITO, 2004a, 2006b, 2007).

Portanto, emerge a necessidade de realização de um esforço reflexivo acerca do processo de globalização e suas implicações quanto à redefinição dos papéis das cidades

médias. Com tal intento, o debate encontra-se centrado essencialmente nas modificações decorrentes da dinâmica econômica, haja vista que no momento atual estas cidades assumem novas funções articuladas ao suprimento das presentes necessidades de reprodução e acumulação do capital e à ampliação do mundo da mercadoria. Estas modificações, conforme já mencionado, têm-se expressado na estruturação intra-urbana, dentre outras formas, através da criação de novas centralidades.

Nesta direção, e com o intuito de construir um problema a partir da teoria espacial, faz-se necessário construir um debate a partir da emergência de novas centralidades em cidades médias que realize uma leitura dos processos e fenômenos que permeiam a criação e consolidação dessas centralidades. Assim, as novas expressões de centralidade encontram-se inseridas em um debate com a articulação dos fenômenos horizontais e verticais que cada vez mais, ao se apresentarem indissociáveis, revelam a imposição de técnicas e racionalidades hegemônicas em escala mundial.

Assim, cumpre procurar apreender as modificações recentes que ocorrem nas cidades médias como “um incessante processo de entropia [que] desfaz e refaz contornos e conteúdos dos subespaços, a partir das forças dominantes” (SANTOS, 1997, p. 226), (re)criando lugares mais receptivos aos vetores hegemônicos e outros não, na mesma cidade.

Em Itabuna-BA a criação de uma nova expressão de centralidade propiciada a partir da instalação do Jequitibá Plaza Shopping verticaliza os processos econômicos na cidade, inserindo novas racionalidades técnicas vinculadas aos interesses hegemônicos de reprodução e acumulação do capital. A multiplicação da centralidade na cidade de Itabuna reforça a centralidade da cidade na rede urbana — constituída essencialmente pelas redes de transporte, comunicação, saúde e educação —, revelando também a realização de processos interescares notabilizados pela indissociabilidade da desconcentração espacial de investimentos para as cidades médias e recentralização dos níveis decisórios nas metrópoles.

Portanto, coadunam-se rupturas em diferentes âmbitos de escalas espaciais suscitadas por novas estratégias locacionais do capital em âmbito inter e intraurbano, se movimentando para as cidades médias estrategicamente situadas no território e nestas propiciando novos processos espaciais e sociais decorrentes das estratégias de localização dos investimentos e

das novas racionalidades técnicas que os novos artefatos realizam no território.

Nesta direção, apreender os debates apresentados na segunda parte desta dissertação a partir do recorte espacial em Itabuna requer a construção de considerações históricas acerca da centralidade da cidade e da centralidade na cidade. Para tanto, cumpre enfatizar o processo de estruturação intra-urbano e as rupturas e continuidades propiciadas pela instalação de um SC enquanto artefato espacial de redefinição da centralidade, do centro e das demais parcelas do tecido urbano.

Esses e outros debates destinados à realização de análises a partir dos dados e informações acerca do nosso recorte espacial obtidos em pesquisa de base empírica encontram-se construídos com maior profundidade nos capítulos da terceira parte do presente trabalho.

* * *



PARTE

- III -

6. Expansão e estruturação urbana em Itabuna, 149

6.1. *Itabuna: a centralidade da cidade, 161*

6.2. *Histórico da ocupação da cidade e estruturação intra-urbana, 184*

6.3. *Formação do centro tradicional da cidade de Itabuna, 202*

6.4. *Descentralização e recentralização no espaço intra-urbano em Itabuna, 225*

7. O Jequitibá Plaza Shopping e a redefinição da centralidade em Itabuna, 236

7.1. *Os agentes sociais envolvidos e seus discursos para a imposição das (novas) racionalidades hegemônicas no espaço: a construção do consenso, 246*

7.2. *As respostas do centro tradicional na redefinição do velho, 262*

7.3. *Novos produtos imobiliários e revalorização da terra urbana no entorno do JPS, 279*

7.4. *As rupturas cotidianas e as escalas de centralidade do JPS, 308*

7.5. *As expansões da concentração: um debate acerca das novas estratégias e possibilidades para o JPS, 334*

8. Considerações finais, 353

8.1. *Das últimas palavras aos novos começos para o debate do tema, 365*



Capítulo

6

Expansão e estruturação urbana em Itabuna

* * *

Foi no contexto da saga do cacau que a cidade de Itabuna despontou, cresceu, tornou-se o centro de uma região rica, caiu do pedestal, e hoje enfrenta problemas sociais os mais diversos, causados pelo desemprego e falta de capital e agora luta para encontrar alternativas.

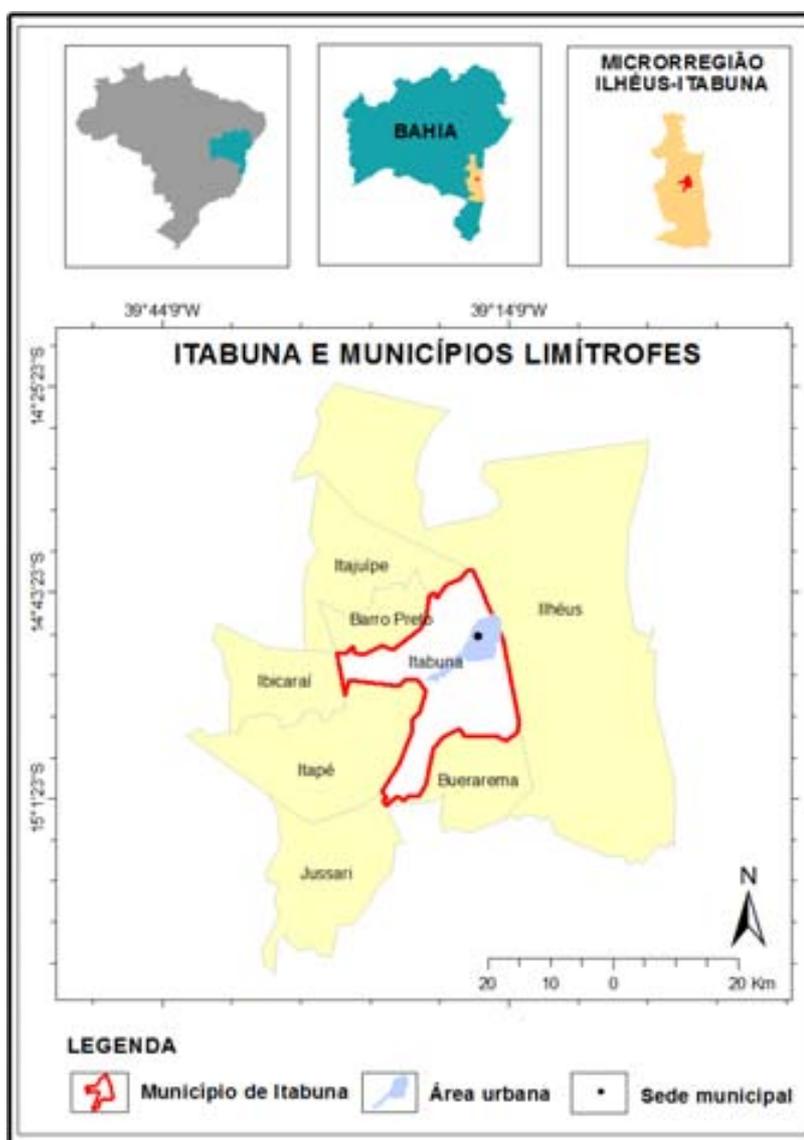
Lurdes B. Rocha, 2000, p. 64

O município de Itabuna encontra-se localizado na microrregião Ilhéus-Itabuna¹ (ver Mapa 3), constituída por 41 municípios, o que a torna a microrregião da Bahia com maior número de municípios, que compõem uma área de aproximadamente 21.308 Km². Situa-se a

¹ A microrregião Ilhéus-Itabuna situa-se na mesorregião Sul do estado da Bahia, de acordo com a regionalização utilizada pelo IBGE. Segundo classificação da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI, Itabuna está localizada na região Econômica Litoral Sul.

aproximadamente 15° de latitude sul e 39° de longitude oeste, possuindo uma média de 54 metros de altitude, distando cerca de 28 Km de Ilhéus, cidade litorânea. Situa-se numa região de floresta ombrófila densa, com um clima quente e úmido, temperatura média anual de 29° e precipitação média de 1.600 mm.

Mapa 3: ITABUNA, MICRORREGIÃO ILHÉUS-ITABUNA, BAHIA, 2008.



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

Elaboração: Gilberto Alves de Oliveira Júnior, 2008.

Itabuna limita-se ao leste com o município de Ilhéus, ao sul com Buerarema e Jussari, ao norte com Itajuípe e Barro Preto, e a oeste com Ibicaraí e Itapé (*ver Mapa 3*). No interior do seu território localiza-se o encontro de duas rodovias importantes no sistema rodoviário de transportes do estado da Bahia (*ver Mapa 4*) — sendo, portanto, um relevante eixo de articulação e de centralização de fluxos. Por essas rodovias, Itabuna interliga-se ao norte com Feira de Santana e Salvador (cidade da qual dista 429 Km) e ao sul com Eunápolis, Porto Seguro, Teixeira de Freitas e o estado do Espírito Santo pela BR-101, e à oeste com Itapetinga (a 130 Km), Vitória da Conquista (a 240 Km) e região Sudoeste do estado e à leste com Ilhéus pela BR-415.

Mapa 4: ITABUNA NA MALHA RODOVIÁRIA DO ESTADO DA BAHIA, 2007.



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

Elaboração: Gilberto Alves de Oliveira Júnior, 2008.

O município ocupa uma área que totaliza 443,19 km², com uma população de aproximadamente 210 mil habitantes² (ver Tabela 3), possuindo municípios limítrofes de baixo porte populacional — não mais que 30 mil habitantes —, excetuando-se o município de Ilhéus. A densidade demográfica em Itabuna é de 462,75 hab/km² (a maior entre as cidades médias do estado) e, considerando-se estritamente a área urbana³, de 65,93 km², a densidade ultrapassa os 3.000 hab/km².

**Tabela 3: EVOLUÇÃO DEMOGRÁFICA
DE ITABUNA E MUNICÍPIOS LIMÍTROFES, 1980-2007.**

| Município | 1980 | 1991 | 2000 | 2007* |
|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|
| Barro Preto | 8.209 | 10.601 | 8.602 | 6.669 |
| Buerarema | 24.868 | 20.819 | 19.129 | 19.956 |
| Ibicaraí | 30.985 | 30.560 | 28.856 | 24.752 |
| Ilhéus | 131.454 | 223.750 | 221.803 | 220.144 |
| Itabuna | 153.342 | 185.277 | 196.456 | 210.604 |
| Itajuípe | 24.991 | 24.931 | 22.510 | 20.343 |
| Itapé | 11.386 | 15.644 | 14.647 | 11.123 |
| Jussari | - | 8.470 | 7.536 | 6.857 |

*Os dados de 2007 são referentes à metodologia de estimativa do IBGE ou de contagem da população, ao contrário dos demais anos nos os dados são referentes a censos demográficos.

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

Organização: Gilberto Alves de Oliveira Júnior, 2008.

Essa elevada densidade populacional agregada aos limites de uma pequena área urbana torna passível a cidade aproximar as desigualdades sociais e espaciais. Nesta direção, a

² De acordo com o IBGE, os dados a partir de metodologia estimativa para julho de 2007 apontam para que o município de Itabuna estivesse com aproximadamente 210 mil habitantes. Segundo dados do Censo 2000, o município possuía aproximadamente 196 mil habitantes (ver Tabela 3).

³ A área urbana aqui utilizada está de acordo com Prefeitura Municipal de Itabuna (1995), confrontada com dados atuais da população.

cidade se expressa, pela referida proximidade, notavelmente reveladora dos graves problemas sociais que incidem no seu território, sobretudo pela quase totalidade da população encontrarse em áreas urbanas, o que desencadeia um visível contraste exposto na sua paisagem.

Desta forma, a estreita extensão da área urbana faz com que muitas das periferias de baixa renda não distem consideravelmente do centro tradicional da cidade, situando-se, em verdade, próximas a este. Na paisagem urbana em Itabuna, portanto, é expressivo o nível do aprofundamento das contradições e desigualdades sociais através das precárias infraestruturas e edificações encontradas à disposição das populações de baixa renda nos bairros periféricos da cidade (*ver Foto 01*), expondo a vulnerabilidade da vida em contundente contraste com as edificações, condições de vida e valorização encontradas nos bairros que concentram bolsões de alta renda.

Esse fato se agravou mais recentemente com a acentuada migração de populações do campo para a cidade nas últimas duas décadas, principalmente em decorrência da extinção de milhares de postos de trabalho no campo com a crise da monocultura do cacau e a conseqüente crise e desestruturação da economia regional.

Portanto, é necessário realizar um debate acerca dos processos histórico, econômico e social e as indissociabilidades destes com a produção e estruturação do espaço urbano em Itabuna. Inicialmente, a respeito da estruturação e desestruturação econômica, observa-se no processo histórico que compreende a formação do município de Itabuna um elevado crescimento demográfico, que se expressa, sobretudo, entre as décadas de 1920 e 1980, período no qual o município passou de aproximadamente 42 mil para 153 mil habitantes⁴, um crescimento de quase 300%. Esse crescimento decorre impulsionado pela próspera economia proporcionada pela agricultura cacaueira em sistema de monocultura exportadora e seu ideário de desenvolvimento.

Na década de 1990, contudo, o município de Itabuna apresentou momentos de perda territorial e populacional. A respeito do último, nota-se que este fato pode ser observado de

⁴ Os dados referentes a 1920 foram obtidos em Asmar (1983, p. 31).

forma ainda mais contundente em diversos municípios da região⁵ (ver Tabela 3, p. 154), que neste e em outros aspectos estagnaram-se neste período. O declínio da produtividade da lavoura cacaueteira na região “é um dos principais fatores responsável pela evasão de população desde fins dos anos 80 – que se traduziu na redução drástica das taxas de crescimento populacional urbano, de 7,9% anuais, nos anos 80, para 1,8% entre 1991 e 1996” (IPEA; IBGE; UNICAMP, 2002, p. 131).

Foto 1: PRECARIZAÇÃO E VULNERABILIDADE DA VIDA NAS PERIFERIAS DE BAIXA RENDA EM ITABUNA⁶.



Fonte: Centro de Documentação e Memória Regional – CEDOC.

⁵ A esse respeito observa-se que a região passou de 1.129.828 habitantes em 1991 para 1.096.188 em 2000.

⁶ Foto retirada após enchente do Rio Cachoeira em 2002.

Analisando esse processo por outra perspectiva, é fundamental relacionar os problemas sociais com a crise da agricultura cacauêira, posto que depreende-se que a espécie de reputação que insurgiu da prosperidade da produção do cacau — conhecido inclusive como fruto de ouro em alusão à elevada margem de lucro obtido com a lavoura cacauêira e a coloração dos seus frutos, dourados — não mais fez do que brotar a ilusão de um pleno desenvolvimento para o município e a região.

Em reflexões acerca desse contraste entre o ideário do pleno desenvolvimento e a realidade social da região, Asmar (1983) debate a expressão “pobre região rica” a partir de vários aspectos, como a pouco expressiva representação política, o baixo engajamento dos artistas nas questões sociais — embora estes tão representativos —, a miséria do trabalhador rural, além da subtração de impostos estaduais frutos da exportação do cacau que pouco retornavam à região.

No presente trabalho, nos apropriaremos da expressão mais diretamente na tentativa de expor e desvelar as contradições que se expressavam materialmente nos municípios da região ao mesmo tempo em que um crescimento econômico era constatado, mas observado desconexo da realidade material e das condições de vida da maioria da população, derivada da elevada concentração de renda e riqueza.

Nesta direção, esse ideário de desenvolvimento não se concretizou efetivamente, servindo, contudo, para mascarar determinados aspectos da realidade social. A esse respeito, através da análise possíveis vinculações do crescimento econômico verificado na região na década de 1970 com o desenvolvimento social no referido período, Gaspareto; Silva; Tourinho (1988, p. 76) também desmistificam o ideário do desenvolvimento e reafirmam a contradição entre a produção e a apropriação da riqueza, uma vez que concluem que “o crescimento econômico por que passou a região na década de 70, a rigor, não se traduziu em desenvolvimento social”.

Portanto, o ideário do desenvolvimento da região atualmente se desvela na produção de um “consenso de que a proliferação da pobreza na região está associada com o seu modelo primário exportador baseado na cultura cacauêira” (TREVIZAN; MARQUES, 2002, p. 129). Nesta direção, o município de Itabuna encontra-se, nos dias atuais, cercado de limites para

atender às reais necessidades da sociedade, que se agravam pelo incremento de população residente em áreas urbanas, especialmente para as camadas e grupos sociais mais atingidos pela crise através do crescimento do desemprego e/ou dos grupos sociais de baixa renda que se aglomeram em favelas em vários espaços da cidade, revelando uma cidade recheada e envolta a problemas sociais gravíssimos⁷. Desta forma, observa-se que:

nesta região, quaisquer que sejam os indicadores que forem tomados, todos apontam para uma região sub ou mal desenvolvida. Aqui, o surto demográfico e econômico possibilitado pelo cacau não resultou numa economia estável e autosustentada, tampouco numa sociedade desenvolvida. Hoje, trata-se de uma região descapitalizada, com matriz produtiva frágil e simples, praticamente centrada em um produto, e esse em decadência, voltado para o exterior. Apresenta grande dificuldade de geração de oportunidades de negócios, de emprego e renda. Os investimentos acenados para ela são reflexos de incentivos decorrentes da guerra fiscal entre os estados brasileiros, no propósito de atraí-los. Contudo, o indicador mais forte parece ser a perda de população em termos absolutos. (GASPARETO, 1998, p. ??).

Esses dados que concernem à estagnação da população, ou mesmo em decréscimo populacional em muitos casos, expressam a situação de crise em que a região encontrou-se, e ainda encontra-se, comumente vinculado ao surgimento da “Vassoura de Bruxa”, praga que atuou de forma a reduzir drasticamente a produção dos cacauais. Além desse fator, é preciso considerar a existência de um expressivo aumento da produção registrado em outros países, sobretudo no continente africano, o que fez diminuir consideravelmente o preço do produto, trazendo conseqüências, sobretudo, quando articulada com os fatores internos, que terminaram por conduzir a Região Cacaueira da Bahia a perder o posto de uma das maiores produtoras de cacau do mundo.

Decerto que a crise em questão não se expressou subitamente, mas encontrou-se consubstanciada em questões que se desenvolveram subjacentes à produtividade e aos

⁷ A título de exemplo, de acordo com Andrade (2005), em 2000 apenas 42.321 pessoas dispunham de água tratada todos os dias; dos domicílios existentes, cerca de 25% não possuíam rede geral de esgoto; do total de habitantes, apenas cerca de 12% dispunham de esgoto tratado; em cerca de 13% dos domicílios não existia a coleta de lixos.

processos de produção e comercialização do produto durante a década de 1980, e eclodiram com maior expressividade no período caracterizado pela excessiva perda de produtividade desencadeada pela Vassoura de Bruxa, mais precisamente em 1989⁸. A respeito disso, são relevantes as reflexões no Plano Diretor Urbano de Itabuna, que destacam, acerca da Vassoura de Bruxa, que:

em princípio, este fungo ataca qualquer planta, viçosa ou debilitada, mas, obviamente, numa lavoura estabilizada e operando em regime de alta lucratividade, com manejo e tratamentos culturais adequados, a doença encontra barreiras à sua proliferação – pois é óbvio que o fungo e as pragas em geral encontram terreno mais fértil em lavouras economicamente debilitadas, com receitas decrescentes e poucos fundos de reservas para tratamentos culturais (PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABUNA, 2001, p. 17-18).

Entre os anos de 1970 e 1980, contudo, a produção de cacau da região experimentou uma fase de elevado crescimento, cerca de 100%, ao mesmo tempo em que houve um incremento na produtividade da terra de 82% (GASPARETO; SILVA; TOURINHO, 1988). A este contexto, agrega-se à elevação do preço do produto no mercado internacional, conferindo alta lucratividade aos produtores. Além da relevância para a economia regional, neste período o cacau acresce sua relevância em âmbito estadual e nacional, “quando chegou a gerar um montante de divisas para o país de US\$ 1 bilhão anual” (TREVIZAN; MARQUES, 2002, p. 128).

No entanto, no decorrer da década de 1980 registra-se na região uma perda gradativa de produtividade do cacau, influenciando diretamente na diminuição da lucratividade dos produtores, esta acentuada pelo incremento de produtividade em outros países, provocando uma superprodução e, por conseguinte, uma baixa nos preços internacionais do produto que aprofundou os problemas internos.

De qualquer forma, convém observar que no período histórico antecedente à emergência da crise — e mesmo após um período de convivência com esta —, a economia do

⁸ De acordo com Prefeitura Municipal de Itabuna (2001).

município de Itabuna, bem como a dos demais municípios que compõem a denominada Microrregião Cacaueira da Bahia, possuía como base a agricultura fundamentada na monocultura do cacau. Esse processo de estruturação econômica implicou que a produção espacial, durante grande parte da história de Itabuna, estivesse estritamente atrelada às determinantes envolvidas nas relações de trabalho e produção inerentes a esta atividade econômica, essencialmente destinada à exportação.

Essa construção de uma estrutura econômica regional a partir de um único produto destinado à exportação consolidou as bases de uma dependência direta do mercado externo, portanto uma estrutura completamente vulnerável às oscilações diversas, tanto próprias quanto externas. Neste ponto, Asmar (1983) observa atentamente o fato dessa região não possuir meios de alicerçar seu futuro imediato dado ao extremo domínio que as relações externas exerciam sobre ela. O autor prossegue concluindo que se pode:

afirmar que existe uma dependência crônica da Microrregião Cacaueira, fundada na participação desigual de produtores e consumidores no mercado mundial e o desequilíbrio que as flutuações a nível internacional derramam sobre a região monocultora de exportação, encharcando com seus malefícios toda a sociedade regional. (ASMAR, 1983, p. 17).

Corroborando com esta perspectiva, Trevizan; Marques (2002, p. 128) apontam que “a cacauicultura baiana, no decorrer de sua história, teve diversos períodos de crise, sempre marcados por quedas nos preços do produto”. Portanto, a crise da economia cacaueira ressaltada enquanto processo de desestruturação da economia regional se consolida, conforme observado, articulando fatores internos e externos que se conjugaram em um mesmo período histórico que se evidenciou na segunda metade da década de 1980. Deve-se pensar a crise a partir da diminuição da produtividade registrada na década de 1980, acentuada drasticamente pela dizimação do cacau pela “vassoura-de-bruxa” e pela emergência de novas áreas produtoras de cacau no continente africano. Esses fatores conjuntamente exerceram a função de desestruturar a agricultura cacaueira enquanto base econômica do município de Itabuna,

provocando uma crise econômica geral na medida em que esta atividade constituía-se, praticamente, como o sustentáculo econômico municipal e regional.

A procura por soluções voltadas para a tentativa de manutenção da referida atividade econômica não proporcionou resultados observados como satisfatórios do ponto de vista econômico. Esse rendimento tem se demonstrado no decréscimo de produtividade do produto na região, a ponto de se passar de exportadora a importadora de cacau, procedimento realizado pela primeira vez em 1996⁹, e que denota além da baixa produtividade, uma conseqüente baixa rentabilidade dos produtores.

A baixa produtividade e rentabilidade dos produtores de cacau têm contribuído decisivamente na procura de novas perspectivas econômicas, de forma a estimular um redirecionamento dos investimentos tanto para outras culturas e atividades agrícolas quanto para o espaço urbano, por parte da elite empreendedora local.

Nesta direção, é preciso observar que, se a estruturação econômica fundamentada na monocultura do cacau produziu riqueza e pobreza, concentração e escassez, a crise da estrutura econômica e o redirecionamento impelido por esta também alastrou conseqüências negativas em diversas perspectivas.

O investimento em outras culturas, por exemplo, trouxe conseqüências ambientais graves. Principalmente porque, conforme apontou Santos, M. (1957), a cultura do cacau possui uma exigente relação com o ambiente, de forma que são íntimas as relações do cacauzeiro com a floresta, essencialmente pela necessidade da prática do cabrocamento. Essa prática consiste no plantio do cacau com a preservação do manto florístico, posto que as árvores de maior porte propiciam uma maior proteção ao crescimento do cacauzeiro, de forma a colaborar na sua própria frutificação. Por essa necessidade da cultura do cacau, Santos, M. (1957, p. 24) chega a afirmar que “gostando de calor, mas não de muita insolação, o cacau e a floresta são inseparáveis”.

A introdução de novas culturas impõe uma necessidade divergente da observada na

⁹ Informação encontrada em: Jornal Agora. **Cacau: Ilhéus importa mais 11 mil toneladas**. Ano XVII, n. 817, 23 a 29 jan, 1999, p. 6.

monocultura do cacau, impossibilitando, portanto, a prática do cabrocamento e evidenciando um elevado crescimento de desmatamento no interior das propriedades rurais com finalidade de implantação dessas culturas. Essas novas atividades agrícolas são, principalmente, a cultura do café conilon, da pupunha e a pecuária de corte de leite.

Por outro lado, a crise trouxe os impactos mais devastadores na perspectiva do elevado desemprego propiciado e do conseqüente êxodo rural das populações desempregadas que vieram constituir moradia nas áreas urbanas, essencialmente nas principais cidades da região, Itabuna e Ilhéus, e na microrregião Extremo-sul da Bahia. Esse súbito êxodo rural desencadeou um incremento populacional nas áreas periféricas das cidades que não se encontravam preparadas para o acolhimento dessas populações e as subjugaram às mais precárias condições de vida.

Portanto, o desemprego e o processo migratório decorrente apresentam íntima relação com a reafirmação das estruturas urbanas e dos conteúdos sociais das parcelas do tecido urbano, aprofundando o processo de periferização nos principais centros urbanos da região com a ausência de infra-estruturas, muitas vezes básicas. Isso, contudo, não significa a existência de excelentes condições de vida para os trabalhadores do campo. Muitas das fazendas, inclusive, sequer possuíam escolas, o que se revela em baixos graus de instrução dos trabalhadores e em extrema desigualdade social, apresentados também em outros indicadores da reprodução da classe trabalhadora.

Existe uma imprecisão na quantificação do exato contingente populacional provocado pelo êxodo rural em massa a partir da década de 1980. Estima-se que este contingente populacional se encontre entre 200 e 300 mil pessoas¹⁰. Contudo, na inexistência de dados precisos a esse respeito, e apenas no intuito de apontar a dimensão da crise no número de trabalhadores, nos apropriamos dos dados de Trevizan; Moraes (2000) para realizar uma comparação entre o número de trabalhadores empregados no período áureo do cacau, quando havia 1 trabalhador para cada hectare em 1980, com o decréscimo do número de trabalhadores empregados como resultado da crise, dado ao fato de em 1998 existirem apenas 1 trabalhador

¹⁰ Essa estimativa encontra-se debatida, por exemplo, em artigos da mídia impressa local e regional no final da década de 1990. Para maiores detalhes ver: Jornal Agora. **Situação sócio-econômica do sul da Bahia é preocupante**. Ano XVII, n. 823, 13 a 19 mar, 1999, p. 8-9.

para cada 20 hectares de plantio de cacau.

Esse processo propiciado pelo desemprego no campo expõe também a utilização de grande quantidade de trabalho manual em todas as fases da produção do cacau, sendo uma cultura na qual o investimento em tecnologia não se aplica na introdução de máquinas para consumo produtivo. Neste aspecto, a produção do cacau difere em muito de outras culturas como a soja, por exemplo, também por apresentar dificuldades na aplicação de maquinários no processo produtivo. A esse respeito, Santos, M. (1957) utiliza como exemplo a utilização de podões amarrados em varas no procedimento de colheita do cacau.

Para além do redirecionamento dos investimentos em outras atividades agropecuárias, a elite empreendedora local também consolidou investimentos na cidade em setores e atividades econômicas — principalmente terciárias — que impeliram a consolidação de novas relações na dinâmica espacial urbana, o que imputa em implicações nos processos de produção e estruturação do espaço urbano.

Contudo, a construção do debate acerca da produção e estruturação do espaço urbano em Itabuna deve constituir-se consubstanciada pelo debate da relevância regional da cidade — muito embora esta alteração nas atividades econômicas se revele na análise interurbana —, que apresentará elementos indispensáveis ao pensamento do espaço intra-urbano e dos processos e conteúdos sociais que nele se materializam. Principalmente, por nas cidades médias, o processo de estruturação do espaço urbano estar atrelado à produção da concentração de atividades, serviços, informação, tecnologia, dentre outros, e a conseqüente escassez no território que compreende a área de influência dessas cidades.

6.1. Itabuna: a centralidade da cidade

Conforme observado nas nossas reflexões teóricas, as cidades médias apresentam capacidades relevantes de tecer diferentes redes em territórios não necessariamente contíguos.

Contudo, é essencialmente a partir territórios contíguos, mais ou menos imediatos a estas cidades, que se torna possível procurar expressar a centralidade da cidade na disposição e oferta de atividades, bens e serviços para além da população estritamente residente no interior do território da cidade.

Essa centralidade, por um lado, implica na concentração e na escassez em âmbito interurbano, e por outro no direcionamento de investimentos públicos e privados que reafirmam a centralidade, a concentração e a escassez em âmbito interurbano, mas também em âmbito intra-urbano.

Portanto, é relevante a realização do debate acerca da centralidade da cidade para a compreensão das estratégias de localização de determinados capitais em processo de descentralização espacial das metrópoles, revelando indícios para o debate acerca da centralidade na cidade e suas redefinições. Depreende-se, assim, que conjugadas às estratégias interurbanas encontram-se estratégias locacionais intra-urbanas que se apresentam mais profícuas à reprodução e acumulação do capital.

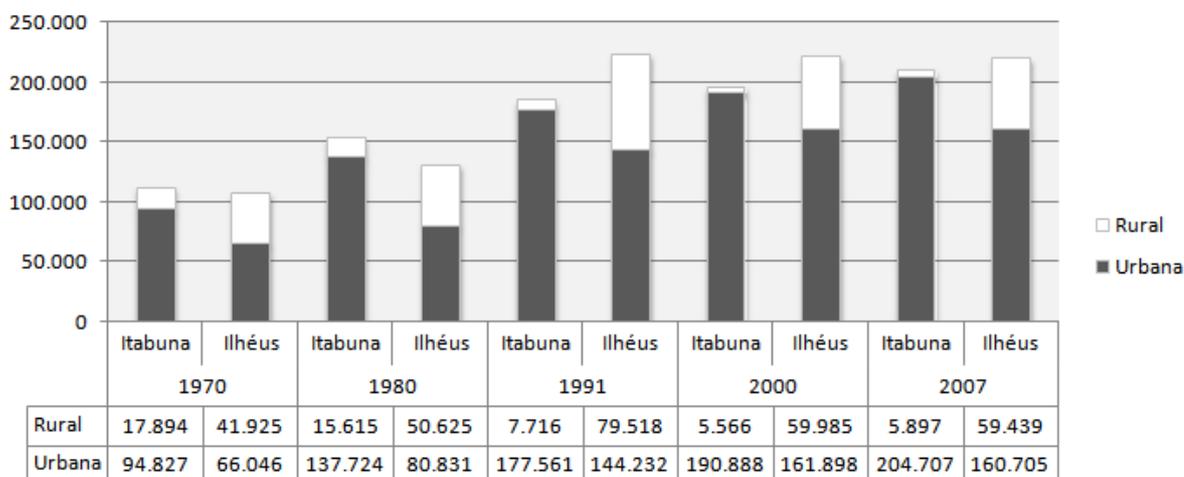
É nesta direção que, inicialmente, retornamos ao debate acerca do decréscimo no incremento populacional registrado a partir da crise econômica da lavoura cacaueteira, para analisar dados referentes aos índices de urbanização nos principais centros regionais e à capacidade destes em centralizar fixos e fluxos. Assim, e de acordo com o porte demográfico das cidades da microrregião Ilhéus-Itabuna, esse debate se realizará centrado basicamente nesses dois municípios, devido à grande diferença encontrada nos demais municípios da microrregião, de porte demográfico não superior a 40 mil habitantes. Contudo, embora Itabuna e Ilhéus apresentem um porte demográfico equivalente, Itabuna tem concentrado fixos e fluxos que a respaldam como principal centro regional, conforme procuraremos demonstrar.

Em 1980 Itabuna possuía uma população de aproximadamente 153 mil habitantes, enquanto Ilhéus possuía, neste mesmo ano, cerca de 131 mil habitantes, saltando para 242.445 em 1996, enquanto Itabuna atingia 183.406 habitantes. Essa diferença deve-se,

principalmente, ao fato de que, no referido período, Itabuna perdeu vários de seus distritos¹¹ que se emanciparam, elevando-se a categoria de cidade, ao contrário de Ilhéus, que não sofreu nenhum desmembramento no referido período.

É importante observar que o município de Itabuna possui uma elevada porcentagem da sua população (97,2% no ano 2000) vivendo em áreas urbanas (*ver Gráfico 3*), sendo o município com maior índice de urbanização da microregião Ilhéus-Itabuna. Devido aos próprios desmembramentos sofridos pelo município no decorrer da sua história, atualmente este possui um território bastante restrito, o que faz incidir na maior densidade demográfica da Região, conforme antes mencionado.

Gráfico 3: POPULAÇÃO URBANA E RURAL NOS MUNICÍPIOS DE ITABUNA E ILHÉUS, 1970-2007¹².



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

Organização: Gilberto Alves de Oliveira Júnior, 2008.

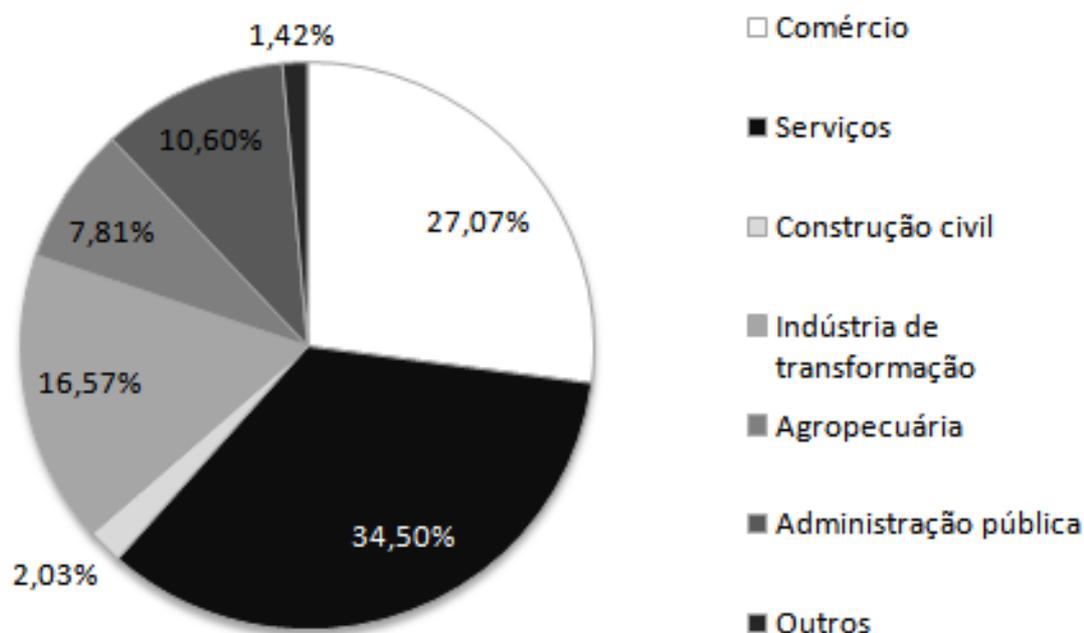
¹¹ Segundo observações encontradas em Rocha, L. (2000).

¹² Os dados referentes à população em 2007 correspondem à uma metodologia de estimativa do IBGE. Neste ano, os dados referentes à população urbana foram projetados a partir da porcentagem verificada pelo Censo 2000, considerando a inexistência de grandes alterações no período.

A própria crise da economia cacaueteira é um fator que impulsionou o processo de elevação da população urbana no município e na Região, embora comparado ao município de porte considerado equivalente, Ilhéus, nota-se que a população urbana de Itabuna é em quantidade e, sobretudo em porcentagem, muito superior. Neste sentido, “o município de Ilhéus, em que pese ser mais populoso que Itabuna, tem como sede uma cidade de porte menor” (IPEA; IBGE; UNICAMP, 2002, p. 131).

Nesta direção, o elevado nível de urbanização em Itabuna também vem demonstrando que a quase totalidade da população encontra-se em ocupações urbanas, bem como que as atividades que compreendem os setores de indústria de transformação, de comércio e de serviços se apresentam como as perspectivas econômicas apontadas após a crise da agricultura cacaueteira (*ver Gráfico 4*).

Gráfico 4: DISTRIBUIÇÃO DO EMPREGO FORMAL POR SETOR EM ITABUNA, 2007.



Fonte: Ministério do Trabalho.

Organização: Gilberto Alves de Oliveira Júnior, 2008.

De acordo com Andrade (2005), os setores de comércio e serviços concentravam 70% da distribuição dos empregos formais em Itabuna¹³ no ano 2000, sendo 46,5% de empregos no setor de serviços e 23,6% em atividades comerciais. Logo em seguida, o setor industrial concentrava 17,2% dos empregos, a agricultura 10,3% e 2,4% na construção civil. Em 2007, de acordo com dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados¹⁴ (CAGED) do Ministério do Trabalho, no setor de serviços concentram-se um total de 10.487 pessoas ocupadas. Ainda de acordo com o CAGED havia 8.231 empregados em atividades comerciais, 5.039 em indústrias de transformação, 3.222 em serviços de administração pública, 2.376 em atividades agropecuárias e 616 trabalhadores empregados na construção civil.

Essa concentração de estabelecimentos e empregos em atividades dos setores de comércio e serviços expressa também que o município procura consolidar-se como pólo regional a partir das atividades do setor terciário. De acordo com as análises encontradas em IPEA; IBGE; UNICAMP (2002, p. 131), embora tendo uma participação menor no PIB estadual em comparação com Ilhéus, “a cidade de Itabuna, mais populosa, [...] exerce maior influência nos fluxos comerciais de toda a mesorregião circunvizinha, constituindo-se como centro de referência para o comércio, o varejo e os serviços”. Tal fato se expressa na quantidade de empresas em atividades de comércio, intermediação financeira, educação, saúde e do ramo imobiliário, por exemplo, tendo em vista que em algumas dessas atividades Itabuna possui 100% ou mais de unidades em comparação com Ilhéus (*ver Tabela 4*).

Essa comparação também pode ser realizada no número de empregos formais de acordo com os setores estabelecidos na Tabela 4. Nesse caso, Itabuna possui 5.282 pessoas ocupadas no setor de indústria de transformação (4) enquanto Ilhéus possui 4.005; no setor de comércio (7) Itabuna possui 13.249 enquanto Ilhéus 7.069; no setor de intermediação financeira (10) Itabuna possui 698 enquanto Ilhéus 333; e no setor de saúde (14) Itabuna possui 3.176 enquanto Ilhéus 1.116 pessoas ocupadas.

¹³ Ver também nas tabelas 6 e 7 uma comparação do número de empresas por setor nos municípios de Itabuna e Ilhéus.

¹⁴ O cadastro diz respeito aos empregos formais, não havendo como mensurar e incorporar aos dados ao menos uma estimativa do número de trabalhadores sem carteira assinada e de trabalhadores informais, expressivo no setor terciário.

Tabela 4: NÚMERO DE EMPRESAS POR SETOR NOS MUNICÍPIOS DE ITABUNA E ILHÉUS, 2005.

| Município | Número de empresas por setor | | | | | | | | | | | | | | |
|-----------|------------------------------|---|----|-----|---|-----|------|-----|-----|-----|-----|----|-----|-----|-----|
| | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | 11 | 12 | 13 | 14 | 15 |
| Ilhéus | 67 | 5 | 10 | 380 | 1 | 96 | 2251 | 447 | 154 | 70 | 470 | 6 | 100 | 100 | 516 |
| Itabuna | 63 | 3 | 8 | 466 | 3 | 169 | 4212 | 278 | 186 | 175 | 796 | 5 | 158 | 303 | 499 |

| | | |
|---|---|---|
| 1. Agricultura, pecuária, silvicultura e exploração vegetal | 6. Construção | 11. Ativ. imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas |
| 2. Pesca | 7. Comércio; reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos | 12. Adm. Pública, defesa e seguridade social |
| 3. Indústrias extrativas | 8. Alojamento e alimentação | 13. Educação |
| 4. Indústrias de transformação | 9. Transporte e comunicações | 14. Saúde e serviços sociais |
| 5. Produção e distribuição de eletricidade, gás e água | 10. Intermediação financeira | 15. Outros serviços coletivos |

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

Organização: Gilberto Alves de Oliveira Júnior, 2008.

Outra comparação entre o número de estabelecimentos por setor nos municípios de Itabuna e Ilhéus pode ser realizado com dados mais atuais, contudo mais genéricos, com outra separação de setores (*ver Tabela 5*). De qualquer forma, esses dados também demonstram uma maior concentração de estabelecimentos de atividades comerciais e de serviços situados em Itabuna.

A consolidação do processo polarização da cidade a partir das atividades comerciais e de serviço remetem ao período de estruturação econômica regional fundamentada na cultura do cacau, não sendo, portanto, expressão da crise econômica — embora alternativa a esta. A esse respeito, Santos, M. (1957) ao afirmar que Ilhéus olhava para fora e Itabuna para dentro, aponta que o município de Ilhéus desempenhava funções de relação mais íntima com a exportação do cacau, principalmente devido à localização do porto de escoamento da produção, enquanto Itabuna passou a desempenhar funções mais relacionadas com a oferta de bens e serviços às áreas urbanas e rurais dos municípios da região. Essa diferença de funções também se expressa na maior concentração de população residindo em áreas urbanas em Itabuna desde a década de 1970 (*ver Gráfico 3, p. 165*), além da restrita área agrícola

disponível no território de Itabuna.

Tabela 5: NÚMERO DE EMPRESAS POR SETOR NOS MUNICÍPIOS DE ITABUNA E ILHÉUS, 2007.

| Setores | Número de estabelecimentos | |
|---|----------------------------|--------|
| | Itabuna | Ilhéus |
| Comércio | 3.899 | 2.123 |
| Serviços | 2.842 | 2.084 |
| Construção civil | 224 | 161 |
| Extrativa mineral | 7 | 9 |
| Indústria de transformação | 464 | 394 |
| Serviço industrial de utilidade pública | 13 | 8 |
| Agropecuária e pesca | 797 | 581 |
| Administração pública | 10 | 6 |

Fonte: Ministério do Trabalho.

Organização: Gilberto Alves de Oliveira Júnior, 2008.

Nesse processo se destaca a posição central do município na rede urbana regional, localizando no interior do seu território o entroncamento das principais rodovias, e sendo passagem da produção de cacau ao porto de Ilhéus. Portanto, no período de ascensão do cacau Itabuna foi-se consolidando enquanto pólo regional de comércio e serviços, principalmente por se localizar:

mais próxima dos núcleos populacionais do interior da zona do cacau, [sendo que] esses preferem o seu comércio (Itabuna) para realização de compras, uma vez que ir a Ilhéus importa na perda de, no mínimo, duas horas, tempo em que se faz o percurso de ida e volta, entre as duas cidades. Itabuna é, hoje, o grande centro de comércio varejista (SANTOS, M., 1957,

p. 64).

De qualquer forma, os demais núcleos urbanos da região passaram também a desenvolver determinadas atividades comerciais, contudo não se equiparando com Itabuna em porte e quantidade. Com o advento da crise econômica, esse processo tendeu a se acentuar, havendo um grande número de estabelecimentos comerciais que não se apresentavam mais lucrativos e quebraram, fazendo com que Itabuna passasse a concentrar de forma mais expressiva as atividades comerciais de maior relevância, embora mesmo em Itabuna muitas empresas do setor não tenham resistido aos problemas econômicos decorrentes da crise.

Depreende-se, por um lado, que a consolidação do exercício dessas funções pelo município de Itabuna mesmo antes da década de 1980, apresentou possibilidades de diversificação econômica no momento da crise, fato não observado em Ilhéus, posto que o município apresentou maiores dificuldades de diversificação.

Por outro lado, conforme observa Carlos Leahy¹⁵, presidente da Câmara dos Dirigentes Lojistas de Itabuna (CDL), Itabuna necessita de um vigor econômico regional, posto que, centralizando funções e atividades, o desempenho econômico municipal depende do fluxo de pessoas e capitais não estritamente locais.

Portanto, para a dinâmica econômica das cidades médias, não importa apenas concentrar e centralizar quantitativamente, mas qualitativamente, para que a concentração se expresse efetivamente em crescimento econômico, embora não resulte necessariamente em uma divisão mais equitativa das riquezas e produza a escassez. Isso denota que as cidades médias drenam a renda gerada nos municípios próximos, passando a atrair para o seu território a renda regional.

A maior presença de instituições financeiras no município também se observa na quantidade de agências bancárias. De acordo com o IBGE, Itabuna possuía, em 2006, 12 agências bancárias, Ilhéus 10, Ibicaraí 3, Buerarema e Itajuípe 2, Itapé 1. Os municípios de

¹⁵ Informações obtidas através de entrevista realizada em 28 de novembro de 2007.

Barro Preto e Jussari não possuíam dados a esse respeito.

Realizando uma comparação com outras cidades médias no estado de São Paulo de porte populacional equivalente, observa-se certa distorção, com algumas cidades possuindo um número de 150% a mais de agências bancárias. A título de exemplo, em 2006, Rio Claro possuía 19 agências bancárias, São Carlos 25, Araraquara 29 e Presidente Prudente 31. Contudo, no que tange ao número de empresas nos setores de intermediação financeira, educação e saúde, as referidas cidades se equivalem com Itabuna.

Para além de situar-se enquanto o principal centro de comércio e serviços da região, a cidade de Itabuna dispõe de uma concentração outros serviços dos quais se servem as demais cidades, como serviços de comunicação, educação e saúde, por exemplo. A respeito da última, essa concentração é observada não apenas em relação aos pequenos núcleos urbanos da região, mas também em comparação com Ilhéus, com Itabuna dispondo de cerca de 200% a mais de empresas, 303 localizadas em Itabuna e 100 em Ilhéus. No que tange às unidades de saúde, Itabuna possuía, em 2005, 124 unidades e Ilhéus 74¹⁶. Os números dos demais municípios acentuam a concentração, posto que em Ibicaraí havia 14 unidades, em Buerarema 10, em Itajuípe 9, em Itapé e Jussari 4, e em Barro Preto 3.

Decerto que a quantificação das empresas ou das unidades de saúde confere apenas indícios para a apreensão da centralidade da cidade observada por esta perspectiva, sendo importante realizar uma análise qualitativa a partir dos serviços oferecidos. Com este intento, é necessário também analisar a regionalização da saúde em âmbito estadual como indicador de concentração de equipamentos e atendimento de saúde, assim como as políticas públicas em âmbito estadual e federal para uma compreensão mais apurada.

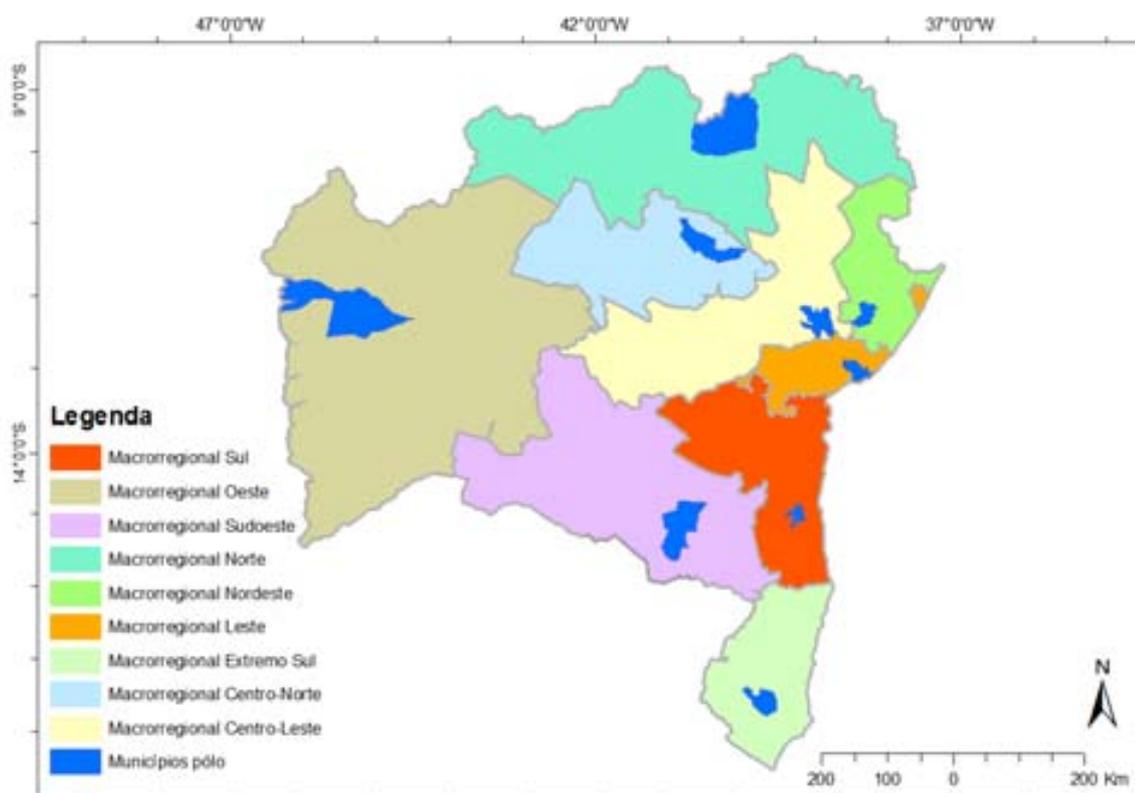
Nesta direção, cumpre observar que o município de Itabuna é sede da sétima Diretoria Regional de Saúde (7ª Dires) do estado da Bahia, que abrange um total de 29 municípios. Por outro lado, a oferta de serviços de saúde não se restringe a este número de municípios, fato que se evidencia, primeiramente,¹⁷ com o Plano Diretor de Regionalização¹⁷ (PDR) da área

¹⁶ Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

¹⁷ Disponível em: <http://www.saude.ba.gov.br/mapa%5Fbahia/PDR%202007_05-12-2007.pdf>. Acesso em: 04/02/2008.

de saúde do estado da Bahia. Neste plano, o estado da Bahia encontra-se dividido em 9 (nove) macrorregiões de saúde¹⁸ (ver Mapa 5), sendo que cada uma dessas macrorregiões é polarizada por um município, além de subdividida em microrregiões também polarizadas por um município. Itabuna polariza a macrorregião Sul, com uma área de aproximadamente 40.000 km² constituída por 66 municípios e com população de aproximadamente 1.700.000 habitantes.

Mapa 5: REGIONALIZAÇÃO DA SAÚDE NO ESTADO DA BAHIA, 2007.



Fonte: Secretaria de Saúde da Bahia – SESAB.

Elaboração: Gilberto Alves de Oliveira Júnior, 2008.

¹⁸ As macrorregiões são polarizadas pelos seguintes municípios: macrorregional Centro-Leste por Feira de Santana; macrorregional Centro-Norte por Jacobina; macrorregional Extremo-Sul por Teixeira de Freitas; macrorregional Leste por Salvador; macrorregional Nordeste por Alagoinhas; macrorregional Norte por Juazeiro; macrorregional Oeste por Barreiras, macrorregional Sul por Itabuna e macrorregional Sudoeste por Vitória da Conquista.

Contudo, por dispor de hospitais públicos com atendimento de funções consideradas de média e alta complexidade, além de clínicas especializadas e laboratórios, Itabuna possui, de acordo com a Programação Pactuada e Integrada¹⁹ (PPI) em saúde, uma pactuação com 113 municípios (*ver Mapa 6*) que se utilizam dos equipamentos de saúde alocados na cidade através da aquisição de serviços de saúde.

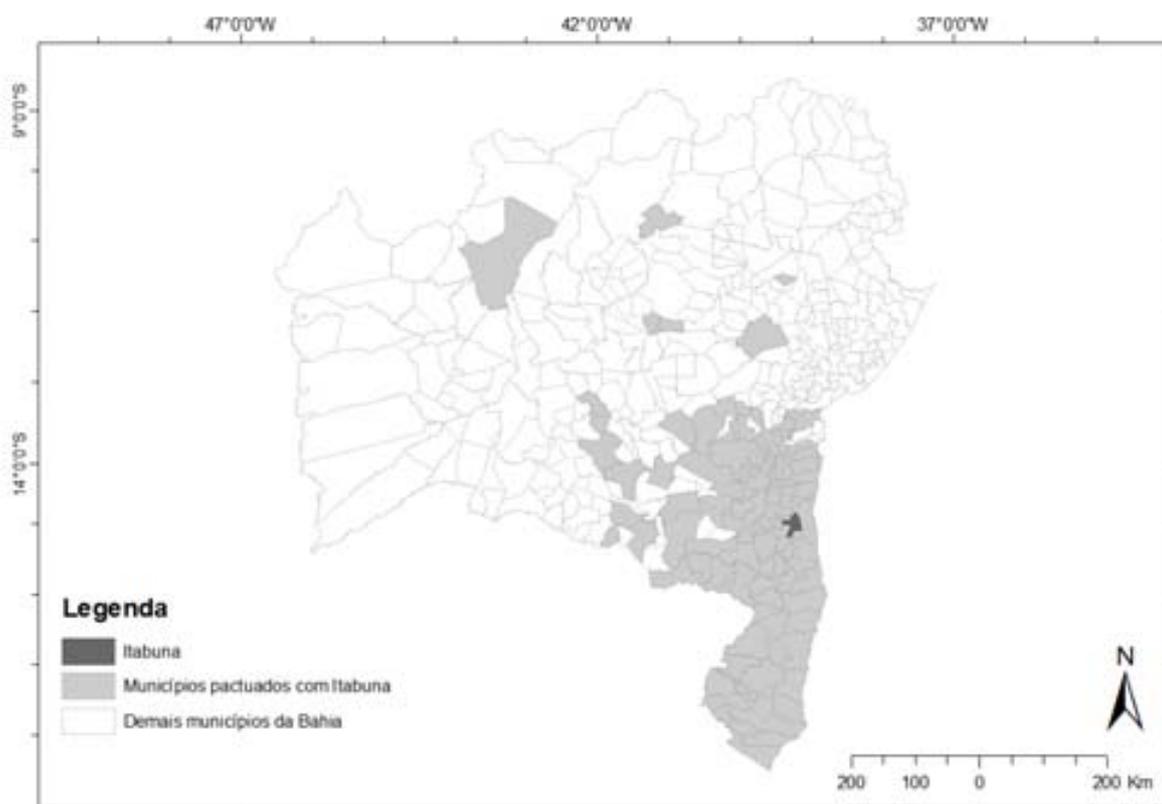
Essa centralidade da cidade quanto ao atendimento de serviços de saúde atrai uma expressiva demanda de população de outros municípios, em um volume superior a 2.650% ao contingente populacional de Itabuna, posto que a população pactuada total é de aproximadamente 3.500.000 habitantes.

O principal hospital no atendimento aos demais municípios da região é o Hospital de Base Luís Eduardo Magalhães. Estima-se que este hospital receba diariamente cerca de 100 ambulâncias de municípios da região, alguns não pactuados, além de atender entre 300 e 400 pacientes por dia no pronto-socorro²⁰.

¹⁹ De acordo com o Ministério da Saúde, a Programação Pactuada e Integrada em saúde é um processo instituído no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS, onde em consonância com o processo de planejamento são definidas e quantificadas as ações de saúde para população residente em cada território, bem como efetuados os pactos intergestores para garantia de acesso da população aos serviços de saúde. Tem por objetivo organizar a rede de serviços, dando transparência aos fluxos estabelecidos e definir, a partir de critério e parâmetros pactuados, os limites financeiros destinados à assistência da população própria e das referências recebidas de outros municípios.

²⁰ Dados encontrados em: “Um hospital que atende a pacientes de 100 municípios”, publicado no site da Prefeitura Municipal de Itabuna em 17/11/2006. Texto disponível no Anexo II desta dissertação.

Mapa 6: MUNICÍPIOS QUE UTILIZAM SERVIÇOS DE SAÚDE OFERTADOS EM ITABUNA, 2006.



Fonte: Secretaria de Saúde de Itabuna.

Elaboração: Gilberto Alves de Oliveira Júnior, 2008.

A respeito da centralidade da cidade a partir dos serviços de comunicação, Itabuna possui atualmente como principais veículos de comunicação de abrangência regional, cinco jornais²¹, seis emissoras de rádio e as únicas três emissoras e retransmissoras de televisão na região, além de provedores de internet. A maior expressividade regional é afirmada essencialmente pelos jornais e emissoras de televisão (*ver Mapa 7*).

²¹ Jornais: A Região, Agora, Diário do Sul, Tribuna do Cacao e Folha Regional.

O sinal de retransmissão emitido pela Tv Santa Cruz²² abrange uma área que compreende 53 municípios, com quase 2 milhões de habitantes e aproximadamente 1 milhão e meio de telespectadores potenciais, transcendendo os municípios da microrregião Ilhéus-Itabuna para praticamente todo o Sul e Extremo-Sul da Bahia. Quanto aos jornais, os dois principais abrangem uma área que compreende apenas 6 municípios, alguns convergentes com a área de abrangência das retransmissoras de televisão, e outros em outras regiões do estado.

**Mapa 7: ÁREA DE ABRANGÊNCIA DE ITABUNA
PELOS SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO, 2008.**



Fontes: Tv Santa Cruz.

Organização: Gilberto Alves de Oliveira Júnior, 2008.

²² Empresa retransmissora do sinal da Rede Globo de Televisão.

Cumprer ressaltar que as empresas de comunicação normalmente possuem estreitos vínculos e compromissos político-ideológicos com lideranças políticas da região e/ou do estado — algumas, inclusive, de propriedade ou com participação desses políticos —, o que produz um embate ideológico que implica em determinadas limitações quanto à geração de informação e a formação de uma opinião pública, que tende, de certa maneira, a permanecer acrítica. Essa questão se aprofunda gravemente com a divisão política-eleitoral estabelecida freqüentemente no município, normalmente segregando dois grupos distintos. Outra forma de vinculação emerge da participação de jornalistas e diretores de jornalismo desses veículos de comunicação na assessoria de comunicação de prefeituras municipais.

Embora a vinculação política fique mais evidente nas empresas de mídia impressa, pelo próprio posicionamento que elas expressam e revelam claramente, as empresas de televisão tendem normalmente a manifestar sua vinculação através da ocultação de determinados fatos relevantes. Sobre essa questão, Trindade (2005a, p. 89) alerta para a premente necessidade de que a “gestão oficial da cidade e os diferentes segmentos envolvidos com o processo de organização sócio-espacial devem pensar em mecanismos que democratizem o acesso à informação de qualidade”, haja vista que “a população, sem acesso aos bastidores que envolvem a luta pelo poder local, torna-se vulnerável a receber informações distorcidas da realidade” (TRINDADE, 2005b, p. 120).

Quanto aos serviços de educação, Itabuna possui a maior rede de ensino da região nos níveis fundamental e médio²³. Os demais municípios da região servem-se normalmente com maior expressividade das escolas de nível médio, dos cursos preparatórios para os vestibulares e dos cursos técnicos — embora estes últimos com pequena oferta e diversidade —, posto que muitos municípios possuem apenas escolas de nível fundamental, tanto na rede pública quanto na rede particular.

Contudo, apesar de ofertar serviços de educação para outros municípios, em 2000 Itabuna possuía cerca de 15% de analfabetos na sua população, revelando as limitações e uma apropriação desigual de um desempenho econômico superior aos demais municípios. De

²³ Conforme já observado, a Tabela 4 (p. 168) que apresenta uma comparação de empresas por tipo de atividade entre os municípios de Itabuna e Ilhéus, demonstra que Itabuna possui 58% a mais de unidades no setor educacional que as encontradas em Ilhéus.

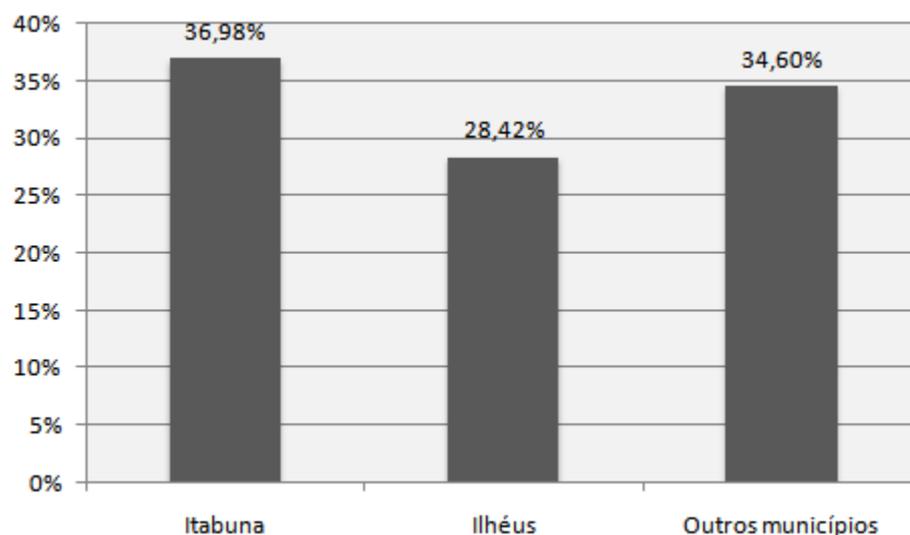
qualquer forma, este indicador é mais alarmante nos demais municípios da região, posto que Itabuna apresenta o melhor índice de alfabetismo da região. Em comparação com todo o estado, Itabuna ocupa a 11ª posição no indicador de analfabetismo, em escala crescente, o que não é motivo de comemoração, mas de preocupação, já que expõe a grave situação da educação na Bahia, com municípios com 55% de analfabetos.

Em relação ao nível superior, a principal instituição é a Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), localizada no trecho da BR-415 entre Itabuna e Ilhéus, denominada de “Rodovia Ilhéus-Itabuna” e mais recentemente de “Rodovia Jorge Amado”. Embora localizada territorialmente no município de Ilhéus, a UESC encontra-se mais próxima à cidade de Itabuna e desenvolve com esta relações importantes. Uma dessas advém do maior número de alunos da instituição residindo em Itabuna, tanto os realmente fixados na cidade quanto os que residem no decorrer do curso de graduação (*ver Gráfico 5*). De acordo com a Secretaria Geral de Cursos da UESC, em 2007, dos 6.100 estudantes matriculados nos 26 cursos de graduação da instituição²⁴, aproximadamente 2.257 residiam em Itabuna, 1.732 residiam em Ilhéus e 2.111 em outros municípios da região.

Além disso, há um exressivo contingente de estudantes que residem em outros municípios e que se deslocam diariamente para a UESC, não passando pela área urbana de Ilhéus, mas sim pela de Itabuna, o que possibilita a emergência de vínculos desse volume de estudantes com o comércio e os serviços em Itabuna.

²⁴ Além dos 26 cursos de graduação, a UESC possui 12 cursos de especialização, 7 cursos de mestrado e 1 curso de doutorado.

Gráfico 5: MUNICÍPIO DE RESIDÊNCIA DOS ESTUDANTES DE GRADUAÇÃO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ-UESC, 2007.



Fonte: Secretaria Geral de Cursos, UESC.

Organização: Gilberto Alves de Oliveira Júnior, 2008.

A existência de apenas 6.100 alunos matriculados revela a insuficiência da UESC na oferta de vagas pela demanda da população que a universidade atende. Nesta direção, a partir do ano 2000 a cidade de Itabuna passou a dispor também de duas faculdades particulares, a Faculdade de Tecnologia e Ciência (FTC) e a Faculdades do Sul (FACSUL). Essas faculdades iniciaram suas atividades com a oferta de um número limitado de cursos e vagas, mas esta oferta tem-se demonstrado continuamente crescente, tanto que atualmente estas faculdades oferecem, conjuntamente, 25 cursos de graduação (*ver Quadro 3*) e 35 cursos de pós-graduação *lato-senso*²⁵. A FTC também oferece outros cursos na modalidade EAD.

O crescimento da oferta de cursos e vagas nas faculdades particulares denotam, para além do sucesso desses investimentos para os grupos empreendedores, a existência de uma

²⁵ Além das duas faculdades privadas, outras empresas vinculam-se a faculdades e universidades e oferecem cursos de pós-graduação *lato-senso*. A maioria dos cursos são oferecidos de forma esporádica, mesmo nas faculdades privadas.

demanda populacional por cursos superiores, reprimida pelas limitações da única universidade pública da região. As faculdades privadas em Itabuna possuíam, em 2007, 2.327 alunos de graduação e 657 alunos de pós-graduação matriculados.

Quadro 3: RELAÇÃO DOS CURSOS SUPERIORES OFERECIDOS NAS INSTITUIÇÕES PRIVADAS DE ENSINO DE ITABUNA, 2008.

| Cursos de graduação | Oferta nas faculdades privadas | |
|--------------------------------|--------------------------------|-----|
| | FACSUL | FTC |
| Administração | X | X |
| Ciências Contábeis | X | - |
| Direito | X | X |
| Educação Física - Bacharelado | X | X |
| Educação Física – Licenciatura | X | - |
| Enfermagem | - | X |
| Engenharia Ambiental | - | X |
| Engenharia Civil | - | X |
| Farmácia | X | - |
| Fisioterapia | X | X |
| Jornalismo | X | X |
| Nutrição | - | X |
| Pedagogia | X | - |
| Psicologia | X | X |
| Publicidade e Propaganda | - | X |
| Relações Públicas | - | X |
| Sistema de Informação | - | X |
| Turismo | - | X |

Fontes: Faculdades do Sul – FACSUL e Faculdade de Tecnologia e Ciência – FTC.

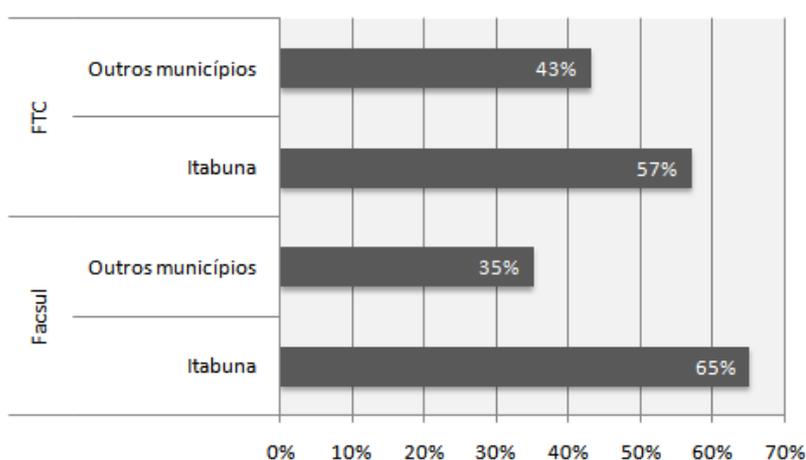
Organização: Gilberto Alves de Oliveira Júnior, 2008.

Nesta direção, esse crescimento revela a ausência de investimentos do Estado na

educação superior, que além de abrir um nicho de mercado para investidores privados, denotam um processo de mercantilização da educação, que passa a ser fundamentada não na formação profissional, política e cidadã, mas na maximização dos lucros dos investidores privados.

De qualquer forma, existe uma relevância regional dessas faculdades (*ver Gráfico 6*), que propiciam acesso a uma demanda populacional não atendida pelos governos federal e estadual, representando em média 39% um total de alunos matriculados de outros municípios. Atualmente, encontra-se em tramitação em caráter conclusivo o Projeto de Lei 7533/06 que prevê a criação de uma universidade federal em Itabuna para o atendimento da demanda regional pela educação superior, que decerto transcende a microrregião Ilhéus-Itabuna, posto que é escasso o número de instituições públicas de ensino superior na Bahia, principalmente de universidades federais. Até recentemente, havia apenas uma universidade federal, a Universidade Federal da Bahia (UFBa). A título de exemplo, Minas Gerais possui 11 e São Paulo 4 instituições federais de ensino superior.

Gráfico 6: MUNICÍPIO DE RESIDÊNCIA DOS ESTUDANTES DE GRADUAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR PARTICULARES DE ITABUNA, 2007.



Fonte: Faculdades do Sul – FACSUL e Faculdade de Tecnologia e Ciência – FTC.

Organização: Gilberto Alves de Oliveira Júnior, 2008.

Outra centralidade interurbana se constrói a partir da rede de transportes, que é fundamental para a consolidação de praticamente todas as demais redes apresentadas, e que por sua vez se expressa a partir dos equipamentos e infra-estruturas que consubstanciam as demais redes.

Itabuna exerce centralidade na rede de transportes essencialmente no que tange ao transporte rodoviário, haja vista a localização do entroncamento de duas rodovias no interior do seu território²⁶, o inaccessível do seu território ao oceano, impossibilitando a existência de um porto, e a desativação do seu aeroporto na década de 1980. Desta forma, a centralidade da rede de transporte no que tange ao transporte aquaviário e aeroviário é exercida na região pelo município de Ilhéus²⁷, revelando uma complementaridade e concorrência entre os municípios na polarização regional.

Em relação ao transporte rodoviário, Itabuna centraliza o fluxo de pessoas e mercadorias na região. Existe uma grande dificuldade em mensurar e quantificar o transporte de carga que se destinam a Itabuna, transitam no território municipal e que são remetidos no município para outras localidades. Contudo, quanto ao fluxo de pessoas, é possível mensurar com maior propriedade.

O fluxo de pessoas se realiza essencialmente de duas formas: (1) em relação aos municípios limítrofes e mais imediatos e (2) em relação aos demais municípios. Os municípios limítrofes possuem transporte coletivo intermunicipal dispostos em dois terminais externos à rodoviária municipal (*ver Mapa 8*), com intervalo de horários equiparados a muitos bairros periféricos de Itabuna, de normalmente 30 minutos. O fluxo de pessoas dos municípios menos imediatos territorialmente é centralizado na rodoviária municipal, pela qual se estima que passam diariamente mais de 12 mil pessoas em trânsito²⁸.

No âmbito cultural, Itabuna realiza regularmente festas e eventos populares de

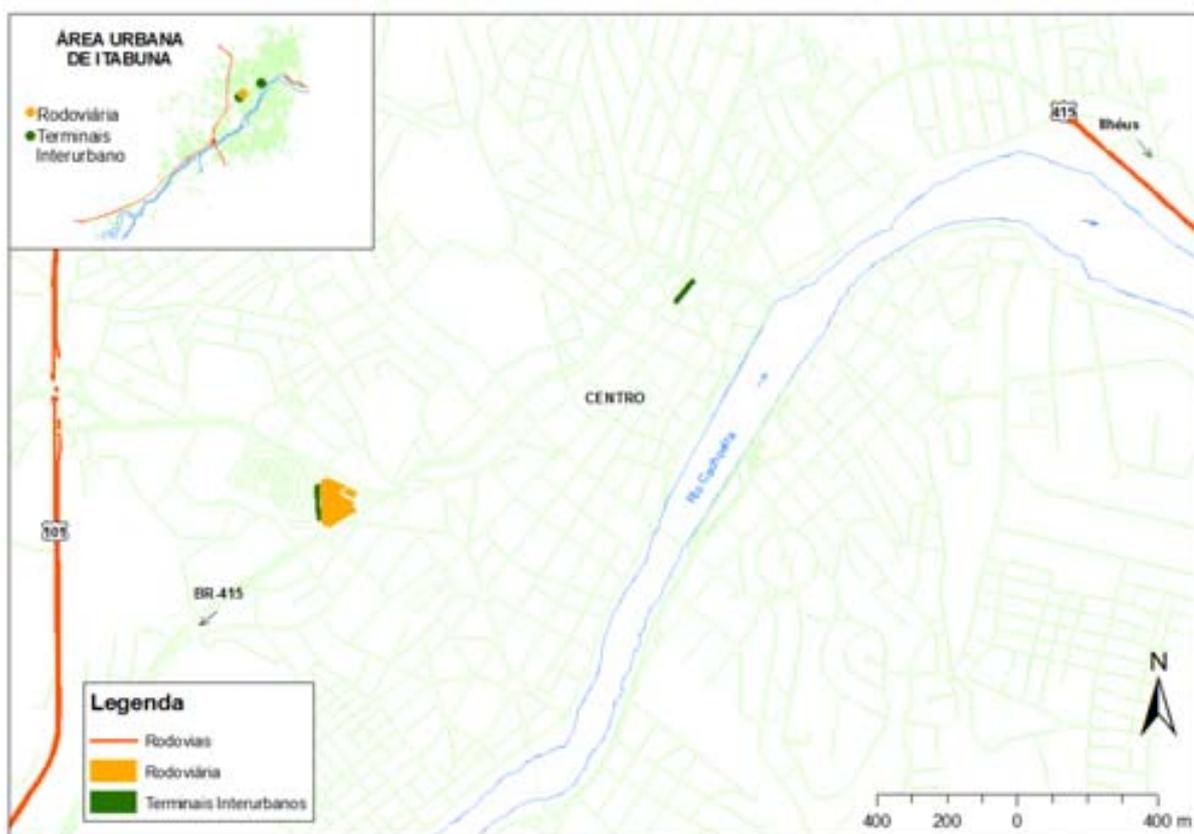
²⁶ Ver mapa 4, p. 153.

²⁷ Em relação ao transporte aquaviário, o porto de Ilhéus realiza transporte de cargas no território nacional através de cabotagem, de importação e exportação através de navegação de longo curso e recebe também um considerável fluxo de turistas.

²⁸ Dado encontrado em “Itabuna se fortalece como pólo de comércio e serviços”. Texto publicado no site da Prefeitura Municipal de Itabuna em 11 de dezembro de 2007. Disponível no Anexo II desta dissertação.

relevância regional, atraindo um considerável fluxo de pessoas. Exemplos destas são o Carnaval, São João e Exposição Agropecuária. Além desses eventos regulares, a cidade recebe outros eventos esporádicos, como shows diversos, feiras demonstrativas e peças teatrais, e possui as únicas salas de cinema da região.

Mapa 8: DISPOSIÇÃO DOS EQUIPAMENTOS PARA TRANSPORTE INTERURBANO NA CIDADE DE ITABUNA, 2008.



Fonte: Dados de pesquisa de campo, 2007.

Elaboração: Gilberto Alves de Oliveira Júnior, 2008.

Atualmente, encontra-se em construção uma estrutura que conjuga dois equipamentos importantes, o Teatro Municipal e o Centro de Convenções, abrindo possibilidades, por um

lado, para que a cidade organize eventos mais expressivos, de âmbito cultural, científico e tecnológico, e por outro para que (novas) estratégias de reprodução do capital se realizem na cidade, dada a relevância desses equipamentos.

Desta forma, depreende-se que ao estruturarem-se regionalmente centralizando fluxos interurbanos em territórios mais imediatos, as cidades médias terminam por construir fortes vínculos culturais com os territórios urbanos e rurais contíguos. Contudo, muitas das cidades médias procuram inserir-se em redes não necessariamente contíguas, isso ocorrendo, por exemplo, através da mercantilização da atividade turística, quando possível, ou da instalação de equipamentos e artefatos que possibilitem gerar e manter fluxos interurbanos a partir de territórios menos imediatos.

A instalação desses equipamentos decorre muitas vezes da capacidade de atração dessas cidades para os investimentos de capitais que se desconcentram das metrópoles. No Brasil, essencialmente nas duas últimas décadas, tem-se observado esse processo com certa frequência principalmente atrelado ao capital industrial, que ao se desconcentrar espacialmente procura os espaços que atendam seus requisitos e ofereçam, através do poder público, incentivos para a instalação desses equipamentos, impelindo uma competição entre as cidades para se apresentarem mais rentáveis e propícias à atração dos capitais que se desconcentram.

Em Itabuna a ocorrência desse processo é ainda mais recente, com a atração essencialmente de indústrias têxteis e calçadistas. Conforme observado, apesar do movimento de desconcentração espacial, esses capitais apenas se transformam em investimento quando da obtenção de incentivos públicos, oferecendo em troca geração de emprego e renda e promessa discursiva de desenvolvimento para o município.

Nesta direção, no final da década de 1990 foram instaladas três indústrias de grande relevância para o município: Triffil, Penalty e Kildare. Essas indústrias obtiveram frente ao poder público inúmeros incentivos para sua instalação, a exemplo da isenção de Imposto Sobre Serviço (ISS) da prefeitura municipal pelo período de 15 anos, além da doação do terreno e da infra-estrutura da área de instalação realizadas pelo governo do estado,

totalizando aproximadamente R\$ 2 milhões em incentivos²⁹.

De acordo com o discurso empreendido pelo poder público municipal e estadual e os agentes da iniciativa privada envolvidos, a expectativa era de geração de 4.500 empregos nas três fábricas supracitadas. Contudo, informações obtidas no Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Têxteis e Calçadistas do Sul e Extremo Sul da Bahia³⁰ (SINTRATEC) apontam para o emprego do número de 3.100 trabalhadores nestas fábricas, um número aproximadamente 30% menor que o divulgado no período de concessão dos incentivos.

Além disso, é necessário observar qualitativamente essa quantidade de empregos gerados efetivamente. De acordo com o SINTRATEC, o salário recebido pelos trabalhadores das fábricas dessas empresas em Itabuna é menor que em unidades instaladas em outros estados, principalmente no eixo sul-sudeste. O piso salarial dessas fábricas em Itabuna é de R\$ 400,40, sendo o salário recebido por aproximadamente 80% dos trabalhadores empregados. Isso revela, para além de um processo de desconcentração espacial desses capitais, um processo de maximização dos lucros, na medida em que essas indústrias além de receberem incentivos fiscais e doações diversas realizadas pelo poder público, tendem a pagar salários extremamente baixos quando comparados aos de outras unidades das mesmas empresas localizadas em regiões metropolitanas ou outros estados — nessas, o piso salarial chega a ser 50% maior.

Desta forma, para além de analisar a instalação dessas indústrias enquanto um revigoramento e reafirmação da relevância econômica de Itabuna, ou mesmo enquanto oportunidades para as cidades médias se inserirem em outras redes, é preciso observar que estas indústrias não cumprem a expectativa de geração de empregos, apontam para a utilização de investimentos públicos em auxílio à potencialização dos lucros de empresas privadas e reafirmam a ofensiva do capital sobre o trabalho(-mercadoria). Portanto, esse processo revela oportunidades à reprodução e acumulação do capital travestidas em possibilidades e desenvolvimento para as cidades médias.

²⁹ Dados encontrados em: Jornal Agora. “Triffil oferece 1.500 empregos a partir de julho”. Ano XVIII, n. 831, 1 a 7 mai, 1999.

³⁰ Informações obtidas através de entrevista realizada com o vice-presidente do sindicato, Jesa Cardoso Santos, em 17 de dezembro de 2007.

Decerto que o número de empregos gerado é relevante, e a instalação dessas fábricas fez crescer consideravelmente a porcentagem de trabalhadores empregados em indústrias de transformação no município. Contudo, além dos problemas já observados, essas empresas se utilizam de outros mecanismos perversos sobre os trabalhadores. Alguns exemplos são: (1) a alta rotatividade de trabalhadores, objetivando o enfraquecimento do sindicato e a inibição dos trabalhadores pela demonstração da reserva de “mão-de-obra”; (2) a pressão sobre a produtividade dos trabalhadores, resultando em inúmeros casos de problemas de saúde, principalmente lesão por esforço repetitivo (LER) e depressão; (3) a “premiação” de uma cesta básica aos trabalhadores que não faltam a nenhum dia ao trabalho, o que obriga muitos trabalhadores a esconderem problemas de saúde para evitar a perda de “premiação”; (4) o constrangimento causado pela revista íntima dos trabalhadores que, embora extinto pela ação do sindicato resultando em indenização para alguns trabalhadores, foi um procedimento utilizado no início das atividades destas fábricas.

De qualquer forma, embora Itabuna disponha de uma ampla gama de atividades, serviços e infra-estruturas à disposição da população de outros municípios, o município possuía em 2000, de acordo com o Atlas de Desenvolvimento Humano³¹ desenvolvido pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), cerca de 20% da população vivendo em extrema situação de pobreza³², e 43% da população com renda domiciliar inferior a meio salário mínimo³³, o que representam elevados índices de indigência e pobreza. Esses dados, embora destoantes dos encontrados em cidades médias paulistas³⁴, por exemplo, expressam uma realidade comum às cidades médias nordestinas. De acordo com Pontes (2006), nas cidades médias nordestinas indicador do índice de pobreza — população com renda menor que meio salário mínimo — variava, em 2000, entre 35,3% e 66,9%.

Essa concentração de grande parte da população vivendo em situação de baixa renda é notória pelo crescimento do número de pessoas vivendo em periferias de baixa renda e favelas, fazendo com que essa parcela da população conviva com problemas sociais

³¹ Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/atlas>>. Acesso em 04/02/2008.

³² Percentual de pessoas com renda domiciliar per capita inferior a R\$37,75 (US\$ 20,61), equivalentes a 1/4 do salário mínimo vigente em agosto de 2000.

³³ R\$ 75,50 ou US\$ 41,22. Referentes ao salário mínimo no ano 2000.

³⁴ O mesmo estudo revela que nos municípios de Araraquara, Presidente Prudente, Rio Claro e São Carlos, o índice de pobreza variava entre 8 e 12%.

gravíssimos. Apesar disso, o mesmo estudo aponta que o IDH-M (considerando-se os níveis de renda, longevidade e educação) do município é de 0,748, o terceiro melhor do estado da Bahia, o que não necessariamente signifique muito, posto que, de acordo com o mesmo índice, a Bahia ocupa a 22ª colocação entre as 27 unidades da federação do país.

Essas contradições, que revelam a concentração e a escassez não apenas em âmbito interurbano, mas em âmbito intra-urbano, se expressam no processo de estruturação do espaço urbano de Itabuna. Assim, o espaço urbano se reproduz de forma fragmentada, segregando conteúdos sociais em parcelas cada vez mais definidas do tecido urbano, subjugando as classes sociais à normatização do mercado.

6.2. Histórico da ocupação de Itabuna e estruturação intra-urbana

O povoamento do interior da Região Sul do estado da Bahia principiou-se efetivamente no início do Século XIX, quando se observa o surgimento dos primeiros povoamentos que realmente adentram seu território para além de uma estreita faixa litorânea, que caracteriza o período colonial até o declínio da lavoura da cana-de-açúcar. Nesse período a região possuía pequenos núcleos urbanos (e administrativos) e pequenas ocupações organizadas pelas ações de jesuítas. Esses se encontravam envoltos por grandes extensões rurais estruturadas em conformidade com a lógica expressa nas determinantes da economia colonial brasileira.

As primeiras ocupações que adentraram o território regional caracterizavam-se como pequenas propriedades destinadas à produção agrícola. Essas propriedades normalmente não obtinham o sucesso pretendido, devido essencialmente aos constantes conflitos estabelecidos com as comunidades indígenas que se encontravam previamente fixadas na região, engendrados pela disputa e apropriação da terra.

Datam de 1815 os primeiros indícios que fazem alusão à ocupação de áreas que

atualmente constituem parte do território do município de Itabuna. Neste ano, o Conde dos Arcos, Governador da Bahia, tencionou realizar a construção de uma estrada que partisse da Vila de Ilhéus aos sertões de Conquista. Tal fato mobilizou o governo do estado a alocar uma aldeia de índios que seriam evangelizados por uma missão de frades capuchinhos às margens do rio Cachoeira, em local onde hoje se encontra situado o bairro Ferradas (*ver Figura 2*).

Figura 2: ZONEAMENTO E BAIROS DE ITABUNA, 2007.



Fonte: Trindade (2005).

Elaboração: TRINDADE, G.

Como constatou Andrade, João (2005), as ações missionárias desenvolvidas no âmbito de um processo de evangelização realizadas por frades capuchinhos, possuem significativa relevância quanto ao surgimento e desenvolvimento de alguns núcleos urbanos na região Sul da Bahia, sendo Itabuna o mais expressivo desses.

Contudo, a ocupação na área do município ocorre principalmente devido ao crescimento do plantio do cacau na região e a relevância da produção para a dinâmica econômica. O cultivo do cacau na região teve início em território que atualmente pertence ao município de Canavieiras (limítrofe ao sul do município de Ilhéus), mas as áreas ocupadas pelo plantio deste produto obtiveram maior crescimento em Ilhéus, nas plantações localizadas às margens do rio Cachoeira.

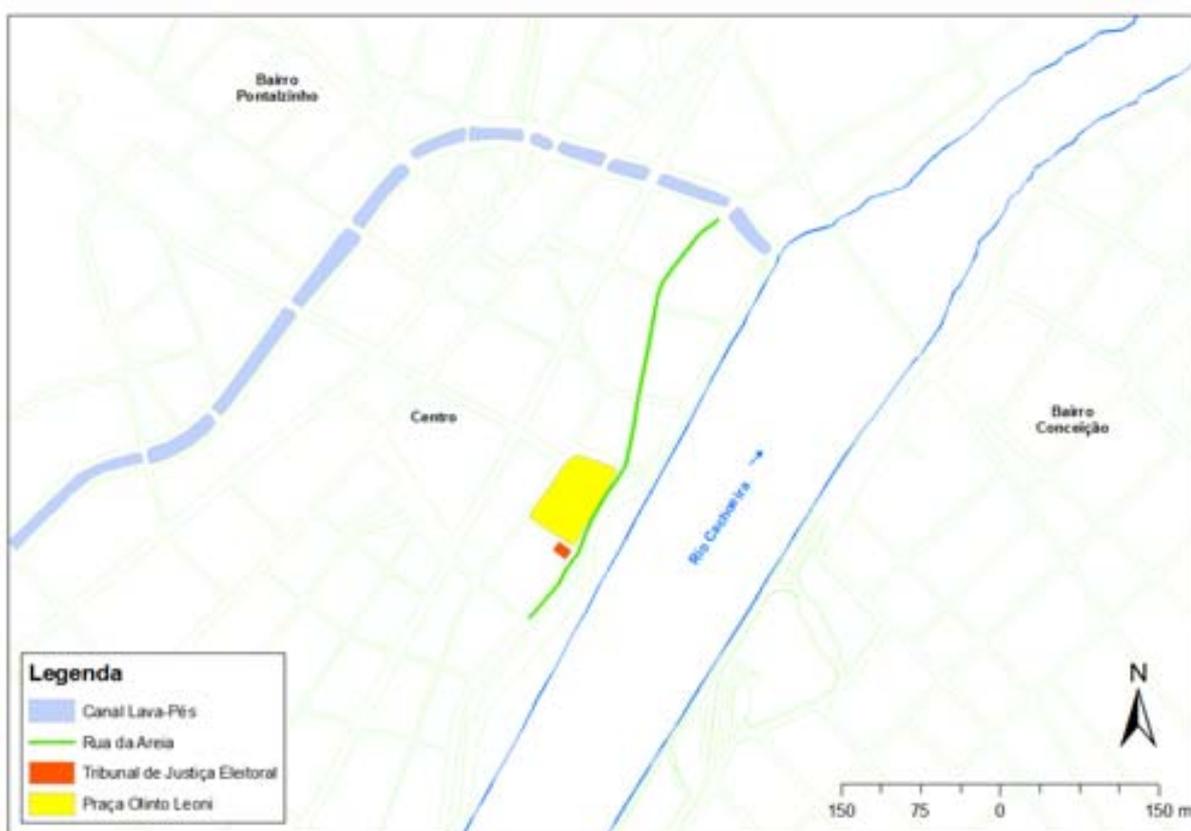
“A partir de 1820, [...] decorre o aumento de produtores interessados no cultivo do cacau, que passa a ser exportado regularmente” (ROCHA, L.; ANDRADE, M., 2005, p. 14). Neste contexto, em meados do Século XIX ocorre a migração de algumas famílias sertanejas, principalmente sergipanas, que se destinavam ao município de Ilhéus, e inicia-se realmente o povoamento do território no qual hoje se encontra o município de Itabuna.

Entre os pioneiros destacam-se Félix Severino do Amor Divino e Manoel Constantino, que desembarcaram em Ilhéus vindos da Chapada dos Índios, estado de Sergipe, e partiram para o povoado do Banco da Vitória (atualmente distrito do município de Ilhéus), continuando seguindo pelo rio Cachoeira rumo ao interior da região e realizaram uma abertura em certo trecho da mata onde construíram casas e iniciaram algumas plantações, numa área que denominaram, no ano de 1844, de Marimbeta, atual bairro Conceição (*ver Mapa 9*). Posteriormente, Félix Severino trouxe diversos familiares para estabelecerem-se nas terras que havia ocupado e construíram moradia à margem esquerda do rio Cachoeira, onde hoje se situa o Tribunal de Justiça Eleitoral, na praça Olinto Leoni (*ver Mapa 9*).

O crescimento do povoado que então se constituía empreendeu-se com certa rapidez, formando o distrito de Tabocas, vinculado ao município de Ilhéus. As forças políticas locais fizeram com que houvesse a emergência de algumas tentativas formais destinadas ao desligamento do distrito ao município de Ilhéus, o que ocorre em 1906, através de uma representação dirigida ao governador do estado, passando a constituir o “Novo Município,

Vila e Termo de Itabuna”, elevando-se à categoria de cidade em 28 de julho de 1910 através da Lei nº 807³⁵.

Mapa 9: ELEMENTOS DA FORMAÇÃO DA CIDADE DE ITABUNA.



Fonte: Dados de pesquisa de campo.

Elaboração: Gilberto Alves de Oliveira Júnior, 2008.

No princípio, o núcleo central da cidade de Itabuna apresentava-se na concentração de

³⁵ **Lei nº. 807, de 28 de julho de 1910.**

Eleva a categoria de cidade a atual Vila de Itabuna, O Governador do Estado da Bahia, faz saber que a Assembléia Geral Legislativa decretou e eu sanciono a Lei seguinte:

Art. 1º. - Fica elevada à categoria de Cidade a atual Vila de Itabuna, conservará o mesmo nome.

Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado da Bahia, 28 de julho de 1910.

equipamentos e atividades situados na denominada rua da Areia (*ver Mapa 9*), depois Marechal Bittencourt e, hoje, dividida nas ruas Miguel Calmon e avenida Fernando Cordier (conhecida como Beira Rio).

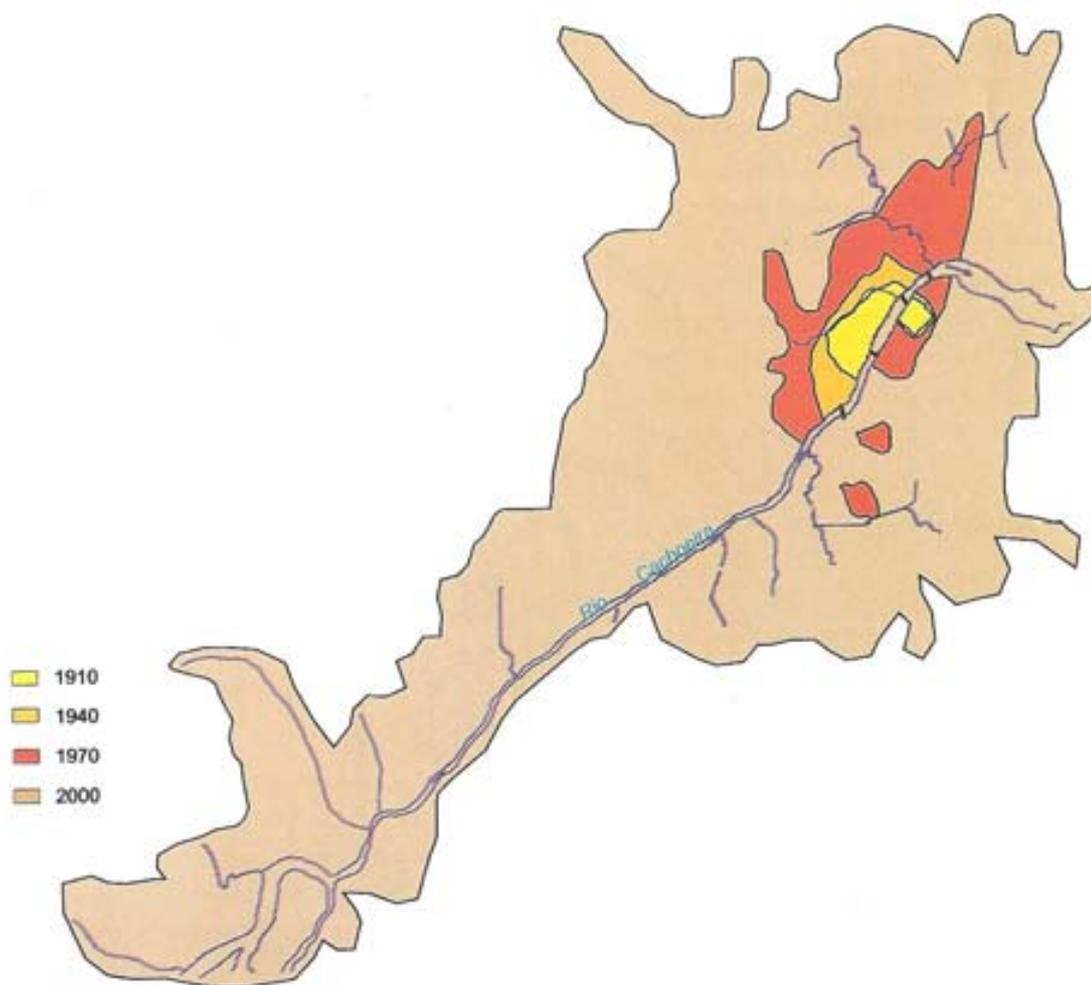
O centro de Itabuna, à época, era um arruado que se estendia até o pontilhão Dois de Julho, sobre o canal Lavapés, atualmente ligando a rua Miguel Calmon à Barão do Rio Branco, onde se encontra o prédio da Justiça do Trabalho. Nesta rua, o comendador José Firmino Alves se estabeleceu com uma venda (nome dado a casas comerciais naquela época). Em seguida, outras pessoas aí se estabeleceram com casas de tecidos, secos e molhados e outros tipos de comércio (ROCHA, L., 2000, p. 66).

O desenvolvimento do núcleo central da cidade de Itabuna decorreu-se, portanto, na margem esquerda do rio Cachoeira, onde se consolidou, encontrando-se localizado até os dias atuais. Ressalvando-se, contudo, as alterações funcionais ocorridas, pois o trecho que compreendia a antiga rua da Areia concentra hoje edificações antigas e mal conservadas, não adaptadas às novas funcionalidades existentes em vias paralelas. Além disso, a rua encontra-se bastante estreita e possui breve extensão, na qual não mais dispõe das antigas funções comerciais que eram observadas no início da formação da cidade. Portanto, embora pertença ainda hoje à área de abrangência do núcleo central tradicional da cidade de Itabuna, a antiga rua da Areia teve decrescida a expressão da sua função na área central, hoje dispondo de poucas atividades comerciais e de serviços, estimulando um baixo fluxo de pessoas e veículos.

Com a expressiva produtividade da lavoura cacaeira, que encontrou na região um excelente ambiente de produção, e, em seguida, com a boa aceitação do cacau produzido na região no mercado internacional, a cidade de Itabuna obteve elevado incremento populacional, desenvolveu-se e expandiu-se, principalmente a partir da margem esquerda do rio Cachoeira (onde se localiza o centro tradicional), consolidando seus bairros centrais e posteriormente seus bairros periféricos (*ver Figura 3*).

A produção cacauicultora, entre 1896 e 1930, foi responsável, em grande parte, pelo crescimento da urbanização e das atividades urbanas de comercialização e exportação do cacau e também pelo crescimento de bens necessários às populações do campo. O aumento da produção de cacau levou ao aumento do fluxo monetário que, por sua vez, trouxe prosperidade à região (ROCHA; ANDRADE, 2005, p. 14).

Figura 3: EVOLUÇÃO DA MANCHA URBANA DE ITABUNA, 1910-2000.

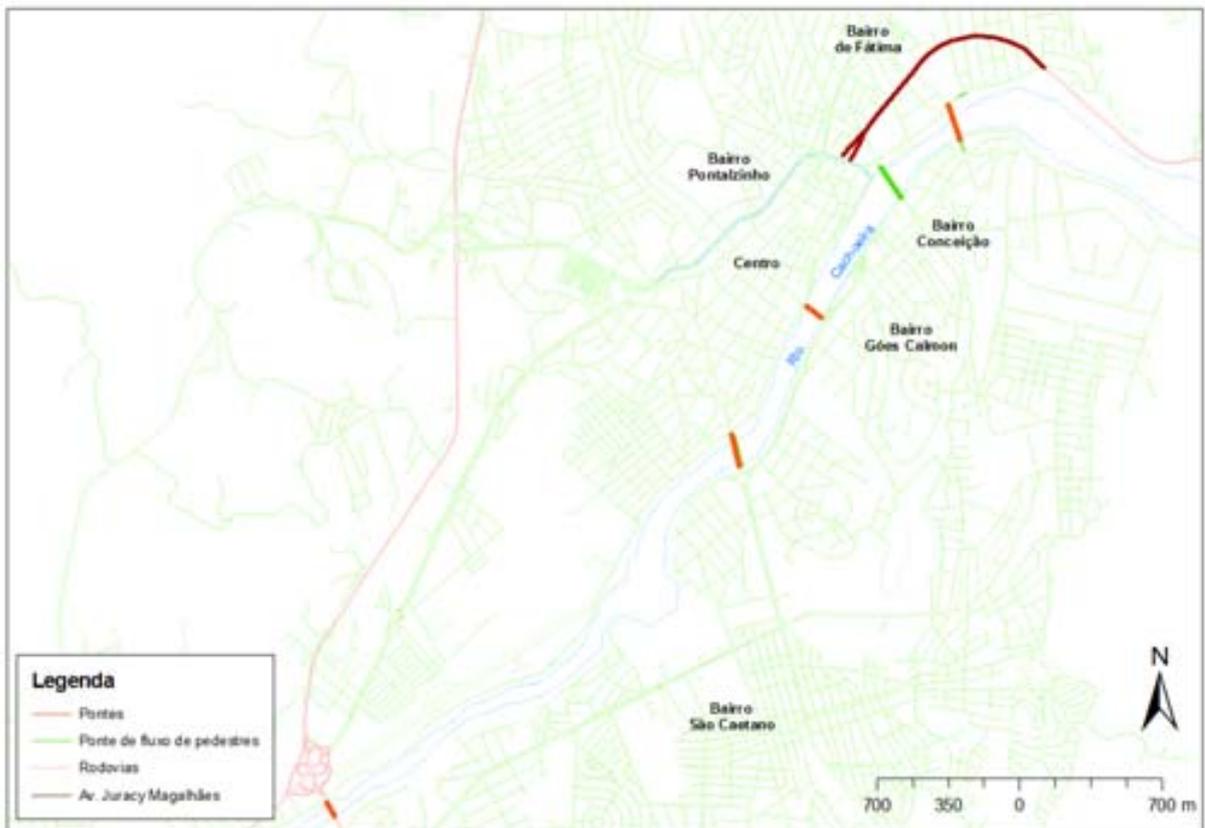


Fonte: ROCHA (2005).

Elaboração: BERTOL, L.; MOREAU, M. S.; ANDRADE, M. P., 2005.

O primeiro bairro criado na cidade, para além do núcleo central, foi o Pontalzinho (*ver Mapa 10*), surgido no ano de 1914, após uma grave enchente do rio Cachoeira. Separava-se do centro da cidade pelo ribeirão Lavapés, que hoje foi transformado em um canal de esgoto que percorre uma extensa área no centro da cidade. Posteriormente, houve a criação dos bairros Santo Antônio e Castália, limítrofes ao bairro Pontalzinho e também separados do centro pelo ribeirão Lavapés. Para ligar os bairros que iam sendo criados ao centro da cidade foram construídos diversos pontilhões.

Mapa 10: PONTES DA CIDADE DE ITABUNA.



Fonte: Dados de pesquisa de campo.

Elaboração: Gilberto Alves de Oliveira Júnior, 2008.

O surgimento de bairros na margem direita do rio Cachoeira apenas ocorre em 1927, após a construção da ponte Góes Calmon — atendendo atualmente apenas ao fluxo de pedestres por encontrar-se demasiado estreita para o fluxo de veículos. O primeiro bairro localizado na margem direita do rio Cachoeira foi o bairro Conceição. Este bairro, contudo, apenas obteve um acentuado crescimento populacional após 1931, ano em que se realizou a construção da estrada para Buerarema, município ao sul de Itabuna, partindo desta localidade da cidade.

Após a construção da ponte Lacerda em 1946, atualmente denominada de ponte Governador César Borges, teve início o bairro São Caetano, localizado no centro de uma zona das zonas mais populosas da cidade, a zona sul.

O bairro Miguel Calmon, mais conhecido como Góes Calmon, iniciou-se com a construção da ponte Miguel Calmon, em 1959, hoje ligando o centro tradicional aos bairros Conceição, Góes Calmon, Vitória, Zizo, Pedro Jerônimo, São Judas Tadeu, dentre outros.

A última ponte construída foi a ponte Calixto Midlej, inaugurada no final da década de 1980, apesar de ter as obras iniciadas cerca de 10 anos antes, sendo a única ponte que não liga o centro tradicional a um bairro, mas sim dois bairros — o Conceição ao Fátima. Esta ponte também articula fluxos entre o bairro Conceição e a Av. Juracy Magalhães, via de acesso à rodovia BR-415 no trecho entre Itabuna e Ilhéus. Além dessas, existe também uma ponte na rodovia BR-101, próximo ao cruzamento com a rodovia BR-415 no trecho entre Itabuna e Vitória da Conquista.

Desta forma, o rio Cachoeira apresenta-se enquanto um elemento relevante no processo de estruturação do espaço urbano em Itabuna. A consolidação inicial da concentração de atividades na margem esquerda do rio na parcela do tecido urbano que passaria a expressar a centralidade urbana a partir dos fixos e dos fluxos que se estabeleceram na área, apresentou um direcionamento do crescimento inicial do tecido urbano, o qual teve profundas relações com os limites de expansão definidos pelo rio.

Neste sentido, os primeiros bairros da cidade passam a se formar nas áreas contíguas ao centro e que proporcionavam que os fluxos e as interações entre as novas parcelas do

tecido urbano e o centro se realizassem de forma mais intensa. Os primeiros bairros, então, se concentram nas áreas contíguas ao centro que não possuem os limites aos fluxos e interações impostos pelo rio, essencialmente neste período inicial.

De qualquer forma, algumas ocupações se foram realizando na outra margem do rio, e pela proximidade com o centro se apresentavam como áreas de maior valor para a consolidação de bairros do que a ocupação de espaços para além dos bairros pericentrais que surgiam na segunda década do século XX. Por este prisma são criadas então as primeiras pontes da cidade, objetivando direcionar o crescimento do tecido urbano ao mesmo tempo em que se eram valorizados os fragmentos da cidade mais próximos ao centro.

A consolidação do centro e os limites impostos pelo rio foram, portanto, definindo padrões socioeconômicos de apropriação das áreas pericentrais, direcionando a apropriação dos grupos e camadas sociais de baixa renda nas áreas que se constituiriam periféricas, limítrofes aos bairros pericentrais da margem esquerda do rio.

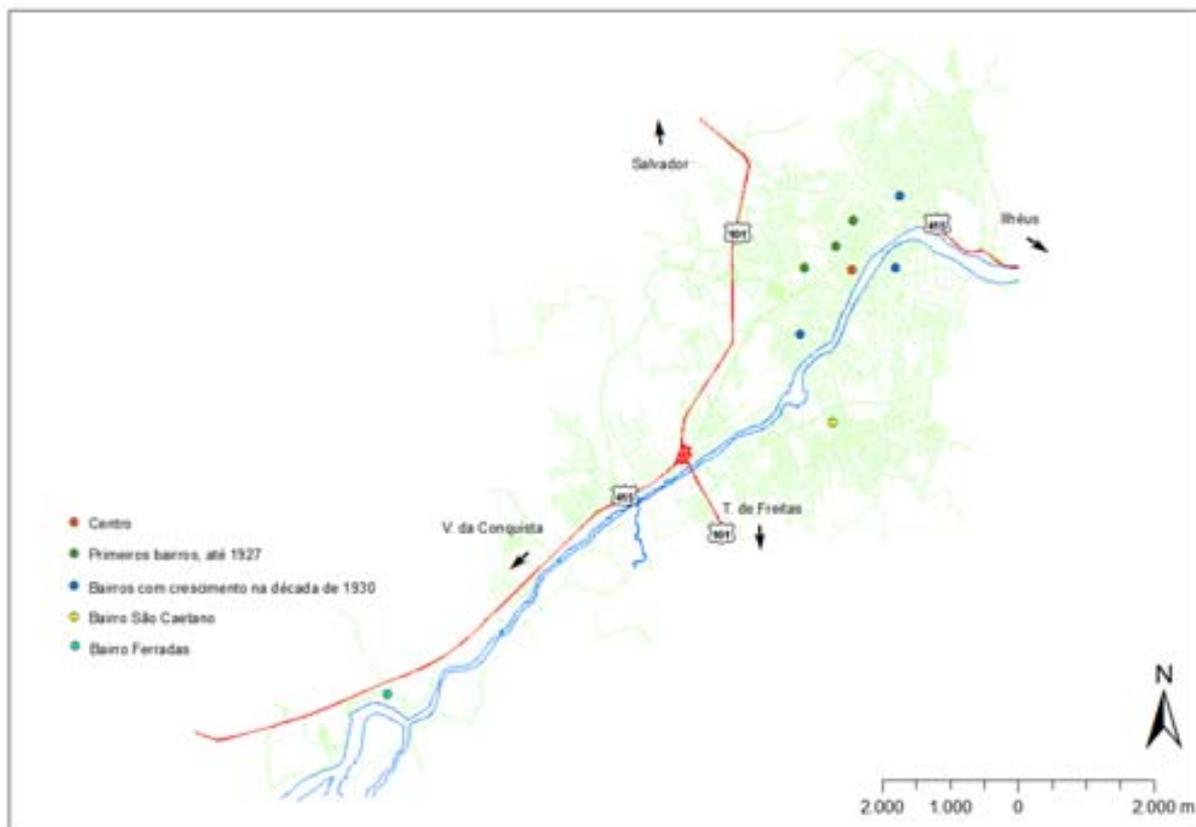
A estruturação econômica municipal sustentada na lavoura cacaeira impeliu a ocupação de áreas para a produção agrícola em espaços mais ou menos imediatos com o centro. Contudo, a existência de fazendas nos espaços contíguas ao centro apenas possibilitou a ocupação urbana a partir da transformação destas em loteamentos, processo iniciado na década de 1930 e propiciado pelo incremento populacional registrado no município decorrente da ascensão econômica.

O direcionamento da ocupação e produção do espaço urbano em Itabuna apresenta uma forma que se estabelece a partir do desenho do tecido urbano (*ver Mapa 11*) que denota a relevância de outras variáveis que devem ser observados. A primeira delas é o crescimento da cidade em sentido nordeste nas proximidades da rodovia entre Itabuna e Ilhéus, iniciada com a criação do bairro de Fátima, constituindo uma das zonas mais populosas da cidade.

A construção da BR-101 estimulou a ocupação de áreas contínuas à rodovia, essencialmente no entroncamento com a rodovia BR-415, com a criação de vários bairros entre o centro da cidade e o bairro Ferradas, no sentido à Vitória da Conquista. Além dessas, o rio também se apresenta enquanto elemento importante na definição da forma urbana de

Itabuna.

Mapa 11: ÁREA URBANA DE ITABUNA, 2008.



Fonte: Dados de pesquisa de campo.

Elaboração: Gilberto Alves de Oliveira Júnior, 2008.

A ocupação em sentido sul principiou-se com a criação do bairro São Caetano no ano de 1946, a partir do loteamento realizado em uma fazenda e da construção da ponte Lacerda. Esse bairro apresentou um acentuado crescimento populacional, impelido pelos investimentos nele realizados, tanto pelo poder público quanto pela iniciativa privada. Rocha (2005, p. 70), aponta que o crescimento do bairro se acentuou após “a construção do DNER, da Usina Elvetia que produzia derivados do cacau (hoje desativada), do Colégio Estadual de Itabuna

(CEI), do Estádio Luiz Viana Filho, da Vila Olímpica, do Batalhão da Polícia Militar e do Complexo Policial”.

De acordo com a autora, até a década de 1970 eram basicamente estas áreas que constituíam a mancha urbana da cidade de Itabuna (*ver Figura 3, p. 191*). A partir dessa década decorre um acentuado incremento populacional na área urbana, primeiramente pelo aumento na produtividade, na produção e no preço do cacau na década de 1970 — proporcionando alta lucratividade —, e posteriormente pelo decréscimo dos mesmos na década de 1980, que se agravaram drasticamente com a Vassoura de Bruxa, revelando a iminência de uma crise não mais provocada apenas pela alteração do preço do produto. Conforme já observado, esta crise desencadeou diversos problemas, sendo o mais significativo a migração dos trabalhadores desempregados para as cidades formando ou acentuando a formação de periferias de baixa renda.

Esse processo faz com que a urbanização em âmbito regional concretize uma transformação expressiva, notada com o incremento de população urbana mesmo com o decréscimo de população total na maioria dos municípios, além de expressar uma transformação na relação rural-urbano. Esta observada pelo desemprego no campo gerando um adensamento das periferias urbanas, e particularmente em Itabuna também com a modificação da base econômica de um produto agrícola para a diversificação em atividades predominantemente urbanas, modificando também a distribuição do emprego nos setores econômicos.

No momento mais agudo da crise, embora a migração rural-urbana tenha ocorrido em todos os municípios da região, nota-se que a centralidade constituída pela cidade de Itabuna funcionou como um elemento potencializador do estímulo à migração dos trabalhadores desempregados no campo, tanto do próprio município quanto de outros, na medida em que estes observavam a cidade-centro enquanto possibilidades de inserção no mercado de trabalho da dinâmica econômica urbana.

A elevada quantidade de migrantes na cidade formou uma grande reserva de “mão-de-obra” que, agravada pela baixa qualificação desses trabalhadores, revelou a impossibilidade de absorção da grande maioria dos migrantes ao mercado de trabalho formal. Tal fato gerou

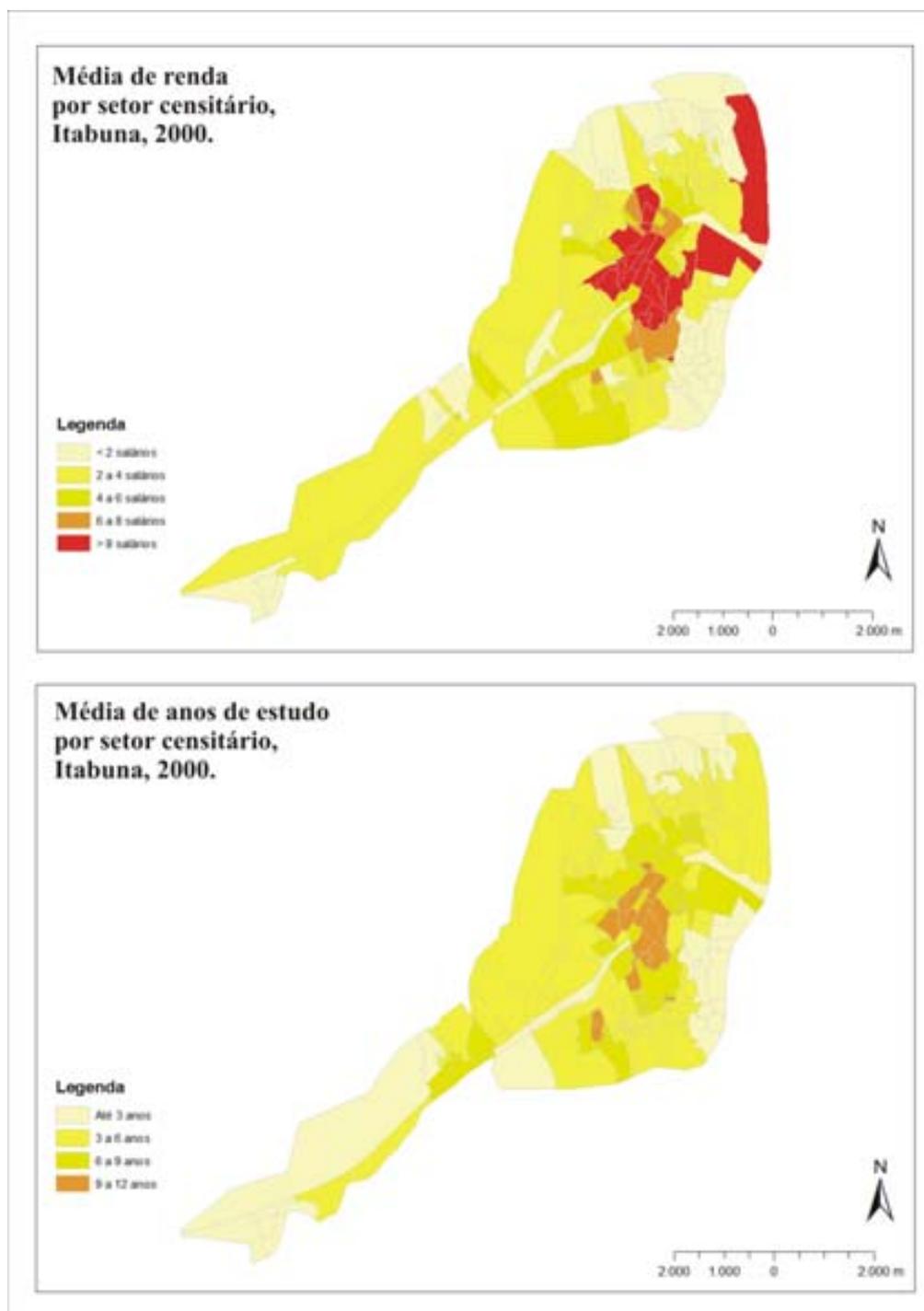
um processo de crescimento do desemprego na cidade, obrigando os desempregados e suas famílias a se instalarem em áreas precarizadas, sem infra-estrutura ou serviços básicos, acentuando o processo de favelização na cidade. Além disso, houve um constante crescimento do comércio de substâncias narcóticas e, por conseguinte, da marginalidade e da violência, essencialmente concentradas nas favelas e periferias de baixa renda e acompanhando o crescimento destas áreas.

Atualmente, de acordo com estudos da Organização dos Estados Íbero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI) publicados em Waiselfisz (2007), Itabuna é o segundo município baiano em porcentagem de homicídios pela população total, e o 152º quando observado todos os municípios brasileiros, com taxa média de 51,6 homicídios por 100.000 habitantes no período entre 2002 e 2004. Quando observada apenas a população jovem, com idade entre 15 e 24 anos, a taxa média do município cresce para 89,8 homicídios por 100.000 habitantes.

Conforme apontou Gilmar Alves Trindade³⁶, as periferias que apresentam os problemas mais graves vêm-se concentrando nos bairros das zonas sudeste, norte e noroeste da cidade (*comparar Figura 2, p. 187, com Figura 4*). Muitas dessas periferias encontram-se situadas em terrenos com alta declividade, fato que conjugado ao elevado índice pluviométrico do município (1.600mm) faz com que a circulação de pessoas e veículos se realize com extrema dificuldade, principalmente pelo volume de lama que se formam nas ruas e caminhos.

³⁶ Professor de Geografia Urbana da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC) em entrevista realizada em 29 de novembro de 2007.

Figura 4: MÉDIA DE RENDA E DE ANOS DE ESTUDO POR SETOR CENSITÁRIO EM ITABUNA, 2000.



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

Elaboração: Gilberto Alves de Oliveira Júnior.

Contudo, existem também as periferias situadas às margens do rio Cachoeira que com a incidência de elevados índices de precipitação concentrados em um curto período temporal tem sofrido com enchentes de grande proporção para essas comunidades, haja vista que estas comunidades constantemente têm sido levadas à situação de extrema pobreza material, quando despossuídos do pouco que havia em decorrência das enchentes (*ver Figura 5 - A e B*).

A essas condições de pobreza urbana, por vezes extrema, também se acrescentam demais problemas graves, a exemplo da moradia em construções precárias (*ver Figura 5 - A, B, C, D e E*), da falta de infra-estrutura ou serviços básicos, como calçamento das ruas, saneamento básico ou mesmo abastecimento de água.

Muitas vezes o acesso à infra-estrutura e serviços é dificultado pela subversão da lógica de ordenamento das ruas, constituindo ruas tortuosas ou mesmo caminhos estreitos destinados apenas à circulação de pedestres (*ver Figura 5 - C e D*). Tal fato, contudo, não exclui a ausência do poder público municipal na assistência básica a essas comunidades, evidenciando o pensamento e o planejamento fragmentado e seletivo da cidade, privilegiando as parcelas do tecido urbano cujo conteúdo é de interesse de investidores privados e das classes de média e alta renda.

Isso aponta para uma forte relação do poder público com o processo de estruturação urbana, direcionando investimentos e conteúdos às distintas parcelas do tecido urbano, realizando investimentos seletivos em parcelas com elevada valorização e interesse privado, em detrimento do interesse coletivo. Portanto, essa expansão de periferias de baixa renda e favelas “denunciam os efeitos da ocupação desordenada do solo urbano e de uma apropriação do espaço urbano altamente diferenciada pelos diferentes atores que vivem/sobrevivem na cidade” (TRINDADE, 2005b, p. 118).

Figura 5: REALIDADE SOCIAL NAS PERIFERIAS EM ITABUNA³⁷.



³⁷ Fotos A e B: Centro de Documentação e Memória Regional (CEDOC). Fotos C, D, E e F: Gilberto Alves de Oliveira Júnior, 2007.

Conforme observado em relação à breve extensão do tecido urbano em Itabuna, no processo de estruturação urbana muitas periferias de baixa renda se concentraram em áreas relativamente próximas ao centro tradicional e aos bairros pericentrais, o que revela um contraste visual na paisagem, possibilitando que da paisagem das periferias se observe também o centro tradicional, a concentração e a escassez urbana (*ver Figura 5 - F*), principalmente nas periferias das zonas norte e noroeste.

De qualquer forma, essas comunidades em situação de pobreza e miséria urbanas desenvolvem pequenas redes internas de solidariedade ou organizações comunitárias que objetivam a solução de problemas imediatos e a aplicação de ações para a valorização cultural, formação cidadã e profissional — com oficinas de dança, percussão, artes plásticas — e cursos pré-vestibulares³⁸ gratuitos. Contudo, essas ações são muito pontuais.

As pequenas redes internas de solidariedade funcionam na forma de construção de laços pessoais entre os moradores das comunidades. Elas se constroem principalmente a partir do uso de partes dos terrenos dos moradores para o plantio de frutas, legumes e verduras (*ver Figura 6 - A*) e possibilitam que a troca se realize de forma subversiva ao valor-de-troca, havendo um compartilhamento dos produtos cultivados nessa pequena rede estabelecida que consubstancia uma vida cotidiana permeada por laços afetivos e solidariedade, impossibilitando que essas comunidades se tornem mais pobres do que a pobreza material impõe aos seus moradores.

O cultivo e a troca desses produtos revelam também a permanência de relações dos moradores com a terra, uma vez que muitos desses foram trabalhadores das fazendas da região, ou são descendentes de trabalhadores do campo. Por outro lado, a pobreza material dessas comunidades faz com que a criação de animais para subsistência revele um grave problema, evidenciado na constante circulação de bovinos, suínos e caprinos nessas áreas periféricas que se alimentam de lixo (*ver Figura 6 - B*), muitas vezes disposto em meio à circulação de pessoas, assim como esgoto a céu aberto, tendendo a provocar recorrentes problemas de saúde.

³⁸ Um exemplo dessas organizações é o Projeto Encantarte, com atuação no bairro Maria Pinheiro, situado na zona sudeste da cidade de Itabuna. Maiores informações sobre o projeto podem ser encontradas em: <<http://www.encantarte.org.br>>. Acessado em 04/02/2008.

Figura 6: CULTIVO DE PRODUTOS E CRIAÇÃO DE ANIMAIS PARA SUBSISTÊNCIA E TROCA SOLIDÁRIA NAS PERIFERIAS EM ITABUNA³⁹.



Embora volumosas, densas e com profundos problemas sociais, essas periferias não têm colocado em prática o poder político latente que poderiam desenvolver, terminando por serem tratadas pelo poder público municipal com evidente descaso, como o lugar dos mais pobres. Nesta direção, Trindade (2005b, p. 118-119) aponta que:

em Itabuna ainda é incipiente a tendência de as pessoas se organizarem a partir do bairro em que moram, entretanto, mesmo que timidamente, já se percebe a presença de moradores e líderes comunitários denunciando em jornais locais as condições de precariedade do lugar em que vivem. Em contrapartida, o poder público, constituído pelo Executivo e Legislativo Municipais, não tem demonstrado interesse efetivo com os diferentes segmentos sociais que fazem uso da cidade, não tem criado um sistema de informação que possibilite a participação efetiva dos moradores na gestão do espaço urbano local, levando em conta a experiência que cada um tem com a cidade a partir da concretude das relações socioespaciais na escala do bairro.

Decerto que esse processo histórico de privilégios de algumas áreas seletas da cidade

³⁹ Fotos A e B: Gilberto Alves de Oliveira Júnior, 2007.

para investimento público e privado concentrados não ocorre apenas em Itabuna. Contudo, é evidente que a concentração na cidade atinge níveis extremos e aponta para a necessidade de debate da formação da principal parcela do tecido urbano em termos de concentração e valorização, e os planejamentos e ações do poder público e da iniciativa privada no sentido de inserir equipamentos e artefatos em outros fragmentos da cidade enquanto forma de aprofundamento da concentração no espaço.

Essas áreas estão atreladas às estratégias locacionais dos novos investimentos, à valorização da terra urbana e o conseqüente direcionamento do consumo do espaço através do mercado imobiliário, tendendo muitas vezes à formação de novas expressões de centralidade, inserindo no espaço novos processos territoriais, práticas sócioespaciais e formas de reprodução e acumulação do capital.

De qualquer forma, ao ignorar a cidade enquanto uma totalidade e pensar a cidade estritamente de forma fragmentada, o poder público e a iniciativa privada produzem discursos de modernização, desenvolvimento e geração de emprego e renda para a população, fazendo com que a estrutura ideológica se manifeste na relação das pessoas com o espaço, “naturalizando” as contradições e velando as reais formas de realização dos processos.

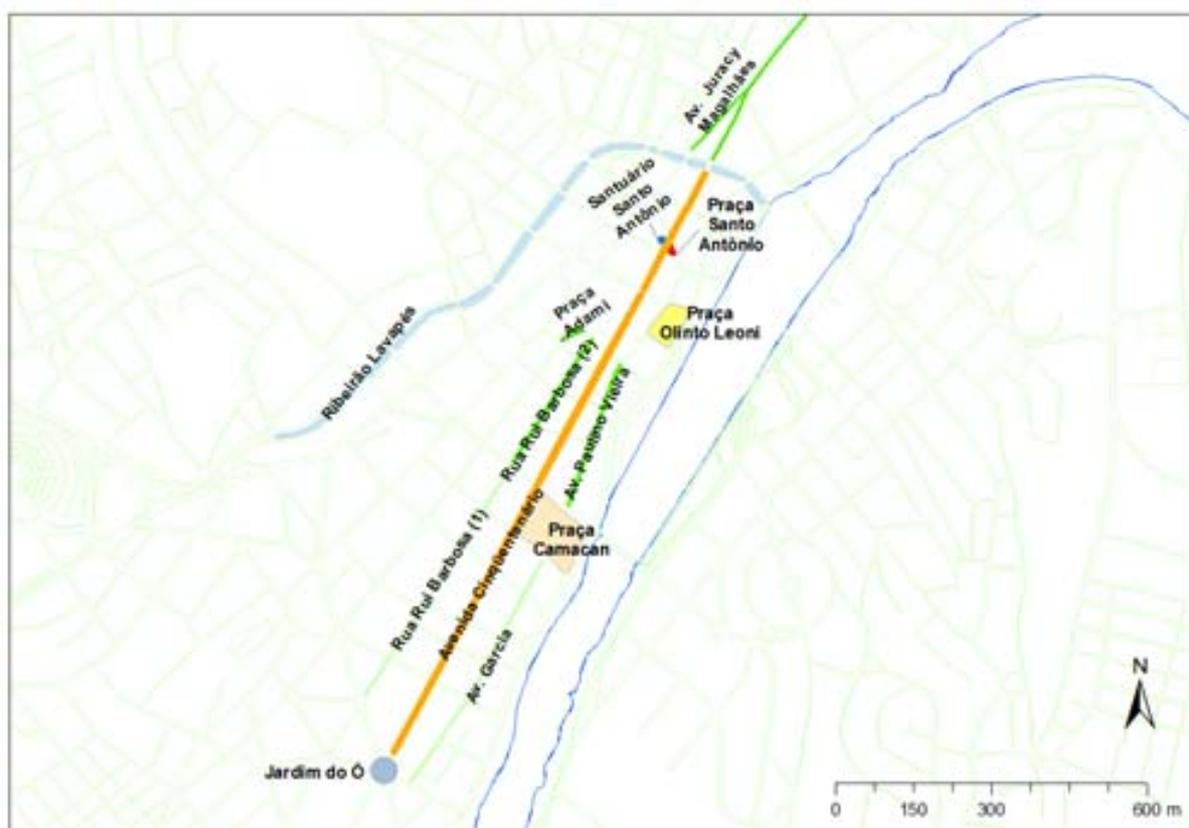
A partir desse prisma, é necessário desvelar o planejamento desenvolvido no âmbito do poder público municipal resultando na atração de investimentos e direcionamento da produção e valorização do espaço urbano, para a análise do processo de criação de novas expressões de centralidade, do aprofundamento da concentração e da escassez na redefinição do que é ou não central na cidade.

Da mesma forma, apreender as imposições dos ícones da modernidade instalados pela iniciativa privada na vida cotidiana na cidade através das contradições do discurso de desenvolvimento com a concretização de novas formas de subsunção do homem ao capital, bem como os novos processos territoriais inter e intra-urbanos que acentuam a concentração e a pobreza urbana.

6.3. Formação do centro tradicional da cidade de Itabuna

De acordo com alguns autores, dentre eles Andrade, M. (2005) e Rocha, L. (2000), a Avenida Cinqüentenário (*ver Mapa 12*) compreende a principal via de circulação, concentração de fluxos diversos e de atividades de comércio e serviços no centro tradicional de Itabuna. A partir desta avenida e das ruas e avenidas que são a ela paralelas e transversais é formado a área que compreende o centro tradicional da cidade.

Mapa 12: ELEMENTOS PARA COMPREENSÃO DA FORMAÇÃO DO CENTRO TRADICIONAL DE ITABUNA.



Fonte: Dados de pesquisa de campo.

Elaboração: Gilberto Alves de Oliveira Júnior, 2007.

Por ser a Avenida Cinqüentenário, também, uma das vias mais antigas da cidade e, notando-se que a partir do processo histórico que compreende a produção do espaço urbano em Itabuna esta avenida apresenta-se com acentuado destaque de concentração de fixos e fluxos — essencialmente a partir do ano de 1960 quando concluída como se encontra atualmente, partindo do Jardim do Ó ao canal Lavapés, ligando-se à Avenida Juracy Magalhães —, desponta a possibilidade de discussão da formação do centro da cidade de Itabuna e das suas expansões e limites a partir do próprio histórico da avenida.

Nesta direção, a Avenida Cinqüentenário é uma das mais antigas ruas da cidade de Itabuna e hoje se expressa como a mais importante via de circulação do centro tradicional da cidade. Na área do centro tradicional, a Avenida concentra as principais funções de comércio e serviços, além do fluxo de pessoas, automóveis, capital, mercadorias, etc.

No ano de 1901 a Avenida Cinqüentenário compreendia praticamente uma pequena parte da sua extensão atual, partindo de uma lagoa existente onde hoje se encontra localizada a praça Adami (*ver Mapa 12*), sendo considerada uma alternativa para os que se encaminhavam à sede do Conselho Municipal em épocas de cheias do rio Cachoeira, posto que a rua da Areia, nestes períodos, encontrava-se submersa. Neste trecho encontra-se a praça Santo Antônio, que se localiza em frente ao santuário Santo Antônio. A praça foi construída em 1910, sendo construído em 1944, em seu centro, uma herma do fundador da cidade, Firmino Alves, em cuja base encontra-se uma planta da cidade à época.

O trecho que compreende o restante da extensão da Avenida atualmente, entre o Jardim do Ó e a praça Adami, era conhecido como rua da Lama, na qual inexistia calçamento. Esta rua era cortada por dois riachos que partiam de áreas mais elevadas, sendo que, nos períodos chuvosos havia uma imensa dificuldade para o fluxo de pessoas e veículos.

Em 1912 esta área foi alvo de um projeto urbanístico, cuja execução promoveu a retirada de casebres e entulhamento de brejos, passando este trecho a denominar-se no período de rua Sete de Setembro. O restante da atual Avenida era denominada de rua do Buri, posteriormente rua J. J. Seabra, que com o passar do tempo “foi abrigando cada vez mais construções que alojavam pensões, depósitos de cacau, armazéns e casas de meretrício” (ROCHA, L., 2000, p. 107). O centro da cidade, à época, era constituído pelas vias paralelas à

rua J. J. Seabra, sendo delimitado pelo rio Cachoeira e o canal Lavapés.

Na década de 1950 elaborou-se um projeto que objetivava alargar a rua J. J. Seabra para transformá-la, definitivamente, na principal via do centro da cidade. Neste sentido, fez-se necessário fundir a rua J. J. Seabra com a rua Sete de Setembro para que a via a ser criada pudesse servir também como relevante para circulação interurbana.

Para tanto foi realizado o recuo de construções e derrubaram-se casas que se localizavam após a Igreja de Santo Antônio para que a rua pudesse prosseguir até o canal Lavapés e assim ligar-se à Juracy Magalhães, que se constitui na principal via de acesso à BR-415 em direção ao município de Ilhéus.

A conclusão das obras ocorreu no ano de 1960, que marcava os 50 anos de emancipação da cidade de Itabuna. Assim, neste ano, todo o trecho que compreende o Jardim do Ó ao canal Lavapés passou a ser denominado de Avenida Cinqüentenário.

Neste período na Avenida se encontravam casas comerciais bastante simples, normalmente bazares nos quais era possível encontrar os mais variados produtos. Nela, os comícios políticos passaram a se realizar, bem como os desfiles cívicos e o carnaval. Desta forma, a Avenida Cinqüentenário passa cada vez mais a se constituir, a partir da década de 60, na principal via do centro da cidade de Itabuna.

No trecho que corresponde à praça Santo Antônio ao canal Lavapés, que se encontra paralelo à antiga rua da Areia, outrora principal via da cidade, encontram-se as edificações mais antigas da Avenida Cinqüentenário. Muitas casas comerciais que se aproveitaram das construções destinadas às funções residenciais, algumas, inclusive, sem verticalização (*ver Figura 7 - A*), adaptando assim a função comercial a estas formas espaciais não projetadas para o atendimento dessas finalidades.

Figura 7: ATIVIDADES COMERCIAIS NO TRECHO FINAL DA AVENIDA CINQUENTENÁRIO, ITABUNA, 2007⁴⁰.



⁴⁰ Fotos A, B e C: Gilberto Alves de Oliveira Júnior, 2007.

Tal fato demonstra que, embora a cidade de Itabuna desempenhe um papel de pólo de comércio e serviços na Região Sul da Bahia, sendo a Avenida Cinquentenário a via que se constitui como seu principal núcleo de atração congregando funções e fluxos no centro tradicional, esta perspectiva econômica que se acentua efetivamente após a crise da economia fundamentada na monocultura da agricultura cacaueteira não foi capaz de criar novas formas por toda a extensão da Avenida. Isso faz com que as formas mais novas, ou mesmo as mais eficazmente reformadas e adaptadas, se distribuam desigualmente pela avenida, o que aponta também para a observação de um notório desnível de fluxos na extensão da Avenida Cinquentenário, na medida em que as principais atividades se concentram em determinado fragmento da avenida.

Esses fluxos diferenciados permitem a divisão da avenida em três trechos (*ver Mapa 13*) com determinadas especificidades que são perceptíveis também no entorno imediato dos mesmos, principalmente nas vias paralelas: o primeiro trecho estende-se do Jardim do Ó à Praça Camacan; o segundo segue deste ponto até a altura da praça Olinto Leoni; o terceiro, por seu turno, segue deste ponto até o canal Lavapés, onde a Av. Cinquentenário encontra-se com a Av. Juracy Magalhães (*ver Figura 7 - B*).

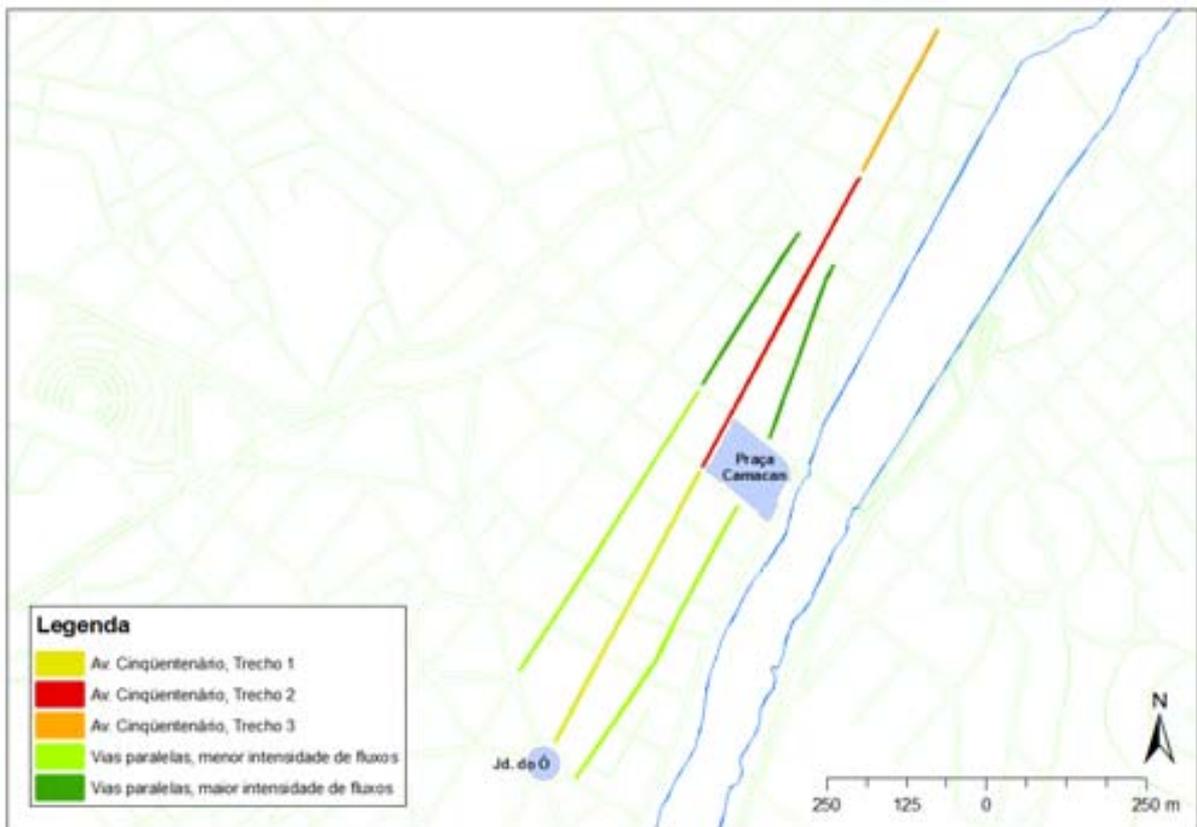
No trecho final da Avenida, destaca-se, na praça Santo Antônio, a sorveteria Danúbio Azul — cuja inauguração data da década de 60 quando substituiu um bar que ocupava aquele espaço — que há poucos anos passou por uma ampla reforma. Antes esta possuía a estrutura não diferente de uma casa em algum bairro residencial da cidade, sem verticalização. Sua reforma passou a atrair ainda mais os adolescentes e jovens a se reunirem neste ambiente, sendo mais convidativo às relações da população de classe média da cidade, essencialmente desta faixa etária.

Ao final da Avenida, na esquina com o canal Lavapés, ao lado direito, encontram-se, após pequenos comércios de escala local, dois hotéis, nos quais no andar térreo situam-se também comércios locais. Frente a estes se encontra um terreno vazio, sem construção, como também encontrado há pouco tempo no início da Avenida, logo após o Jardim do Ó.

A maior presença de comércios locais impõe uma dinamicidade média a este trecho, dinâmica também observada nas vias paralelas ao trecho, no qual os fluxos podem ser

considerados médios por também este trecho ser limítrofe à avenida Juracy Magalhães que, conforme já observado, é a principal via de acesso à BR-415 em sentido à cidade de Ilhéus, e na qual se instalaram, essencialmente a partir da década de 80, comércios de produtos eletroeletrônicos, revendedoras e distribuidoras de veículos, lojas de materiais de construção e acabamento, dentre outras atividades. Contudo, a presença de uma das agências do Banco Bradesco (*ver Figura 7 - C*) neste trecho da avenida é fundamental para um constante índice de fluxos durante a maior parte do horário comercial.

Mapa 13: TRECHOS DA AVENIDA CINQUENTENÁRIO E DIFERENÇAS NA DINÂMICA DO CENTRO TRADICIONAL DE ITABUNA.



Fonte: Dados de pesquisa de campo.

Elaboração: Gilberto Alves de Oliveira Júnior, 2007.

No trecho inicial, do Jardim do Ó à praça Camacan, percebe-se, principalmente nas duas primeiras quadras, uma forte função residencial em sobrados onde no térreo situam-se pequenos estabelecimentos comerciais ou serviços como escritórios de advocacia, laboratórios e gráficas. Neste trecho, as ruas paralelas à Avenida Cinquentenário possuem, quase que exclusivamente, função residencial, e para o atendimento aos moradores da área observa-se na Avenida algumas funções que muitas vezes denotam áreas com aparência muito próximas aos subcentros dos bairros residenciais na cidade, com a presença de padarias, botecos, mercadinhos, açougues e casas (*ver Figura 8 - A e B*).

Contudo, nas duas primeiras quadras deste trecho destaca-se a Indiana Veículos, concessionária da Ford, alocada no prédio onde antes se situava a Oduque Veículos, antiga concessionária de veículos, que esteve durante vários anos durante a década de 1990 com as portas fechadas.

Na esquina com o Jardim do Ó existia também uma concessionária de veículos, a Fonape, que foi adquirida pela Igreja Universal do Reino de Deus e logo depois foi demolida. Hoje, constitui um terreno sem construção. Frente a este, situa-se um posto de gasolina, num importante ponto de articulação do centro tradicional da cidade com o bairro São Caetano através da ponte que hoje se denomina Governador César Borges, após a reforma que duplicou suas pistas durante o mandato do prefeito Fernando Gomes, entre 1996 e 2000, hoje novamente prefeito, no seu quarto mandato no município.

Ainda são observadas algumas lojas de móveis e eletro-domésticos neste trecho (*ver Figura 8 - C*), que substituem lojas que possuíam a mesma atividade na década de 1990 e posteriormente fecharam as portas. Atualmente encontra-se em finalização a construção de uma nova unidade da Igreja Universal do Reio de Deus (*ver Figura 8 - D*), que com a sua inauguração pode conceder uma maior dinâmica de fluxos neste trecho inicial, que se denota também pelo porte da obra.

Figura 8: USO DO SOLO NO TRECHO INICIAL DA AVENIDA CINQUENTENÁRIO, ITABUNA, 2007⁴¹.



Na esquina com a praça Camacan (*ver Mapa 13*) situa-se uma agência do Banco do Nordeste, onde antes funcionava uma agência do Banco do Brasil. Na praça observa-se um espaço destinado aos trabalhadores informais, onde se agrupam diversos Camelôs (*ver Figura 9 - A, B e C*) oferecendo vários produtos, principalmente eletrônicos, CDs, DVDs, calçados e roupas, essencialmente para consumo das camadas populacionais de baixa renda.

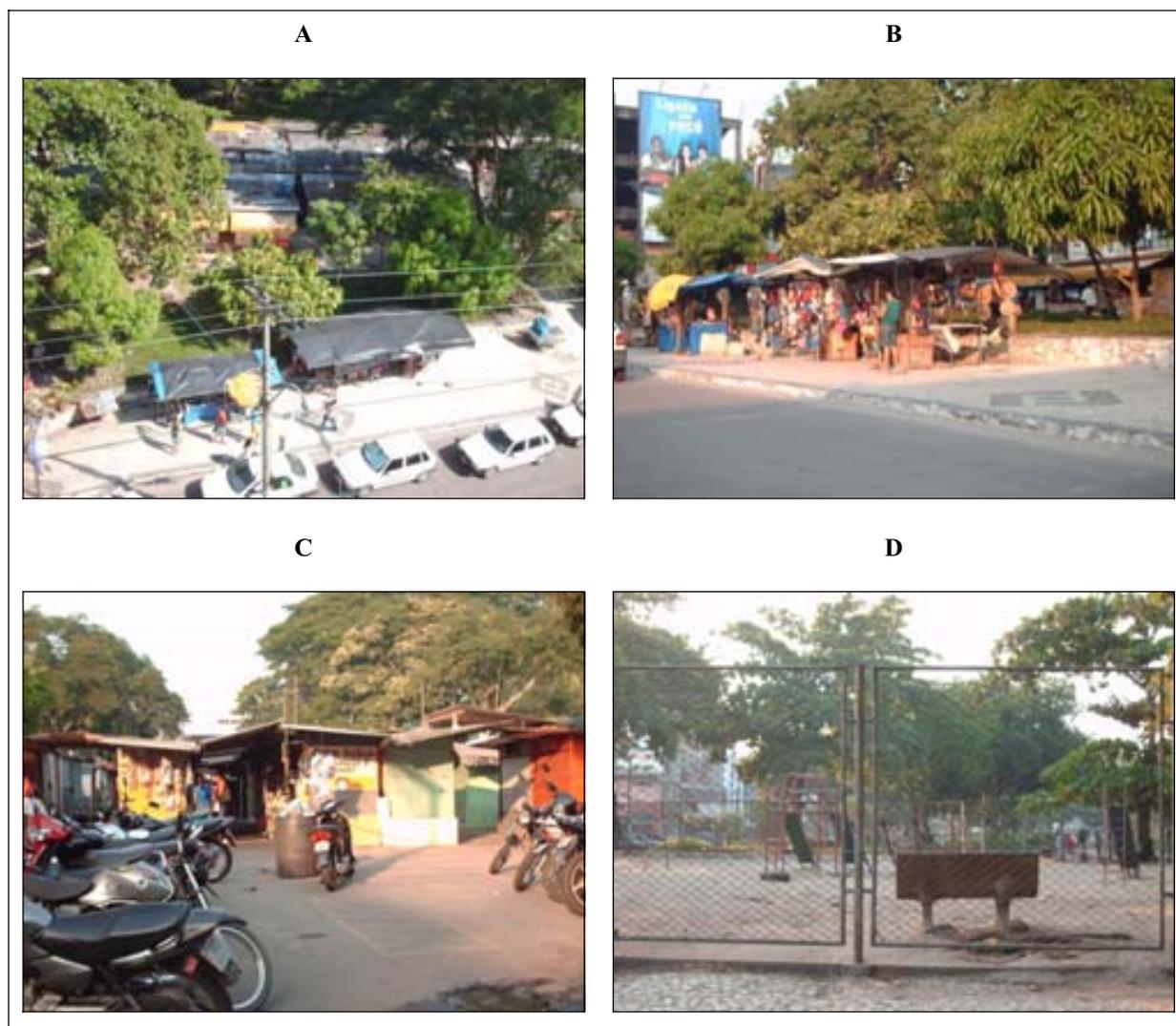
⁴¹ Fotos A, B, C e D: Gilberto Alves de Oliveira Júnior, 2007.

Contudo, a inserção dos trabalhadores informais na praça não supriu às expectativas e necessidades de fluxo de pessoas e venda de mercadorias. Assim, muitos boxes encontram-se fechados (*ver Figura 9 - C*), e esses trabalhadores procuram inserir pequenas barracas improvisadas nas calçadas do trecho mais dinâmico da avenida, ou mesmo em locais da praça externos ao espaço dos boxes (*ver Figura 9 - A e B*). A praça possui ainda um bar e restaurante, um movimentado ponto de ônibus — para as pessoas que se destinam do centro aos bairros das zonas sul e sudeste da cidade — e um espaço de diversão infantil (*ver Figura 9 - D*), contudo subutilizado e mal conservado.

Destaca-se, também, neste trecho da avenida, o edifício em que se localiza o Itabuna Palace Hotel, destinado camadas sociais mais abastadas, bem como no limite deste trecho, ao lado esquerdo, encontra-se o edifício Cabral, em cujo térreo encontram-se diversas atividades comerciais, e nos seus andares distribuem-se serviços diversos como: escritórios de contabilidade, advocacia, clínicas médias, etc.

Entretanto, este trecho inicial constitui-se como o de menor dinamicidade da Avenida, com pouca expressividade de fluxos (a não ser de veículos, pela própria relevância da avenida para a circulação na área central), sendo uma característica notória a predominância de função residencial nas ruas e avenidas paralelas.

Figura 9: UTILIZAÇÃO DOS ESPAÇOS NA PRAÇA CAMACAN, ITABUNA, 2007⁴².



Ultimamente, com a cobrança de estacionamento em diversas áreas do centro tradicional, essas vias apresentam um elevado volume de veículos estacionados pela inexistência da cobrança (*ver Figura 10 - A e B*). De qualquer forma, por se encontrarem na área de abrangência do centro tradicional, alguns prestadores de serviços e comércios de pequena expressão se localizam nessas vias, denotando serem atividades de baixa

⁴² Fotos A, B, C e D: Gilberto Alves de Oliveira Júnior, 2007.

rentabilidade e que, portanto, não podem dispensar das quantias mais elevadas dos alugueis em outras áreas do centro.

No trecho mais movimentado da Avenida a imensa maioria dos comércios mais tradicionais da cidade, a nível local, foram substituídos por filiais de empresas de capital não local. Portanto, grande parte das empresas de capital local foram deslocados para os outros dois trechos e nos seus lugares foram instalados empresas comerciais de escala estadual e/ou nacional.

Neste trecho, a função residencial encontra-se muito restrita, inclusive nas vias paralelas à Avenida, a rua Rui Barbosa e a Avenida Paulino Vieira, de grande fluxo de pessoas devido ao forte comércio. Porém, são observados sobrados ou mesmo prédios nos quais, excetuando-se o térreo, apresentam função residencial ou mista com atividades de serviços. Isso representa as próprias alterações funcionais pela qual sofreu a Avenida no decorrer da história da cidade.

Figura 10: VIAS PARALELAS AO TRECHO INICIAL DA AVENIDA CINQUENTENÁRIO, ITABUNA, 2007⁴³.



⁴³ Fotos A e B: Gilberto Alves de Oliveira Júnior, 2007.

Contudo, embora a considerável concentração de fluxos neste trecho, cumpre observar que uma grande parte das construções data de décadas anteriores à de 1980. Assim, percebe-se que a partir da crise da agricultura cacaueteira com a estagnação econômica — que, por conseguinte, constitui no município e na região também uma estagnação demográfica, e, mesmo com o elevado processo de urbanização, pelo qual atualmente mais de 97% da população do município se encontram em áreas urbanas —, as edificações presentes na Avenida pouco sofreram alterações significativas ou foram destruídas e outras reconstruídas no seu lugar.

As construções datam das décadas de 60, 70, algumas da década de 80. Poucas são as formas que atingem uma verticalização superior a 4 (quatro) andares por toda a Avenida, e, acima dos estabelecimentos comerciais, que se localizam no térreo dos prédios e sobrados, encontram-se residências ou escritórios cuja aparência externa remete a certo desleixo, sendo na sua imensa maioria sujos e mal conservados, o que lhes imputa uma aparência de construções mais antigas do que são em verdade (*ver Figura 11*).

Assim, é notório para os que caminham pela Avenida que as novas funções se adaptaram e assumem formas, em sua imensa maioria, pretéritas, por vezes com pequenas reformas que objetivaram a adaptação destas as novas funções que sobre elas se fixaram. No decorrer da década de 1990 o baixo percentual de empregos formais no setor de construção civil, além do incipiente número de empresas do setor instaladas no município, são dados que expressam a reutilização de edificações pretéritas na cidade.

No final do trecho mais dinâmico da avenida, em área de transição para o último trecho, merece destaque o edifício Comendador Firmino Alves, inaugurado no ano de 1953, na esquina com a praça Adami, possuindo em sua lateral com esta um mural que representava a colheita, comércio e exportação do cacau. Este edifício abrigou inicialmente ao banco Econômico da Bahia. Neste edifício, atualmente, situa-se no térreo uma loja do grupo Insinuante, cuja atividade principal é de comércio de móveis e eletro-domésticos. Nos seus andares superiores localizam-se escritórios diversos, cujo acesso ainda é realizado por um elevador bastante antigo, provavelmente da época em que o edifício foi inaugurado.

Figura 11: MÁ CONSERVAÇÃO DOS ANDARES SUPERIORES NOS PRÉDIOS E SOBRADOOS NA AVENIDA CINQUENTENÁRIO, ITABUNA, 2007⁴⁴.

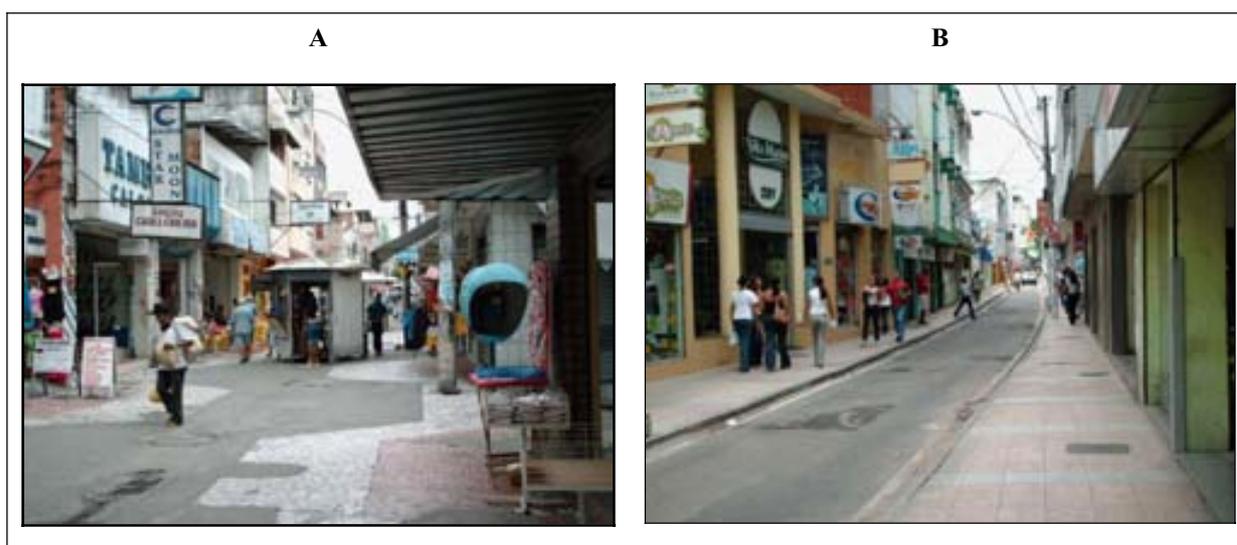


⁴⁴ Fotos A, B e C: Gilberto Alves de Oliveira Júnior, 2007.

Em frente a este edifício se encontra uma agência da Caixa Econômica Federal, num edifício que foi completamente reformado no final da década de 1990 para aloca-la, assim como outras agências deste banco situadas na praça Camacan e no primeiro trecho da Avenida Cinquentenário. Contudo, tal fato ao contrário de expressar um certo vigor econômico, reafirmam a baixa atividade da construção civil na área central, posto que estas modificações compreendem uma alteração física a nível nacional promovida pelo referido banco, não endossando um movimento geral no centro tradicional da cidade.

Esta maior intensidade de fluxos neste trecho da avenida resulta no forte uso comercial do solo urbano nas vias paralelas — o calçadão que compreende o trecho final da rua Rui Barbosa e a avenida Paulino Vieira (*ver Figura 12 - A e B*). De qualquer forma, apesar da proximidade, os segmentos de atividades que se concentram nessas vias e o público alvo difere consideravelmente, na medida em que a rua Rui Barbosa possui um maior volume de lojas e quiosques de produtos populares, e a avenida Paulino Vieira possui muitas boutiques, vendendo produtos de alta qualidade e preço destinado ao público de renda média e alta.

Figura 12: VIAS PARALELAS AO TRECHO DE MAIOR INTENSIDADE DE FLUXOS DA AVENIDA CINQUENTENÁRIO, ITABUNA, 2007⁴⁵.



⁴⁵ Fotos A e B: Gilberto Alves de Oliveira Júnior, 2007.

Conforme observado, apesar da Avenida Cinquentenário concentrar as principais empresas das atividades do setor na cidade de Itabuna, sua distribuição por toda a extensão da avenida é certamente heterogênea. Essa heterogeneidade se expressa com a possibilidade de identificação dos 3 (três) trechos supracitados, que são caracterizados principalmente pelo tipo e escala das atividades de comércio e serviços, a intensidade dos fluxos que estas atividades geram e mantém, além da verticalização das construções e a ocorrência de função residencial, tanto na Av. Cinquentenário quanto nas demais vias paralelas.

Embora o trecho inicial concentre as menores empresas da área, como também possua a maior função residencial quando comparada às demais e os fluxos mais inexpressivos da avenida, sua extensão equivale à praticamente metade da totalidade da Cinquentenário, entre o Jardim do Ó e a praça Camacan, denotando uma descaracterização das funções mais representativas da avenida. Desta forma, pode-se desenvolver uma impressão de que existiriam duas e não uma Cinquentenário, principalmente pela grande diferença no volume de fluxos e pela grande extensão representada por este primeiro trecho.

O segundo trecho caracteriza-se pela ocorrência de função residencial reduzida, portando uma maior quantidade de atividades de serviços nos andares superiores aos comércios, que são os de maior escala da avenida (regional e nacional), concentrando também a maior intensidade de fluxos.

O último trecho inicia-se na esquina com a Avenida Adolfo Maron e segue até o canal Lavapés, possui um fluxo intermediário de pessoas e veículos, apesar de concentrar comércios locais ou regionais e uma baixa verticalização. Diferencia-se do primeiro trecho, também, por unir-se à Avenida Juracy Magalhães — principal via de acesso ao município de Ilhéus, com a ocorrência de um considerável número de atividades de serviços — e não com bairros residenciais como no início da Cinquentenário, além de não possuir formas com função exclusivamente residencial, como algumas casas encontradas no primeiro trecho.

A Avenida Cinquentenário sempre foi reconhecida como uma via de expressiva importância para o centro e para a cidade de Itabuna, tanto no que tange à articulação com outras vias, como a Avenida Juracy Magalhães, quanto à concentração das principais atividades comerciais da cidade e uma ampla variedade de serviços.

Desta forma, observa-se que a Avenida foi constituindo-se historicamente nesta perspectiva, consolidando sua primazia para o município em variadas atividades do setor de serviços, bem como para os demais municípios da Região Sul da Bahia, essencialmente nas atividades de comércio, dado ao fato de Itabuna ser o maior pólo comercial da mesma. Neste sentido, por ser símbolo do comércio na cidade de Itabuna, a Cinquentenário é a avenida do centro tradicional que se enfeita em datas festivas, como o Natal e Ano Novo.

Esta concentração de funções de serviços e de fluxos desencadeia uma maior valorização das propriedades da área, sendo, por isso, também responsável pela menor função residencial das vias do centro de Itabuna, impelindo que a maioria das famílias que residiam nos andares sobre os comércios cedessem espaço para escritórios diversos, consultórios médicos, dentre outras atividades. Tal fato é, contudo, menos observado no trecho inicial da Avenida, no qual a quantidade de atividades de serviços observadas não é tão significativa, tendo, ainda, a maior concentração de comércios com menor expressão e o fluxo menos intenso, sobretudo de pessoas, mercadorias e capital.

Essa concentração de fluxos durante o horário comercial é um elemento motivador para a instalação de camelôs nas calçadas da avenida (*ver Figura 13 - A e B*) — muitos deles de forma notadamente improvisada —, que procuram se concentrar no trecho mais dinâmico da avenida para internalizar as externalidades provenientes do fluxo direcionado às atividades comerciais e de serviços deste trecho.

No que concerne aos fluxos, entretanto, excetuando-se o fluxo intenso de pessoas e veículos durante o horário comercial, conforme já mencionamos, nos demais horários e nos finais de semana, com o não funcionamento das atividades características da área, o que se observa é um baixo trânsito de veículos — que na verdade não se destinam para a Avenida, mas sim passam por ela para deslocar-se para outros locais da cidade —, conjugado a um igual ou até inferior fluxo de pessoas, dada a inexistência de atrativos para a população como atividades culturais e de lazer.

Figura 13: SITUAÇÃO DOS TRABALHADORES INFORMAIS NA AV. CINQUENTENÁRIO, 2007⁴⁶.



Nesta direção, nota-se que a Avenida possui um significado para as pessoas que está estritamente atrelado às funções que concentra apenas durante o horário comercial. A Av. Cinquentenário não se caracteriza, portanto, como um local de encontro de pessoas, o que também se observa em praticamente toda a área do centro tradicional. Excetuam-se alguns pontos isolados, como sorveterias, bares, pizzarias, dentre outras atividades cujo funcionamento destaca-se nos finais de semana e após o fechamento do comércio, mas é notória a ausência de áreas públicas capazes de propiciar atividades de lazer.

Pelo fato de possuir a maior intensidade de fluxos do centro da cidade, a Avenida Cinquentenário é o palco predileto das manifestações sindicais, populares e políticas, das passeatas, carreatas, ou mesmo dos desfiles em datas comemorativas, como a Independência do Brasil.

Neste sentido aponta-se que a Avenida Cinquentenário, como a área que concentra as principais atividades do setor de serviços em Itabuna, possui o papel de expressar o próprio

⁴⁶ Fotos A e B: Gilberto Alves de Oliveira Júnior, 2007.

vigor e possíveis instabilidades da/na economia do município, que se assenta atualmente sobre variadas atividades do setor, muito embora sejam perceptíveis as marcas deixadas na economia pela crise do cacau.

A exemplo disso, observa-se que no decorrer da década de 1990, com a inconstância da economia do município, há um grande número de empresas que foram à falência, fechando as suas portas na Cinquentenário. Outras empresas, que foram abertas e acabaram por fracassar, não perdurando por muito tempo, terminaram, inclusive, por deixar muitos espaços inutilizados durante um longo período, dando à avenida e, por conseguinte, à própria economia do município um aspecto de uma evidente apatia, e um regresso na dinâmica econômica.

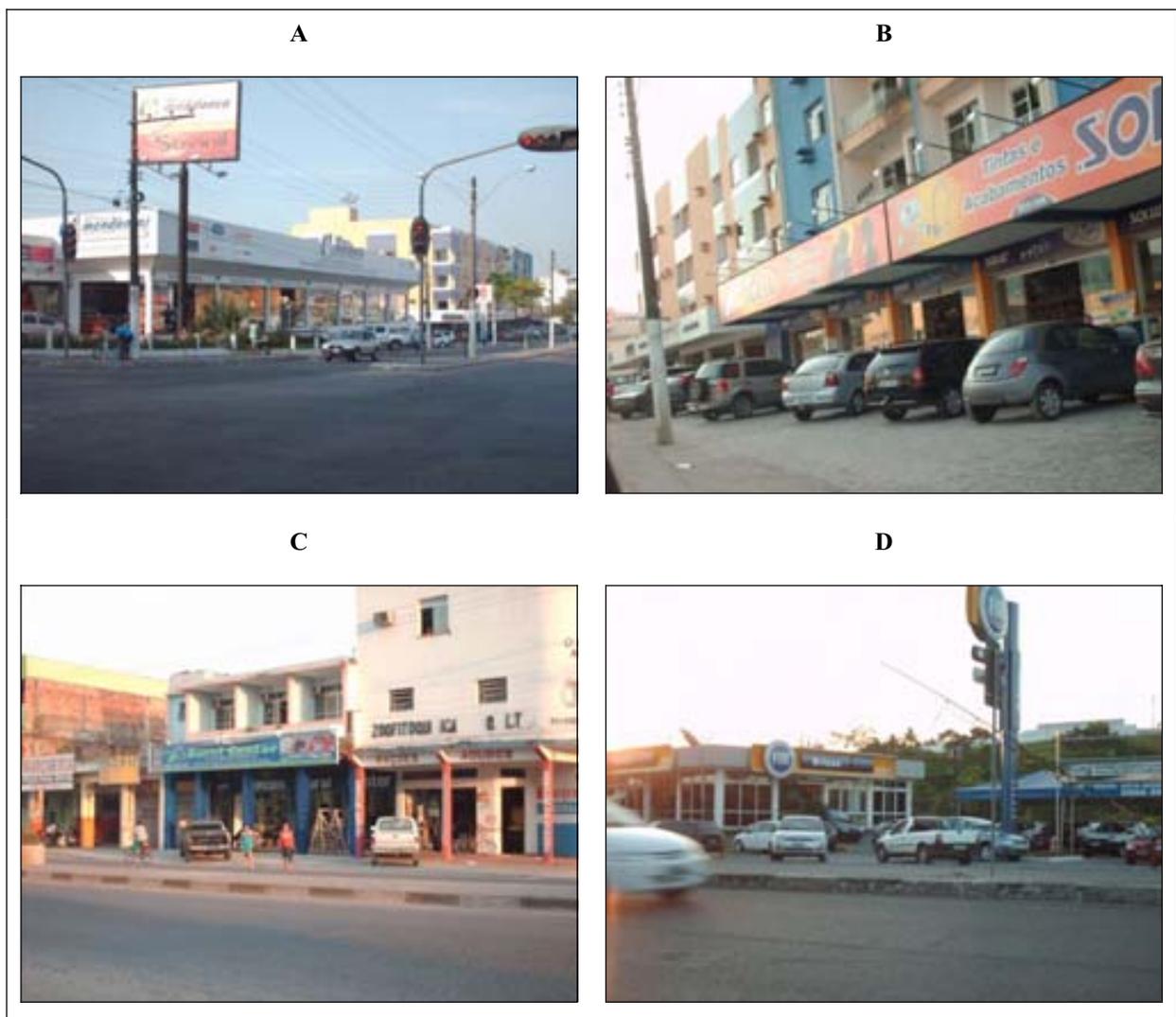
Contudo, devido ao adensamento de construções localizadas na área central, conjugado com o menor valor do solo em outras vias de circulação que historicamente se tornaram de considerável relevância, algumas atividades com dificuldade de se fixarem na área do centro tradicional da cidade (como concessionárias de veículos, empresas de materiais de construção, equipamentos agrícolas, dentre outras) passam a concentrar-se em áreas exteriores ao centro tradicional. Isso denota um processo de descentralização de determinadas atividades que, contudo, expressam uma baixa recentralização de fluxos. Acerca desta questão, depreende-se, conforme afirmação de Andrade, M. (2005), que:

até a década de 1980, o centro comercial de Itabuna era representado pela avenida Cinquentenário, pelas ruas Paulino Vieira, Rui Barbosa e adjacências. A partir daí, verifica-se uma intensificação na tendência à descentralização de alguns setores do comércio e de outros equipamentos que ficavam no centro tradicional, entre outros fatores, devido à dificuldade de circulação de transportes de carga e descarga (ANDRADE, M. 2005, p. 30).

Além da localização de atividades comerciais e de serviços na avenida Juracy Magalhães (*ver Figura 14 - A e B*), conforme já observado, a avenida Antônio Carlos Magalhães (*ver Figura 14 - C e D*) — por representar a principal via de articulação do centro

da cidade com a rodovia BR-101 e a rodovia BR-415 em sentido à Vitória da Conquista, possuindo um considerável fluxos de veículos, embora baixo de pedestres — passa a localizar diversas atividades de comércio e serviços para automotores, além de comércios de material de construção e de produtos agrícolas, principalmente após a inauguração da BR-101 na década de 1970.

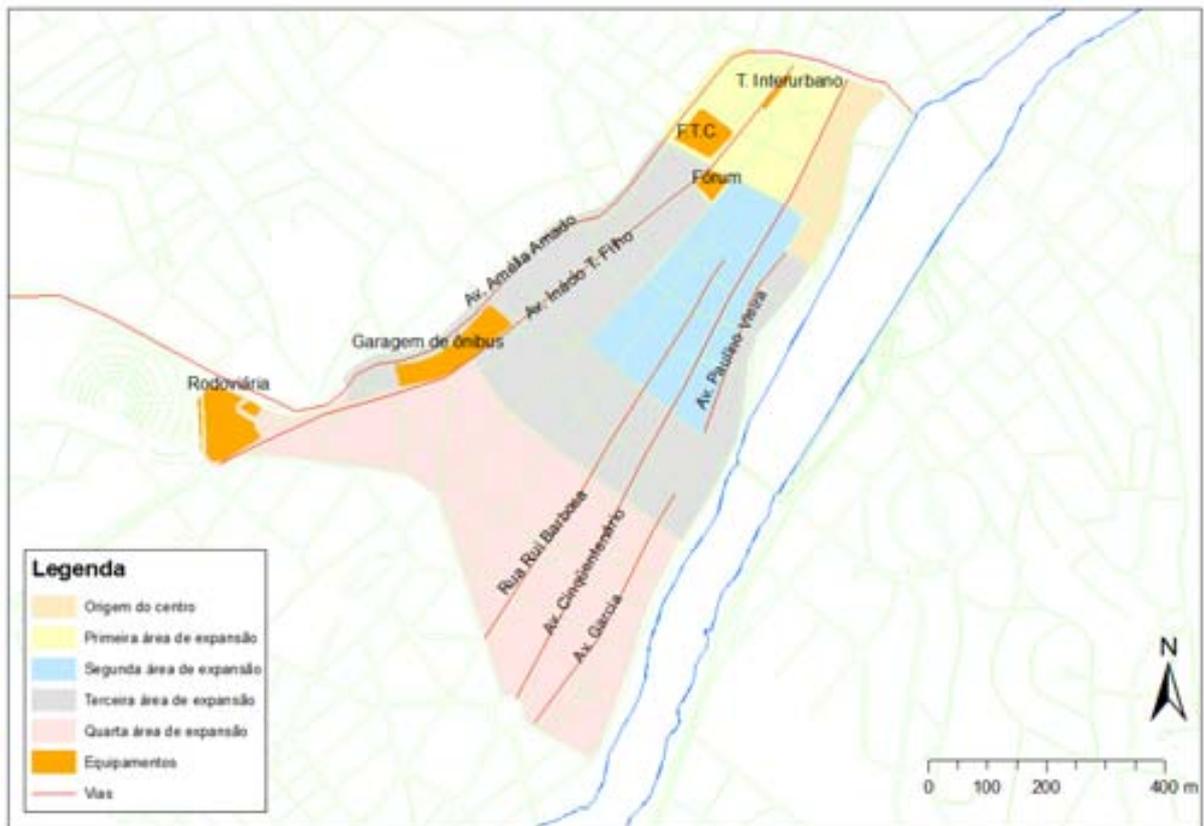
Figura 14: ÁREAS DE DESDOBRAMENTO DO CENTRO COM CONCENTRAÇÃO DE ATIVIDADES COMERCIAIS, ITABUNA, 2007⁴⁷.



⁴⁷ Fotos A, B, C e D: Gilberto Alves de Oliveira Júnior, 2007.

O processo de desenvolvimento da avenida Cinqüentenário, conjugadas à dinâmica dos seus trechos e das vias paralelas, bem como as áreas de desdobramento do centro tradicional, nos permitem realizar algumas inferências, embora sem dados históricos precisos, da processo de formação e expansão do centro tradicional de Itabuna (*ver Mapa 14*). Este processo analisado a partir dos fixos e fluxos e seus desníveis na área central propiciam apreender as áreas mais dinâmicas do centro e a relevância do que se encontra fixo no território para a concentração de fluxos.

Mapa 14: EVOLUÇÃO DO CENTRO TRADICIONAL DE ITABUNA.



Fonte: Dados de pesquisa de campo.

Elaboração: Gilberto Alves de Oliveira Júnior, 2007.

Desta forma, podemos considerar a origem do centro tradicional a área que

compreende a antiga rua da Areia, a praça Olinto Leoni e Santo Antônio e o trecho final da avenida Cinqüentenário, que concentra o maior fluxo nessa área. Atualmente, a praça Olinto Leoni também possui uma relevante intensidade de fluxos, principalmente dos pedestres que circulam pela avenida Paulino Vieira e pela presença de duas agências do Banco do Brasil.

A primeira área de expansão se iniciaria nas três primeiras décadas do século XX, encontrando-se limítrofe ao bairro Pontalzinho, denotando uma expansão do centro em direção aos primeiros bairros criados para além do núcleo central. Atualmente, o maior volume de fluxos dessa área se concentra na avenida Inácio Tosta Filho, nas intermediações do Fórum e da FTC, assim como no terminal interurbano localizado na área.

Definimos a segunda área de expansão a partir da reforma urbana que definiu a extensão da avenida Cinqüentenário, fazendo com que as atividades comerciais passassem a se concentrar nesta área, tanto na avenida Cinqüentenário quanto nas vias paralelas, mais notadamente na rua Rui Barbosa e avenida Paulino Vieira.

A terceira área de expansão se encontra contígua a área de maior concentração de fluxos do centro, contudo possui uma menor valorização, possibilitando que atividades comerciais e de serviços de menor expressão internalizem a proximidade com o centro. Nesta área encontra-se um trecho da avenida Amélia Amado no qual situa-se colégios, alguns galpões antigos que se transformaram em distribuidoras de produtos alimentícios, lojas de venda de veículos automotores, e comércios populares. Entre esta avenida e a avenida Inácio Tosta Filho encontra-se uma grande garagem de ônibus, fato que denota um baixo fluxo de pessoas pela ausência de concentração de atividades. No entanto, o fluxo de veículos é intenso nessas duas avenidas, e na avenida Inácio Tosta Filho nas proximidades da primeira área de expansão se encontra uma grande concentração de atividades comerciais e serviços.

A quarta área de expansão é uma área com forte uso residencial, inclusive na avenida Cinqüentenário e nas vias paralelas, possuindo baixa intensidade de fluxos, a não ser pela existência da rodoviária municipal e das vias de articulação com as zonas sul e sudeste da cidade, o que possibilita um intenso fluxo de veículos concentrado em algumas vias.

Embora havendo uma concentração de fixos e fluxos mesmo no interior da área

considerada como o centro tradicional, esta parcela do tecido urbano da cidade expressa um conteúdo que gera e mantém uma articulação com as demais parcelas. De qualquer forma, as demandas das periferias de baixa renda da cidade têm sido ignoradas pelo poder público municipal, que tem realizado um planejamento pontual em determinadas ocasiões, muitas vezes pela pressão da elite empreendedora, destinados ao incremento de investimentos e à revalorização da terra urbana na área central ou em fragmentos do tecido urbano de interesse das elites locais.

Por outro lado, como aponta Trindade (2005b), em ocasião de realização de planejamento que contemple todo o tecido urbano, os mesmos não resultam em intervenções práticas que contemplem as concretas necessidades da cidade, havendo uma dissociação entre o pensar e formular e a aplicação prática na cidade. O autor realiza comparações entre a teoria e a prática do planejamento em Itabuna exemplificando inicialmente a partir da Lei de Uso e Ocupação do Solo — Lei nº 1324, de 20 de dezembro de 1984 — que institui as diretrizes para a construção do Plano Diretor Urbano que não se realizou a época. A Lei 1324 delimitava, dentre outras, as áreas de urbanização preferencial e as áreas de urbanização restrita, estas últimas em decorrência de fatores como vulnerabilidade e proteção ambiental. Contudo, muitas ocupações, essencialmente de população de baixa renda, se instalam em áreas legalmente consideradas impróprias, como no exemplo do autor nas margens do rio Cachoeira em uma ocupação precária denominada de Bananeira, impelindo uma ocupação ilegal da terra urbana que, contraditoriamente à legislação estabelecida e em vigor, se amparam na prática da gestão do espaço urbano em Itabuna.

Desta forma, como enfatiza o autor, “se contraria o regulamentado no artigo 4º da referida lei, tanto que, contraditoriamente, existem até linhas de ônibus que ligam a Bananeira a outros lugares da cidade, oficializando, através da rede de transportes urbanos, a territorialidade insistentemente estabelecida ali” (TRINDADE, 2005b, p. 126). Apesar da considerada oficialização da ocupação considerada pejorativamente por face ideológica de “invasão”, essa comunidade, assim como muitas outras, persiste desamparada pelo poder público, residindo em moradias construídas improvisadamente com materiais de baixo valor de mercado que constituem os denominados “barracos”, sem infra-estrutura básica como

esgoto e mesmo sem banheiro nos domicílios⁴⁸. Nos períodos que antecedem as eleições municipais, contudo, é comum que candidatos procurem realizar melhorias pontuais nessas áreas, ou proferir promessas vagas a esse respeito, o que não tem se concretizado em reais melhorias das condições degradantes de vida dessas populações, que permanecem às margens dos efeitos práticos do planejamento urbano.

No outro extremo, por assim dizer, as elites são privilegiadas com a prática da gestão urbana principalmente através de planejamento determinado apenas a alguns fragmentos do tecido urbano que termina por antecipar e direcionar o crescimento urbano e a revalorização da terra urbana. Quando não privilegiadas diretamente, posto que pelo planejamento o espaço é adequado à imposição de forças hegemônicas resultando em investimentos que concretizam o planejamento fragmentado nesses e muitas vezes são alvo de investimentos de capitais externos à elite local, o são indiretamente através das externalidades produzidas por esses investimentos que consolidam a apropriação das parcelas valorizadas do tecido urbano pelas elites locais.

Como exemplo desse processo, conforme aponta Trindade (2005b), em Itabuna foi desenvolvido no decorrer da década de 1990 um projeto de intervenção urbana que ignora as demandas da totalidade da cidade, denominado de “Estratégia de Desenvolvimento de Itabuna – Área Central”, tendo como espaços de intervenção prática estritamente o centro tradicional e seu entorno imediato, direcionando o processo econômico-territorial de descentralização das atividades comerciais e de serviços e as parcelas do tecido urbano que seriam valorizadas e possibilitariam um processo de expansão urbana atendendo aos interesses das elites locais. O autor descreve algumas intervenções previstas no plano que foram concretizadas, dentre elas:

(1) emergência de novos espaços comerciais que atrairão e farão surgir, no entorno imediato do centro da cidade, edifícios para instalação de consultórios, escritórios, restaurantes, clínicas, lojas de departamentos, áreas de lazer, etc.; o que implicará em um novo dinamismo para algumas regiões da cidade, especialmente para a Avenida Aziz Maron, à margem direita do

⁴⁸ A situação de precariedade dessa comunidade em particular pôde ser constatada pelo autor durante aplicação dos questionários do Censo 2000, no qual foi recenseador dessa área da cidade.

Rio Cachoeira, local escolhido para instalação do *shopping center*, que causará ali grande metamorfose espacial; [...] (2) em contraponto ao movimento de modernização que caracterizará a Aziz Maron, ocorrerá um processo de descentralização das atividades comerciais mais sofisticadas que até recentemente se concentravam no Centro tradicional da cidade, posto que a Avenida Cinqüentenário abrigará um comércio cada vez mais popular, voltado para os consumidores de menor renda.

Esse processo territorial de descentralização planejado pelo poder público municipal aparentemente encontrou obstáculos imediatos na crise econômica regional, mas, entretanto, serviu de direcionamento para a valorização da terra urbana e a conseqüente especulação imobiliária, que se concretizou com a implantação de um importante equipamento na área estabelecida — o Jequitibá Plaza Shopping —, que, para além da descentralização territorial, impeliu um processo de recentralização no território.

O processo de descentralização territorial apresenta determinadas características que se constituem nas cidades médias, dentre elas o próprio crescimento do tecido urbano. Contudo, atualmente a descentralização nestas cidades também decorre da imposição de novas estratégias locacionais de vetores hegemônicos do capital, denotando similaridades e particularidades nos processos econômico-territoriais, mais notadamente na revalorização da terra urbana e na reestruturação do espaço intra-urbano. A instalação do Jequitibá Plaza Shopping aponta para a possibilidade de construção deste debate na cidade de Itabuna que, entretanto, deve ser consubstanciado historicamente com os movimentos territoriais de descentralização no espaço urbano, particularmente na constituição dos subcentros.

6.4. Descentralização e recentralização no espaço intra-urbano em Itabuna

O processo de (re)produção do espaço urbano engendra-se pautado, conforme já observado, em uma estreita relação com o processo de (re)estruturação, tanto urbana quanto da cidade. Tal fato sugere ao mesmo tempo uma separação e uma aproximação analítica — na

medida em que os processos, embora indissociáveis, são distinguíveis entre si — em que ambos os processos se coadunam em função de uma tentativa de apreensão do fenômeno urbano em sua complexidade.

Isso parece ocorrer, com maior notoriedade, essencialmente quando nesta tentativa se encontra em destaque um debate acerca do urbano que se promove a partir das áreas centrais das cidades. Essas áreas, neste sentido, são observadas enquanto parcelas do tecido urbano evidentemente inseridas no cerne de ambos os processos no espaço urbano, posto que estas se realçam por atuar diretamente no sentido de (re)estruturar a cidade, além de ainda se constituírem em momento fundamental do pensamento em torno do processo de produção, apropriação e usos do espaço urbano.

Nesta direção, a apreensão da realidade urbana e, por conseguinte, dos seus processos constituintes, a partir da análise da centralidade, se complexifica com a emergência de uma nova expressão de centralidade. Desta forma, o conteúdo e significado das novas expressões de centralidade para a estruturação e produção do espaço urbano são de suma pertinência à análise geográfica. Ambos os processos, portanto, devem ser consubstanciados e explicados à luz de uma perspectiva geográfica da cidade e do urbano, tanto nas metrópoles quanto nas cidades médias, nas quais a incidência do processo de descentralização conjugado à recentralização se apresenta de forma mais expressiva, ao menos no caso das cidades brasileiras.

Ao debruçarmos-nos sobre a cidade de Itabuna, observa-se que o processo de estruturação do espaço urbano possuía como uma característica fundamental o fato de que foi se constituindo a partir da configuração de um núcleo central único — e inevitavelmente, por outro lado, o processo de estruturação também impeliu e/ou reforçou a configuração deste núcleo — que congregava e conjugava as funções de maior relevância no espaço urbano, constituindo, desta forma, um centro multifuncional e monopólico. Ou seja, um centro que concentra e dispersa monopolicamente fluxos múltiplos, algo que se evidencia quando se observa tanto a escala intraurbana quanto a interurbana, ou mesmo na justaposição de ambas as escalas. Assim, na área do centro tradicional encontravam-se reunidas as funções político-administrativas, comerciais, financeiras, de lazer e entretenimento, de serviços, de saúde,

dentre outras, que de certa forma determinavam os incrementos ao tecido urbano convergindo para esta área.

Nesta direção, a partir das modificações no tecido urbano municipal, propiciadas e impelidas pelo crescimento demográfico de uma população que tendeu a se concentrar na cidade, delimita-se um primeiro momento da estrutura urbana tendendo à reafirmação desta estruturação monocêntrica. Contudo, os próprios incrementos demográficos de grupos de diferenciados níveis de renda consolidam a formação de assentamentos urbanos que, embora convergissem para o centro, deste passaram a encontrarem-se afastados, promovendo a insurgência de áreas subcentrais em determinados espaços na cidade que distam do núcleo central, denominadas de subcentros.

Estes subcentros emergem destinados ao atendimento de demandas específicas cuja funcionalidade caracterizava-se pela delimitação de atração restrita às suas adjacências, ou seja, os subcentros consolidam-se por exercer um papel de subcentralidade, evidenciada pela convergência de fluxos gerados e mantidos exclusivamente para um entorno imediato, incorporando a uma área periférica alguns elementos que outrora eram estritamente característicos do centro historicamente constituído. A partir da constituição desses subcentros, existe um incremento populacional que termina por formar bairros que convergem para o subcentro, reforçando a centralidade exercida.

Desta forma, os subcentros exprimem uma funcionalidade de centralidade caracterizada por fluxos de pequena ou média intensidade e que percorriam pequenas e, em alguns casos, médias distâncias, restritas a determinadas parcelas da cidade. Isso porque é visível que estes possuem uma incapacidade de recentralizar fluxos que perfazem grandes distâncias com intensidade. Em outras palavras, não são capazes de gerar e manter fluxos, bem como de concentrar e dispersar fluxos que percorrem distâncias que extrapolam sua contigüidade espacial mais imediata quando observada a extensão do tecido urbano municipal, e sobretudo quando se observa uma escala interurbana. Isso é perceptível com a existência de um volume extremamente significativo de um fluxo de pessoas que se deslocam para estes subcentros (assim como destes para outros locais) a pé, o que explicita a proximidade que se enfatiza para caracterizá-los.

Entretanto, tal proximidade não deve ser imediatamente confundida com acessibilidade, mesmo porque a desigualdade sócioespacial pode se expressar em pequenas parcelas do espaço da cidade. Isso se manifesta de forma expressiva nas áreas (sub)centrais, posto que estas constituem essencialmente os espaços mais flagrantes quanto ao estabelecimento das relações sociais mediadas e constrangidas pelo capital, o que incide diretamente nos (des)níveis de renda da população que não necessariamente encontram-se distanciadas espacialmente com a mesma intensidade.

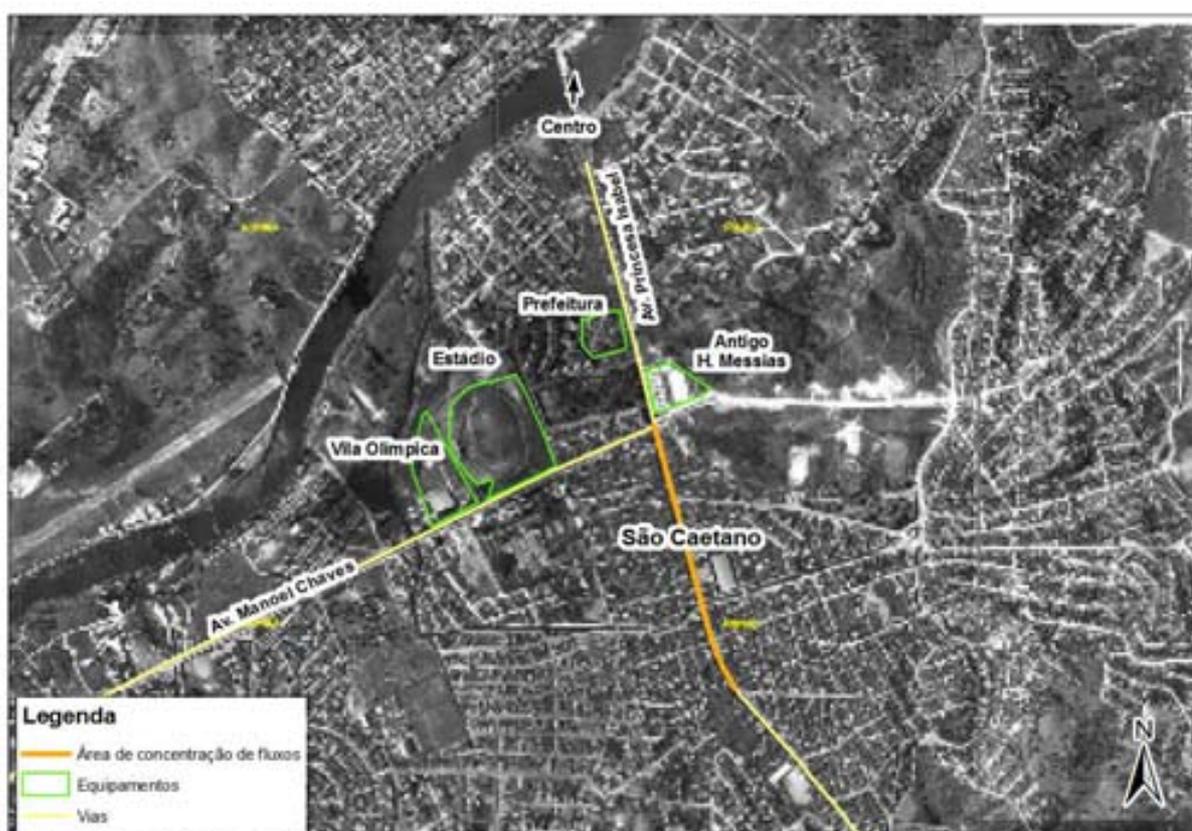
O subcentro consiste, portanto, numa réplica em tamanho menor do centro principal, com o qual concorre em parte sem, entretanto, a ele se igualar. Atende aos mesmos requisitos de otimização de acesso apresentados anteriormente para o centro principal. A diferença é que o subcentro apresenta tais requisitos apenas para uma parte da cidade (VILLAÇA, 2001, p. 293).

Neste sentido, estas áreas em que se constituem os subcentros — formados em sua maioria por comércios de bairros que compreendem padarias, açougues, pequenos mercados ou mercearias, lojas de capital e escala normalmente local, dentre outros equipamentos e atividades — são hierarquicamente inferiores ao núcleo central da cidade, não caracterizando no espaço urbano a emergência da poli(multi)centralidade. Isso porque, ao considerar-se a poli(multi)centralidade como um elemento e um processo econômico-territorial reestruturador do espaço intra-urbano, e tendo portanto a reestruturação uma íntima relação não estritamente com a descentralização territorial de determinados equipamentos e funções, mas com a capacidade destas funções, ao se encontrarem concentradas em áreas exteriores ao centro principal, gerarem e manterem fluxos de pessoas, de veículos, de mercadorias, de capital, dentre outros.

Em Itabuna, o principal subcentro se encontra no bairro São Caetano (*ver Mapa 15*), localizado na zona sul da cidade. Conforme já observado, o bairro teve início após a construção da ponte Lacerda (atual César Borges) no ano de 1946 e obteve elevados incrementos populacionais nas décadas subseqüentes em decorrência de investimentos

públicos e privados, impelindo a consolidação de bairros limítrofes com considerável adensamento populacional.

Mapa 15: SUBCENTRO SÃO CAETANO, ITABUNA, 2008.



Fonte: Dados de pesquisa de campo, 2007.

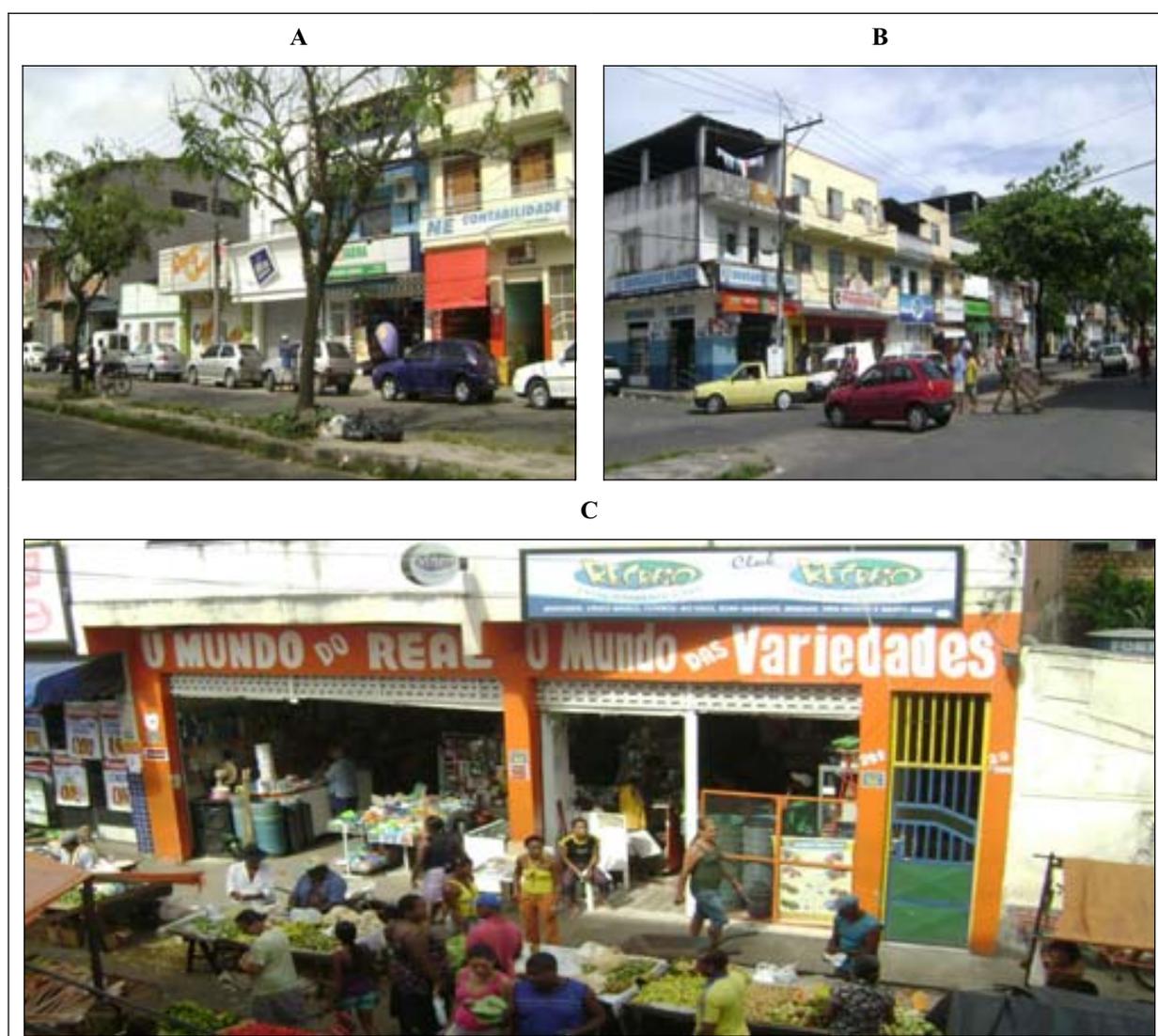
Foto aérea: Companhia de Desenvolvimento Urbano da Bahia – CONDER

Elaboração: Gilberto Alves de Oliveira Júnior, 2008.

Os principais equipamentos instalados no bairro foram a Vila Olímpica, o Estádio Luís Viana Filho e colégios da rede estadual de ensino, essencialmente na Av. Manoel Chaves. A partir do cruzamento com esta avenida, a Av. Princesa Isabel passa a dispor de uma concentração de atividades comerciais e de serviços, dos quais se utilizam essencialmente os

moradores dos bairros da zona sul e sudeste da cidade. Dentre estas atividades encontram-se armazéns, lojas de confecções, calçados, vestuário, materiais de construção, elétricos e hidráulicos, padarias, supermercados, lanchonetes, sorveterias, academias, drogarias, bares, restaurantes, locadoras de vídeo, postos de combustível, clínicas e consultórios médicos, escritórios, além de uma feira livre, dentre outras (ver Figura 15).

Figura 15: ATIVIDADES COMERCIAIS PRESENTES NO SUBCENTRO SÃO CAETANO, ITABUNA, 2007⁴⁹.



⁴⁹ Fotos A, B e C: Gilberto Alves de Oliveira Júnior, 2007.

Na década de 1980, a instalação do Hiper Messias encontrou receptividade e terminou por reforçar a centralidade exercida pelo bairro, atraindo fluxos para além das zonas supracitadas, mesmo interurbanos. O hipermercado pertencia à Rede Messias, com atividades em Itabuna desde 1928, mas que entrou em concordata e foi à falência no final da década de 1990, fato que aprofundou o desemprego na cidade, haja vista que a rede gerava aproximadamente 1.500 empregos diretos.

Após a falência da Rede Messias, um processo judicial envolvendo a sede da Prefeitura Municipal e da Câmara de Vereadores, construída em terreno particular, resultou na necessidade de pagamento de indenização aos proprietários do terreno ou na desocupação do edifício da sede, no qual atualmente encontra-se a Faculdade de Tecnologia e Ciência (FTC).

Neste contexto, a PMI adquiriu o terreno e a infra-estrutura previamente instalada de local no qual funcionara o Centro de Processamento de Dados e Comunicações do Banco do Brasil, localizado na Av. Princesa Isabel, desencadeando um processo de reforço da centralidade do bairro, fato comemorado pelos empresários do setor de comércio, que utilizaram faixas para parabenizar o prefeito pela iniciativa, embora esta tenha ocorrido em decorrência dos problemas judiciais (*ver Foto 2*).

Desta forma, houve um processo de desconcentração territorial das atividades políticas e administrativas para esta área da cidade, com a posterior instalação de agências bancárias, gerando e mantendo uma intensidade de fluxos maior para o bairro São Caetano, consolidando a função de subcentralidade na estrutura urbana.

O processo de consolidação dessa expressão de (sub)centralidade na cidade impeliu uma valorização dos imóveis situados na Av. Princesa Isabel, que passaram a dispor essencialmente de atividades comerciais. Entretanto, o vigor econômico desta subcentralidade para a cidade não levou o poder público municipal a realizar mais investimentos para o fortalecimento do comércio no bairro, fato que mobilizou os lojistas a iniciarem um processo de constituição da Associação dos Lojistas do São Caetano⁵⁰ (ALOSC), objetivando exercer maior representatividade frente ao poder público no equacionamento das demandas

⁵⁰ A gestão provisória da ALOSC é presidida por Flávio Barreto, que gentilmente nos concedeu uma entrevista em 03 de janeiro de 2008.

observadas pelos agentes econômicos em atuação no bairro.

Foto 2: FAIXA COMEMORANDO A INSTALAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL
NO BAIRRO SÃO CAETANO, 1999.



Foto: Lurdes Bertol Rocha, 2000.

De acordo com o presidente da ALOSC, o comércio do bairro São Caetano possui como principais atividades as relacionadas ao setor alimentício e à construção civil, demandando, inclusive, fluxos interurbanos. Estes, contudo, poderiam ser intensificados com o prolongamento da Av. Princesa Isabel até a BR-101, o que possibilitaria a entrada de consumidores oriundos de municípios próximos que para se encaminharem ao centro tradicional necessariamente passariam pelo bairro, suprindo algumas necessidades nas atividades dispostas no São Caetano.

Apesar das constatações dos empresários do local acerca da ausência do poder público, atualmente encontram-se em processo de licitação ou de construção as novas sedes do Fórum e da Justiça do Trabalho, que se localizarão ao lado da PMI, recentralizando essas atividades no bairro, o que representará um incremento de fluxos e uma revalorização da área, principalmente na procura pela instalação de escritórios de advocacia na área.

Além disso, conforme anunciado após o processo de licitação da infra-estrutura do antigo Hiper Messias, no ano de 2008 serão instaladas no local uma *megastore* das Lojas Maia e uma filial do hipermercado Itão, que possui uma unidade instalada nas proximidades da rodoviária municipal, concentrando mais fluxos nessa área da cidade.

No bojo desses novos investimentos o São Caetano se fortalece e, com a organização propiciada pela ALOSC, o bairro apresenta um poder de barganha no debate e na definição de políticas públicas, principalmente nas proximidades do período eleitoral municipal. Contudo, esse processo de reforço da centralidade do bairro e a valorização imobiliária decorrente, pode incidir novamente na atenção às demandas de uma área central em detrimento das necessidades expostas nas áreas periféricas de baixa renda por parte do planejamento e da gestão urbana.

A intensa atividade comercial na área também possibilita o emprego de uma quantidade considerável de trabalhadores, embora seja difícil mensurar números precisos. Neste ponto, cumpre destacar uma relação mais intensa com os bairros limítrofes, na medida em que, de acordo com o presidente da ALOSC, a maioria dos trabalhadores empregados reside no próprio bairro ou nos bairros que constituem o entorno imediato do São Caetano.

O presidente da ALOSC salientou enquanto um dos diferenciais do fluxo de pessoas na área comercial situada no bairro, o funcionamento das atividades durante o final de semana, fato que não ocorre no centro tradicional. Desta forma, nota-se um incremento no volume do fluxo de consumidores nos finais de semana — grande parte direcionados ao consumo na feira —, denotando uma maior dinamicidade e, de certa forma, uma centralidade cambiante, da qual depende grande parte do faturamento das empresas.

No que tange às atividades do setor alimentício, conforme observado um dos mais

importantes do subcentro, a feira (*ver Figura 16*) se apresenta como o maior destaque na concentração de fluxos, revelando também uma considerável quantidade de trabalhadores informais, sem direitos trabalhistas. A conservação e a qualidade do ambiente expressam a precariedade tanto das condições de trabalho quanto na higienização dos produtos dispostos ao consumo humano.

Figura 16: QUALIDADE DO AMBIENTE E CONDIÇÕES DE TRABALHO NA FEIRA DO SÃO CAETANO, ITABUNA, 2007⁵¹.



De qualquer forma, para além da subcentralidade na cidade propiciada pela expansão do tecido urbano e do adensamento populacional, a cidade de Itabuna apresenta a criação de uma nova expressão de centralidade desencadeada pela emergência de novas estratégias locacionais do capital, em âmbito inter e intra-urbano.

Esta nova expressão de centralidade tende a impelir um processo de reestruturação do espaço urbano, concedendo um novo direcionamento aos investimentos públicos e privados,

⁵¹ Fotos A e B: Gilberto Alves de Oliveira Júnior, 2007.

para a valorização da terra urbana e fragmentação do tecido urbano, modificando leis e políticas espaciais urbanas e gerando impactos na vida cotidiana na cidade e no centro tradicional, impondo o novo e redefinindo o velho.

A emergência da poli(multi)centralidade, a partir desta nova expressão de centralidade, faz conjugarem-se, desta forma, descentralização e recentralização territorial, que ao se expressarem no espaço terminam por promover uma ruptura no interior de continuidades no processo de estruturação do espaço urbano, implicando em uma (desestruturação-)reestruturação deste espaço.

Em Itabuna, as bases desse processo se solidificam apenas a partir do anúncio da instalação do Jequitibá Plaza Shopping, consubstanciando o debate que realizaremos no capítulo a seguir.

* * *

*Capítulo***7*****O Jequitibá Plaza Shopping e a redefinição da centralidade em Itabuna***

* * *

O homem só se torna humano pela criação de um mundo humano. Na sua obra e pela sua obra, o homem torna-se ele próprio, sem com ela se confundir e, no entanto, sem dela se separar.

Henri Léfèbvre, 1979, p. 39

A dinamicidade das cidades médias para a economia e na centralidade e intermediação exercidas na rede urbana, tem impelido que as novas estratégias locacionais do capital

industrial e terciário — propiciadas essencialmente a partir do processo de reestruturação produtiva — se instalem nestas cidades, apresentando novas estratégias locacionais também no interior do tecido urbano, mais profícuas à reprodução e acumulação dos novos capitais que se desconcentram das regiões metropolitanas.

Conforme observado, esses processos de âmbito inter e intraurbano se coadunam e, se por um lado, expressam rupturas interescolares, por outro lado, aprofundam continuidades. Em âmbito intra-urbano, as rupturas se efetuam com maior expressão no processo de estruturação do espaço, por sua vez modificando as estratégias e racionalidades de produção do espaço urbano, através da revalorização da terra urbana e da sua apropriação pelas elites empreendedoras e as classes de alta renda.

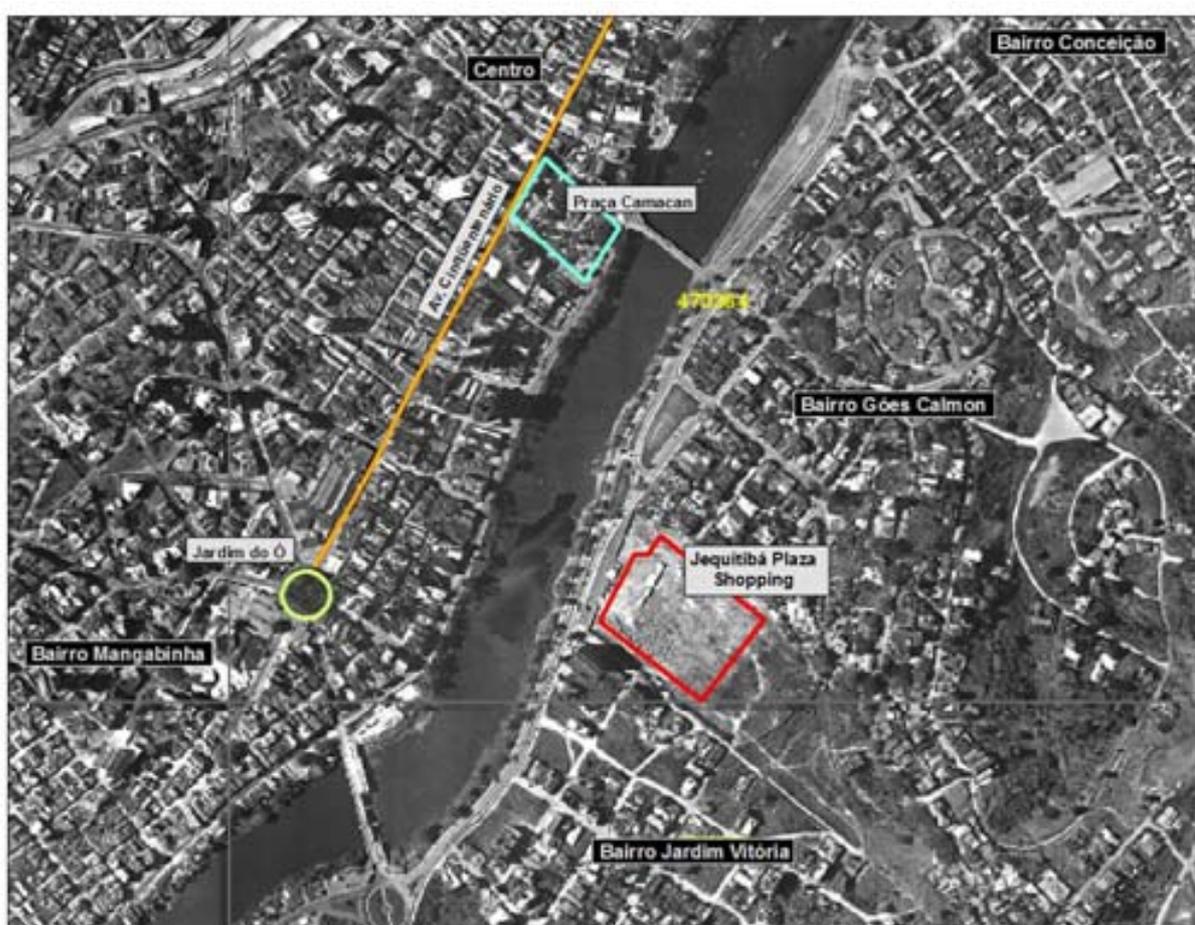
Nesta perspectiva de apreensão dos fenômenos e processos supracitados, os novos equipamentos e artefatos que ampliam o mundo da mercadoria e aperfeiçoam a reprodução capitalista do espaço não decorrem estritamente da ampliação do tecido urbano, e apresentam íntima relação com a centralidade e intermediação das cidades nas quais se inserem. Assim, denotam a necessidade de um debate interescolar, mais amplo do que o construído estritamente em âmbito intra-urbano pela ampliação do tecido urbano e das novas expressões de centralidade ocasionadas, a exemplo dos subcentros, posto que estas nem sempre se apresentam relacionadas com a imposição de novas estratégias capitalistas nas cidades. Desta forma, a emergência de novas expressões de centralidade como subcentros ou desdobramentos do centro concedem indícios para consubstanciar o debate, contudo, não o esgotando.

A implantação do Jequitibá Plaza Shopping (JPS) em Itabuna (*ver Mapa 16*), no ano 2000, sendo o primeiro Shopping Center construído na região Sul da Bahia, permite a formulação de uma reflexão acerca da reestruturação do padrão da organização e das dinâmicas do processo de (re)produção do espaço urbano em Itabuna a partir da reestruturação do espaço — permitindo, por conseguinte, a construção de reflexões teóricas fundamentadas em um objeto concreto estabelecido enquanto recorte espacial.

Portanto, a imbricação desses processos interescolares se expressa materialmente no espaço intra-urbano revelando a consolidação do JPS como uma nova expressão de

centralidade na cidade a partir de lógicas e racionalidades hegemônicas, não direta ou estritamente relacionadas à expansão do tecido urbano, mesmo porque, por outro lado, esse artefato produz externalidades que terminam por direcionar o crescimento e a valorização de determinadas parcelas do tecido urbano.

Mapa 16: JEQUITIBÁ PLAZA SHOPPING, ITABUNA, 2008⁵².



Fonte: Dados de pesquisa de campo, 2007.

Foto aérea: Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia – CONDER, 1998.

Elaboração: Gilberto Alves de Oliveira Júnior, 2008.

⁵² A fotografia aérea utilizada data de dezembro de 1998, período de início da construção do Jequitibá Plaza Shopping. Portanto, não é possível visualizar o mesmo, apenas a área destinada a sua instalação.

A iniciativa da construção do empreendimento fora anunciada dois anos antes da sua inauguração, em junho de 1998. A implantação do equipamento de porte relevante para a cidade se estabeleceu com capital (recursos) do Grupo Chaves⁵³, um grupo empreendedor da elite local que atua prioritariamente em atividades que concernem à produção e ao comércio de cacau e derivados, mas também em uma ampla gama de atividades e segmentos, a exemplo da construção civil, varejo e educação, tanto na região quanto em outras localidades do estado da Bahia e mesmo em outros estados.

Esse fato demonstra também que a crise da agricultura fundamentada na monocultura do cacau no município e na região funciona como elemento estimulante e fomentador de novas alternativas econômicas que por vezes terminam resultando em novos processos, formas e dinâmicas espaciais, principalmente na cidade.

A construção desse tipo de empreendimento envolve momentos que se entrecruzam de forma que a sua realização seja profícua aos diferentes grupos de capitalistas envolvidos. De acordo com Bienenstein (2002, p. 86):

através desse novo objeto de comercialização e consumo, o capital empreendedor do Shopping Center se valoriza em três momentos, a saber: [1] na construção propriamente dita do equipamento, como capital da indústria de construção civil, extraíndo mais-valia diretamente dos trabalhadores que a produziram; [2] na forma de valorização da renda da terra, através do aluguel composto; e [3] na venda de serviços especializados em administração de Shopping Center.

Nossas reflexões nos direcionam para o incremento de outras formas de acumulação de capital, centradas na gerência científica do empreendimento e na racionalidade que fomenta o faturamento do grupo empreendedor para além da renda auferida pelo aluguel dos espaços comercializáveis do shopping, posto que este também está relacionado com o próprio faturamento das empresas instaladas no mesmo. Em contrapartida, o faturamento das

⁵³ Parte do investimento inicial, em volume desconhecido pelo autor, fora financiado pelo Banco do Nordeste.

empresas é maximizado pelas estratégias desenvolvidas pelo grupo empreendedor através da administração do SC, revelando uma interação e dependência entre os diferentes capitais envolvidos.

Os processos antecedentes à inauguração expressam profunda relação com o efetivo sucesso do empreendimento. Nestes processos, é indispensável uma articulação entre capitais de diferentes escalas, essencialmente no que tange à comercialização do empreendimento, que implica na formulação de determinadas estratégias de atração dos investidores para que aloquem filiais das suas empresas nos espaços de locação de lojas no shopping. No caso do nosso JPS, os procedimentos dessa natureza ficaram a cargo da Leasing Mall, empresa consolidada nacionalmente na realização de comercialização para shoppings, com imponentes clientes, a exemplo dos Shoppings Iguatemi.

Dentre os procedimentos de comercialização destacam-se neste período inicial as pesquisas de mercado nas zonas de influência do shopping center, elaboração do instrumental jurídico do shopping, do projeto do *tentat mix* de acordo com as demandas de mercado pesquisadas, além de acessória quanto à elaboração de tabelas de preços de locação de acordo com as subdivisões do interior do empreendimento.

Além disso, o empreendedor também designa o escritório responsável pela elaboração do projeto arquitetônico do shopping, bem como a construtora responsável pela execução da obra projetada, que no caso do JPS ficou a cargo da Macro Engenharia, construtora de propriedade do mesmo grupo empreendedor, historicamente com atuação relevante no mercado imobiliário em Itabuna.

Embora seja um empreendimento que mescla visceralmente o setor imobiliário com o varejo, de acordo com a administração do JPS⁵⁴ existem em essência três fatores que são considerados *a priori* para previsões em relação ao sucesso do empreendimento: “localização-localização-localização”.

O Grupo Chaves, portanto, detinha do principal fator inicial para a instalação do

⁵⁴ As informações cuja referência da fonte é a administração do JPS foram obtidas mediante entrevista não realizada pessoalmente, mas através de roteiro (estruturado em pauta) respondido e encaminhado gentilmente pelos responsáveis em 18 de janeiro de 2008.

empreendimento, na medida em que possuía uma área de 52.000m² situada na Av. Aziz Maron (*ver Mapa 16, p. 240*) — local previsto para a instalação de um Shopping Center de acordo com o plano do poder público municipal intitulado “Estratégias de Desenvolvimento de Itabuna – Área Central”, conforme apontamos no capítulo anterior —, dispondo de, embora descentralizada, expressiva articulação na estrutura viária para a oferta de acessibilidade ao público alvo, o que concede uma maior extensão quanto ao raio de abrangência primária do empreendimento.

Além disso, é importante observar que a área escolhida situa-se envolta a bairros valorizados para a realidade do mercado imobiliário na cidade, um destes apresentando no período de construção do JPS um elevado potencial de investimentos imobiliários, na medida em que inúmeros e volumosos terrenos se encontravam vazios e a legislação urbanística permitia a otimização dos investimentos com a possibilidade de construção de grandes edifícios.

Nesta direção, a partir da propriedade do principal fator que antecede ao processo de concretização da instalação do empreendimento, o Grupo Chaves realizou análises conjunturais acerca dos estudos que apontavam um cenário positivo a nível nacional para o mercado de SCs que, conjuntamente com as perspectivas a nível local que se reafirmaram através dos dados e informações obtidos por meio de pesquisa de mercado favorável resultaram na iniciativa.

O total de recursos investido pelo grupo empreendedor durante o processo de instalação do empreendimento foi de R\$ 25.000.000,00⁵⁵ (vinte e cinco milhões de reais), com a oferta inicial de uma área bruta locável de 12.526 m². O *tentant mix*⁵⁶, que compreende o plano de distribuição dos diferentes tipos e tamanhos de lojas no interior do shopping

⁵⁵ Em maio de 2000, período de inauguração do JPS, esse valor em reais compreendia a aproximadamente US\$ 13.736.264,00. De qualquer forma, é preciso observar que entre 1998 e 2000 o Real sofreu desvalorização frente ao Dólar, assim como houve oscilação entre altas e baixas. Desta forma, não nos permite mensurar exatamente o valor correto em dólares, na medida em que o capital foi investido ao longo de todo o período com oscilações da moeda, portanto sendo possível apenas relacionar o valor final divulgado com o câmbio no período, o que dimensiona de forma genérica o volume investido.

⁵⁶ Tradicionalmente as categorias de lojas dos shopping centers são divididas em: alimentação, artigos domésticos, vestuário, lazer, conveniência, serviços e miscelânea.

visando lucratividade para todos os investidores, compreende um total de aproximadamente 80 lojas alocadas com segmentos variados, além de serviços como correios, telefonia, loteria, cabeleireiros.

A praça de alimentação dispõe de cerca de 700 lugares e o estacionamento de cerca de 500 vagas⁵⁷, no momento da inauguração. As lojas âncoras e *megastores* são o hipermercado Bom Preço, Lojas Americanas, Lojas Marisa, Mc Donald's, Super Insinuante, Starplex Cinemas e Zig-Zag (*play center*). Inicialmente, o empreendimento gerou 900 empregos diretos, e segundo informações divulgadas pelo shopping⁵⁸, estima-se que este receba em média cerca de 510.000 freqüentadores e consumidores mensalmente, o que significaria 17.000 diariamente, quando não observada a oscilação de intensidade do fluxo de pessoas entre os dias da semana.

Nesta direção, conforme já apontado, a envergadura de um empreendimento desse porte em uma cidade média cria as condições e as possibilidades de análise de uma ruptura no processo de estruturação, que impõe a discussão acerca da reestruturação. Esta discussão possui maior expressividade no espaço intra-urbano, na medida em que se consolida rompendo com a estrutura de uma cidade antes centralizada em/por um único ponto (núcleo) e (re)cria novas configurações e articulações na dinâmica interna da cidade — através, inclusive, dos usos do solo —, o que implica, também, em redefini-las.

De qualquer forma, é importante ressaltar que sua expressão de centralidade excede aos limites territoriais do município, exercendo e reforçando a atração de Itabuna sobre várias cidades da região, dado que inclusive se deve ao fato do município possuir um papel polarizador sobre uma quantidade relevante de municípios que estão inseridos na Região Sul da Bahia. Além disso, a análise acerca da articulação das diferentes escalas de capitais investidos no empreendimento delimita um momento indispensável da compreensão dos processos sociais e espaciais que se desencadeiam.

O Jequitibá Plaza Shopping se estabelece como centralidade para a cidade —

⁵⁷ Inicialmente o estacionamento dispunha de aproximadamente 800 vagas, suprimidas por projetos de ampliação que serão abordados no decorrer do presente capítulo.

⁵⁸ Os dados apresentados podem ser encontrados no *site* do JPS. Disponível em: <<http://www.jequitibaplazashopping.com.br>>. Acessado em 15/02/2008.

evidentemente não se afirmando como local de uso e apropriação da coletividade da população, mas de segmentos sociais seletos desta —, se encontrando envolto pelos bairros que dispõem da maior concentração de renda da cidade, assim como articulação com a área central através de duas pontes, e articulação com o bairro São Caetano (centro secundário) através da Av. Princesa Isabel.

É construído, portanto, em uma área de infra-estrutura privilegiada e que possui uma notória proximidade com o centro tradicional da cidade. Mais uma vez, a exemplo dos subcentros, deve ser ressaltada a diferença entre proximidade e acessibilidade, posto que neste sentido a proximidade não corresponda necessariamente à acessibilidade que diferentes grupos sociais quanto ao nível de renda podem efetivamente realizar no centro tradicional, mesmo quanto à circulação, ao encontro com o diferente, o contraste de grandes lojas com vendedores ambulantes, pedintes e consumidores em potencial.

Com isso, o que se procura enfatizar é que estes espaços que compreendem as novas expressões de centralidade estimulam e realizam padrões de consumo determinados, que terminam por restringir e/ou condicionar o acesso apenas a determinados segmentos sociais. Assim, estas centralidades ao se constituírem para determinados padrões de consumo, acabam por servir para anular a possibilidade do encontro e convívio entre os diferentes — ainda que estritamente por se encontrarem no mesmo espaço —, provocando com isso, inclusive, certa distinção social quanto aos freqüentadores da “cidade ideal”.

Portanto, não significa que a possibilidade de encontro entre os diferentes que o centro historicamente constituído pode em tese proporcionar, seja absorvida pelo shopping apenas por este localizar-se relativamente próximo ao centro principal. Contudo, é relevante observar a possibilidade do shopping em absorver determinados fluxos do centro principal nos horários em que ambos se encontram concomitantemente em funcionamento.

Neste contexto, cabe considerar a importância do shopping na reprodução desigual do espaço intra-urbano, na medida em que este não se exclui da dinâmica da estrutura de classes que se reproduz na totalidade social e por conseguinte no espaço a partir da lógica capitalista, estando sujeito aos interesses da classe dominante. Assim, tende a contribuir com a segregação e fragmentação do espaço urbano, instalando-se como núcleo de

reprodução/reestruturação da cidade como um todo, ao mesmo tempo em que se consolida como núcleo de relações de determinados grupos e camadas sociais. Portanto, para além de provocar rupturas, o shopping impõe continuidades.

Desta forma, o processo de reestruturação do espaço urbano em Itabuna tem servido para, além de reafirmar, aprofundar suas diferenças e desigualdades sócioespaciais, reproduzindo-as. Assim, questiona-se a possibilidade de o Jequitibá Plaza Shopping exercer a função de reduzir ou anular o convívio entre as diferentes camadas e realidades sociais da cidade, e neste sentido ser um espaço de fragmentação sócio-espacial. Sob este intento, cumpre também questionar quais os agentes que atuam no processo de reestruturação do espaço urbano em Itabuna e os seus interesses e discursos.

Embora se encontre localizado, conforme já observado, em uma área de boa infraestrutura, observa-se que concomitantemente à implantação do shopping são notadas melhorias infra-estruturais, principalmente no que se refere ao fluxo de automóveis com alterações nas vias de acesso. Isto se deve ao fato de que os consumidores mais significativos em potencial se deslocam para o shopping através de transporte individual, o que se reflete em preocupação para estes empreendimentos, haja vista o próprio volume de vagas destinado ao estacionamento dos mesmos.

Esta forma de acessibilidade — ou dimensão, pois que implica numa acessibilidade segmentada — se apresenta como um diferencial em comparação com o centro principal, no qual é perceptível a escassez de vagas para estacionamento de veículos. Esta escassez habitualmente impõe aos consumidores que se destinam ao centro principal estacionarem seus veículos em locais que distam daqueles nos quais eles irão consumir, provocando em alguns, certo incômodo com tal situação. Além disso, há também a crescente preocupação com a possibilidade de furto e roubo de veículos ou de acessórios destes, a exemplo dos aparelhos de som, fato que potencialmente torna o shopping em um local de consumo aparentemente mais seguro.

Pela sua “posição sócioespacial”, o shopping tende a contribuir para uma valorização ainda maior dos espaços que compreendem seu entorno imediato, posto que estes investimentos incidem sobre uma área já valorizada, reforçando esta valorização, o que

certamente contribui para a ampliação e *otimização* desigualdade sócioespacial entre os espaços da cidade, mais especificamente entre as áreas centrais e as periféricas. E isto fatalmente acarreta implicações, sobretudo no aprofundamento das contradições evidenciadas pelo agravamento da distância sócio-econômica desta área para o restante da cidade. Desta forma, o shopping revaloriza o entorno no qual se encontra instalado, propiciando, até mesmo pelo elevado número de terrenos sem construção nas proximidades, um movimento de instalação de outros produtos imobiliários nas áreas revalorizadas, o que, por outro lado, serve para revalorizar o próprio shopping. Portanto, nota-se que a atração exercida por novas centralidades é um fator que contribui para a revalorização das propriedades que se encontram no seu entorno imediato.

Neste sentido, a partir do que foi elencado, o desenvolvimento da pesquisa evidencia os processos de estruturação-desestruturação-reestruturação do espaço urbano em Itabuna, a partir da análise de uma nova centralidade, consolidada face à implantação do Jequitibá Plaza Shopping. Assim, a execução dos procedimentos metodológicos da etapa que concerne à obtenção de subsídios empíricos quanto ao nosso recorte espacial visa agregar elementos para uma discussão e análise acerca poli(multi)centralidade em cidades médias a partir emergência do processo em Itabuna.

O debate acerca dos dados e informações obtidos em pesquisa de base empírica será realizado nos itens que se seguem, no qual procuraremos desenvolver elementos de conclusão da pesquisa. Neste intento, o shopping será um recorte espacial de análise acerca das novas expressões de centralidade e a influência destas na dinâmica do processo de reprodução sócioespacial urbano. O desenvolvimento do presente capítulo, portanto, se realiza objetivando aferir, frente à nova expressão de centralidade, os graus (escalas) de centralidade e os segmentos sociais que esta centralidade agrega, bem como as implicações sociais do processo de descentralização e recentralização atendendo aos vetores hegemônicos, e a própria especificidade do shopping center enquanto centralidade e para as práticas sociais e o cotidiano urbano.

7.1. Os agentes sociais envolvidos e seus discursos para a imposição das (novas) racionalidades hegemônicas no espaço: a construção do consenso

O debate acerca do processo de construção dos discursos empreendidos pelos agentes sociais envolvidos na instalação do JPS implica na necessidade de remontar o contexto histórico regional e municipal. Contexto do qual o shopping emerge gerando ao mesmo tempo expectativas de desenvolvimento econômico para a cidade, dúvidas quanto ao retorno econômico aos seus investidores, assim como novos desafios para os comerciários e sua principal organização, o sindicato.

Por um lado, conforme apontado no capítulo anterior, a situação econômica da região no decorrer da década de 1990 apresentou problemas graves e instabilidades decorrentes da crise da lavoura cacaueira. Por outro lado, a estruturação econômica municipal e regional fundamentava-se na referida atividade. De qualquer forma, a crise implicou em efeitos que transcenderam as atividades econômicas produtivas primárias e atingiram o setor terciário, essencialmente com a expressiva perda de renda e poder de compra da população.

Nesta direção, por drenar a renda regional a partir de atividades terciárias, a cidade de Itabuna passou a expressar de forma contundente os efeitos resultantes da crise no espaço urbano com o arrefecimento do dinamismo de algumas atividades econômicas, gerando um crescente desemprego urbano que se agrega ao desemprego rural acentuando sobremaneira suas proporções, impedindo que o desemprego desencadeado pela crise se expressasse apenas no campo.

A preocupação quanto ao desempenho econômico do município se expressava em debates promovidos pela mídia impressa local, enfatizando o crescente índice de demissões ocorridos em atividades outrora observadas enquanto principais fomentadoras de emprego urbano e os efeitos que se propagavam direta ou indiretamente para os demais setores e atividades econômicas.

No bojo desse debate que se construía, era notória a preocupação com o processo de

periferização subjacente à dinâmica econômica. De qualquer forma, os profundos problemas sociais acentuados no período e a ausência do poder público municipal em equacioná-los se constituíam discursivamente em um falseamento das relações e processos instituídos na estruturação econômica da monocultura cacaueteira, na medida em que muitas vezes se pretende construir um discurso oficial em que os problemas sociais se iniciam com a crise econômica, velando a concentração de renda propiciada pela monocultura, além dos elementos das precárias condições de trabalho e da pobreza urbana que se expressavam materialmente de forma contundente.

Portanto, o discurso de equacionamento dos problemas econômicos com o investimento em pesquisas e tecnologias para retomar a produtividade da lavoura cacaueteira se fortalecia enquanto única possibilidade de solução dos problemas sociais, removendo a crítica da ausência do poder público no que tange às periferias e à pobreza urbana.

O final da década de 1990, com a apresentação de resultados pouco expressivos com as novas tecnologias destinadas à produção do cacau quando comparadas à produtividade atingida em décadas anteriores, reforça a necessidade de investimentos em outras atividades econômicas. No campo, o café não apresentou a rentabilidade pretendida, na medida em que a região não detinha os requisitos necessários para que o produto apresentasse alta qualidade, o que imputou ao café da região um baixo preço e, por conseguinte, baixa lucratividade aos produtores.

A centralidade da cidade de Itabuna pela concentração de atividades comerciais e de serviços foi impelida com a crise para uma modificação na estrutura de funcionamento e no processo de modernização das relações, o que resultou em investimentos nas atividades comerciais que a apontaram como a principal alternativa econômica para geração de emprego e renda. No entanto, na década de 1990 várias empresas do setor faliram, sendo a mais expressiva a Rede Messias, conforme já observamos.

Neste contexto, o anúncio da instalação de um Shopping Center na cidade em junho de 1998 despertou inúmeras especulações que se constituíram em elementos para a construção de determinados discursos quanto aos efeitos resultantes da instalação do equipamento. Esses discursos podem ser divididos em algumas “categorias” — que constituem matrizes

discursivas —, como: efeitos para a dinâmica econômica da cidade de forma genérica, para a geração de emprego e renda, quanto aos impactos frente ao comércio do centro tradicional e na atração de novos investimentos para a cidade. Algumas dessas “categorias”, contudo, apresentavam diferentes perspectivas no que tange aos elementos que constituíam os discursos empreendidos.

O primeiro elemento discursivo importante a ser abordado tange quanto à necessidade de Itabuna, enquanto pólo comercial regional, possuir no seu tecido urbano tal artefato. Decerto, a construção de assertivas nesta direção recria o ideário de naturalização das relações e processos sociais e espaciais — como se fosse natural a instalação desse artefato na cidade —, velando demais necessidades reais e prementes na cidade, além de considerar a necessidade de um seletivo grupo social enquanto necessidade da cidade como uma totalidade.

Portanto, deve-se ressaltar que a instalação de um SC não denota necessidade da cidade, mas de interesses de determinados grupos sociais seletos que se realizam mediante demanda de mercado real ou produzida, em determinadas categorias de cidade, a exemplo das cidades médias, por determinadas características e funções exercidas por estas. Em outras palavras, são esses empreendimentos que possuem necessidade de se instalarem em cidades médias, pela possibilidade de auferir a lucratividade pretendida.

À revelia dessas considerações, o discurso inicialmente enunciado pelos investidores privados é reafirmado pelo poder público municipal, servindo enquanto elemento norteador de práticas por parte deste. Nesta direção, o Executivo e o Legislativo municipal anunciam uma primeira medida de auxílio público ao empreendimento, com a aprovação de isenção de tributos municipais pelo prazo de 10 anos para as empresas que se instalarem no JPS⁵⁹.

Este auxílio propiciado pelo poder público pode ser relacionado também com os questionamentos acerca da viabilidade do shopping veiculados no período, fundamentados na realidade econômica regional no final da década de 1990. Desta forma, enquanto alternativa econômica apontada para a geração de emprego e renda, o comércio, e neste particularmente,

⁵⁹ Posteriormente, é provável que o Executivo municipal tenha utilizado recursos públicos para asfaltar o estacionamento do JPS e áreas de carga e descarga do empreendimento, na medida em que inexistem empresas privadas na região que realizem tal atividade. Contudo, não possuímos fontes de dados e informações precisas a respeito desta questão.

o JPS, desponta como grande empreendimento a ser inflado pelas possibilidades do poder público.

Contudo, este elemento discursivo de questionamento da viabilidade do empreendimento, ao mesmo tempo em que reafirma a necessidade de auxílio por parte do poder público, de certa forma ignora que o anúncio do empreendimento é consubstanciado por minuciosas pesquisas de mercado que endossam sua viabilidade e servem de fundamento para a instalação de empresas no shopping, na medida em que as pesquisas devem apontar para a minimização dos riscos tanto para o grupo empreendedor quanto para os demais grupos capitalistas envolvidos. Em âmbito nacional, pesquisas da ABRASCE realizadas no período, e de conhecimento do grupo empreendedor⁶⁰, também apontavam para a viabilidade dos SCs, com o crescimento do número de SCs e do faturamento dos mesmos.

Os questionamentos quanto à viabilidade do JPS consubstanciam outro elemento discursivo, que se constrói em assertivas que exaltam o shopping como o maior empreendimento comercial da história da cidade, um projeto pioneiro em toda a região, sobremaneira audacioso, observado pelo presidente do Grupo Chaves⁶¹ como relevante para o oferecimento de alternativas para novos investimentos tanto no varejo quanto em outros setores e atividades econômicas que beneficiem a população local e regional. Além disso, o grupo empreendedor observa o shopping “como um sinal verde para um novo marco do progresso regional”.

Decerto que a instalação do shopping é de extrema relevância na atração de novos investimentos na cidade. Entretanto, estes investimentos não se encontram pautados em circunstâncias e objetivos de benefícios para a população, mas de lucratividade para os investidores envolvidos e grupos da elite local que direta ou indiretamente são em verdade beneficiados com o processo de aprofundamento da fragmentação do tecido urbano.

As influências positivas originadas com a implantação do shopping também se

⁶⁰ Comentários do grupo empreendedor acerca das pesquisas supracitadas podem ser encontrados em: *Jornal A Região*, **Shopping Center é um bom negócio**, Ano XIII, n. 607, 24 mai 1999, p. 6.

⁶¹ A referência ao presidente do Grupo Chaves quanto às declarações aqui apresentadas foi encontrada em: *Jornal Agora*, **Shopping de Itabuna vai ser funcional e moderno**, Ano XVI, n. 786, 28 de jun a 04 de ago, 1998, p. 5.

apresentavam enquanto introdução de determinadas praticidades para os consumidores considerados aptos a partir dos desígnios do público alvo do empreendimento. Estas praticidades se atribuíram principalmente pela concentração arquitetônica de variadas opções para realização de compras, lazer e serviços, e pela disposição outrora inexistente de um ambiente com segurança e conforto, “onde se pode passar o dia inteiro, sem rotina”⁶². A título de exemplo do discurso de atrativos para o lazer, no processo de construção do JPS o arquiteto responsável pelo projeto afirmou em notícia veiculada na mídia impressa local que o shopping seria a “praia” de Itabuna⁶³.

Por outro lado, este discurso anuncia de forma latente e subliminar a supervalorização do espaço privado em detrimento do espaço público, posto que o espaço privado apresentaria supostas melhorias da qualidade de vida e no cotidiano. Estas supostas melhorias, contudo, se encontram em consonância com os interesses da permanência máxima dos freqüentadores no interior do SC, velando a estratégia de indução do consumo e maximização do faturamento das empresas, verdadeiro objetivo.

A construção dos discursos da instalação do empreendimento também pode ser apreendida através da expectativa da população no período de construção do JPS. Nesta perspectiva, a Sócio Estatística Pesquisa e Consultoria LTDA, empresa local com atividade em pesquisas de opinião, pesquisas de mercado e análise estatística, realizou por iniciativa própria, em outubro de 1999, pesquisa acerca das expectativas quanto à instalação do JPS e de alguns dos seus possíveis impactos⁶⁴, dentre eles os possíveis no comércio do centro tradicional.

Os dados coletados e analisados a partir de pesquisa no período apresentaram expectativas positivas da imensa maioria da população em relação ao shopping, apesar da amostra ser estratificada também por classe socioeconômica, o que implica na avaliação positiva por diferentes grupos sociais. Neste sentido, o discurso da positividade do shopping

⁶² Jornal Agora, **Shopping de Itabuna vai ser funcional e moderno**, Ano XVI, n. 786, 28 de jun a 04 de ago, 1998, p. 5.

⁶³ Esta declaração encontra-se disponível em: Jornal A Região, “**Shopping será a ‘praia’ de Itabuna**”, **diz arquiteto**, Ano XIII, n. 602, 19 abr 1999, p. 10.

⁶⁴ Esta pesquisa pode ser encontrada integralmente em: <<http://www.socio-estatistica.com.br/shopping.htm>>. Acessado em 15/02/2008.

se realiza também enquanto discurso dos grupos sociais que não possuem seus interesses contemplados com a instalação do shopping, revelando a relevância do discurso na defesa dos interesses dos bolsões de elite.

Esse aspecto pode ser corroborado, de acordo com dados apresentados por Gilmar Alves Trindade⁶⁵, com o resultado de pesquisas realizadas através de aplicação de questionários por graduandos do curso de geografia tendo como amostragem alunos de escolas públicas situadas em bairros periféricos de baixa renda da cidade. Esses questionários apontaram, com aproximadamente 30% das opiniões, o JPS como o lugar mais importante da cidade na resposta ao questionamento acerca do lugar ou da referência da cidade atualmente. Esse resultado, embora não possa ser explorado como expressão de respostas de toda a periferia da cidade pela ausência um rigor estatístico na definição da amostragem — e mesmo por não ser este o objetivo da aplicação dos questionários —, pode ser explorado enquanto revelador de um processo de reprodução do discurso das elites locais pelos grupos sociais de baixa renda da cidade e a ausência da emergência do dissenso, de um debate politizado acerca dos processos econômicos que incidem na produção da cidade e nos problemas reais enfrentados pelas populações que residem em áreas periféricas.

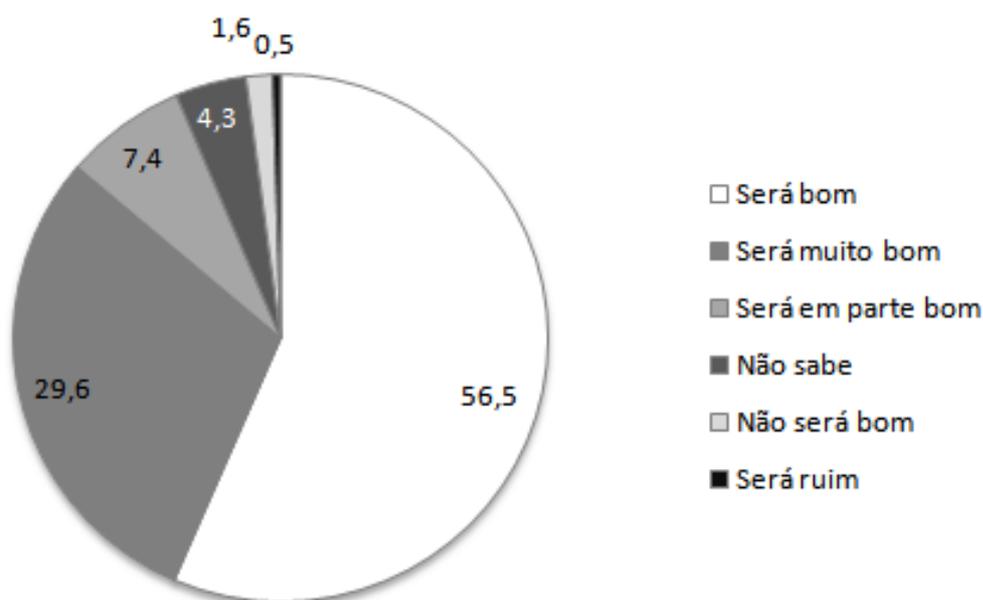
De qualquer forma, dentre os resultados da pesquisa realizada pela Sócio Estatística, alguns denotam maior expressividade no discurso da positividade do empreendimento no período de construção do shopping. Como exemplo, a referida pesquisa demonstrou que 85,1% da amostra acreditavam no sucesso do JPS, respondendo que o mesmo “Será um sucesso” ou que “É quase certo o sucesso”. Outro resultado relevante diz respeito à expectativa da população em relação ao JPS (*ver Gráfico 7*), que aponta que 86,1% da amostra acreditava no período de construção que a instalação do JPS “Será bom” ou “Será muito bom” para a cidade.

A mesma pesquisa apresentou resultados da opinião da população acerca dos impactos do JPS para o comércio do centro tradicional, indicando a expectativa positiva por parte de 75,6% da amostra, que acreditavam que o empreendimento traria impactos considerados

⁶⁵ Professor de Geografia Urbana da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). As reflexões aqui desenvolvidas de acordo com informações repassadas pelo professor foram substanciadas pela realização de entrevista gentilmente concedida em 29 de novembro de 2007.

“Muito bom” ou “Bom”, e apenas 7,9% acreditavam que traria impactos considerados negativos.

Gráfico 7: Expectativa da população em relação ao JPS.



Fonte: Sócio Estatística, 1999.

Organização: Gilberto Alves de Oliveira Júnior, 2008.

Esse discurso da positividade da instalação do shopping também foi consubstanciado por pesquisadores das ciências humanas e sociais, a exemplo dos geógrafos. Lourdes Bertol Rocha, geógrafa, afirmou em pesquisa acerca do centro tradicional da cidade, que “Itabuna, após 90 anos como cidade⁶⁶, não poderia ficar alheia à nova organização espacial do comércio dos grandes centros” (ROCHA, L., 2000, p. 153).

Por outro lado, como afirma a administração do JPS, houve no período inicial de comercialização uma expressiva resistência dos empresários locais em investir no

⁶⁶ Itabuna completa 100 anos de emancipação em 2010.

empreendimento, fato observado como normal pela considerada “falta de cultura de Shopping Center”. A exposição de pesquisas de mercado e outros mecanismos em reuniões realizadas com o empresariado local expõem a importância da participação desses empresários no empreendimento serviram como elementos capazes de convencer o empresariado de que o investimento no empreendimento constituiria em um “salto qualitativo” nos negócios e, nesta perspectiva, muitos empresários aderiram ao JPS.

Nesta direção, passou a haver o que o presidente da CDL-Itabuna⁶⁷ denominou de um comprometimento do lojista da cidade de Itabuna com o shopping, o que implicou na consolidação do discurso do consenso da positividade do empreendimento para a cidade, que começou a ser considerado pelos lojistas como a “loja âncora” do comércio do centro tradicional, na medida em que “ao invés de funcionar como uma ameaça, o shopping é um grande ímã, que atrai com muito mais força os clientes em potencial”⁶⁸.

Portanto, no período de construção do shopping houve um determinado receio dos empresários do comércio local tanto no investimento no empreendimento quanto nos impactos do empreendimento no comércio do centro tradicional. Os empresários se encontravam receosos de que o JPS ameaçaria a rentabilidade e o faturamento do comércio do centro tradicional, obrigando que lojas fossem à falência a partir da imposição de uma concorrência expressiva.

Além disso, o grupo empreendedor apresentou pesquisas que apontavam que os públicos do centro tradicional e do shopping seriam diferenciados, o que impediria uma crise no comércio do centro tradicional como alguns empresários apontavam. O presidente do Grupo Chaves, inclusive, enfatizou que o empreendimento teria um efeito essencialmente positivo, representando a certeza de progresso no futuro econômico regional, na medida em que através dele o grupo empreendedor estaria “revigorando a economia sul-baiana”⁶⁹ em um dos momentos de crise mais aguda.

⁶⁷ As informações aqui expressas cuja fonte seja o presidente da CDL-Itabuna foram obtidas através de realização de entrevista em 28 de novembro de 2007.

⁶⁸ Jornal Agora, **Comércio grapiúna comemora abertura do Shopping Center**, Ano XIX, n. 885, 13 a 19, mai, 2000, p. 9.

⁶⁹ Citação retirada de: Jornal A Região, **Jequitibá Plaza Shopping ganha mais uma loja âncora e cinemas**, Ano XIII, n. 656, 22 nov 1999, p. ??.

Contudo, o presidente do grupo empreendedor afirmou que as principais vias do comércio do centro tradicional sofreriam o “impacto da modernidade”⁷⁰, mas este impacto se expressaria no sentido de melhorias na aparência das lojas do centro tradicional, cujos aspectos se encontravam distantes da sedução proporcionada pelas vitrines do shopping. Portanto, afirmou-se no período que “o shopping atrairá um público regional e por isso beneficiará também o comércio local, desde que os empresários invistam em seus estabelecimentos e ofereçam novidades à clientela”⁷¹.

A partir do arrefecimento do emergente dissenso no discurso propiciado pelo temor da concorrência do shopping para o comércio do centro tradicional, a reafirmação do consenso se estabeleceu e apresenta-se perceptível pela veiculação de notícias e artigos na mídia impressa local com declarações de empresários locais corroborando com a positividade do shopping para o setor no centro tradicional⁷².

Os artigos e notícias veiculados com este conteúdo apontavam os que objetivavam construir o dissenso, ou mesmo questionar possíveis problemas decorrentes da concorrência do shopping, como “cavaleiros do apocalipse”⁷³ que procuram profetizar a decadência do comércio local, quando em verdade não seria desta forma que se estabeleceria a concorrência entre o centro tradicional e o shopping, havendo espaço para todos no suprimento das demandas de mercado.

Desta forma, houve também um processo de supressão e desconstrução do discurso que apontava para a saturação do centro tradicional, construído no momento do anúncio da construção do shopping, quando se expressava na mídia impressa local que o centro estava deixando de ser atrativo para os consumidores, na medida em que não havia nele espaço para

⁷⁰ Afirmação encontrada em: Jornal Agora, **Grupo Chaves investe e acredita no potencial de Itabuna**, Ano XIX, n. 867, 8 a 14, jan, 2000, p. 8-9.

⁷¹ Citação retirada de: Jornal Agora, **Modernização do Jardim Vitória passa pelo Jequitibá Plaza Shopping**, Ano XIX, n. 867, 8 a 14, jan, 2000, p. 9.

⁷² Exemplos dessa alteração na perspectiva do empresariado local podem ser encontrados em: Jornal A Região, **Shopping será referencial no comércio**, Ano XIII, n. 616, 26 jul 1999, p. 12; Jornal Agora, **Comerciantes não temem a concorrência do shopping**, Ano XVIII, n. 859, 13 a 19, nov, 1999, p. 14; Jornal Agora, **Comércio grapiúna comemora abertura do Shopping Center**, op. cit.; Jornal Agora, **Shopping será a loja âncora do comércio**, Ano XIX, n. 885, 13 a 19, mai, 2000, p. 9.

⁷³ Jornal Agora, **Comerciantes não temem a concorrência do shopping**, op. cit.

crescimento e o mesmo apresentava áreas congestionadas com dificuldades para estacionamento⁷⁴.

A gerência de marketing do JPS, no período representada pela empresa Oficina de Idéias que possuía a conta publicitária do empreendimento, objetivando apresentar elementos estimulantes de investimentos dos empresários locais e retirar quaisquer dúvidas latentes acerca da efetiva inauguração do shopping, criou uma coluna nos jornais A Região e Agora denominada de “Folha do Jequitibá”. A referida coluna apresentou como conteúdo alguns detalhes relevantes no processo de construção do shopping, as expectativas, os acordos firmados, entrevistas com empresários que aderiram ao empreendimento, dentre outras informações, tendo início em outubro de 1998 e sendo publicada quinzenalmente até o final de 1999.

Contudo, a crise econômica regional também pode ser observada enquanto elemento relevante na baixa adesão inicial dos empresários locais ao shopping, na medida em que muitos deles não possuíam capital para investir no empreendimento ou não poderiam assumir os riscos do investimento, por menor que estes fossem. Neste processo, portanto, foi relevante os incentivos propiciados pelo poder público municipal na isenção de impostos e o financiamento para os lojistas do shopping fornecido pelo Banco do Nordeste a partir da negociação de um fundo de aval da Prefeitura Municipal⁷⁵.

Outro aspecto relevante na observação das perspectivas de impactos do empreendimento, diz respeito ao mercado imobiliário, que expressava na construção civil uma significativa perda de dinamismo no final da década de 1990. As perspectivas positivas no período de construção do shopping concentravam-se no entorno imediato do empreendimento, manifestadas também através da publicação de artigos e notícias na mídia impressa local⁷⁶.

⁷⁴ Um exemplo desse discurso pode ser encontrado em: Jornal A Região, **Grupo Chaves investirá R\$ 20 milhões na construção de shopping em Itabuna**, Ano XII, n. 562, 29 jun 1998, p. 15.

⁷⁵ As informações concernentes ao financiamento fornecido pelo Banco do Nordeste foram encontradas em: Jornal A Região, **Lojistas do Shopping terão financiamento do Banco do Nordeste**, Ano XII, n. 570, 24 ago 1998, p. 8.

⁷⁶ Exemplos da veiculação de expectativas para o setor imobiliário podem ser encontradas em: Jornal

As expectativas em relação ao setor imobiliário podem ser divididas em dois aspectos: o primeiro relacionado com a população residente no entorno do JPS, e o segundo com a possibilidade de implementação de novos produtos imobiliários no entorno do JPS pela disposição de terra urbana (*ver Foto 3*) e da legislação urbanística que permitia a construção de edifícios com até 20 pavimentos.

Foto 3: VISTA PARCIAL DA TERRA URBANA DISPONÍVEL PARA NOVOS PRODUTOS IMOBILIÁRIOS E ESPECULAÇÃO NO ENTORNO DO JPS, 2000.



Foto: Geraldo Borges.

Agora, **Shopping gera expectativa para moradores do Jardim União**, Ano XVIII, n. 857, 30 out a 5 nov, 1999, p. 9; Jornal Agora, **Modernização do Jardim Vitória passa pelo Jequitibá Plaza Shopping**, Ano XIX, n. 867, 8 a 14, jan, 2000, p. 9.

O bairro com maior expectativa no período de construção do JPS foi o Jardim União⁷⁷, no qual os moradores previam que com a implantação do shopping o bairro passaria a dispor de infra-estrutura básica, na medida em que não havia pavimentação nas ruas ou esgotamento sanitário no bairro.

Já no bairro imediatamente contíguo ao shopping, o bairro Jardim Vitória, que se observa à esquerda do empreendimento até a ponte Governador César Borges (*ver Foto 3*), a disposição de terra urbana revalorizada pelo shopping apresentava possibilidades de interesse do mercado imobiliário e das elites locais através da implantação de novos produtos imobiliários.

Nesta direção, o discurso engendrado pela mídia impressa local apontava para a necessidade da intervenção do poder público municipal no equacionamento de problemas residuais na infra-estrutura do bairro, preparando o espaço para a iniciativa privada e a valorização das parcelas do tecido urbano apropriadas pelas elites. Há poucos meses da inauguração da obra, portanto, foi veiculado na mídia impressa local um artigo⁷⁸ que continha o seguinte conteúdo:

O Jequitibá Plaza Shopping está sendo concluído numa área de cerca de 8 hectares, no Jardim Vitória, um bairro que tem metade de sua área beneficiada, com calçamento e paralelo, rede de água e esgoto, mais luz e telefone, enquanto a outra parte, justamente a que fica contígua ao próprio shopping e ao elegante bairro Góes Calmon, com ruas enlameadas, precisando urgentemente da presença do poder público para efetuar melhoramentos que se compatibilizem com a imponente obra.

Este pequeno exemplo aponta para um explícito posicionamento da mídia local que expressa a estrita vinculação e a conseqüente defesa de interesses privados e das classes de

⁷⁷ Em verdade o Jardim União é um loteamento situado no entorno do JPS. Contudo, o município não possui legislação que defina as delimitações dos bairros, fazendo com que os loteamentos, mesmo de pouca extensão, também sejam assim denominados.

⁷⁸ Jornal Agora, **Modernização do Jardim Vitória passa pelo Jequitibá Plaza Shopping**, op. cit.

alta renda da cidade, bem como da valorização e direcionamento do crescimento ou adensamento do tecido urbano para as elites, em detrimento dos gravíssimos problemas enfrentados pela população residente nas densas e volumosas periferias de baixa renda, apresentando as mais precárias condições de vida.

Para estas áreas, a mídia local apresenta um discurso que respalda a ausência do poder público municipal, enfatizando que os problemas das periferias não decorrem do poder público, mas são justificados pelo êxodo rural decorrente da crise econômica regional. A título de exemplo, podemos citar um fragmento do conteúdo de um artigo veiculado pela mídia impressa local, que enfatiza que:

As administrações públicas municipais das duas cidades se viram impossibilitadas de atender à demanda por serviços oferecidos como educação, saúde, saneamento básico e emprego para uma mão-de-obra não qualificada, gerando, como isso o crescimento da onda de violência, assaltos à mão armada, favelas, crianças fora da sala de aula, muitas delas viciadas em tóxicos e meninas prostituídas para levar comida para casa, sem contar que centenas delas passaram a viver nas ruas.

Conforme observamos, a administração do JPS afirma que não foram muitos os incentivos propiciados pelo poder público municipal, embora estes se tenham constituídos em pontos relevantes para o empreendimento. Por outro lado, o poder público municipal e outras esferas da estrutura política em âmbito estadual e federal demonstraram interesse no empreendimento, fato que se revela no momento da inauguração, que contou com a presença de Antônio Carlos Magalhães (então presidente do Senado Federal), César Borges (governador do estado da Bahia), Fernando Gomes (prefeito de Itabuna), Jabes Ribeiro (prefeito de Ilhéus), além de deputados federais e estaduais.

Esta expressiva presença do poder público na inauguração do empreendimento produziu também um discurso crítico por parte de um jornal tido como oposicionista ao governo do prefeito Fernando Gomes, enfatizando que a presença de importantes forças políticas do estado aliadas ao prefeito criou uma “atmosfera” que procurou expressar uma

relevância maior do poder público municipal para o empreendimento em um ano eleitoral, vinculando o discurso da modernidade e do desenvolvimento propiciado pelo empreendimento privado com o governo municipal⁷⁹.

As críticas ao governo municipal relacionadas com o JPS também se expressaram no aniversário do município, logo após a inauguração do shopping, quando o referido jornal publicou um artigo afirmando que o JPS foi o maior presente⁸⁰, considerando que a ausência do poder público municipal em empreender obras na cidade alimenta a necessidade do governo municipal procurar se vincular à inauguração do shopping. Por outro lado, é reafirmado o discurso do consenso em relação às positivities da instalação do empreendimento na cidade.

De qualquer forma, na propícia “atmosfera” produzida na ocasião da inauguração do JPS, em 5 de maio de 2000, o presidente do Grupo Chaves reafirmou a relevância positiva do empreendimento para a cidade, considerando que “o shopping só foi possível porque os que o construíram acreditaram ser possível mudar a história de Itabuna através da esperança e do aproveitamento das oportunidades”⁸¹. Na mesma ocasião, houve a exaltação dos valores investidos no empreendimento, o número de lojas instaladas e o número de empregos diretos criados.

O número de empregos diretos estava estimado em 1.200 no momento da inauguração, mas se concretizou em aproximadamente 1.000 empregos diretos e indiretos, entre a administração do JPS e o seu corpo de lojas, conforme informações repassadas pela própria administração do empreendimento.

Porém, o discurso de geração de emprego e renda pelo empreendimento mobilizou, a título de exemplo, mais de 8 mil pessoas de diversas cidades da região para a participação do processo de seleção de uma das lojas âncoras do JPS, que ofertava apenas 280 vagas para

⁷⁹ Estas críticas podem ser encontradas em: Jornal A Região, **Jequitibá Plaza Shopping é inaugurado em Itabuna**, Ano XIV, n. 656, 7 mai 2000, p. 15.

⁸⁰ O referido artigo pode ser encontrado em: Jornal A Região, **Jequitibá Shopping foi o maior presente**, Ano XIV, n. 667, p. 7.

⁸¹ Citação retirada de: Jornal Agora, **Shopping Jequitibá abre as portas com quase 90 lojas**, Ano XIX, n. 884, 26 fev a 3 mar, 2000, p. 9.

todos os níveis de formação⁸².

Nesta direção, é importante observar que, embora o empreendimento concentre um número considerável de empregos para a realidade da cidade, a racionalidade que norteia as ações da administração do shopping e dos lojistas é de maximização dos lucros, que compreende uma forma de gerência científica que abrange a minimização de diversos custos, dentre eles a minimização do número de empregos.

Portanto, embora o empreendimento concentre determinado número de empregos, esse número compreende o mínimo possível para o não comprometimento do funcionamento do empreendimento e das empresas instaladas, posto que o objetivo não se situa na geração de emprego, mas na maximização de faturamentos e lucros, incidindo diretamente na oferta mínima de empregos.

Outro aspecto relevante para consubstanciar o dissenso no discurso da instalação do shopping na cidade diz respeito a possíveis externalidades para os trabalhadores do comércio do centro tradicional ou mesmo do shopping. Estas podem ser mensuradas a partir da expressão acentuada de um processo de flexibilização das relações de trabalho e da imposição de rupturas nas relações entre comerciantes e comerciários com a utilização de novas normatizações destinadas ao acréscimo da lucratividade fundamentadas e/ou “respaldadas” na concorrência das atividades dispostas nas diferentes centralidades, muitas vezes também associadas com o discurso de modernização.

De qualquer forma, o discurso predominante no processo de instalação do JPS compreende a exaltação das positivities do empreendimento e da ausência de possíveis questionamentos quanto a outros impactos do shopping e a que grupos sociais estes se destinavam.

Este discurso positivo transcenderia o shopping enquanto empreendimento genérico para emanar também na produção do shopping enquanto particularidade, fato observado, por exemplo, no nome escolhido para o shopping, procurando expressar forte vinculação com a

⁸² Informações encontradas em: Jornal A Região, **Shopping já comercializou 85% dos pontos de venda**, Ano XIV, n. 647, 5 mar 2000, p. 12.

cidade e a região, na medida em que, de acordo com Rocha, L. (2000, p. 153), o shopping possui “um nome fantasia pomposo, visto ser o jequitibá uma árvore nobre, imponente, de vida longa, de raízes fortes e profundas. É uma árvore que inspira fortaleza, orgulho, intrepidez, beleza. Além disso, já foi muito comum na região”.

A partir dos aspectos e elementos enunciados neste debate preliminar, pode-se depreender que, direcionada pela abstração da realidade presente na construção do discurso do consenso da modernização e desenvolvimento propiciado pelos novos artefatos inseridos no espaço urbano, a reestruturação espacial tende a reproduzir um esvaziamento das experiências dos conflitos de interesses de classe.

Nesta direção, embora o discurso se constitua de aspectos reais e concretos, estes aspectos terminam por velar interesses e contradições, velando as tensões da sociedade burguesa ao mesmo tempo em que permite a desconstrução das possibilidades teóricas e práticas de emancipação e conscientização política dos cidadãos.

Reafirma-se no “espaço pseudoconcreto”, produzido pelo falseamento ideológico das contradições reais e pelo discurso parcial que sustenta o interesse das elites, a impossibilidade de uma apropriação subversiva à racionalidade capitalista. Nesta direção, depreende-se que a reestruturação fundamenta-se na manifesta pertinência da produção do espaço para a reprodução ampliada do capital.

O discurso consubstanciado no ideário de desenvolvimento econômico e social materialmente caracterizado, e supostamente proporcionado, pelas novas expressões de centralidade, portanto, reverbera a ideologia que institui as novas técnicas enquanto ícones da modernidade, ao mesmo tempo em que ocultam a agudização das tensões entre o que é central e o que não é no espaço urbano, acentuando os conflitos entre os grupos sociais pelo acesso e apropriação das parcelas do tecido urbano.

Neste sentido, embora as tensões se aprofundem, o discurso da modernização e desenvolvimento mascara os conflitos pulsantes na reprodução dos conteúdos sociais que se realizam na cidade, denotando uma sincronia subversiva existente entre os processos espaciais e sociais. Estes, então, se realizam em resposta às necessidades de ampliação do mundo da

mercadoria e da territorialização de novas técnicas e racionalidades que maximizem a acumulação do capital e reafirmem o esvaziamento da vida cotidiana, da mesma forma que impedem que as contradições do processo resultem na construção de efetiva conscientização e ação política.

7.2. As respostas do centro tradicional na redefinição do velho

A ocorrência de uma nova expressão de centralidade no processo de estruturação do espaço urbano implica na dinâmica de centralidade múltipla e plural, em que a centralidade se multiplica, de forma que a nova área central e a anterior expressem centralidade, não implicando que a criação de uma nova centralidade retire os atributos e a dinâmica dos fixos e fluxos que se concentram dispostos na área do centro tradicional.

Entretanto, a imposição dos novos artefatos no tecido urbano desencadeia um processo de reestruturação do espaço urbano que incide também na modificação do velho, que se redefine. Nesta direção, o centro tradicional se transforma a partir de reações às externalidades da nova expressão de centralidade, não permitindo ser apreendido apenas na sua concepção anterior.

Depreende-se, portanto, em uma reflexão preliminar, que a nova estrutura urbana que se revela decorrente do processo de reestruturação apresenta além de uma nova expressão de centralidade, um centro tradicional renovado, que se redefine e reage para internalizar as externalidades da nova expressão de centralidade e suprir as novas demandas de mercado objetivando concorrer com o Shopping Center.

Muitas vezes ocorre a utilização da apropriação do substantivo “Shopping” enquanto adjetivo para algumas vias como estratégia de marketing, denominadas de “Shopping à céu aberto”, bem como a construção do discurso de degradação do centro para justificar investimentos do poder público municipal em um processo de “revitalização” do centro, ou

mesmo de parcerias público privadas, mais uma vez em detrimento das áreas periféricas de baixa renda da cidade.

Conforme apontado no item anterior, em Itabuna o anúncio da construção do shopping engendrou, a princípio, um expressivo temor dos empresários do setor de comércio do centro tradicional, posto que foi observado estritamente a multiplicação da centralidade na cidade e a da concorrência de um equipamento que internaliza as externalidades negativas do centro tradicional, como a violência, a falta de estacionamentos, o convívio de diferentes classes sociais, dentre outras.

Por outro lado, a multiplicação da centralidade na cidade confere um processo de reafirmação da centralidade da cidade, incitando o aprofundamento da drenagem de renda regional pela cidade que centraliza os fluxos e fixos. Portanto, se realizam processos espaciais interescares que implicam na centralidade complexa, expressando que ao mesmo tempo em que a centralidade se multiplica em âmbito intra-urbano, ela se concentra em âmbito interurbano, e este processo é de extrema relevância nas estratégias locacionais de novos equipamentos e artefatos.

Esse processo se expressa parcialmente em uma afirmação do presidente do Grupo Chaves logo após a inauguração do shopping, quando este analisa que o shopping “realizou o sonho de consumo de milhares de habitantes de Itabuna e cidades vizinhas” (JORNAL AGORA, 28 de julho de 2000, p. 10 *apud* ROCHA, L., 2000, p. 153), apontando que a centralidade do shopping transcende os limites territoriais do município e reforçam a drenagem de renda dos demais municípios da região.

O incremento de fluxo de pessoas de outros municípios que foram seduzidas ao consumo ou o lazer no shopping em um momento de estagnação econômica na cidade, houve um movimento de resgate dos fluxos de pessoas que realizavam compras no comércio de Itabuna. Nesta direção, conforme observa o presidente da CDL-Itabuna, não se concretizaram as previsões de que o shopping iria comprometer o comércio do centro tradicional, com fechamento de lojas devido à concorrência com o JPS.

Desta forma, o reforço da centralidade de Itabuna na rede urbana que se concretiza a

partir da nova expressão de centralidade, gera e mantém fluxos que não se concentram estritamente no shopping, mas o transcende. Portanto, para além do efetivo incremento de fluxos destinados ao novo artefato fundamentados no conjunto de ideários que se constituem nos seus atrativos reais ou forjados, o comércio do centro tradicional pode internalizar parte deste incremento de fluxos na cidade.

Por outro lado, o shopping internaliza fluxos de forma similar, na medida em que a consolidação da centralidade da cidade a partir das funções comerciais e de serviços incide diretamente na dinâmica de fluxos que se direcionam ao empreendimento, instalado na cidade também por esta dispor deste requisito à maximização do faturamento e da lucratividade do grupo empreendedor e demais capitalistas envolvidos.

A partir destas primeiras modificações elencadas, corrobora-se com a análise da administração do JPS de que existe mais complementaridade do que concorrência entre o empreendimento e o comércio do centro tradicional, mesmo porque uma concorrência demasiada entre as centralidades poderia desencadear na perda de lucratividade e rentabilidade que incidiria na diminuição dos fluxos interurbanos que se direcionam a uma dessas áreas e é internalizada pela outra.

Desta forma, esta análise de complementaridade aparentemente denotaria maior expressão concreta quando observado a internalização dos fluxos interurbanos pelo reforço da centralidade da cidade. Tal observação pode ser depreendida, nesta direção, na afirmação do presidente da CDL-Itabuna, que aponta o advento do shopping enquanto um “resgate da consolidação do comércio de Itabuna como atrativo do comércio regional”, havendo uma análise de que o fluxo de pessoas não se destina estritamente ao shopping, sendo que estas circulam pelo centro tradicional objetivando realizar comparação de preços das mercadorias com o comércio da área. Portanto, há um aprofundamento da drenagem da renda regional que decorre não estritamente do JPS — na medida em que os fluxos no centro tradicional se intensificam —, mas a partir deste.

Este resgate da centralidade de Itabuna nas atividades de comércio se apresenta a partir do processo de construção do shopping através da atração de novos investimentos em empreendimentos comerciais que continuaram a se situar no centro tradicional, muitas vezes

sem uma unidade filial no shopping, da mesma forma que algumas empresas situam-se exclusivamente no JPS. A localização, contudo, resulta das estratégias dos investidores fundamentadas nos fluxos e no público alvo, dado ao fato de que as centralidades geram e mantêm fluxos em determinados grupos e classes sociais.

Nesta perspectiva, o trecho mais dinâmico da Av. Cinquentenário compreendeu a localização que mais atraiu as novas empresas que se instalavam no centro tradicional, algumas empresas com duas, três lojas presentes neste trecho, o que também representou uma maior inserção de filiais de empresas com maior porte substituindo, às vezes, empresas locais de menor porte.

Outro viés analítico pode ser apreendido de acordo com análises encontradas em Prefeitura Municipal de Itabuna (2001, p. 37-38), na qual o shopping e demais grandes empreendimentos comerciais que se instalassem na cidade apontariam para um processo em que estes passariam a:

tornar-se mais atraente[s] e é para [eles] que tenderão a ir os capitais comerciais de ponta, ou seja, os mais competitivos, os quais, em tais condições de operação, deverão obrigar uma renovação urbana em seu entorno e um envelhecimento nas áreas comerciais e habitacionais tradicionais, aqui incluídos Centro, Cinquentenário, trecho da Rodoviária e muitos “bairros” da Cidade.

Decerto que os capitais que apresentam maior competitividade tendem a instalar-se na nova expressão de centralidade. Contudo, evidentemente a estratégia de localização se determina pelas pesquisas de mercado, a faixa de renda que compreende o público alvo dos novos investimentos e às lógicas de reprodução e acumulação do capital, fazendo com que muitos deles se localizassem no centro tradicional.

Desta forma, este movimento apontaria para um processo de “popularização” das mercadorias comercializadas na área, com preços mais baixos visando o atendimento a um público diferente ao que consome em SCs, e não necessariamente de envelhecimento da área

comercial do centro tradicional, o que denota a expressão da dinâmica de centralidade polinucleada, diferenciada quanto à renda e os grupos sociais.

Por outro lado, a emergência do referido processo de “popularização” das mercadorias e, em certa medida, redefinição do público alvo quanto à renda deste, denota uma determinada saturação do centro tradicional ao atendimento às novas estratégias de reprodução e acumulação do capital. Estas estratégias apresentam-se necessárias aos interesses que direcionam as ações dos grupos investidores mais competitivos e, portanto, direcionam também as ações dos grupos menos competitivos, que procuram se inserir em outras expressões de centralidade.

Os grupos investidores mais competitivos, ao se pautarem nessas novas estratégias e racionalidades, que se apresentam com maior agressividade no mercado, tendem a se direcionar para a centralidade que reverbera de forma mais profícua seus interesses, apresentando também menor risco para o investimento e situação privilegiada de concorrência com demais empresas similares.

Retornando aos debates concernentes aos processos de redefinição do centro tradicional impelidos a partir da nova expressão de centralidade, uma primeira observação aponta para a construção de um discurso de envelhecimento e degradação do centro tradicional, atributos externalizados por esta área e internalizados pelo shopping, que se apresenta como um local “perfeito” para o ato da sedução e da compra.

O discurso de envelhecimento e degradação do centro inicia-se com a imposição do novo e as necessidades prementes à redefinição do centro. Nesta direção, o novo cria o envelhecimento que, entretanto, se estabelece principalmente enquanto discurso na procura incessante por estratégias de concorrência com a nova expressão de centralidade e no fomento de políticas de planejamento por parte do poder público municipal objetivando a “revitalização” do centro tradicional para os investidores privados, essencialmente vinculados com os interesses das elites locais. Em outros termos, a redefinição do centro consubstancia o discurso de envelhecimento e degradação que, por seu turno, justifica a valorização e revitalização do centro tradicional.

Portanto, em decorrência da instalação do shopping, conforme observa o presidente da CDL-Itabuna, o comércio do centro tradicional sofre algumas alterações notórias na aparência das lojas, que somadas aos novos investimentos — essencialmente no trecho mais dinâmico da Av. Cinquentenário e na Av. Paulino Vieira — provocaram modificações na paisagem desta área. Os lojistas passaram a demonstrar uma maior preocupação com o visual, tanto externo, com a reformulação e decoração de vitrines e na exposição das mercadorias, quanto interno, com ambientes climatizados incorporados de estratégias de sedução que possuíam o shopping enquanto referencial.

Evidente que a apropriação de elementos inseridos a partir da nova expressão da centralidade no comércio do centro tradicional não configura resultados equivalentes no que tange à agressividade no mercado, e decerto não implicam na utilização de racionalidades que se assemelhem às do shopping, por conseguinte não provocando um processo de maximização dos lucros e faturamento.

De qualquer forma, estas modificações, mais notadamente na aparência das lojas, constituem-se relevantes na conversão do incremento dos fluxos de pessoas em crescimento do consumo e na concorrência com determinadas lojas instaladas no shopping. Para além dessas questões, o discurso de envelhecimento do centro que se construía paralelamente serviu enquanto uma justificativa para novos investimentos do poder público municipal na área do centro tradicional em detrimento das áreas periféricas.

Neste contexto de investimentos do poder público municipal possui papel relevante a CDL-Itabuna, na medida em que, conforme afirma o presidente da entidade, a CDL e demais entidades do comércio são referências e possuem papéis expressivos na relação dos lojistas com o poder público municipal e o crescimento da cidade, debatendo e manifestando-se acerca de questões em pauta na cidade não estritamente vinculadas ao comércio. Contudo, os debates promovidos direcionam-se para a qualidade no recebimento dos consumidores na cidade, que traz resultados positivos para a lucratividade e o faturamento do comércio e demais setores econômicos.

A modificação mais relevante na paisagem do centro tradicional a partir da instalação do JPS ocorre na Av. Paulino Vieira, na qual, a partir de julho de 2003 iniciou-se uma

primeira reforma essencialmente visando a supressão do estacionamento na avenida para o alargamento e uniformização das outrora estreitas calçadas, bem como sinalização horizontal visual e para portadores de necessidades especiais (*ver Figura 17*).

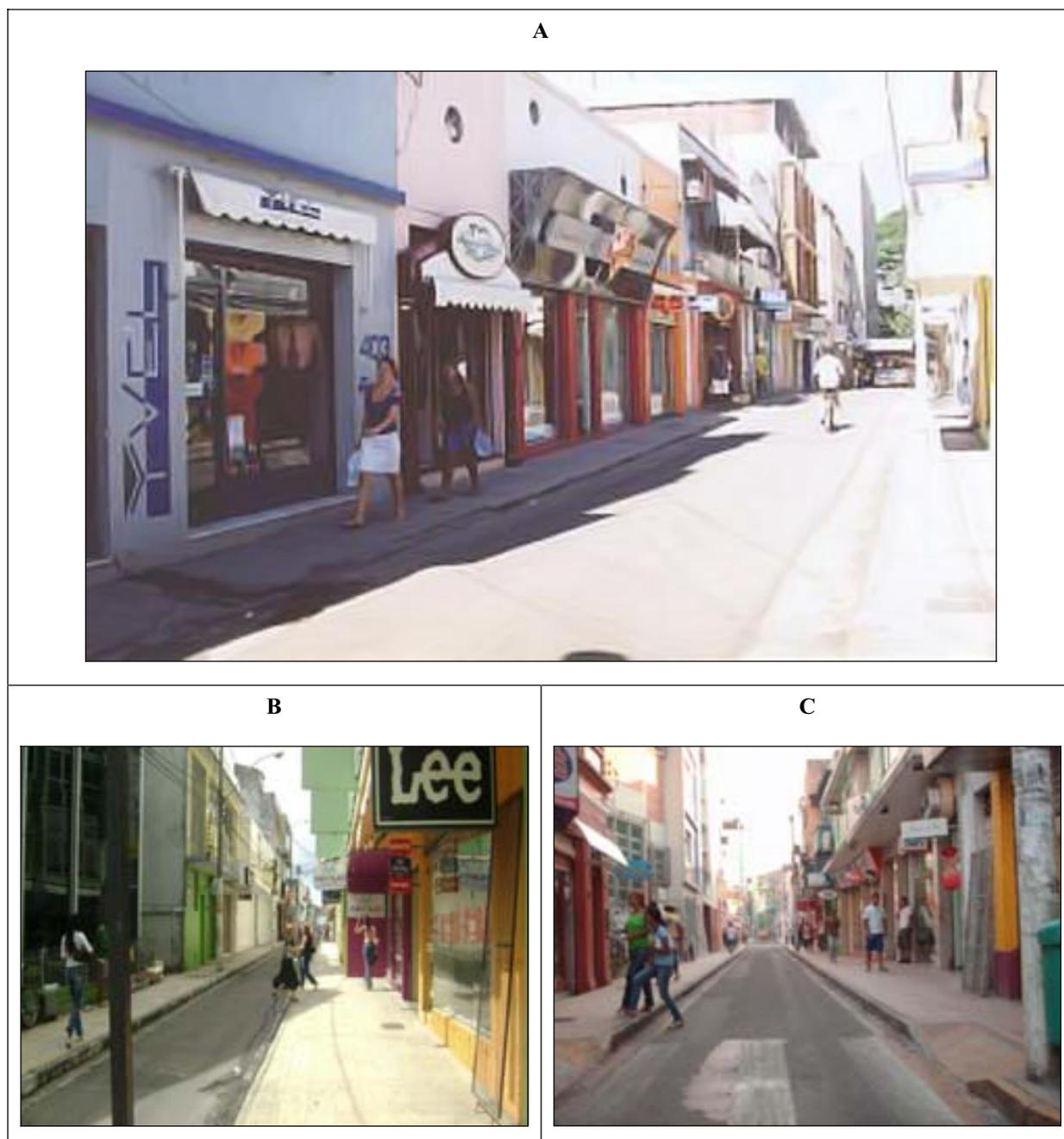
Esta reforma se realizou com investimentos do poder público municipal, denotando a atenção de uma demanda de ocasião das elites locais e de investidores privados. O alargamento e a sinalização horizontal objetivavam impelir uma conseqüente intensificação e melhoria para o fluxo de pedestres e consumidores, possibilitando uma maior contemplação das vitrines e das mercadorias expostas, provocando um crescimento do consumo que transcende uma mera melhoria na acessibilidade dos pedestres.

A partir desta primeira reforma, os lojistas da avenida e os meios de comunicação locais passaram a referir-se a esta como um “Shopping a céu aberto”. Esta denominação, contudo, não se demonstrava concretizada materialmente na avenida pelas modificações propiciadas pela referida reforma, fato que fomentou uma organização dos lojistas em procurar construir novas alternativas de investimentos que se apresentassem mais profícuas aos interesses dos mesmos.

Por outro lado, a denominação expressava a maior concentração de lojas de vestuário e produtos de maior qualidade e preços mais elevados no comércio do centro tradicional, fato que aponta o comércio da avenida enquanto maior concorrente do JPS nesta área. Apesar disso, comparativamente aos preços das mercadorias comercializadas no shopping, o comércio da avenida apresenta preços mais condizentes com a realidade da renda da população da cidade — e da região — que procura consumir mercadorias de qualidade com preços mais acessíveis.

Entretanto, embora muitas mercadorias não sejam equivalentes às de determinadas lojas do shopping que contam com determinadas marcas e produtos exclusivos para consumidores de maior renda, isso não significa que a concorrência não possa se estabelecer para os níveis de renda do público alvo destas centralidades que em alguma medida se equivalham. De qualquer forma, não significa que o denominado “Shopping a céu aberto” possua os mesmos atributos qualitativos e mecanismos estratégicos de atração e reprodução de capitais que o “shopping real”.

Figura 17: PRIMEIRA REFORMA DA AVENIDA PAULINO VIEIRA⁸³.



⁸³ Foto A: Sem fonte, retirada do *site* dos lojistas da avenida, disponível em: <<http://www.paulinovieira.com.br>>. Acessado em 14/02/2008. Fotos B e C: Gilberto Alves de Oliveira Júnior, 2007.

Nesta direção, apesar de o centro tradicional procurar se redefinir a partir de estratégias como esta, a redefinição não se constitui efetivamente concretizando elementos inibidores da centralidade polinucleada, segmentada quanto aos (des)níveis de renda da população, o que significa que em última instância o público alvo difere nas expressões de centralidade.

Contudo, a emergência de projetos como os que se desenvolvem na Av. Paulino Vieira produz no interior do centro tradicional fragmentos de áreas consideravelmente especializadas e direcionadas a públicos diferenciados, essencialmente quanto à renda. Em outras palavras, não ocorre meramente um envelhecimento do centro tradicional, mas a insurgência de novas estratégias de renovação e redefinição do “velho” a partir da inserção do novo, posto que o novo implica em redefinir o velho.

O centro tradicional assume, portanto, novas perspectivas, e a apreensão desta parcela do tecido urbano — enquanto seus conteúdos e sua articulação — no contexto da estrutura urbana demanda da realização de debates acerca das possíveis modificações dos papéis do centro a partir da emergência de rupturas e continuidades do processo de estruturação. Portanto, o centro se redefine com a redefinição da centralidade, com a redefinição dos processos sociais e espaciais que incidem diretamente no que se movimenta no território.

No centro tradicional de Itabuna, a Av. Paulino Vieira se redefine com maior expressividade, principalmente a partir das propostas de modificações qualitativas na avenida que se apresentam como referencial para projetos de “Shopping a céu aberto” em outras cidades do estado. Mesmo em outros estados a aplicação do projeto na avenida tornou-se referência, fato que se expressa com as visitas de empresários dos estados da Paraíba, Tocantins, Amazonas e Espírito Santo em 2005⁸⁴, de Pernambuco em 2006⁸⁵ e outros empresários do Espírito Santo em 2007⁸⁶.

⁸⁴ Informações obtidas em: “Empresários visitam Itabuna para conhecer o comércio da Paulino Vieira”, publicado no site da Prefeitura Municipal de Itabuna em 07/12/2005. Texto disponível no Anexo II desta dissertação.

⁸⁵ Informações obtidas em: Revista Conexão (Bahia), **Projeto Shopping a Céu Aberto vira modelo para Pernambuco**, n. 153, agosto de 2006, p. 8.

⁸⁶ Informações obtidas em: “Shopping a céu aberto em Itabuna é considerado um modelo de união”,

No segundo semestre de 2005 inicia-se a concretização de novos projetos na avenida, vinculados ao projeto “Varejo Vivo”⁸⁷ do Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequena Empresa (SEBRAE), considerado modelo para dinamizar o comércio em áreas de centros tradicionais e melhorar a competitividade de pequenas empresas do setor varejista.

Os pontos mais relevantes do projeto “Varejo Vivo” consistem no fomento de entidades associativas dos lojistas, pesquisas de mercado, reforma das lojas, melhoria da infra-estrutura da área, capacitação dos empresários e comerciários, com um esforço conjugado entre os lojistas, o poder público municipal e o SEBRAE.

O esforço conjugado entre os pequenos e médios empreendedores privados, suas respectivas entidades representativas, o poder público municipal e o SEBRAE são considerados um exemplo de convergência de objetivos e ações para interesses comuns quanto ao fortalecimento do comércio no centro tradicional na cidade e da dinâmica econômica municipal e regional⁸⁸.

Portanto, os incentivos ao setor são justificados para a geração de emprego e renda na cidade, e reforçam a concentração de projetos com auxílio do poder público municipal em determinados fragmentos da cidade a partir da demanda de alguns grupos privilegiados, ignorando a cidade enquanto totalidade.

Além disso, o setor é responsável pela maior parte da geração de impostos municipais, embora o incremento de arrecadação de impostos com o crescimento do volume do faturamento das empresas não se reverta em futuros investimentos em áreas mais carentes de infra-estrutura, na medida em que apenas alguns fragmentos da cidade são privilegiados pela construção de discursos de demanda de determinadas áreas que propiciariam desenvolvimento e crescimento econômico, em um movimento incessante de “ausência justificada” do poder público municipal.

publicado no site da Prefeitura Municipal de Itabuna em 27/11/2007. Texto disponível no Anexo II desta dissertação.

⁸⁷ Maiores informações sobre o projeto “Varejo Vivo” podem ser encontradas em no *site* do SEBRAE, disponível em: <<http://www2.ba.sebrae.com.br/programaseprojetos>>. Acesso em 14/02/2008.

⁸⁸ Maiores informações podem ser encontradas em: “Shopping a céu aberto em Itabuna é considerado um modelo de união”, op. cit.

O projeto de transformação da Av. Paulino Vieira em um “Shopping a céu aberto” concretiza o discurso de necessidade de requalificação dos centros tradicionais através da implementação nestas áreas de uma:

filosofia de shopping centers. [...] O objetivo é aumentar a atratividade, tornando o ambiente do comércio de rua mais humanizado, com maior acessibilidade, sanitários públicos, pisos mais adequados, vagas para estacionamento, segurança e conforto. [...] O projeto de shopping a céu aberto possibilita que os empresários saiam do isolamento e possam ter estratégias coletivas de marketing e administração do espaço⁸⁹.

Nesta direção, embora em menor proporção e expressividade, o comércio do centro tradicional pode experimentar de estratégias mais agressivas de marketing consubstanciadas através de informações privilegiadas de mercado, podendo também apresentar uma maior concorrência com lojas situadas no shopping e mais competitividade, na medida em que as lojas da Av. Paulino Vieira comercializam mercadorias com preços mais acessíveis, embora muitas vezes com qualidade equivalente.

Entretanto, ao contrário do SC, o “Shopping a céu aberto” não possui legislação condominial ou uma administração centralizada e extremamente racionalizada, não existindo determinações na disposição da loja na avenida — na medida em que inexistente a (nova) lógica imobiliária dos SCs — e no tipo e qualidade de mercadorias que devem ser comercializadas, cabendo ao comprometimento e organização dos lojistas a efetiva obtenção de metas e resultados.

De qualquer forma, o projeto se consolida possibilitando a modificação na situação de isolamento do lojista, que passa a contar com novas estratégias de campanhas e ações conjuntas, internalizando as externalidades das demais lojas da avenida quanto ao fluxo de pessoas e, mais propriamente, ao consumo.

⁸⁹ Fragmento encontrado em: Revista Conexão (Bahia), **Comércio de rua com filosofia de shopping center**, n. 151, maio de 2006, p. 12.

Além disso, o “Shopping a céu aberto” se beneficia dos fluxos inter e intra-urbanos que se direcionam para a área do centro tradicional, da mesma forma que podem também incrementar fluxos nos demais fragmentos desta área. Portanto, se encontra localizado *a priori* em área de grande intensidade de fluxos, embora possa e se interesse também em gerar e manter fluxos quantitativamente e qualitativamente novos que sirvam de incremento ao faturamento e lucratividade dos lojistas.

Em relação aos aspectos físicos e de infra-estrutura da área, o projeto que iniciou sua fase de finalização em janeiro de 2008 ainda não expressa modificações (*ver Foto 4*). Entretanto, o projeto estabelece a supressão da única faixa que permitia o fluxo de veículos pela avenida, sendo realizado o calçamento da mesma e das vias transversais, que se destinarão exclusivamente ao fluxo de pedestres, a exemplo do interior de um shopping.

Foto 4: ANDAMENTO DO PROJETO DE “SHOPPING A CÉU ABERTO” DA AV. PAULINO VIEIRA, 2008.



Foto: Mônica Alves de Oliveira, 2008.

Nesta direção, o projeto de revitalização da avenida pauta-se em constituir a possibilidade de permanência de maior concentração de consumidores em potencial que se deslocariam pela avenida em um caminhar mais lento e contemplativo das mercadorias que se encontram expostas nas vitrines.

Em consonância e complementaridade ao projeto do “Shopping a céu aberto” da Av. Paulino Vieira, encontra-se também em andamento a revitalização da praça Camacan (*ver Figura 18*), que objetiva que a praça exerça futuramente a função equivalente a “um equipamento complementar ao do Shopping a Céu Aberto da Paulino Vieira, servindo como espaço de lazer e praça de alimentação”⁹⁰. O referido projeto possui recursos do Ministério do Turismo da ordem de R\$ 2,5 milhões, e prevê ainda a remoção dos trabalhadores informais situados na praça para uma futura instalação na Av. Amélia Amado a partir da cobertura de trecho do canal Lavapés.

Figura 18: ANDAMENTO DO PROJETO DE REVITALIZAÇÃO DA PRAÇA CAMACAN, 2008⁹¹.



⁹⁰ Fragmento encontrado em: “Seduma inicia obras na praça Camacan”, publicado no site da Prefeitura Municipal de Itabuna em 18/02/2008. Texto disponível no Anexo II desta dissertação.

⁹¹ Fotos A e B: Mônica Alves de Oliveira, 2008.

O projeto do novo espaço que abrigará os trabalhadores informais encontra-se em debate entre a Associação dos Vendedores Ambulantes de Itabuna (AVAI) e as secretarias municipais de Indústria e Comércio, Administração e Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente. A proposta inicial colocada em debate prevê a instalação de 64 boxes e 100 barracas no novo espaço que terá custeamento da infra-estrutura pela Prefeitura Municipal e custeamento dos boxes por parte dos trabalhadores, com previsão de conclusão das obras em julho de 2008.

A Prefeitura Municipal divulgou que o investimento do projeto será da ordem de R\$ 140 mil reais para a execução das obras de infra-estrutura referentes à construção do novo espaço que será ocupado pelos trabalhadores informais, sendo que o mesmo possuirá 400 m² de área construída⁹².

A remoção dos trabalhadores informais da praça no momento de execução das obras de revitalização denota o conflito de interesses entre esses trabalhadores e os pequenos e médios empresários da Av. Paulino Vieira que serão mais diretamente privilegiados com o término das obras, apresentando maior poder na tomada de decisões por parte do poder público municipal.

Nesta direção, os trabalhadores informais não são incluídos no projeto de revitalização que possibilitaria um incremento de fluxos na praça, que possuía muitos boxes fechados por conta do baixo fluxo de pessoas, com muitos trabalhadores se retirando do espaço e se instalando nas calçadas da Av. Cinqüentenário para comercializar mercadorias em barracas improvisadas.

Portanto, a remoção dos trabalhadores aponta para a construção de um discurso de solução das dificuldades quanto aos fluxos na área outrora destinada a estes na praça Camacan, ao mesmo tempo em que retira as possibilidades destes trabalhadores de usufruir das melhorias infra-estruturais que serão promovidas na área. Em outras palavras, termina por denotar uma vinculação do poder público municipal através de projetos públicos com

⁹² Informações encontradas em: “Prefeitura vai investir R\$ 140 mil em urbanização de camelódromo”, publicado no site da Prefeitura Municipal de Itabuna em 12/03/2008. Texto disponível no Anexo II desta dissertação.

determinados interesses privados em detrimento de outros grupos que lutam pela apropriação do centro da cidade através do trabalho.

Além dos projetos supracitados, outras modificações mais pontuais e superficiais em fragmentos da área do centro tradicional se encontram em possibilidades de serem executadas por demanda de ocasião de determinados grupos. Estas modificações se respaldam no Programa de Humanização de Cidades promovido pelo governo do estado da Bahia que subsidia projetos de requalificação e/ou revitalização das áreas centrais de cidades baianas. Em Itabuna:

o projeto-âncora do programa prevê não apenas a reurbanização da praça Otávio Mangabeira, como também a transformação da Cinquentenário na “avenida da cidade”, com iluminação, áreas verdes, e um conjunto de intervenções que também vão mudar a fisionomia das praças Adami e Santo Antônio. O programa também prevê a reutilização do espaço do rio Cachoeira e suas bordas, como um cenário da cidade, incorporado à paisagem urbana⁹³.

Os lojistas de outra via importante para o comércio do centro tradicional, o trecho calçado da Rua Rui Barbosa, também se mobilizam no intuito de se tornarem aptos a receberem investimentos por parte de projetos similares para revitalização da área. A área então passa a ser incluída no Programa de Humanização de Cidades ainda em 2006, constituindo um “projeto [que] deverá envolver investimentos e ações na melhoria da infraestrutura, segurança, pavimentação, iluminação, coleta de lixo e vigilância sanitária no Calçadão da Rui Barbosa, que poderá ser transformado, no futuro, num shopping a céu aberto”⁹⁴.

Entretanto, em julho de 2007, anteriormente aos debates nos quais foi proposto uma

⁹³ Fragmento encontrado em: “Itabuna ganha plano de humanização de cidade”, publicado no site da Prefeitura Municipal de Itabuna em 22/12/2006. Texto disponível no Anexo II desta dissertação.

⁹⁴ Fragmento encontrado em: “Parceria poderá revitalizar calçadão da Rui Barbosa”, publicado no site da Prefeitura Municipal de Itabuna em 12/07/2007. Texto disponível no Anexo II desta dissertação.

parceria — esta realizada entre o poder público municipal, o SEBRAE, a Associação dos Lojistas do Calçadão da Rui Barbosa e demais entidades representativas dos empresários do setor —, os empresários com investimentos no local demonstraram insatisfação com a morosidade das implementações de melhorias infra-estruturais acenadas por parte do poder público municipal⁹⁵.

Outro investimento na área do centro tradicional consiste na implantação da Central de Monitoramento de Vídeo, que será operada pela Polícia Militar, no qual está previsto a instalação de 20 câmeras na área⁹⁶ ainda em 2008. Esta iniciativa procura reduzir a propagação de matriz discursiva e real de insegurança em ambientes abertos, essencialmente em espaços públicos, fato que produz externalidades negativas do centro que são internalizadas pelo shopping, conforme observado.

A partir das observações do presente debate, depreende-se que com as rupturas propiciadas na estrutura urbana pela nova expressão de centralidade, o centro tradicional passa a se expressar enquanto uma centralidade que se redefine. Portanto, para além de uma nova expressão de centralidade, a reestruturação do espaço intra-urbano revela “novas” expressões de centralidade, na medida em que o centro tradicional se renova e não mais se constitui enquanto o denominado “velho”, mas resultante dos embates e adequações realizados com a imposição do novo.

Portanto, possui uma expressão, em certa medida, diferente quando comparado ao que se revelava anteriormente à instalação do shopping, ao mesmo tempo em que se aproveita de uma situação privilegiada preexistente. Nesta direção, enquanto concentração de fixos, o centro apresenta continuidades, mas expressa rupturas qualitativas quanto aos fluxos que gera e mantém, que por sua vez incidem em modificações no que se encontra fixo no território, a exemplo dos projetos de revitalização e/ou requalificação, ou mesmo de “popularização” das mercadorias e do público alvo de fragmentos do centro.

⁹⁵ Fragmento encontrado em: “Prefeitura reafirma compromisso de revitalizar o Calçadão da Rui Barbosa”, publicado no site da Prefeitura Municipal de Itabuna em 12/07/2007. Texto disponível no Anexo II desta dissertação.

⁹⁶ Informações encontradas em: Jornal Agora, **Indústria e Comércio define prioridades para 2008**, Ano XXVI, n. 2242, 5 a 7, jan, 2008, p. 8.

Nesta direção, as modificações que caracterizam a redefinição da centralidade e do centro tradicional podem ocorrer tanto na procura incessante de concorrência e competitividade com a nova expressão de centralidade quanto com uma modificação do público alvo para faixas de renda diversas às estabelecidas enquanto alvo pelo shopping, fato que representa com maior intensidade a centralidade polinucleada.

Entretanto, a revitalização do centro tradicional ou de fragmentos do centro não o constitui em centralidade com o mesmo nível estratégico e agressivo no que tange à cooptação e programação dos consumidores, bem como às possibilidades de maximização do faturamento e lucratividade dos diferentes grupos capitalistas. Além disso, a revitalização não é suficiente para anular a internalização de externalidades negativas do centro tradicional, na medida em que este ainda se apresenta enquanto “cidade real”, da qual o shopping se apropria para aprofundar os apelos ao consumo no espaço privado.

Por outro lado, é importante ressaltar que o processo de redefinição do centro tradicional aponta para o discurso de modernização do espaço público tendo como referência o espaço privado, o que implica em anulação do debate político pela afirmação do consenso e em modificações na apropriação do espaço e do centro.

Portanto, os novos processos espaciais impostos por novas racionalidades e estratégias de reprodução do capital transcendem as parcelas do tecido urbano nas quais se instalam, redefinindo o centro e a periferia, além limitar a apropriação do espaço, que tende a se realizar pautada estritamente em interesses econômicos e em valores de troca.

A redefinição da centralidade e do centro em cidades médias aponta para o desenvolvimento de novos processos que se expressam a partir de um movimento que se realiza travestindo espaços privados em públicos e espaços públicos em privados sob anuência de um discurso naturalizante que apregoa as modificações enquanto elementos de modernização, em outros termos, inevitáveis e benéficas.

7.3. Novos produtos imobiliários e a revalorização da terra urbana no entorno do JPS

As modificações impelidas pela inserção de um artefato qualitativamente novo, capaz de gerar e manter fluxos de forma a estabelecer-se enquanto nova expressão de centralidade na estrutura urbana, implicam em redefinições que partem de rupturas manifestas no interior de continuidades que se constituem em “novos modelos” discursivos. Esses, por seu turno, velam a apropriação e internalização das externalidades por grupos seletos.

Nesta direção, é necessário empreender um debate que aponte para a apreensão de como estes “novos modelos”, por sua vez, conjugam velhos interesses com novas formas de expressão mais proficuas aos interesses de grandes grupos, mas que não se encontram alheios aos interesses de grupos locais.

Portanto, a nova expressão de centralidade não se resume aos interesses dos grupos capitalistas que constituem sua concentração material de forma estrita e internalizada, na medida em que a defesa dos interesses desses grupos resulta na defesa das externalidades produzidas, impelindo a construção do discurso de modernização resultante das possibilidades apropriação dessas externalidades por bolsões de alta renda na cidade.

As redefinições propiciadas pela nova expressão de centralidade não se restringem às resultantes no centro tradicional da cidade a partir da centralidade complexa e polinucleada, conforme observamos. Assim, as redefinições impelem, dentre outros, um notório processo de revalorização da terra urbana que se revela essencialmente no entorno imediato do empreendimento, que constitui a parcela do tecido urbano que se define enquanto fragmento de cobiça de empreendedores e de grupos da elite local na conformação de uma parcela restrita às camadas de alta renda.

Contudo, mais uma vez, esse processo se realiza consubstanciado com o discurso de modernização, desenvolvimento e crescimento econômico através dos novos produtos imobiliários que são atraídos pelo direcionamento do crescimento urbano, sendo ignorado —

tanto por empreendedores, compradores e pela mídia local — o fato de que se consolida um mercado que se constitui benéfico a estritas camadas de renda, embora o discurso positivo se reproduza para além dos grupos sociais direta ou indiretamente privilegiados.

Esse processo de revalorização tem sido observado enquanto externalidade direta da instalação de SCs, muitas vezes produzindo um incremento de grande expressividade no preço especulado pela terra urbana, direcionando os grupos que podem consumir os produtos imobiliários disponíveis na área. De acordo com Langoni (1984, p. 67):

a antecipação de áreas destinadas ao shopping Center e a definição de áreas residenciais contíguas ajudariam a minimizar os efeitos de sua implantação no que diz respeito à valorização das novas terras urbanas. É importante notar que, em uma economia de mercado, esta valorização é consequência direta das externalidades positivas associadas à presença do shopping center.

De qualquer forma, em Itabuna, a antecipação temporal propiciada pela elaboração prévia de planejamento do poder público municipal através do plano denominado de “Estratégia de Desenvolvimento de Itabuna – Área Central”, que indicava a melhor localização de um SC na estrutura urbana, não concretizou uma possível diluição da valorização da terra urbana no entorno do shopping.

A partir da instalação do JPS, portanto, os investidores imobiliários produzem uma demanda para grupos de renda que já detinham imóveis próprios, apresentando inicialmente um processo de valorização da terra urbana pelas externalidades do artefato. Por outro lado, com a consolidação de altos preços da terra urbana e consumo do espaço por grupos sociais de alta renda, não apenas o shopping, mas também as modificações quantitativas e qualitativas propiciadas pelos novos produtos imobiliários revalorizam a terra urbana e a si mesmos, pela concentração quantitativa de produtos qualitativamente direcionados para altas faixas de renda em uma mesma parcela do tecido urbano.

A apreensão desse processo em Itabuna demanda da análise das parcelas do tecido

urbano com alta valorização, as possíveis no preço da terra urbana e os diferentes contextos dos quais emergem as parcelas com conteúdo social homogêneos nivelados por alta faixa de renda com relação à realidade econômico-social da/na cidade.

O primeiro bairro, para além do centro tradicional, a estabelecer considerável valorização da terra urbana na cidade foi o Góes Calmon (*ver Mapa 17*), iniciado na década de 1950 com a construção da ponte Miguel Calmon. O referido bairro se consolidou no período áureo do cacau na região e terminou recebendo notoriedade por concentrar residências de importantes produtores agrícolas, sendo constituído por grandes mansões que contrastam com a realidade da maioria dos demais bairros da cidade.

O Góes Calmon caracteriza-se por possuir estritamente residências unifamiliares, muitas delas construídas em grandes terrenos com aproximadamente 1.000 m² (*ver Figura 19 - A*), que apresentam um determinado padrão urbanístico que se mantém desde a década de 1950. A preservação deste padrão urbanístico se expressa na legislação municipal referente ao uso e ocupação do solo, que impossibilitava a construção de residência plurifamiliares e limitava as construções a não mais que dois pavimentos além do térreo.

Posteriormente, embora com menor valorização que o bairro Góes Calmon, o bairro Zildolândia (*ver Mapa 17*) passou a concentrar construções com uma estética que denotava um conteúdo social que restringia o acesso a determinados bolsões de renda, fato consubstanciado pela elevação do preço da terra urbana.

Neste sentido, as elites locais que não dispunham de recursos suficientes para adquirir imóveis no bairro Góes Calmon passaram a adquirir imóveis no bairro Zildolândia, o que foi impulsionado pelo direcionamento de investimentos por parte de empreendedores imobiliários com a construção de edifícios residenciais destinados a habitação plurifamiliar, sendo a maioria destes com até seis pavimentos.

Mapa 17: BAIRROS COM MAIOR VALORIZAÇÃO EM ITABUNA, 2007.



Fonte: Dados de pesquisa de campo, 2007.

Foto aérea: Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia – CONDER, 1998.

Elaboração: Gilberto Alves de Oliveira Júnior, 2008.

No período que se inicia com a crise da economia cacauceira na região, há um arrefecimento do mercado imobiliário na cidade, essencialmente com empreendimentos destinados aos grupos sociais de alta renda. Os resultados da crise no setor de construção civil apresentam maior expressão no decorrer da década de 1990, na qual são inexpressivos os novos produtos imobiliários na cidade que. Esta ausência, conjugada com o declínio do poder econômico das elites locais, perpetuou os bairros Góes Calmon e Zildolândia enquanto os mais valorizados da cidade.

Figura 19: EXEMPLOS DAS CARACTERÍSTICAS DE CONSTRUÇÕES NO BAIRRO GÓES CALMON⁹⁷.



⁹⁷ Fotos A e B: Gilberto Alves de Oliveira Júnior, 2007. Foto C: Evaldo Borges.

Esta situação passa a se alterar apenas após a inauguração do JPS no ano 2000. Localizado entre os bairros Góes Calmon e Jardim Vitória, o shopping produz externalidades positivas que incidem diretamente na valorização da terra urbana dos referidos bairros. Contudo, a ausência de terrenos disponíveis pelo pequeno número de construções em grandes terrenos e a própria legislação que consubstanciava a manutenção de um padrão urbanístico no bairro Góes Calmon, foram elementos motivadores para um direcionamento de investimentos do mercado imobiliário para o bairro Jardim Vitória.

O Jardim Vitória constituía-se em um bairro com média valorização da terra urbana, possuindo, alguns anos anteriormente à construção do JPS, graves deficiências infra-estruturais que foram parcialmente sanadas em 1994 com a execução de obras destinadas à implantação de rede de drenagem de águas pluviais e de esgotamento sanitário, além de pavimentação de paralelepípedo na maior parte do bairro⁹⁸.

As referidas obras eram solicitadas pelos moradores do bairro há cerca de 20 anos, e foram executadas com o custeamento de 50% pela Prefeitura Municipal e os outros 50% pelos proprietários de imóveis situados nas ruas beneficiadas pelas melhorias⁹⁹.

Os moradores acreditavam na ocasião do término das obras que as propriedades do bairro sofreriam um processo de valorização decorrente das melhorias infra-estruturais realizadas. Contudo, a ausência de dados e informações sobre o valor dos imóveis nos períodos anterior e posterior às obras não nos permite inferir acerca de uma possível valorização da terra urbana desencadeada a partir das obras no bairro.

Por outro lado, entrevistas realizadas com corretores imobiliários com atuação em Itabuna¹⁰⁰ expressam que no período entre a conclusão das obras de infra-estrutura e a construção e inauguração do JPS (período entre 1994 e 2000) o valor da terra urbana no Jardim Vitória era de aproximadamente R\$ 25,00 por m².

⁹⁸ Informações encontradas em: Jornal Agora, **Urbanização do Jardim Vitória estará concluída em 30 dias**, Ano XIII, n. 557, 13 a 15, fev, 1994, p. 8.

⁹⁹ Informações encontradas em: Jornal Agora, **Jardim Vitória – Obras será concluídas ainda este mês**, Ano XIII, n. 562, 17 a 23, abr, 1994, p. 14.

¹⁰⁰ Durante a pesquisa de base empírica, realizamos entrevistas com os corretores imobiliários Walter Silva e Wanderlei Rodrigues.

Comparativamente à valorização da terra urbana ocorrida após a inauguração do JPS — que de acordo com o corretor Walter Silva atinge R\$ 400 ou mais em determinadas localizações do bairro —, nota-se um crescimento de grande expressividade e a tendência ao inaccessível pela imensa maioria da população da cidade.

O corretor Wanderley Rodrigues corrobora com a informação, na medida em que afirma ter realizado negócio com um terreno no bairro a 30 dias da inauguração do shopping, sendo que o valor dos terrenos no Jardim Vitória variava, em 2000, entre R\$ 10 e R\$ 15 mil. Segundo o corretor, o terreno foi negociado por R\$ 12 mil e, atualmente, um terreno equivalente ao negociado no período possui valor que varia entre R\$ 100 e R\$ 150 mil, o que representa uma valorização de aproximadamente 1.000% no curto período de tempo compreendido entre 2000 e 2007.

Portanto, a grande disponibilidade de terrenos (*ver Mapa 18*) aliados ao baixo preço da terra urbana e da legislação de uso e ocupação do solo permitindo a construção de imóveis plurifamiliares com até 20 pavimentos, foram elementos decisivos no direcionamento de um expressivo número de investimentos privados no bairro, consolidando um bairro destinado aos grupos de alta renda com edifícios residenciais acima de 10 pavimentos.

Na ocasião de inauguração do JPS, o principal empreendimento no seu entorno era o Centro Médico e Odontológico Artumiro Fontes, localizado no bairro Jardim Vitória imediatamente ao lado do shopping na Av. Aziz Maron, tendo sido inaugurado em 1991. De qualquer forma, conforme informações da administração do edifício¹⁰¹, a ocupação das salas disponíveis era inferior a 50% antes do ano 2000, sendo que atualmente as salas encontram-se 100% ocupadas.

Além do crescimento da ocupação no edifício, houve uma expressiva valorização no preço das salas, que se encontram divididas em dois tipos: o primeiro constitui as salas disponíveis para consultórios médicos no interior do edifício, e o segundo as salas comerciais situadas no térreo do edifício. Em 2000, as primeiras possuíam no mercado o preço de aproximadamente R\$ 50 mil, passando em 2007 para aproximadamente R\$ 135 mil, o que

¹⁰¹ As informações acerca do Edifício Médico e Odontológico Artumiro Fontes foram gentilmente repassadas por Eliane Almeida, administradora do edifício, em dezembro de 2007.

representa valorização de 270%. No mesmo período, houve valorização ainda maior o preço das salas comerciais, que passou de aproximadamente R\$ 25 mil para aproximadamente R\$ 80 mil, representando valorização superior a 300%.

Mapa 18: VAZIOS URBANOS NO BAIRRO JARDIM VITÓRIA NO PERÍODO DE CONSTRUÇÃO DO JPS, 1998.



Fonte: Dados de pesquisa de campo, 2007.

Foto aérea: Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia – CONDER, 1998.

Elaboração: Gilberto Alves de Oliveira Júnior, 2008.

De acordo com a administração do edifício, contudo, é extremamente complicado conseguir adquirir uma sala, posto que os proprietários dificilmente encontram-se dispostos a

realizar negócios. O corretor imobiliário Walter Silva, atribui a esta dificuldade a distinção que se estabeleceu após a inauguração do JPS para os médicos que possuem consultório no edifício, posto que este passou a concentrar os consultórios dos mais conceituados profissionais de saúde disponíveis na cidade, sendo também questão de *status* possuir consultório no edifício.

Portanto, para além das externalidades propiciadas pelo shopping — mas em decorrência direta da instalação do artefato —, o edifício consolidou-se enquanto referencial para os profissionais que neste possuem consultórios, contribuindo para uma especulação que transcende a valorização inicial pela proximidade com o shopping, implicando em uma espécie de “raridade” que consubstancia um incremento qualitativo expresso no valor de mercado do imóvel.

Posteriormente à inauguração do shopping, e a partir do direcionamento do crescimento da cidade, inicia-se o processo de seletividade do espaço pelos grupos de alta renda, processo consubstanciado pelos novos investimentos imobiliários no entorno do empreendimento, essencialmente no bairro Jardim Vitória, pelas atratividades enunciadas.

Contudo, os novos produtos imobiliários passam a efetivamente concentrar-se no entorno do JPS apenas dois anos após a inauguração do shopping. Nesta direção, em 2002 surge o primeiro empreendimento de revalorização do espaço no entorno do shopping, o Tarik Fontes Plaza Hotel, localizado ao lado do edifício Artumiro Fontes na Av. Aziz Maron (*ver Mapa 19 e Foto 5*), apontando para um processo considerado na cidade como “boom imobiliário”.

O empreendimento é observado pelo corretor Walter Silva como um fator de direcionamento de investimentos para a área, embora a escolha de localização do hotel apresente-se resultante da atração imposta pelo shopping. Aliado à atração do JPS, o hotel beneficiou-se também da isenção fiscal de impostos municipais (IPTU e ISS) por um período de 10 anos¹⁰², e passou a representar uma espécie de revigoração da dinâmica economia da cidade, na medida em que há muitos anos a rede de hotéis encontrava-se sem qualquer

¹⁰² Informação encontrada em: Jornal A Região, **Depois de anos, rede de hotéis ganha novo empreendimento**, Ano XV, n. 758, 20 abr 2002, p. 9.

investimento.

Foto 5: TARIK FONTES PLAZA HOTEL, 2007.



Foto: Gilberto Alves de Oliveira Júnior, 2007.

Outro empreendimento realizado no bairro consistiu na instalação de uma filial de uma rede de postos de gasolina da cidade, com investimento estimado de R\$ 1 milhão, cuja construção fora anunciada em 2003¹⁰³. O posto se instalou em localização privilegiada (*ver*

¹⁰³ Informação encontrada em: Jornal A Região, **Novo Posto Universal vai ter R\$ 1 milhão em**

Mapa 19) — em um “entroncamento” de fluxos de veículos — na Av. Princesa Isabel, imediatamente após a ponte Governador César Borges, em área limítrofe à Av. Aziz Maron, na qual se localiza o JPS.

Mapa 19: PRINCIPAIS PRODUTOS IMOBILIÁRIOS NO BAIRRO JARDIM VITÓRIA APÓS A INAUGURAÇÃO DO JPS, 2008.



Fonte: Dados de pesquisa de campo, 2007.

Foto aérea: Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia – CONDER, 1998.

Elaboração: Gilberto Alves de Oliveira Júnior, 2008.

De qualquer forma, os principais investimentos imobiliários realizados no entorno do

shopping foram direcionados para a construção de condomínios residenciais verticais (*ver Mapa 19*), com 11 edifícios de grande porte, construídos ou em construção no Jardim Vitória. Estes edifícios são direcionados para o público de alta renda da cidade, embora o valor dos imóveis possua diferenciais que apontam para uma breve diversidade de público no interior de uma homogeneidade.

No entanto, conforme informação repassada por Vanclay Nascimento — engenheiro da WA Engenharia¹⁰⁴, empresa de construção civil com o maior número de empreendimentos no bairro — o público termina por apresentar-se restrito, na medida em que a maioria dos compradores possui apartamentos em diversas obras da empresa, muitas vezes mais de um apartamento por obra.

Nesta direção, o público alvo inicial destes produtos imobiliários é um restrito grupo de investidores que adquire os imóveis sem intenção de estabelecer residência nos mesmos — mesmo porque estes compradores já possuem imóveis destinados a esta finalidade —, mas de negociá-los após a conclusão da obra pelo preço especulado no mercado, em média 50% superior ao valor pago, conforme informação da WA Engenharia.

Ocorre também o repasse de apartamentos ainda no decorrer da construção, momento em que já existe uma especulação no preço do imóvel que em média oscila próximo aos 30%. A título de exemplo, o engenheiro Vanclay Nascimento calcula a partir do edifício Residencial Hugo Kauffman uma valorização de aproximadamente 40% ainda no processo de construção, na medida em que investidores que quitaram um número de parcelas equivalente a R\$ 66 mil encontram-se negociando as parcelas quitadas por R\$ 90 mil, para um empreendimento cuja construção iniciou-se em 2007 e será inaugurado em janeiro de 2009.

Embora os imóveis não apresentem um preço considerado elevado, posto que encontram-se na faixa de preço que varia de R\$ 110 a R\$ 270 mil, o breve número de parcelas (em geral 36) aliado à realidade econômica da cidade, direciona este processo de intermediação pelas elites locais. Após concluída a obra, os agentes financiadores que disponibilizam maior prazo (normalmente a Caixa Econômica Federal) são acionados pelos

¹⁰⁴ Os dados e informações cuja fonte seja a WA Engenharia foram obtidos através de entrevista gentilmente concedida em 27 de novembro de 2007.

verdadeiros interessados em residir no imóvel, que desembolsam o preço de mercado que constitui uma lucratividade de aproximadamente 50% para os investidores no curto período de 36 meses.

O público inicial dos empreendimentos realiza, portanto, uma espécie de poupança compulsória com rendimento superior aos demais investimentos e com risco extremamente baixo. Por outro lado, a inexistência deste público intermediador do processo de construção dos edifícios seria elemento inibidor da concretização dos empreendimentos, posto que apenas este seletivo grupo efetivamente dispõe de recursos financeiros suficientes para quitar as prestações no prazo estabelecido para a construção dos edifícios.

Assim, embora o público alvo final dos empreendimentos se modifique, o público das empresas de construção civil na verdade é sempre o mesmo, o que denota também a seletividade do poder econômico concentrado nas elites e a fragilidade da dinâmica econômica da cidade com apenas um pequeno grupo capacitado a despender recursos financeiros não considerados tão elevados.

De qualquer forma, este público de investidores também possui dificuldades na aquisição dos imóveis, o que implica no prazo de entrega da obra. De acordo com o engenheiro Vanclay Nascimento, embora o período de 36 meses seja considerado longo para a conclusão das obras realizadas pela empresa, por outro lado o mesmo é imprescindível para que o público possua condições de quitar as parcelas sem atraso, o que praticamente elimina os riscos da empresa.

A elevada valorização dos imóveis tanto durante o processo de construção quanto após a conclusão das obras também possui relação com o sistema de condomínio adotado pela WA Engenharia, no qual os condôminos realizam o pagamento do imóvel no seu valor de custo acrescido apenas de 10% que é a taxa de administração da empresa.

Portanto, no decorrer dos 36 meses o valor do imóvel expressa em alguns momentos necessidade de revisão e reformulação do orçamento, o que implica em acréscimo no valor das prestações mensais pelas próprias variações dos preços dos materiais no mercado. Mas, de qualquer forma, ao final o investimento apresenta considerável valorização quando

comparado com o preço de mercado do imóvel que, conforme observado, tende a ser aproximadamente 50% superior.

Neste sentido, aliam-se os interesses dos dois grupos, tanto das elites que investem na compra inicial do imóvel quanto do empreendedor, que assume o mínimo de risco — mesmo porque a construção inicia-se no momento em que 100% dos apartamentos se encontram vendidos — ao mesmo tempo em que possibilita uma lucratividade consideravelmente elevada para os investidores a baixo risco.

A diversidade de público alvo dos apartamentos não suprime a elevada luxuosidade dos apartamentos, a exemplo de apartamentos de 215,95m² com 4 suítes (*ver Figura 20*), que contrasta com a realidade da maioria dos bairros da cidade. O referido edifício possui torre única com 17 pavimentos, sendo 2 apartamentos de 4 suítes por andar, circuito interno de Tv, portaria 24h, portões de acesso automáticos, 2 ou 3 vagas de garagem, piscina, churrasqueira, espaço gourmet, academia de ginástica, sala de jogos, quadra de esportes iluminada, parque Infantil, salão de festas. Contudo, apesar das diferenças entre os imóveis, todos os edifícios apresentam infra-estrutura mínima composta de piscina, salão de festas, quadra poliesportiva, *play ground*, garagem, dentre outros.

De acordo com o engenheiro Vanclay Nascimento, os apartamentos mais simples da WA Engenharia no bairro — possuindo 90m², com 3 quartos, dependência de empregada e apenas uma vaga de estacionamento — encontram-se atualmente em construção e foram vendidos pelo valor de R\$ 90 mil, atualmente defasado e possivelmente com reajuste de mensalidade que elevará o preço final para R\$ 110 mil, menos que o preço especulado atualmente no mercado, R\$ 160 mil, valor, embora abaixo, bem próximo aos 50% de valorização normalmente obtido.

Figura 20: PLANTA DO EDIFÍCIO PALAZZO IMPERIALE, JARDIM VITÓRIA, ITABUNA¹⁰⁵.



Fonte: Cicon Construtora.

As modificações impostas na paisagem do bairro com o direcionamento dos novos produtos imobiliários são expressivas (*ver Figura 21*). Tal fato se evidencia tanto na comparação com a fotografia aérea datada de 1998, na qual é perceptível a baixa densidade de construções e a ausência de edifícios superiores a 10 andares, quanto em comparação com os demais bairros que possuem elevada valorização da terra urbana na cidade.

¹⁰⁵ Registros fotográficos do autor, realizados em 2007.

Figura 21: EXEMPLOS DE NOVOS EDIFÍCIOS RESIDENCIAIS NO BAIRRO JARDIM VITÓRIA, 2007¹⁰⁶.



¹⁰⁶ Fotos A, B, C e D: Gilberto Alves de Oliveira Júnior, 2007.

Nestes bairros, a paisagem é primordialmente constituída de imóveis horizontalizados e unidomiliares ou pluridomiliares com baixa verticalização, paisagem que predominava no Jardim Vitória no período anterior à instalação do JPS, embora o bairro não apresentasse alta valorização da terra urbana.

Os novos condomínios residenciais verticais inserem-se em outro elemento de valorização no interior do bairro Jardim Vitória, denominado pelas empresas de construção civil de “fator shopping”. Embora os empreendimentos se localizem com expressiva proximidade em relação ao JPS, de acordo com este fator, quanto mais próximo ao shopping se situar a terra urbana disponível e os empreendimentos imobiliários, mais valorizados estes serão. A extrema proximidade se reverte em estratégia de *marketing* de alguns empreendimentos, implicando em um elemento qualitativo do imóvel que se expressa de forma decisiva no preço do mesmo.

Segundo o engenheiro Vanclay Nascimento, embora todo o bairro Jardim Vitória possua atualmente elevada valorização, o “fator shopping” expressa uma considerável diferença no preço da terra urbana e dos imóveis, atingindo até 50% dentro do próprio bairro, fato comprovado pela comparação realizada com dois empreendimentos da empresa com apartamentos de dimensões equivalentes.

Por outro lado, o bairro Jardim Vitória apresenta ausência de infra-estrutura básica em localizações próximas ao JPS, por vezes limítrofes a ele e a empreendimentos imobiliários que se valorizam pela proximidade com o shopping (*ver Foto 6*) mas que dispõem de maior infra-estrutura, a exemplo de asfaltamento das ruas. Na Foto 6, o asfaltamento prossegue em direção ao estacionamento do setor de carga/descarga do JPS, relegando uma área privilegiada no bairro mais valorizado da cidade atualmente a um breve caminho sem calçamento.

Foto 6: AUSÊNCIA DE INFRA-ESTRUTURA BÁSICA NAS PROXIMIDADES DO JEQUITIBÁ PLAZA SHOPPING, 2007.



Foto: Gilberto Alves de Oliveira Júnior, 2007.

Neste sentido, pode-se afirmar que o poder público municipal também apresenta ausência de participação efetiva em áreas de extremo interesse para a iniciativa privada e elites locais. Embora esta ausência não seja comparável a que atinge às periferias de baixa renda, a mesma se revela nas reclamações de grupos empreendedores e das elites locais, que detêm de maior poder para concretização dos seus interesses.

De qualquer forma, o notório crescimento do número de empreendimentos do setor imobiliário em Itabuna consubstanciou matrizes discursivas que apontavam para a relação dos empreendimentos com o revigoração da econômica da cidade e, por conseguinte, com uma retomada do desenvolvimento econômico. A mídia impressa local, nesta direção, inicia a partir de 2004 a veiculação de notícias e artigos que relacionam o crescimento da construção

civil com a economia local¹⁰⁷.

Decerto, essa matriz discursiva implica na construção de um relacionamento direto entre a insurgência de imóveis de luxo em determinados fragmentos supervalorizados do tecido urbano e o desenvolvimento da cidade enquanto totalidade, velando a apropriação dos benefícios desse processo pelas elites locais.

Para o corretor Walter Silva, Itabuna efetivamente experimentou um notório crescimento econômico impulsionado pelo setor imobiliário que, por seu turno, recebeu novos investimentos em estritas parcelas do tecido urbano a partir da instalação do JPS. O corretor enfatiza, por outro lado, que este crescimento não se revela no desenvolvimento da cidade, não transcendendo as parcelas do tecido urbano que concentraram os volumes de investimentos da iniciativa privada no período.

Portanto, embora na cidade se realize um movimento na sua dinâmica econômica pelo surto imobiliário, a ausência de elementos de política social por parte do poder público reafirmam a concentração e a apropriação dos benefícios do aparente revigoração econômica. A ausência, contudo, denota uma forma de utilização da máquina estatal que termina implicando em carências de setores essenciais como saúde, educação, transporte, e mesmo investimentos do setor imobiliário para classes com menor poder aquisitivo e políticas de habitação para as classes populares, que se encontram alheias aos benefícios propagados enquanto relevantes para toda a população.

Nesta direção, o direcionamento do crescimento da cidade propiciado pela instalação do shopping e concretizados com os novos investimentos no setor imobiliário, apontam para o aprofundamento da fragmentação do tecido urbano. Este aprofundamento se materializa na medida em que distancia as classes sociais através do “aperfeiçoamento” da concentração de conteúdos sociais homogêneos que se expressam nas faixas de renda dos grupos que podem

¹⁰⁷ Exemplos dos referidos artigos podem ser encontrados em: Jornal A Região, **Construção civil em Itabuna impulsiona economia local**, Ano XVIII, n. 859, 17 abr 2004, p. 12; Jornal A Região, **Construção de novos prédios movimentou setor imobiliário**, Ano XIX, n. 904, 05 mar 2005, p. 8; Jornal A Região, **Novos prédios fazem valor dos imóveis aumentar em 80%**, Ano XX, n. 961, 22 abr 2006, p. 12; Jornal A Região, **Procura por apartamentos aquece setor imobiliário**, Ano XXI, n. 1043, 17 nov 2007, p. 5.

se apropriar de determinadas parcelas do tecido urbano.

No entanto, os discursos parciais da realidade da reprodução do espaço urbano a partir da reestruturação do espaço com a imposição de uma nova expressão de centralidade denotam os interesses em elencar exclusivamente aspectos que constroem o consenso de positivities insurgidas após a inauguração do shopping.

A construção desse discurso de forma consensual anula as possibilidades de um debate crítico acerca dos processos sociais e espaciais que se realizam na cidade, posto que o mesmo segue sendo reproduzido de forma irrefletida por diferentes segmentos sociais. Tal fato incide direta ou indiretamente na reafirmação passiva da impossibilidade de apropriação das parcelas do tecido urbano no entorno do JPS subversiva aos interesses das elites locais ao mesmo tempo em que se defende interesses de outros grupos, estes mais restritos ao shopping.

Assim, o consenso convoca grupos sociais alheios às positivities das novas alternativas à dinâmica econômica a corroborar com interesses que se materializam contrários aos seus próprios interesses, posto que reforçam a atuação dos agentes envolvidos na reestruturação do espaço urbano.

De acordo com o engenheiro Vanclay Nascimento, a dinamização econômica que decorre do mercado imobiliário na cidade não produz resultados apenas no bairro Jardim Vitória. Desta forma, na medida em que a valorização da terra urbana enquanto elemento impeditivo da apropriação para segmentos sociais de menor renda, eleva-se a procura por outras parcelas do tecido urbano por estes grupos, implicando em direcionamento do crescimento e valorização do tecido urbano.

Esses investimentos também elevaram notoriamente os índices da construção civil, que passou por um período drástico de estagnação na segunda metade da década de 1990. O crescimento do setor promove o conseqüente aumento do número de empregos gerados, que possuía pouca expressividade em 2000. Atualmente, de acordo com dados da WA Engenharia, apenas a empresa mantém aproximadamente 300 empregos diretos.

Contudo, para além da esfera das contradições discursivas e da materialização de interesses de grupos privilegiados, o expressivo incremento e adensamento populacional no

bairro Jardim Vitória com o advento dos produtos imobiliários pluridomiciliares com elevada verticalização, desencadeia problemas ambientais e revela limitações infra-estruturais. O incremento populacional implica na evidência da problemática do esgoto que resulta na elevação da poluição no rio Cachoeira. Em relação às limitações infra-estruturais, o engenheiro Vanclay Nascimento aponta que em alguns locais no bairro deverá ser refeita a rede de esgoto e água devido à demanda populacional.

O crescimento do setor fez com que alguns empreendimentos direcionados aos investidores ou compradores de alta renda da cidade também se instalaram em outras áreas valorizadas, essencialmente no centro tradicional e no bairro Zildolândia. Contudo, após aproximadamente 5 anos de constantes lançamentos de novos edifícios residenciais, a demanda de mercado para empreendimentos imobiliários destinado estritamente às classes de renda mais elevada da cidade começa a enunciar sinais de arrefecimento.

Os corretores imobiliários Walter Silva e Wanderley Rodrigues apontam que a dinâmica econômica da cidade atualmente não consegue mais manter uma demanda para projetos destinados às maiores faixas de renda da cidade. Corroborando com esta análise, o engenheiro Vanclay Nascimento afirma que a WA Engenharia tem receios quanto ao prosseguimento do ritmo que movimentou o mercado imobiliário em Itabuna nos últimos anos.

Em virtude das previsões que se apresentam ainda incertas, a empresa passou em 2007 a realizar empreendimentos também em Ilhéus enquanto aguarda os próximos resultados no comportamento do mercado em Itabuna, na medida em que a empresa possui obras vendidas até 2010 e prefere não correr riscos.

De qualquer forma, este período de valorização da terra urbana implicou na redução dos vazios urbanos no bairro jardim vitória (*ver Mapa 20*), resultado de intensa atividade da construção civil através de grandes empreendimentos imobiliários, como os condomínios residenciais verticais, mas também da construção de imóveis unidomiciliares ou mesmo pluridomiciliares com menor expressividade na redefinição da paisagem do bairro.

Mapa 20: DIMINUIÇÃO DOS VAZIOS URBANOS NO BAIRRO JARDIM VITÓRIA APÓS A INAUGURAÇÃO DO JPS, 2007.



Fonte: Dados de pesquisa de campo, 2007.

Foto aérea: Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia – CONDER, 1998.

Elaboração: Gilberto Alves de Oliveira Júnior, 2008.

A dinamização do setor no período de 2000 a 2007 possui relações com outros investimentos relevantes na cidade além do shopping, com destaque para as faculdades privadas, enfatizadas pelos corretores imobiliários entrevistados e pela empresa de engenharia e construção civil. Contudo, a demanda gerada pelo acréscimo de estudantes universitários na cidade não coincide com os produtos imobiliários lançados no Jardim Vitória nos últimos anos, servindo para movimentar o aluguel de imóveis com menores dimensões e valores, notadamente no centro tradicional e bairros contíguos que não expressam elevada valorização

da terra urbana.

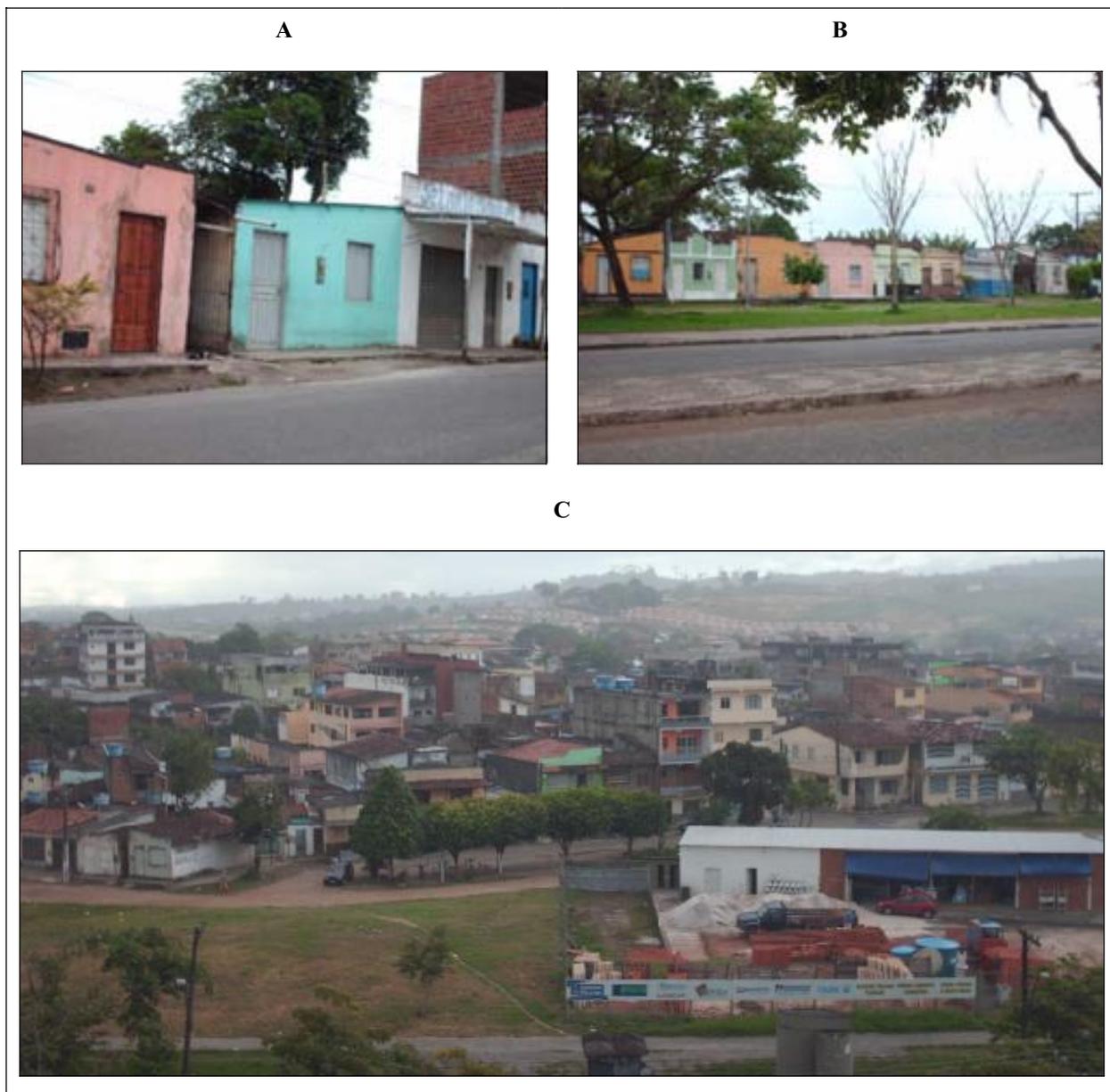
As incertezas quanto ao prosseguimento do lançamento de novos produtos imobiliários destinados a residências para público de alta renda direcionam os investidores imobiliários para novos públicos que mantenham a rentabilidade e lucratividade para os empreendimentos do setor. Nesta direção, a instalação do novo Fórum, da Justiça do Trabalho, da reativação do antigo Hiper Messias pelas Lojas Maia e o Hiper Itão, inicia um processo de especulação da terra urbana para novas demandas de mercado.

A partir da instalação desses equipamentos na Av. Princesa Isabel, essencialmente os relacionados ao poder judiciário, insurge a demanda de categorias profissionais que analisam vantagens na localização de novos escritórios nas proximidades dos novos equipamentos. Portanto, de acordo com o engenheiro Vanclay Nascimento, a WA Engenharia possivelmente execute um projeto de edifício empresarial na avenida buscando suprir a demanda de mercado. O referido projeto deverá ser concretizado no terreno disponível entre o antigo Hiper Messias e dois novos edifícios residenciais em construção pela empresa.

Este provável movimento do setor imobiliário tem gerado expectativas de valorização de imóveis situados no bairro Banco Raso, que se inicia na outra margem da avenida entre a ponte Governador César Borges e a Prefeitura Municipal (*ver Mapa 20*). Neste bairro, é possível observar valorização imobiliária decorrente da proximidade com o bairro Jardim Vitória, como aponta o engenheiro Vanclay Nascimento.

Contudo, a paisagem do bairro denota na arquitetura das construções, até o início de 2008, a inexistência de um avanço de novos empreendimentos imobiliários (*ver Figura 22*), revelando um contraste com o bairro limítrofe, o Jardim Vitória, deste separado apenas pela Av. Princesa Isabel.

Figura 22: BAIRRO BANCO RASO, 2007¹⁰⁸.



Portanto, o simples atravessar de uma avenida, a intensa proximidade de alguns metros, nos apresenta outra realidade (*ver Figura 22 - B*) alheia aos novos edifícios e interesses das elites e do mercado imobiliário. Apresenta-nos uma parcela do tecido urbano

¹⁰⁸ Fotos A, B e C: Gilberto Alves de Oliveira Júnior, 2007.

que concentra um conteúdo social diverso ao da atual parcela com maior valorização da terra urbana, que a ela encontra-se limítrofe, corroborando com a fragmentação do espaço urbano na cidade.

O interesse de mercado propiciado pelo anúncio da construção dos novos equipamentos do poder judiciário na área, de qualquer forma, de acordo com os corretores imobiliários Walter Silva e Wanderley Rodrigues, gera uma demanda de escritórios que não deve transcender os imóveis que se situam imediatamente na Av. Princesa Isabel, não havendo interesse em demais imóveis que adentram o bairro Banco Raso para a instalação de escritórios de advocacia e áreas afins.

Demais produtos imobiliários destinados aos públicos atuais devem se concentrar ainda no bairro Jardim Vitória, de acordo com o engenheiro Vanclay Nascimento, na medida em que o bairro ainda possui um relevante número de terrenos ociosos ou imóveis abandonados (*ver Figura 23 e Mapa 20, p. 302*), além de possuir baixos custos de fundação que minimizam o preço do imóvel apesar do alto valor da terra urbana.

No entanto, no ano de 2007 ocorreram alterações no Código de Uso e Ocupação do Solo (Lei 1.324), que possibilitaram a remoção de algumas determinações e limitações que implicavam no que o engenheiro Vanclay Nascimento denomina de “atrofia”, que expressam impossibilidades de aprovação de projetos pelas imposições quanto à taxa ocupacional, que implica na quantidade da área se vai ocupar, e o coeficiente de aproveitamento, a quantidade de pavimentos que se vai utilizar na obra.

A alteração que se apresenta enquanto mais relevante para o direcionamento de investimentos do setor imobiliário na cidade se constituiu na alteração do coeficiente de aproveitamento no bairro Góes Calmon, possibilitando a construção de imóveis pluridomiciliares e, portanto, o direcionamento de projetos de condomínios residenciais verticais para o bairro.

Figura 23: IMÓVEIS E TERRENOS OCIOSOS NO BAIRRO JARDIM VITÓRIA, 2007¹⁰⁹.



Contudo, para além dos interesses das empresas de construção civil, a referida alteração se deve às necessidades de negociação dos imóveis do bairro com a impossibilidade de uma relevante quantidade de proprietários em desembolsar os elevados custos de manutenção das residências luxuosas.

Por outro lado, o elevado valor da terra urbana no bairro e a grande dimensão dos terrenos e dos imóveis construídos implicam em preços reais elevados que terminam não sendo obtidos no mercado pela própria ausência de uma elite detentora do volume necessário de recursos financeiros, obrigando proprietários de imóveis a negociar os mesmos por preços mais baixos.

Nesta direção, as novas perspectivas oriundas pela possibilidade de inserção de novos produtos imobiliários no bairro apontam para a negociação dos terrenos e imóveis a preços reais, satisfazendo as necessidades dos proprietários dos imóveis. Esses proprietários são essencialmente a elite decadente constituída no período de elevada produtividade e lucratividade da cultura do cacau, na medida em que o bairro se formou a partir da localização

¹⁰⁹ Fotos A e B: Gilberto Alves de Oliveira Júnior, 2007.

dos luxuosos imóveis de produtores de cacau.

Outra parcela do tecido urbano passível de dinamização pelo setor se constitui no entorno do Teatro Municipal e Centro de Convenções, equipamentos que se encontram em construção (*ver Figura 24*) em área de 26.000m², com projeto orçado em R\$ 15 milhões¹¹⁰. Contudo, a atração de novos produtos imobiliários na referida área é uma perspectiva controversa entre agentes do setor.

Figura 24: ÁREA DA CONSTRUÇÃO DO TEATRO MUNICIPAL E CENTRO DE CONVENÇÕES, 2007¹¹¹.



Por um lado, esta parcela do tecido urbano possui densidade populacional extremamente baixa, com elevado número de terrenos disponíveis e valor da terra urbana considerada baixa. Por outro lado, a área é considerada extremamente violenta, com elevados

¹¹⁰ Dados encontrados em: “Governo acelera as obras do Teatro Municipal e do Centro de Convenções”, publicado no site da Prefeitura Municipal de Itabuna em 12/01/2006. Texto disponível no Anexo II desta dissertação.

¹¹¹ Fotos A e B: Gilberto Alves de Oliveira Júnior, 2007.

índices de homicídios, e, pela disponibilidade de terra urbana em outras áreas de maior valorização e interesses das elites, esta parcela tende a não atrair imediatamente grandes empreendimentos imobiliários destinados aos grupos de maior renda.

Além disso, a mudança no governo do estado em 2007 iniciou um processo de anulação do repasse de verbas para o prosseguimento das obras, que não possuem previsão de conclusão¹¹². Desta forma, as perspectivas do mercado imobiliário no que tange a possibilidades de novos empreendimentos destinados ao público de alta renda da cidade ainda devem se concentrar nos bairros situados no entorno do JPS, o Jardim Vitória e o Góes Calmon.

Contudo, é importante ressaltar a atração de equipamentos construídos com recursos públicos para esta área nos últimos dez anos, a exemplo do Hospital de Base Luís Eduardo Magalhães e atualmente do Teatro Municipal e Centro de Convenções. Contudo, a elite empreendedora local e a elite intelectual através da mídia impressa¹¹³ tecem severas críticas às reais motivações do direcionamento do crescimento da cidade para esta parcela do tecido urbano, haja vista que o atual prefeito — no seu quarto mandato no município — é apontado como o maior proprietário de terra urbana na área.

Neste sentido, é notório que o prefeito utiliza-se de incentivos — inclusive pessoais, na medida em que o terreno para a instalação do Teatro Municipal e do Centro de Convenções foi doado pelo mesmo enquanto pessoa física¹¹⁴ — para determinar as estratégias locais dos equipamentos, que terminam por implicar na valorização da terra urbana do entorno dos equipamentos, muitas destas de sua propriedade, o que aponta para a utilização de recursos públicos para a concretização de interesses pessoais.

De qualquer forma, o processo de revalorização da terra urbana com o direcionamento

¹¹² Informações encontradas em: “Paralisação do Teatro e do Centro de Convenções preocupa prefeito”, publicado no site da Prefeitura Municipal de Itabuna em 19/04/2007; “Itabuna quer conclusão do Centro de Convenções e Teatro Municipal”, publicado no site da Prefeitura Municipal de Itabuna em 08/06/2007. Textos disponíveis no Anexo II desta dissertação.

¹¹³ A título de exemplo, a coluna “Carta ao leitor” do Jornal A Região de 11 de novembro de 2006 afirmou que os equipamentos se instalarão em um “terreno absurdo, longe de tudo, numa zona perigosa, só para valorizar o loteamento do prefeito atual”.

¹¹⁴ Informação encontrada em: “Paralisação do Teatro e do Centro de Convenções preocupa prefeito”, op. cit.

de investimentos do setor imobiliário por uma nova expressão da centralidade ocorre na cidade na área do entorno do JPS, mais notadamente no bairro Jardim Vitória. Desta forma, o principal fator *a priori* a ser considerado para a instalação do shopping, a localização, se reafirma na medida em que o artefato valoriza a terra urbana do entorno do mesmo e, a partir da valorização e do direcionamento de investimentos, se revaloriza pela internalização de externalidades geradas e mantidas pelos novos produtos imobiliários que se instalam no entorno do shopping.

O espaço se “consagra” no âmbito do mercado imobiliário enquanto mercadoria e fator de revalorização dos investimentos privados, o que o expõe explicitamente aos embates e conflitos pungentes aos processos de compra e venda da terra urbana e deles resultantes. Estes tendem a acentuar a fragmentação do espaço urbano e a homogeneização dos conteúdos presentes nas parcelas do tecido urbano em consonância com os interesses da reprodução do capital, articulados ou não aos interesses das elites locais.

7.4. As rupturas cotidianas e as escalas de centralidade do JPS

A redefinição da centralidade se consubstancia de novos processos que apresentam perspectivas controversas de apreensão e análise, essencialmente quando se realiza a partir do avanço, em diferentes categorias de cidades, de novas estratégias capitalistas, que se fundamentam no discurso de positividade para as cidades como formas de velar o aprofundamento de contradições que inevitavelmente se desencadeiam com a ampliação do mundo da mercadoria.

As novas estratégias capitalistas que apontam para novas expressões de centralidade tem se materializado, dentre outras formas, em artefatos que corroboram com a imposição de processos que por seu turno manifestam rupturas interescares que se concretizam de forma mais evidente na escala intra-urbana.

Os referidos artefatos, contudo, avançam para outras categorias de cidades que não metrópoles ou grandes cidades, propiciando rupturas na dinâmica da rede urbana e apontando para a relevância das cidades médias na dinâmica econômica atual, ao mesmo tempo em que rupturas nos processos sociais e espaciais também se expressam na cidade, revelando novas estratégias de reprodução e acumulação do capital inter e intra-urbanas.

Esta concretização das rupturas na escala intra-urbana se revela a partir de novos processos espaciais e sociais que necessitam ser pensados e debatidos nos termos das contradições e conflitos sociais que geram e mantêm. Portanto, através de perspectivas que possibilitem questionamentos acerca das formas que se coadunam os resultados que se expressam para os interesses de reprodução e acumulação do capital e para a vida cotidiana na cidade através da (re)criação de necessidades de consumo, que se renovam com a inserção de artefatos considerados ícones de modernidade.

A ampliação do mundo da mercadoria que se desenvolve no movimento contemporâneo do capital nos conteúdos da urbanização se concretiza arditosamente conjecturada no ideário de reafirmação do ato do consumo que se corrompe substancialmente enquanto resgate do prazer da compra.

Esse resgate apresenta considerável expressividade na capacidade de indução de realização de necessidades que se apresentam muitas vezes não mais que forjadas a partir de desejos subvertidos, por sua vez maximizados em ambientes artificializados e estrategicamente delimitados, pensados e programados, sendo transformados em lucratividade e faturamento para diferentes grupos capitalistas em racionalidades cujo maior exemplo se materializa nos denominados “templos do consumo”, os SCs.

Neste contexto, os SCs se apresentam enquanto artefatos alinhados na sobreposição valorativa da “cidade ideal” sobre a “cidade real”, ou em outros termos do espaço privado sobre o espaço público, que se constituem fundamentados na internalização de externalidades do espaço público ao mesmo tempo em que travestem um espaço privado e controlado em espaço público.

De forma não alheia a essas questões, nota-se também a artificialização de um

ambiente capacitado à indução indiscriminada do consumo de mercadorias, estas apresentadas enquanto mediadoras e indispensáveis à realização e à felicidade do homem e que, nesta direção, rompem e recriam situações cotidianas que tendem ao aprofundamento do estranhamento da vida cotidiana na cidade.

Portanto, o aprofundamento do estranhamento redefine práticas sociais que se subsumem aos interesses de reprodução do capital, assim como esvaziam a vida de sentido através do avanço do capital sobre demais esferas da vida do homem no seu tempo livre, subjugando cada vez mais o homem aos ditames do sistema econômico para além apenas do tempo de trabalho.

Com esse intento, o capital introduz nesse processo que transforma o tempo livre em tempo útil à sua reprodução, a aparente satisfação do homem — que se realiza estranhada na sedução da mercadoria — no seu tempo livre em oposição ao esvaziamento da potencialidade humana encontrada no tempo de trabalho, objetivando a anulação de demais formas de utilização do tempo livre que não corrompidas em tempo de lazer-consumo. Contudo, a mediação da mercadoria entre o homem e sua satisfação ou felicidade não dota a vida de sentido, pelo contrário, aprofunda o esvaziamento da vida humana.

Em Itabuna, a instalação do JPS inaugura as possibilidades evocadas pelos arautos da modernização no que tange à maximização dos lucros e faturamentos dos grupos capitalistas em detrimento da vida humana, embora os efeitos perversos na reprodução da vida e dos seus sentidos sejam escamoteados em breves nuances que se pautam em terminologias estratégicas, a exemplo da qualidade de vida.

A qualidade também se manifesta na valorização do espaço privado em detrimento do espaço público, na medida em que o ambiente artificializado para o perfeito ato da compra e da contemplação da mercadoria se credencia enquanto um ambiente qualitativamente superior, que enfatiza as externalidades negativas do espaço público, envolto a intempéries que desqualificariam a sedução da mercadoria e do consumo.

Por outro lado, o shopping procura se apropriar de elementos característicos do centro tradicional da cidade no intento de reforçar a centralidade do artefato e aprofundar a

apropriação do tempo livre objetivando transformar o lazer em lazer-consumo. Desta forma haveria o cumprimento dos interesses dos grupos capitalistas na medida em que o prolongamento da permanência no interior do SC se constitui em maximização de lucros, posto que não existe interesse na permanência do público estritamente para atividades de lazer.

Essa vinculação necessária aos interesses de reprodução do capital, contudo apresentada enquanto componente de uma gama de aspectos positivos para os frequentadores, demonstram o lazer enquanto “fragmento utilitarista” em relação ao consumo, ao ponto do consumo se travestir em uma atividade de lazer subvertendo o tempo livre que se limita à racionalidade hegemônica do capital.

Dentre os dispositivos elencados para a permanência dos frequentadores no interior de ambientes artificializados e fechados, destaca-se a funcionalidade da praça de alimentação, que para além da função essencial para a qual se destina também permite a associação de momentos de afetividade com pessoas próximas (*ver Figura 25*) — estimulados no interior dos SCs — com o consumo e o ambiente de sedução e indução ao consumo.

Figura 25: LAZER-CONSUMO ESTIMULADO NO INTERIOR DO JPS¹¹⁵.



¹¹⁵ Fotos A e B: Marcel Leal.

Nesta direção, conforme observou Rocha, L. (2003, p. 154) acerca da relevância da praça de alimentação do JPS em modificações da vida cotidiana e na apropriação de características de praças públicas, a:

praça de alimentação do *shopping* se transformou num significativo centro de lazer, de encontros, com movimentação muito superior ao previsto. Pelo que se observa até o momento, esta praça parece estar chamando para si alguns eventos que eram realizados nas praças tradicionais do centro da cidade, como a Olinto Leone, por exemplo, como ponto de encontro, de *shows* e de lazer de maneira geral. Principalmente aos sábados e aos domingos, os espaços do *shopping* destinados à recreação, cultura e arte ficam lotados. Pessoas vêm de todos os lados e de várias maneiras: a pé, de carro, de ônibus, em caravanas.

A inserção de aspectos característicos do centro tradicional no ambiente artificializado do SC, realizada ao mesmo tempo em que se expressa a desvalorização do espaço público para o reforço da centralidade e atratividade do shopping, denota a necessidade de utilização estratégica de mecanismos passíveis de maior apropriação do tempo livre para a permanência no interior do equipamento objetivando que o mesmo se transforme em tempo de consumo, ou tempo útil ao capital.

Desta forma, o JPS se apresenta enquanto espaço passível de (re)criar condições de sociabilidade, que se pautam na indução ao consumo de mercadorias, para distintos grupos sociais que se situem na faixa de renda que representa o público alvo do *tenant mix* definido no empreendimento a partir de minuciosas pesquisas de mercado que apontam demandas para a maximização dos resultados de investimentos¹¹⁶.

Nesta perspectiva, os SCs procuram disponibilizar espaços para a realização de eventos esporádicos que possibilitem atração de fluxos direcionados inicialmente para atividades de lazer, não necessariamente com aluguel dos espaços. Neste contexto, no interior

¹¹⁶ Comentários acerca da diversidade encontrada no público freqüentador do JPS podem ser encontrados em: Jornal A Região, **Shopping vira point para todas as tribos**, Ano XIV, n. 658, 21 mai 2000, p. 10.

dos JPS ocorrem desfiles de moda, exposições de animais exóticos — como tubarões, camelos, elefantes, hipopótamos, etc. —, feiras de automóveis, exibição de jogos de copa do mundo (*ver Figura 25 – B*), eventos comunitários, dentre outras atividades esporádicas de lazer e atividades permanentes, a exemplo de programação musical na praça de alimentação durante os finais de semana.

Assim, a racionalidade dos shoppings possui expressivo interesse em apresentar o equipamento enquanto possível sede para variadas atividades de lazer, posto que estas incrementam o fluxo de freqüentadores e consumidores e o tempo de permanência dos mesmos.

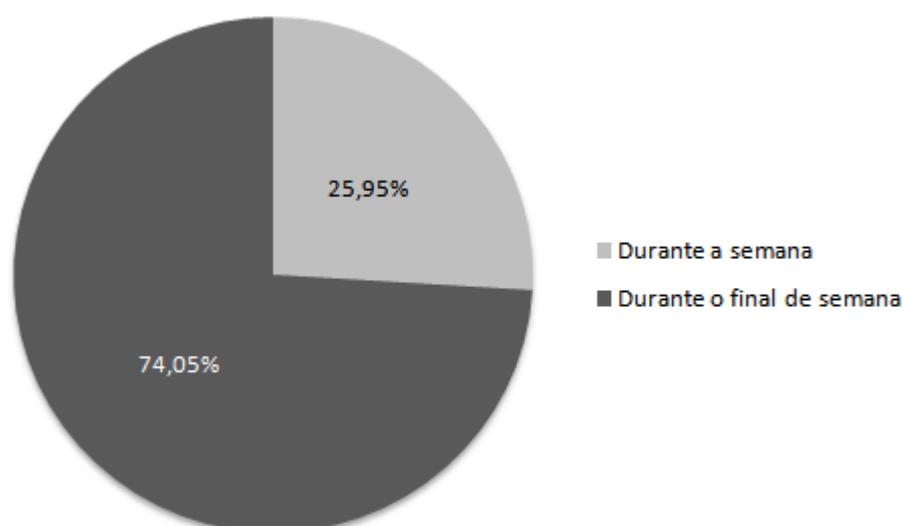
A disponibilidade em sediar eventos comunitários, de acordo com Underhill (2004, p. 48), parte dos interesses de lucratividade e faturamento, bem como para a imagem do empreendimento. Portanto:

em algumas ocasiões o “shopping-comunidade” mostra sua cara sorridente. Exemplos de escolinha de artes marciais realizando evento para angariar fundos para uma causa nobre, assim como escolinha de balé, coral infantil, escolinha de artes, time mirim de futebol, etc. Mas os shoppings não reclamam, é claro. O festival de chutes de tae-kwon-do não lhes rende um centavo sequer, mas constitui um excelente meio para garantir a presença de pais e mães ali, em plena manhã de sábado, às 10:30. Depois de tanto trabalho — pegar o carro, dirigir até o shopping, estacionar —, os adultos acharão uma pena não aproveitar a oportunidade para comprar uma coisinha ou outra. Os shoppings gostam de ter por perto os filhinhos bonitinhos dos casais assalariados. Isso dá vida ao lugar. É mais barato do que as atrações profissionais. É bom para a imagem. Portanto, há sempre um lucro em potencial embutido nessa disposição aparentemente tão singela de sediar os mais variados eventos comunitários.

A funcionalidade auferida pelas estratégias de apropriação do tempo livre pelo shopping apresenta-se relacionada com a centralidade cambiante decorrente da intensidade de fluxos das diferentes expressões de centralidade na cidade e suas variações temporais. A

aplicação dos questionários¹¹⁷ enquanto procedimento metodológico para mensurar a referida variação no JPS é incapaz de afirmar a diferenciação de fluxos entre a nova expressão de centralidade e o centro tradicional, embora nos permita mensurar os dias da semana de maior frequência da amostra utilizada, que apontam para um incremento substancial de fluxos no JPS nos finais de semana (*ver Gráfico 8*).

Gráfico 8: DIAS DE PREFERÊNCIA PARA FREQUÊNCIA NO JPS DE ACORDO COM AMOSTRAGEM POR APLICAÇÃO DE QUESTIONÁRIOS, 2007.



Fonte: Dados de pesquisa de campo, 2007.

Organização: Gilberto Alves de Oliveira Júnior, 2008.

A variação de intensidade de fluxos na nova expressão de centralidade também aponta para a relevância da apropriação do tempo livre para a maximização dos lucros do shopping — na medida em que os dias da semana com maior possibilidade de utilização do tempo para o lazer são apontados como preferenciais na frequência ao shopping — e, por conseguinte, da

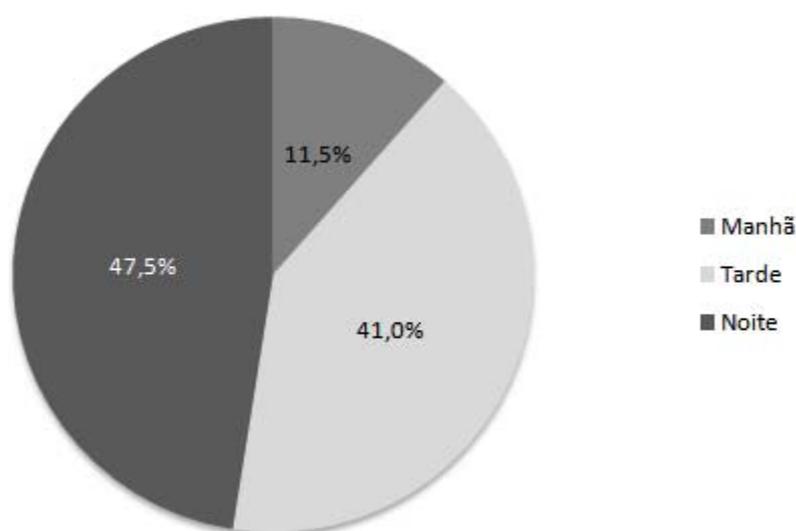
¹¹⁷ Conforme observado no Capítulo 2, foram aplicados questionários com o público freqüentador do JPS em quatro dias da semana, três horários por dia, totalizando uma amostra de 450 indivíduos.

necessidade de apropriação das demais esferas da vida cotidiana para a reprodução do capital, essencialmente pautada em novas estratégias e racionalidades.

Nesta perspectiva, para além da maior intensidade de fluxos que a nova expressão de centralidade gera nos finais de semana — como também já havia apontado Rocha, L. (2003) —, a diferenciação quanto aos horários de funcionamento das atividades dispostas nas centralidades apresentam uma variação de fluxos que se expressa diariamente.

Assim, enquanto durante o horário comercial o centro tradicional expressa maior intensidade de fluxos, o mesmo ocorre com o JPS após o referido horário, fato que evidencia a premência da apropriação do tempo livre para esta nova expressão de centralidade. Corroborando com essa análise, os dados obtidos por aplicação de questionário apontam para a preferência de horário diferenciado em relação ao funcionamento das atividades do centro tradicional para a frequência no JPS (*ver Gráfico 9*).

Gráfico 9: HORÁRIO DE PREFERÊNCIA PARA FREQUÊNCIA NO JPS DE ACORDO COM AMOSTRAGEM POR APLICAÇÃO DE QUESTIONÁRIOS, 2007.



Fonte: Dados de pesquisa de campo, 2007.

Organização: Gilberto Alves de Oliveira Júnior, 2008.

No interior do próprio equipamento, portanto, decorre uma variação na intensidade de fluxos diariamente e entre os dias da semana. De qualquer forma, é necessário observar que a variação também se expressa em relação a uma espécie de tipologia do público freqüentador do shopping.

Nesta direção, ocorre uma variação de fluxos na medida em que determinados horários ou dias da semana apresentam maior presença de grupos sociais diferentes, de grupos de faixas etárias como jovens, crianças, adultos, bem como maior concentração de público em diferentes espaços do empreendimento.

Portanto, essa variação interna quanto aos grupos sociais nos fluxos aponta para a possibilidade de estratégias diferenciadas pautadas na referida variação objetivando maiores resultados na indução ao consumo, embora a administração do JPS afirme não possuir os dados do perfil do público freqüentador por horários do dia ou por dias da semana, estabelecendo o público alvo genericamente entre os consumidores da classe A, B e C, com idade entre 20 e 35 anos.

Outros dados divulgados pela administração do JPS em relação ao público consumidor consideram que:

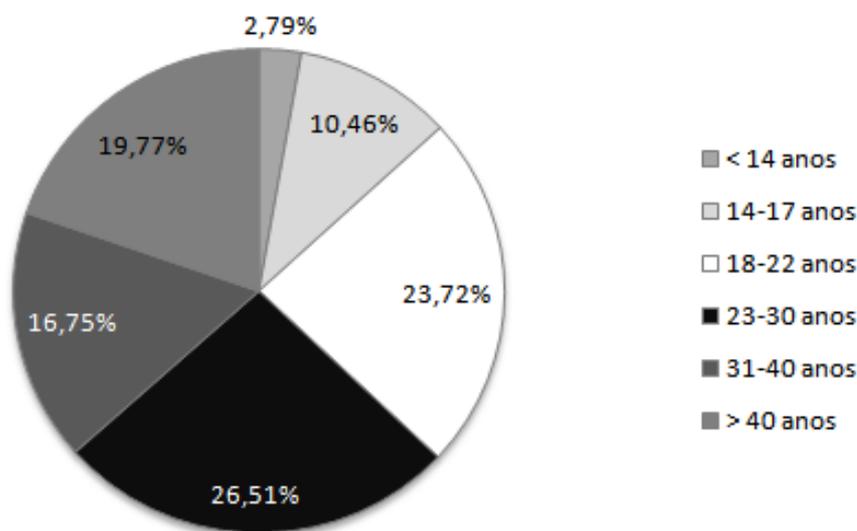
- 44% possuem idade entre 16 e 29 anos;
- 70% são do sexo feminino e 30% do sexo masculino;
- 38% possuem nível superior e 48% nível médio;
- 21% são da classe A/B e 33% da classe C.

De acordo com a administração do empreendimento, os números correspondentes ao perfil do público consumidor apenas representam a totalidade em relação ao sexo dos consumidores, os demais dados são omitidos em sua totalidade por serem considerados irrelevantes ou por não serem de interesse do shopping a sua divulgação.

De acordo com a administração do JPS, a empresa responsável pela pesquisa interna ao empreendimento estratificou os freqüentadores em classes utilizando-se do Critério Padrão de Classificação Econômica Brasil, conhecido por “Critério Brasil”, em concordância com a Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa (ABEP)¹¹⁸.

De qualquer forma, o procedimento de aplicação dos questionários com o público freqüentador do JPS apresentou dados que, em sua maioria, corroboram com os apontados para a maioria dos freqüentadores. Os referidos dados revelaram que 53,5% destes são do sexo feminino e 46,5% do sexo masculino, distribuídos por faixa etária com concentração em freqüentadores com idade entre 18 e 30 anos, representando mais de 50% da amostra (*ver Gráfico 10*).

Gráfico 10: FAIXA ETÁRIA DOS FREQUENTADORES DO JPS DE ACORDO COM AMOSTRAGEM POR APLICAÇÃO DE QUESTIONÁRIOS, 2007.



Fonte: Dados de pesquisa de campo, 2007.

Organização: Gilberto Alves de Oliveira Júnior, 2008.

¹¹⁸ Maiores informações acerca da estratificação econômica estabelecida pelo referido critério podem ser encontradas em: <http://www.abep.org/codigosguias/Criterio_Brasil_2008.pdf>, acessado em 14/02/2008.

Por outro lado, conforme observamos acerca da variação da frequência do público em diferentes horários no decorrer do dia no interior do shopping a partir da frequência de público em faixas etárias por horário, nossa amostra revelou dados que corroboram com a referida hipótese, na medida em que:

- do público com idade inferior a 14 anos 83,33% freqüentam em horários durante a manhã e a tarde;

- do público com idade entre 14 e 17 anos 66,67% freqüentam em horários durante a manhã e a tarde;

- do público com idade entre 18 e 22 anos 45,10% freqüentam o shopping à tarde e 35,30% à noite;

- do público com idade entre 23 e 30 anos 42,10% freqüentam à noite e 39,47% à tarde;

- do público com idade entre 31 e 40 anos 50% freqüentam à noite e 41,66% à tarde;

- do público com idade superior a 40 anos 44,70% freqüentam à noite e 36,47% à tarde.

Dentre os dados da amostra com relação à frequência por horários do dia, observa-se também que 41,44% do público freqüentador em horários pela manhã e à tarde são estudantes, denotando a frequência ao shopping relacionada às atividades de lazer e sociabilidade dos jovens. Corroborando com essa observação, os dados obtidos via questionários estritamente relacionados com o referido grupo apontam que 90,45% possuem o lazer enquanto uma das finalidades na frequência ao shopping, e 60,7% do grupo apontam ser a principal finalidade.

Além disso, inexistente no grupo quem afirmasse permanecer normalmente no shopping por tempo inferior a 30 minutos, ao passo que 47,74% afirmam permanecer por 1 a 2 horas, e 29,68% de 2 a 4 horas, sendo que 51,37% afirmaram freqüentar o shopping semanalmente, revelando um importante grupo de interesse aos capitalistas envolvidos no shopping em

transformar o considerável tempo de permanência no empreendimento em consumo.

Os referidos resultados quanto à permanência no shopping não distam, contudo, dos dados referentes ao público freqüentador total, posto que 47,46% dos freqüentadores afirmam permanecer por 1 a 2 horas, seguidos pelos que afirmam permanecer por 2 a 4 horas, 27,45%. Por outro lado, apenas 0,66% afirmam permanecer por tempo inferior a 30 minutos.

A esse resultado devem ser agregado os dados que apontam que 61,16% da amostra afirma que possuem o lazer enquanto uma das finalidades para freqüentar o shopping, com 34,24% afirmando que a realização de compras é uma das finalidades e 4,60% freqüentando por motivos de trabalho ou outros. Desta forma, a finalidade de realização de compras no JPS se apresenta inferior à média nacional, de 42%¹¹⁹.

A relação da freqüência ao ambiente artificializado do shopping com o lazer também se expressa pela afirmação de 41,53% dos elementos da amostra de que habitualmente vem ao JPS com amigos, e 40,49% afirmam que vem ao JPS com familiares, ao passo que apenas 11,52% afirmam vir ao JPS sozinhos, resultado que reafirma a vinculação da sociabilidade e dos momentos de encontro e felicidade com o ambiente indutor de consumo, vinculando os referidos elementos cotidianos também ao consumo de mercadorias.

Em convergência a esse resultado, quando consultados em questão aberta acerca do principal motivo para a freqüência no JPS (*ver Quadro 4*), os elementos da amostra apontaram majoritariamente para a realização de atividades de lazer e entretenimento, bem como o encontro com amigos, correspondendo a 32,77% da amostra.

Esse resultado, compatível com os demais, apresenta também a relevância da qualidade do ambiente do shopping, como conforto, segurança e aparência dos freqüentadores, correspondendo a 23,20% da amostra, o que aponta para a premência da artificialização do ambiente no interior do artefato enquanto elemento de motivação para o público freqüentador, corroborando com as observações já realizadas acerca da internalização de externalidades negativas do centro tradicional, ambientado em meio às intempéries da cidade real.

¹¹⁹ De acordo com dados da ABRASCE referentes ao ano de 2006.

Quadro 4: PRINCIPAL MOTIVO ELENCADO PELA AMOSTRA PARA A FREQUENCIA NO JPS, 2007.

| Principal motivo | Porcentagem |
|------------------------|-------------|
| Lazer e entretenimento | 32,77% |
| Qualidade do ambiente | 23,20% |
| Compras | 11,27% |
| Outros | 10,51% |
| Falta de opções | 5,25% |
| Comodidade | 4,79% |
| Paquera | 3,40% |
| Alimentação | 3,24% |
| Variedade | 1,85% |
| Estacionamento | 1,24% |
| Curso | 1,24% |
| Trabalho | 1,24% |

Fonte: Dados de pesquisa de campo, 2007.

Organização: Gilberto Alves de Oliveira Júnior, 2008.

Por outro lado, o resultado enfatiza a impossibilidade do público freqüentador em apreender as estratégias utilitaristas da administração do shopping na transformação do tempo despendido em atividades de lazer em tempo de consumo, posto que apenas 11,27% da amostra afirmaram ser a realização de compras o principal motivo para freqüentar o JPS, embora a relação entre o número de freqüentadores que consomem no shopping deva possuir números mais expressivos.

O cruzamento desse dado com o sexo dos freqüentadores apontou números razoavelmente próximos aos divulgados pelo JPS, na medida em que na nossa amostra, 62,5% dos elementos que afirmam que a realização de compras é o principal motivo para freqüentar

o shopping são mulheres. Agregado a esse dado, revela-se que o público feminino também afirma permanecer maior tempo no interior do shopping, sendo que 44% da amostra dos elementos do grupo permanecem mais de 2 horas, porcentagem superior a 10% em relação ao público masculino. Contudo, 55% do público masculino afirmaram freqüentar o shopping diariamente ou semanalmente, sendo que, neste caso, a porcentagem do público feminino foi inferior, com 45%.

De qualquer forma, por possuir enquanto característica a finalidade de travestir o lazer em consumo, o público freqüentador pode não mensurar corretamente em que medida as atividades de lazer das quais participam no shopping se constituem em lazer utilitarista, sendo em verdade realizados no sentido da reprodução do capital. Para a administração do empreendimento, portanto, a transformação do tempo de lazer em tempo de consumo constitui-se em um desafio de extrema relevância para o incremento no faturamento dos lojistas e do grupo empreendedor.

Mas, decerto, a realização da necessidade dos capitalistas termina por implicar na programação do humano, seus gostos, gestos, desejos, falseando a realização e a felicidade do homem mediado pelo consumo de mercadorias, esvaziando a vida de sentido no tempo livre. Este, que se constituía outrora enquanto tempo alheio aos interesses do capital, do qual o homem poderia se apropriar realizando-o sem a necessidade de subsumi-lo à reprodução do capital.

Portanto, envolto ao discurso de qualidade de vida — este consubstanciado pelo ambiente artificializado enquanto caráter compensatório pela desrealização do homem no trabalho e anulação das potencialidades humanas —, o lazer-consumo, ou o consumo travestido de lazer, subjaz sugerido nos shoppings de modo a transformar o tempo livre em tempo útil ao capital.

O referido discurso se conforma na capacidade das novas expressões de centralidade na geração e manutenção de fluxos pautados no tempo livre enquanto fundamental à realização das novas necessidades da ampliação do mundo da mercadoria travestidas de necessidades humanas, quando em verdade aniquilam com maior propriedade as potencialidades humanas.

O sucumbir das potencialidades humanas e dos sentidos da reprodução da vida encontra-se velado na realização de desejos subvertidos por necessidades alheias e alienadas, que promovem a mediatização da mercadoria na realização do homem, que se efetua enquanto não mais que a sua própria desrealização.

Nesta direção, cumprem papel de destaque os ambientes artificializados, aptos a promover a sedução da mercadoria e forjar um perfeito ato de compra, na medida em que induz à contemplação da mercadoria e aponta o consumo destas enquanto necessidade de realização do homem, que se expressam com propriedade nas vitrines dispostas nas alamedas do JPS (*ver Figura 26*), e a contemplação do homem perante a mercadoria.

A contemplação supra-histórica da mercadoria, que se despe de concreticidade, dos processos sociais e objetivos de produção e da história social do trabalho incorporado à mercadoria, aponta para a realização do homem em algo alheio a si e ao produto do seu trabalho.

Para além dessas questões, insurge o processo de tornar as mercadorias cada vez mais descartáveis, imersas em elementos qualitativos que se renovam e imputam o envelhecimento efêmero das mercadorias e induzem ao consumo indiscriminado, na medida em que as mercadorias se renovam destinadas às pessoas que já a possuem, mas que devem apreendê-las enquanto mercadorias envelhecidas.

Por outro lado, ocorre também a programação de desejos promovida pela publicidade, que credita aos possuidores de determinadas mercadorias qualidades superiores, inferiorizando aqueles que não possuem condições materiais de adquiri-las. Mesmo assim, estes se rendem aos ditames da racionalidade hegemônica seduzidos por necessidades falseadas e mercadorias distantes das suas possibilidades financeiras, o que implica na contemplação valorativa da mercadoria, mesmo das quais não se pode obter, reafirmando o discurso qualitativo das elites.

Figura 26: AS VITRINES ENQUANTO ELEMENTOS DE SEDUÇÃO E INDUÇÃO AO CONSUMO DE MERCADORIAS NO JPS, 2007¹²⁰.



¹²⁰ Registros fotográficos divulgados pelo JPS, disponíveis em: <http://www.jequitibaplaza.com.br/guia_de_lojas.asp>. Acessado em 01/03/2008.

Essa diferença de preços das mercadorias agregada à estratificação dos rendimentos econômicos da população e à criação de novas expressões de centralidade na cidade, propicia o debate acerca da centralidade polinucleada, na qual diferentes centralidades são direcionadas ao consumo de diferentes segmentos sociais. Em outros termos, as centralidades passam a ser segmentadas socialmente, essencialmente pelo interesse dos grupos capitalistas situados no shopping, que comercializam mercadorias a preços não acessíveis para os segmentos sociais de menor poder aquisitivo.

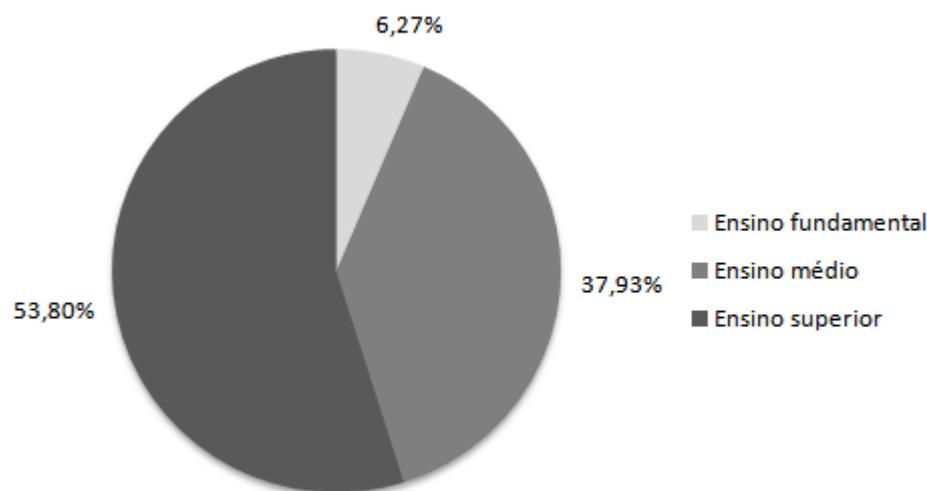
Nesta direção, embora inexistam dados acerca dos consumidores do centro tradicional e subcentros da cidade, é possível a realização de uma comparação entre o público freqüentador do JPS com a realidade social da cidade, essencialmente em termos de rendimento e escolaridade.

Em relação à escolaridade (*ver Gráfico 11*), os resultados da nossa amostra corroboram com os dados divulgados pela administração do JPS, apresentando uma expressiva porcentagem de freqüentadores com nível superior completo ou incompleto, que representam quase 54% da amostra (30,8% incompleto e 23% completo), seguidos pelos freqüentadores com nível médio, 37,93% (8,73% incompleto e 29,20% completo).

A efetivação de uma comparação a título de exemplo com os dados gerais do município referentes ao Censo Demográfico realizado pelo IBGE em 2000¹²¹ apontam para uma evidente distorção, na medida em que pouco mais de 3% da população total possuem nível superior completo (referente à população com 10 ou mais anos de idade com 15 anos ou mais de estudo), embora represente uma fatia de 23% da nossa amostra do público freqüentador do JPS. Além disso, apenas 16,19% da população total possuem ensino superior incompleto ou ensino médio completo (referente à população com 10 ou mais anos de idade com 11 a 14 anos de estudo), sendo que este grupo representa quase 70% da nossa amostra.

¹²¹ Dados disponíveis em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acessado em 14/02/2008.

Gráfico 11: NÍVEL DE ESCOLARIDADE DOS FREQUENTADORES DO JPS DE ACORDO COM AMOSTRAGEM, 2007.



Fonte: Dados de pesquisa de campo, 2007.

Organização: Gilberto Alves de Oliveira Júnior, 2008.

Por outro lado, a menor freqüência de público no shopping apenas com ensino fundamental completo ou incompleto, representando 6,27%, contrasta com os mais de 66% da população do município que possuem até 7 anos de estudo, e denota a seletividade do público alvo do shopping.

Essa consideração se reafirma com mais notoriedade quando se observa que dos freqüentadores do shopping com nível fundamental, aproximadamente 30% possuem idade inferior a 14 anos, certamente apresentando escolaridade compatível com a idade, não servindo, portanto, de inferência aos rendimentos desses elementos da amostra quando relacionados com o nível de escolaridade.

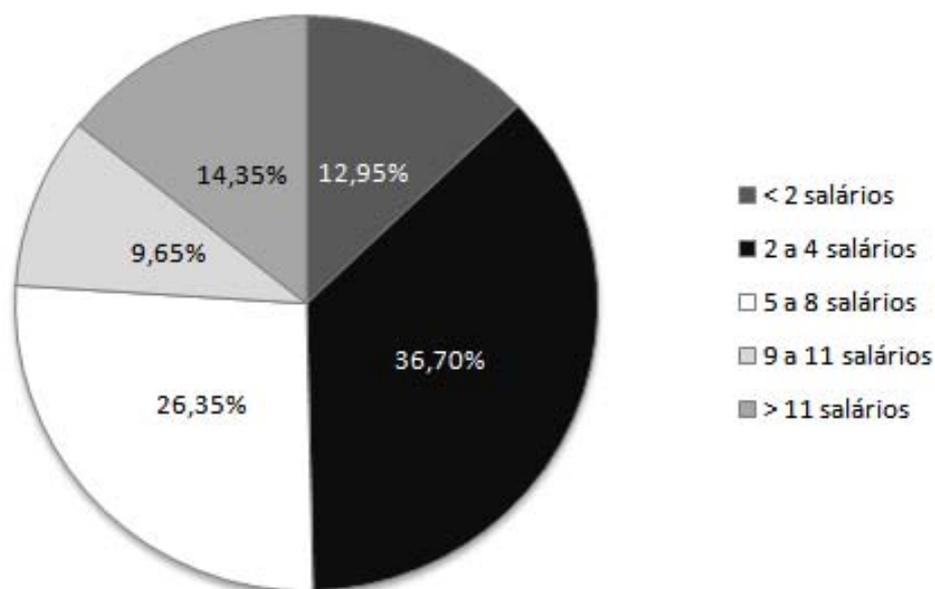
Comparativamente com os dados de rendimento familiar estimado pelos elementos da amostra, observa-se que a amostra dos elementos do grupo com nível superior (completo ou incompleto) compreende a 71,27% dos que afirmam possuir rendimento familiar estimado acima de 9 salários mínimos, ao passo que apenas 5,23% dos que possuem o referido

rendimento familiar encontram-se no grupo de nível fundamental.

Os elementos da amostra do grupo com nível superior também concentra a classe com rendimento familiar estimado entre 5 e 8 salários mínimos, compreendendo 68,52% da amostra total, com 26,85% no grupo com nível médio e 12,96% no grupo com nível fundamental. Em contrapartida, apenas 4,69% dos elementos da amostra do grupo com nível superior afirmaram possuir rendimento familiar estimado em menos de 2 salários mínimos.

Quanto aos dados referentes estritamente ao rendimento familiar estimado informado por todos os elementos da amostra (*ver Gráfico 12*), o resultado apresentado aponta para a concentração da freqüência em duas classes: 36,70% dos frequentadores com renda familiar estimada entre 2 e 4 salários mínimos, e 26,35% com renda familiar estimada entre 5 e 8 salários mínimos.

Gráfico 12: NÍVEL DE RENDIMENTO DOS FREQUENTADORES DO JPS DE ACORDO COM AMOSTRAGEM, 2007.



Fonte: Dados de pesquisa de campo, 2007.

Organização: Gilberto Alves de Oliveira Júnior, 2008.

Considerando-se os freqüentadores com maior rendimento familiar estimado, observa-se a expressiva porcentagem de 24% com rendimento familiar estimado acima de 9 salários mínimos. Por outro lado, a fatia representada pelos freqüentadores com renda familiar estimada abaixo de 2 salários mínimos é de apenas 12,95%.

Em relação ao rendimento da população total do município, observa-se que o universo dos freqüentadores do shopping é limitado, o que implica na realização de compras por grande parte da população em outras áreas comerciais da cidade. Isso porque, dentre a população total com idade superior a 10 anos em 2000, 36,49% da população possuía rendimentos de até 2 salários mínimos, 10,23% possuíam rendimentos entre 2 e 5 salários mínimos, 4,42% entre 5 e 10 salários mínimos, e apenas 2,66% com rendimentos superiores a 10 salários mínimos. Além disso, 46,20% da população total com idade superior a 10 anos não possui qualquer rendimento.

Desta forma, a representativa fatia que representa 24% dos freqüentadores do shopping de acordo com a nossa amostra, representa apenas a estrita fatia de 2,66% da população total, embora seja possível apenas uma espécie de analogia entre os referidos dados, na medida em que os dados do Censo se referem ao rendimento individual e os da nossa amostra o rendimento familiar estimado. Por outro lado, a extensa fatia de 36,49% da população total com rendimentos de até 2 salários mínimos representa apenas 12,95% dos freqüentadores do shopping.

Depreende-se, portanto, que no universo da totalidade da população do município, existe uma seletividade considerável para o público alvo do shopping, apontando para a restrição da freqüência no shopping apenas para segmentos sociais de maior renda de acordo com a realidade do município.

Mas, decerto, essa seletividade impossibilita, em certo sentido, que aqueles que reproduzem a vida em situação de pobreza material nas periferias de baixa renda se tornem mais pobres do que realmente são, na medida em que estes se encontram distantes da desapropriação do seu tempo livre em atividades subvertidas ao expresse interesse da reprodução do capital.

Essa atração de fluxos de forma segmentada implica muitas vezes na frequência de público com menor renda no shopping que, contudo, preferem realizar compras no centro tradicional da cidade motivado pelos preços mais acessíveis. No universo da nossa amostra, observa-se que mais de 57% dos freqüentadores com renda familiar estimada inferior a 2 salários mínimos se encontra na referida situação, o mesmo ocorrendo com mais de 63% dos freqüentadores com renda familiar estimada entre 2 e 4 salários.

Nesta direção, a frequência no ambiente artificializado do shopping não denota necessariamente que determinados segmentos sociais realizem compras nas lojas dispostas no interior do mesmo, sendo muitas vezes uma questão de realização de atividade de lazer que subverte à dinâmica utilitarista programada do shopping.

Por outro lado, também pode implicar na sedução que se realiza mas não se concretiza momentaneamente devido a insuficiência de recursos financeiros necessários, o que não impede que no momento que estes freqüentadores seduzidos disponham de tal recurso não despendam destes no shopping.

No universo de todos os elementos da amostra, entretanto, não observa-se uma preferência pela realização de compras no shopping, mas uma divisão equivalente entre dois grupos: os que preferem realizar compras no centro tradicional devido essencialmente aos preços mais acessíveis, representando 46,57% da amostra; e os que preferem realizar compras no shopping, principalmente pela qualidade dos produtos e do ambiente, representando 46,01% da amostra.

Existe ainda a porcentagem residual dos elementos da amostra, de aproximadamente 7%, que não possuem preferência expressa entre as centralidades para a realização de compras, justificando essencialmente que preferem comparar o preço dos produtos em lojas dispostas nas duas áreas.

Em outra perspectiva, os resultados da amostra revelam que o shopping se expressa enquanto centralidade para além dos bairros limítrofes, gerando e mantendo fluxos em uma amplitude territorial intra-urbana mais abrangente que os subcentros. Neste ponto, 50,94% dos elementos da amostra afirmam que residem em bairros periféricos, ao passo que 49,06%

residem em bairros pericentrais, limítrofes ao centro tradicional.

Os resultados da amostra revelam também que 54,53% dos frequentadores se deslocam até o shopping de carro, o que representa a possibilidade de maior deslocamento no território da cidade e o representativo consumo do espaço destinado a estacionamentos nestes equipamentos, por vezes mais extenso que a área bruta locável. Além disso, os elementos da amostra que se deslocam de ônibus representam 19,68%, de táxi 5,91%, e de moto 4,53%, totalizando mais de 84% de fluxos de pessoas que podem se direcionar ao shopping em consideráveis distâncias.

Nesta perspectiva, cumpre ressaltar a alteração ocorrida no trajeto de diversas linhas de transporte coletivo na cidade para atendimento do JPS, fazendo com que 47,82% dos ônibus em circulação obrigatoriamente passem pelo shopping, sendo 30 ônibus da empresa Expresso Rio Cachoeira e 14 da Viação São Miguel (*ver Quadro 5*).

Quadro 5: LINHAS DE TRANSPORTE COLETIVO QUE ATENDEM AO JPS, 2007.

| EXPRESSO RIO CACHOEIRA | | VIAÇÃO SÃO MIGUEL | |
|------------------------|--|-------------------|--|
| Qtde. | Trajeta | Qtde. | Trajeta |
| 1 | Paty / JPS / Jorge Amado | 1 | Vale do Sol / JPS / Hospital São Lucas |
| 2 | Jd. Primavera / JPS / Hospital de Base | 3 | São Caetano / JPS / Califórnia |
| 2 | D. Gomes / JPS / Hospital São Lucas | 1 | Vila das Dores / JPS / Novo S. Caetano |
| 3 | Jaçanã / JPS / Santo Antônio | 1 | Jd. Primavera / JPS / Monte Cristo |
| 1 | Fonseca / JPS / Novo Horizonte | 1 | Daniel Gomes / JPS / Califórnia |
| 4 | São Caetano / JPS / Nova Ferradas | 1 | Daniel Gomes / JPS / Tv. Sr. Bomfim |
| 2 | Santa Clara / JPS / Califórnia | 1 | Nova Itabuna / JPS / Jd. Primavera |
| 1 | Santa Clara / JPS / São Lourenço | 1 | Hospital São Lucas / JPS / Pedro Jorge |
| 3 | Centro Comercial / JPS / Califórnia | 2 | Hospital de Base / JPS / Pedro Jorge |
| 1 | Jd. Primavera / JPS / Nova Califórnia | 2 | Paty / JPS / Jorge Amado |
| 2 | Jd. Primavera / JPS / Pq. Boa Vista | | |

Fonte: Secretaria Municipal de Transportes e Trânsito – SETTRAN, PMI, 2007.

Portanto, conforme já havia observado Rocha, L. (2003, p. 154):

a partir da inauguração do *shopping*, o percurso de praticamente todos os ônibus urbanos foi alterado, levando-os a circular pela avenida que passa em frente ao novo equipamento. Esta avenida, a Aziz Maron (também chamada de Beira Rio), foi alargada para dar lugar às paradas de ônibus. [...] Surgiram alamedas com plantas e flores, dando um aspecto de espaço aberto, limpo, alegre e que leva as pessoas a se sentirem atraídas para freqüentar este local de consumo e de lazer, protegidos das intempéries e seguros contra a possível violência das ruas sem teto e sem paredes.

Desta forma, as necessidades impelidas pelas demandas insurgidas a partir da inauguração do shopping são atendidas prontamente, de forma que as mesmas influenciem no reforço da centralidade expressa pelo empreendimento e na ampliação em âmbito territorial e social quanto ao público freqüentador e consumidor, na medida em que as linhas do transporte coletivo que sofreram alterações no percurso terminam por atender praticamente todos os bairros da cidade.

Por outro lado, as modificações propiciam um processo de dinamização dos fluxos na área e um acréscimo de tempo no percurso do transporte coletivo que induzem a apreciação contemplativa do artefato e das modificações na paisagem que se realizam no entorno do mesmo (*ver Foto 7*).

Portanto, essa alteração no trajeto das linhas do transporte coletivo transcende os interesses dos grupos capitalistas inseridos no shopping, ao ponto de implicar na potencialização de demais investimentos no entorno do empreendimento, devido ao incremento e dinamização dos fluxos de pessoas na área.

Para além da referida alteração quanto ao transporte coletivo, demais demandas insurgidas do incremento do fluxo de veículos particulares — que compreendem o público preferencial do empreendimento — essencialmente na Av. Aziz Maron, respaldaram ações do poder público municipal no sentido de realizar pequenas modificações infra-estruturais na

área, nas quais “até o traçado urbano modificou-se com o novo desenho das avenidas [Aziz Maron] mais bem traçado e contornos ampliados” (ROCHA, L., 2003, p. 154 apud JORNAL AGORA, 2000¹²²).

Foto 7: PERCURSO DAS LINHAS DE TRANSPORTE COLETIVO NA AV. AZIZ MARON E AS MODIFICAÇÕES NA PAISAGEM NO ENTORNO DO JPS, 2007.



Foto: Gilberto Alves de Oliveira Júnior, 2007.

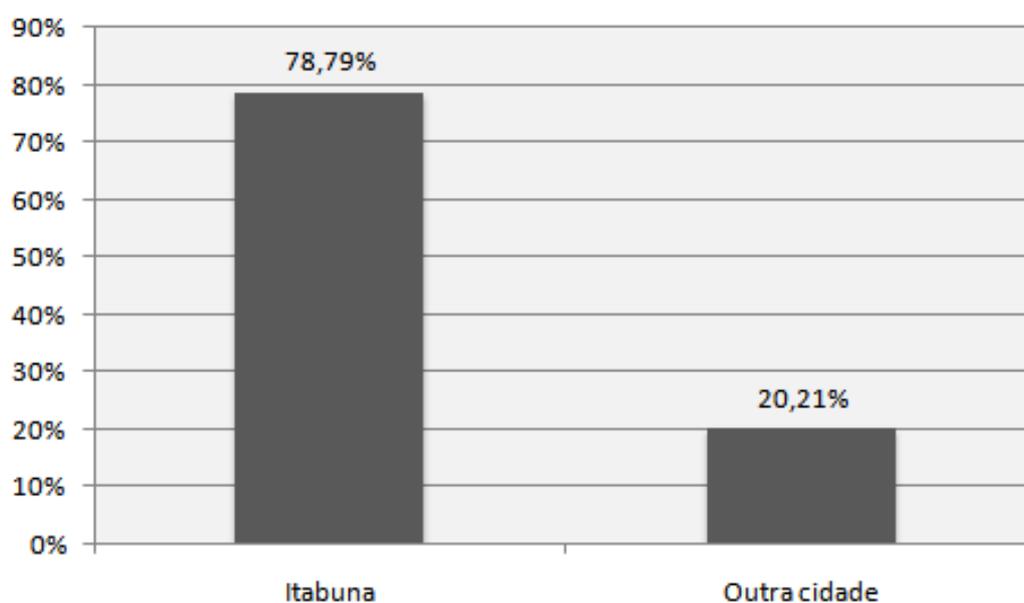
Por outro lado, aqueles que freqüentam o shopping se deslocando a pé representam 15,35% da amostra, sendo que aproximadamente 63% destes responderam ao questionário enquanto freqüentavam o shopping durante horários de manhã e de tarde. Esse resultado pode sugerir uma determinada internalização de fluxos da área do centro tradicional, pela proximidade entre as áreas — o que também pode ocorrer com o centro tradicional em relação ao shopping —, embora aponte para uma fatia pouco representativa em relação à principal

¹²² Jornal Agora, Banda B, 19 a 25 de agosto, 2000, p. 6.

forma de deslocamento para o shopping.

Em relação aos fluxos interurbanos gerados e mantidos pela nova expressão de centralidade, apontando para a possibilidade do debate acerca da centralidade complexa — pelo reforço da centralidade da cidade a partir dos fluxos impelidos pela multiplicação da centralidade na cidade —, os resultados oriundos dos elementos da nossa amostra indicam que os fluxos interurbanos representam pouco mais de 20% do total de freqüentadores do JPS¹²³ (ver Gráfico 13).

Gráfico 13: CIDADE DE RESIDÊNCIA DOS FREQUENTADORES DO JPS DE ACORDO COM AMOSTRAGEM, 2007.



Fonte: Dados de pesquisa de campo, 2007.

Organização: Gilberto Alves de Oliveira Júnior, 2008.

¹²³ De acordo com dados da administração do JPS, a freqüência estimada do público proveniente de outras cidades era de aproximadamente 30% em 2004, a partir de informações encontradas em: *Jornal A Região, Jequitibá ganha Americanas e Insinuante é reinaugurada*, Ano XVIII, n. 870, 03 jul 2004, p. 13.

Decerto, porém, a instalação do shopping pode representar um incremento de fluxos dispersos territorialmente na cidade, na medida em que os fluxos que se intensificam tendem a não se direcionar unicamente para o empreendimento, mas para as demais expressões de centralidade na cidade. Contudo, é notório que o mas que decorrem de um processo territorial que implica no reforço da centralidade da cidade na rede urbana, este decorrente diretamente da instalação do shopping.

Esse aspecto termina por transformar o JPS em uma espécie de “âncora” do comércio do centro tradicional, conforme afirma Carlos Leahy (presidente da CDL-Itabuna) e a própria administração do JPS, que considera, nesta direção, que há mais complementaridade entre as centralidades do que propriamente concorrência.

A procura por maior intensificação de fluxos interurbanos direcionados ao empreendimento impeliu a possibilidade de modificação do trajeto de linhas de transporte coletivo interurbanas, e não apenas das linhas urbanas. Nesta direção, algumas linhas de transporte coletivo no trajeto entre Itabuna e Ilhéus sofreram modificações de modo a realizarem um desvio no trajeto que possibilitava que os ônibus transitassem pela Av. Aziz Maron, objetivando atrair maior intensidade de fluxos da cidade vizinha para o JPS.

A referida modificação terminou sendo suprimida, retornando ao trajeto original, decorrente em parte de motivações referentes à possíveis conflitos com empresários varejistas de Ilhéus, na medida em que, de acordo com Ari Mariano Filho¹²⁴, os anúncios em paradas de ônibus com os horários em que o trajeto dos mesmos encontrava-se alterado, circulando em frente ao shopping, eram constantemente arrancados.

A partir do que foi elencado no presente debate, considera-se que o JPS expressa uma relevante centralidade em âmbito intra-urbano e, desencadeando o processo de multiplicação da centralidade na cidade termina por incrementar fluxos que se apresentam enquanto externalidades do empreendimento passíveis de serem internalizadas pelo centro tradicional que, nesta direção, se redefine objetivando a maximização de resultados decorrentes desse processo.

¹²⁴ Ari Mariano Filho foi superintendente do JPS no período entre 2003 e 2005. A referida informação foi obtida através de entrevista gentilmente concedida em 19 de dezembro de 2007

Desta forma, a poli(multi)centralidade na cidade implica no reforço da centralidade da cidade conjugando processos territoriais de âmbito inter e intra-urbano que se realizam consubstanciados pela concentração de equipamentos nas cidades médias que terminam por gerar a escassez nas demais cidades próximas e apresentar as cidades médias enquanto ícones de modernidade e dinamização econômica pela inserção nestas de artefatos pautados em racionalidades hegemônicas de reprodução do capital.

A multiplicação da centralidade na cidade e as novas estratégias locacionais aliadas às possibilidades mais agressivas de atração de fluxos quanto ao público alvo impostas pela inserção do shopping, implicam na configuração de uma dinâmica de fluxos segmentada socialmente nas diferentes expressões de centralidade, o que aponta para a constituição de uma centralidade polinucleada. Essa pôde ser caracterizada pelo desnível de renda expresso entre os freqüentadores do shopping em comparação com a população total do município, bem como as diferenças expressas nos desníveis no que tange a escolaridade em relação aos dois referidos grupos.

Além disso, os dias e horários preferenciais para a freqüência ao shopping indicados pelos elementos da amostra, corroboram com uma centralidade cambiante em comparação com o horário de funcionamento das atividades dispostas no centro tradicional. A maioria destas atividades encontra-se restritas à esfera da vida cotidiana que constitui o denominado tempo de trabalho.

Por outro lado, esse resultado também aponta para a relevância do shopping enquanto concentrador de fluxos capaz de drenar o tempo livre dos freqüentadores nos termos utilitaristas que maximizam os lucros e faturamentos dos grupos capitalistas e esvaziam a vida humana de sentido.

Nesta direção, é necessário pensar os novos artefatos inseridos no espaço que (re)criam novas expressões de centralidade e (re)estruturam o espaço, pela possibilidade suscitada por estes em subjugar o homem aos interesses precípuos do capital tanto dentro quanto fora do trabalho, revelando a ofensiva do capital às demais esferas da vida cotidiana, essencialmente aos momentos de não-trabalho.

Portanto, torna-se candente o debate que coaduna os processos espaciais com os processos sociais que ao se realizarem na cidade enquanto produto e condição de reprodução da sociedade contemporânea, terminam por implicar que a vida cotidiana — e as práticas sociais — não se realize de forma subversiva ou transgressora aos preceitos do capital.

Contudo, a realização dos referidos processos na cidade concretizados nas demais esferas da vida cotidiana para além do tempo de trabalho(-mercadoria) — outrora consideradas alheias às ofensivas do capital —, subvertem e transgridem com maior expressividade as potencialidades humanas.

Desta forma, a reprodução do capital apresenta-se contraditória e conflituosa à reprodução da vida na cidade, coisificando o homem e inserindo a mercadoria enquanto mediadora entre o homem e suas falaciosas e degradantes felicidade e realização que se efetuam no estrito sentido da ampliação do mundo da mercadoria.

7.5. As expansões da concentração: um debate acerca de novas estratégias e possibilidades para o JPS

A consolidação do Jequitibá Plaza Shopping, enquanto nova expressão de centralidade na cidade decorridos praticamente oito anos da sua inauguração, possibilita a construção de alguns debates acerca das modificações ocorridas no empreendimento. Essas objetivam expandir a concentração territorial de atividades varejistas no interior do mesmo ambiente arquitetônico envolto a maior agressividade e atratividade frente ao público alvo, criando externalidades que são internalizadas pelo próprio empreendimento. Essas modificações denotam a implantação de novas estratégias que se incorporam à racionalidade do empreendimento, maximizando os lucros e faturamentos, assim como incrementando o fluxo de consumidores potenciais.

Nesta direção, desencadeia-se um processo caracterizado pelo aprimoramento da

tecnologia de gerência científica utilizada na administração “imobiliária-varejista” do shopping, que por seu turno se realiza revelando-se enquanto um movimento de potencialização do esvaziamento da vida cotidiana para a elevação dos resultados para os grupos capitalistas envolvidos.

Decerto, esse movimento reflexivo implica na realização de uma análise processual que insurge desde o processo de construção do shopping e comercialização inicial dos espaços, de forma a apreender breves rupturas e suas prováveis motivações e resultados para o empreendimento e para a expressão de centralidade deste.

Nesta perspectiva, aponta-se enquanto principal modificação no processo de construção e comercialização dos espaços do shopping a modificação que se realiza em relação à rede de supermercados que se instalaria no empreendimento. Durante o ano de 1999, a rede de supermercados Petipreço que inicialmente possuía um acordo de instalação no JPS foi adquirida pelo grupo BomPreço, que detém a maior rede de supermercados na região nordeste do país.

A referida aquisição manteve o acordo de instalação, embora tenha alterado as escalas de capitais envolvidas, na medida em que o BomPreço, no período, era um grupo associado ao Grupo Royal Ahold, que representava uma das maiores empresas de varejo do mundo, com expressiva participação em redes de supermercados e hipermercados em diversos países, a exemplo da Holanda, Estados Unidos, Portugal, República Tcheca, totalizando um número superior a 2.600 lojas¹²⁵.

Essa modificação também se expressou na forma de comercialização do espaço destinado à instalação do hipermercado, ocorrendo a aquisição definitiva da área utilizada pelo BomPreço, o que implica em uma relação diferenciada quando comparada aos demais lojistas que se apresentam inseridos na lógica habitual de locação dos espaços em Shopping Centers.

As demais lojas do shopping possuem enquanto custos de manutenção no condomínio

¹²⁵ As informações utilizadas podem ser encontradas em: Jornal A Região, **Sai Petipreço, vem Bompreço: mantido acordo de instalação**, Ano XIII, n. 607, 24 mai 1999, p. 8.

4 despesas básicas além da contribuição para o Fundo de Promoção e Propaganda (FPP):

- (1) aluguel mínimo mensal;
- (2) aluguel percentual que complementa o aluguel mínimo;
- (3) despesas comuns;
- (4) despesas específicas (ar condicionado, gás, água).

Contudo, não dispomos de maiores informações acerca das diferenças e similaridades que se encontram estabelecidas nos contratos entre os demais lojistas do shopping com o grupo empreendedor e entre este e o hipermercado.

Retornando ao debate acerca do Hiper BomPreço, a partir da aquisição da área, o hipermercado inicia a execução do projeto da obra, que se realiza à parte do restante do shopping¹²⁶, embora a este articulada, sendo inaugurado no mesmo período de inauguração do JPS. Além disso, o hipermercado também possui horário diferenciado de funcionamento, com abertura às 8 horas, ao contrário do restante das lojas que iniciam suas atividades a partir das 10 horas.

A instalação do novo hipermercado na cidade mobilizou modificações no Hipermercado Itão, de grupos investidores da própria região. Neste movimento ocorre um processo de embate objetivando melhorias nas formas de competitividade e atração de consumidores realizado entre os dois hipermercados. Assim, pela inserção no qual o Itão promove modificações na sua estrutura interna a partir do estudo de *layouts* de outras grandes redes instaladas em território nacional, além de alterações no mix de produtos e ampliação do estacionamento¹²⁷.

Entretanto, outra modificação envolvendo o hipermercado instalado no shopping ocorre devido à realização de uma nova negociação do grupo BomPreço com investidores

¹²⁶ Essa informação pode ser encontrada em: Jornal A Região, **Bompreço inicia obras**, Ano XIII, n. 631, 8 nov 1999, p. 8.

¹²⁷ Informações encontradas em: Jornal A Região, **Hipermercados em “guerra” para atrair consumidores**, Ano XIV, n. 657, 14 mai 2000, p. 14.

internacionais. A negociação, realizada em 2004, transferiu a rede de supermercados BomPreço para a Wal-Mart¹²⁸, empresa estadunidense do setor de varejo com atuação em 11 países pelo valor de US\$ 300 milhões, representando aproximadamente no período R\$ 900 milhões.

No momento da aquisição o BomPreço possuía a maior rede de supermercados do nordeste do país, com 118 unidades¹²⁹, além de encontrar-se líder enquanto empresa de cartão de crédito no nordeste, com aproximadamente 2 milhões de clientes do HiperCard em 2004, sendo que a empresa de cartão de crédito foi negociada separadamente e adquirida pelo Unibanco.

A partir da aquisição do BomPreço, assim como de outros grupos instalados no país, a Wal-Mart ampliou suas atividades no território nacional e passou a disputar a segunda posição no ranking da Associação Brasileira de Supermercados (ABRAS) com o grupo Carrefour, na medida em que a empresa elevou sua participação no mercado de 6,2% em 2004 para 11% em 2005, com um faturamento de aproximadamente R\$ 11,7 bilhões¹³⁰. A liderança de mercado no setor pertence ao grupo Pão de Açúcar.

Portanto, a partir dessas primeiras modificações decorrentes estritamente em uma das empresas instaladas no shopping, possibilita-se maior agressividade no mercado consumidor que constitui o público alvo do empreendimento pela provável exigência de maiores resultados e inserção de novas estratégias oriundas de grupos capitalistas mais competitivos

¹²⁸ Maiores informações acerca da compra da rede BomPreço pela Wal-Mart podem ser encontradas em: **Grupo holandês vende Bompreço para Wal-Mart**, publicado no *site* da BBC-Brasil em 01 de março de 2004. Essa publicação encontra-se disponível na internet através do endereço: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/economia/story/2004/03/040301_bomprecomla.shtml>. Acessado em 01/03/2008.

¹²⁹ Atualmente a rede conta com 116 unidades dispostas em todos os estados da região nordeste da seguinte forma: 45 lojas na Bahia, 34 em Pernambuco, 10 no Maranhão, 8 em Alagoas, 8 na Paraíba, 5 em Sergipe, 2 no Rio Grande do Norte, 2 no Ceará e 2 no Piauí. Informações encontradas em: <http://www.walmartbrasil.com.br/wmbrazil/wmstores/Mainabout.jsp?BV_SessionID=@@@@0384121289.1206684440@@@@&BV_EngineID=ccccadedemfhkefcfkfcfkjdgoodglg.0&pagetype=about&categoryOID=-8009&template=CategoryDisplay.jsp>. Acessado em 01/03/2008.

¹³⁰ As informações foram encontradas em: **Ranking da Abras mostra disputa acirrada entre Carrefour e Wal-Mart**, publicada no *site* Valor Online em 26 de abril de 2006, disponível em: <<http://www.valoronline.com.br/valoronline/Geral/empresas/37/Ranking+da+Abras+mostra+disputa+acirrada+entre+Carrefour+e+Wal-Mart,,,37,3653149.html>>. Acessado em 01/03/2008.

que passaram a comandar as ações da referida empresa.

Neste sentido, o hipermercado passa a gerar e manter externalidades com maiores intensidades em âmbitos qualitativos e quantitativos. Essas externalidades, portanto, são estrategicamente internalizadas pelo shopping, sem necessariamente passar por custos de investimentos por parte do grupo empreendedor, mas resultantes de movimentos de mercado em âmbito de investidores internacionais, portanto para além dos limites territoriais de abrangência do JPS.

De qualquer forma, o shopping passa por outras modificações após a sua inauguração, decorrentes de um processo de aprimoramento da racionalidade do empreendimento e a inserção de novas lojas e franquias, objetivando incremento de fluxos pelo reforço da centralidade, além da elevação de lucros e faturamentos. No momento da inauguração do JPS, por exemplo, havia apenas o Hiper BomPreço, a Super Insinuante e o McDonald's dentre as mega lojas e âncoras.

De acordo com a administração do JPS, no momento da implantação de um shopping é realizada uma projeção de investimento, faturamento em vendas, público circulante, voltados pela ABL e número de operações, baseados no projeto e na pesquisa de mercado. A partir dessas projeções inicialmente realizadas, considera-se que o empreendimento cumpriu os objetivos iniciais com superação das expectativas estipuladas no momento da sua inauguração.

No entanto, a administração do JPS considera que se realizam modificações que objetivam melhorias nos resultados inicialmente obtidos. Nesta direção, as modificações de maior relevância na estrutura do equipamento decorrem essencialmente do fato de que os SCs devem possuir uma elevada dinamicidade, sob pena de se tornarem obsoletos e aos poucos perderem a atratividade.

Neste sentido, as modificações mais relevantes se constituem por meio da inserção de elementos que resultem em elevação dos níveis de faturamento, com a atração de mais lojas âncoras, renovação do *tendant mix*, modernização continuada das lojas e aprimoramento da tecnologia de gestão por resultados.

No referido contexto, embora previsto no projeto inicial do JPS, apenas alguns meses depois da inauguração pode-se considerar que a primeira modificação relevante insurge, no momento em que o Grupo Chaves assume os investimentos relativos à instalação das salas de cinema e inaugura o Starplex Cinemas, possibilitando um relevante incremento no fluxo do público freqüentador.

Contudo, considerando-se as atividades de lazer-consumo dos shoppings e suas determinações utilitaristas aos grupos capitalistas, essa terminologia deve ser suprimida para dar lugar ao termo “consumidores potenciais”, que representa os objetivos do empreendimento com maior propriedade.

Antes do processo caracterizado pela inserção de novas lojas âncoras e redefinições no *tendant mix*, demais articulações no intento de incremento no fluxo de consumidores procuraram ser realizadas pelo JPS. A título de exemplo, em janeiro de 2001 houve uma tentativa visando inserir o shopping em roteiros de agências de turismo a partir de proposta de parceria com o setor turístico de Ilhéus que possuía enquanto contrapartida do JPS oferta a promoção do turismo em Ilhéus por meio de exposições, estandes e banners no *mall* do shopping¹³¹.

Na ocasião, argumentou-se acerca da centralidade da cidade de Itabuna na rede rodoviária, portanto da relevância para a atração de turistas em circulação pelas rodovias a partir da publicidade propiciada. Entretanto, houve hesitação por parte da Empresa de Turismo de Ilhéus (ILHÉUSTUR) quanto á repercussão do possível acordo no setor varejista da cidade de Ilhéus, não sendo firmado posteriormente a parceria, conforme informação do ex-superintendente do JPS, Ari Mariano Filho. Por outro lado, de acordo com a mesma fonte, a administração do JPS conseguiu êxito na inserção de informações acerca do empreendimento nos folders da Costa do Cacau¹³² e em alguns panfletos da TAM Linhas Aéreas em Ilhéus.

¹³¹ Informações encontradas em: Jornal A Região, **Shopping propõe parceria com setor turístico de Ilhéus**, Ano XV, n. 692, 14 jan 2001, p. 13.

¹³² Empresa com objetivo em fomentar, promover, divulgar e vender a Costa do Cacau na Bahia enquanto destino turístico. Maiores informações podem ser encontradas em: <<http://www.costadocacau.com.br>>. Acessado em 01/03/2008.

Outra “ofensiva” do JPS se caracteriza com convites de crianças e adolescentes da cidade e de cidades vizinhas através de caravanas para realizarem visita ao shopping, sem custos e tendo um ônibus à disposição, além de lanche na praça de alimentação e exposição de um filme nas salas de cinema.

Esse procedimento, conforme reafirma Ari Mariano Filho, aparenta ser uma espécie de compromisso social do empreendimento quando em verdade se constitui enquanto um investimento em futuros consumidores do shopping, na medida em que auxilia na inserção do ambiente artificializado na vida cotidiana dessas crianças e adolescentes.

Da mesma forma, se realizam procedimentos que objetivam incentivar a máxima permanência de adolescentes no interior do shopping, que embora representem pequenas parcelas em relação ao consumo futuramente se constituirão nos consumidores do empreendimento.

Após um ano da inauguração do shopping, apesar do balanço positivo considerado em relação ao faturamento do empreendimento¹³³, o JPS passa a efetuar modificações objetivando atrair consumidores das classes B e C, que podem consumir mais por serem mais numerosos e expressivos.

De acordo com a administração do JPS, portanto, “após alguns anos de maturação, observou-se a necessidade de incrementar ao nosso mix operações que melhor atendessem a classe C, para que tivéssemos uma fatia maior deste público”. Nesta direção, a presença significativa da classe C no shopping decorre essencialmente do fato de ser esta a classe majoritária em termos quantitativos com relativas possibilidades de consumir nessa área comercial. Em outros termos, a classe C representa uma fatia de extrema relevância, impossível de ser desprezada por estes centros comerciais, sendo racionalmente estimuladas ao consumo no ambiente do JPS.

Quanto à inserção de novas lojas âncoras objetivando aprofundar a atratividade do shopping e internalização do incremento de fluxos, concretizado a partir de 2004, iniciou-se

¹³³ Maiores informações podem ser encontradas em: Jornal A Região, **Diretoria faz balanço positivo do primeiro ano de vida do Jequitibá**, Ano XV, n. 708, 6 mai 2001, p. 15.

com a inauguração das Lojas Americanas. A relação de novas âncoras com o incremento de fluxos é considerável, na medida em que dados divulgados pela administração apresentam que apenas na data de inauguração das Lojas Americanas no JPS, aproximadamente 4 mil pessoas circularam no interior da loja¹³⁴, propiciando maiores fluxos no interior do shopping como um todo.

Esse incremento ocorre na medida em que “as grandes âncoras cumprem a missão de trazer um número maior de consumidores ao mall, aumentando o rendimento do shopping”¹³⁵. Nesta mesma direção, em novembro de 2007, uma primeira expansão horizontal em termos de ABL do JPS — embora pouco expressiva — foi realizada para a inserção das Lojas Marisa (*ver Foto 8*).

Nesta perspectiva, é necessário observar também que as lojas âncoras apresentam condições de competitividade superior aos encontrados na maioria das empresas de varejo locais, essencialmente na atratividade de consumidores potenciais representada pelas ferramentas de crédito utilizadas por esses grupos. Nesta direção, observa-se que essas:

grandes redes, tanto no vestuário como no setor de eletrodomésticos, têm se esmerado em ampliar suas ferramentas de crédito, através de maiores prazos nos cartões próprios ou até na forma de empréstimos diretos e outros serviços. Para isso, se associam a grandes instituições bancárias, que financiam parte de suas carteiras, ou até abrem suas próprias financeiras. [...] O setor de shopping center já percebeu essa força. “As ondas de crescimento no varejo estão muito mais atreladas à oferta de crédito do que as outros fatores econômicos. Se a oferta sobe ou desce, isso se reflete no varejo. É óbvio que o segmento que mais vai se beneficiar disso são as lojas-âncora, pois a maioria já trabalha com o seu próprio cartão de crédito”, avalia Luiz Quinta, diretor-superintendente da Renasce¹³⁶.

Além do incremento quantitativo de fluxos, ressalta-se que, pela expressividade em

¹³⁴ Informação encontrada em: Jornal A Região, **Lojas Americanas levam 4 mil pessoas para a inauguração**, Ano XVIII, n. 894, 18 dez 2004, p. 9.

¹³⁵ Citação retirada de: Revista Shopping Centers, **Âncoras do consumo**, Setembro, 2006, p. 67.

¹³⁶ Citação retirada de: Revista Shopping Centers, op. cit., p. 67.

âmbito nacional das lojas âncoras, essencialmente pela agressividade de *marketing* e publicidade destas independentemente do JPS, estas lojas propiciam ao shopping um crescimento da fatia de público freqüentador oriundo de demais cidades da área de influência do empreendimento.

Foto 8: AMPLIAÇÃO HORIZONTAL DO JEQUITIBÁ PLAZA SHOPPING PARA A INSTALAÇÃO DAS LOJAS MARISA, NOVEMBRO DE 2007.

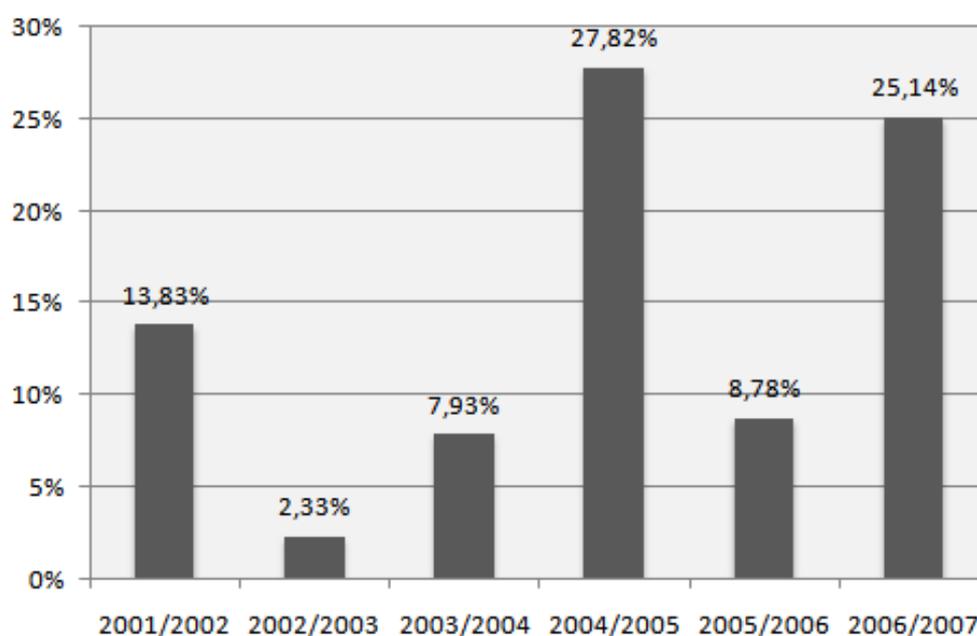


Foto: Gilberto Alves de Oliveira Júnior, 2007.

As referidas modificações ocorridas no JPS a partir de 2001 têm apresentado resultados significativos no que tange ao incremento de fluxos. De acordo com a administração do JPS, o total do crescimento acumulado quanto ao fluxo de consumidores

potenciais no empreendimento no período de 2001 a 2007 representa aproximadamente 86%, com maiores destaques para os crescimentos ocorridos entre 2004/2005 e 2006/2007 (ver *Gráfico 14*).

Gráfico 14: CRESCIMENTO ANUAL DO FLUXO DE CONSUMIDORES POTENCIAIS NO JPS, 2001 A 2007.



Fonte: Administração do Jequitibá Plaza Shopping, 2007.

Organização: Gilberto Alves de Oliveira Júnior, 2008.

Outro resultado relevante quanto ao incremento do *tenant mix* objetivando uma maior expressividade da centralidade do shopping em relação à realidade econômica local e regional, revela-se nos dados da rotatividade das lojas instaladas no JPS. Acerca deste aspecto, de acordo com a administração do empreendimento, existe uma previsão na indústria de SCs de rotatividade de aproximadamente 10% das lojas anualmente, mas o JPS encontra-se abaixo dessa média, fato que expressa a adequação do *tenant mix* do empreendimento ao

público alvo e resultados positivos para os investidores.

Por outro lado, o aprimoramento que se realiza na gestão por resultados empreendida no shopping termina por se concretizar em redução do número de empregos objetivando a minimização dos custos com o condomínio e a maximização dos lucros das empresas, apesar do aumento do número de lojas.

Neste sentido, enquanto no momento da inauguração o empreendimento o número de empregos gerados divulgado representasse aproximadamente 1.000 empregos entre a administração do shopping e o corpo de lojas, em 2007 o número de empregos apresentou um decréscimo em relação ao ano de inauguração, embora tenha ocorrido inserção de novas lojas, inclusive âncoras.

De acordo com a administração do JPS, os empregos mantidos em 2007 totalizam aproximadamente 836 — redução de cerca de 16% quando comparado ao número de empregos gerados em 2000 —, sendo distribuídos a partir de 3 divisões:

- (1) Funcionários do Shopping: 71;
- (2) Estimativa de colaboradores das Lojas Satélites: 330;
- (3) Estimativa de colaboradores das Lojas Âncoras: 435.

Outro processo relevante ocorre em âmbito nacional subsumindo também o JPS, realizado a partir do que se denomina de internacionalização do mercado de Shopping Centers no Brasil. O referido processo, embora recente, já é considerado:

uma realidade para o mercado brasileiro de shopping centers. Fortes grupos estrangeiros estão chegando e se associando a empresas nacionais, formando parcerias importantes que só tendem a fortalecer ainda mais o setor. Esse interesse de atores externos, que são grandes proprietários em seus países de origem, também se deve à nossa estabilidade econômica. A maior vantagem do processo, para as empresas locais, é a capitalização — que irá permitir novos investimentos no setor, inclusive através de aquisições, já que o mercado brasileiro deverá passar, em breve, por um processo de consolidação. Isso significa que os shoppings serão controlados por um

grupo pequeno de empresas, com participação direta de seus parceiros estrangeiros¹³⁷.

Apesar da previsão decorrente dos novos investimentos estrangeiros no setor de Shopping Centers quanto ao estabelecimento de monopólios no controle destes equipamentos no país, análises acerca da evolução recente e perspectivas para o setor realizadas por Branco et al (2007) apontam para resultados que ainda configuram um setor pulverizado, embora alguns grupos investidores sejam considerados mais expressivos (*ver Quadro 6*).

Quadro 6: PRINCIPAIS GRUPOS COM ATIVIDADES NO RAMO DE SHOPPING CENTERS NO BRASIL.

| Grupo | ABL (propriedade) | Nº de SC (propriedade) | Principais operações |
|---------------------|----------------------|---------------------------|---|
| BR Malls | 352.192 | 27 | Shopping Villa-Lobos (SP), NorteShopping (RJ), Shopping Center Recife (PE) |
| Iguatemi | 151.970 | 11 | Iguatemi São Paulo (SP), Iguatemi Campinas (SP), Iguatemi Porto Alegre (RS) |
| Multiplan | 267.252 | 10 | BarraShopping (RJ), BH Shopping (MG), Morumbi Shopping (SP) |
| Sonae Sierra Brasil | 261.489 | 10 | Parque Dom Pedro (SP), Shopping Penha (SP), Boavista Shopping (SP) |
| Aliansce | 120.681 | 9 | Shopping Taboão (SP), Shopping Leblon (RJ), Iguatemi (BA) |
| Brascan | 114.601 | 8 | Shopping Rio Sul (RJ), Shopping Madureira (RJ), Itaú Power Shopping (MG) |
| Ancar | 90.936 | 5 | Conj. Nacional (DF), Shopping Iguatemi (RS), Shopping Nova América (RJ) |

Fonte: Branco et al (2007, p. 159).

¹³⁷ Citação retirada de: Revista Shopping Centers, **União que faz a força**, Novembro, 2006, p. 12.

De qualquer forma, são esses referidos grupos de investidores com destaque no cenário nacional que se apresentam com maior força no processo de internacionalização do mercado de SC, a partir da consolidação de parcerias com grupos investidores internacionais. Esses grupos encontram-se atualmente atraídos pelo mercado dos países emergentes, na medida em que:

a taxa de retorno mais alta no Brasil, onde o mercado não é tão consolidado, se comparado ao americano, é fator extremamente atrativo para investidores externos. “As oportunidades de investimento lá não são tão grandes quanto aqui. Como as estrangeiras querem crescer, a procura vai recair no bloco denominado BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China, considerados países emergentes)”, diz Marcos Romiti, presidente da Intermart/Austin, empresa de consultoria de shopping centers¹³⁸.

A inserção do JPS nas referidas dinâmicas do movimento que decorre do entrecruzamento de diferentes escalas de capitais por meio da internacionalização do mercado de SCs no país, ocorre em 2006 com a transferência da administração do empreendimento para o grupo Nacional Iguatemi¹³⁹.

Em período anterior ao acordo realizado pelo JPS, cogitava-se que o município de Ilhéus se encontrava em negociação com o grupo Nacional Iguatemi para construção de um SC na cidade com investimento de aproximadamente R\$ 30 milhões, com contrapartida da Prefeitura Municipal de Ilhéus de doação de terreno em localização privilegiada e concessão de isenção de impostos municipais¹⁴⁰.

De acordo com informações divulgadas na ocasião do acordo, pelo mesmo o grupo Nacional Iguatemi não poderia realizar nenhum empreendimento de varejo em um raio de 50 km do município de Itabuna, o que terminou por desconstruir as especulações acerca da

¹³⁸ Citação retirada de: Revista Shopping Centers, op. cit. p. 13.

¹³⁹ Informação encontrada em: Jornal A Região, **Grupo Iguatemi administra o shopping Jequitibá Plaza**, Ano XX, n. 961, 11 mar 2006, p. 4.

¹⁴⁰ Informações encontradas em: Jornal A Região, **Iguatemi espera entregar base do shopping em julho**, Ano XIX, n. 919, 25 jun 2005, p. 4.

possível construção de um shopping em Ilhéus pelo grupo¹⁴¹.

No entanto, é necessário ressaltar que anteriormente ao acordo realizado com o JPS, o grupo Nacional Iguatemi havia concretizado uma associação com o grupo General Growth Properties (GGP)¹⁴², empresa que atua no setor de SC há mais de 50 anos e uma das maiores administradoras de SCs do mundo, que administra aproximadamente 200 shoppings apenas nos Estados Unidos, o que representa em termos de ABL, a expressiva área de mais de 20 milhões de m².

Dessa associação surge um novo grupo com atuação no setor de SC no país, o grupo Aliance Shopping Centers, com atuação em shoppings nas regiões Sudeste, Sul e Nordeste. A atuação da Aliance no mercado nacional representa, de acordo com Branco et al (2007), 16 shoppings de propriedade do grupo e outros 6 com administração do grupo (*ver Quadro 7*), que, conforme observado, representa:

uma associação entre o grupo brasileiro Nacional Iguatemi (família Rique) — um dos pioneiros do setor, que iniciou suas operações em 1975, com o Iguatemi Salvador — e a americana General Growth Properties (GGP), uma das maiores administradoras de SCs no mundo (a maior administradora de shoppings de terceiros nos EUA, onde também é a segunda maior proprietária de shoppings) (BRANCO ET AL, 2007, p. 168).

¹⁴¹ Informação encontrada em: Jornal A Região, **Grupo Iguatemi administra o shopping Jequitibá Plaza**, op. cit.

¹⁴² De acordo com informações divulgadas no site da Aliance Shopping Centers, a empresa recentemente “passou a contar também com um investidor institucional com forte reputação no mercado financeiro, a Gávea Investimentos, administrada por Armínio Fraga, ex-presidente do Banco Central, que contribui nos negócios da Aliance com uma perspectiva qualificada do cenário macroeconômico brasileiro”.

Quadro 7: SHOPPING CENTERS ADMINISTRADOS PELA ALIANSCE.

| Shopping | Cidade / UF | Propriedade | ABL (m ²) | Inauguração |
|------------------------------|----------------------|-------------|-----------------------|-------------|
| Shopping Iguatemi Salvador | Salvador (BA) | 52,12% | 53.843 | 1975 |
| Via Parque Shopping | R. de Janeiro (RJ) | 60,62% | 53.407 | 1993 |
| Shopping Grande Rio | S. J. de Meriti (RJ) | 45,00% | 23.324 | 1995 |
| S. Iguatemi Feira de Santana | F. de Santana (BA) | 17,50% | 8.572 | 1999 |
| S. Iguatemi Campina Grande | C. Grande (PB) | 16,17% | 16.079 | 1999 |
| Aeroclube Plaza Show | Salvador (BA) | - | 21.737 | 1999 |
| Jequitibá Plaza Shopping | Itabuna (BA) | - | 7.326 ¹⁴³ | 2000 |
| Moinhos Shopping | Porto Alegre (RS) | - | 9.088 | 2000 |
| Passeio Shopping | R. de Janeiro (RJ) | - | 4.213 | 2000 |
| Santa Cruz Shopping | R. de Janeiro (RJ) | - | 2.286 | 2001 |
| Shopping Taboão | T. da Serra (SP) | 60,00% | 27.752 | 2002 |
| Floripa Shopping | Florianópolis (SC) | - | 25.075 | 2006 |
| Shopping Leblon | R. de Janeiro (RJ) | 42,69% | 23.188 | 2006 |
| Santana Parque Shopping | São Paulo (SP) | 50,00% | 24.136 | 2007 |
| Bangu Shopping | R. de Janeiro (RJ) | 70,00% | 49.205 | 2007 |
| Boulevard Shopping | B. Horizonte (MG) | 70,00% | 29.471 | 2008 |
| Total | | | 378.705 | |

Fonte: Branco et al (2007, p. 169).

Para além da remoção das especulações acerca de possíveis investimentos do grupo em Ilhéus, que engendraria uma nova forma de competitividade com o JPS na área de influência do empreendimento, demais fatores relevantes serviram de elementos motivadores para o acordo entre o Grupo Chaves e a Aliansce Shopping Centers, que permitiam

¹⁴³ A Área Bruta Locável do Jequitibá Plaza Shopping divulgada pela administração do empreendimento é de 14.052 m². Informação disponível em: <<http://www.jequitibaplaza.com.br/oshopping.asp>>. Acessado em 01/03/2008.

essencialmente maior agressividade de mercado ao JPS, na medida em que o grupo investidor com internacionalização de capitais possui nos seus shoppings mais de 2.000 lojas, nas quais no ano de 2006 totalizaram um faturamento de aproximadamente R\$ 2 bilhões¹⁴⁴.

Por outro lado, ocorre também a ofensiva dos grandes grupos investidores do setor de SC em empreendimentos de médio porte em cidades médias, essencialmente pelo processo de saturação do mercado de SC nas metrópoles e grandes cidades, detentoras dos shoppings com maior expressividade em termos de ABL.

Portanto, os shoppings situados em cidades médias passam a ser atrativos para esses grupos, na medida em que estas cidades normalmente possuem apenas um ou dois empreendimentos do setor, o que possibilita um relevante monopólio e maximização de faturamento com a agressividade de mercado frente ao público alvo propiciada pelos grandes grupos.

Nesta direção, aliam-se interesses de reprodução do capital vinculado a grandes grupos nacionais e estrangeiros com a maximização do faturamento de grupos locais. O JPS, objetivando se inserir nessa nova dinâmica interescolar de capitais do mercado de shoppings no país, realizou consultas a grupos consolidados de administração de SC, que possuíam melhores condições de realizar negociações no mercado.

De acordo com Ari Mariano Filho, vários fatores foram levados em conta para a realização da associação entre o JPS e a Aliansce. Os principais dizem respeito ao fato da empresa possuir um número considerável de SC no país e não apenas um shopping, como o caso do Grupo Chaves.

Desta forma, custos que incidem diretamente na manutenção do condomínio são minimizados, a exemplo dos preços de decoração nas campanhas realizadas pelo shopping, que são negociados para vários shoppings e não apenas para um, o que possibilita considerável redução de custos, assim como a necessidade de participação nos eventos do setor, que possibilita aos grandes grupos encaminharem poucos profissionais que representa a

¹⁴⁴ Dados divulgados no *site* da Aliansce, disponíveis em: <<http://www.aliansce.com.br/empresa.asp>>. Acessado em 01/03/2008.

diversidade de SC próprios e administrados, o que demandava custos elevados para um único shopping.

Além disso, os shoppings de porte médio empreendidos e administrados por grupos locais tendem a se render a demasiadas exigências das lojas âncoras para a instalação das mesmas. Portanto, a associação com um grande grupo possibilita melhores condições de negociações com os investidores de maior relevância e de melhores resultados para o faturamento dos shoppings.

Por outro lado, as associações entre os pequenos grupos empreendedores do setor e grandes administradoras tem-se revelado um processo recorrente no país, essencialmente a partir da década de 1990, e não meramente uma particularidade do JPS, o que aponta para a inserção do empreendimento em um movimento de mercado do setor em âmbito nacional. Desta forma:

o crescimento da atuação das administradoras foi particularmente influenciado pelo movimento de interiorização da indústria a partir da década de 1990. A grande maioria dos novos SCs que foram se instalando nas cidades de menor porte era uma iniciativa de investidores locais, fundos de pensão ou grupos empresariais sem tradição no setor. Criou-se então uma nova oportunidade de negócios para as administradoras que já atuavam no ramo (BRANCO ET AL, 2007, p. 163).

A expansão propiciada pela inserção do JPS em novos grupos investidores com maior poder de barganha pode ser considerada uma expansão verticalizada, considerando-se a associação com a Aliance Shopping Centers agrega a parceria do grupo Nacional Iguatemi com investidores internacionais, observados no mercado enquanto uma forma de proporcionar “troca de experiências e antecipação de tendências, oferecendo atualizações nas áreas de tecnologia, varejo e arquitetura, expandindo [a] rede de contatos com varejistas

internacionais”¹⁴⁵.

Por outro lado, essa expansão verticalizada demonstra-se capaz de se materializar de forma expressiva por meio de uma expansão horizontalizada do empreendimento, na medida em que para o shopping, de acordo com a administração do mesmo, encontram-se previstas duas expansões no que tange ao número de lojas. Essas expansões foram articuladas após a associação com a Aliansce, além da instalação de uma nova âncora ocorrida em dezembro de 2007, com a inauguração das Lojas Marisa, o que corrobora com o maior poder de barganha dos grandes grupos investidores do setor.

Uma das expansões horizontais está prevista para 2008/2009, na qual serão incorporadas ao JPS mais uma loja âncora (com 1.600m²) e 18 lojas satélites em área de mais de 2.500m², propiciando o estimado incremento de 5.000 novos consumidores potenciais por dia. Essas expansões seguem, de acordo com informações divulgadas pelo JPS¹⁴⁶, “uma tendência natural como principal centro de moda de toda a região”, encontrando-se o shopping não mais que “atento ao desejo dos consumidores por um mix cada vez mais completo”.

Portanto, de acordo com os debates realizados neste item, os movimentos de mercado nos quais o JPS inseriu-se posteriormente à sua inauguração apontam para a expansão da concentração, na medida em que o shopping se expande horizontalmente e verticalmente, tendendo a expressar sua centralidade de forma mais intensa e aliada a interesses de grandes grupos investidores.

Nesta direção, a nova expressão de centralidade encontra-se inserida em escalas de capitais com interesses para além dos limites territoriais de influência do shopping, denotando uma relação verticalizada pautada em movimentos direcionados por grandes grupos investidores que se expressam em âmbito local.

Por outro lado, a dinâmica de mercado na qual se inserem os investidores vinculados

¹⁴⁵ Citação retirada do *site* da Aliansce, disponível em: < <http://www.aliansce.com.br/negocios.asp>>. Acessado em 01/03/2008.

¹⁴⁶ Divulgadas no *site* do JPS, disponíveis em: <<http://www.jequitibaplaza.com.br/oshopping.asp>>. Acessado em 01/03/2008.

aos demais grupos capitalistas envolvidos, essencialmente as lojas âncoras, embora também aponte para um processo de concentração dos níveis decisórios para além dos territórios, transcendem tanto as ações do grupo empreendedor quanto da empresa administradora do shopping.

Essa dinâmica, que transcende o território estritamente delimitado pelo empreendimento e sua área de influência, denota o processo de concretização dos interesses de grandes grupos investidores internacionais nos movimentos dos investimentos e aquisições de grupos de menor expressividade no mercado.

Desta forma, a concretização das negociações dos grandes grupos investidores resulta em imposições verticais e hegemônicas ao território, representadas por meio de maior agressividade de mercado para os grupos menores negociados. Além disso, caracteriza um processo incessante de monopolização de diferentes segmentos de mercado, cujos resultados se apresentam de elevado interesse dos SCs, por representar incremento de consumidores potenciais, maximização de lucros e faturamento, reforçando a expressão de centralidade do equipamento.

* * *

Capítulo

8

Considerações finais

* * *

É o momento em que se devem criticar, denunciar e superar as múltiplas ilusões ideológicas. E, com elas, todos os fetichismos, todas as formas de atividade humanas alienadas e voltadas contra o homem.

Henri Léfèbvre, 1979, p. 42

O processo de desenvolvimento da presente dissertação foi concebido consubstanciado por meio dos resultados provenientes da realização de um esforço reflexivo acerca das cidades médias. Esse esforço pautou-se na busca em apreender, partindo da teoria espacial, a premência de possíveis modificações no que tange à relevância contemporânea das cidades médias enquanto resultado e condição — para o atendimento e consumação — das novas

formas contemporâneas de reprodução e acumulação do capital.

Compreende-se que essas novas formas, por seu turno, têm condicionado de modo incisivo a insurgência de (novas) contradições e conflitos no processo de (re)estruturação do espaço urbano e da cidade, e decerto também têm produzido consideráveis implicações quanto à redefinição dos papéis desta categoria de cidades.

Nesta direção, as novas formas de reprodução do capital vêm sendo suscitadas essencialmente pela imposição de novos processos econômicos no território, esses engendrados historicamente a partir dos processos de reestruturação produtiva e acumulação flexível, dos quais decorrem rupturas e permanências interescares que, embora não apreensíveis no âmbito estrito de uma escala espacial, possuem maior expressão concreta na escala intra-urbana.

Objetivando proceder ao cumprimento das reflexões acerca das cidades médias, o problema acerca do qual se conduziram os debates encontrou-se centrado essencialmente a partir das modificações decorrentes da dinâmica econômica e os resultados provenientes desta que são impostos às cidades médias, convocadas a prover a materialização de interesses e racionalidades hegemônicas.

Partindo desta perspectiva analítica, depreende-se que no movimento econômico contemporâneo estas cidades não apenas adquirem funcionalidades que reverberam o aprofundamento das contradições do capital, como também se encontram imbuídas em ostentar interesses fragmentados. Esses interesses tendem a se realizar de forma imbricada aos papéis das cidades médias em redefinição, entretanto apresentam-se concretizados enquanto simulacros discursivos.

Esses últimos, portanto, resultam em princípio do falseamento das contradições reais que instrumentalizam um ideário de modernização propagado pelos arautos do capital, objetivando legitimar o desenvolvimento tecnológico e científico subtraído da realidade concreta como um processo a-histórico, reconduzindo ao discurso positivo empreendido “desde as origens da filosofia científica moderna, [no qual o referido desenvolvimento aparece] como um meio para libertar o homem de sua condição de indigente” (SUBIRATS,

1989, p. 35).

Decerto, no momento atual, o ideário reproduzido pelos denominados ícones da modernidade nas cidades médias faz-se proveniente da articulação das novas funções destas cidades com o suprimento das presentes necessidades de reprodução e acumulação do capital e à ampliação do mundo da mercadoria.

As novas funções das cidades médias para o capital, nesta direção, designam a criação de novas formas espaciais que terminam por impor a territorialização de processos econômicos hegemônicos que enlevam a mercadoria em detrimento do homem, de forma contrária à libertação deste. O homem, subsumido à dinâmica econômica revestida de novas técnicas e racionalidades, tende a não mais que se esvaziar em todos os seus sentidos e potencialidades, negando a si mesmo no devir histórico da sua constituição.

Nesta perspectiva, a ofensiva do capital nas cidades médias denota que a territorialização dos processos econômicos hegemônicos tem sido demandada por meio de novas estratégias locais do capital. Essas apontam para processos interescares:

- em âmbito interurbano, na medida em que as estratégias se diversificam de acordo com possibilidades de desconcentração espacial de capitais produtivos e terciários para as cidades médias e recentralização dos níveis decisórios nas metrópoles;

- e em âmbito intra-urbano, posto que as novas estratégias implicam em descentralização territorial de concentração de investimentos que decorrem em recentralização, essencialmente de fluxos, propiciando a redefinição da centralidade nas cidades médias e a (re)estruturação do espaço urbano nessas cidades partindo da imposição das novas necessidades do capital.

As referidas imposições desencadeiam no âmbito do capital terciário a insurgência de novos equipamentos e artefatos promulgados enquanto ícones da modernidade e desenvolvimento — cujo principal exemplo constitui-se nos Shopping Centers — na escala intra-urbana, que por seu turno compelem demandas de fomento a matrizes discursivas positivas, por vezes estreitando os vínculos de interesses entre os grandes grupos investidores e as elites locais.

Neste contexto, a escala intra-urbana apresenta a materialização das rupturas interescares que, por outro lado, concretizam o aprofundamento de continuidades plenas. No entanto, as continuidades revelam rupturas qualitativas que impactam decisivamente no processo de estruturação do espaço urbano constringido por novas expressões de centralidade.

Essas se concretizam conectadas à intermediação dos espaços locais aos espaços globais em decorrência das racionalidades hegemônicas, da desconcentração espacial aliada à centralização decisória nas metrópoles e do entrecruzamento de escalas de capitais reciprocamente condicionadas.

Destaca-se, em verdade, que as novas expressões de centralidade que se constituem para potencializar as novas formas de reprodução e acumulação do capital, como os Shopping Centers, implicam em análises para além das estritamente corroboradas nos debates acerca de outras formas de expressões de centralidade, a exemplo dos subcentros e de desdobramentos do centro.

Portanto, diferem substancialmente as expressões centralidade que se estabelecem a partir do incremento populacional no espaço urbano e das demandas impelidas pelo crescimento do tecido urbano de forma horizontal, das novas formas de expressão de centralidade que se revelam alheias ao crescimento horizontal — posto que inclusive direcionam o crescimento urbano e revalorizam a terra urbana — para impor uma verticalização da economia.

Esse processo econômico se realiza pela materialização no espaço de formas verticais de reprodução do capital, conduzidas pela justaposição de escalas espaciais que se interpenetram para a realização dos interesses econômicos de grandes grupos investidores. Esses grupos, nesta perspectiva, passam a diversificar suas estratégias locacionais na medida em que outras categorias de cidade, para além das metrópoles, potencializam a realização dos seus interesses.

Ao potencializar os interesses de reprodução e acumulação do capital por meio de processos espaciais e sociais que se coadunam, se aperfeiçoa a reprodução capitalista do

espaço, congregando um debate entre a estruturação e a produção do espaço sob a luz da crítica à ampliação do mundo da mercadoria e à revalorização da terra urbana que aprofunda a fragmentação do espaço.

Desta forma, a centralidade, e suas formas de expressão no espaço urbano, constituíram-se objeto das reflexões deste trabalho, na medida em que a centralidade, elemento essencial na capacidade de agregar, de realizar a política, a apropriação, foi e continua a ser subjugada aos interesses do capital e travestida em elemento de negação da sua própria realização. E mais, de opressão às potencialidades humanas e às formas transgressoras de apropriação do espaço que tendem a subverter os interesses do capital.

As novas expressões de centralidade — que atendem às novas formas de reprodução do capital — constituem-se alheias às possibilidades humanas libertadoras de apropriação do espaço, induzindo práticas sociais contrárias à potência humana e, decerto, procuram invalidar a resistência às ofensivas do capital nas esferas da vida cotidiana.

Evidencia-se então que essa ofensiva na vida cotidiana se realiza na cidade nos momentos de trabalho e, cada vez mais, nos momentos de não-trabalho, no denominado tempo livre que se aprisiona aos ditames do capital. Portanto, o cotidiano na cidade — e não estritamente na metrópole — se encontra subsumido às racionalidades hegemônicas, tendendo a anular as possibilidades contra-hegemônicas de reprodução da vida, de sociabilidade e de apropriação do tempo e do espaço.

Neste sentido, as novas expressões de centralidade reafirmam a programação e a previsibilidade dos/nos espaços que se reproduzem previamente preenchidos por materialidades e sociabilidades de um mundo objectual — tecno-científico — voltado contra o homem, e mais do que vazio das possibilidades de realização do homem, esse se define enquanto esvaziador da vida no processo de desrealização do ser social.

Depreende-se que o processo de ampliação do mundo da mercadoria congregado às novas formas de racionalidade hegemônica tem redefinindo a centralidade na cidade — e reforçando a centralidade da cidade — e aprofundado a indissociabilidade dos processos sociais e espaciais na cidade, (re)velando rupturas nos referidos processos. Essas rupturas

apontam para modificações que se realizam no espaço no intuito de dinamicizar os interesses econômicos ao mesmo tempo em que, para tanto, o homem se desrealiza enquanto cidadão para se realizar na condição de consumidor, na condição de um novo homem programado por excelência para suprir os anseios do capital.

Portanto, faz-se necessário pensar as novas expressões de centralidade — inseridas nas novas formas de reprodução e acumulação do capital — enquanto artefatos espaciais que apontam para a presença de lógicas hegemônicas no espaço, que por seu turno, naturalizam com propriedade o aprofundamento do estranhamento da vida cotidiana na cidade, esta subsumida aos preceitos da ofensiva do capital.

Nesta direção, os objetivos com os quais nos comprometemos para o desenvolvimento da dissertação em coerência com o tema e o problema foram construídos por meio de um direcionamento a um embate analítico. Esse implicou em pensar as tensões, conflitos e contradições engendradas e/ou aprofundadas pelas novas expressões de centralidade — e, por conseguinte, pela (re)estruturação do espaço realizada principalmente na escala intra-urbana —, visceralmente imbricadas com as rupturas de nuances qualitativas que em verdade potencializam a intensidade das continuidades.

Nosso primeiro objetivo específico constituiu-se pela necessidade em consignar e respaldar o estabelecimento do nosso recorte espacial, propiciando a congregação dos debates teóricos realizados acerca da temática de cidades médias a partir da intermediação e centralidade conferida pela cidade de Itabuna na microrregião Ilhéus-Itabuna e região Sul do estado da Bahia.

Desta forma, realizaram-se procedimentos metodológicos que consistiam na coleta e análise de dados e informações sobre as redes que o município era capaz de tecer com territórios mais ou menos contíguos — a exemplo da saúde, transportes, educação, comunicação —, que, partindo das reflexões teóricas suscitadas, substanciariam a definição de Itabuna enquanto cidade média e assinalariam a coerência do recorte espacial para a realização dos objetivos do trabalho.

Por outro lado, o Jequitibá Plaza Shopping enquanto nova expressão de centralidade

na cidade de Itabuna propiciou um movimento analítico ao encontro do supracitado, na medida em que objetivou costurar e revelar a coerência da hipótese considerada inicialmente na concretização dos processos sociais e espaciais na cidade, mais especificamente nas cidades médias.

O estabelecimento do Jequitibá Plaza Shopping em Itabuna enquanto recorte espacial se apresentou fortuito para a construção dos debates propostos, além de possibilitar reflexões acerca de cidades médias inseridas em dinâmicas econômicas de menor expressividade que as inferidas em cidades médias das regiões Sudeste e Sul do país.

Nosso segundo objetivo específico foi desenvolvido procurando mensurar as ações do poder público municipal e da iniciativa privada e a relevância dessas no processo de (re)estruturação do espaço urbano a partir da nova expressão de centralidade. Esse objetivo, portanto, realizou-se de forma a extrair intencionalidades e os discursos empreendidos no intuito de justificar as mesmas.

Acerca disso, nossas reflexões nos conduziram a um caminho de promover um debate essencialmente pautado em analisar em que medida as intencionalidades eram (des)veladas na construção de um discurso de naturalidade positiva aliando racionalidades hegemônicas com novas tecnologias, desenvolvimento e modernização.

O referido discurso se evidenciou por meio das tentativas dos agentes em ostentar e superestimar a atratividade gerada pela cidade para o interesse na inserção do artefato no espaço urbano. Posteriormente, fez-se necessário avaliar as externalidades geradas e mantidas pelo artefato, bem como as formas de internalização destas pela população — com geração de emprego, renda, dentre outros —, e por outro lado, as formas de internalização pela elite empreendedora local e pelas classes de alta renda da cidade.

No bojo dessas reflexões, os resultados considerados assinalam para a latência de determinadas contradições e conflitos subestimados ou alheios à construção dos discursos do poder público municipal e dos agentes da iniciativa privada. Neste ponto, consideramos que embora possua elementos concretos da realidade que consubstanciem a construção e reprodução do discurso consensual de positividade oriundas inevitavelmente da inserção de

artefatos modernizadores do/no espaço, o referido discurso se constrói velando de forma intencional demais elementos da realidade que atentam contraditoriamente à naturalidade da reestruturação do espaço.

Desta forma, realiza-se a produção do espaço referenciado em matrizes ideológicas que não se expressam enquanto uma inversão da realidade na medida em que os aspectos explorados tendem a se concretizar no espaço, mesmo de forma parcial e fragmentada. Mas, decerto, enquanto uma subversão da realidade em consonância a interesses determinados que repercutem como interesses gerais, de modo que a realidade se reduz abstratamente de forma induzida para a contemplação e realização da reprodução de interesses na reprodução do espaço.

Em outros termos, a realidade se fragmenta abstratamente em matrizes discursivas que por seu turno se expressam enquanto simulacros que velam o aprofundamento do processo de fragmentação do espaço, atribuindo aos novos artefatos possibilidades plenas e consensuais de imposição de racionalidades novas que se apresentam mais profícuas à ampliação do mundo da mercadoria concretizadas nos conteúdos da urbanização como positividade à cidade enquanto totalidade.

Essas racionalidades, entretanto, permitem que o pensamento acerca do espaço, e a realização de ações neste, se realizem de forma cada vez mais fragmentada e articulada estritamente a interesses de grupos seletos e cada vez mais competitivos, que, ao se manifestarem destrutivos de pequenas empresas varejistas, reverberam o discurso dos arautos do capital quanto à modernização e o desenvolvimento por meio da atração de grupos investidores mais expressivos.

Ao mesmo tempo, decorre a anulação do debate político, a contestação ou o simulacro dos elementos conflituosos e contraditórios latentes ao processo de (re)produção e (re)estruturação do espaço urbano. Nesta direção, eliminam-se as formas de apropriação do espaço subversivas à racionalidade hegemônica, ou seja, formas que transgridam os interesses subjacentes aos processos de reprodução e acumulação do capital que se realizam em detrimento da vida humana na cidade.

Ao encontro desses interesses se coadunam a internalização das externalidades propiciadas pelo direcionamento de crescimento e homogeneização de parcelas do tecido urbano induzido pela nova expressão da centralidade, acentuando a fragmentação do espaço urbano. Nesta direção, somos conduzidos aos resultados do terceiro objetivo específico, pautado na análise da influência do Jequitibá Plaza Shopping no processo de revalorização do entorno à sua área de instalação.

Neste ponto, considera-se essencialmente que a territorialização racionalidades hegemônicas que engendram novas expressões de centralidade não se encontram alheias aos interesses das elites locais. As elites locais, portanto, reproduzem o discurso de positividade naturais da inserção dos artefatos modernizadores, devidamente interessadas em apropriar-se de determinados benefícios, a exemplo da internalização de externalidades como as decorrentes do processo de valorização de parcelas do tecido urbano impelidas pela presença do artefato no espaço.

Por seu turno, a internalização se concretiza na (re)produção do espaço fragmentado por meio das dinâmicas de mercado, principalmente com o lançamento de novos produtos imobiliários destinados às classes de alta renda que também se encontram respaldados por uma “estética modernizadora” da/na paisagem da cidade. Portanto, se reafirma a homogeneização do conteúdo das parcelas do tecido urbano que, no referido contexto, são desencadeadas pelo direcionamento das externalidades diretas das novas expressões de centralidade.

De qualquer forma, deve-se considerar também que as externalidades diretamente derivadas das novas expressões de centralidade, ao serem internalizadas pelas elites locais por meio da materialização de novos produtos imobiliários que se destinam aos segmentos sociais de maior poder aquisitivo — que se valorizam por se encontrarem no entorno do empreendimento —, propiciam novas externalidades que, desta vez, são internalizadas pelo artefato, revalorizando-o.

Neste sentido, a localização, respaldada enquanto fator primordial que antecede o processo de planejamento e estudos de mercado para a construção e comercialização de um Shopping Center, se potencializa ao mesmo tempo em que se amplia a área primária de

abrangência do empreendimento.

Para além das questões supracitadas, esse processo de valorização termina por acentuar a expressão concreta das contradições e dos conflitos latentes entre as condições materiais de existência à que a imensa maioria da população se encontra subjugada e a ideologia da modernidade presente no simulacro do desenvolvimento naturalizador dos processos sociais.

Considera-se que essa ideologia expressa, em verdade, cada vez mais a intencionalidade de concentração extremamente parcializada e fragmentada, alvo incondicional de disputa política (de poder) que acentua a escassez das/nas periferias e reafirma a lógica de mercado enquanto mediadora do processo de (re)produção do espaço urbano. Essa ideologia reafirma, portanto, as intencionalidades desenvolvidas em âmbito teórico de se pensar e planejar a cidade de forma cada vez mais fragmentada, e em âmbito prático de se produzir a cidade negando a apropriação por meio de limitações definidas e legalizadas pela dinâmica do mercado.

No âmbito da gestão urbana, a cidade se revela alvo de planejamentos que a ignoram enquanto uma totalidade, privilegiando parcelas do tecido urbano direcionadas à apropriação e aos interesses das elites locais. Planejamentos realizados para normatização da ação do poder público na cidade e não estritamente em fragmentos desta, muitas vezes não se concretizam praticamente, sendo subsumidos às demandas de ocasião de grupos seletos que são propagadas enquanto benéficas para toda a cidade.

Nesta perspectiva, o recente processo que implica na reformulação do Plano Diretor Urbano para a sua adequação ao Estatuto da Cidade com o estigma da participação popular na construção do referido instrumento, não deve ser considerado com relação direta entre a possibilidade dos grupos populares em participar de discussões direcionadoras de políticas públicas — e da ação do poder público — como verdadeiras oportunidades de interferir e subverter as relações de poder historicamente constituídas.

Portanto, em última instância, determinados interesses de grupos seletos com maior poder de influência nos níveis decisórios podem sobressair-se sendo manifestados

efetivamente na produção da cidade ignorando as prioridades estabelecidas a partir dos debates realizados e da participação popular.

No que diz respeito ao último objetivo específico elencado neste trabalho, empreendeu-se a realização de debates acerca das dinâmicas das centralidades — no que tange ao que se movimenta no território — e os processos sociais e espaciais resultantes da multiplicação da centralidade na cidade, especialmente a redefinição do centro tradicional e os impactos das novas formas de reprodução do capital por meio de novas expressões de centralidade na vida cotidiana na cidade.

A partir dos debates suscitados, essencialmente oriundos dos dados coletados com o procedimento de aplicação de questionários no Jequitibá Plaza Shopping, a análise de processos econômico-territoriais envoltos às rupturas e permanências nas dinâmicas das expressões de centralidade na cidade impelidas pela criação de uma nova expressão de centralidade apontam para convergências frente aos estudos realizados acerca da temática das centralidades em cidades médias.

Nesta direção, considera-se relevante o entendimento dos resultados da dinâmica e dos processos que propiciam, a partir da poli(multi)centralidade, a centralidade múltipla, polinucleada, cambiante e complexa, relacionados aos processos sociais e à redefinição dos conteúdos das parcelas do tecido urbano, essencialmente a que compreende o centro tradicional.

Além disso, as referidas dinâmicas de expressão das centralidades reafirmam as reflexões acerca das rupturas interescares que aprofundam continuidades no interior de modificações qualitativas, essas por sua vez aperfeiçoam o espaço para a reprodução e acumulação do capital

As redefinições nas dinâmicas que se processam no centro tradicional manifestam-se em modificações que também se realizam materialmente na paisagem da área, na medida em que a alteração do público alvo de algumas áreas do centro e a procura por competitividade com os lojistas do shopping em outras, termina por caracterizar uma “popularização” de partes do centro conjugada com a atração de novos investimentos de grupos capitalistas mais

competitivos, além da utilização de preceitos privados na conformação do planejamento destinado ao espaço público.

No que tange às reflexões acerca do aprofundamento do estranhamento da vida cotidiana na cidade, primeiramente compreendemos que neste aspecto existe uma decisiva relação com as novas expressões de centralidade. Depreende-se, nesta direção, que essas centralidades podem se estabelecer no intuito de impor no/ao território novas formas verticalizadas de maximização dos lucros e faturamentos de grandes grupos investidores, terminando por incidir na concretização de novas estratégias do capital em âmbito inter e intra-urbano.

Essas novas estratégias, por seu turno, foram propiciadas por meio dos processos de reestruturação produtiva e acumulação flexível que impeliram novos procedimentos em termos dos processos produtivos que potencializaram a ofensiva do capital ao tempo de trabalho — com a acentuação do processo de precarização do trabalho e a submissão de demais esferas do trabalho humano à produção do valor, a exemplo das esferas cognitivas, afetivas, comportamentais.

Contudo, essas novas estratégias também propiciaram que o processo de reprodução e acumulação do capital se realizasse em menor quantidade de tempo, de forma que implicou no condicionamento do homem ao suprimento da necessidade de novas ofensivas do capital ao processo de consumo.

Neste intento, o tempo livre tornou-se alvo primordial de cooptação do sistema econômico para subjugar o homem nas demais esferas da vida cotidiana aos interesses da ampliação do mundo da mercadoria. Isso, portanto, implica na degradação do homem que se realiza no sentido da realização da mercadoria e se desrealiza enquanto ser social, anulando suas potencialidades.

Os procedimentos metodológicos elencados para esta finalidade, contudo, não se apresentam capazes de mensurar de forma contundente e definitiva o aprofundamento do estranhamento da vida cotidiana na cidade, mas decerto consubstanciam nossas reflexões. Além disso, apontam para a necessidade do fomento de debates acerca dos impactos das

novas expressões de centralidade para além de processos estritamente espaciais, mas a estes visceralmente imbricados enquanto elementos que (des)velam as contradições e conflitos candentes nos (novos) conteúdos do processo de urbanização contemporânea que reverberam novas formas de reprodução e acumulação do capital.

Por fim, compreendemos que o desenvolvimento do nosso esforço reflexivo apontou para a pertinência entre os objetivos com os quais nos comprometemos e os resultados obtidos na realização dos procedimentos metodológicos estabelecidos. Contudo, nossos esforços constituem uma restrita análise recortada frente aos debates sugeridos por meio da temática das cidades médias, que por sua vez se ampliam nas diversas matrizes teóricas e epistemológicas da geografia. A presente pesquisa se pretende, portanto, uma singela contribuição para o prosseguimento dos estudos sobre o tema.

8.1. Das últimas palavras aos novos começos para o debate do tema

Por ocasião da conclusão da presente pesquisa, revelam-se, para além dos resultados obtidos e dos limites concernentes ao seu desenvolvimento, algumas questões que se apresentam para além de uma estrita delimitação definida pelos nossos objetivos, embora se encontrem intimamente imbricadas com a temática e os caminhos percorridos, de forma que saltam ao seu final, (re)afirmando sua pertinência. Essas questões envolvem o debate entre:

(1) As rupturas e continuidades que se expressam em processos sociais e espaciais no que tange aos conteúdos das parcelas do tecido urbano individualmente, na articulação entre estas e na relevância das mesmas na produção do espaço urbano, mais especificamente quanto à redefinição do centro e da periferia na cidade e da relação entre centro e periferia a partir da multiplicação da centralidade.

(2) As modificações desencadeadas a partir das novas expressões de centralidade constringidas pela ofensiva do capital sobre as cidades médias no que tange à relação com os

subcentros, especificamente acerca da relevância dos últimos na estruturação urbana quando do recorte temporal da estrutura urbana monocêntrica e posteriormente a esta, com o processo de reestruturação do espaço urbano propiciado por novas expressões de centralidade a exemplo dos Shopping Centers.

(3) A ofensiva do capital sobre o tempo livre objetivando a ampliação do mundo da mercadoria, principalmente para suprir a demanda suscitada pela aceleração dos processos produtivos com a reestruturação produtiva e acumulação flexível, aponta para o profícuo debate — ou embate — do aprofundamento do estranhamento da vida cotidiana na cidade. Embora alguns aspectos tenham sido abordados e discutidos no decorrer do presente trabalho, cumpre a execução de uma investigação específica a esse respeito, perpassando por construção de uma problemática envolta à ontologia do ser social, as potencialidades humanas a partir do trabalho e as negações históricas impostas pelo capital, a exemplo da alienação, que cada vez mais se ampliam para as demais esferas da vida cotidiana.

Essas são questões que, ao mesmo tempo em que nos direcionam ao presente final, nos oportunam, por outro lado, a insurgência de novas dúvidas e inquietações que redefinem pensamentos pretéritos ou mesmo alguns outros que insistiram em nos acompanhar durante o percurso de desenvolvimento da presente pesquisa. Portanto, nos apresentam às profícuas possibilidades de novos começos.

* * *

Referências Bibliográficas

* * *

A história é um processo finalístico, um processo objetivamente teleológico? Devemos responder a essa pergunta com um “não” inequívoco. As alternativas históricas são sempre reais: sempre é possível decidir, em face delas, de um modo diverso daquele que realmente se decide. Não era obrigatório que o desenvolvimento social tomasse a forma que tomou.

Agnes Heller, 1972, p. 15

ADAM, Brigitte. Medium-sized cities in urban regions. **European Planning Studies**, Oxford, vol. 14, n. 4, may, 2006.

ALMEIDA, Eliza. O processo de periferização e uso do território brasileiro no atual período histórico. In: SOUZA, Maria A. Aparecida de (org.). **Território brasileiro: usos e abusos**. Campinas: Edições Territorial, 2003.

ALVES, Giovanni. **Trabalho e mundialização do capital: a nova degradação do trabalho na era da globalização**. Londrina: Práxis, 1999.

_____. **Dimensões da globalização: o capital e suas contradições.** Londrina: Práxis, 2001.

AMORIM FILHO, Oswaldo B.; SERRA, Rodrigo Valente. Evolução e perspectivas do papel das cidades médias no planejamento urbano e regional. In: ANDRADE, T. A.; SERRA, R. V. (orgs.). **Cidades médias brasileiras.** Rio de Janeiro: IPEA, 2001.

AMORIM FILHO, Oswaldo B.; RIGOTTI, José I. R. Os limiares demográficos na caracterização das cidades médias. In: Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 13. 2002, Ouro Preto. **Anais...** Ouro Preto, 2002.

ANDRADE, Caroline P. S. de; SOARES, Beatriz Ribeiro. *Shopping Center* e seus impactos na circulação urbana: o caso do Center Shopping, Uberlândia(MG). **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 13, n. 17, fev, 2006.

ANDRADE, João Cordeiro de. Missões capuchinhas na comarca de São Jorge dos Ilhéus (1816-1875). **Caderno CEDOC**, Ilhéus, n. 5, mai, 2005.

ANDRADE, José Dantas de. **Documentário histórico ilustrado de Itabuna.** Itabuna: Gráfica Editora Itabuna, 1968.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho.** São Paulo: Boitempo, 1999.

_____. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 9ª ed. Campinas: Editora Universidade Estadual de Campinas, 2003.

BAIARDI, Amílcar. **Subordinação do trabalho ao capital na lavoura cacaueteira da Bahia.** São Paulo: HUCITEC, 1984.

BELLET SANFÉLIU, C.; LLOP TORNÉ, J. M. Ciudades intermedias: entre territorios concretos y espacios globales. **Ciudades y territorio - estudios territoriales**, Madrid, v. XXXVI, n. 141-142, 2004a.

_____. Miradas a otros espacios urbanos: las ciudades intermedias. **Scripta Nova**, Barcelona, v. 8, n. 165, 2004b.

BESSA, Kelly Cristine. Reestruturação da rede urbana brasileira e cidades médias: o exemplo de Uberlândia (MG). **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 6, n. 16, 2005.

BORGES, Evaldo. **As transformações no espaço intra-urbano de Itabuna a partir da implantação do Jequitibá Plaza Shopping.** Ilhéus: [s.n.], 2003. (Monografia de graduação).

BOTELHO, Adriano. Reestruturação produtiva e produção do espaço: o caso da indústria automobilística instalada no Brasil. **Revista do Departamento de Geografia**, São Paulo, n. 15, 2002.

BIENENSTEIN, Glauco. Shopping Center: o fenômeno e sua essência capitalista. **Geographia**, Niterói, Ano III, n. 6, jul/dez, 2001.

CASTELLO BRANCO, Maria Luisa. Cidades intermediárias no Brasil. In: Encontro Nacional da ANPEGE, 6., 2005, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza, 2005.

_____. Cidades médias no Brasil. In: SPOSITO, E. S.; SPOSITO, M. E. B.; SOBARZO, O. (Org.). **Cidades médias: produção do espaço urbano e regional**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

CASTELLS, Manuel. **A questão urbana**. São Paulo: Paz e terra, 1983.

CARLOS, Ana Fani A. **A (re)produção do espaço urbano**. São Paulo: EDUSP, 1994.

_____. **A cidade**. 3ª ed. São Paulo: Contexto, 1997.

_____. “Novas” contradições do espaço. In: DAMIANI, A. L.; CARLOS, A. F. A.; SEABRA, O. C. de L. (orgs.). **O espaço no fim de século: a nova raridade**. São Paulo: Contexto, 1999.

_____. **Espaço-tempo na metrópole: a fragmentação da vida cotidiana**. São Paulo: Contexto, 2001.

_____. **O espaço urbano: novos escritos sobre a cidade**. São Paulo: Contexto, 2004.

_____. A reprodução da cidade como “negócio”. In: CARLOS, Ana Fani A.; CARRERAS, Carles. **Urbanização e mundialização: estudos sobre a metrópole**. São Paulo: Contexto, 2005.

CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia?** 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2001.

CÔRREA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1989.

COSTA, Eduarda Marques da. Cidades médias: contributos para sua definição. **Finisterra**, Lisboa, XXXVII, n. 74, 2002.

DAL ROSSO, Sadi. **Construção de projetos de pesquisa em sociologia**. Brasília: [s.n.], 2006.

DAMIANI, Amélia Luisa. O lugar e a produção do cotidiano. In: CARLOS, A. F. A. (org.). **Novos caminhos da geografia**. São Paulo: Contexto, 2001.

_____. Cidades médias e pequenas no processo de globalização. Apontamentos bibliográficos. In: LEMOS, A. I. G. de; ARROYO, M.; SILVEIRA, M. L. (orgs.). **América Latina: cidade, campo e turismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

DEMO, Pedro. **Metodologia científica em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 1980.

FALCÃO, Maria do Carmo. Conhecimento da vida cotidiana: base necessária à prática social. In: FALCÃO, Maria do Carmo; NETTO, José Paulo. **Cotidiano: conhecimento e crítica**. São Paulo: Cortez, 1987.

FERNANDES, Ana Cristina. Por uma re-vitalização da cidade: poesia, arte e política no centro da renov(ação) urbana. In: VALENÇA, M. M.; COSTA, M. H. B. V. da (orgs.). **Espaço, cultura e representação**. Natal: Ed. da UFRN, 2005.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 5ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

FRANÇA, Iara Soares de. **A cidade média e suas centralidades**: o exemplo de Montes Claros no norte de Minas Gerais. Uberlândia: [s.n.], 2007. (Dissertação de mestrado).

FRÚGOLI JR., H. Os shoppings de São Paulo e a trama do urbano: um olhar antropológico. In: PINTAUDI, S. M.; FRÚGOLI JR., H. **Shopping centers**: espaço, cultura e modernidade nas cidades brasileiras. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

GAETA, Antonio Carlos. Gerenciamento dos shopping centers e transformação do espaço urbano. In: PINTAUDI, S. M.; FRÚGOLI JR., H. **Shopping centers**: espaço, cultura e modernidade nas cidades brasileiras. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

GANAU, Joan; VILAGRASA, Joan. Ciudades medias en España: posición en la red urbana y procesos urbanos recientes. In: CAPEL, Horacio. **Ciudades, arquitectura y espacio urbano**. Almería: Ed. Caja Rural de Almería, 2003.

GASPARETTO, Agenor. Perspectivas da região cacauzeira numa economia globalizada. **Especiaria**, Ilhéus, ano 1, n. 1, 1998.

GASPARETO, A.; SILVA, O. H. da; TOURINHO, M. M. Desenvolvimento econômico, logo desenvolvimento social? O caso da região cacauzeira da Bahia. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 26, n. 1, jan/mar, 1988.

GIL, Ana H. C. de F.; GIL FILHO, Sylvio F. O espaço do cotidiano nos shopping centers em Curitiba-PR. In: Colóquio Internacional de Geocrítica, 9., 2007, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre, 2007.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 1995.

GUIMARÃES, Raul B.; VIEIRA, Alexandre V.; NUNES, Marcelo. Cidades médias: territórios da exclusão. **Cidades**, v. 2, n. 4, 2005.

GOMES, Edvânia T. A.; BARBOSA, Michel S. A organização espacial através das redes em uma cidade média do nordeste do Brasil: Garanhuns-PE. **Scripta Nova**, Barcelona, v. 7, n.146, 2003.

HAUNG, Wolfgang F. A crítica da estética da mercadoria. In: MARCONDES FILHO, Ciro (org.). **A linguagem da sedução**. 2ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1988.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. São Paulo: Paz e Terra, 1972.

IBGE. **Anuário estatístico do Brasil – 1949**. Rio de Janeiro: IBGE, v. 10, 1950.

- _____. **Enciclopédia dos municípios brasileiros**. Rio de Janeiro: IBGE, v. 20, 1958.
- _____. **Anuário estatístico do Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, v. 26, 1965.
- IPEA; IBGE; UNICAMP. **Caracterização e tendências da rede urbana no Brasil**: redes urbanas regionais – norte, nordeste e centro-oeste. Brasília: IPEA, v. 4, 2002.
- KOSÍK, Karel. **Dialética do concreto**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- LÁSCAR ALARCÓN, Leyla E. **A centralidade em Goiânia**. Brasília: [s.n.], 2004. (Dissertação de mestrado).
- LANGONI, Carlos G. “Shopping centers” no Brasil. In: ARRUDA, J. S.; LÔBO, C. A. da S. **“Shopping centers”**: aspectos jurídicos. São Paulo: Ed. Revista dos tribunais, 1984.
- LÉFÈBVRE, Henri. **O pensamento marxista e a cidade**. Lisboa: Ulisseia, 1972.
- _____. **O marxismo**. 5ª ed. São Paulo: DIFEL, 1979.
- _____. **Lógica formal/Lógica dialética**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.
- _____. **O direito à cidade**. São Paulo: Moraes, 1991.
- _____. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.
- LIMONAD, Ester. Reflexões sobre o espaço, o urbano e a urbanização. **Geographia**, Niterói, ano I, n. 1, jan/jun, 1999.
- LIPIETZ, Alain. **O capital e seu espaço**. São Paulo: Nobel, 1998.
- LLOP TORNÉ, J. M.; BELLET SANFÉLIU, C. **Ciudades intermedias y urbanización mundial**. Unesco - UIA - Ministerio de Asuntos Exteriores. Lleida: Ed. Ajuntament de Lleida, 1999.
- LUKÁCS, György. **História e consciência de classe**. Porto: Escorpião, 1974.
- MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2001.
- MARX, Karl. **Crítica da filosofia do direito de Hegel**. Lisboa: Prensença, [s.d.].
- _____. Introdução à crítica da filosofia do direito de Hegel. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Sobre a religião**. Lisboa: Edições 70, 1976.
- _____. Salário, preço e lucro. In: ANTUNES, Ricardo (org.). **A dialética do trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.
- MELLO, João B. F. de. Explosões e estilhaços de centralidades no Rio de Janeiro. **Espaço e cultura**, Rio de Janeiro, ano I, 1995.

MÉSZÁROS, István. **A teoria da alienação em Marx**. São Paulo: Boitempo, 2006.

MONTESSORO, Cláudia Cristina Lopes. Presidente Prudente: a instalação dos *shopping centers* e a (re)estruturação da cidade. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org.). **Textos e contextos para a leitura geográfica de uma cidade média**. Presidente Prudente: Pós-graduação em Geografia da FCT/UNESP, 2001.

MORAES, A. C. R. **Ideologias geográficas**. 2ª ed. São Paulo: HUCITEC, 1991.

MORAES, A. C. R.; COSTA, W. M. da. **A valorização do espaço**. 4ª Ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

MOREIRA, Ruy. **O que é geografia?** São Paulo: Brasiliense, 1981.

_____. A geografia serve para desvendar máscaras sociais. In: MOREIRA, Ruy (org.). **Geografia: teoria e crítica**. Petrópolis: Vozes, 1982.

_____. **O discurso do avesso: para a crítica da geografia que se ensina**. Rio de Janeiro: Dois Pontos, 1987.

MOTTA, Diana M. da; AJARA, Cesar. Configuração da rede urbana do Brasil. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n. 100, jan/jun, 2001.

NERI, Rosângela V. V.; OLIVEIRA JR., Gilberto Alves de. O espaço na cidade como indicador da vulnerabilidade urbana. In: FERREIRA, Y. N.; YAMAKI, Humberto; PINESE, J. P. P.; SOARES, P. F. (Orgs.). **Águas urbanas: memória, gestão, riscos e regeneração**. Londrina: Eduel, 2007.

NETTO, José P. Para a crítica da vida cotidiana. In: NETTO, J. P.; FALCÃO, M. do C. **Cotidiano: conhecimento e crítica**. São Paulo: Cortez, 1987.

OLIVEIRA JR., Gilberto Alves de. Novas centralidades e aprofundamento do estranhamento da vida cotidiana na cidade: considerações acerca dos shopping centers. In: Simpósio Nacional de Geografia Urbana, 10., 2007, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis, 2007.

_____. Contradições nas adequações das cidades médias ao processo de mundialização do capital. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 9, n. 25, 2008a.

_____. Redefinição da centralidade em cidades médias. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, v. 20, n. 1, 2008b (no prelo).

ORGANIZACIÓN INTERNACIONAL DEL TRABAJO. **Panorama laboral 2006: América Latina y el Caribe**. Lima: OIT/Oficina Regional para América Latina y el Caribe, 2006.

PNUD; IPEA; FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Atlas do desenvolvimento humano no Brasil**. 2000. (Cd-Rom).

PADILHA, Valquíria. Do *flânerie* ao projeto demiúrgico do *shopping center*. **Revista**

Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, v. 8, n. 1, mai, 2006a.

_____. **Shopping Center**: a catedral das mercadorias. São Paulo: Boitempo, 2006b.

PAIS, José Machado. **Vida cotidiana**: enigmas e revelações. São Paulo: Cortez, 2003.

PENNA, Nelba Azevedo. **Brasília**: do espaço concebido ao espaço produzido – a dinâmica de uma metrópole planejada. São Paulo: [s.n.], 2000. (Tese de Doutorado).

_____. Modernidade e pobreza: um pensamento que se impõe ao mundo. In: CARLOS, A. F. A. (org.). **Ensaio de geografia contemporânea – Milton Santos**: obra revisitada. São Paulo: EDUSP/HUCITEC, 2003.

PINTAUDI, Silvana Maria. Os *Shopping-Centers* brasileiros e o processo de valorização do espaço urbano. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 65, 1987.

_____. O shopping center no Brasil: condições de surgimento e estratégias de localização. In: PINTAUDI, S. M.; FRÚGOLI, H. (orgs.). **Shopping centers**: espaço, cultura e modernidade nas cidades brasileiras. São Paulo: Editora UNESP, 1992.

_____. A cidade e as formas de comércio. In: CARLOS, A. F. A. (org.). **Novos caminhos da geografia**. São Paulo: Contexto, 2001.

PINTO, Dinah S. R. **Shopping center**: uma nova era empresarial. Rio de Janeiro: Forense, 1989.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABUNA. **Itabuna em números**. Itabuna: [s.n.], 1995.

_____. **Plano Diretor Urbano**. Volume I. Itabuna: [s.n.], 2001.

PONTES, Beatriz Maria Soares. As mudanças do processo produtivo capitalista e suas repercussões nas cidades médias nordestinas. In: SPOSITO, E. S.; SPOSITO, M. E. B.; SOBARZO, O. (Org.). **Cidades médias**: produção do espaço urbano e regional. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc Van. **Manual de investigação em ciências sociais**. 2ª ed. Lisboa: Gradiva, 1998.

REIS FILHO, Nestor Goulart. As condições gerais do planejamento e as políticas de desenvolvimento urbano: a propósito do Programa de Cidades de Porte Médio. **Cadernos de pesquisa do LAP**, São Paulo, n. 11, jan/fev, 1996a.

_____. O processo de urbanização: a propósito do Programa de Cidades de Porte Médio. **Cadernos de pesquisa do LAP**, São Paulo, n. 11, jan/fev, 1996b.

RIBEIRO FILHO, Vitor. A área central e sua dinâmica: uma discussão. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, v. 16, n. 31, dez, 2004.

ROCHA, Everardo P. G. **Magia e capitalismo**: um estudo antropológico da publicidade. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

ROCHA, Lurdes Bertol. **O centro da cidade de Itabuna**: trajetória, signos e significados. Ilhéus: Editus, 2003.

_____. A cidade de Itabuna. In: ANDRADE, Maria Palma; ROCHA, Lurdes Bertol (orgs.). **De Tabocas a Itabuna**: um estudo histórico-geográfico. Ilhéus, EDITUS, 2005.

ROCHA, Lurdes Bertol; ANDRADE, Maria Palma. Itabuna: sua história. In: ANDRADE, Maria Palma; ROCHA, Lurdes Bertol (orgs.). **De Tabocas a Itabuna**: um estudo histórico-geográfico. Ilhéus, EDITUS, 2005.

ROCHEFORT, Michel. Regionalização e rede urbana. **RA'E GA**, Curitiba, n. 7, 2003.

RODRIGUES, Arlete M. A cidade como direito. In: Colóquio Internacional de Geocrítica, 9., 2007, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre, 2007.

RUIZ, João A. Martinez. **Shopping Centers**: segregação, inclusão e exclusão – análise a partir de bairros residenciais em Presidente Prudente-SP. Presidente Prudente: [s.n.], 2004. (Dissertação de mestrado).

SALGUEIRO, Teresa Barata. Novos produtos imobiliários e reestruturação urbana. **Finisterra**, Lisboa, XXIX, 57, 1994.

_____. Lisboa, metrópole policêntrica e fragmentada. **Finisterra**, Lisboa, XXXII, 63, 1997.

_____. Cidade pós-moderna: espaço fragmentado. **Território**, Rio de Janeiro, n. 4, jan/jun, 1998.

_____. Espacialidades e temporalidades urbanas. In: CARLOS, A. F. A.; LEMOS, A. I. G. **Dilemas urbanos**: novas abordagens sobre a cidade. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2005.

SANTOS, Jânio. Sociedade, tempo e produção do espaço urbano. **Formação**, Presidente Prudente, v. 6, n. 12, 2005.

SANTOS, Jânio; SERPA, Ângelo. Produção espacial do comércio e dos serviços nas periferias urbanas: um estudo de caso em Salvador. **Geousp**, São Paulo, v. 8, n.8, 2000.

SANTOS, M. **Zona do cacau**: introdução ao estudo geográfico. 2ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1957.

_____. **Por uma geografia nova**: da crítica da geografia a uma geografia crítica. São Paulo: Hucitec, 1978.

_____. **Espaço e sociedade**. Petrópolis: Vozes, 1979.

_____. Alguns problemas atuais da contribuição marxista à geografia. In: SANTOS, M.

(org.). **Novos rumos da geografia brasileira**. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1988.

_____. **Espaço e método**. 3ª ed. São Paulo: Nobel, 1992.

_____. **A natureza do espaço**. São Paulo, Hucitec, 1996.

_____. **Metamorfoses do espaço habitado**. 5ª ed. São Paulo: Hucitec, 1997a.

_____. **Pensando o espaço do homem**. 4ª ed. São Paulo: Hucitec, 1997b.

SANTOS JÚNIOR, Wilson R. dos. Shopping center: uma imagem de espelhos. In: PINTAUDI, S. M.; FRÚGOLI JR., H. **Shopping centers: espaço, cultura e modernidade nas cidades brasileiras**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

SEABRA, Odette C. de L. A insurreição do uso. In: MARTINS, José de Souza (org.). **Henri Lefebvre e o retorno à dialética**. São Paulo: HUCITEC, 1996.

_____. Urbanização e fragmentação: a natureza natural do mundo. **Geografares**, Vitória, v. 1, n. 1, p. 73-79, 2000.

SERPA, Ângelo. A ampliação do consumo e os conflitos entre o público e o privado na cidade contemporânea: questões para debate. In: CARLOS, A. F. A.; LEMOS, A. I. G. (orgs.). **Dilemas urbanos: novas abordagens sobre a cidade**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2005.

SILVA, Lenyra Rique da. **A natureza contraditória do espaço geográfico**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2001.

SILVA, William Ribeiro da. Centro e centralidade: uma discussão conceitual. **Formação**, Presidente Prudente, n. 8, 2001a.

_____. Fragmentação do espaço urbano de Londrina. **Geografia**, Londrina, v. 10, n. 1, p. 5-14, jan/jun, 2001b.

_____. A formação do centro principal de Londrina e o estudo da centralidade urbana. **Geografia**, Londrina, v. 12, n. 2, p. 21-44, jul/dez, 2003.

SILVA, Willian Ribeiro da; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Padrões socioeconômicos e centralidade urbana: Catuaí Shopping Center e zona norte de Londrina. **Formação**, Presidente Prudente, n. 10, v. 2, 2003.

SOARES, Beatriz Ribeiro. Repensando as cidades médias brasileiras no contexto da globalização. **Formação**, Presidente Prudente, n. 6, 1999.

_____. Cidades médias: uma revisão bibliográfica. In: ALVES, A. F.; FLÁVIO, L. C.; SANTOS, R. A. dos (orgs.). **Espaço e território: interpretações e perspectivas do desenvolvimento**. Francisco Beltrão: Unioste, 2005.

SOARES, Paulo Roberto R. Reestructuración urbana y producción de la ciudad: el Brasil urbano a principios del siglo XXI. In: CAPEL, Horacio. **Ciudades, arquitectura y espacio urbano**. Almería: Ed. Caja Rural de Almería, 2003.

SOJA, Edward W. **Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. O centro e as formas de expressão da centralidade urbana. **Geografia**, São Paulo, n. 10, 1991.

_____. Cidade: espaço e tempo (ensaio de reflexão). **Geografia**, São Paulo, n. 11, 1992.

_____. A gestão do território e as diferentes escalas da centralidade urbana. **Território**, Rio de Janeiro, Ano III, n. 4, jan/jun, 1998a.

_____. **Capitalismo e urbanização**. 9^a ed. São Paulo: Contexto, 1998b.

_____. A urbanização da sociedade: reflexões para um debate sobre as novas formas espaciais. In: DAMIANI, A. L.; CARLOS, A. F. A.; SEABRA, O. C. de L. (orgs.). **O espaço no fim de século: a nova raridade**. São Paulo: Contexto, 1999.

_____. Novas formas comerciais e redefinição da centralidade intra-urbana. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org.). **Textos e contextos para a leitura geográfica de uma cidade média**. Presidente Prudente: Pós-graduação em Geografia da FCT/UNESP, 2001.

_____. **O chão em pedaços: urbanização, economia e cidades no estado de São Paulo**. Presidente Prudente: [s.n.], 2004a. (Tese de Livre Docência).

_____. Novos conteúdos nas periferias urbanas das cidades médias do estado de São Paulo, Brasil. **Investigaciones Geográficas**, Cidade de México, n. 54, 2004b.

_____. Loteamentos fechados em cidades médias paulistas - Brasil. In: SPOSITO, E. S.; SPOSITO, M. E. B.; SOBARZO, O. (Org.). **Cidades médias: produção do espaço urbano e regional**. São Paulo: Expressão Popular, 2006a.

_____. O estudo das cidades médias brasileiras: uma proposta metodológica. In: Seminário Internacional de Estudos Urbanos, 5., 2006, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: PUC-Minas, 2006b.

_____. O desafio metodológico da abordagem interescalar no estudo das cidades médias no mundo contemporâneo. **Cidades**, Presidente Prudente, v. 3, n. 5, 2006c.

_____. Reestruturação urbana e segregação socioespacial no interior paulista. In: Colóquio Internacional de Geocrítica, 9., 2007, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre, 2007.

SUBIRATS, Eduardo. **A cultura como espetáculo**. São Paulo: Studio Nobel, 1989.

STEINBERG, Marília; BRUNA, Gilda Collet. Cidades médias: elos do urbano-regional e do

público-privado. In: ANDRADE, T. A.; SERRA, R. V. (orgs.). **Cidades médias brasileiras**. Rio de Janeiro: IPEA, 2001.

TOURINHO, Andréa de Oliveira. Centro e centralidade: uma questão recente. In: CARLOS, A. F. A.; OLIVEIRA, A. U. de (orgs.). **Geografias das metrópoles**. São Paulo: 2006.

TREVIZAN, S. D. P.; MARQUES, M. Impactos socioeconômicos da crise do cacau: um estudo de comunidade-caso. **Agrotropica**, Ilhéus, v. 14, n. 3, set-dez, 2002.

TREVIZAN, S. D. P.; MORAES, H. G. de. Trabalhadores do cacau: uma avaliação quantitativa. **Agrotropica**, Ilhéus, v. 12, n. 3, set-dez, 2000.

TRINDADE, Gilmar Alves. Itabuna: redes e fluxos urbanos. In: ANDRADE, Maria Palma; ROCHA, Lurdes Bertol (orgs.). **De Tabocas a Itabuna: um estudo histórico-geográfico**. Ilhéus, EDITUS, 2005a.

_____. Práticas recentes na gestão do espaço urbano em Itabuna/BA. **GeoTextos**, Salvador, v. 1, ano 1, dez., 2005b.

UNDERHILL, PACO. **Vamos às compras: a ciência do consumo – indispensável para quem gosta de consumir, imperdível para quem quer vender**. 18ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 1999.

_____. **A magia dos shoppings: como os shoppings atraem e seduzem**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

UNITED NATIONS. **World urbanization prospects: the 2005 revision**. New York: United Nations Publication, 2006.

VIEIRA, J. A. . As Abordagens Críticas e Não-Críticas em Análise de Discurso.. In: Denize Elena Garcia da Silva; Josênia Antunes Vieira. (Org.). **Análise do discurso: percursos teóricos e metodológicos**. Brasília/DF: Plano, 2002.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel, FAPESP, Lincoln Institute, 1998.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da violência nos municípios brasileiros**. Brasília: OEI, 2007.

WHITACKER, Arthur Magon. Espaço e representação: algumas considerações acerca do centro de uma cidade média. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org.). **Textos e contextos para a leitura geográfica de uma cidade média**. Presidente Prudente: Pós-graduação em Geografia da FCT/UNESP, 2001.

_____. Inovações tecnológicas, mudanças nos padrões locais e na configuração da centralidade em cidades médias. In: Colóquio Internacional de Geocrítica, 9., 2007, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre, 2007a.

_____. Uma discussão sobre a morfologia urbana e a articulação de níveis diferentes de

urbanização. In: SPOSITO, M. E. B. **Cidades médias: espaços em transição**. São Paulo: Expressão Popular, 2007b.

Textos e artigos de jornais e revistas consultados

JORNAL A REGIÃO. **Grupo Chaves investirá R\$ 20 milhões na construção de shopping em Itabuna**. Ano XII, n. 562, 29 jun 1998, p. 15.

_____. **Lojistas do Shopping terão financiamento do Banco do Nordeste**. Ano XII, n. 570, 24 ago 1998, p. 8.

_____. **Inauguração do Jequitibá Plaza é adiada para abril**. Ano XIII, n. 606, 17 mai 1999, p. 7.

_____. **Shopping Center é um bom negócio**. Ano XIII, n. 607, 24 mai 1999, p. 6.

_____. **Sai Petipreço, vem Bompreço: mantido acordo de instalação**. Ano XIII, n. 607, 24 mai 1999, p. 8.

_____. **Shopping será referencial no comércio**. Ano XIII, n. 616, 26 jul 1999, p. 16.

_____. **Jequitibá Plaza Shopping ganha mais uma loja âncora e cinemas**. Ano XIII, n. 653, 22 nov 1999.

_____. **Itabunense mantém expectativa positiva em relação ao Jequitibá**. Ano XIII, n. 635, 6 dez 1999, p. 11.

_____. **McDonald's confirma investimento em Itabuna**. Ano XIII, n. 637, 20 dez 1999, p. 10.

_____. **Jequitibá entra na reta final**. Ano XIV, n. 642, 30 jan 2000.

_____. **Shopping já comercializou 85% dos pontos de venda**. Ano XIV, n. 647, 5 mar 2000, p. 12.

_____. **Jequitibá Plaza Shopping é inaugurado em Itabuna**. Ano XIV, n. 656, 7 mai 2000, p. 15.

_____. **Hipermercados em “guerra” para atrair consumidores**. Ano XIV, n. 657, 14 mai 2000, p. 14.

_____. **Shopping vira point para todas as tribos**. Ano XIV, n. 658, 21 mai 2000, p. 10.

_____. **Jequitibá Shopping foi o maior presente**. Ano XIV, n. 667, 30 jul 2000, p. 7.

_____. **Shopping propõe parceria com setor turístico de Ilhéus.** Ano XV, n. 692, 14 jan 2001, p. 13.

_____. **Itabuna passa a ser pólo de saúde.** Ano XV, n. 701, 18 mar 2001, p. 5.

_____. **Diretoria faz balanço positivo do primeiro ano de vida do Jequitibá.** Ano XV, n. 708, 6 mai 2001, p. 15.

_____. **Depois de anos, rede de hotéis ganha novo empreendimento.** Ano XV, n. 758, 20 abr 2002, p. 9.

_____. **São Caetano é o segundo centro do comércio local.** Ano XVII, n. 811, 03 mai 2003, p. 4.

_____. **Novo Posto Universal vai ter R\$ 1 milhão em investimento.** Ano XVII, n. 816, 07 jun 2003, p. 11.

_____. **Construção civil em Itabuna impulsiona economia local.** Ano XVIII, n. 859, 17 abr 2004, p. 12.

_____. **Jequitibá ganha Americanas e Insinuante é reinaugurada.** Ano XVIII, n. 870, 03 jul 2004, p. 13.

_____. **Lojas Americanas levam 4 mil pessoas para a inauguração.** Ano XVIII, n. 894, 18 dez 2004, p. 9.

_____. **Construção de novos prédios movimentou setor imobiliário.** Ano XIX, n. 904, 05 mar 2005, p. 8.

_____. **Iguatemi espera entregar base do shopping em julho.** Ano XIX, n. 919, 25 jun 2005, p. 4.

_____. **Novos prédios fazem valor de imóveis aumentar 80%.** Ano XX, n. 961, 22 abr 2006, p. 12.

_____. **Grupo Iguatemi administra o shopping Jequitibá Plaza.** Ano XX, n. 955, 11 mar 2006, p. 4.

_____. **Procura por apartamentos aquece setor imobiliário.** 17 NOV 2007, ANO XXI, n. 1043, p. 5.

_____. **Lojas de Itabuna devem abrir mais de 700 vagas.** Ano XXI, n. 1044, 24 nov 2007, p. 5.

JORNAL AGORA. **Urbanização do Jardim Vitória estará concluída em 30 dias.** Ano XIII, n. 557, 13 a 15 fev 1994, p. 8.

_____. **Jardim Vitória – Obra será concluídas ainda este mês.** Ano XIII, n. 562, 17 a 23

abr 1994, p. 14.

_____. **Shopping de Itabuna vai ser funcional e moderno.** Ano XVI, n. 786, 28 de jun a 04 ago 1998, p. 5.

_____. **Cacau: Ilhéus importa mais 11 mil toneladas.** Ano XVIII, n. 817, 23 a 29 jan 1999, p. 6.

_____. **Prefeitura vai, mesmo, para onde era o Cesec do Banco do Brasil.** Ano XVIII, n. 817, 23 a 29 jan 1999, p. 12.

_____. **O desemprego nunca atingiu tanta gente em todo o Brasil e na região.** Ano XVIII, n. 822, 6 a 12 mar 1999, p. 4.

_____. **Situação sócio-econômica do sul da Bahia é preocupante.** Ano XVIII, n. 823, 13 a 19 mar 1999, p. 8-9.

_____. **Triffil oferece 1.500 empregos a partir de julho.** Ano XVIII, n. 831, 01 a 07 mai 1999, p. 12.

_____. **Jequitibá impressiona Paes Mendonça, do Bom Preço.** Ano XVIII, n. 835, 29 mai a 04 jun 1999, p. 9.

_____. **Sul do estado perde mais uma: Ford fica mesmo em Camaçari.** Ano XVIII, n. 838, 19 a 25 junho 1999, p. 8

_____. **Shopping Jequitibá faz confraternização.** Ano XVIII, n. 863, 11 a 17 dez 1999, Caderno Momento Empresarial, p. 1.

_____. **Comerciantes não temem a concorrência do shopping.** Ano XVIII, n. 859, 13 a 19 nov 1999, p. 14.

_____. **Shopping gera expectativa para moradores do Jardim União.** Ano XVIII, n. 857, 30 out a 5 nov 1999, p. 9.

_____. **Grupo Chaves investe e acredita no potencial de Itabuna.** Ano XVIII, n. 867, 8 a 14 jan 2000, p. 8 e 9.

_____. **Shopping Jequitibá já vendeu 75% das lojas.** Ano XVIII, n. 874, 26 fev a 3 mar 2000, p. 5.

_____. **Shopping Jequitibá abre as portas com quase 90 lojas.** Ano XVIII, n. 884, 6 a 12 mai 2000, p. 9.

_____. **Comércio grapiúna comemora abertura do Shopping Center.** Ano XVIII, n. 885, 13 a 19 mai 2000, p. 9.

_____. **Shopping será a loja âncora do comércio.** Ano XVIII, n. 885, 13 a 19 mai 2000, p.

9.

_____. **Jequitibá supera um milhão de visitantes.** Ano XXVI, n. 2239, 29 de dezembro de 2007 a 2 de janeiro de 2008, p. 24.

_____. **“O cacau ainda é o melhor negócio da região”.** Ano XXVI, n. 2239, 29 de dezembro de 2007 a 2 de janeiro de 2008, p. 12-13.

_____. **Indústria e Comércio define prioridades para 2008.** Ano XXVI, n. 2242, 5 a 7 de janeiro de 2008, p. 8.

REVISTA CONEXÃO (BAHIA). **Comércio de rua com filosofia de shopping center.** N. 151, maio de 2006, p. 12-13.

_____. **Projeto Shopping a céu aberto vira modelo para Pernambuco.** N. 153, agosto de 2006, p. 8.

REVISTA SHOPPING CENTERS. **Âncoras do consumo.** Setembro, 2006, p. 67-70.

_____. **Consumo de gente grande.** Abril, 2006, p. 22-27.

_____. **União que faz a força.** Novembro, 2006, p. 12-16.

_____. **Vizinhos do consumo.** Janeiro, 2008, p. 36-39.

Apêndices

* * *



Universidade de Brasília – UnB
 Programa de Pós-Graduação em Geografia
 Profa. Orientadora: Nelba Azevedo Penna
 Mestrando: Gilberto Alves de Oliveira Júnior

MODELO DE QUESTIONÁRIO

IMPORTANTE: Os dados e informações obtidos neste questionário serão utilizados no desenvolvimento de pesquisa que resultará na redação de dissertação de mestrado, realizado no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade de Brasília-UnB com financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior-CAPES, portanto possuindo finalidades estritamente acadêmicas.

| DADOS PESSOAIS | |
|--|---------------------------------------|
| Data: ____/____/____ | Horário: ____:____ |
| Idade: <input type="checkbox"/> < 14 <input type="checkbox"/> 14-17 <input type="checkbox"/> 18-22 <input type="checkbox"/> 23-30 <input type="checkbox"/> 31-40 <input type="checkbox"/> > 41 | |
| Sexo: <input type="checkbox"/> M <input type="checkbox"/> F | Profissão: _____ Bairro/Cidade: _____ |
| Renda familiar (estimativa): <input type="checkbox"/> < 2 salários <input type="checkbox"/> 2-4 salários <input type="checkbox"/> 5-8 salários <input type="checkbox"/> 9-11 salários <input type="checkbox"/> > 11 salários | |
| Escolaridade: <input type="checkbox"/> fundamental incompleto <input type="checkbox"/> fundamental completo <input type="checkbox"/> médio incompleto <input type="checkbox"/> médio completo | |
| <input type="checkbox"/> superior incompleto <input type="checkbox"/> superior completo <input type="checkbox"/> mestrado <input type="checkbox"/> doutorado | |
| INFORMAÇÕES SOBRE A FREQUÊNCIA AO J.P.S. | |
| Freqüenta o J.P.S.: <input type="checkbox"/> Diariamente <input type="checkbox"/> Semanalmente <input type="checkbox"/> Quinzenalmente <input type="checkbox"/> Ocasionalmente <input type="checkbox"/> Raramente | |
| Horários em que freqüenta o J.P.S.: <input type="checkbox"/> Manhã <input type="checkbox"/> Tarde <input type="checkbox"/> Noite | |
| Dias em que freqüenta o J.P.S.: <input type="checkbox"/> Dom <input type="checkbox"/> Seg <input type="checkbox"/> Ter <input type="checkbox"/> Qua <input type="checkbox"/> Qui <input type="checkbox"/> Sex <input type="checkbox"/> Sáb | |
| Costuma freqüentar o J.P.S.: <input type="checkbox"/> Sozinho(a) <input type="checkbox"/> Com amigos(as) <input type="checkbox"/> Com familiares <input type="checkbox"/> Outro: _____ | |
| Pessoas da sua família que freqüentam o J.P.S.: <input type="checkbox"/> Todas <input type="checkbox"/> Apenas os jovens <input type="checkbox"/> Apenas os adultos <input type="checkbox"/> Nenhuma | |
| Normalmente freqüenta o J.P.S.: <input type="checkbox"/> Para fazer compras <input type="checkbox"/> A passeio ou lazer <input type="checkbox"/> Outro: _____ | |
| Quais os seus maiores motivos para freqüentar o J.P.S.: _____ | |
| Locais no J.P.S. que mais freqüenta: _____ | |
| Costuma vir ao J.P.S.: <input type="checkbox"/> De carro <input type="checkbox"/> De ônibus <input type="checkbox"/> De táxi <input type="checkbox"/> A pé <input type="checkbox"/> Outra forma: _____ | |
| Costuma ficar no J.P.S.: <input type="checkbox"/> Até 30 min <input type="checkbox"/> De 30 min a 1 hora <input type="checkbox"/> De 1 a 2 horas <input type="checkbox"/> De 2 a 4 horas <input type="checkbox"/> Mais que 4 horas | |
| Prefere comprar: <input type="checkbox"/> No centro tradicional <input type="checkbox"/> No shopping <input type="checkbox"/> Em outro local: _____ | |
| Por quê? _____ | |
| Deixou de freqüentar outros locais na cidade após a inauguração do J.P.S.: <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não | |
| Além do J.P.S., que outros locais na cidade gosta de ir? _____ | |



Universidade de Brasília – UnB
Programa de Pós-Graduação em Geografia
Profa. Orientadora: Nelba Azevedo Penna
Mestrando: Gilberto Alves de Oliveira Júnior

ROTEIRO DE ENTREVISTA (Administração do Jequitibá Plaza Shopping)

1) Dados e informações antecedentes à inauguração do empreendimento

- 1.1. Motivações para a construção de um Shopping Center em Itabuna
- 1.2. Motivações para escolha do local de instalação do empreendimento
- 1.3. Incentivos do poder público municipal e relevância dos mesmos para o empreendimento
- 1.4. Receptividade dos empresários locais
- 1.5. Expectativas para a inauguração e objetivos iniciais do empreendimento
- 1.6. Público alvo inicial
- 1.7. Número e tipo de empregos gerados (diretos e indiretos)

2) Análise do empreendimento, modificações e perspectivas

- 2.1. Os objetivos inicialmente previstos foram alcançados (ou superados)?
- 2.2. Crescimento anual de vendas e do fluxo do público freqüentador e consumidor
- 2.3. Rotatividade das empresas instaladas no J. P. Shopping
- 2.4. Modificações mais relevantes na estrutura do equipamento e seus objetivos
- 2.5. Existe complementaridade e/ou concorrência entre o shopping e o centro tradicional?
- 2.6. Público alvo atual e possíveis variações do perfil do público freqüentador em diferentes horários do dia e entre os dias da semana
- 2.7. Comentar acerca do mix de lojas e custos de instalação e manutenção no condomínio
- 2.8. Número e tipo de empregos mantidos atualmente
- 2.9. Perspectivas de crescimento do empreendimento
- 2.10. O que o J. P. Shopping significa atualmente para a dinâmica econômica de Itabuna?



Universidade de Brasília – UnB
Programa de Pós-Graduação em Geografia
Profa. Orientadora: Nelba Azevedo Penna
Mestrando: Gilberto Alves de Oliveira Júnior

ROTEIRO DE ENTREVISTA

(Câmara dos Dirigentes Lojistas de Itabuna)

01. Comentar acerca do tempo que preside a CDL-Itabuna.
02. Traçar um histórico do setor de comércio em Itabuna e sua relevância e dinâmica na economia local e regional.
03. Comentar acerca da relevância histórica da CDL para o setor em Itabuna.
04. Quais os reflexos da crise da lavoura cacaueteira para o comércio em Itabuna? Os problemas enfrentados já foram superados?
05. Historicamente quais as ações mais relevantes desenvolvidas pelo poder público municipal para o fortalecimento do setor de comércio em Itabuna?
06. Quais as vias mais relevantes para o setor de comércio em Itabuna e suas diferenças e similaridades? Comentar acerca das diferentes dinâmicas de fluxos no centro tradicional.
07. Comentar sobre as perspectivas do comércio em Itabuna com o anúncio da implantação do JPS e as possíveis alterações desencadeadas no comércio local após a sua inauguração. Existe concorrência entre o centro tradicional e o shopping?
08. O poder público municipal concedeu incentivos e modificações infra-estruturais para o JPS? Os mesmos incentivos são encontrados pelo setor de comércio no centro tradicional?
09. A implantação do shopping, o crescente número de condomínios, o centro administrativo municipal, o novo fórum, as lojas Maia e supermercados Itão, podem atrair demais investimentos comerciais para esta área da cidade?
10. Quais os reflexos da implantação das faculdades privadas para o comércio?
11. A implantação do shopping gerou uma atração muito forte do mercado imobiliário no seu entorno imediato, com atração não tão significativa do setor de comércio. A implantação do Teatro Municipal e do Centro de Convenções teria maior atração do setor no seu entorno imediato?
12. Qual a relevância do setor de comércio para a geração de emprego em Itabuna? Qual a porcentagem de empregos gerados e mantidos pelo setor e os tipos (temporário, terceirizado, etc.)?
13. Quais as perspectivas do setor em Itabuna e os projetos e ações da CDL para os próximos anos?



Universidade de Brasília – UnB
Programa de Pós-Graduação em Geografia
Profa. Orientadora: Nelba Azevedo Penna
Mestrando: Gilberto Alves de Oliveira Júnior

ROTEIRO DE ENTREVISTA

(Sindicato dos Comerciários de Itabuna)

01. Comentar acerca do tempo que preside o sindicato.
02. Comentar acerca da relevância histórica do sindicato.
03. Traçar um breve histórico do setor de comércio em Itabuna e sua relevância e dinâmica na economia local e regional.
04. Apontar possíveis reflexos da crise da lavoura cacaueteira para o comércio em Itabuna.
05. Comentar sobre as perspectivas de geração de emprego no setor com o anúncio da implantação do JPS e o número e tipo de empregos gerados e mantidos atualmente no shopping.
06. Quais os possíveis embates enfrentados pelo sindicato quanto ao JPS e seus desdobramentos? Existem embates atualmente?
07. A implantação das faculdades particulares trouxe reflexos para a geração de empregos no setor? E as indústrias têxteis e calçadistas?
08. Quais as maiores dificuldades enfrentadas pelos comerciários atualmente?
09. Além do centro tradicional, que outras áreas da cidade são relevantes para gerar e manter empregos no setor?
10. Atualmente, quais as perspectivas de geração de emprego no setor em Itabuna?
11. Comentar acerca de projetos e ações do sindicato e dos benefícios mantidos para os trabalhadores do setor.
12. Qual a relevância atual do setor de comércio para a geração de empregos em Itabuna? Qual a porcentagem de trabalhadores empregados no setor?
13. Que projetos e ações do poder público municipal poderiam contribuir para a geração de empregos no setor?



Universidade de Brasília – UnB
Programa de Pós-Graduação em Geografia
Profa. Orientadora: Nelba Azevedo Penna
Mestrando: Gilberto Alves de Oliveira Júnior

ROTEIRO DE ENTREVISTA

(Secretário de Indústria e Comércio, PMI)

01. Traçar um histórico do processo de desenvolvimento dos setores de indústria e comércio em Itabuna e da relevância e dinâmica dos mesmos para a o município e a economia regional.
02. Quais os reflexos da crise da lavoura cacaueteira para o desenvolvimento desses setores? Os problemas enfrentados já foram superados?
03. Qual a relevância desses setores para a economia de Itabuna atualmente? E para a geração de emprego e renda?
04. Comentar sobre as perspectivas para o desenvolvimento de Itabuna com o anúncio da implantação do JPS e as alterações desencadeadas na cidade após a inauguração do empreendimento.
05. O poder público municipal concedeu incentivos e modificações infra-estruturais para o JPS? Quais?
06. Qual o significado e importância do shopping para Itabuna e região?
07. Além do shopping, quais os empreendimentos e empresas mais importantes que se instalaram no município na última década e a relevância do poder público municipal na atração desses empreendimentos para Itabuna e de outros futuramente?
08. A implantação do shopping gerou uma atração muito forte do mercado imobiliário no seu entorno imediato, quais os reflexos desse processo para a construção civil e o desenvolvimento da cidade?
09. Quais as perspectivas para o desenvolvimento urbano em Itabuna?



Universidade de Brasília – UnB
Programa de Pós-Graduação em Geografia
Profa. Orientadora: Nelba Azevedo Penna
Mestrando: Gilberto Alves de Oliveira Júnior

ROTEIRO DE ENTREVISTA

(Engenheiro responsável, WA Engenharia)

01. A empresa atua no mercado imobiliário desde 1985. Antes do ano 2000 quais os empreendimentos imobiliários mais importantes realizados pela WA?
02. Como observa o comportamento do mercado imobiliário com a crise do cacau?
03. A implantação do JPS no ano 2000 desencadeou um processo de valorização da terra urbana no seu entorno imediato. O que o shopping representou e representa para o mercado imobiliário em Itabuna? E quais outros empreendimentos e empresas em Itabuna após o ano 2000 que incentivaram o crescimento do setor?
04. Qual o reflexo do Shopping e desses empreendimentos imobiliários para a valorização da terra urbana na área? Qual a média de preço por m² antes e atualmente? Os edifícios em construção valorizam os edifícios já concluídos?
05. Qual o público alvo desses edifícios e o preço médio dos apartamentos na construção e após a inauguração?
06. Comentar sobre o diferencial desses edifícios para o mercado imobiliário em Itabuna e para os compradores. (Qualidade de vida, segurança, conforto, comodidade).
07. Qual a relevância desses novos empreendimentos imobiliários para o crescimento e desenvolvimento da cidade?
08. O número de empregos estimado gerado pela construção civil por construção.
09. Comentar sobre as áreas mais valorizadas em Itabuna hoje.
10. Comentar sobre as perspectivas do setor imobiliário na cidade. Qual a perspectiva do setor para o bairro Góes Calmon após a mudança da legislação permitindo a construção de edifícios?
11. Acredita que novos equipamentos urbanos como o Teatro Municipal e o Centro de Convenções podem impulsionar empreendimentos imobiliários nessa área da mesma forma que a área do entorno do shopping?
12. Qual a importância e dinâmica do centro tradicional para o mercado imobiliário hoje?
13. Quais as possibilidades dos segmentos sociais de baixa renda realizarem aquisições no mercado imobiliário em Itabuna hoje? E quais seriam as áreas?



Universidade de Brasília – UnB
Programa de Pós-Graduação em Geografia
Profa. Orientadora: Nelba Azevedo Penna
Mestrando: Gilberto Alves de Oliveira Júnior

ROTEIRO DE ENTREVISTA

(Corretores imobiliários)

1. Tempo que atua no ramo imobiliário em Itabuna.
2. Fazendo uma retrospectiva, comentar sobre a dinâmica do mercado imobiliário em Itabuna antes do ano 2000.
3. Apontar quais as áreas mais valorizadas para o setor imobiliário em Itabuna antes do ano 2000. Observa relação do poder público municipal com a valorização dessas áreas?
4. Historicamente quais são as construtoras mais importantes com atividade na cidade de Itabuna.
5. A implantação do Jequitibá Plaza Shopping desencadeou um impulso de novos empreendimentos imobiliários nas áreas do seu entorno, principalmente no bairro Jardim Vitória. Qual o reflexo do Shopping e desses empreendimentos para a valorização da terra urbana na área?
6. Além do shopping, quais outras empresas e empreendimentos instalados em Itabuna têm servido para dinamizar o mercado imobiliário na cidade?
7. Existe um grande número de edifícios residenciais construídos após a implantação do shopping e outros ainda em construção. Acredita que em Itabuna há demanda para essa oferta de apartamentos? Haveria demanda para mais edifícios?
8. Comentar sobre o perfil das pessoas que procuram esses novos apartamentos.
9. Comentar sobre as áreas mais valorizadas em Itabuna hoje.
10. Comentar sobre as perspectivas do setor imobiliário na cidade.
11. Acredita que novos equipamentos urbanos como o Teatro Municipal e o Centro de Convenções podem impulsionar empreendimentos imobiliários nessa área da mesma forma que a área do entorno do shopping?
12. Qual a importância e dinâmica do centro tradicional para o mercado imobiliário hoje?
13. Quais as possibilidades dos segmentos sociais de baixa renda realizarem aquisições no mercado imobiliário em Itabuna hoje? E quais seriam as áreas?



Universidade de Brasília – UnB
Programa de Pós-Graduação em Geografia
Profa. Orientadora: Nelba Azevedo Penna
Mestrando: Gilberto Alves de Oliveira Júnior

ROTEIRO DE ENTREVISTA

(Associação dos Lojistas do São Caetano)

01. Comentar acerca do tempo que preside a Associação e da relevância histórica da Associação para o setor no bairro.
02. Traçar um histórico do setor de comércio no bairro São Caetano e sua relevância e dinâmica na economia local.
03. Historicamente quais as ações mais relevantes desenvolvidas pelo poder público municipal para o fortalecimento do setor de comércio no bairro?
04. Quais as perspectivas do setor no bairro com o anúncio da inauguração das Lojas Maia e do Hipermercado Itão, além do novo Fórum e sede da Justiça do Trabalho?
05. Número e tipos de empresas do setor no bairro e número de empregos gerados.
06. Comentar acerca das diferenças e similaridades do comércio no bairro São Caetano e no centro da cidade e outros bairros.

Anexos

* * *

ANEXO I

Proposta de alteração da Lei Nº 1.324, de 20 de dezembro de 1984, aprovada pela Câmara de vereadores de Itabuna e que institui e estabelece normas e diretrizes do desenvolvimento urbano do município de Itabuna e dá outras providências.

CAPÍTULO IV DAS CATEGORIAS DE USO DO ZONEAMENTO E DAS ZONAS DE USO.

SEÇÃO II DO ZONEAMENTO E DAS ZONAS DE USO.

Art.10 – As zonas de uso, cujas definições e códigos são relacionadas neste artigo, tem seus limites descrito e indicados no anexo I.

- a) Z1 – zona predominantemente residencial, de habitações pluridomiciliares, com média densidade bruta, sendo permitida instituição e comércio varejista de âmbito local.
- b) Z2 – zona exclusivamente residencial unidomiciliar, com baixa densidade demográfica.
- c) Z3 – zona predominantemente residencial, de habitações pluridomiciliares, com média densidade bruta, sendo permitida instituição e comércio varejista de âmbito local.
- d) Z4 – zona predominantemente residencial, de habitações pluridomiciliares, com média densidade bruta, sendo permitida instituição e comércio varejista de âmbito local.
- e) Z5 – zona predominantemente residencial, e de uso misto, de habitações pluridomiciliares com alta densidade bruta, sendo permitida instituição de âmbito local, comércio diversificado e serviço.
- f) Z6 – zona predominantemente residencial, e de uso misto, de habitações pluridomiciliares com alta densidade bruta, sendo permitida instituição de âmbito local, comércio diversificado e serviço.
- g) Z7 – zona predominantemente comercial varejista, localizada na área central e sua expansão.
- h) Z8 – zona predominantemente comercial atacadista de transportes de carga e passageiros e de serviços complementares à sua função.
- i) Z9 – zona industrial de uso e características definidas e reguladas conforme determinações legais.
- j) Z10 – zona de uso extensivo, destinada a chácaras e usos recreacionais.
- k) Z11 – zona de uso especial compreende, segundo as características específicas as seguintes subzonas:

I.1 – Z11- 01

- zona de concentração linear de uso misto localizadas nos lotes lindeiros às vias coletoras e numa faixa de 30 m (trinta metros) de profundidade, traçada e medida paralelamente ao alinhamento do respectivo logradouro.

I.2 – Z11- 02

- zona de corredores de tráfego, de uso predominantemente comercial, varejista e atacadista, serviços diversificados e especiais, industriais, artesanais e domésticas, localizadas em lotes lindeiros às vias arteriais primárias e secundárias e em faixas de 40 m (quarenta metros), paralelas aos alinhamentos dos logradouros públicos.

I.3 – Z11- 03

- correspondem às áreas verdes, tais como parques urbanos, praças de vizinhança, áreas de proteção a mananciais, áreas de equipamentos sociais e esportivos, públicos e área do aeroporto, os usos serão objeto de planos específicos pelo órgão municipal de planejamento.

Art.13 – Aos lotes situados nas Z11- 02 (Zonas Especiais de Concentração Linear), com profundidade superior a 40,00 m (quarenta metros) aplicam-se as seguintes disposições:

Art.14 – Os lotes lindeiros ao logradouro público, que define as Zonas Especiais de Concentração Linear (Z11-01 e Z11-02) somente poderão ser integrados a lotes também lindeiros ao mesmo logradouro.

ANEXOII

ZONEAMENTO

Z1/1

Compreende o Bairro São Judas Tadeu e áreas vizinhas, e tem seu limite com ponto inicial à margem direita do Rio Cachoeira no prolongamento do eixo da Rua Europa Unida, seguindo pela margem do Rio Cachoeira até o limite Intermunicipal Itabuna-Ilhéus e também limite urbano, seguindo por este limite até a Rua Dinamarca, seguindo em seu eixo até o encontro com o prolongamento da Rua Liberdade, seguindo pelo eixo da Rua Europa Unida até o ponto inicial.

Confrontantes – Rio Cachoeira, Município de Ilhéus, Zona Rural do Município de Itabuna, Z6/2, Z5/2.

Z1/2

Compreende o Bairro de Vila Paloma e expansão, com início na interseção da BR-101 com ramal rural, seguindo o sentido geral NO (noroeste) do eixo do citado ramal até atingir o limite O (oeste) da Zona Urbana, seguindo em sentido Norte até o prolongamento do limite N (norte) do Loteamento Vila Paloma, seguindo por este em sentido SE (sudeste) vai atingir o eixo da BR-101, seguindo em sentido geral S (sul) pelo eixo dessa Rodovia até atingir o ponto inicial deste perímetro.

Confrontantes – Zona Rural do Município de Itabuna, Z5/1.

Z2

Compreende a área do condomínio Jardim das Acácias e tem como ponto inicial à margem esquerda do Rio Cachoeira no prolongamento do Semi Anel Rodoviário, seguindo por esta margem do Rio até o limite do condomínio, seguindo por este limite até encontrar o Semi Anel Rodoviário e seguindo pelo eixo deste até o ponto inicial.

Confrontantes – Rio Cachoeira, Semi Anel Rodoviário, Z6/1.

Z3

Compreende o Bairro Góes Calmon e o Loteamento Parque Florestal, tendo início na interseção do prolongamento da Rua Cassimiro Rego com a margem direita do Rio Cachoeira, seguindo pelo eixo desta até a Rua F, seguindo pelo eixo desta até a Rua A, seguindo pelo eixo desta até a Rua Governador Valadares, seguindo pelo eixo desta até a Rua Hercília Teixeira, seguindo pelo eixo desta até a Travessa A, seguindo pelo eixo desta até a Rua Bela vista, seguindo pelo eixo desta até o limite do Loteamento Parque Florestal, seguindo por este até encontrar a Rua São Jerônimo, seguindo pelo eixo desta até a Rua José Rodrigues Viana, seguindo pelo eixo desta até a Rua Rio Paraguaçu, seguindo pelo eixo desta até encontrar o ponto de interseção da Avenida Aziz Maron com a Rua Félix Medonça, a partir deste ponto segue pela margem direita do Rio Cachoeira até o ponto inicial.

Confrontantes – Rio Cachoeira, Z4/3, Z5/2, Z6/2.

Z4/1

Compreende os Bairros Zildolândia, Jardim Grapiúna e expansão, tendo início no prolongamento da Rua Almirante Tamandaré altura do Jardim do Ó, seguindo pelo eixo da Rua Maria Lima Guimarães até a interseção desta com a Rua Rui Barbosa, seguindo pelo eixo desta até a interseção com a Rua Alto Brasileiro, seguindo pelo eixo desta até a Rua Juca Leão, seguindo pelo eixo desta até a Avenida Antônio Carlos Magalhães, seguindo pelos limites do Loteamento Jardim Grapiúna até atingir a BR-101, seguindo pelo eixo desta até encontrar o prolongamento da Avenida Amélia Amado, seguindo pelo eixo desta até a interseção com a Rua do Canal, contornando a Estação Rodoviária até atingir a Avenida Antônio Carlos Magalhães, seguindo pelo eixo desta até a interseção com a Rua Manoel Fogueira, seguindo pelo eixo desta até a Rua Almirante Tamandaré, seguindo pelo eixo desta até o ponto inicial.

Confrontantes – Z5/1, Z7.

Z4/2

Compreende o Bairro Castália, tendo início no prolongamento da Avenida Ilhéus altura da Rua Belo Horizonte, seguindo pelo eixo desta até a Rua C, seguindo pelo eixo desta até encontrar a Rua B, seguindo pelo eixo desta até a Rua Castália, seguindo pelo eixo desta até a Rua José Alves Franco, seguindo pelo eixo desta até o prolongamento da Avenida Ilhéus, seguindo pelo eixo desta até o ponto inicial.

Confrontantes – Z5/1, Z6/1.

Z4/3

Compreende os Bairros Jardim Vitória, Jardim União, Jardim Brasil, Banco Raso, Santa Tereza, Parque Hugo Kaufmann e Loteamento Duas Barras, tendo início à margem direita do Rio Cachoeira no ponto de interseção do prolongamento da Avenida Aziz Maron com a Rua Félix Mendonça, seguindo perpendicularmente ao eixo desta até o encontro com a Rua Rio Paraguaçu, seguindo pelo eixo desta até a Rua José Rodrigues Viana, seguindo pelo eixo desta até a Rua São Jerônimo, seguindo pelo eixo desta até o prolongamento da Avenida Roberto Santos, seguindo pelo eixo desta até prolongamento da Avenida Manuel Chaves, seguindo pelo eixo desta até o ponto de interseção com o Rio Icó, seguindo pelo leito deste até encontrar o Rio Cachoeira, seguindo margeando o rio até o ponto inicial.

Confrontantes – Rio Cachoeira, Z3, Z5/3, Z6/2.

Z5/1

Compreende os Bairros Ferradas, Sinval Palmeira, Jorge Amado, Brasil Novo, Urbis IV, Rua de Palha, Nova Itabuna, Lomanto Júnior, Jardim Alamar, Quinta dos Eucaliptos, Santo Antônio, Cleber Galy, Jardim Italamar, Pontalzinho, Santa Catarina, Mangabinha, Berilo, Manoel Leão, Alto Maron, Alto Mirante e expansão, tendo início no ponto inicial do Perímetro Urbano do Município na interseção com a BR-415, seguindo por uma linha paralela e distante 200 (duzentos) metros do eixo desta BR, até encontrar o limite da Z9, tomando a partir deste ponto o eixo da BR-415, e seguindo por este até a interseção com o Ribeirão Catolé, seguindo pelo seu leito até o limite do Perímetro Urbano, seguindo por este até o limite da Z1/2, seguindo a partir deste ponto pelo eixo da BR-101 até o limite da Z8, seguindo por este até a interseção com a Avenida Itajuípe, seguindo pelo eixo desta até a Travessa dos Trovadores, seguindo pelo eixo desta até a Rua H, seguindo pelo eixo desta até a Rua J, seguindo pelo eixo desta até a Rua N, seguindo pelo eixo desta até a Rua B, seguindo pelo eixo desta até a Rua C, seguindo pelo eixo desta até a interseção com a Rua Belo Horizonte, seguindo pelo eixo desta até o prolongamento da Avenida Ilhéus, seguindo pelo eixo desta até a interseção com a Rua José Alves Franco, seguindo pelo eixo desta até a Rua Floriano Peixoto, seguindo pelo eixo desta até a Travessa Avenida Ilhéus, seguindo pelo eixo desta até a Travessa Santa Cruz, seguindo pelo eixo desta até a Rua Maria Olívia Rebouças, seguindo pelo eixo desta até a Ponte Calixto Midlej, seguindo pela margem esquerda do Rio Cachoeira até a Ponte Miguel Calmon, seguindo pelo eixo da Rua Armando Freire até a Rua Barão do Rio Branco, seguindo pelo eixo desta até o prolongamento da Av. Amélia Amado, seguindo pelo eixo desta até a interseção com a BR-101, seguindo pelo eixo desta até encontrar o limite da Z4/1, seguindo por este limite até a interseção com o prolongamento da Avenida Antônio Carlos Magalhães, no ponto de interseção desta com a Rua Juca leão, seguindo pelo eixo da Avenida Antônio Carlos Magalhães até a Rua Alto Brasileiro, seguindo pelo eixo desta até a Rua Rui Barbosa, seguindo pelo eixo desta até a Rua Maria Lima Guimarães, seguindo pelo eixo desta até o Jardim do Ó, a partir deste seguindo pelo eixo da Rua Dalila Paganeli até a interseção com a Avenida Fernando Cordier, seguindo pela margem esquerda do Rio Cachoeira até o limite do Perímetro Urbano, e deste até o ponto inicial.

Confrontantes – Rio Cachoeira, Z1/2, Z4/1, Z4/2, Z6/1, Z7, Z8, Z9.

Z5/2

Compreende os Bairros Vila Zara, Conceição, Jardim dos Eucaliptos e Expansão, tendo início na interseção do prolongamento da Rua Cassimiro Rego com a margem direita do Rio Cachoeira, seguindo margeando o Rio até a interseção com o prolongamento da Rua Europa Unida, seguindo pelo eixo desta até a Rua Liberdade, seguindo pelo eixo desta até o prolongamento da Rua Bela Vista, seguindo pelo eixo desta até a Travessa A, seguindo pelo eixo desta até o prolongamento da Rua Hercília Teixeira, seguindo pelo eixo desta até a Rua Governador Valadares, seguindo pelo eixo desta até a Rua A, seguindo pelo eixo desta até a Rua F, seguindo pelo eixo desta até a Rua Cassimiro Rego, seguindo pelo eixo desta até o ponto inicial.

Confrontantes – Rio Cachoeira, Z1/1, Z3, Z6/2.

Z5/3

Compreende os Bairros São Caetano, Jardim Primavera, Jaçanã, Jardim Cordier, Santa Clara e Gogó da Ema, tendo início na interseção da Avenida Manuel Chaves com a Avenida Roberto Santos, seguindo pelo eixo desta até a interseção com a Rua José Bonifácio, seguindo pelo eixo desta até a Rua do Canal, seguindo pelo eixo desta até a Rua Paraíso, seguindo pelo eixo desta até o Ribeirão

Duas Barras, seguindo pelo leito deste até o limite do Perímetro Urbano, seguindo por este até a interseção como Ribeirão dos Cachorros, seguindo pelo leito deste até a interseção com o Rio Cachoeira, seguindo pela margem direita deste até a interseção com o Rio Icó, seguindo pelo leito deste até a Avenida Manuel Chaves, seguindo pelo eixo desta até o ponto inicial.

Confrontantes – Rio Cachoeira, Z4/3, Z6/2.

Z6/1

Compreende os Bairros Fátima, Califórnia, Antique, Eugênio Brandão, Novo Horizonte, São Roque, Monte Líbano, Monte Cristo, Santa Inês, Nova Califórnia, Parque Boa Vista, Paraíso, Parque Verde, João Soares, Vitória Soares e Vila das Dores, tendo início à margem esquerda do Rio Cachoeira no prolongamento do eixo da Rua Maria Olívia Rebouças, seguindo pelo eixo desta até a Travessa Santa Cruz, seguindo pelo eixo desta até a Travessa Avenida Ilhéus, seguindo pelo eixo desta até a Avenida Ilhéus, seguindo pelo eixo desta até a interseção com a Rua José Alves Franco, seguindo pelo eixo desta até a Rua Castália, seguindo pelo eixo desta até a Rua N, seguindo pelo eixo desta até a Rua J, seguindo pelo eixo desta até a Rua H, seguindo pelo eixo desta até a Travessa dos Trovadores, seguindo pelo eixo desta até a interseção com a Rua Bartolomeu Mariano, seguindo pelo eixo desta até a margem do Córrego São Roque, seguindo pelo leito deste até atingir a Rua Oriente no ponto de interseção com a Rua B, seguindo pelo eixo desta até a Rua Eugênio Brandão, seguindo pelo eixo desta até a Travessa Eugênio Brandão, seguindo pelo eixo desta até a Avenida Itajuípe, seguindo pelo eixo desta até o limite da Z8, percorrendo o mesmo até o limite do Perímetro Urbano, seguindo por este até a interseção com a BR-415, ponto onde segue pela margem esquerda do Rio cachoeira até o ponto inicial.

Confrontantes – Rio Cachoeira, Z2, Z4/2, Z5/1, Z8.

Z6/2

Compreende os Bairros São Pedro, Zizo, Daniel Gomes, Pedro Gerônimo, Maria Pinheiro, Vale do Sol, Fonseca, Carlos Silva, Novo São Caetano, Santa Rita e Vila Anália, tendo início na interseção da Rua Liberdade com a Rua Dinamarca, seguindo pelo eixo desta até o limite do Perímetro Urbano, seguindo por este até o Ribeirão Duas Barras, seguindo pelo leito deste até a Rua Paraíso, seguindo pelo eixo desta até a Rua do Canal, seguindo pelo eixo desta até a Rua José Bonifácio, seguindo pelo eixo desta até a Avenida Roberto Santos, seguindo pelo eixo desta até a interseção da mesma com a Rua São Jerônimo, seguindo pelo limite do Loteamento Parque Florestal até encontrar a Rua Liberdade, seguindo pelo eixo desta até o ponto inicial.

Confrontantes – Z1/1, Z3, Z4/3, Z5/2, Z5/3.

Z7

Compreende a área central e sua expansão, tendo início à margem esquerda do Rio Cachoeira no prolongamento do eixo da Rua Dalila Paganelli, seguindo pelo eixo desta até o Jardim do Ó, seguindo a partir deste pelo eixo da Rua Almirante Tamandaré até a interseção com a Rua Manoel Fogueira, seguindo pelo eixo desta até a interseção com a Avenida Antônio Carlos Magalhães, seguindo pelo eixo desta até atingir o limite da Z4-1, seguindo por este até atingir a Avenida Amélia Amado, seguindo pelo eixo desta até a interseção com a margem esquerda do Rio Cachoeira no prolongamento da Avenida Francisco Ribeiro Júnior, seguindo pelo margem do rio até o ponto inicial.

Confrontantes – Rio Cachoeira, Z4/1, Z5/1.

Z8

Compreende Estrela do Sul e BR-101 Norte. Com ponto inicial na interseção do leito do Ribeirão do Oiteiro da Palha com o limite urbano, segue pelo mesmo leito até a interseção com a reta paralela à BR- 101, e limite da Z6/1 seguindo-o em sentido geral SE (sudeste) até atingir o limite da Z5/1, seguindo-o em sentido geral SO (sudoeste) até atingir o limite de Z1/2, seguindo por este em sentido geral NO (noroeste) até atingir o limite urbano, seguindo daí em sentido N (norte) até o início deste perímetro.

Confrontantes – Z5/1, Z6/1, Z10 e Zona Rural.

Z9

Compreende a área do Centro Industrial de Itabuna. Com início na interseção do Ribeirão Catolé com a BR-415, seguindo pelo eixo da Rodovia até o limite da Z5-1, seguindo por este até o limite do perímetro urbano, seguindo por este até o prolongamento do limite leste do CITA (Centro Industrial de Itabuna), seguindo por este limite até o limite da Z5-1, seguindo por este até o ponto inicial deste perímetro.

Confrontantes – Rio Cachoeira, Z5/1, Z11- 03, Zona Rural.

Z10/1

Compreende a área de expansão Urbana Sul.

Confrontantes – Rio Cachoeira, Z4/3, Z5/3, Z6/2, Zona Rural.

Z10/2

Compreende a área de expansão Urbana Oeste.

Confrontantes – Z1/2, Z4/1, Z5/1, Zona Rural.

Z10/3

Compreende a área de expansão Urbana Norte.

Confrontantes – Z6/1, Z8, Zona Rural.

Z10/4

Compreende a área de expansão Urbana Leste.

Confrontantes – Rio Cachoeira, Z6/1, Zona Rural, Município de Itabuna.

Z11-01

Compreende as Vias Coletoras Primárias e Secundárias.

Z11-02

Compreende as Vias Arteriais Primárias e Secundárias.

Z11-03/1

Compreende a área de expansão de Ferradas. Com início no eixo da BR-415 em seu ponto de interseção com o limite Urbano, segue por este limite em sentido inicial N (norte) até atingir o Ribeirão da Conceição, onde segue em sentido geral SSE (sul-sudeste) até atingir o eixo da BR-415, donde pelo mesmo eixo em sentido geral OSO (oeste-sudoeste) atinge o ponto inicial deste perímetro.

Confrontantes – Z5/1, Z9, Zona Rural.

Z11-03/2

Compreende a área do antigo Aeroporto Tertuliano Guedes de Pinho. Com início no eixo da BR-101 no extremo norte da ponte sobre o Rio Cachoeira, seguindo pelo eixo desta rodovia até o prolongamento do limite da área do antigo Aeroporto Tertuliano Guedes de Pinho, seguindo este limite até coincidir com o limite da Z1/2, contornando esta área até o limite da Z5/1, seguindo este limite a margem direita do Rio Cachoeira e seguindo esta margem até o ponto inicial deste perímetro.

Confrontantes – Z1/2, Z5/1, Rio Cachoeira.

Z11-03/3

Compreende o Conjunto de Instituições Esportivo Educacional e Religiosos do São Caetano. Com início na margem direita do Rio Cachoeira em sua interseção com o limite Leste do Conjunto Residencial dos Rurais da CEPLAC, seguindo pela mesma margem, até o limite da Z5/3 seguindo por este, sobre o limite do Loteamento Santa Terezinha, Rua Juarez Távora, Canal do São Caetano, Rio Icó, Avenida Presidente Kennedy, limite Leste do Conjunto Residencial dos Rurais da CEPLAC, até o ponto inicial deste perímetro.

Confrontantes – Z5/3, Rio Cachoeira.

Z11-03/4

Corresponde a área da Lagoa de Estabilização de esgotos da EMASA.

Confrontantes – Z1/2, Z6/2, Zona Rural.

Z11-03/2

Compreende o Conjunto de Instituições Educacionais (A.F.I. E CIOMF) e de Saúde (Hospital Calixto Midlej). Tem início na interseção do eixo da Avenida Amélia Amado, com a Rua Alício de Queiroz, segue pelo seu eixo até o cruzamento com a Rua do Cemitério, limite com a Z4/2, segue por este em sentido geral NE (nordeste) até a Avenida Amélia Amado, limite com a Z7, daí pelo eixo desta Avenida até o ponto inicial deste perímetro.

Confrontantes – Z4/2, Z5/1, Z5/2, Z7.

ANEXO II

Textos publicados no site da Prefeitura Municipal de Itabuna

Novo fórum consolida projeto do Centro Administrativo em Itabuna

Publicado em 27/09/2007

(http://www.itabuna.ba.gov.br/template_news.php?id=2269)

Ao adquirir, na década passada, durante a sua terceira gestão, uma unidade do Banco do Brasil, onde funcionava o Cesec, que foi transformada no Centro Administrativo Firmino Alves, na avenida Princesa Isabel, o prefeito Fernando Gomes não antevia a sua consolidação como um importante complexo institucional. O fato concreto é que, no futuro próximo, estarão reunidos no mesmo espaço o Executivo e Judiciário, faltando apenas a integração do Poder Legislativo, que funciona de forma improvisada no Espaço Cultural Josué Brandão, no bairro da Conceição.

Além do lançamento da pedra fundamental do novo fórum de Itabuna – uma obra de R\$ 10 milhões, que deverá ocupar uma área de 6.594 metros quadrados – considerado um marco na história do judiciário no Sul da Bahia, pelo presidente do Tribunal de Justiça da Bahia, Benito Figueiredo, também foi anunciada pelo desembargador a construção, no terreno antigo do DNER, do fórum da Justiça do Trabalho, que deverá abrigar quatro varas que funcionam em Itabuna. Também há o projeto do Fórum da Vara Única da Justiça Federal numa outra área à margem da avenida Princesa Isabel, principal via de acesso que interliga o centro da cidade à zona Sul da cidade.

Pedra fundamental

A solenidade de lançamento do novo fórum foi marcada por forte simbolismo (foram colocadas na pedra fundamental urnas com a planta do prédio, com a escritura do terreno doado pela prefeitura, além de exemplares dos jornais A Tarde, o de maior circulação do estado, e do Agora, com maior circulação regional). O prefeito Fernando Gomes considerou este um dia histórico para Itabuna e ressaltou que a obra vai substituir ao antigo fórum, construído há mais de 40 anos, oferecendo condições de funcionamento adequados ao Judiciário.

Ele lembrou que a construção do novo fórum é uma luta iniciada ainda no seu segundo mandato, há mais de 20 anos, e que se consolida agora, graças à boa vontade do desembargador Benito Figueiredo, que tem serviços prestados a Itabuna, onde viveu por mais de uma década, e que vai deixar o seu marco na história grapiúna ao iniciar, como presidente do TJB, uma obra importante.

Dificuldades

O prefeito falou ainda da luta para aquisição da área da avenida Princesa Isabel, em função de um impasse judicial resolvido agora. Ele lembrou que para acelerar o processo chegou a doar uma área para a realização da obra, e anunciou mais uma vez que não será candidato à prefeitura municipal, mas deixa a política com a cabeça erguida e a certeza do dever cumprido, pois realizou obras e defendeu os interesses da comunidade.

Juizados Especiais

Ao participar da inauguração dos Juizados Especiais, Fernando Gomes elogiou a proposta de fornecer atendimento rápido para ações de pequena monta e destacou a importância da união de esforços entre a Prefeitura, Legislativo e Judiciário, com dignidade e respeito recíprocos. Falou ainda da contribuição do governo municipal para a concretização do Juizado Especial Criminal: “Acredito que aqui nós também cumprimos o nosso papel, cedendo nove servidores”.

Destacou ainda que Itabuna tem um quadro de juizes de alto nível e que precisam de melhores condições de

trabalho, por isso mesmo espera que o novo fórum anunciado agora pelo presidente do TJB esteja concluído em um ano. O prefeito participou das duas solenidades acompanhado de todos os secretários municipais.

Presidente do TJB quer aprovação do Plano Diretor do Judiciário

Ao considerar que a construção do novo fórum, cuja pedra fundamental foi lançada na avenida Princesa Isabel, representa um compromisso pessoal com Itabuna, cidade que mora em seu coração e faz parte da sua vida, o presidente do Tribunal de Justiça da Bahia, desembargador Benito Figueiredo, explicou que o atraso no início das obras é decorrente de uma liminar que estava com trânsito julgado em Brasília e não cabia mais recursos, um problema solucionado agora. Ele também anunciou a expectativa com a aprovação pela Assembléia Legislativa até o final de outubro do Plano Diretor do Judiciário.

Para o desembargador, a aprovação desta lei será uma grande realização do TJB, porque a Bahia é o único estado do Brasil cuja lei orgânica judiciária é de 1979, portanto, anterior à Constituição Federal vigente. Falou ainda da preocupação com o orçamento do Judiciário, que recebe o equivalente a 6% dos recursos do Estado para custeio das despesas de pessoal: “Hoje, temos 1,2 mil servidores solicitando adicionais e que não estão sendo atendidos em função da limitação de recursos, pois, em cinco anos, estes ganhos seriam incorporados ao trabalho”.

Limitações

A limitação financeira também tem adiado a contratação de mais 40 juízes e 500 servidores concursados, mas que não podem ser admitidos em consequência da falta de recursos: “Mesmo assim, ao longo dos últimos anos enfrentamos uma série de dificuldades e pressões que foram vencidas e superadas, mas lutando por uma justiça transparente que é um dever de todos nós”.

Segundo o presidente do TJB, um outro problema surgido agora foi a decisão do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que suspendeu a nomeação dos 50 juízes que iriam suprir a vaga dos titulares de diversas comarcas e que foram transferidos para a capital do Estado. Com isto, há o risco de Feira de Santana ficar sem oito juízes e Itabuna sem outros três, e sérias dificuldades para o provimento de vagas no interior.

Integração

Ao comentar sobre a Agenda Bahia, uma proposta de integração entre o Executivo, Judiciário e o Poder Legislativo, que vem acelerando uma série de projetos essenciais para o fortalecimento do TJB, o desembargador Benito Figueiredo também destacou que esta integração também ocorre em Itabuna, inclusive com a cessão de servidores municipais para auxiliar no atendimento dos Juizados Especiais: “Nós não nomeamos funcionários não é porque não queremos não, mas por falta de recursos”, complementou.

Já o juiz diretor do fórum da Comarca de Itabuna, Marcos Bandeira, destacou o lançamento da pedra fundamental do novo fórum e da ampliação dos juizados especiais como um resgate de uma dívida do TJB com Itabuna. Ele defendeu ainda a criação do Juizado Especial Criminal para atender aos crimes de menor potencial ofensivo, mas que evita a sua prescrição e a impunidade, um passo importante para deter o avanço da violência e da criminalidade.

Ele destacou ainda o apoio da Prefeitura de Itabuna, que cedeu servidores para atuar no atendimento dos Juizados Especiais, que tiveram as suas instalações melhoradas e reivindicou a indicação de novos magistrados para suprir as vagas deixadas pelos juízes que foram promovidos para a capital do estado.

Itabuna se fortalece como pólo de comércio e serviços

Publicado em 11/12/2007

(http://www.itabuna.ba.gov.br/template_news.php?id=2442)

A Câmara de Dirigentes Lojistas fecha o ano de 2007 com a expectativa de um recorde de vendas na campanha

natalina, que poderá ser superior a 20% em relação ao ano passado e com a expectativa de distribuição de cinco milhões de cupons para sorteio de R\$ 110 mil em prêmios. Já o secretário de Comércio e Indústria, Manoel Lopes, considera que Itabuna se consolida como um pólo de comércio e serviços, com oferta de novas oportunidades de negócios em diversas áreas.

Um dado importante do IBGE revela que, em 2006, a cidade contava com 12 agências bancárias, que realizaram operações de crédito da ordem de R\$ 585 milhões, com uma poupança de R\$ 129,7 milhões e R\$ 227 milhões de depósitos a prazo. A cidade tem uma população de 210 mil habitantes, 70% da renda gerada pelo comércio e serviços, e apresentava em 2004, também segundo o IBGE, uma renda per capita de R\$ 5.323,00.

Empreendedorismo

Manoel Lopes comemora, neste final do ano, a atração de novos investimentos como a implantação de uma âncora da lojas Marisa, que desde o último final de semana atrai para o Jequitibá Plaza Shopping um grande número de consumidores. O shopping também ganha agora novas lojas, como a da rede Ponto Frio – ainda não inaugurada, mas já em funcionamento para a venda de eletroeletrônicos e telefones celulares – e também da franquía 1G.

Ele cita, ainda, que este ano a cidade ganhou uma revendedora de veículos Peugeot de padrão internacional, além de lojas da Indiana Motos, que opera com a marca Suzuki e Trilhasul, que vende motos Honda: “Ainda nos próximos dias Itabuna também ganha uma revendedora de veículos Honda, que vai funcionar na avenida Antônio Carlos Magalhães, que vem concentrando empresas de vários segmentos, inclusive de veículos automotores e de autopeças”.

O secretário considera que um dos principais atrativos para as novas empresas está na existência de mão-de-obra capacitada e disponível. A cidade vai se consolidando como pólo de educação e conta com o suporte da Universidade Estadual de Santa Cruz (Uesc), que tem um público de quase seis mil alunos e está localizada na BR-415, trecho Ilhéus-Itabuna. A Faculdade de Tecnologia e Ciências (FTC) e a FacSul também estão instaladas na cidade, que conta com dezenas de cursos de graduação e pós-graduação em diversas áreas do conhecimento.

Comércio e Serviços

A cidade também é um pólo regional de comércio e hoje, em função da crise do cacau, os negócios em Itabuna já não giram em torno das casas compradoras e exportadoras do produto. Ele observa que o comércio varejista está cada vez mais diversificado e estabeleceu uma marca de competitividade para a cidade, que reúne cerca de dez mil pontos de negócios e indústrias.

Outro aspecto destacado pelo secretário são as parcerias institucionais com a Câmara de Dirigentes Lojistas, Associação Comercial e Empresarial de Itabuna, Sindicato do Comércio e Associação das Pequenas e Médias, inclusive para a realização de campanhas promocionais como a de Natal, que servem para estimular o incremento das vendas e atrair um número crescente de consumidores de cidades vizinhas. Dados da Polícia Militar revelam que, por dia, passam na estação rodoviária local mais de 12 mil pessoas em trânsito.

Parcerias

O presidente da CDL, Carlos Leahy, considera importantes as parcerias com o governo municipal e destaca o otimismo com relação ao crescimento das vendas natalinas, o que reflete na expansão da economia local, que este ano deverá ter um crescimento de 20%, e o sorteio de prêmios milionários.

O site da CDL de Itabuna, www.cdлитabuna.com.br, destaca Itabuna como um pólo da Costa do Cacau, concentrando a movimentação financeira de toda a região: “A cidade é o pólo regional de comércio, com mais de 10 mil empresas; de serviços de saúde, com hospitais e clínicas só equiparados aos de Salvador; e de educação, com duas faculdades e um forte ensino médio. Itabuna também é a cidade de melhor infra-estrutura”.

Quem também destaca a condição de pólo regional de Itabuna é o presidente da Associação Comercial e Empresarial de Itabuna, Ubirajara Coelho, que fez, nesta semana, uma avaliação das atividades realizadas em

2007 e dos projetos para 2008. Ele também acredita que as parcerias são uma estratégia para o fortalecimento de Itabuna como pólo regional, citando como exemplo o caso do sistema de videomonitoramento que deverá ser implantado através de um esforço da iniciativa privada em conjunto com o poder público.

Uesc

Outro exemplo de parceria importante é, segundo ele, com a Uesc, o que, além de viabilizar a realização do tradicional seminário de marketing, deve ser fortalecido com a programação do próximo ano do centenário da ACI, o que envolve a realização de novos projetos e de uma maior aproximação com o Sebrae, Faceb e outras instituições.

Um exemplo citado por Ubirajara Coelho é o crescimento da economia itabunense, que está não apenas no registro de empresas da Juceb, que teve uma expansão expressiva nos últimos anos em termos estaduais, como também em projetos, como a premiação das Primeiras e Melhores, realizada semana passada, que reuniu 200 empresas mais expressivas, e a anunciada campanha da Redemec, que reúne 16 lojas de supermercados locais, um projeto que tem o apoio da ACI e do Sebrae.

Seduma inicia obras na praça Camacan

Publicado em 18/02/2008

(http://www.itabuna.ba.gov.br/template_news.php?id=2603)

Numa operação coordenada pelo secretário de Administração, Jorge Vasconcelos e que teve a participação de equipes das Secretarias de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente (Seduma), Indústria e Comércio, Transporte e Trânsito, Procuradoria Geral do Município, Polícia Administrativa e da Polícia Militar foi concluído no último sábado, dia 16, o isolamento do perímetro central da Praça Otávio Mangabeira, que será inteiramente reurbanizada. As obras estão sendo iniciadas agora pela Seduma, através de um convênio de R\$ 1,6 milhão entre Prefeitura, Associação Comercial de Itabuna, Câmara de Diretores Lojistas, Associação de Lojistas da Paulino Vieira e Ministério do Turismo, caso os recursos não sejam liberados o projeto poderá ser executado com recursos próprios da Prefeitura.

Jorge Vasconcelos explica que a ação obedeceu a prazos estabelecidos e teve o respaldo legal conferido por uma liminar concedida pela Justiça, autorizando a retirada de estabelecimentos comerciais e isolamento da área, para fins de reforma da praça, uma obra de interesse público. Um projeto similar de reurbanização foi realizado na praça José Bastos, reinaugurada ano passado, uma obra realizada com recursos da própria prefeitura.

Tumulto

Um grupo inexpressivo de manifestantes tentou sem sucesso tumultuar o processo e impedir o trabalho das equipes que mobilizou 10 integrantes da Polícia Administrativa, além de fiscais da Secretaria da Indústria e Comércio liderados por Reinaldo Bittar e trabalhadores da Seduma, supervisionados pela engenheira Cláudia Ortega, da Divisão de Obras. Os fiscais localizaram, num anexo da churrascaria que funcionava no local, 22 freezers ligados a uma rede paralela, que foi desativada pela prefeitura em função do risco de acidentes.

O secretário Jorge Vasconcelos explica que o trabalho de reurbanização foi iniciado hoje, dia 17, com a remoção de telhas e eliminação dos boxes da praça de alimentação. Já a remoção dos camelôs da praça, foi negociada com a Associação Vendedores Ambulantes de Itabuna (Avaí), dependendo das obras emergenciais de cobertura e infra-estrutura que serão realizadas pela Prefeitura na avenida Amélia Amado, no espaço onde funcionava a antiga feira do produtor.

Projeto

O secretário de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, Marcos Alan explica que a Praça Otávio Mangabeira será inteiramente reurbanizada, devendo funcionar no futuro como um equipamento complementar ao do Shopping a Céu Aberto da Paulino Vieira, servindo como espaço de lazer e praça de alimentação. O projeto leva também em conta as propostas do Plano de Humanização da Cidade, elaborado em parceria com o governo do estado, há dois anos e prevê a requalificação de um importante equipamento no perímetro central da cidade, por onde transitam diariamente milhares de pessoas.

Ele explica que o projeto arquitetônico a ser implementado prevê reforma e ampliação do parque infantil, com a introdução de novos brinquedos, além de espaços destinados para quiosques, com uma lanchonete e uma sorveteria: “A preocupação maior do projeto é com espaços de vivência e de circulação de pessoas. Com isto será facilitada a acessibilidade do local, que terá rampas nos mesmos moldes do que foi feito na praça José Bastos, contemplando também aos portadores de necessidades especiais”, complementou.

Outro fator que dará maior mobilidade e independência para deficientes será a cobertura com piso tátil dos principais acessos e vias de circulação da praça facilitando a vida das pessoas cegas, o piso contará ainda com cobertura por ladrilhos hidráulicos e pedras portuguesas.

A praça terá restaurado o antigo fosso, com uma fonte luminosa e uma cascata. O espelho d’água será povoado de peixes ornamentais, o que, de acordo com o secretário Marcos Alan, servirá ao mesmo tempo de atração para a praça e uma forma de humanizá-la, com a integração de mais espaços verdes e melhoria do sistema de iluminação.

Ambulantes e prefeitura discutem a padronização de novo espaço

Publicado em 27/03/2008

(http://www.itabuna.ba.gov.br/template_news.php?id=2700)

O processo de transferência e reestruturação do comércio ambulante da Praça Otávio Mangabeira, em Itabuna, vem avançando significativamente por conta do constante envolvimento dos representantes dos comerciantes em todas as etapas de discussão do projeto que está sendo implementado pela Prefeitura Municipal, através das secretarias de Indústria e Comércio, da Administração e de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente.

Na quarta-feira, dia 26, aconteceu mais uma rodada de conversações no Centro Administrativo onde foi apresentada a planta baixa da área do Canal do Lava-Pés, na Avenida Amélia Amado que será coberta com laje e urbanizada para abrigar o novo espaço do comércio ambulante, bem como um protótipo dos 67 boxes que serão ocupados pelos ambulantes.

O secretário municipal de Indústria e Comércio, Manoel Lopes, ressaltou a discussão democrática e participativa como o mais importante recurso no processo de implementação do projeto, que vem sendo construído desde o ano de 2006, com o envolvimento direto da Associação dos Vendedores Ambulantes de Itabuna. “A partir do diálogo, os comerciantes e a prefeitura estão caminhando para estruturar um dos setores mais expressivo da econômica informal da cidade”.

“Além disto, a transferência dos comerciantes para o novo espaço possibilitará a concretização de outro importante projeto que é a reurbanização da Praça Otávio Mangabeira”, destacou o secretário. Lopes elogiou a participação dos representantes da Associação em todas as etapas de discussão e assegurou que as sugestões e reivindicações apresentadas serão consideradas na execução final do projeto urbanístico a ser apresentado ao prefeito Fernando Gomes nos próximos dias.

O secretário de Indústria e Comércio destacou ainda o início das obras de cobertura do Canal Lava-pés como outro indicativo da prioridade e seriedade com que o governo municipal vem tratando a questão. Ele solicitou aos comerciantes que definam no regimento da Associação as normas de utilização do novo espaço para que o local possa ser um atrativo para a população itabunense e os visitantes que chegam à cidade.

Participando da reunião, o diretor de Planejamento da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, engenheiro Luiz Marques, apresentou a planta baixa do local para os comerciantes e descreveu alguns aspectos técnicos da construção. O engenheiro coletou as sugestões apresentadas pelos vendedores ambulantes e adiantou que elas serão consideradas durante a elaboração do projeto arquitetônico e urbanístico.

Empresários visitam Itabuna para conhecer o comércio da Paulino Vieira

Publicado em 07/12/2005

(http://www.itabuna.ba.gov.br/template_news.php?id=511)

O prefeito de Itabuna, Fernando Gomes, recebeu na manhã desta quarta-feira, 7, em seu gabinete uma comissão formada por cerca de 20 empresários de quatro estados brasileiros, além de técnicos do Sebrae. Eles vieram conhecer de perto o projeto do varejo vivo, implantado na rua Paulino Vieira, centro da cidade que servirá de modelo para outros municípios do País. “A experiência pioneira é uma referência no estado e se tornou um grande sucesso em Itabuna”, destacou a coordenadora do Sebrae do eixo Mata Atlântica, Adriana Moura.

A comissão estava acompanhada dos secretários de Indústria e Comércio, Manoel Lopes, e de Agricultura e Turismo, Marcelino Oliveira, além do diretor de Indústria e Comércio, Jorge Vasconcelos, e dos presidentes da CDL, Carlos Leahy, da Apemi, Marcelo Andrade, e da ACI, Sílvio Roberto Oliveira. Antes da visita ao prefeito, o grupo conheceu as instalações do Centro Administrativo. Na Secretaria de Indústria e Comércio, Manoel Lopes fez um breve relato das atividades econômicas desenvolvidas em Itabuna.

Já no gabinete, o presidente da Apemi, Marcelo Andrade, explicou ao prefeito o motivo da visita do grupo e disse que o sucesso do comércio na rua Paulino Vieira se deve à parceria entre a prefeitura, Sebrae e a classe empresarial. “Foi uma união muito importante que resultou num comércio forte, movimentado, num lugar bonito e aconchegante tanto para os empresários da rua quanto para o público em geral”, disse.

O coordenador do projeto Varejo Vivo do Sebrae, Adriano Câmara, reforçou o que Marcelo disse, acrescentando: “O que estamos vendo hoje em Itabuna é uma grande união do poder público e a sociedade que buscam alternativas para o fortalecimento do comércio de rua e tudo isso deu certo, tanto que empresários de outros estados querem implantar o projeto em suas cidades de origem”.

Para o coordenador do Sebrae, a rua Paulino Vieira é, sem dúvida, um modelo de como dinamizar um comércio, a partir da reforma das lojas, promoções, capacitação dos lojistas e funcionários e da união de forças entre o poder público e os empresários que hoje comemoram o aumento nas vendas e a valorização de suas lojas. “É uma alegria muito grande recebermos empresários de outros estados para conhecer a realidade do comércio itabunense e o shopping a céu aberto da Paulino Vieira, que se torna cada dia mais pujante e dinâmico”. Adriano também ofereceu a Fernando um botton do Sebrae de “Amigo do Projeto Varejo Vivo”, como forma de agradecimento pelo apoio que o prefeito vem dando ao comércio de Itabuna.

Fernando Gomes deu boas-vindas ao grupo, contou que já é prefeito de Itabuna pela quarta vez, lembrou um pouco da história da Região Cacaueira, desde a pujança do cacau à sua decadência em função da vassoura-de-bruxa e falou da retomada do desenvolvimento regional, a partir da implantação de várias indústrias que foram implantadas em Itabuna por causa do incentivo da prefeitura.

Pobreza sim, miséria não!

O prefeito relatou aos empresários brasileiros que o sul da Bahia era uma das regiões mais ricas do país em função do cacau e metade da população vivia na zona rural, trabalhando em fazendas e com uma vida relativamente boa. Hoje, grande parte dos homens vive em favelas aumentando, com isso, as diferenças sociais. “Com pobreza é possível e se conviver, mas com miséria não! Por isso, a prefeitura tenta de todas as formas criar alternativas para o desenvolvimento econômico e social”, reforçou.

Fernando disse ainda que, no que depender da prefeitura, Itabuna continuará no seu desenvolvimento acelerado e sendo uma referência nas áreas de saúde, educação, comércio e indústria. Ele reforçou o que já tinha dito antes, e que a partir do próximo ano serão iniciadas obras nos bairros e no centro, a começar pela reforma da praça Camacã e do calçadão da Ruy Barbosa. “O itabunense merece o melhor e é em função desse povo que venho trabalhando ao longo dos anos na vida pública, na tentativa de oferecer uma melhor qualidade de vida para todos”, finalizou o prefeito, que foi parabenizado pelos empresários representantes dos estados de Paraíba, Tocantins, Amazonas e Espírito Santo.

Governo acelera as obras do Teatro Municipal e do Centro de Convenções

Publicado em 12/01/2006

(http://www.itabuna.ba.gov.br/template_news.php?id=604)

As obras do Teatro Municipal e do Centro de Convenções de Itabuna prosseguem em ritmo acelerado, segundo o secretário de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, Rogério Peixoto, ao observar que nesta fase a programação está concentrada nas fundações e infra-estrutura dos dois edifícios, um trabalho que está sendo executado pela empresa Liz Construções. Ele explica ainda que o cronograma das obras vem sendo mantido e

que o conjunto arquitetônico estará inaugurado em julho, durante as comemorações do aniversário da cidade. O secretário lembrou que a obra terá um custo estimado de R\$ 18 milhões, e que está sendo possível graças a uma parceria entre a Prefeitura e o Governo do Estado. As obras de drenagem e terraplanagem foram financiadas pela Prefeitura de Itabuna e já consumiram R\$ 1,5 milhão de reais. Ele também considera de fundamental importância esta parceria com o Estado para viabilizar grandes obras e projetos para Itabuna, que também investirá R\$ 25 milhões no Projeto de Humanização da Cidade, com importantes intervenções no centro e nos diversos bairros.

Rogério Peixoto ressalta que o moderno conjunto arquitetônico do projeto vai ocupar uma área de 26 mil metros quadrados no loteamento Nossa Senhora das Graças, num terreno doado pelo prefeito Fernando Gomes. O projeto foi elaborado pelo urbanista e arquiteto Eduardo Carlomagno, que atua há 30 anos com obras realizadas em várias capitais brasileiras e em diversos países.

Centro de Convenções de Itabuna
terá capacidade para 3,2 mil pessoas

O secretário explica que o Centro de Convenções foi projetado para uma estrutura de três pavimentos, com capacidade para um público de 3,2 mil pessoas, o que vai permitir trazer para Itabuna grandes eventos comerciais e científicos. O edifício terá painéis deslizantes que possibilitarão a divisão do espaço de acordo com a necessidade de público.

O Centro de Convenções ficará num prédio um pouco recuado, o que facilitará a implantação do estacionamento e de áreas para circulação do público, criando espaços para exposições e feiras também ao ar livre, abrigando um número maior de pessoas. O edifício central terá três pavimentos, ficando no térreo, com capacidade para 1,2 mil pessoas, as unidades de administração, de informações, salas de reuniões e sanitários, com espaços também para deficientes, além de dois elevadores.

Auditórios

O pavimento superior também terá espaço para abrigar mais 1,2 mil pessoas e o ambiente pode ser dividido em até dez salas e auditórios com dimensões variáveis, separadas por paredes móveis em calhas sobre roldanas, o que facilita o seu deslocamento.

Um fator que o diferencia dos outros centros de convenções será o espaço do terceiro piso, que vai funcionar como área de lazer e ao mesmo tempo como um grande salão de eventos ao ar livre, formando um conjunto harmonioso, proporcional e dentro dos padrões de vanguarda da arquitetura internacional.

Teatro Municipal utilizará
tecnologia avançada

Já o Teatro Municipal de Itabuna ocupará, segundo o secretário, uma área total de 4,4 mil metros quadrados, com 800 lugares, dos quais 18 para pessoas portadoras de deficiência, além de duas bilheterias, seis salas – das quais três de ensaio e outras três de música –, dois camarins individuais e outros dois coletivos, área administrativa e 500 vagas para estacionamento. O equipamento terá ainda espaços para exposições de pintura, artesanato e outros acontecimentos culturais e uma gama de recursos tecnológicos avançados.

O teatro terá um palco italiano e que poderá ser transformado em teatro de arena, porque é equipado com assentos móveis, permitindo esse tipo de adequação do equipamento, dentro das normas da ABNT e internacionais. Este tipo de palco também vai permitir, mediante ajustes, a apresentação de peças teatrais, concertos, óperas ou espetáculos musicais diversos.

Tecnologia de ponta

Rogério Peixoto observa que o teatro terá um mix-house avançado e com uma tecnologia sofisticada, o que vai permitir um controle geral do sistema de iluminação e de som. Outro destaque técnico observado por ele é arquitetura contemporânea e transparente, com proteção solar nas laterais.

"Um complexo com estas características tem tudo para alavancar o segmento de negócios e culturais do município, incluindo-o no circuito de eventos, congressos e outros grandes acontecimentos que, com certeza, darão um novo impulso à cultura regional", destacou o secretário de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, lembrando ainda que tudo isso só está sendo possível graças, mais uma vez, à ousadia e determinação do prefeito

Fernando Gomes, que colocou estes equipamentos como uma prioridade de governo.

Formação profissional

O prefeito Fernando Gomes também está se articulando junto a instituições de ensino superior públicas ou privadas para implantar em Itabuna um núcleo de artes cênicas, que serviria para a formação de atores, diretores, cenógrafos e até especialistas na produção de eventos.

Lembra o prefeito que essa iniciativa coloca Itabuna na vanguarda da produção cultural do interior baiano. “A cidade tem um potencial artístico enorme, que precisa ser aproveitado, valorizado e apoiado”, enfatiza, ressaltando que a construção do Teatro Municipal é um sonho acalentado pelos itabunenses há décadas.

Itabuna ganha Plano de Humanização da Cidade

Publicado em 22/12/2006

(http://www.itabuna.ba.gov.br/template_news.php?id=1568)

O prefeito de Itabuna, Fernando Gomes, recebe nesta sexta-feira, 22, em Salvador, a documentação referente ao Guia Urbanístico do Programa Humanização de Cidades, elaborado numa parceria entre a Prefeitura Municipal de Itabuna e o Governo do Estado, através da Secretaria de Desenvolvimento Urbano (Sedur). O projeto prevê uma série de intervenções que deverão ser implementadas ao longo dos próximos anos e as propostas que podem ser incorporadas, inclusive, ao Plano Diretor Municipal de Itabuna, em fase de elaboração.

O anúncio foi feito pelo prefeito ao divulgar na manhã desta quinta-feira, 21, através de uma cadeia de emissoras de rádio a sua mensagem de Natal para a população itabunense, quando destacou que o seu compromisso é o de governar Itabuna até 31 de dezembro de 2008. “Fui eleito para um mandato de quatro anos e tenho o dever de cumpri-lo, porque não abro mão desta prerrogativa”, argumentou. A mesma declaração ele havia feito no dia anterior, ao receber em seu gabinete uma homenagem informal da direção da Fundação Marimbeta, secretários e servidores municipais.

Para Fernando Gomes, a Prefeitura de Itabuna enfrenta as mesmas dificuldades que atingem outros municípios e estados do País, como uma decorrência da crescente concentração de recursos pelo Governo Federal. Disse ainda que, além das dificuldades, o governo enfrenta problemas com o elevado custo do atendimento à saúde, e Itabuna, por ser um pólo regional, recebe pacientes de quase cem municípios para atendimento de alta complexidade, que é caro e onera cada vez mais o governo municipal que tem investido em escala crescente na complementação de recursos recebidos do governo federal.

Saúde

Ele destacou que pretende negociar com o novo governo a transferência para o estado dos serviços do Hospital de Base Luís Eduardo Magalhães, que recebe por dia uma média de 92 ambulâncias: “Recentemente, uma ambulância que trazia um paciente do Extremo Sul, atropelou 12 pessoas às margens da BR-101 e todos os feridos foram removidos para Itabuna. Para se ter uma idéia dos custos, o SUS paga cerca de R\$ 2,50 por consulta, um valor irrisório, e R\$ 200 por uma diária de UTI, quando o serviço tem um custo real médio de R\$ 800 por dia”.

O prefeito anunciou que pretende processar criminalmente e por danos morais um profissional de televisão e uma emissora que vêm difundindo uma série de informações inverídicas: “Chegaram a dizer que desviei R\$ 4 milhões da saúde para comprar uma fazenda e eu não aceito este tipo de insinuação. O que gostaria mesmo é que a Justiça fosse mais rápida, porque este é o único recurso que nos resta para esclarecer a verdade. Sei que é fácil pegar o microfone e falar do prefeito, mas não aceito chantagem de ninguém e vamos discutir esta questão na área judicial”.

Lembrando que foi eleito sete vezes e que o povo conhece o seu trabalho, o prefeito destacou que a crítica ao governo é democrática e necessária, ajudando inclusive na superação de dificuldades, porque ninguém é infalível: ”Sou um homem simples, que gosta de trabalhar e estou muito tranquilo, desejando a todos um feliz

Natal e um próspero Ano Novo. O que lamento mesmo são as dificuldades geradas pela falta crônica de recursos, porque as prefeituras vivem uma séria crise e estão descapitalizadas e sem recursos”.

Projetos

O prefeito esclareceu que pretende continuar trabalhando normalmente e que não vai tirar férias em janeiro, embora o seu vice, o capitão José Nilton Azevedo, seja um homem competente, sério e honesto, tanto que dirigiu a Ciretran em Itabuna por mais de 17 anos, sem nenhum problema, e tem condições de assumir qualquer governo. Anunciou que o governo vem adotando medidas drásticas de contenção de despesas que resultaram no cancelamento do Carnaval Antecipado e em demissões no governo: “São medidas drásticas e que se impõem para que possamos manter atualizados os salários dos servidores. Infelizmente, não tive outro caminho senão o de enxugar a folha e reduzir custos”, complementou.

Ajustes

Para Fernando Gomes, os ajustes são naturais e a expectativa é de que 2007 seja um período melhor. Informou que está negociando com uma empresa a construção de 900 casas populares em Itabuna, um projeto a ser realizado através da iniciativa privada e que terá o apoio e facilidades do governo para a geração de emprego e renda. Ele lembrou ainda que estão sendo construídas em Itabuna 1.789 casas populares, inclusive com a ordem de serviço para a construção de 567 casas no antigo aeroporto Tertuliano Guedes de Pinho, uma obra de R\$ 10 milhões, com recursos do governo federal e uma contrapartida da prefeitura.

Falou ainda das 100 casas que estão sendo construídas e com 60 unidades entregues em Ferradas, além de mais 300 casas na Califórnia e no bairro Jorge Amado. O governo também investiu R\$ 4 milhões na melhoria do abastecimento de água de Ferradas, onde ocorreu um problema que está sendo reparado pela própria construtora, oferecendo água tratada e de boa qualidade, dentro dos padrões exigidos pelo Ministério da Saúde

O que visa o Programa Humanização de Cidades

Qualificar a cidade tornando-a mais atraente em todos os aspectos, inclusive para atrair investidores na área industrial e de turismo é a proposta do Programa Humanização de Cidades, cujo Guia Urbanístico de Humanização já concluído torna Itabuna uma das primeiras cidades baianas na implementação efetiva do programa.

A proposta do programa visa corrigir as mazelas da cidade na disciplina das áreas de uso público, inclusive orientando com relação ao estacionamento e uso dos passeios, que em muitas áreas são ocupados por veículos, comércio informal e mesmo por mesas e cadeiras de bares ou restaurantes. O programa tem como base um tripé que leva em conta a eficiência, funcionalidade e beleza, mas exige em contrapartida um constante monitoramento de tudo que acontece na cidade e no seu tecido urbano.

O grande desafio para o Programa Humanização de Cidades está na necessidade contínua de disciplinar o uso de espaços públicos, principalmente com relação às praças e áreas de lazer, cabendo à administração municipal conciliar soluções racionais para que não sejam penalizados outros setores da população. A praça Otávio Mangabeira, que foi desqualificada e deverá ser reurbanizada como parte de um projeto mais amplo, vai beneficiar todo o perímetro central da cidade a partir da Cinquentenário e seu entorno.

Projeto

O projeto-âncora do programa prevê não apenas a reurbanização da praça Otávio Mangabeira, como também a transformação da Cinquentenário na “avenida da cidade”, com iluminação, áreas verdes, e um conjunto de intervenções que também vão mudar a fisionomia das praças Adami e Santo Antônio. O programa também prevê a reutilização do espaço do rio Cachoeira e suas bordas, como um cenário da cidade, incorporado à paisagem urbana.

Itabuna quer conclusão do Centro de Convenções e Teatro Municipal

Publicado em 08/06/2007

(http://www.itabuna.ba.gov.br/template_news.php?id=1971)

O Grupo de Ação Comunitária (GAC) promoveu uma visita de lideranças dos diversos segmentos da sociedade organizada às obras do Centro de Convenção e do Teatro Municipal de Itabuna, que foram paralisadas pelo Governo do Estado. O objetivo, segundo o presidente do GAC, Marcelo Andrade, foi verificar a situação do projeto e deflagrar uma mobilização da comunidade para a sua retomada. No almoço do grupo realizado na Itabuna Palace, ficou definida a elaboração de um documento a ser encaminhado ao governador Jaques Wagner, a quem será solicitada uma audiência ainda nos próximos dias.

A idéia, segundo o presidente do GAC, é marcar uma audiência ainda antes do São João, até porque a paralisação da obra, além de envolver um gasto público elevado em função dos investimentos ali realizados, envolve o risco de deterioração da parte já realizada e não concluída: “Temos a informação de que 90% das obras do teatro estão concluídas, o que representa 45% do projeto e no Centro de Convenções, as fundações estão realizadas, faltando duas lajes e a parte externa que será envidraçada”.

Marcelo Andrade explica que em contatos com técnicos da Liz Construções foi informado de que a obra poderá ficar pronta num prazo de 10 meses após a sua retomada e o projeto é viável, até porque corresponde a um anseio da sociedade grapiúna. O acesso ao local também está em fase de conclusão e as obras estão sendo executadas através da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente.

Apoio

A proposta do GAC para uma mobilização da comunidade visando a realização da obra foi elogiada pelo vice-prefeito de Itabuna, José Nilton Azevedo, que não acompanhou a visita da comitiva ao local do teatro e do centro de convenções, tendo participado apenas do almoço do GAC, onde foi discutida a elaboração do documento ao Governo do Estado. “Este é um projeto essencial e que não pode sofrer solução de continuidade”, complementou.

O presidente da Câmara Municipal, Edson Dantas, que esteve no local das obras em companhia dos vereadores Milton Gramacho, líder do governo no Legislativo, Adilson José, Adeládio Pereira, Del Gally e Didi do INPS, também defendeu a conclusão das obras: “Por isso vamos investir politicamente na retomada do projeto”. Lembrou ainda que o teatro e o centro de convenções são ligados à Secretaria de Turismo, que está sob o comando de Domingos Leonelli, do PSB, a quem pretende solicitar uma audiência com o prefeito Fernando Gomes.

Ao considerar impressionante o complexo arquitetônico em construção, o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – Subseção de Itabuna, Oduvaldo Carvalho, lembra que Itabuna carece de uma obra deste porte, um projeto que merece o justo apoio dos diversos setores da sociedade regional. Lamentou a paralisação das obras e defendeu a sua continuidade no mais curto espaço de tempo possível.

Carência

O venerável da Loja Maçônica Areópago Itabunense, Messias Pires Maciel Filho, considerou o projeto como magnífico e defendeu a sua conclusão no mais curto espaço de tempo possível, pois Itabuna é uma cidade quase centenária e carente de um equipamento deste porte, com esta dimensão cultural e econômica: “Eu ainda não conhecia a obra e a sua conclusão é importante até por uma questão de lógica, pois já foram investidos aqui recursos públicos significativos”.

Já o presidente da Associação Comercial e Empresarial de Itabuna, Silvio Roberto Souza Oliveira, declarou não acreditar que o governador Jaques Wagner, que tem uma visão e princípios democráticos, venha paralisar uma obra deste porte, até porque Itabuna carece de um teatro e de um centro de convenções. Lembrou que por falta de um equipamento como este, o seminário de marketing da ACI, iniciado há 18 anos, vem sendo realizado no campus da Uesc, em Ilhéus, porque a cidade não dispõe de um auditório com capacidade para 600 pessoas.

O empresário citou ainda que a obra do teatro e do centro de negócios poderá atrair para Itabuna eventos de porte internacional, além de consolidar a cidade como um importante centro de negócios regional, uma tendência que vem se acentuando ao longo dos últimos anos em função da crise do cacau.

Lógica

O projeto para a retomada das obras também recebeu o apoio da presidente do Gapa, Suzi Meire Moreira Azevedo, por considerar que Itabuna é uma cidade carente de espaços para eventos culturais e econômicos. A outra razão é de cunho lógico, até porque o projeto envolve um grande investimento, parte do qual já foi investido no projeto.

Para o jornalista Vily Modesto, o GAC acertou na proposta e na estratégia para mobilizar a comunidade com vistas à retomada das obras no mais curto espaço de tempo. Outro que defendeu a definição de uma estratégia de ação por parte do GAC foi o jornalista José Adervan, para quem caberia uma campanha comunitária mostrando a importância do projeto para marcar o centenário de Itabuna, bem como a busca de apoio político de parlamentares e lideranças regionais com influência junto ao governo e que devem participar do projeto.

Prejuízo

Como empresário que atua na área de construção civil, Otoniel Azevedo explicou que ainda não conhecia a obra do teatro e do centro de convenções: “Seria um grande prejuízo para a sociedade regional a paralisação de uma obra no estágio atual, uma vez que no teatro as paredes foram levantadas e colocadas as bases para a sua cobertura”. Ele acredita que com esta obra o estado estaria dando uma grande contribuição para Itabuna em termos de desenvolvimento cultural e econômico.

O diretor da Facsul, Marcelo Valente, também destacou a importância para Itabuna de um centro de convenções e de um teatro para a realização de grandes eventos, inclusive simpósios e até formaturas promovidas através da instituição de ensino superior que dirige: “É um equipamento que se insere nas necessidades e no projeto de desenvolvimento regional, podendo servir para a geração de negócios e mesmo a oxigenação da economia regional”, finalizou

Um equipamento para grandes eventos culturais comerciais

Projetado pelo urbanista Eduardo Carlomagno, que atua há cerca de três décadas no mercado brasileiro, com obras realizadas em várias capitais brasileiras, o arrojado complexo arquitetônico do Centro de Convenções e do Teatro Municipal de Itabuna, ocupará uma área de 26 mil metros quadrados e tem espaço para estacionamento de 500 veículos, no loteamento Nossa Senhora das Graças. A área, que foi doada pelo prefeito Fernando Gomes, terá espaços para circulação de pessoas, de veículos e vai permitir a realização, inclusive, de feiras e exposições ao ar livre, devendo atrair grandes eventos culturais e comerciais para Itabuna.

O Teatro Municipal de Itabuna terá uma área construída de 4,4 mil metros quadrados, com 800 lugares, com acomodações especiais 18 para pessoas portadoras de deficiência. O projeto inclui ainda duas bilheterias, seis salas, das quais três de ensaio e outras três de música, além de dois camarins individuais e outros dois coletivos, espaços para a área administrativa e para exposições de artes plásticas e outros acontecimentos culturais.

A obra do teatro está praticamente em fase de conclusão, faltando apenas o acabamento interno e externo. O novo equipamento terá recursos tecnológicos de última geração, com um palco que poderá ser transformado em teatro de arena e sistema de iluminação digitalizado, permitindo mediante alguns ajustes, sua adequação de acordo com os padrões da ABNT e internacionais para a apresentação de peças teatrais, concertos, óperas ou espetáculos musicais.

Centro de convenções

Já o Centro de Convenções, que tem concluídas as colunas de sustentação e a base do piso do andar térreo, e será construído num conjunto modular de três pavimentos, terá capacidade para um público de 3,2 mil pessoas, o que vai permitir a realização de grandes eventos comerciais e técnicos, fortalecerá ainda mais a condição de Itabuna como um pólo regional para o turismo de negócios.

O edifício contará ainda com painéis deslizantes que possibilitarão a divisão dos espaços de acordo com as necessidades de público e em função da dimensão dos eventos realizados. O andar térreo terá capacidade para a circulação de 1,2 mil pessoas, além das unidades de administração, centro de informações, salas de reuniões e sanitários, com espaços também para deficientes, além de dois elevadores.

O primeiro pavimento também poderá abrigar mais 1,2 mil pessoas e, segundo o projeto, o ambiente pode ser dividido em até dez salas e auditórios com dimensões variáveis, separadas por paredes móveis em calhas sobre roldanas, o que facilitará o seu deslocamento para eventos múltiplos. Vale salientar que um fator que o

diferenciará em relação aos outros centros similares do país será o espaço do terceiro piso, que vai funcionar como área de lazer e eventos, além de contar com uma praça de alimentação, com lanchonetes e serviços de atendimento ao público.

Obras geravam 100
empregos diretos

As obras do Teatro Municipal e do Centro de Convenções de Itabuna foram paralisadas sem nenhuma explicação por parte do governo do estado e serão objeto de uma audiência que o prefeito Fernando Gomes pretende solicitar ao governador Jaques Wagner. O projeto gerava cerca de 100 empregos diretos (os técnicos estimam que cada posto de trabalho efetivo cria outros cinco indiretos) através da Liz Construções Ltda, uma empresa do Grupo Lena, de origem portuguesa, que executava a obra, que tinha um custo total estimado de R\$ 16 milhões. Os técnicos também consideram que 90% da estrutura do teatro já está pronta para cobertura e acabamento, enquanto o espaço de eventos tem o equivalente a 70% da parte estrutural, com a parte das colunas praticamente concluída.

O projeto, que tem um custo de R\$ 16 milhões, mobilizava não apenas trabalhadores da construtora, como também prestadores de serviços, que trabalhavam na cobertura e na parte interna do Teatro Municipal, bem como no suporte operacional da obra, que foi iniciada através de uma parceria entre a Prefeitura e o Governo do Estado.

A parte de drenagem e terraplanagem foi executada pela Prefeitura de Itabuna, através da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente (Seduma) e consumiu cerca R\$ 3 milhões de reais. O valor investido pelo Governo do Estado ainda não foi informado, mas representaria cerca de R\$ 4 milhões.

Paralização do teatro e centro de convenções preocupa prefeito

Publicado em 19/04/2007

(http://www.itabuna.ba.gov.br/template_news.php?id=1845)

O prefeito Fernando Gomes enviou telegrama ao governador Jaques Wagner manifestando a sua preocupação com a paralisação das obras do Teatro Municipal e do Centro de Convenções de Itabuna, que estavam sendo executadas pela Liz Construções, uma empresa do Grupo Lena, que tem investimentos na Europa e no Brasil. No documento, ele lembra ao governador que 95% das obras estruturais do Teatro já estão concluídas e cerca de 30% do Centro de Convenções.

Ressaltando que além de doar, como pessoa física, a área de 26 mil metros quadrados para o projeto, o prefeito Fernando Gomes explicou que o governo municipal investiu cerca de R\$ 3,8 milhões na infra-estrutura da obra, o que inclui drenagem e terraplanagem: “Nós cumprimos a nossa parte e o Governo do Estado iniciou as obras de engenharia, que estão adiantadas, principalmente na parte do teatro. O que nos preocupa é a descontinuidade da obra, o que tem um custo para o contribuinte e para a população”.

Ele acredita que a paralisação é decorrente de algum ajuste do governo e informa que pretende esperar uma manifestação oficial sobre o assunto: “Vamos defender o projeto porque temos o compromisso de lutar pelo que é melhor para a população da nossa cidade e a obra tem uma importância para o setor cultural e comercial, uma vez que Itabuna é uma cidade com mais de 200 mil habitantes, mas não dispõe espaços para grandes eventos”.

Resgate

O prefeito acredita que o Teatro resgata um importante espaço essencial para apresentação de shows, peças e outros espetáculos de padrão internacional, e o Centro de Convenções vai permitir consolidar Itabuna como um pólo cultural e de serviços, em especial nas áreas de educação e saúde, bem como de negócios, facilitando a realização de convenções e mesmo de feiras comerciais, industriais ou de serviço.

Ele explica que foi comunicado extra-oficialmente sobre a suspensão das obras através da Liz Construções, mas não recebeu nenhuma comunicação oficial por parte do Governo do Estado, a quem competia a realização de

uma obra que não poderia sofrer solução de continuidade, em função dos recursos já investidos até agora pela administração estadual.

Um projeto arquitetônico
de padrão internacional

O projeto, de padrão internacional, foi elaborado pelo arquiteto Eduardo Carlomagno, está orçado em cerca de R\$ 15 milhões, inclui um Centro de Convenções projetado para três pavimentos e terá capacidade para atender a um público de 3,2 mil pessoas, o que vai permitir a realização de grandes eventos comerciais e científicos.

O centro de eventos ficará localizado num prédio um pouco recuado em relação ao Teatro, o que facilitará o estacionamento de veículos e áreas para circulação de pessoas, com espaços para exposições e feiras, também ao ar livre. O andar térreo terá capacidade para 1,2 mil pessoas, além das unidades de administração, centro de informações, salas de reunião e sanitários, com espaços também para deficientes, além de dois elevadores.

Já o primeiro pavimento será dividido em dez salas e auditórios com dimensões variáveis, separados por paredes móveis em calhas sobre roldanas, o que facilitará o seu deslocamento para eventos múltiplos, enquanto o último andar terá lanchonete, espaço para shows, eventos culturais e exposições diversas.

O complexo arquitetônico engloba ainda o Teatro Municipal de Itabuna, que deverá ocupar uma área construída de 4,4 mil metros quadrados, com 800 lugares, dos quais 18 destinados para pessoas portadoras de deficiência, além de duas bilheterias, seis salas – das quais três de ensaio e outras três de música –, dois camarins individuais e outros dois coletivos, área administrativa e 500 vagas para estacionamento. O teatro terá ainda espaços para exposições de artes plásticas e artesanato.

Parceria poderá revitalizar Calçadão da Rui Barbosa

Publicado em 12/07/2007

(http://www.itabuna.ba.gov.br/template_news.php?id=2059)

Uma ação conjunta entre a Prefeitura Municipal, Sebrae, Associação Comercial de Itabuna, Câmara de Dirigentes Lojistas e a Associação dos Lojistas do Calçadão da Rui Barbosa poderá resultar num projeto visando a revitalização de uma importante área do comércio itabunense, onde funcionam 150 empresas, gerando mais de mil empregos diretos. O projeto deverá envolver investimentos e ações na melhoria da infra-estrutura, segurança, pavimentação, iluminação, coleta de lixo e vigilância sanitária no Calçadão da Rui Barbosa, que poderá ser transformado, no futuro, num shopping a céu aberto.

O secretário Manoel Lopes explicou que a decisão foi discutida numa reunião realizada na manhã da última quarta-feira, 11, em seu gabinete, no Centro Administrativo Firmino Alves, em que foi discutida uma agenda a ser implementada nos próximos meses. Também foi programada para a próxima quarta-feira, 18, na sede da CDL, uma reunião da Associação dos Lojistas do Calçadão com representantes das secretarias de Administração, de Saúde, de Indústria e Comércio, de Transporte e Trânsito e de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, além de técnicos da Coelba, Emasa e Ecolimp, quando será definido o elenco de ações emergenciais naquela área.

Humanização da cidade

Ele explicou que Itabuna foi a primeira cidade contemplada com o Programa Humanização de Cidades, elaborado pelo governo do estado no final do ano passado, mas não dispõe de recursos para a realização das obras: “Agora mesmo, graças ao PAC, está sendo assinado um protocolo de R\$ 36 milhões, pelo prefeito Fernando Gomes, para a realização das obras que vão resolver o problema de abastecimento de água e que terão um custo de R\$ 50 milhões, dos quais R\$ 11 milhões já contratados com a Caixa Econômica Federal e com uma contrapartida de recursos próprios”.

Manoel Lopes falou ainda das ações que estão sendo realizadas na praça José Bastos e no Cantinho da Mentira, espaços que estão sendo reurbanizados: “Temos ainda o projeto para o Shopping a Céu Aberto da Paulino Vieira, que depende de recursos federais para a sua execução ainda este ano, incorporando a praça Otávio

Mangabeira, como uma área de lazer. Mas o projeto da Paulino Vieira não é recente e vem sendo realizado há alguns anos com apoio do Sebrae”.

Seduma

O arquiteto Luiz Marques, da Divisão de Planejamento da Secretaria de Desenvolvimento Urbano, destacou a importância da parceria do governo e comunidade na elaboração e execução de projetos, inclusive no Plano Diretor Urbano, em fase de conclusão. Ele sugeriu a implementação de um sistema de coleta de lixo seletiva no Calçadão da Rui Barbosa e prometeu analisar propostas que poderão ser implementadas no curto prazo para atender aos empresários da área.

O presidente da CDL, Carlos Leahy, explica que o projeto da Paulino Vieira foi iniciado há sete anos, a partir de uma proposta dos empresários daquela área para ampliação dos passeios, o que resultou na eliminação dos estacionamentos daquela área: “A proposta evoluiu e foi transformada depois num projeto conceitual pelo Sebrae para um shopping a céu aberto, uma questão de continuidade e que pode ser aplicada ao caso do calçadão, que poderá ser transformado num condomínio”.

O dirigente da CDL explicou, ainda, que a Paulino Vieira foi beneficiada com dois projetos do Sebrae, como o Varejo Vivo e o do Shopping a Céu Aberto, que serve de referência para empresários de outros estados e poderá ajudar na modelagem da proposta para o Calçadão da Rui Barbosa.

Ele sugeriu que a próxima reunião dos empresários com o poder público e empresas seja realizado na semana vindoura, na sede da CDL, quando será apresentada uma agenda a ser implementada para ações imediatas na área. Também assumiu o compromisso de conseguir o patrocínio de empresas para a implantação da coleta seletiva de lixo no calçadão.

Sebrae oferece suporte a empresas em capacitação e empreendedorismo

A coordenadora regional do Sebrae, Adriana Moura Bonifácio, explicou que a função da instituição é fomentar o empreendedorismo e investir na capacitação dos empresários, visando a melhoria do sistema de gestão: “Já a questão da infra-estrutura compete à Prefeitura e também a uma participação da própria comunidade. Cada projeto tem uma seqüência própria e um cronograma para a sua implementação, o que exige o envolvimento do governo e da iniciativa privada”.

Ele anunciou ainda que o Sebrae está elaborando o cronograma de planejamento e investimentos no período de 2008 a 2010 e considerou que este seria o momento ideal para construção do projeto, mas para isto seria interessante o envolvimento da Associação dos Lojistas do Calçadão da Rui Barbosa. Ela também marcou para o dia 24, no auditório da CDL, em Itabuna, uma reunião com empresários do calçadão com o consultor do Sebrae que realiza o projeto do Quarteirão Jorge Amado, em Ilhéus e do Shopping a Céu Aberto da Paulino Vieira, em Itabuna.

O presidente da Associação Comercial e Empresarial de Itabuna, Ubirajara Coelho, também assegurou o apoio da entidade ao projeto a ser implementado na Rui Barbosa, inclusive participando de todas as reuniões com os empresários e o poder público,

O que querem os lojistas do Calçadão da Rui Barbosa

A presidente da Associação dos Lojistas do Calçadão da Rui Barbosa – uma entidade constituída há dois anos –, Creuza Moreira, destacou que os empresários daquela área estão esperando há 30 anos uma solução para seus problemas, se agravam cada vez mais: “Nós geramos empregos, pagamos impostos e temos uma função social”. Já a secretária executiva da entidade, Maristela Modesto, apresentou um documento de nove pontos em defesa da revitalização do Calçadão da Rui Barbosa, onde operam 150 empresas dos mais diversos setores, gerando cerca de mil empregos diretos.

O documento reivindica melhorias na rede de esgotos, que vem apresentando sérios problemas e provocando a infestação de ratos e baratas e um forte odor; no piso que está deteriorado e obstruído em alguns pontos: “A calçada é, em alguns pontos, intransitável devido à presença de mesas, veículos e produtos à venda”.

Ela destacou ainda a necessidade de ações voltadas para a melhoria da iluminação, da segurança, da limpeza e saúde pública, além de uma mudança no aspecto visual e para a questão da responsabilidade social das empresas que precisam um ambiente adequado para o exercício das suas atividades. O relatório lista contatos com

entidades diversas.

Prefeitura e vendedores ambulantes iniciam entendimento para transferência

Publicado em 12/03/2008

(http://www.itabuna.ba.gov.br/template_news.php?id=2661)

Uma reunião realizada nesta quarta-feira, dia 12, entre os representantes da Associação dos Vendedores Ambulantes de Itabuna e os secretários municipais de Indústria e Comércio, Manoel Lopes, e da Administração, Jorge Vasconcelos, com a intermediação do vereador César Brandão, iniciou o processo de entendimento para a transferência dos comerciantes, hoje localizados na área de estacionamento da Praça Otávio Mangabeira (Camacã) para o novo espaço que a Prefeitura estará disponibilizando com a cobertura de parte do Canal do Lava-Pés, na Avenida Amélia Amado, área central da cidade.

Durante o encontro, os comerciantes expressaram o livre desejo de estarem sendo alocados para o novo espaço ressaltando, inclusive, que está é à vontade da grande maioria dos 67 vendedores que atuam no local. Os secretários Manoel Lopes e Jorge Vasconcelos ouviram atentamente as sugestões da comissão representante dos comerciantes que opinaram, dentre outras coisas, sobre os procedimentos para o cadastramento e transferência dos vendedores, bem como alternativa para estacionamento e circulação de veículos nas proximidades do local.

Ao opinarem sobre o tamanho e o padrão das barracas, os participantes pediram que a prefeitura observasse tecnicamente a viabilidade das unidades serem edificadas com 2,00 x 180m², utilizando blocos pré-moldados. Em relação aos custos, os vendedores ambulantes comungam do pensamento de que a prefeitura poderá ficar encarregada de oferecer a planta e cada comerciante arcará com a construção de seus boxes. Outra sugestão oferecida aos secretários é que o município fique encarregado pela fiscalização e ordenamento das atividades no local.

Bom senso

O vereador César Brandão lembrou aos comerciantes que a permanência deles na Praça Otávio Mangabeira era algo insustentável, inclusive, ilegalmente falando tendo em vista que o espaço que eles ocupam é de domínio público. O representante do executivo cobrou dos representantes da Associação empenho no que diz respeito à organização, bem como o estabelecimento de regras que possam ser cumpridas pelos associados.

“Partindo do bom senso, estamos caminhando para uma solução que irá refletir o pensamento comum, entre o poder público e os comerciantes. Isto é bastante salutar porque põem fim à um possível impasse”, frisou César. Ele disse ainda que as discussões são necessárias porque trata-se de um investimento de recursos públicos que não podem ser jogados fora.

O secretário Manoel Lopes avaliou positivamente o encontro e destacou que a Prefeitura de Itabuna, através das secretarias de Administração e de Indústria e Comércio sempre privilegiou o diálogo em relação aos comerciantes. Ele assegurou aos participantes que todas as sugestões serão apresentados aos técnicos da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente para serem adequadas aos padrões necessários. Lopes disse ainda que o resultado da reunião foi proveitoso e mostrar um amadurecimento das relações.

Nos próximos dias, será realizada outra reunião com os representantes da Associação para que a Prefeitura possa apresentar o resultado do estudo técnico das sugestões apresentadas. Estavam presentes neste encontro com os secretários os vendedores ambulantes Elio Guedes Silva, Antonio Carlos Parahyba, Olívia Alves Pólvora, Omar Ferreira Costa, Jéferson da Silva e Vivaldo Gomes da Silva.

Prefeitura inclui calçada da Ruy Barbosa no Programa Humanização de Cidades

Publicado em 03/03/2006

(http://www.itabuna.ba.gov.br/template_news.php?id=739)

A proposta de inclusão do calçada da rua Ruy Barbosa no Programa Humanização de Cidades foi destacada como um passo importante para a revitalização e requalificação de um espaço nobre do comércio itabunense pelo secretário de Comércio e Indústria, Manoel Lopes. Ele explicou que o assunto vem sendo discutido com empresários da área, dirigentes da CDL e com a arquiteta da CNEC, Marcela Lomanto, que coordena a elaboração do Programa Humanização de Cidades, cujo guia de intervenções urbanísticas será anunciado nos

próximos dias.

Até agora, foram realizadas quatro reuniões com empresários da área, inclusive com o presidente da Associação de Barraqueiros da Ruy Barbosa, Cleber Tavares, que também apresentou sugestões que estão sendo levadas em conta na elaboração do projeto a ser encaminhado nos próximos dias ao prefeito Fernando Gomes. O secretário de Comércio e Indústria adianta que o projeto é abrangente e prevê melhoria do sistema de iluminação, colocação de hidrantes, implantação de canteiros, oferecendo uma melhor infra-estrutura para os usuários do espaço.

Importância

Manoel Lopes destaca ainda que a inclusão do calçadão no Programa Humanização de Cidades foi autorizado pelo prefeito Fernando Gomes, levando em consideração a sua importância no cenário do perímetro central da cidade. A área também foi visitada por técnicos da prefeitura e do programa que está sendo implementado, que levantaram informações sobre as 16 barracas existentes naquele circuito.

Manoel Lopes informou ainda que o projeto prevê a criação de uma praça de alimentação e lazer, que poderá ser implantada na antiga biblioteca pública, que foi transformada num centro de artesanato. Com o novo projeto, o centro de artesanato seria ampliado e, além do espaço para a comercialização de produtos de artistas regionais, seria implantada uma praça de alimentação, o que permitiria o remanejamento das barracas e facilitaria a urbanização da área.

CDL

Ao considerar a proposta de inclusão do calçadão da Ruy Barbosa no Programa Humanização de Cidades como fundamental, o presidente da Câmara de Diretores Lojistas de Itabuna, Carlos Leahy, ressaltou que o projeto integra uma área nobre do comércio itabunense e dá um passo importante para a sua requalificação urbanística.

Lembrando que o calçadão não sofreu nenhuma intervenção nos últimos 20 anos, o dirigente da CDL explica que o projeto em discussão agora vai permitir implementar uma grande transformação no comércio daquela área, além de servir como uma motivação para que empresários invistam na modernização das lojas e na revitalização de um espaço importante.

Ele citou como exemplo similar a urbanização da rua Paulino Vieira que, em função do projeto do shopping a céu aberto, sofreu avanços significativos e teve toda a sua rede de lojas modernizadas, oferecendo uma nova opção para a expansão do comércio itabunense, que funciona como um importante pólo atraindo consumidores de toda a região.

A sua expectativa, agora, é com a realização do elenco de obras, o que depende do projeto de engenharia elaborado pela arquiteta Marcela Lomanto, da CNEC, empresa contratada pela Superintendência de Serviços Urbanos, um órgão da Sedur e que desenvolve o Programa Humanização de Cidades em parceria com o Governo do Estado.

O que é o Programa Humanização de Cidades

O Programa Humanização de Cidades foi criado pelo Governo do Estado para melhorar a qualidade de vida das cidades, promovendo, em parceria com as prefeituras, o desenvolvimento urbano sustentável. Itabuna é um dos quatro municípios baianos incluídos no programa e o primeiro que terá concluído, agora, o seu Guia Urbanístico, com a previsão de uma série de investimentos em intervenções de requalificação urbana.

Outro aspecto levado em conta pelo programa é que, na Bahia, 67% da população mora nas cidades, e embora essa taxa de ocupação seja menor que a média nacional – superior a 80% –, aos centros urbanos deve ser dedicada uma atenção especial. É nas cidades que as pessoas moram e devem encontrar as oportunidades de emprego, renda, saúde, lazer, educação e segurança, ou seja, qualidade de vida.

O superintendente de Desenvolvimento Urbano da Sedur, Luís Cezar Baqueiro, explicou que o crescimento desordenado é o responsável direto pela perda da qualidade de vida nas cidades. Para superar este problema, as cidades lutam para manter ou resgatar tudo o que pode representar a qualidade como fator de distinção e escolha. “Tornar a cidade atraente, dando-lhe uma fisionomia de harmonia, beleza e conforto, é o caminho”, recomenda Baqueiro, acrescentando a essa receita um amplo quadro de oferta.

Prefeitura reafirma compromisso de revitalizar o Calçadão da Ruy Barbosa

Publicado em 06/07/2007

(http://www.itabuna.ba.gov.br/template_news.php?id=2046)

Implementar as intervenções urbanísticas previstas no Programa Humanização de Cidades como estratégia para a revitalização e requalificação do Calçadão da Rua Ruy Barbosa, uma das mais importantes áreas do setor comercial da cidade, continua sendo um dos objetivos perseguidos pela Prefeitura de Itabuna. Esta determinação da administração municipal foi anunciada pelos secretários Manoel Lopes, da indústria e Comércio; Marcos Alan Farias, do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente; e Jorge Vasconcelos, da Administração, aos dirigentes das entidades representativas do comércio –, Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL), Associação Comercial de Itabuna (ACI) e Associação da Pequena e Microempresa de Itabuna (Apemi) – em reunião acontecida na tarde da última quarta-feira, dia 4, no Centro Administrativo Municipal.

Estavam presentes no encontro o presidente da CDL, Carlos Leahy, da ACI, Silvio Roberto Oliveira, da Apemi, Marcelo Andrade, além da representante do Sebrae, Carla Peixoto, que é gestora do Projeto Varejo Vivo, que vem sendo implementado na rua Paulino Vieira, e o gerente da Ecolimp, Glauco Henrique Campos, que é a empresa responsável pela limpeza urbana da cidade. A reunião havia sido convocada pelo secretário Manoel Lopes com o objetivo de dar início às discussões para a elaboração de um projeto específico de revitalização do Calçadão da Ruy Barbosa, para a qual os lojistas tinham sido também convidados a participar.

A princípio, os representantes do governo municipal enfatizaram que a requalificação dos espaços urbanos e, de maneira especial, do setor comercial da cidade é uma das prioridades estabelecidas no Guia Urbanístico do Programa Humanização de Cidades, que aponta como um dos focos estratégicos o Calçadão. O secretário de Indústria e Comércio lembrou que a precedência daquela artéria comercial no programa deve-se à importância da atividade econômica comercial para a geração de emprego e renda no município.

Parceria

Manoel Lopes disse que, a partir do projeto conceitual descrito no Guia Urbanístico, é necessário estabelecer critérios e ações para um projeto maior de intervenção, a exemplo do que vem acontecendo com a rua Paulino Vieira, a partir da execução do Projeto Varejo Vivo que, por meio da parceria Prefeitura de Itabuna, Sebrae, ACI, CDL e Apemi, está conseguindo, junto ao Governo Federal, recursos para a implantação do Shopping a Céu Aberto. O secretário destacou que, quando do levantamento dos dados para a elaboração do Guia Urbanístico, foram realizadas quatro reuniões com os empresários do Calçadão da Rua Ruy Barbosa e os técnicos da CNEC, empresa responsável pela formatação do Programa Humanização de Cidades, em Itabuna.

“Desde o início sempre estivemos abertos a ouvir a reivindicações dos empresários, as quais foram conceituadas e passaram a integrar as ações do Guia Urbanístico de Itabuna. Para executarmos as intervenções é necessário que seja desenvolvido um outro projeto que, por sua vez, irá definir não somente o quê deve ser feito, mas também como e com quem estabelecer parcerias capazes de viabilizar os recursos que garantam não somente melhorias, mas, de maneira definitiva, a revitalização e requalificação do Calçadão da Ruy Barbosa”, frisou Lopes.

Ele adiantou que o projeto é abrangente e prevê melhoria do sistema de iluminação, colocação de hidrantes, implantação de canteiros, oferecendo uma melhor infra-estrutura para os usuários e comerciantes do local. Lopes acrescentou que está prevista a criação de uma praça de alimentação e lazer, que poderá ser implantada na antiga biblioteca pública, hoje transformada num centro de artesanato. Com o novo projeto, o centro de artesanato seria ampliado e, além do espaço para a comercialização de produtos de artistas regionais, seria implantada uma praça de alimentação, o que permitiria o remanejamento das barracas e facilitaria a urbanização da área.

“Para concretizarmos tudo isto é necessário recursos financeiros. Infelizmente, o município não tem como bancar sozinho este projeto e é por este motivo que estamos querendo trabalhar em conjunto com as entidades representativas do comércio, com os empresários e o Sebrae, que é um organismo responsável pela execução das políticas públicas voltadas para o apoio às pequenas empresas e poderá interceder positivamente junto ao governo federal”, observou Manoel Lopes.

Intervenções

O secretário de Administração, Jorge Vasconcelos, lembrou as recentes intervenções feitas pela administração

municipal no local, em atendimento a reivindicações da CDL e dos empresários da Ruy Barbosa, como foi o caso da reposição de lâmpadas do sistema de iluminação e a desobstrução do calçadão, em conjunto com o 4o Grupamento do Corpo de Bombeiros, facilitando assim o acesso aos carros de bombeiros e ambulâncias em casos de emergência, o que exigiu a retirada de orelhões localizados na parte central da pista de acesso à área e também das manilhas de cimento que são usadas como peças decorativas e espaços verdes.

Revelando estar surpreso com a iniciativa de um grupo de empresários do Calçadão da Ruy Barbosa, que promoveram uma manifestação no início desta semana reclamando a necessidade de melhoria no local, o presidente da CDL, Carlos Leahy, afirmou que todas as vezes que os comerciantes daquele local procuraram a entidade foram atendidos, na busca de soluções para os problemas: “Não justifica qualquer tipo de manifestação. Sabemos que existem problemas e estamos empenhados em encontrar soluções definitivas que garantam a revitalização do Calçadão”.

“Porém, interferir num local que há mais de 20 anos não recebe nenhum tipo de reurbanização é necessário planejar porque não se trata apenas de trocar a iluminação e o piso, é preciso desenvolver um projeto técnico e para que isto aconteça é imprescindível sentarmos à mesa com a Prefeitura, o Sebrae, a ACI e a Apemi para planejarmos conjuntamente o que será melhor para todos”, disse Carlos Leahy. Ele lamentou ainda o fato de que alguns empresários abandonam o diálogo em detrimento de uma coletividade.

A representante do Sebrae, Carla Peixoto, informou que o órgão dispõe de assessoria técnica capaz de desenvolver um projeto logístico que possa assegurar aos comerciantes do Calçadão os mesmos benefícios que estão sendo gerados aos empresários da rua Paulino Vieira, com a execução do Projeto Varejo Vivo. Ela também disse estranhar o fato de que, mesmo conhecendo essa capacidade de articulação do Sebrae junto com as demais entidades representativas do setor, os lojistas da Ruy Barbosa não tenham ainda procurado o escritório de negócios de Itabuna para o desenvolvimento de uma proposta.

Quanto às reclamações sobre o recolhimento irregular do lixo, o diretor da Ecolimp, Glauco Henrique, disse serem improcedentes, já que o trabalho de coleta e varrição no local é feito a partir das 18 horas, de segunda a sexta-feira, e aos sábados a partir das 14 horas. Ele acrescentou que, mesmo sabendo destes horários estabelecidos, muitos comerciantes e moradores insistem em colocar sacos de lixo para fora dos seus estabelecimentos e residências em momentos incompatíveis para que os garis possam recolhê-los, já que o local é de grande movimentação de pessoas durante o horário comercial.

Prefeitura vai investir R\$ 140 mil em urbanização de camelódromo

Publicado em 12/03/2008

(http://www.itabuna.ba.gov.br/template_news.php?id=2662)

O prefeito Fernando Gomes assinou a ordem de serviço que determina a execução de obras para cobertura do canal da avenida Amélia Amado, no trecho compreendido entre a avenida Inácio Tosta e a nova ponte para escoamento do tráfego no perímetro central da cidade.

A obra terá 400 metros quadrados de área construída, com um custo de R\$ 140 mil e deverá estar concluída num prazo de 45 dias. Ela inclui a urbanização da área onde funcionava a antiga Feira do Produtor e que será transformada numa espécie de shopping a céu aberto.

Prazo

Na assinatura do documento o prefeito pediu ao representante da Construtora Hester, engenheiro Martan Dutra, que o projeto fosse acelerado para que no prazo previsto fosse assegurada a remoção dos camelos da praça Otávio Mangabeira para aquele local. A praça será requalificada e incorporada ao projeto de reurbanização da Paulino Vieira, que será implementado numa parceria entre a Prefeitura de Itabuna, Câmara de Diretores Lojistas e Ministério do Turismo.

O projeto da cobertura do canal, segundo o Secretário de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, Marcos Alan Ribeiro Farias, foi elaborado por técnicos da Seduma e vai transformar a área da antiga Feira do Produtor num espaço qualificado, com 64 boxes e espaço para vendedores ambulantes. A prefeitura também vai implantar toda a infra-estrutura do projeto.

Para o secretário da Indústria e Comércio, Manoel Matos, o projeto é resultado de uma série de discussões que vêm sendo realizadas com dirigentes da Associação dos Vendedores Ambulantes de Itabuna (Avaí), com a participação de técnicos da Seduma e da Secretaria de Administração para remoção das barracas que funcionam

na praça Otávio Mangabeira, a ser requalificada e transformada numa área de lazer com lanchonetes e sorveterias.

Projeto vai disponibilizar espaços para vendedores da praça Otávio Mangabeira

Publicado em 21/02/2008

(http://www.itabuna.ba.gov.br/template_news.php?id=2615)

Técnicos das secretarias de Indústria e Comércio, Administração e de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente estão realizando uma série de reuniões com representantes da Associação dos Vendedores Ambulantes de Itabuna (Avai), com o objetivo de discutir o projeto de remoção das barracas da Praça Otávio Mangabeira para uma área na antiga Feira do Produtor, na avenida Amélia Amado. O projeto prevê a cobertura do canal da avenida Amélia Amado, no trecho compreendido entre a avenida Ilhéus e a ponte nova, com a disponibilização de 54 boxes de 2 x 2,20 metros e espaço para 100 barracas de vendedores ambulantes.

O secretário Jorge Vasconcelos explicou numa reunião com 10 empreendedores, que até 28 de julho o novo espaço estará disponibilizado, com a prefeitura implantando num prazo de 90 dias, sem nenhum custo para os vendedores ambulantes, toda a infra-estrutura, o que inclui o custo da laje sobre o canal da Amélia Amado, além luz, água e uma bateria de sanitários, cabendo aos pequenos empresários o custo com a instalação dos boxes.

Elaboração

O considerar que o projeto está em fase de elaboração e que a preocupação do governo é ouvir sugestões e propostas dos representantes da Avai, o secretário de Indústria e Comércio, Manoel Lopes ressalta que o novo espaço terá iluminação, cobertura e um conjunto de boxes padronizados agregando valor para os pequenos empresários ali instalados, que vão trabalhar numa espécie de shopping.

Além de destacar que o projeto não está pronto e acabado, ele observa que as propostas serão discutidas de forma democrática com os proprietários das barracas instaladas na praça Otávio Mangabeira: “Neste projeto nós não pretendemos excluir ninguém, mas ao mesmo tempo vamos contribuir para a requalificação da antiga praça que será reurbanizada”.

O arquiteto Luis Marques, diretor de Planejamento da Seduma, explica que o projeto em fase de discussão com representantes da associação é inteiramente modular, similar ao de um shopping, devendo incluir além da cobertura do canal, com espaços para circulação dos consumidores. Poderão servir de referência ao projeto as unidades já existentes em Ilhéus, no antigo terminal rodoviário, que foi reurbanizado e em Feira de Santana.

Avai

Para o presidente da Avai, Jefferson Santana Silva a discussão teve avanços com a definição do local do projeto de transferência dos vendedores, mas falta discutir o padrão das barracas e os espaços, com a adequação de boxes para os diversos tipos de atividades, inclusive quatro lanchonetes. Ele sugeriu a ampliação do espaço para acomodar um número maior de boxes.

Já o secretário da associação, Antonio Carlos Silva, o Paraíba, considera não há um conflito de interesses entre os vendedores e a prefeitura: “O que a gente quer é trabalhar com tranquilidade, dignidade e se possível uma ajuda da prefeitura na implantação dos boxes, uma vez que há uma preocupação de todos com os custos de cada nova unidade”, finalizou, destacando a importância da continuidade do debate sobre o assunto.

Seduma acelera cobertura do canal para re-alocação de barraqueiros da Camacã

Publicado em 14/04/2008

(http://www.itabuna.ba.gov.br/template_news.php?id=2743)

A Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente (Seduma) da Prefeitura Municipal de Itabuna está acelerando a cobertura do canal, que tiveram início desde 10 de março, para re-alocação dos barraqueiros que,

hoje, comercializam os seus produtos na praça Otávio Mangabeira (Camacã).

As obras são parte do projeto de reforma da praça, localizada no centro da cidade e que será re-urbanizada como forma de melhor aproveitamento do espaço público e de fornecer ao itabunense uma alternativa de lazer nos finais de semana, servindo de ponto de encontro das famílias que residem naquela área do centro da cidade.

Pelo projeto de reforma da praça, a área será reestruturada e passará a contar com um parque infantil ampliado, com novos brinquedos, área de vivência para os seus frequentadores, dois quiosques, um para lanchonete o outro para sorveteria, além de espelho d'água e fonte, que tornarão o espaço mais agradável aos munícipes.

Outra mudança ocorrerá exatamente na área onde hoje se encontram as barracas, que será reservada para estacionamento, durante a semana, e espaço de lazer, com jogos e brincadeiras, nos finais de semana. Por esta razão os barraqueiros que atuavam naquele local estão sendo deslocados para a região do canal atrás do prédio onde funciona a Faculdade de Tecnologia e Ciências (FTC), na avenida Amélia Amado.

De acordo com o secretário Marcos Alan, toda a parte de estrutura será concluída até a próxima semana. A base de sustentação já está pronta e os operários estão concluindo, neste momento, a etapa de concretagem das vigas longitudinais que servirão de apoio para as longarinas da cobertura.

Ali serão abrigados aproximadamente 60 barraqueiros que contarão com uma estrutura nova e moderna para o seu negócio. O material que será utilizado na cobertura já foi entregue à Seduma, que só aguardará a secagem do concreto das vigas longitudinais para iniciar a efetiva cobertura do canal.

Entrega

Segundo o secretário, a entrega das obras deve acontecer até o final deste mês. Após a conclusão da cobertura será iniciada a construção dos boxes onde os barraqueiros vão comercializar os seus produtos. A apresentação dos boxes e da cobertura do novo camelódromo estão sendo planejadas em conjunto com os barraqueiros.

Seduma inicia obras na praça Camacan

Publicado em 18/02/2008

(http://www.itabuna.ba.gov.br/template_news.php?id=2603)

Numa operação coordenada pelo secretário de Administração, Jorge Vasconcelos e que teve a participação de equipes das Secretarias de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente (Seduma), Indústria e Comércio, Transporte e Trânsito, Procuradoria Geral do Município, Polícia Administrativa e da Polícia Militar foi concluído no último sábado, dia 16, o isolamento do perímetro central da Praça Otávio Mangabeira, que será inteiramente reurbanizada. As obras estão sendo iniciadas agora pela Seduma, através de um convênio de R\$ 1,6 milhão entre Prefeitura, Associação Comercial de Itabuna, Câmara de Diretores Lojistas, Associação de Lojistas da Paulino Vieira e Ministério do Turismo, caso os recursos não sejam liberados o projeto poderá ser executado com recursos próprios da Prefeitura.

Jorge Vasconcelos explica que a ação obedeceu a prazos estabelecidos e teve o respaldo legal conferido por uma liminar concedida pela Justiça, autorizando a retirada de estabelecimentos comerciais e isolamento da área, para fins de reforma da praça, uma obra de interesse público. Um projeto similar de reurbanização foi realizado na praça José Bastos, reinaugurada ano passado, uma obra realizada com recursos da própria prefeitura.

Tumulto

Um grupo inexpressivo de manifestantes tentou sem sucesso tumultuar o processo e impedir o trabalho das equipes que mobilizou 10 integrantes da Polícia Administrativa, além de fiscais da Secretaria da Indústria e Comércio liderados por Reinaldo Bittar e trabalhadores da Seduma, supervisionados pela engenheira Cláudia Ortega, da Divisão de Obras. Os fiscais localizaram, num anexo da churrascaria que funcionava no local, 22 freezers ligadas a uma rede paralela, que foi desativada pela prefeitura em função do risco de acidentes.

O secretário Jorge Vasconcelos explica que o trabalho de reurbanização foi iniciado hoje, dia 17, com a remoção de telhas e eliminação dos boxes da praça de alimentação. Já a remoção dos camelôs da praça, foi negociada com a Associação Vendedores Ambulantes de Itabuna (Avai), dependendo das obras emergenciais de cobertura e infra-estrutura que serão realizadas pela Prefeitura na avenida Amélia Amado, no espaço onde funcionava a antiga feira do produtor.

Projeto

O secretário de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, Marcos Alan explica que a Praça Otávio Mangabeira será inteiramente reurbanizada, devendo funcionar no futuro como um equipamento complementar ao do Shopping a Céu Aberto da Paulino Vieira, servindo como espaço de lazer e praça de alimentação. O projeto leva também em conta as propostas do Plano de Humanização da Cidade, elaborado em parceria com o governo do estado, há dois anos e prevê a requalificação de um importante equipamento no perímetro central da cidade, por onde transitam diariamente milhares de pessoas.

Ele explica que o projeto arquitetônico a ser implementado prevê reforma e ampliação do parque infantil, com a introdução de novos brinquedos, além de espaços destinados para quiosques, com uma lanchonete e uma sorveteria: “A preocupação maior do projeto é com espaços de vivência e de circulação de pessoas. Com isto será facilitada a acessibilidade do local, que terá rampas nos mesmos moldes do que foi feito na praça José Bastos, contemplando também aos portadores de necessidades especiais”, complementou.

Outro fator que dará maior mobilidade e independência para deficientes será a cobertura com piso tátil dos principais acessos e vias de circulação da praça facilitando a vida das pessoas cegas, o piso contará ainda com cobertura por ladrilhos hidráulicos e pedras portuguesas.

A praça terá restaurado o antigo fosso, com uma fonte luminosa e uma cascata. O espelho d’água será povoado de peixes ornamentais, o que, de acordo com o secretário Marcos Alan, servirá ao mesmo tempo de atração para a praça e uma forma de humaniza-la, com a integração de mais espaços verdes e melhoria do sistema de iluminação.

Shopping a céu aberto em Itabuna é considerado um modelo de união

Publicado em 27/11/2007

(http://www.itabuna.ba.gov.br/template_news.php?id=2404)

A união de lojistas e de entidades públicas como Prefeitura de Itabuna, Associação Comercial, Sebrae e Câmara de Dirigentes Lojistas em prol de um mesmo projeto, o Shopping a céu aberto que está sendo implantado no município, na rua Paulino Vieira, foi destacado na segunda-feira, 26, pela coordenadora de projetos do Sebrae em Vitória, no Espírito Santo, Juliana Castro, como um bom exemplo de trabalhar juntos em prol de um mesmo objetivo.

Juliana integrou uma caravana com cerca de 60 empresários de oito cidades capixabas para mais uma visita a Itabuna. Essa já é a 15ª visita que os empresários de várias partes do país fazem ao município para conhecer o projeto. Os secretários municipais de Administração, Jorge Vasconcelos, e de Indústria e Comércio, Manoel Lopes, receberam os visitantes, explicaram como foi desenvolvido o projeto, destacando inclusive a sua importância para o desenvolvimento sócio-econômico do município.

O projeto do shopping a céu aberto foi apresentado ao grupo pela consultora de Projetos Especiais da Prefeitura de Itabuna, Hérica Santos. Utilizando um data show, ela mostrou cada detalhe do projeto e explicou como ele surgiu e seu funcionamento. Hérica integrou uma comissão formada pela Apemi, Sebrae, CDL e Secretaria Municipal de Administração, que visitou Brasília no mês passado. A comissão foi recebida pelo diretor de Infra-estrutura Turística do Ministério do Turismo, Roberto Luiz Bartolotto. Hérica também foi uma das responsáveis pela elaboração do projeto a céu aberto em Itabuna.

A coordenadora de projetos do Sebrae no Espírito Santo, Juliana Castro, em nome dos empresários capixabas, informou que o Sebrae em seu estado já trabalha com o projeto do shopping a céu aberto em oito municípios, sendo que quatro deles já iniciaram as atividades e o restante deverá implantá-lo no próximo ano. “O diferencial em Itabuna, e que espero implantar nas cidades capixabas, é essa união de esforços de ambos os lados, o que sem dúvida é um grande exemplo de como construir juntos um projeto que beneficia setores do comércio para a economia regional”. A coordenadora reconhece que não é fácil se trabalhar em conjunto, mas, segundo ela, Itabuna provou que isso é possível”.

Uma referência importante

O secretário municipal de Indústria e Comércio, Manoel Lopes, disse que o sucesso alcançado pelos empresários da Paulino Vieira a partir do shopping a céu aberto já é do conhecimento de empresários de várias partes do Brasil e, por se tratar de uma referência, o Sebrae tem incentivado a visita do empresariado que deseja seguir o modelo para implantar em suas cidades de origem.

Ele disse que o shopping a céu aberto é uma alternativa de um shopping fechado, com o diferencial de que o primeiro é mais livre, como o nome mesmo sugere. “Esse projeto foi possível por causa da união e organização dos próprios empresários que hoje competem igualmente com o shopping fechado com produtos de boa qualidade e preços até mais competitivos”.

Comércio gera renda

Manoel Lopes ressaltou ainda o apoio e incentivo que o prefeito Fernando Gomes vem dando aos comerciantes que dispõem de projetos que venham contribuir para a melhoria do comércio local: “É do comércio itabunense que temos geração de emprego e renda e é por isso que o prefeito Fernando Gomes apóia toda e qualquer iniciativa que venha beneficiar a comunidade como um todo”.

O presidente da Associação das Pequenas e Médias Empresas de Itabuna (Apemi), Marcelo Andrade, também considera importante a visita de empresários de outros estados, não apenas para conhecer a realidade do município como também para a troca de experiência entre a categoria. Ele adiantou que a partir do próximo mês haverá mudança no visual da rua Paulino Vieira, com limpeza e pintura das fachadas das lojas e de meio fio, mas em janeiro serão iniciadas as obras finais do projeto.

Sistema de monitoramento digital começará a operar com 20 câmeras

Publicado em 21/11/2007

(http://www.itabuna.ba.gov.br/template_news.php?id=2390)

O Projeto Panopticon, conceitualmente: “o olho que tudo vê sem ser visto”, deverá começar a operar com um total de 20 câmeras do tipo speed doom e capacidade para ampliar as imagens em até 20 vezes, e vai permitir o monitoramento do tráfego de veículos e pessoas em toda a área central da cidade de Itabuna, segundo o comandante do 15º Batalhão da Polícia Militar, tenente-coronel Raimundo Nonato Cavalcante Leite. Ele fez esta semana a primeira apresentação oficial do projeto, um documento de 45 páginas, para o prefeito Fernando Gomes e um grupo de dirigentes da Associação Comercial e Empresarial de Itabuna, CDL, Apemi, Sindicom e do Conselho Municipal de Defesa e Segurança Pública, no Centro Administrativo Firmino Alves.

O comandante destacou, inicialmente, a importância da parceria entre o poder público, Polícia e iniciativa privada – as primeiras reuniões foram deflagradas pelas entidades representativas dos empresários itabunenses – para implantação do sistema de monitoramento digital, que vai funcionar numa sala cedida pela prefeitura, na avenida do Cinquentenário. A apresentação foi precedida da exibição de um vídeo institucional 15º BPM – um patrimônio de Itabuna, mostrando a ação e a função da polícia para a segurança da população.

Justificativa

O tenente-coronel Raimundo Nonato destacou, como justificativa para o projeto, a grande concentração de pessoas na área central de Itabuna, uma cidade que funciona como um grande pólo de comércio e de serviços na região, com uma movimentação de 12 mil pessoas por dia, através da Estação Rodoviária, além de ser importante eixo rodoviário. O sistema de câmeras será concentrado em áreas consideradas estratégicas selecionadas por uma equipe de oficiais do 15º BPM e técnicos na área de informática.

Ele resalta ainda que nas áreas onde o sistema foi implantado, como em Vitória da Conquista, que serve de referência para outras cidades da Bahia e para outros estados, a criminalidade teve uma redução significativa: “O sistema é importante porque atende a uma necessidade de segurança da população, mas exige um aporte de investimentos num suporte tecnológico”. O investimento estimado é de R\$ 228 mil, e leva em conta cerca de R\$ 20 mil que serão aplicados no sistema de intercomunicação entre a central de monitoramento e as unidades da

PM em operação na área.

Um outro aspecto ressaltado por ele é que Itabuna é uma cidade completa em termos de patrulhamento, uma vez que conta com viaturas convencionais, motos, cavalaria e até bicicletas, para oferecer segurança à população: “O sistema será melhorado e terá naturalmente maior eficiência, com o uso de tecnologia de ponta. Este é um projeto aberto e que tem todas as condições de ser implementado num prazo de até 45 dias, dependendo do aporte dos recursos”, argumentou.

Referência

Para o tenente-coronel Raimundo Nonato, o local ideal para a central de monitoramento é a avenida do Cinquentenário, que é uma referência de Itabuna. Explicou que cada câmera tem uma visão útil de 600 metros e o projeto atende a uma reivindicação dos empresários, que têm uma justa preocupação com a questão de segurança, inclusive para pessoas que transitam no centro da cidade. O sistema melhora a eficiência do policiamento e substitui de certa forma a presença física de policiais nas ruas, além de permitir a identificação das características de infratores, dos veículos por eles utilizados e dos armamentos empregados num assalto.

As 20 câmeras serão instaladas, na primeira etapa, na praça Adami, na rua Paulino Vieira, no calçadão da Rui Barbosa, bem como nas avenidas Cinquentenário, José Soares Pinheiro e Juracy Magalhães. Admitiu ainda a ampliação do sistema com a implantação, em diversos bairros, de câmeras fixas, que têm um menor custo e podem ser incorporadas ao sistema: “O importante no modelo a ser implementado é que ele prevê a utilização de um grupo de pronto emprego tático para ações imediatas. Em Vitória da Conquista, o grupo tático tem uma resposta em um minuto”, complementou o policial.

O modelo proposto permite ainda, segundo o Panopticon, melhorar a eficiência e a presença física da PM, melhorando as condições de gestão do efetivo e das viaturas, além de gerar uma expectativa positiva na comunidade. O projeto vai incluir, da central de monitoramento da avenida Cinquentenário, uma unidade de apoio no Centro Comercial, o que vai assegurar uma qualidade das imagens geradas e do material que será utilizado como arquivo pela Polícia Militar.